

ANAIS DO  
**III seminário  
patrimônio  
cultural  
universitário**



CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP – SÃO PAULO, 2024

ANAIS DO

# **III seminário patrimônio cultural universitário**

ORGANIZAÇÃO:  
FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO  
JOANA MELLO  
GABRIEL FERNANDES

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP  
CASA DE DONA YAYÁ

SÃO PAULO, 2024

Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC USP)

Anais do III Seminário patrimônio cultural universitário / Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello, Gabriel Fernandes, Elizabete Ribas, organizadores. — 1. ed. — São Paulo : CPC-USP, 2024.  
PDF (602 p.): il. fot.

ISBN 978-85-85026-09-7

1. Patrimônio cultural. 2. Universidade. 3. Universidade de São Paulo (Brasil). 4. Seminário. I. Flávia Brito do Nascimento. II. Joana Mello. III. Gabriel Fernandes. IV. Elizabete Ribas. V. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. VI. Título: Anais do III Seminário patrimônio cultural universitário.

CDD 378.4

Elaborado por: Ana Célia de Moura CRB-8 7397

### **III SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO**

3 a 6 de setembro de 2024, São Paulo - SP

#### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Flávia Brito do Nascimento  
Joana Mello  
Gabriel Fernandes  
Elizabete Ribas

#### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Flávia Brito do Nascimento  
Joana Mello  
Gabriel Fernandes  
Matheus Bonini Machado  
Rodrigo Augusto das Neves  
Sofia Diogo Braga

#### **MONITORES**

Camila Gabay  
Taís Maria Cassimiro  
Leonardo Venâncio Maziero  
Vitoria Dellevedove Moreira  
Joanna Bridi Dalla Chiesa  
Mariana Garcia  
Cauan da Silva Rabello  
Eduardo dos Santos Micarelli  
Julia Assunção Freitas  
Gabriela Miyamura Kato  
Maria Isabelo Bico Machado  
Pedro Cruz Oliveira  
Gessica da Silva

#### **PROJETO GRÁFICO**

Júlia Moraes Peredo  
Gustavo Macedo Menossi

#### **REALIZAÇÃO**

Centro de Preservação Cultural  
da Universidade de São Paulo (CPC-USP)

#### **APOIO**

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo

Centro de Preservação Cultural da USP  
Casa de Dona Yayá  
Rua Major Diogo, 353  
01324-001 – São Paulo, SP  
+55 11 26481501

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



# SUMÁRIO

<b>AGENCIANDO REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NAS UNIVERSIDADES: O PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EM QUESTÃO</b>	<b>6</b>
<b>PARTE A: ARQUITETURAS, ESPAÇOS E LUGARES NOS CAMPIS UNIVERSITÁRIOS</b>	<b>9</b>
<b>SESSÃO 2</b>	<b>11</b>
Documentação do E1: Arquitetura moderna e tecnologia para a EESC USP, 1956-60	12
Mapeamento das atividades de operação e manutenção para a mitigação dos riscos no Museu Paulista da Universidade de São Paulo	30
O morar laboral da cidade universitária Armando de Salles Oliveira: memórias da vila operária da rua oriental	43
Requalificação do Museu Casa Padre Toledo em Tiradentes: Democratização do acesso ao patrimônio e à arte através de ações de preservação	57
<b>SESSÃO 8</b>	<b>75</b>
O patrimônio construído da UFBA e o desafio de sua preservação	78
Identificação do patrimônio arquitetônico neocolonial do campus da UFRRJ em Seropédica/ RJ	103
Memórias, vivências, futuros do planejamento físico na Universidade de Brasília	117
O patrimônio do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília: Reconhecimento e salvaguarda	137
Patrimônio arquitetônico no Campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo: Documentação para uma conservação	151
<b>PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES</b>	<b>169</b>
<b>SESSÃO 1</b>	<b>171</b>
CEMENF ON-LINE: uso da plataforma “Atom” como solução para a descrição, gestão e difusão de acervos arquivísticos institucionais e pessoais do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG	172
Manter, derrubar ou ressignificar: um debate sobre o Monumento da Integração da Universidade Federal de Viçosa	183
Memória institucional: o patrimônio documental da Universidade Federal do Pará preservado em suas fotografias	201
Onde se produzem e resguardam os projetos de arquitetura da UNB	219
Pasteur 458: o campus da UNIRIO como um lugar de memória	229
<b>SESSÃO 3</b>	<b>253</b>
CEDOC NTVRU: desafios no restauro das mídias em Betacam da TV Universitária	254
Conservação Preventiva de Trajes da Cia Cinematográfica Vera Cruz (1949 1954) Um estudo detalhado de cinco trajes do filme "Tico Tico no Fubá"	266

Desafios para a gestão do acervo artístico da UFMG	300
Práticas e ética na manutenção de coleções científicas universitárias: uma análise da intersecção entre museologia e medicina	317
<b>SESSÃO 4</b>	<b>331</b>
A Coleção de Taxidermia do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto e suas potencialidades acadêmicas e sociais	332
A proteção do patrimônio cultural universitário pelos documentos da Universidade Federal de Pernambuco	345
A rádio da universidade como patrimônio cultural	358
Museu Casa do Sertão UEFS: 46 anos pautando a memória cultural de Feira de Santana (BA)	374
<b>SESSÃO 7</b>	<b>387</b>
A biblioteca da FAUUSP como patrimônio cultural universitário	388
A preservação dos objetos tecnológicos cinematográficos no contexto da conservação de coleções universitárias de bens culturais científicos	403
As iniciativas museais na trajetória da Universidade de Brasília	414
Direito ao patrimônio cultural na biblioteca da Faculdade de Direito da USP: da edificação tombada ao patrimônio cultural digital	431
O acervo do Centro de Memória da Amazônia da UFPA: os processos crimes e as questões ambientais nos séculos XIX e XX	454
<b>PARTE C: PRÁTICAS DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO</b>	<b>467</b>
<b>SESSÃO 5</b>	<b>469</b>
A mediação do patrimônio universitário: Desafios da formação de bolsistas de graduação	470
Cartilha de educação patrimonial: Sítio Histórico Moderno da UFPE	483
Patrimônio, universidade e sociedade: A UnB e suas potencialidades como Patrimônio Cultural no território brasileiro	492
<b>SESSÃO 6</b>	<b>513</b>
Identificando referências culturais com os universitários da USP São Carlos: Da universidade à cidade	514
Rede, Roda e Rolê: um percurso afetivo na Universidade de Brasília	534
<b>SESSÃO 9</b>	<b>558</b>
Análise Mineralógica presente no acervo do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central como forma de imersão, acessibilidade e permanência através dos grupos sociais visitantes estudados	559
Mulheres na ciência: Cientistas e professoras do Instituto de Química de Araraquara	576
Re-unir ciência e história para ampliar o interesse e os usos das coleções científicas geológicas na USP	589



## **AGENCIANDO REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NAS UNIVERSIDADES: O PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EM QUESTÃO**

O patrimônio cultural universitário brasileiro é múltiplo e heterogêneo, marcado por questões recorrentes, convergentes e persistentes que o atravessam em suas diferentes instâncias, dimensões e em suas várias realidades locais. Este é o panorama revelado pela amostra de trabalhos que tivemos o prazer de receber e discutir em nosso 3º Seminário Patrimônio Cultural Universitário, realizado em setembro de 2024. A amostragem do evento é bastante representativa do cenário de questões enfrentadas pelas universidades no reconhecimento, salvaguarda e valorização de seus bens culturais. O Seminário reuniu experiências, saberes, pesquisas e iniciativas profissionais e acadêmicas oriundas de todas as regiões do país, ajudando a compor um quadro bastante importante sobre o tema.

O Seminário dá continuidade às iniciativas regimentais do Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP de construção de políticas sobre o patrimônio universitário. O Centro tem promovido sistematicamente eventos e discussões sobre preservação cultural em diversas frentes e temáticas. Particularmente sobre o patrimônio nas universidades, tema que é uma das frentes de trabalho mais importantes do órgão, dois seminários aconteceram em gestões anteriores, reunindo reflexões de especialistas em 2012 e 2017: o primeiro foi o Simpósio Experiência cultural e patrimônio universitário, coordenado por José Lira e Fernanda Peixoto e o segundo foi o Seminário de Reconhecimento de Bens Culturais Universitários, organizado por Mônica Junqueira de Camargo, Fernanda Fernandes, Cibele Monteiro da Silva e Gabriel Fernandes.

Nesse sentido, a realização do 3º Seminário Patrimônio Cultural Universitário foi uma iniciativa do CPC USP fortemente articulada a um conjunto de projetos atualmente em desenvolvimento no interior do órgão relacionados ao reconhecimento dialógico e à difusão de bens culturais presentes nos campi da Universidade de São Paulo. Dentre as diversas iniciativas de inventário, sistematização e difusão do patrimônio da USP que a gestão realiza, podemos destacar três que mobilizaram a proposta do 3º Seminário: 1. A atualização das bases de dados sobre os acervos, coleções e bens tombados a serem disponibilizados na Plataforma Tainacan; 2. O diagnóstico, inventário e construção de políticas para os acervos da USP realizado pelo Grupo de Trabalho de Acervos; 3. Inventário Participativo de Referências Culturais da USP e a realização de Roteiros do Patrimônio Cultural.

Face aos desafios e às questões de ordem teórica e metodológica com as quais o CPC teve de lidar no desenvolvimento destes trabalhos, fomos estimulados a promover uma nova edição de um evento relacionado ao patrimônio universitário, dando continuidade às iniciativas anteriores. Desta vez, contudo, em adição aos profissionais e pesquisadores convidados a compor mesas de debate e a apresentarem conferências, procedemos a uma chamada aberta de trabalhos. Tal estratégia

teve como objetivo estimular a participação de pesquisadores e profissionais atuantes em outras universidades e contextos do país. Foi com satisfação que recebemos mais de cem propostas de comunicação na resposta à chamada de trabalhos, ocorrida no primeiro semestre de 2024, algo que reforçou nossa percepção sobre o papel nacional que o CPC tem na difusão e no debate sobre patrimônio universitário. A resposta à chamada de trabalhos revelou um interesse não só pelo tema como pelo enfrentamento de questões comuns e transversais encontradas em diferentes locais do país e em diferentes contextos universitários. Os temas comuns, desafios de gestão e de valorização ao patrimônio universitário foram extensamente debatidos, com o compartilhamento de experiências e práticas diversas em um aprendizado mútuo.

O Seminário realizou-se na Faculdade de Direito da USP, conhecida como São Francisco, no endereço que lhe dá nome. Originária de uma edificação colonial demolida, onde era o Convento de São Francisco e depois a Academia de Direito de São Paulo, o novo prédio foi realizado a partir de projeto de Ricardo Severo e do Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo, Severo & Villares, com feições neocoloniais. Repleto de tradições universitárias, as salas, corredores e arcadas foram espaço instigante para as reflexões das mesas e sessões temáticas, além das apresentações musicais de grupos ligados ao patrimônio universitário que aconteceram durante o evento. Completaram a programação, a realização dos Roteiros do Patrimônio da USP, projeto do CPC que propõe a realização de percursos em espaços significativos da memória e identidade universitária.

A presente publicação apresenta o conjunto dos trabalhos apresentados no evento nas sessões de comunicação. Estão aqui reunidos um fascinante panorama das discussões em torno do patrimônio cultural universitário brasileiro, sobre os quais cabem alguns comentários e reflexões. Foram realizadas nove sessões de comunicação ao longo do evento: cada sessão apresentava em média cinco trabalhos. Nesta publicação reunimos estas nove sessões em três grandes eixos temáticos, os quais resumem satisfatoriamente o conjunto das experiências, pesquisas e iniciativas relatadas.

O primeiro eixo diz respeito ao universo do patrimônio arquitetônico, paisagístico e urbanístico. Num contexto de necessária e bem vinda a ampliação dos sentidos e a diversificação de interesses no estudo do patrimônio cultural universitário, o tema da salvaguarda dos bens edificados permanece um enorme desafio para as instituições brasileiras e os trabalhos apresentados apontam para essa problemática.

O segundo eixo envolve o universo dos acervos e patrimônio documental no amplo espectro dos bens móveis presentes em museus, arquivos, centros de memória, bem como suas diversas práticas de catalogação, documentação, descrição, conservação, comunicação e difusão. Trata-se do maior conjunto de artigos encaminhados, o que aponta para um interesse pelo tema dos acervos universitários que não só se reflete em articulações profissionais e acadêmicas já existentes no país (como é o caso da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários) como para um fenômeno já percebido pelo CPC em trabalhos anteriores presentes nos dossiês temáticos da Revista CPC sobre Museus Universitários. Com efeito, o mundo dos acervos universitários talvez seja hoje aquele que reúne mais experiência acumulada e trabalhos publicados no amplo campo do que chamados de “patrimônio universitário”.

O terceiro eixo reúne trabalhos realizados em torno de propostas e abordagens dialógicas (seja no reconhecimento do patrimônio universitário, seja em sua valorização) ou como experiências de cultura e extensão universitária e de educação patrimonial. Aqui também se notou a ampliação das relações entre pesquisa e atividades profissionais muito vinculadas à extroversão da produção científica, mas também, em uma via de mão dupla, a sua revisão para assimilação de outros temas e grupos sociais na contemporaneidade.

O mote para o seminário foi o cotidiano universitário, uma das dimensões em que se concentram os trabalhos do CPC desenvolvidos nos últimos anos. Cabe ressaltar que entre os trabalhos enviados para a chamada, poucos se debruçaram destacadamente sobre este aspecto do patrimônio — a maior parte concentrada neste último eixo, onde também se verificam os poucos trabalhos ligados ao chamado “patrimônio imaterial” das universidades. Trata-se de uma discussão sobre a qual se demonstra atenção crescente, em convergência com os nossos próprios interesses e ações.

O resultado dos trabalhos aqui reunidos é um conjunto inédito de reflexões em nível nacional sobre o patrimônio de nossas universidades. As contribuições são majoritariamente das universidades públicas, o que atesta a intrínseca relação entre extensão, pesquisa, docência e gestão e seu imbricamento no campo da salvaguarda do patrimônio. Os autores dos textos são principalmente servidores e pesquisadores das universidades que trabalham com o tema em centros de memória, museus, coleções, arquivos e bibliotecas. Oriundos de Universidades de todas as regiões do Brasil, conformamos com a presença dos servidores-pesquisadores, um campo vasto das atribuições nas universidades brasileiras sobre o tema, com ainda muito campo para reflexões e atuações práticas. Estiveram presentes também, ainda que em menor número, pós-graduandos que desenvolvem trabalhos na área, da mesma forma que docentes com práticas didáticas em que os bens culturais estão implicados. Em ambos os casos, percebe-se que o patrimônio universitário, no seu campo ampliado, tem imenso potencial como temática de pesquisa, de ensino e de atuação profissional, para a qual as universidades contribuem.

Neste sentido, houve um protagonismo temático dos acervos perante outros temas, como, por exemplo, as memórias subalternizadas, cotidiano, patrimônio natural, entre muitos outros o que aponta que o universo das responsabilidades de salvaguarda do patrimônio nas universidades brasileiras é ainda terreno para regulamentações, construção de políticas e redes de pesquisadores.

Por fim, a intensa presença e participação nos dias do seminário indicou a necessidade de darmos sequência aos debates e trabalhos. A sugestão da criação de uma rede de pesquisadores e profissionais de patrimônio universitário — a exemplo de iniciativas internacionais como o Comitê para Coleções e Museus Universitários do Conselho Internacional de Museus (UMAC–Icom) e a Rede Europeia para o Patrimônio Universitário (Universeum) — foi proposta em situações diversas do evento. A força dos temas e as muitas perspectivas temáticas ou temporais que se anunciaram, mostram a urgência e a importância desta publicação e dos artigos aqui reunidos.

*Gabriel Fernandes, Flávia Brito do Nascimento e Joana Mello de Carvalho e Silva*



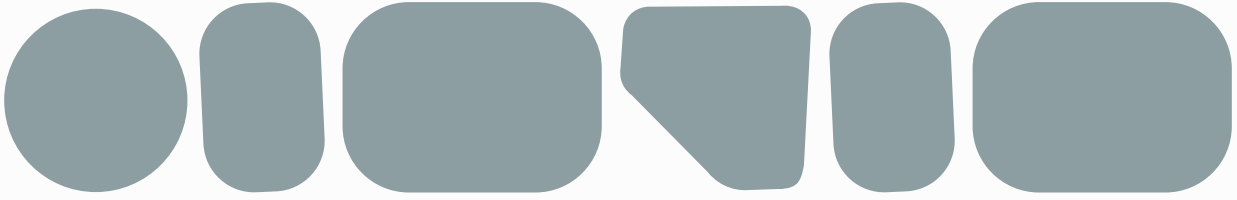


## **PARTE A: ARQUITETURAS, ESPAÇOS E LUGARES NOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS**

São muitas as camadas de significado presentes nos campi universitários brasileiros: sobre os complexos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos que caracterizam tais campi operam distintos fluxos e processos de construção de afetos, apropriações e sentidos. Tais conjuntos edificados constituem ao mesmo tempo documentos e testemunhos relevantes de formas particulares de expressão estilística, formal, espacial e tectônica — constituindo-se muitas vezes de exemplares relevantes para variadas narrativas integradas à história da arquitetura brasileira — assim como lugares relevantes para a sedimentação e construção de identidades e memórias de inúmeras gerações de estudantes, professores, funcionários e outros sujeitos que passaram por eles.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se revelam fascinantes fontes e objetos para a reflexão e a ação de pesquisadores e profissionais do patrimônio, tais arquiteturas, paisagens e cidades universitárias são também desafios para a sua gestão e preservação enquanto bens culturais com especificidades próprias da vida universitária. Temáticas e problemáticas patrimoniais diversas, inclusive, convergem no trato dos bens culturais presentes em vários dos campi universitários brasileiros entre outros motivos por uma série de coincidências relacionadas à seus processos de concepção, construção e implementação: muitos deles foram pensados e executados em meados do século 20, tendo por base um raciocínio arquitetônico e urbanístico (mais ou menos) comum de raiz modernista, implantados em bairros então afastados das centralidades urbanas onde muitas vezes as universidades que sediam tiveram suas origens. Desta forma, as universidades hoje muitas vezes lidam tanto com um estoque patrimonial relacionado aos períodos anteriores a este movimento de criação de cidades universitárias (tendo que gerir e preservar edificações e conjuntos localizados em centros urbanos consolidados) bem como com estes campi e seus complexos arquitetônicos peculiares, em condições variadas de integração ao tecido urbano e caracterizados por manifestações formais e construtivas próprias de sua época.

Entre similaridades e divergências, entre convergências e especificidades, o patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico das universidades brasileiras apresenta enormes desafios de reconhecimento, preservação, valorização e gestão. Os trabalhos aqui reunidos apresentam reflexões em torno desses desafios, ajudando-nos a pensar como enfrentar os problemas recorrentes relacionados a esta tipologia de bens culturais universitários. Os relatos de experiência e os resultados de pesquisa discutidos no evento apresentam um conjunto de questões que vai da necessidade de conhecer este patrimônio à necessidade de dialogar com os vários atores nele imbricados cujas narrativas e memórias são ora destacadas e ora silenciadas em suas materialidades. De trabalhos de identificação e documentação a problemas de preservação e de extroversão, apresentamos aqui um relevante panorama de problemas relacionados aos bens edificados, paisagísticos e urbanísticos das universidades brasileiras.





## **PARTE A: ARQUITETURAS, ESPAÇOS E LUGARES NOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS**

### **SESSÃO 2 - Patrimônio edificado e preservação**

4 de setembro de 2024 // 09H às 12H

*Mediação: Claudia Garcia (FAU-Unb)*



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### DOCUMENTAÇÃO DO E1:

Arquitetura moderna e tecnologia para a EESC USP, 1956-60

#### *E1 DOCUMENTATION:*

*Modern Architecture and Technology for EESC USP, 1956-60*

CERÁVOLO, Ana Lúcia <sup>1</sup>

CUPERSCHMID, Ana Regina Mizrahy<sup>2</sup>

FABRÍCIO, Márcio Minto<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista pela USP São Carlos (1995). Professora e Coordenadora do Curso de AU da UNICEP. Possui pós-doutorado pelo IAU USP. Foi coordenadora adjunta do plano de conservação da Casa de Vidro para o Instituto Bardi, financiado pela Getty Foundation. Tem experiência em gestão de políticas públicas para preservação do patrimônio cultural. É líder do Grupo de Pesquisa Cidade, Arquitetura e Patrimônio (CAP) e participa do Grupo Cultura, arquitetura e cidade na América Latina/FAU USP.

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa (1999). Professora Associada da FECFAU UNICAMP, com atuação na graduação e pós-graduação. Possui doutorado e pós-doutorado pelo PPGATC/UNICAMP, além de pós-doutorado pelo IAU/USP. É especialista em Gestão de Projetos e Mestre em Artes pela UNICAMP. Sua pesquisa foca no uso criativo de tecnologias digitais em arquitetura, incluindo BIM, HBIM, e Realidade Virtual e Aumentada.

<sup>3</sup> Engenheiro Civil pela UFSCar (1993). Professor Livre- Docente em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia do IAU USP. Editor da revista Gestão Tecnologia de Projetos (2006 - atual). Líder do grupo de pesquisa Arquitetura, Inovação e Tecnologia - Arquitect IAU USP. Foi visitante no Politécnico de Milão - Itália (abr. - set. 2024) e na University of Huddersfield - Inglaterra (fev-mar 2020), ambas pelo programa Professor Visitante Sênior CAPES PrInt. Desenvolve pesquisas sobre Gestão de projetos, BIM e HBIM.

## RESUMO

O edifício denominado E1, construído no campus da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, em meados da década de 1950, integra o debate sobre a racionalização e pré-fabricação das construções, que alinha os esforços projetuais de uma parcela dos arquitetos brasileiros ao desenvolvimento tecnológico da indústria da construção civil. Sede da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), o E1 foi projetado por Hélio de Queiroz Duarte (RJ, 1906 – SP, 1989) e Ernest de Carvalho Mange (SP, 1922 – SP, 2005). Embora o edifício seja uma obra relevante para o país, permanece sem proteção legal, enfrentando desafios comuns a edificações de concreto armado construídas entre as décadas de 1930 e 1960, cujo tempo de vida útil já ultrapassa cinquenta anos, marco para intervenções de reparo e conservação. Este trabalho visa aprofundar o conhecimento histórico sobre o projeto e sua construção, estudando seu estado atual de conservação e suas patologias. A documentação por meio de tecnologias digitais, utilizando o processo HBIM, é uma aliada neste projeto, contribuindo para a conservação, sensibilização e conscientização do público. Os resultados permitem disponibilizar informações sobre o bem cultural, garantindo acesso a dados do projeto para a difusão e aprendizado no ensino de arquitetura e urbanismo, por exemplo. O processo aplicado no presente trabalho pode ser ampliado a outras edificações, favorecendo que o patrimônio arquitetônico moderno seja documentado e valorizado.

**Palavras-chave:** EESC. Patrimônio Moderno. HBIM.

## ABSTRACT

The building known as E1, constructed on the University of São Paulo (USP) campus in São Carlos in the mid-1950s, is part of the broader discourse on the rationalization and prefabrication of constructions, aligning the design efforts of a segment of Brazilian architects with the technological development of the construction industry. As the headquarters of the São Carlos School of Engineering (EESC), E1 was designed by Hélio de Queiroz Duarte (RJ, 1906 – SP, 1989) and Ernest de Carvalho Mange (SP, 1922 – SP, 2005). Despite its significance for the country, the building lacks legal protection and faces challenges common to reinforced concrete structures built between the 1930s and 1960s, whose lifespan now exceeds fifty years, a milestone for repair and conservation interventions. This study aims to deepen historical knowledge about the design and construction of the building, examining its current state of conservation and existing pathologies. The documentation using digital technologies, specifically the HBIM process, is a crucial ally in this project, contributing to conservation, public awareness, and education. The findings make information about this cultural asset available, ensuring access to project data for dissemination and learning in architecture and urbanism education, among other fields. The process applied in this study can be extended to other buildings, fostering the documentation and appreciation of modern architectural heritage.

**Keywords:** EESC. Modern Heritage. HBIM.

## INTRODUÇÃO

O edifício E1 foi construído no *Campus* da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Carlos (SP), em meados da década de 1950, inaugurando as instalações da Escola de Engenharia. É uma obra significativa, que foi comemorada pela crítica nacional à época da execução das obras, como um exemplo de arquitetura flexível, com emprego de materiais industrializados e soluções projetuais baseadas nos pressupostos da coordenação modular, o E1, exprimia plasticamente “*o espírito de uma escola de futuros engenheiros*”, com respeito à escala humana e integração espacial do edifício ao conjunto<sup>4</sup>.



**Fig. 1:** Vista parcial da fachada norte do E-1. Foto dos autores, 2020.

O E1 foi projetado pelo escritório de Hélio de Queiroz Duarte (RJ, 1906 – SP, 1989) e Ernest de Carvalho Mange (SP, 1922 – SP, 2005). Além dos arquitetos, trabalharam no

---

<sup>4</sup> Revista Acrópole, 1959.

projeto os arquitetos recém-formados Ariaki Kato e Léo Quanji. Sua construção ocorreu “num cenário político marcado pela ênfase crescente na industrialização do país” e, em especial, na industrialização das construções, como destaca Ana Luiza Nobre<sup>5</sup>. Sua realização resumia e ratificava a orientação para a pesquisa científica e tecnológica da Escola de Engenharia, dando aos autores do projeto liberdade para a concepção dos edifícios e permitindo que adotassem soluções inovadoras para a época.

Trata-se de uma obra singular, sob vários aspectos. Seja porque erguida à distância dos grandes centros urbanos, em meados dos anos 1950, seja porque projetada em coautoria entre um arquiteto, Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989), e um engenheiro, Ernest de Carvalho Mange (1922-2005), que vinham de uma experiência significativa ligada à produção de unidades escolares na Bahia e em São Paulo. Mas o E1 assume significado especial pela concepção de projeto que anuncia.<sup>6</sup>

Este trabalho aprofunda dois aspectos centrais: o processo histórico de construção do edifício e a avaliação da reconstrução histórica por meio do Heritage Building Information Modeling (HBIM). Para tanto, são analisados a constituição do campus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Carlos, a aprovação da implantação da Escola de Engenharia e o desenvolvimento do projeto piloto para a área. Também são detalhados o projeto e a construção do edifício E1, identificando os diversos atores envolvidos nesse processo.

A história do edifício e a modelagem das etapas de construção permitem refletir sobre o processo de industrialização das construções no Brasil e avaliar a integridade do E1 hoje. Observa-se que a competência técnica, expressa nos projetos arquitetônicos, estrutural e de instalações prediais, são qualidades singulares do E1, que o diferenciam da média construtiva no país à época. As soluções adotadas permitiram a adaptação de usos ao longo do tempo, possibilitando à Escola de Engenharia realizar mudanças de layout, instalação de rede adicionais, como as de informática e ar-condicionado, sem interferência nas fachadas, resultando na preservação da arquitetura com as atualizações necessárias.

Este artigo foi desenvolvido a partir do capítulo *E1: Industrialization in Modern Brazilian Architecture, 1950*, redigido pelos autores para o livro *Digital Modernism Heritage*

---

<sup>5</sup> Ana Luiza Nobre, Módulo só, *Revista Risco*, 2007, p. 23.

<sup>6</sup> Ana Luiza Nobre, *Módulo só*, 2007, p. 22.

Lexicon<sup>7</sup>, acrescido de novos resultados obtidos no final do projeto de pesquisa “HBIM e documentação digital do patrimônio arquitetônico moderno: desenvolvimento de protocolo a partir de estudo de caso no edifício E1”, concluída em 2023, que envolveu colaboradores da USP, da UNICAMP e da UNICEP São Carlos.

### **A industrialização das construções como poética e a construção do E1 EESC USP**

O movimento moderno brasileiro apresenta um vasto acervo de obras, caracterizado por diferenças regionais, pesquisas e propósitos distintos, que definiram diversas correntes, estudadas sistematicamente desde os anos 1990. Entre as várias expressões, destaca-se uma corrente relevante, estruturada desde os anos 1930 e de longa duração, dedicada às pesquisas construtivas, especialmente à industrialização das construções, à qual o edifício E1 se alinha, sendo um destaque de sua execução.

A construção do E1 é uma das primeiras experiências de um edifício vertical em concreto armado na cidade de São Carlos. A criação da Escola de Engenharia se deu num processo de industrialização e urbanização crescentes na cidade de São Carlos, como mostra Renata Lima<sup>8</sup>. A taxa de urbanização chegou, na década de 1940, a 52,30%, superior à média nacional de 26,40% e análoga à taxa de urbanização estadual de 52,60%. “*A área urbana, (...), dobrou de tamanho em apenas dez anos*”. O processo de inversão populacional entre campo e cidade se acentuou, chegando a 64,70%, na década de 1950, e 75,10%, na década de 1960, segundo Oswaldo Truzzi<sup>9</sup>.

Fazendo uso de componentes industrializados e produção in loco, o E1 representa uma tentativa pioneira no Brasil de industrialização aberta<sup>10</sup>, na qual peças ou componentes produzidas por diferentes fornecedores são combinados no canteiro de obra para construção do projeto. Para que os sistemas abertos de diferentes procedências pudessem

---

<sup>7</sup> Cristina Bartolomei *et al*, *Digital Modernism Heritage Lexicon*, 2022.

<sup>8</sup> Renata Priore Lima, 2008, p. 110.

<sup>9</sup> Oswaldo Truzzi, 2000, p. 137.

<sup>10</sup> Os sistemas abertos se contrapõem aos fechados, “[...] que são compostos por elementos ou componentes na maioria dos casos fabricados por um único fabricante com dimensões e características próprias e unidos única e estritamente no próprio sistema. Nesse caso, não há possibilidade explícita de intercambialidade com produtos de outras procedências”. Ver Ana Lúcia Cerávolo, Paulo de Camargo e Almeida..., 2000; e Paulo de Camargo e Almeida, 1971, p. 113.



se encaixar adequadamente era necessário a regulamentação de uma coordenação modular.<sup>11</sup>

Ganha, portanto, importância o projeto modulado do edifício, permitindo a composição de componentes de distintos fabricantes num mesmo edifício sem a necessidade de ajustes e perdas. Além dos benefícios para a construção, “o sistema de construção modular (industrializado) coloca no mesmo nível - forma, função e construção numa predominância de uma arquitetura total contra a hegemonia da forma”<sup>12</sup>.

O E1 era, nesse sentido, um edifício experimental em concreto aparente, que empregava, segundo Mange<sup>13</sup>, conceitos da industrialização das construções que estariam presentes na Escola de Engenharia de São Carlos que buscava se tornar um “polo de desenvolvimento de tecnologia para as construções”. A experiência, inovadora para a arquitetura brasileira até então, definia um módulo padrão de 70 cm que orienta o projeto de todos os componentes: estrutura, vedação interna e externa, caixilharia, instalações hidráulicas e elétricas.

No Edifício E1 a coordenação modular está presente como meta-projeto que orienta as dimensões dos vãos estruturais e os panos de vedação em caixilhos metálicos, permitindo soluções em planta livre para subdivisão interna dos espaços. Essa solução é associada a um engenhoso sistema de shafts verticais e horizontais que conferem grande flexibilidade para passagem, manutenção e atualizações dos sistemas prediais.

Embora o E1 seja um edifício singular<sup>14</sup> na história do *Campus* da USP em São Carlos, continua sem proteção legal. Com aproximadamente sete décadas de vida útil, o edifício começa a demandar intervenções de reparo e conservação, sendo que as patologias para esse tipo de construção não foram suficientemente estudadas.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Ver Greven e Baldauf, 2007, que relatam que em 1938, “[...] a American Standard Association (ASA) iniciou um estudo para coordenar o dimensionamento dos componentes, com a publicação da primeira norma Americana em 1945”. Anteriormente, em 1942, a Associação Francesa para a Normalização (AFNOR) desenvolveu um projeto de norma para coordenação modular que é seguido pelas normas Sueca e Belga.

<sup>12</sup> A afirmação de Paulo de Camargo e Almeida, 1972, p. 102, reverbera a crítica nacional e internacional ao formalismo de Oscar Niemeyer, acentuada após a construção de Brasília.

<sup>13</sup> Cláudia G. de Araújo, 2004, pp. 98-9.

<sup>14</sup> Ana Luiza Nobre, Módulo só, 2007, p. 24.

<sup>15</sup> Augusto C. de Vaconcellos, *O Concreto no Brasil*, 2002.

Foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei, de autoria do Deputado Miguel Petrilli, sobre a criação de um campus em São Carlos. Fonte: Anuários EESC

O projeto foi aprovado em terceira discussão, dando origem à Lei nº 161, de 24 de Setembro de 1948. Fonte: Anuários EESC

A Câmara Municipal de São Carlos se dirigiu ao Governador do Estado para realizar para solicitar o funcionamento da EESC. Fonte: Anuários EESC



1952

Foi iniciada a adaptação do prédio da Casa d'Itália. O Conselho Nacional de Educação concedeu licença para o funcionamento da Escola

Lei municipal nº 1777, de 31 de outubro, aumentando cerca de 35 mil m² do terreno já doado à Escola. Fonte: Anuários EESC



1954

No início do ano, as obras do E1 foram suspensas. Foi autorizado o prosseguimento apenas para a construção de metade do bloco. Fonte: Anuários EESC



A construção do bloco E1 foi finalizada, com quatro pavimentos. O térreo foi destinado para serviços, laboratório e circulação de pedestres e veículos. Fonte: Anuários EESC

1956

1958

1947



1948

1950

Doação do edifício da Associação Dante Alighieri para a EESC USP. Fonte: 65 anos de EESC.

Foi entregue à Reitoria, uma área de cerca de 100 mil m², pelo Município de São Carlos, para a construção da EESC. Iniciou-se o projeto para o Campus e para a EESC. Fonte: Anuários EESC



1953

Foi assinada, em 27 de março, a escritura definitiva de doação da área destinada a EESC, com total 135 mil m². Em 13 de agosto, foi promulgada a lei municipal que doou mais 21.500 m². No primeiro semestre, terminaram as obras na Casa d'Itália. Fonte: 65 anos de EESC e Anuários EESC.

Em 4 de setembro, iniciou-se preparação do terreno para construção do prédio definitivo da Escola. Em 9 de novembro, teve início as obras, com cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Bloco E1. Fonte: 65 anos de EESC.

1955



Anunciada melhoria financeiras com um auxílio federal de 4 milhões de cruzeiros. Os serviços foram acelerados, foi finalizada a primeira metade do bloco E1 e a estrutura da segunda parte. Deu-se início à vedação lateral. Fonte: Anuários EESC

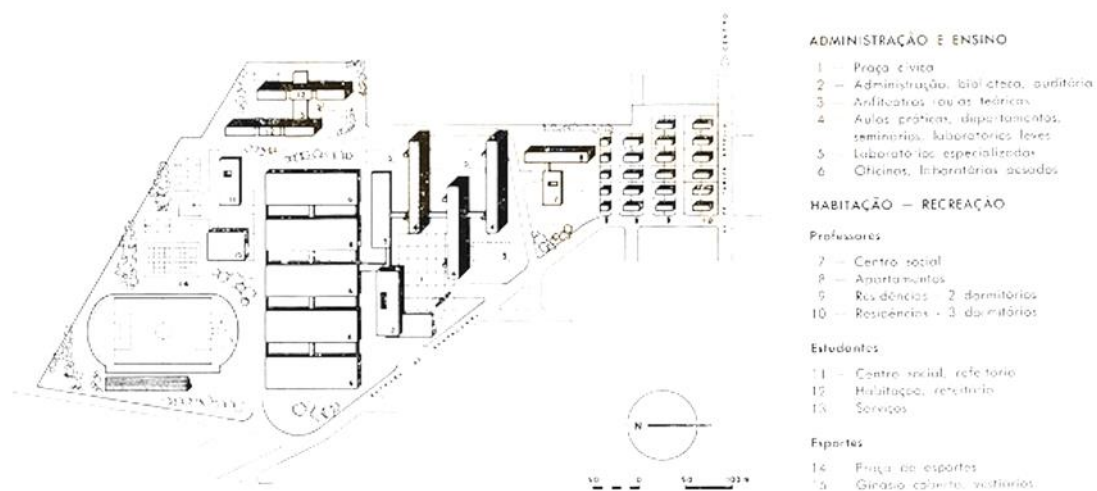
1957



Deu-se início à construção de outros edifícios e obras externas para melhoria do acesso aos edifícios. Fonte: Anuários EESC

**Fig. 2:** Linha do tempo da construção do E1. Fonte: Traduzida do capítulo Cerávolo et al, "E1: Industrialization in Modern Brazilian Architecture, 1950", 2022.

Para reconstruir a história da construção<sup>16</sup> do E1, recorreremos às fontes documentais primárias, como desenhos do projeto original, fotografias, periódicos especializados em arquitetura e urbanismo e os Anuários da Escola de Engenharia de São Carlos, que forneceram as principais informações sobre as obras no Campus, considerando que não foram localizados o memorial executivo e o diário de obras. Outra fonte relevante foi o trabalho “Avaliação técnica do Bloco E-1”<sup>17</sup>, realizada por um conjunto de pesquisadores. O E1 foi um dos edifícios, pensados por Duarte, no plano para o Campus Universitário da USP em São Carlos, iniciado em 1952. Compunha um conjunto com mais dois blocos idênticos, destinados a aulas práticas, departamentos, seminários e laboratórios leves.



**Fig. 3:** Hélio Duarte. Plano geral para Campus de São Carlos, implantação, 1952. Fonte: Revista *Acrópole*, 1959, p.324-325.

A área, na qual o Campus foi implantado, com 157.200 m<sup>2</sup>, foi doada pelo Município a USP. Os estudos foram iniciados e tiveram continuidade durante os anos de 1953 e 1954, período no qual se definiu o programa para o plano geral do campus que previa áreas de trabalho, moradia e áreas de recreação. Foram também desenvolvidos anteprojetos de

<sup>16</sup> Conforme propõe John Summerson (1985), em *What is the history of construction*, que indica a necessidade de considerar para o entendimento das obras de arquitetura, tanto os desenhos das estruturas quanto as informações da prática construtiva.

<sup>17</sup> Ver Aluísio B. de Mello *et al.* O trabalho foi desenvolvido para a disciplina Patologia das Construções II, 1994.

algumas edificações, como salas de aula, anfiteatros, habitação de docentes e estudantes.<sup>18</sup>

Para a construção foram estabelecidas prioridades, devido a restrições financeiras da Universidade. Definiu-se priorizar a construção do bloco de aulas, E1, pela flexibilidade de seus planos livres, que poderiam ser adaptados para acomodar todas as funções necessárias, mesmo que provisoriamente, para o início das atividades da Escola de Engenharia no novo Campus, até a conclusão dos demais edifícios<sup>19</sup>.

O E1, como se observa na figura 3, é um edifício lâmina, com três pavimentos-tipo, mais térreo e cobertura, totalizando 3.400 m<sup>2</sup> de área útil. Recebeu essa denominação porque o plano geral para o Campus previa mais quatro blocos iguais, nos quais se instalariam todas as atividades didáticas, de pesquisa e administrativas.<sup>20</sup>

Com o projeto do E1 finalizado em 1954, a EESC selecionou as empresas para execução do “*projeto de estrutura de concreto e instalações gerais*”. O cálculo estrutural ficou a cargo do engenheiro-arquiteto Eduardo Pessoa; e o cálculo das instalações ficou sob responsabilidade do engenheiro Homero Lopes.<sup>21</sup>

Ainda em 1954, foi contratada a empresa Sociedade Brasileira de Fundações (SOBRAF) para realizar a terraplanagem e a fundação. Em novembro, realizou-se a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, com a cravação da primeira estaca. Em seguida, executou-se a moldagem e cravação de 200 estacas, conforme previsto no projeto estrutural. Foi publicado ainda o edital de concorrência para a construção do bloco.<sup>22</sup> As obras em concreto armado foram realizadas pelo Escritório Técnico Capote Valente Ltda.<sup>23</sup>, dirigido pelo engenheiro civil Ricardo Capote Valente Júnior<sup>24</sup>.

No início de 1955, as obras do E1 foram suspensas. Alguns meses depois, foi autorizado o prosseguimento da construção de metade do bloco, de forma a se conseguir uma

---

<sup>18</sup> Acrópole, 1959.

<sup>19</sup> Idem, ibidem.

<sup>20</sup> Acrópole, 1959.

<sup>21</sup> Anuário EESC, 1954.

<sup>22</sup> Idem.Ibidem.

<sup>23</sup> Acrópole, 1959.

<sup>24</sup> Ver Câmara Municipal de São Paulo, 1992. No projeto legislativo para homenagem de Ricardo Capote Valente Júnior, formado na Escola Politécnica da USP, em 1947, há uma breve biografia.

considerável economia. Ainda neste ano, houve o recebimento de um auxílio federal de 4 milhões de cruzeiros. Com isso, os serviços foram acelerados, finalizando a primeira metade do bloco E1 e a estrutura da segunda metade foi retomada, dando início também à vedação lateral.<sup>25</sup>



**Fig. 4:** E1, fotografia aérea, 1956c. Fonte: Foto da coleção "Memória EESC" disponível no Repositório Institucional da EESC ([www.repositorio.eesc.usp.br](http://www.repositorio.eesc.usp.br)).

As obras foram contratadas com condições detalhadas para obter maior economia. Foram ainda realizadas modificações em alguns detalhes, que não foram identificados, visando também o corte de gastos. Apesar dessas dificuldades, a construção da primeira etapa do bloco E1 foi finalizada, em 1956, e a Escola ocupa o edifício ainda nesse ano<sup>26</sup>.

A construção do bloco E1 foi finalizada, em 1957, com quatro pavimentos e uma área útil de 3.400m<sup>2</sup>. O térreo é destinado para serviços, laboratório e circulação de pedestres e veículos.<sup>27</sup> A estrutura em “árvore”, como descreve a Revista Acrópole<sup>28</sup>, possui balanços de 4,55 m e colunas centrais dispostas a cada 11,20 metros, suportando assim uma área de 125 m<sup>2</sup>. A estrutura e a modulação dos componentes de vedação permitiram solucionar o espaço flexível à técnica construtiva, “*oferecendo reais valores plásticos pela leveza resultante em expressão plena das possibilidades do concreto armado*”. A crítica publicada na revista Habitat<sup>29</sup> destaca a qualidade plástica do edifício e os “*elementos*

---

<sup>25</sup> Anuário EESC, 1955.

<sup>26</sup> Anuário EESC, 1955

<sup>27</sup> Anuários EESC, 1957.

<sup>28</sup> Revista Acrópole, 1959.

<sup>29</sup> Habitat, 1956.

*construtivos inteligentemente estudados, agenciados, partindo de uma padronização rigorosa em vista a um resultado flexível, eficiente sempre, a serviço da escala humana”.*

## **A MODELAGEM DIGITAL E A BUSCA DE UM PROTOCOLO: METODOLOGIA E RESULTADOS**

A abordagem adotada para o desenvolvimento do modelo HBIM foi inicialmente baseada em documentos históricos do período da construção, nomeadamente imagens do projeto original de arquitetura e engenharia ‘as-designed’ e fotografias do canteiro de obras. Através do levantamento dessas informações, foi possível verificar a ocorrência da construção do edifício em duas etapas no sentido longitudinal, conformando as duas metades da edificação. Atualmente, percebe-se o processo construtivo por meio da junta de dilatação estrutural, que evidencia esses dois momentos.



**Fig. 5:** Quadro comparativo de fotos do período de construção do edifício lado a lado com imagens do modelo HBIM. Fonte: Organizado pelos autores.

Nessa perspectiva, o processo de reconstrução digital do E1 por ferramentas de modelagem BIM partiu da simulação do histórico da construção nessas duas fases (Figuras 4 e 5). Uma terceira fase completa o ciclo ‘as-built’, pela incorporação do fechamento em vidro entre os pilotis, para realização de eventos e exposições e a alteração do sistema de cobertura de terraço jardim para cobrimento em telhas metálicas.

Outra estratégia escolhida no levantamento documental diz respeito à realização de levantamentos por fotogrametria digital com Sistema de Aeronave Não Tripulada

(Unmanned Aircraft Systems – UAS), com vistas à caracterização do E1 quanto ao estado ‘as-is’, tanto sob os aspectos geométricos, principalmente da cobertura e esquadrias.<sup>30</sup>



**Fig. 6:** Modelo HBIM resultante<sup>31</sup>. Fonte: Organizado pelos autores.

Sob o ponto de vista metodológico, essas questões deixam evidentes que, assim como ocorre em outros aspectos do campo da conservação e do restauro, cada caso deve ser analisado de forma individual, respeitando as características da construção, seu entorno e o contexto no qual está inserida. Do contrário, pode-se recair sobre equívocos na compreensão de que a metodologia HBIM está atrelada a tecnologias específicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolveu a documentação digital e a sistematização de dados históricos do edifício E1 EESC USP, visando sua valorização e preservação, pelas características descritas anteriormente. A pesquisa também contribuiu com o estudo e desenvolvimento de procedimentos de modelos HBIM.

Optamos por desenvolver um protocolo de desenvolvimento HBIM especificamente para o patrimônio arquitetônico moderno. Para um modelo digital, deve-se considerar inicialmente o objetivo, pois pode-se elaborar modelos com diferentes propósitos, que exigem diferentes técnicas de levantamento e esforço de modelagem.

---

<sup>30</sup> O levantamento foi realizado por Júlio César Franco Jr em colaboração com outros pesquisadores. Parte do processo de levantamento fotogramétrico e detalhes do levantamento estão descritos em FRANCO Jr. *et. al.*, 2018.

<sup>31</sup> O Modelo HBIM do edifício E1 da Escola de Engenharia de São Carlos – USP está disponível no link: <https://arquitec.iau.usp.br/produção/biblioteca-bim>.

Para garantir uma documentação precisa, um modelo HBIM deve ser preferencialmente criado a partir de nuvens de pontos obtidas por levantamentos laser ou fotogrametria. Além da precisão geométrica, que é fornecida pela própria nuvem de pontos, um modelo HBIM permite a adição de informações semânticas e técnicas junto aos elementos digitais constituintes da edificação. Este tipo de modelo é muito útil para registro preciso e para conservação do bem, bem como para subsidiar intervenções.



*Fig. 7: Primeira versão do vídeo de divulgação científica. Fonte: Organizado pelos autores.*

O modelo HBIM pode ser voltado a ações de gestão do patrimônio. Estes modelos podem ser enriquecidos com levantamentos de patologias e projetos de recuperação e gestão dos componentes construtivos. Deve-se dar ênfase ao planejamento de ações de preservação, reparo e acompanhamento. Nestes casos, é relevante a interação entre técnicos e gestores do patrimônio com o modelo digital, por meio do desenvolvimento de plataformas web para garantir a interoperabilidade de informações.

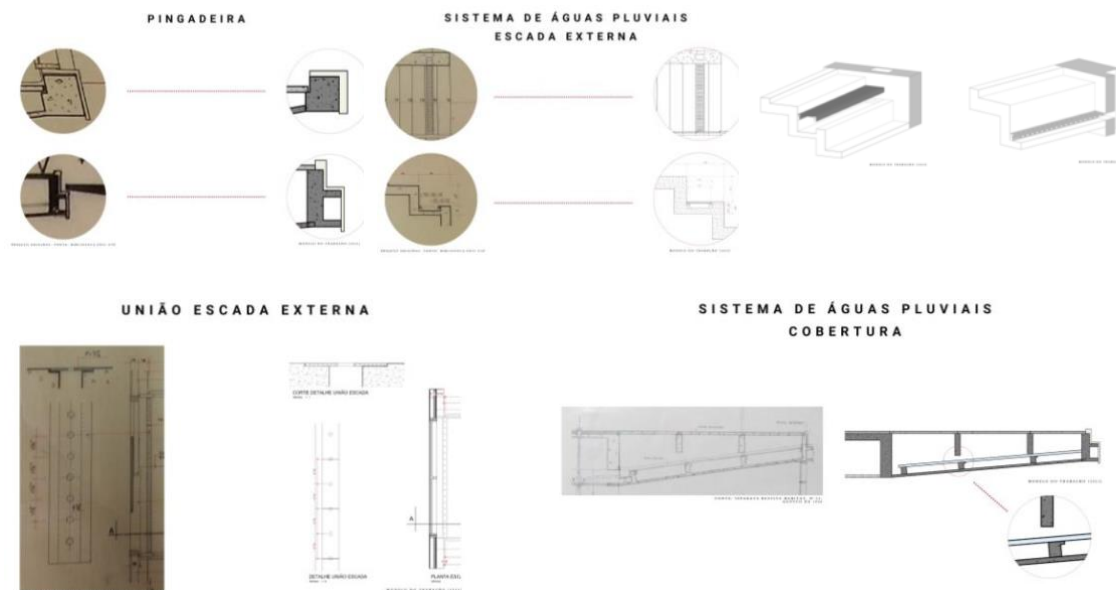
Outra possibilidade é o desenvolvimento de um modelo HBIM para estudos de intervenções e simulação de desempenho da edificação. Neste caso algoritmos de simulação e técnicas numéricas devem ser associados ao modelo de forma a permitir que propostas de intervenção sejam analisadas para avaliar o impacto gerado por elas. Adicionalmente, ações com Realidade Virtual e Aumentada podem ser realizadas para ensino e aprendizagem sobre o patrimônio, incluindo fotografias históricas e informações didáticas (figura 7).





**Fig. 8:** Protocolo simplificado para modelagem HBIM do patrimônio moderno. Organizada pelos autores.

Para desenvolvimento do processo HBIM utilizado (figura 8), é necessário considerar diferentes fontes de informação, incluindo o projeto original, informações derivadas de documentos e relatórios autênticos (cartas, registros informais, lista de materiais adquiridos, etc.), estimativas com um grau de confiança aceitável, e informações obtidas por ensaios destrutivos em pequena escala aplicados aos materiais e componentes do edifício. É necessário considerar a confiabilidade de cada uma dessas fontes em cada estágio da modelagem, bem como os custos, riscos e benefícios de cada fonte.



**Fig. 9:** Modelagem dos detalhes construtivos. Organizada pelos autores.

O modelo do E1 é um registro relevante e potencialmente o modelo digital mais preciso do E1 já feito, incluindo informações geométricas precisas, simulações estruturais, registro de mapa de danos e patologias construtivas atuais, além de informações históricas.

Assim, o modelo HBIM incorpora informações de várias categorias e com diferentes níveis de precisão, com o objetivo de preservar e conservar o E1 EESC USP, um dos mais significativos edifícios modernos da Universidade de São Paulo. Novos atributos podem ser constantemente adicionados aos componentes modelados, como datas de substituição ou inserção de novos materiais e componentes, detalhes técnicos dos materiais, entre outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRÓPOLE. “Escola de Engenharia de São Carlos”. *Acrópole*, São Paulo, n. 249. p.: 324- 329, jul-ago.1959.

ALMEIDA, Paulo de Camargo e Almeida. Industrialização das construções. *Conselho de Planejamento Escolar da América Latina (CONESCAL)*, 1971. (Apostila).

ALMEIDA, Paulo de Camargo, Industrialização da Construção, *Relatório a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)*, 1972. (datilografado)

ANUÁRIO DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS (EESC). 1954, 1955 e 1957. *Relatório Anual*. São Carlos.

ARAÚJO, Claudia Gomes de. Arquitetura e Cidade na obra de Ernest de Carvalho Mange. São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos. *Dissertação* (Mestrado). São Carlos: USP, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Projeto de decreto legislativo para homenagem de Ricardo Capote Valente Júnior. São Paulo: Gabinete do Vereador Bruno Feder, 1992.

CANUTO, C. L.; MOURA, L. R.; SALGADO, M. S. Tecnologias digitais e preservação do patrimônio arquitetônico: explorando alternativas. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 7, n. 4, p. 252–264, 2016.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. Paulo de Camargo e Almeida. Arquitetura total na trajetória de um arquiteto brasileiro. *Dissertação* (Mestrado). São Carlos: EESC USP, 2000.

CERAVOLO, A. L. ; CUPERSCHMID, A. R. M. ; SILVA, F. B. L. ; FABRICIO, M. M. . E1: Industrialization in Modern Brazilian Architecture, 1950. In: Bartolomei, C., Ippolito, A., Vizioli, S.H.T.. (Org.). *Digital Modernism Heritage Lexicon*. Cham (Suíça): Springer, 2022, 1ed, pp. 1255-1276.

COSTA, Heliara A. ; SOUZA, M. P. ; FRANCO JR, J. C. ; FABRICIO, M. M. HBIM: estudo exploratório por meio do registro do edifício E1. In: Encontro Brasileiro de Modelagem da Informação da Construção e Patrimônio Cultural, 2019, São Carlos. *Anais do Encontro Brasileiro de Modelagem da Informação da Construção e Patrimônio Cultural - HBIM 2019*, 2019. p. 106.

DORE, C.; MURPHY, M.; MCCARTHY, S.; BRECHIN, F.; CASIDY, C. ; DIRIX, E.. Structural simulations and conservation analysis-historic building information model (HBIM). *International Society for Photogrammetry and Remote Sensing (ISPRS)*, Volume XL-5-W4, 2015, 19 fev., pp. 351-7. <https://doi.org/10.5194/isprsarchives-XL-5-W4-351-2015>.

FIALHO, B.; COSTA, HELIARA APARECIDA; FABRICIO, Márcio Minto. Coordenação Modular e BIM: contribuições a partir do estudo do Edifício E1 da Escola de Engenharia de São Carlos. *ARQ.URB*, pp. 43-65, 2018.

FRANCO JÚNIOR, Júlio C.; COSTA, Heliara A.; FABRICIO, Márcio M.. BIM and Aerial Photogrammetry: building documentation of E1 - USP São Carlos. *Anais do XXII Congresso Internacional da Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital*, São Paulo: Editora Blucher, 2018, p. 281. DOI <http://dx.doi.org/10.5151/sigradi2018-1646>

GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds. Architecture old and new: 1952-1942*. New York: MoMA, 1943 (catálogo).

GREVEN, H. A.; BALDAUF, A. S. F.. *Introdução à Coordenação modular na construção no Brasil: uma abordagem atualizada*. Porto Alegre: Coleção Habitare/FINEP, 2007.

HABITAT. Escola de Engenharia de São Carlos. *Habitat*, São Paulo, n. 33, pp. 44-9, ago., 1956.

HADDAD, N. A. et al. Towards a Risk Management and Conservation Plan for the Djin Blocks at the World Heritage Site of Petra, Jordan: *The Case of Djin Block*, No. 9, Conservation and Management of Archaeological Sites, v. 17, n. 2, p. 175–191, 2015.

ICOMOS. The ICOMOS Ename Charter. *Site oficial*. Disponível em: <[https://www.icomos.org/charters/interpretation\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/interpretation_e.pdf)>.

LIMA, Renata Priore. 2008. *Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)*. São Carlos: EDUFSCar.

MELLO, Aluísio B. de et al. “Avaliação técnica do Bloco E-1”. *Trabalho desenvolvido para a disciplina Patologia das Construções II*, oferecida pelo Prof. Dr. Jefferson B. L. Liborio. São Carlos: EESC USP, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 1994. (digitado: em papel)

NOBRE, Ana Luiza. Módulo só. O Edifício E1, em São Carlos, de Ernest Mange e Hélio Duarte. *Revista RISCO*, ed. 5, 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDUSCON-SP). Organização industrial e competitividade da indústria brasileira de materiais de construção. S.l.:s.n., 1997. (Série Estudos Setoriais, n.1)

SUMMERSON, John. "What is the history of construction". *Journal of the Construction History Society*, n. 1, 1985.

TRUZZI, O. M. S. *Café e Indústria: São Carlos, 1850-1950*. 2nd ed. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

VASCONCELLOS, Augusto Carlos de. *O Concreto no Brasil*. vol.3: Pré-fabricação, Monumentos, Fundações. São Paulo, Studio Nobel, 2002.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa pelo Edital Universal processo 435740/2018-0 e pela Bolsa Produtividade em Pesquisa do terceiro autor – processo 308379/2021-7.

A todos os colaboradores que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa apresentada, que envolveu alunos de graduação e pós-graduação das instituições envolvidas: USP, UNICAMP e UNICEP São Carlos, em especial ao Arquiteto Gabriel Augusto Maximiano, que como Bolsista DTI-C CNPq atuou no desenvolvimento dos modelos BIM do edifício.

À Escola de Engenharia de São Carlos da USP por permitir o acesso ao acervo de documentos e fotos e ao prédio.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS NO MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

#### *MAPPING OF OPERATION AND MAINTENANCE ACTIVITIES TO MITIGATE RISKS AT THE MUSEUM PAULISTA OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO*

Marcus Vinicius Rosário da Silva<sup>1</sup>  
Sheila Walbe Ornstein<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os museus têm a responsabilidade de salvaguardar suas coleções e patrimônio edificado. As atividades de suporte que integram o gerenciamento da operação e manutenção (O&M) tem o potencial de mitigar os riscos provenientes das atividades finalísticas, tais como exposição de objetos, conservação das coleções, aulas/cursos/palestras e os próprios edifícios que abrigam museus. Neste sentido, este trabalho visa identificar os principais riscos provenientes das atividades citadas e mapear os processos de O&M que possam auxiliar na mitigação das situações de risco no caso do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Adotou-se a condução de oficinas de cocriação, no período de março a junho de 2022, organizadas em seis diferentes grupos, a saber: (a) Conservação de Acervo; (b) Infraestrutura; (c) Educativo; (d) Administrativo; (e) Apoio institucional; e (f) Docentes. Os 35 participantes assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. De forma geral, a atividade consistiu em duas etapas. A primeira concentrada na identificação dos riscos naturais-exógenos (p. ex. chuvas e pragas), naturais-endógenos (p. ex. sujidade e obsolescência dos equipamentos), antrópicos-exógenos (p. ex. furto de veículos e

<sup>1</sup> Doutorando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Desenvolve sua pesquisa relacionada a museus e *facility management*. É bolsista FAPESP, processo n°. 2021/04172-7. [marcusrosario@usp.br](mailto:marcusrosario@usp.br)

<sup>2</sup> Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Foi diretora do Museu Paulista (Museu do Ipiranga) entre 2012 e 2016. É bolsista produtividade CNPq, processo n°. 304131/2020-2. [sheilawo@usp.br](mailto:sheilawo@usp.br)

potencial pichação) e antrópicos-endógenos (p. ex. retrabalho e fluxos de comunicação interna). A segunda, visou mapear os procedimentos de O&M – agrupados em quatro seções - gestão de espaços, de serviços, manutenção e administrativa – como suporte a mitigação dos riscos supracitados. Como resultados, 117 riscos e 82 procedimentos de O&M foram evidenciados. Estas oficinas de cocriação permitiram destacar a complexidade do estudo de caso com vistas ao atendimento de sua missão institucional.

Palavras-chave: Edifícios antigos. Gerenciamento. Atividade participativa.

## **ABSTRACT**

*Museums have a responsibility to safeguard their collections and built heritage. Support activities that integrate operation and maintenance management (O&M) have the potential to mitigate risks arising from final activities, such as exhibiting objects, conserving collections, classes/courses/lectures, and the buildings themselves that house museums. In this sense, this article aims to identify the main risks arising from the activities and map the O&M processes that can help mitigate these situations in the case of the Museu Paulista at the University of São Paulo. Co-creation workshops were held from March to June 2022 and organized into six different groups, namely: (a) Collection Conservation; (b) Infrastructure; (c) Educational; (d) Administrative; (e) Institutional support; and (f) Professors. All 35 participants previously signed the Informed Consent Form. In general, the activity consisted of two stages. The first focuses on identifying natural-exogenous risks (e.g. rain and pests), natural-endogenous (e.g. dirt and obsolescence of equipment), anthropogenic-exogenous risks (e.g. vehicle theft and potential graffiti) and anthropogenic-endogenous (e.g. rework and internal communication flows). While the second aimed to map the O&M procedures – grouped into four sections - space management, services, maintenance and administrative – to support the mitigation of the aforementioned risks. As a result, 117 risks and 82 O&M procedures were highlighted. These co-creation workshops made it possible to highlight the complexity of the study case, the tacit knowledge of the participants and the relevance of support activities for meeting the institutional mission.*

**Keywords:** *Old buildings. Management. Participatory activity.*

## **INTRODUÇÃO**

A fase de uso, operação e manutenção é a mais extensa do ciclo de vida de uma edificação<sup>3</sup>. Os riscos associados a esta fase demandam de (a) identificação, (b) detecção – danos causados pelo risco, (c) bloqueio – medidas de mitigação, (d) resposta – ações em situação de emergência, e (e) recuperação – intervenções para reverter o

---

<sup>3</sup> Marcus Vinicius Rosário da Silva, Sheila Walbe Ornstein, Climate Change and Resilience Perspectives: Brazilian Museums and Their Challenges. *Museum Worlds: Advances in Research* 10, 2022, pp. 48–60.

dano<sup>4</sup>. Desta forma, uma edificação com manutenção ineficiente pode desencadear ou agravar situações de emergência<sup>5</sup>.

Em ambientes museológicos, os perigos podem acarretar riscos relevantes à saúde dos funcionários, visitantes; além de possíveis danos às coleções e edificações que compõem um museu. Uma situação de emergência ou um desastre pode afetar todo o edifício, interrompendo assim as atividades operacionais do edifício que abriga o museu<sup>6</sup>. Recentemente, diversos museus foram afetados por atos de vandalismo, negligência e acidentes<sup>7</sup>.

Dentre os eventos ocorridos no Brasil, destacam-se os incêndios no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (2015) e no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (2018)<sup>8</sup>; deslizamento de terra e enxurrada nas imediações do Museu Imperial, em Petrópolis (2022)<sup>9</sup>; e o ataque de 8 de janeiro, em Brasília (2023) que atingiu o Museu do Senado, o Museu da Cidade e o Espaço Lúcio Costa<sup>10</sup>.

Sob este cenário, busca-se identificar os principais riscos provenientes das atividades do campo museal e mapear os processos de operação e manutenção (O&M) que possam auxiliar na mitigação destas situações no caso do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP).

Essa atividade é encarada como basilar para a construção de um modelo de gestão dedicado as atividades-meio, isto é, atividades centradas na operação e manutenção. Esse modelo visa dar suporte as demais tarefas executadas pelos diferentes setores de um museu, contribuindo assim para o atendimento à missão institucional.

---

<sup>4</sup> Yacy-Ara Froner, Heritage Science Networks and public policies: The importance of protocols, standards, and normative tools, and the Brazilian institute of Museums guidelines regarding collections risk management, em: Paula Menino Homem, Integrated Risk management in Museums: Past Lessons, Future Ways, 2023, pp. 120-142.

<sup>5</sup> International Council of Museums, Handbook on emergency procedures, The Netherlands, Ministry of Culture of The Netherlands, 2010, pp. 1-50.

<sup>6</sup> Alpaslan Hamdi Kuzucuoglu, Risk Management in Libraries, archives and museums, Internacional Refereed Academic Social Sciences Journal, volume 5(15), 2014, pp. 277-294.

<sup>7</sup> Yacy-Ara Froner, Heritage Science Networks and public policies: The importance of protocols, standards, and normative tools, and the Brazilian institute of Museums guidelines regarding collections risk management, em: Paula Menino Homem, Integrated Risk management in Museums: Past Lessons, Future Ways, 2023, pp. 120-142.

<sup>8</sup> Yacy-Ara Froner, Heritage Science Networks and public policies: The importance of protocols, standards, and normative tools, and the Brazilian institute of Museums guidelines regarding collections risk management, em: Paula Menino Homem, Integrated Risk management in Museums: Past Lessons, Future Ways, 2023, pp. 120-142.

<sup>9</sup> Marcus Vinicius Rosário da Silva, Sheila Walbe Ornstein, Climate Change and Resilience Perspectives: Brazilian Museums and Their Challenges, Museum Worlds: Advances in Research 10, 2022, pp. 48-60.

<sup>10</sup> BRASIL. Relatório preliminar: Vistoria de bens culturais afetados por vandalismo na praça dos três poderes – Brasília/DF, 2023, pp. 1-50.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ‘museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial’<sup>11</sup>.

Sob esse ponto de vista, os museus desenvolvem atividades complementares entre si a fim de atender a sua missão principal. Ou seja, os riscos são os mais diversos e envolvem diferentes atividades desempenhadas dentro da instituição.

A etapa de identificação dos riscos é crucial e visa ‘encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos’<sup>12</sup>.

Especificamente para a conservação preventiva de coleções, há o Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico<sup>13</sup>. O documento elenca dez agentes de deterioração, a saber: (a) forças físicas; (b) dissociação; (c) Umidade Relativa inadequada; (d) Temperatura inadequada; (e) Luz e radiação UV; (f) Poluentes; (g) Pragas; (h) Água; (i) Fogo; e (j) Criminosos.

Entretanto, há outros riscos potenciais de danos que podem atingir não só as coleções, mas todo o funcionamento dos museus. Esses riscos podem ser meteorológicos (p. ex. tempestades, chuvas, neve e variações extremas de calor), hidrológico (p. ex. inundações), sísmicos (p. ex. terremotos e tsunamis), vulcânico (p. ex. cinzas, fluxo de lava, gás venenoso e/ou asfixiante), fogo e explosão (p. ex. acidentais, falha de sistema elétrico e incêndio florestal), colapso estrutural (p. ex. sobrecarga do edifício, colisão de veículos e falha estrutural), atos criminosos (p. ex. incêndios, roubo e tumultos), econômico (p. ex. perda de financiamento e perda de público/pessoal), político (p. ex. problemas no repasse de recursos governamentais e redução de apoio) e conflitos armados (p. ex., guerras e ocupação militar)<sup>14</sup>.

A seguir, será apresentado um mapeamento do estado da arte sobre os perigos e riscos em museus e sua interface com as atividades de operação e manutenção.

O risco sísmico foi abordado em dois estudos, sendo um deles<sup>15</sup> focado no impacto desse risco junto aos artefatos culturais, ignorando a fragilidade sísmica dos próprios edifícios que abrigam museus. Conforme apresentado pelos próprios autores desse

<sup>11</sup> International Council of Museums, Nova definição de museu, 2022, pp. 1.

<sup>12</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR ISO 31.000: Gestão de Riscos – Diretrizes, 2018, pp. 1-17.

<sup>13</sup> José Luiz Pedersoli Jr.; Catherine Antomarchi; Stefan Michalski, Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. 2017, pp. 1-122.

<sup>14</sup> Patrick John Boylan. Assessing Risk: Museum Emergency Planning for Natural, Civil and Armed Conflict Risks, Cultural heritage disaster preparedness and response. International symposium proceedings, 2003, pp. 1-6.

<sup>15</sup> Weiguo Yang *et al.*, A seismic risk assessment method for cultural artifacts based on the Law of Large Numbers, Journal of Cultural Heritage, volume 54, 2023, pp. 216-227.

estudo, o projeto arquitetônico, os materiais de construção e as práticas de manutenção devem ser consideradas na análise de vulnerabilidade sísmica, principalmente em edifícios históricos e monumentais. Essa lacuna é tratada em outro estudo<sup>16</sup> utilizando uma base de dados relacionais, que busca identificar, registrar e inventariar danos sísmicos na arquitetura pré-colombiana. Esse estudo trás o alerta que aproximadamente 50% dos danos durante um terremoto estão relacionados à falta de manutenção. O risco de incêndio foi abordado<sup>17</sup> a partir dos fatores humanos, das instalações, do ambiente e da gestão social para consolidação de um sistema de avaliação de risco de incêndio. Os resultados demonstram que a má conduta humana e a gestão social do fogo – ambos fatores antrópicos - tiveram maior relevância para esse tipo de risco. Enquanto que o risco geotécnico foi abordado a partir do monitoramento da deformação do solo em um Patrimônio Mundial da UNESCO<sup>18</sup>. Esse método utilizou imagens aéreas e observações georeferenciadas, uma vez que este bem cultural está localizado em uma colina íngreme e vulnerável a queda de rochas e deslizamentos de terra. O risco associado a precipitações extremas e/ou tempestades e aumento do nível do mar tem sido uma condição imposta a nível global. Uma abordagem metodológica *multi-stakeholder* apoiada em um modelo urbano multi-escala e na recolha de dados contribuiu para a análise de mais de dois mil edificações com características variadas, resultando na geração de um índice único<sup>19</sup>.

No que tange aos riscos higrotérmicos, a falta de sistemas adequados, moldando o microclima interno nos museus e a falta de controle automático desencadeia temperaturas e umidade relativa fora dos limites recomendados. Essa situação intensifica significativamente a manutenção dos ambientes internos<sup>20</sup> e, portanto, o monitoramento e a modelação devem estar alinhados ao bem-estar psicofísico dos funcionários e dos visitantes e com a conservação do patrimônio<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> Andy Combey *et al.*, Monumental Inca remains and past seismic disasters: A relational database to support archaeoseismological investigations and cultural heritage preservation in the Andes, *Journal of South American Earth Sciences*, volume 111, 2021, pp. 1-13.

<sup>17</sup>Guokai Li *et al.*, Architectural Cultural Heritage Conservation: Fire Risk Assessment of Ancient Vernacular Residences based on FAHP and EWM, *Applied Sciences*, volume 13, 2023, pp. 1-25.

<sup>18</sup> Kyriacos Themistocleous *et al.*, Monitoring ground deformation of cultural heritage sites using SAR and geodetic techniques: the case study of Choirokoitia, Cyprus. 4th Joint international Symposium on Deformation Monitoring, 2019, pp. 1-8.

<sup>19</sup> Alessandra Gandini *et al.*, Climate change risk assessment: A holistic multi-stakeholder methodology for the sustainable development of cities, *Sustainable Cities and Society*, volume 65, 2020, pp.1-19.

<sup>20</sup> Joanna Ferdyn-Grygierek *et al.*, Hygrothermal Risk in Museum Buildings located in Moderate Climate, *Energies*, volume 13, 2020, pp. 1-20.

<sup>21</sup> Marco Pretelli, Leila Signorelli, Maria Antonietta de Vivo, Digital microclimate simulation models to support innovative management and preventive conservation processes in cultural sites, *Vitruvio*, volume 8, 2023, pp. 89-101.

Os riscos associados a emissão de poluentes podem ser decorrentes da concentração de artefatos em vitrines (exposição) ou caixas (reservas técnicas), criando microclimas com alta concentração de Compostos Orgânicos Voláteis<sup>22</sup> e concentrações de Dióxido de Nitrogênio, Dióxido de Enxofre, Ozônio, Dióxido de Carbono, Ácido Acético e Fórmico. Com isso, a manutenção regular dos edifícios e dos espaços dos museus é um processo importante para minimizar ou prevenir danos às coleções, reduzir custos internos e melhorar o conforto humano<sup>23</sup>.

## AS OFICINAS DE COCRIAÇÃO

### Estudo de Caso

O projeto de pesquisa do primeiro autor abrange as múltiplas atividades de O&M e sua relevância no caso dos museus, especialmente no caso do MP (Figura 1). Para tanto, tem realizado uma série de atividades junto e com o apoio da equipe do museu.

Figura 1 – edifício-sede do MP (fachada, acolhimento e exposição temporária)



Fonte: os autores

O MP enfrenta seus riscos e realiza algumas atividades de operação e manutenção desde sua gênese. O primeiro diretor do museu, Hermann von Ihering, por exemplo, ordenou a instalação de para-raios, sistema hidrossanitário, grades de ferro junto as janelas, monitoramento noturno e reparos recorrentes no sistema de cobertura do

---

<sup>22</sup> Karen Barbosa *et al.*, Monitorização de gases poluentes em microclimas de museus: estratégia relevante para a conservação preventiva, V Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro, volume 38, 2021, pp. 22-34.

<sup>23</sup> Abdelrazek Elnaggar *et al.*, Risk analysis for preventive conservation of heritage collections in Mediterranean museums: case study of the museum of fine arts in Alexandria (Egypt), *Heritage Science*, 2024, pp. 1-17.

edifício-monumento<sup>24</sup>. As atividades realizadas mitigaram os riscos associados principalmente a infiltração de água e roubo/furto.

Para apreensão dos riscos potenciais que orbitam as diferentes atividades profissionais no museu, foram realizadas oficinas de cocriação junto a equipe do museu. Oficinas de cocriação são um método qualitativo com vista a criação de valor a partir da definição dos problemas e o encontro de soluções de forma colaborativa, envolvendo os intervenientes<sup>25</sup>.

### **Métodos e Materiais**

As oficinas de cocriação, assim como as demais atividades previstas para a elaboração da tese que envolvem seres humanos, foram previamente aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob o CAAE 50859621.6.0000.0138 em 15 de setembro de 2021.

As oficinas de cocriação envolveram a participação de 35 funcionários do museu, divididos em seis grupos, a saber: (a) Conservação de Acervo (GC) – 23/03/2022 das 14:05 às 16:00h; (b) Infraestrutura – 20/04/2022 das 15:00 às 16:40h; (c) Educativo – 26/05/2022 das 14:00 às 16:00h; (d) Administrativo – 03/06/2022 das 10:00 às 11:50h; (e) Apoio institucional – 22/06/2022 das 10:00 às 11:50h; e (f) Docentes – 20/07/2022 das 08:00 às 09:00h).

As oficinas de cocriação foram realizadas na modalidade presencial, exceto a oficina do grupo de docentes que foi realizada na modalidade virtual, via *google meet* e *Miro*<sup>26</sup>. Os protocolos de distanciamento social, uso de álcool em gel e ventilação natural foram adotados nas oficinas presenciais. Cabe ressaltar que todos os participantes assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O material utilizado foi cartolina branca e bloco de notas autoadesiva colorido. A sala de reuniões do MP, localizado no imóvel temporário dedicado à biblioteca, foi cedida para a realização das oficinas (Figura 2). Para o mapeamento dos riscos inerentes as atividades desempenhadas pelos servidores públicos, foi utilizada uma matriz relacionando os riscos (endógenos ou exógenos) e a fonte (natural ou antrópica).

---

<sup>24</sup>Marcus Vinicius Rosário da Silva, Sheila Walbe Ornstein, Edifício-monumento à independência do Brasil (1823-1923): do planejamento ao uso, operação e manutenção, Anais do Museu Paulista, volume 31, 2023, pp.1-46.

<sup>25</sup>Manuela Quaresma, Isabela Motta, Co-creation workshop for interface design – designing innovative HMI for automated vehicles, Ergodesign & HCI, volume 7, 2019, pp. 24-35.

<sup>26</sup> <https://miro.com/pt/>

Enquanto para as atividades de operação e manutenção, foram agrupadas em quatro subáreas (espaços, manutenção, administração e serviços).

Figura 2 – Ambiente das oficinas de cocriação



Fonte: os autores

## Resultados e Discussão

Dentre os 117 riscos apontados pelos participantes e validados pelos seus pares, destacam-se a queda de árvores ou galhos (citado nos 6 grupos), chuvas (citado em 5 grupos), pragas, equipes reduzidas devido à falta de servidores, falta de desenvolvimento e implementação de planejamento (citados em 4 grupos), contaminação por proliferação de fungos ou bactérias, infiltração de água, entupimento de calhas, manutenção ineficiente, e comunicação inadequada com o público (citados em 3 grupos).

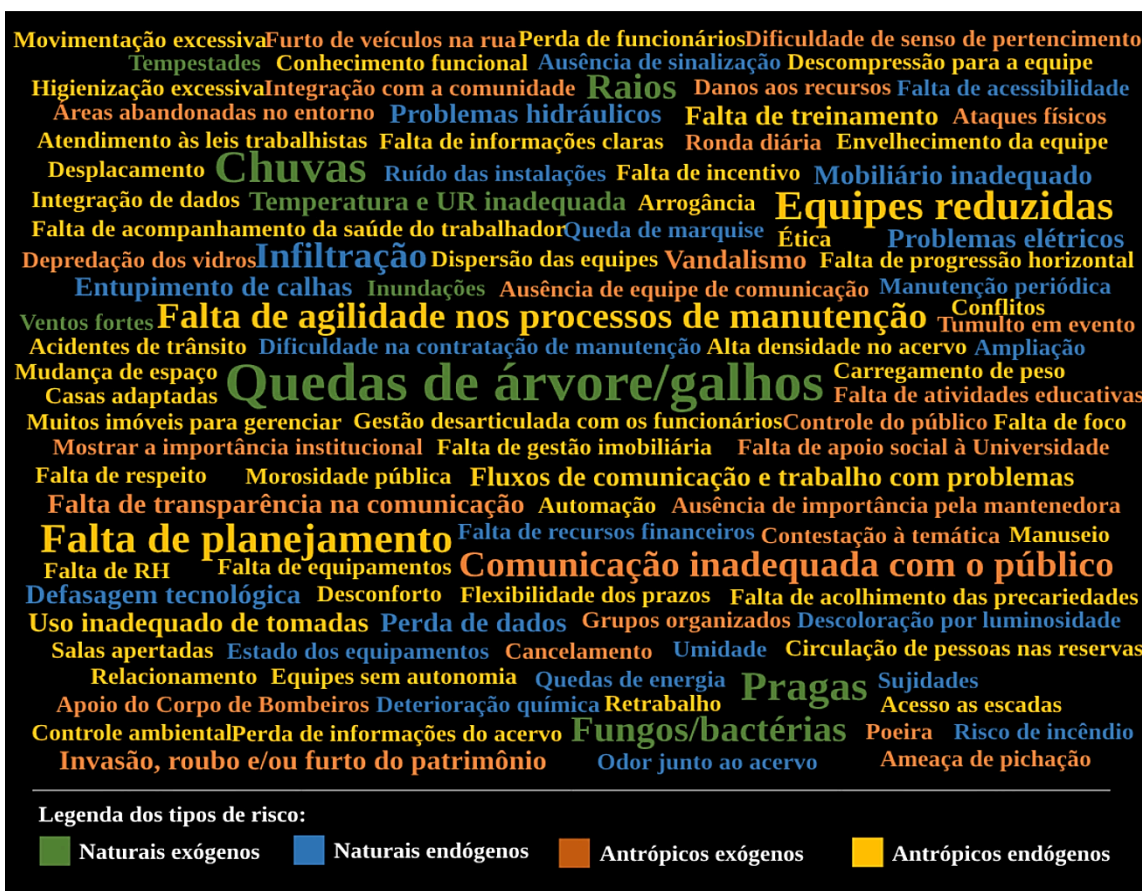
Citados apenas em 2 grupos, estão a temperatura e umidade inadequadas, a defasagem tecnológica dos equipamentos, o mobiliário inadequado para o trabalho, problemas hidráulicos, danos nos computadores com perda de dados, falta de qualificação continuada (treinamento), sobrecarga de trabalho devido a equipes reduzidas, fluxos de comunicação e retrabalho, invasão/roubo/furto de patrimônio, e vandalismo nos imóveis.

Os elementos mais citados estão relacionados a riscos naturais exógenos. Para corroborar com esse achado, em 3 de novembro de 2023, houve uma chuva intensa com fortes ventos em diversos bairros de São Paulo/SP, ocasionando a queda de árvores e galhos sobre o sistema de transmissão de energia. Essa sucessão de ações desencadeou na falta de fornecimento de energia elétrica pela concessionária por vários dias.

Especificamente no Museu do Ipiranga, edifício-sede do MP, o funcionamento foi paralisado no período da tarde do dia 4 e todo o dia 5 de novembro, após 17 horas ininterruptas do uso dos geradores a gás do museu para suprir a demanda interna.

A Figura 3 apresenta, de forma sintética, a compilação dos riscos. A composição das palavras foi realizada de forma manual a fim de controlar as cores pelos tipos de risco elencados.

Figura 3 – Mapeamento dos riscos

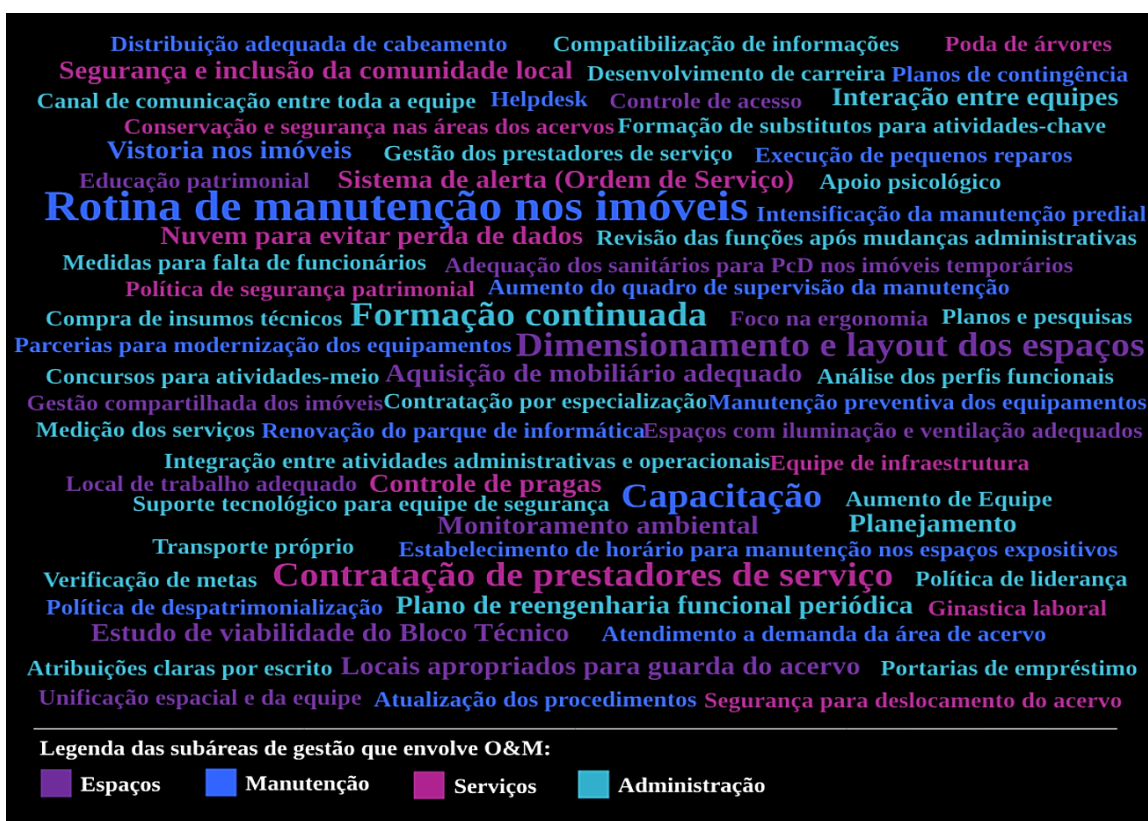


Fonte: os autores

Após a identificação dos riscos pelos participantes, os mesmos foram convidados a mapear atividades de O&M com potencial para mitigar os riscos supracitados. Com isso, foram evidenciados 82 procedimentos com destaque para a necessidade de rotina de manutenção em todos os imóveis que compõem o MP (citados por 5 grupos), a revisão do layout dos espaços e melhor dimensionamento da ocupação, realização de treinamentos/cursos/certificações para a equipe de manutenção, a contratação de prestadores de serviço para atividades de nível operacional e formação continuada de toda a equipe (citados em 3 grupos).

Citados apenas em 2 grupos, estão o estudo de viabilidade para a construção de uma reserva técnica, a rotina de monitoramento ambiental, a especificação e aquisição de mobiliário adequado, a interação entre as equipes, a vistoria periódica dos imóveis, um sistema de alerta de Ordens de Serviço (OS), o controle de pragas, uma limpeza adequada, a existência de uma segurança que envolva inclusive a comunidade local, um plano de reengenharia funcional periódica e, por fim, planejamento das atividades. O elemento mais citado está relacionado a gestão da manutenção. Para compreender esse achado, é importante se atentar para o cenário existente. Atualmente, o museu possui apenas dois servidores públicos dedicados a realização de pequenos reparos nos oito imóveis do MP na cidade de São Paulo/SP. Paralelamente, a locação de recursos financeiros e especificação técnica para contratação de empresas terceirizadas para a manutenção preventiva no edifício-monumento (patrimônio histórico) e nos imóveis temporários (edificações antigas adaptadas para usos específicos do museu). A Figura 4 apresenta, de forma sintética, o mapeamento das atividades do O&M com potencial de mitigar os riscos apresentados.

Figura 4 – Mapeamento das atividades de O&M



Fonte: os autores

De forma sintética, o número expressivo de riscos identificados pela equipe e procedimentos que envolvem a O&M demonstra a complexidade do ambiente e a diversidade de atividades complementares realizadas em seus interiores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apresentados ampliaram a compreensão do complexo cenário existente do MP e aponta possíveis soluções para a mitigação dos riscos associados as diversas atividades da instituição por meio de atividades de O&M. Com isso, o objetivo proposto de identificar os principais riscos das atividades e mapear os processos de O&M para mitigação dos riscos foi alcançado.

Os limites apresentados para a realização das oficinas estão relacionados a adesão voluntária dos funcionários e a capacidade do espaço físico quanto ao atendimento às diretrizes sanitárias em função do período pós pandemia em que foram realizadas. Enquanto que no método, os limites estão associados à identificação dos riscos e não a hierarquização dos riscos listados. Desta forma, a combinação com outros métodos, como por exemplo, a matriz GUT: (a) Gravidade – intensidade dos danos; (b) Urgência – tempo para eclosão dos danos; e (c) Tendência – ausência de ação mitigadora/corretiva<sup>27</sup> e que tem o potencial de priorizar os riscos conforme o estado atual da instituição poderá ser relevante para a construção futura do modelo proposto na pesquisa. Ou seja, a combinação de métodos poderá ser um dos caminhos a ser seguido na pesquisa com vista a aumentar a consistência dos diagnósticos.

Dentre as recomendações decorrentes das oficinas realizadas, estão a priorização de contratação de docente (nível estratégico-tático) e servidores públicos e/ou empresas terceirizadas (nível tático-operacional) para planejamento, implementação, monitoramento e análise crítica das atividades de O&M em execução.

Por fim, pode-se mencionar que um desdobramento possível das oficinas de cocriação seria o desenvolvimento de pesquisa futura voltada à composição de um sistema de gestão que envolva atividades de O&M dedicada a museus, introduzindo as peculiaridades do campo museal e patrimonial.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>27</sup> Charles Higgins Kepner, Benjamin B. Tregoe. The New Rational Manager: Na Updated Edition for a New World, The University of Virginia, 2009, pp. 242.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos. Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 31.000: Gestão de Riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro, ABNT, 2018, pp. 1-17.

BOYLAN, Patrick John. Assessing Risk: Museum Emergency Planning for Natural, Civil and Armed Conflict Risks. In Cultural heritage disaster preparedness and response. International symposium proceedings. Slar Jung Museum, Hyderabad, 23–27 Nov. ICOM, 2003, pp. 1-6.

BARBOSA, Karen; FERREIRA, Teresa; MOREIRA, Patrícia; VIEIRA, Eduarda. Monitorização de gases poluentes em microclimas de museus: estratégia relevante para a conservação preventiva. V Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro, volume 38, 2021, pp. 22-34. doi: 10.14568/cp2020069

BRASIL. Relatório preliminar: Vistoria de bens culturais afetados por vandalismo na praça dos três poderes – Brasília/DF. Brasília, Ministério da Cultura, 2023, pp. 1-50.

COMBEY, Andy; TRICOCHÉ, Agnès; AUDIN, Laurence; GANDREAU, David; ESCÓBAR, Carlos Benavente; ABUHADBA, José Bastante; TAVERA, Hernando; RODRIGUEZ-PASCUA, Miguel Ángel. Monumental Inca remains and past seismic disasters: A relational database to support archaeoseismological investigations and cultural heritage preservation in the Andes. *Journal of South American Earth Sciences*, volume 111, 2021, pp. 1-13.

ELNAGGAR, Abdelrazek; SAID, Mahmoud; KRASEVEC, Ida; SAID, Aly; GRAU-BOVE, Josep; MOUBARAK, Hosam. Risk analysis for preventive conservation of heritage collections in Mediterranean museums: case study of the museum of fine arts in Alexandria (Egypt). *Heritage Science*, 2024, pp. 1-17. doi: 10.1186/s40494-024-01170-z

FERDYN-GRYGIEREK, Joanna; KACZMARCZYK, Jan; BLASZCZOK, Monika; LUBINA, Piotr; KOPER, Piotr; BULINSKA, Anna. Hygrothermal Risk in Museum Buildings located in Moderate Climate. *Energies*, volume 13, 2020, pp. 1-20. doi: 10.3390/en13020344

FRONER, Yacy-Ara. Heritage Science Networks and public policies: The importance of protocols, standards, and normative tools, and the Brazilian institute of Museums guidelines regarding collections risk management. In Paula Menino Homem. *Integrated Risk management in Museums: Past Lessons, Future Ways*. Porto, Universidade do Porto, 2023, pp. 120-142. doi: 10.21747/978-989-9082-15-1/int

GANDINI, Alessandra; QUESADA, PRIETO, Laura; Inaki; GARMENDIA, Leire. Climate change risk assessment: A holistic multi-stakeholder methodology for the sustainable development of cities. *Sustainable Cities and Society*, volume 65, 2020, pp.1-19. doi: 10.1016/j.scs.2020.102641

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Handbook on emergency procedures. The Netherlands, Ministry of Culture of The Netherlands, 2010, pp. 1-50.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Nova definição de museu. Praga, ICOM, 2022, pp. 1.

KEPNER, Charles Higgins; TREGOE, Benjamin B. The New Rational Manager: Na Updated Edition for a New World, Virginia: The University of Virginia, 2009, pp. 242.

KUZUCUOGLU, Alpaslan Hamdi. Risk Management in Libraries, archives and museums. *Internacional Refereed Academic Social Sciences Journal*, volume 5(15), Yaz Donemi, 2014, pp. 277-294.

LI, Guokai; YUAN, Hongping; SHAN, Yi; LIN, Guiye; XIE, Guojie; GIORDANO, Andrea. Architectural Cultural Heritage Conservation: Fire Risk Assessment of Ancient Vernacular Residences based on FAHP and EWM. *Applied Sciences*, volume 13, 2023, pp. 1-25. doi: 10.3390/app132212368.

PEDERSOLI Jr., José Luiz.; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. Lisboa, Ibermuseus, ICCROM. 2017, pp. 1-122.

PRETELLI; Marco; SIGNORELLI, Leila; VIVO, Maria Antonietta de. Digital microclimate simulation models to support innovative management and preventive conservation processes in cultural sites. *Vitruvio*, volume 8, 2023, pp. 89-101. doi: 10.4995/vitruvio-ijats.2023.20536

SILVA, Marcus Vinicius Rosário da; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Climate Change and Resilience Perspectives: Brazilian Museums and Their Challenges. *Museum Worlds: Advances in Research* 10, 2022, pp. 48–60. doi: 10.3167/armw.2022.100105

SILVA, Marcus Vinicius Rosário da; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Edifício-monumento à independência do Brasil (1823-1923): do planejamento ao uso, operação e manutenção. *Anais do Museu Paulista*, volume 31, 2023, pp.1-46. doi: 10.1590/1982-02672023v31e6

THEMISTOCLEOUS, Kyriacos; DANEZIS, Chris; MENDONIDIS, Evangelos; GIKAS, Vassilis. Monitoring ground deformation of cultural heritage sites using SAR and geodetic techniques: the case study of Choirokoitia, Cyprus. 4th Joint international Symposium on Deformation Monitoring, 15-17 May, Grécia, 2019, pp. 1-8.

QUARESMA, Manuela; MOTTA, Isabela, Co-creation workshop for interface design – designing innovative HMI for automated vehicles, *Ergodesign & HCI*, volume 7, 2019, pp. 24-35.

YANG, Weiguo; ZOU, Xiaoguang; LIU, Pei; WANG, Meng; CAO, Wupeng. A seismic risk assessment method for cultural artifacts based on the Law of Large Numbers. *Journal of Cultural Heritage*, volume 54, 2023, pp. 216-227. doi: 10.1016/j.culher.2023.10.008.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### TÍTULO:

**O MORAR LABORAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE  
SALLES OLIVEIRA:  
memórias da vila operária da rua oriental**

#### *TÍTULO EM INGLÊS:*

***THE WORK HOUSE OF THE UNIVERSITY CITY ARMANDO DE SALLES  
OLIVEIRA:  
Memories of the working-class village of Oriental Street***

Verônica Alvarenga Pereira<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo busca apresentar uma pesquisa histórica e pessoal, a qual teve por objetivo investigar as residências de funcionários da Universidade de São Paulo (USP) dentro da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO). Com o suporte do acervo da universidade e da memória oral dos que moraram no campus, durante seu período de construção, buscou-se entender a organização das casas e as apropriações dos operários e suas famílias naquele momento. Destaca-se nesse estudo a Vila Operária da Rua Oriental que continha um conjunto de trinta unidades e abrigava a casa do operário da construção civil, João José Pereira, meu avô paterno.

Palavras-chave: CUASO; USP; vilas operárias.

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) - veronicaalvarenga17@yahoo.com.

## **ABSTRACT**

*This article seeks to present historical and personal research, which aims to investigate the residences of employees of the University of São Paulo (USP) within the University City Armando de Salles Oliveira (CUASO). With the support of the university's collection and the oral memory of those who lived on the campus, during the construction period, sought to understand the organization of the houses and the appropriations of the workers and their families at that time. The Working-class Village from Oriental Street stands out in this study, which contained a group of thirty units and housed the house of the construction worker, João José Pereira, my paternal grandfather.*

**Keywords:** CUASO; USP; working-class villages.

## **INTRODUÇÃO**

Durante o período de construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira parte dos operários da construção civil e de serviços administrativos moraram dentro do campus. Essa convivência e partilha do espaço marcou a história familiar desses migrantes que vieram para cidade de São Paulo em busca de oportunidade de trabalho. Paulo José Pereira, nasceu em 1960 e morou na CUASO durante seus primeiros vinte anos de vida. Essa oportunidade foi graças à função que seu pai, João José Pereira, exerceu como carpinteiro nas obras de construção do campus. A minha vida foi cercada pelas histórias de infância e adolescência dentro da USP, uma vez que Paulo e João são meu pai e meu avô, respectivamente. A motivação inicial desta pesquisa<sup>2</sup> foi elaborar essas lembranças familiares de forma a entender o processo histórico envolvido além de documentar a memória dos trabalhadores dentro do campus.

A primeira parte do estudo se debruçou na história da criação da Universidade de São Paulo e a elaboração até a efetivação da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, com destaque para os documentos trabalhistas de João José Pereira, além do levantamento fotográfico no acervo pessoal da minha família. Enquanto a segunda etapa se deteve na investigação dos vestígios da moradia no campus a partir do acervo da Universidade de São Paulo e as memórias do morar laboral proporcionadas pelas

---

<sup>2</sup> Pesquisa realizada para o Trabalho Final de Graduação da FAU USP.

entrevistas com os moradores. Já na terceira e última parte, a Vila Operária da Rua Oriental foi o enfoque do estudo, a partir de croquis feitos pela moradora Rute de Araújo Pereira foi possível visualizar a implantação, as unidades e a organização interna da casa, ademais, explorar as vivências a partir das entrevistas. Neste artigo me deterei as duas últimas etapas.

## **MEMÓRIA OPERÁRIA E A HISTÓRIA ORAL**

Houve no início do século XX e principalmente com a arquitetura eclética certo prestígio do construtor, que ao longo da introdução e persistência da arquitetura moderna se perdeu. No decorrer do tempo a figura do servente da construção civil foi sendo alterada na medida em que o canteiro de obras e o escritório técnico se distanciava, as figuras de engenheiros e arquitetos começaram a representar a produção intelectual do projeto, enquanto a figura do artífice se transformou aos poucos no peão. Logo, o sujeito que conhecia todos os processos não estava mais encarregado de construir, mas sim de gerir o andamento da obra. A notoriedade dos profissionais formados pela academia se deu inversamente aos do canteiro. Dessa maneira, colocar os operários da construção civil no centro da pesquisa permite visibilizar histórias comumente silenciadas pela história da arquitetura moderna.

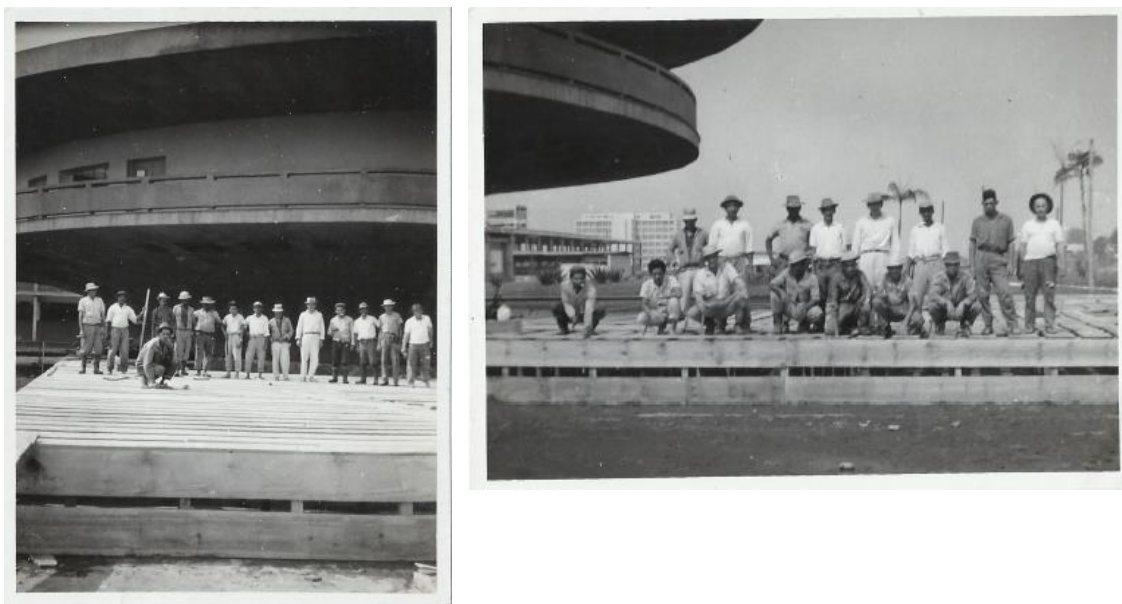
O desafio encontrado por aqueles que têm interesse em estudar e perpetuar os saberes populares, pelo testemunho que estes proporcionam a respeito de um determinado período ou condição social, ultrapassa os limites da relação que se estabelece na historiografia da arquitetura entre autor e obra, já que são marcados por uma tradição verbal. A história oral aparece assim como oportunidade metodológica de revelar perspectivas ocultadas, dando voz àqueles que não protagonizaram as recordações. Entretanto, é importante salientar sobre como a fonte oral deve ser utilizada na produção de história enquanto ciência acadêmica e para isso toma-se como ponto de partida a análise de Marieta Ferreira a respeito dessa temática:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada

em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência.<sup>3</sup>

A autora ressalta ainda que “a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração”<sup>4</sup>, esta enquanto experiência individual “é um sistema organizado de lembranças cujo o suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados”<sup>5</sup>. Contudo, as “nossas lembranças permanecem coletivas, pois jamais estamos só”<sup>6</sup>. Ao registrar essas experiências, vividas e lembradas enquanto indivíduos, busco perpetuar a memória social, familiar e grupal<sup>7</sup> daqueles que moraram dentro da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (figuras 01 e 02).

A escolha metodológica de colocar as entrevistas em destaque na pesquisa está no entendimento que as memórias permitem saber sobre os afetos, os vínculos e os valores daquele período, tanto entre os operários e suas famílias quanto em relação às moradias e as vivências dentro do campus. Esse trabalho enaltece essas narrativas de forma pioneira, já que não se tem dados de que essa temática já foi antes estudada dentro da USP.



Figuras 01 e 02: Fotos dos operários da construção civil em frente ao prédio do Biênio da POLI USP, entre 1950 e 1970. Fonte: Acervo pessoal da autora.

<sup>3</sup> Marieta Ferreira. História, tempo presente e história oral. 2002, p. 321.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Ulpiano de Meneses. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. 1992, p. 15.

<sup>6</sup> Simone Scifoni. Lugares de memória operária na metrópole paulistana. 2013, p. 101.

<sup>7</sup> Ecléa Bosi. Introdução. In: Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 1979.

## OS MORADORES E SUAS VIVÊNCIAS

Pedrinho tinha apenas dois anos quando sua família se mudou de Minas Gerais para morar na cidade de São Paulo, visto que seu pai começaria a trabalhar como pedreiro na construção do campus da USP em 1952. Na maior parte do tempo sua família morou em uma casa de chácara que ficava na área atrás da Escola Estadual Clorinda Dante. Ficou lá até a desapropriação das residências em 1979, época em que seu pai já havia se aposentado e se mudado para o interior. Além de seus pais, morou com mais dois irmãos, uma irmã caçula “e todo parente que vinha trabalhar na USP morava com a gente”. Relembra como era tranquilo morar dentro do campus e afirma ter sido uma ótima experiência, “na época tudo era bom né? Tudo era bom!”<sup>8</sup>.

Nesse estudo foram realizadas quinze entrevistas com moradores daquele período, via telefone ou presencialmente na casa dos entrevistados, sendo seis mulheres e nove homens. Os encontros foram acompanhados de um questionário com cerca de vinte perguntas, as quais deram base para compreender sobre os ocupantes, como as casas se estruturaram além de sua distribuição no campus. Dessa forma, as entrevistas foram tidas como fonte pela possibilidade de compreensão de parte da história da CUASO, sendo os sujeitos sociais os funcionários da USP e suas famílias. Assim como ressalta Flávia Brito em sua pesquisa sobre os IAPIs, “por meio das lembranças e das vivências dos moradores, buscou-se ampliar a compreensão histórica desses lugares, e ao mesmo tempo tê-las como possibilidades memoriais”<sup>9</sup>.

As residências que tiveram maior destaque nas falas estiveram na região entre as faculdades da Veterinária e da Biomédicas. Apesar de serem casas em conjuntos separados territorialmente, todos os entrevistados se identificam como moradores das vilas da USP. As moradias dentro do campus tiveram certa pluralidade de tipologia e localidade, já que inicialmente as famílias foram instaladas em casas de chácaras que existiam previamente na gleba ou em galpões com divisões de madeira que serviriam de abrigo temporário aos trabalhadores, de acordo com os relatos dos moradores. Por se tratarem de residências que já foram demolidas, a aproximação da pesquisa se deu pelas plantas do campus (figura 03) que constam no acervo da SEF, as quais se encontram de

---

<sup>8</sup> Pedro Maciel, 73 anos. Entrevistadora: Verônica Alvarenga Pereira, 16 ago. 2023.

<sup>9</sup> Flávia do Nascimento. A maçã e a geladeira: formas de morar e memórias dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo. 2021, p. 94.

forma sistematizada no livro *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos* (2018), de Neyde Cabral.

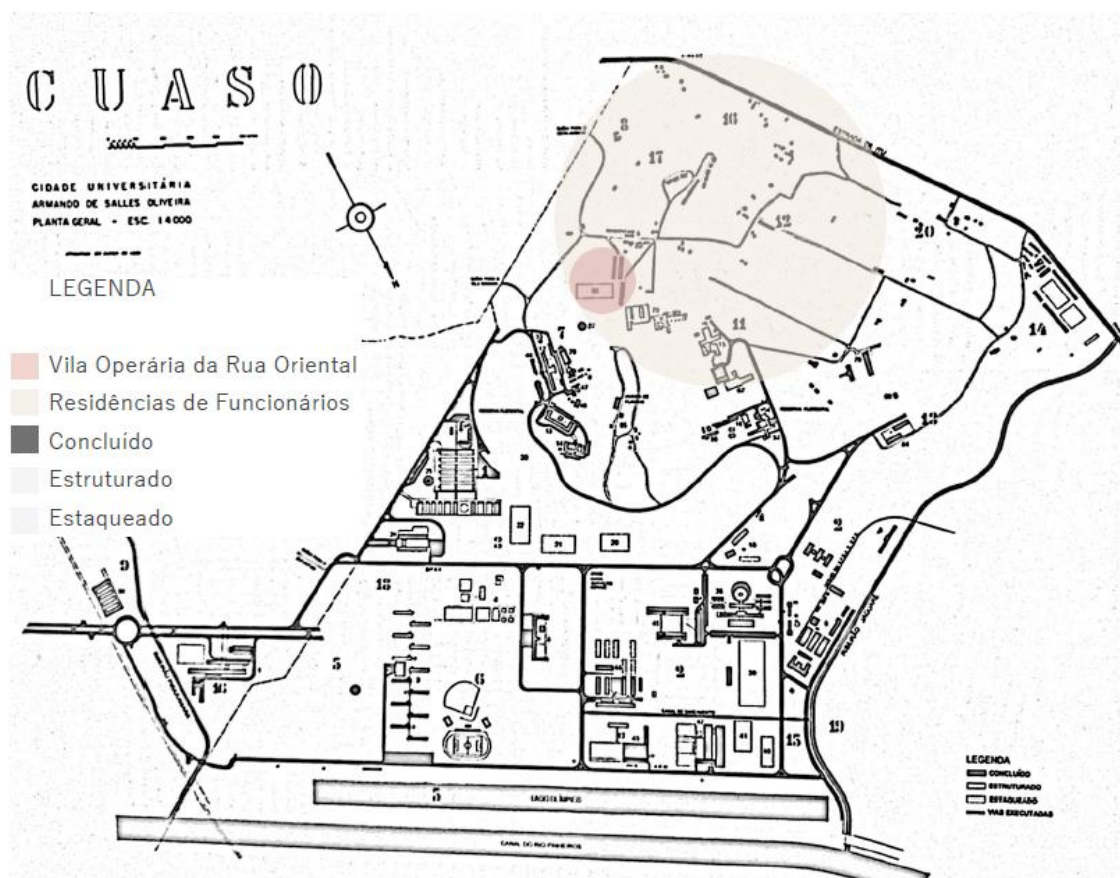


Figura 03: Planta Geral da CUASO atualizada em março de 1966 pelo FUNDUSP, com o registro do existente. Fonte: Acervo SEF (Cabral, 2018). Redesenho Verônica Alvarenga Pereira, 2023.

Na pesquisa no Arquivo Geral da USP foi encontrado um processo de 1957 em que continha uma lista de funcionários que moravam dentro das dependências da CUASO sob o título “Residências que são cedidas com o objetivo de ser contratada mão de obra por preço mais baixo”. Essa tabela continha dados como: nome, tipo de construção (alvenaria ou madeira), condições de habitabilidade e caráter de permanência, revelando que as moradias naquele ano ainda se tratavam de locações temporárias com baixa condição de habitabilidade. Estas são relatadas nas entrevistas como barracões e/ou galpões que abrigaram temporariamente as famílias recém chegadas à São Paulo.

No processo consta também um ofício da Comissão da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira ao reitor da USP naquele período, Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho. Nele há um levantamento realizado o qual relata haver 112 residências



dentro do campus, sendo 19 delas construídas pela comissão até aquele ano, treze destinadas a “operários braçais” e seis para “funcionários de melhor categoria”.

Esse documento ainda conta com outra tabela em que detalha os residentes que estavam dentro da CUASO em 1957. Havia casos de pessoas que não tinham vínculo com a USP mas estavam lá por condições prévias à instalação do campus, logo são marcados como “estranhos” na descrição do levantamento. Os dados apresentados são: nome, categoria funcional, função, vencimento salário, contribuição 10%, rep. p/ onde recebe, tipos de construção e caráter de permanência. Desse modo, foi possível verificar em documentos institucionais a comprovação da existência dessas moradias além de identificar os nomes dos funcionários que ali residiam.

Nessa tabela é possível ver que havia um desconto de dez por cento do salário daqueles que moravam nas dependências da universidade. Há ainda outro ofício nesse processo que consta um pedido da Comissão da Cidade Universitária à reitoria, a fim de solicitar a isenção da taxa de mensalidades aos funcionários encarregados do cuidado dos animais da veterinária. Uma vez que, havia um decreto estadual que isentava os funcionários que moravam em casas do governo em dependências rurais, as quais tinham residência obrigatória pelo tipo de atividade realizada. Os responsáveis pela faculdade afirmaram que as atividades desenvolvidas no campus se assemelhavam às rurais e, portanto, esses encarregados deveriam ter isenção da taxa. Contudo, ao acessar outros documentos dos anos de 1970, verificou-se que o encargo relativo à moradia não foi implementado aos funcionários que residiram dentro da CUASO.

Ademais, em outro processo de 1979 consta o Protocolo 5984 de 1967, o qual relata sobre moradias do campus que estavam em desapropriação e/ou demolição. Cita ainda que alguns seriam realocados nas casas que seriam construídas, funcionários “serão transferidos para casa a serem construídas em caráter definitivo, obedecida a planificação setorial e que continuarão o Núcleo de Operadores da Cidade Universitária”. Há ainda uma planta que define a localização exata das residências que existiam naquele período (entre 1967 e 1979) com seus respectivos números, sendo possível assim identificá-las no campus além de uma aproximação de quantidade devido a numeração, 148 unidades de acordo com a legenda. Essa planta possui a intenção de localizar as casas a fim de mobilizar o processo de demolição das mesmas em etapas.

Já em relação as conversas com os moradores, nota-se o esforço para lembrar daquele período da vida esteve cercado de nostalgia, por terem passado a infância e adolescência dentro do campus, hoje se encontram na categoria etária dos idosos. Todos

os entrevistados têm entre 54 e 73 anos de idade e são filhos dos funcionários que trabalharam na USP durante o período da construção da CUASO, na segunda metade do século XX. Para tanto, os relatos são focados nas experiências que esses moradores tiveram e, portanto, a perspectiva de vida dos homens e mulheres adultos, responsáveis pelas famílias, aparecem de forma paralela. Ademais, em seu trabalho sobre as lembranças dos velhos, Ecléa Bosi fala sobre as tensões entre o que se quer recordar e o que se quer esquecer, então para além do que foi descoberto nesse processo de pesquisa observa-se também que há zonas de sombra, de silêncios, dos não-ditos<sup>10</sup>.

As famílias eram tipicamente compostas por pai, mãe e filhos, todas com pelo menos três filhos. Os patriarcas tinham funções várias: carpinteiro, pedreiro, encanador, encarregado da alta tensão do campus, servente, ajudante de topografia, copeiro, cozinheiro, serviços gerais, encarregado dos animais e etc. Estes tinham como tarefas em sua rotina ir trabalhar nas obras do campus, com uma visita dos filhos ou da esposa para levar a comida no horário do almoço, além de reparos da casa. Já a rotina das mulheres estava ligada à manutenção dos deveres do lar e da família, cuidar da comida, da roupa, dos filhos, do marido e algumas chegaram a trabalhar fora de casa. O cotidiano das crianças era frequentar a escola e ajudar nas tarefas domésticas, depois brincavam pelo campus como um grande quintal a ser explorado.

Os trabalhos remunerados exercidos pelas mulheres que foram citados eram: secretária, empregada doméstica, lavagem de roupas para terceiros e preparação de alimentos para vender em banquinhas dentro do campus. Há ainda relatos sobre atividades exercidas pelos meninos para complementar a renda familiar, entre elas: vender as comidas que as mães preparavam nas banquinhas de café nos canteiros de obras, lavagem de carros, em especial dos professores universitários, ajudante de obras desentortando pregos, ajudante na oficina do Instituto de Física e etc.

As casas possuíam divisão interna de cinco cômodos: sala, cozinha, banheiro e dois quartos, o que diferia entre elas era o tamanho da unidade. Os espaços de sociabilidade foram comumente associados aos campos de futebol, a rua e muitos eventos ocorreram dentro das próprias casas, já que possuíam um quintal confortável. Outro ponto comum entre os relatos é o fato de terem morado em lugares diferentes no campus, a universidade realocava as famílias em diferentes unidades, principalmente por terem residido inicialmente em lugares adaptados e posteriormente em casas construídas para

---

<sup>10</sup> Michael Pollak. Memória, esquecimento e silêncio. 1989.

abrigá-los de modo mais permanente. As residências não eram reformadas ou sequer se acrescentavam cômodos, os moradores relataram apenas intervenções de pintura, colocação de forro e cuidados com jardim/horta. A concessão das casas era regida por um termo em que o funcionário sabia que assim que a universidade requeresse o bem ele deveria sair da mesma. Todos os entrevistados afirmam que não se pagava aluguel ou contas referentes às residências, fato comprovado pelos documentos acessados no Arquivo Geral da USP.

Já em relação à convivência entre as pessoas, os entrevistados afirmavam que se tratava de uma grande família e estavam sempre juntos (figuras 04 e 05). Ao ouvir todos os relatos foi possível concordar com Ecléa Bosi ao ressaltar que “lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito”<sup>11</sup> para dar conta de tudo que foi experienciado naqueles tempos. Além disso, como afirmam Nascimento e Scifoni em seu texto, os lugares de memórias são marcados pelos “vínculos afetivos e memoriais dos moradores com seus espaços”<sup>12</sup>, esses devem ser lembrados e apontados como parte significativa da história.



Figura 04 e 05: Foto com os filhos dos funcionários nas residências que ficavam perto dos galpões da Hidráulica, ao fundo prédios do CRUSP. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Foto com os filhos dos funcionários, ao fundo prédio circular da POLI. Fonte: Acervo pessoal da autora.

<sup>11</sup> Ecléa Bosi. Introdução. In: Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 1979, p. 03.

<sup>12</sup> Flávia do Nascimento. Simone Scifoni. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. 2015, p. 73.

## A VILA OPERÁRIA DA RUA ORIENTAL

A tipologia de vila operária foi largamente implantada a partir da segunda metade do século XIX, comumente associada à revolução industrial tratou-se de uma promoção habitacional das fábricas para seus operários. Ademais, essa tipologia definiu-se “como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência”, “casas de famílias de trabalhadores estáveis”<sup>13</sup>, com certa organização espacial interna além de conforto revelado pelos acabamentos.

A Vila Operária da Rua Oriental era formada por um conjunto de trinta unidades unifamiliares, as quais eram dispostas em três conjuntos, logo, três fileiras com dez casas em cada, numeradas de 1 a 30, ficavam localizadas onde hoje é o conjunto da Biomédicas IV. As residências tinham a mesma distribuição interna de ambientes e as fileiras de dez compartilhavam o mesmo telhado de duas águas, paredes de fachadas com tijolinhos (figura 06) e caixa de esgoto, além da rua de terra. A distinção de terreno de cada uma era marcada por cercas de madeira, tanto na parte frontal quanto na posterior.



Figura 06: Foto com moradores na fachada da fileira de casas da Vila Operária da Rua Oriental.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

---

<sup>13</sup> Telma Correia. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. 2001, p. 84.



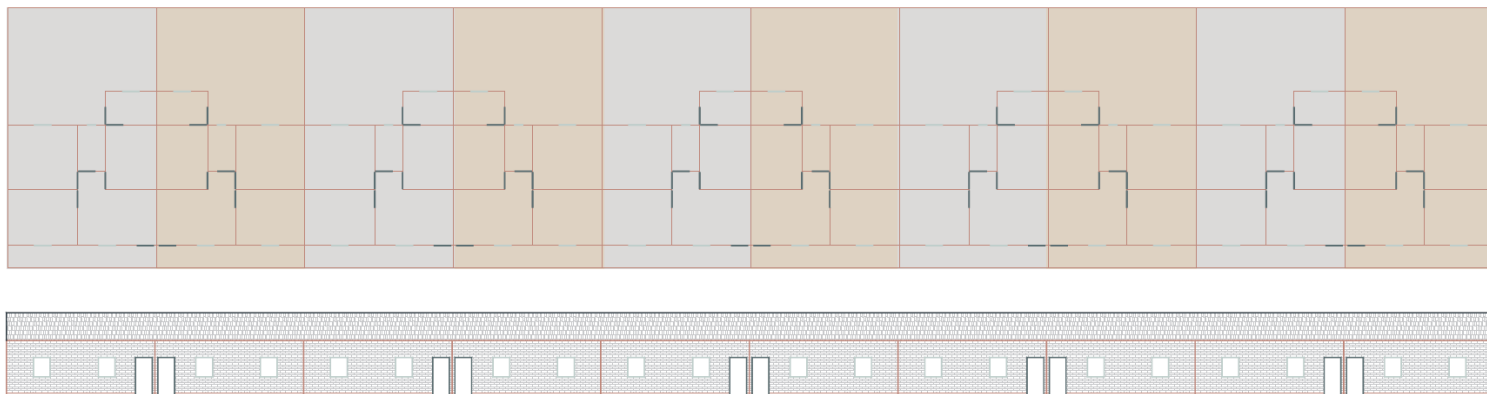


Figura 09: Esboço da implantação de fileiras de casas da Vila Operária da Rua Oriental com divisão interna dos ambientes. Fonte: Desenho Verônica Alvarenga Pereira, 2023.

Além das características arquitetônicas e urbanísticas que a tipologia de vila carrega, há ainda aspectos de convivência que ela proporciona, tanto pela sua implantação e semelhança das unidades quanto pela oportunidade de rotina compartilhada. A relação entre os moradores da Vila Operária da Rua Oriental era marcada pelo sentimento de unidade de vizinhança, a valoração por se sentirem uma grande família aparece nas trocas entre todos os moradores, desde o ambiente de trabalho remunerado dos homens, nos serviços domésticos e de cuidados para as mulheres, de estudo e brincadeiras para as crianças. A vivência da vila foi marcada pelos afetos dos moradores com os espaços em que moraram e com as pessoas que compartilharam o dia a dia. Relatam sempre pensar naquele período com felicidade quando passam e avistam os terrenos onde costumavam estar suas casas, hoje ocupados pelas vias asfaltadas e pelos edifícios da universidade.

Eu digo assim, que a gente era uma grande família, né? Então assim, todo mundo que morava ali, um entrava na casa do outro... almoçava, jantava, assistia [...] Nos anos de 1960, poucas pessoas tinha televisão, então tinha algumas famílias que tinha, a gente ia, juntava todo mundo, ia na casa de alguém assistir televisão! Em preto e branco ainda [...] os pais que trabalhavam fora não tinha preocupação, os filhos ficavam na rua, porque um pai ou uma mãe cuidava do outro<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Wilson Aparecido de Souza, 67 anos. Entrevistadora: Verônica Alvarenga Pereira, 26 ago. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolher contar a história dos funcionários da Universidade de São Paulo que trabalhavam e moravam dentro da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira foi muito importante. Além disso, sei que acrescentei um capítulo a essa história, visto que o presente trabalho tem grande relevância por testemunhar a vida dos operários da USP, ao perpetuar a memória daqueles que trabalharam para construir o seu primeiro campus, mas não obtiveram marca nos registros oficiais.

Entender a importância dessa documentação e escolher a história oral como método para fazê-la foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Ao colocar as entrevistas em primeiro plano tive a intenção de dar voz àqueles que compartilharam o morar laboral dentro da CUASO, evidenciar suas lembranças e mostrar como viviam naquele período traz luz a uma realidade interessante e que grande parte da comunidade da USP não tem conhecimento. Procurei mostrar que as vilas e suas casas são consequências de seu tempo, a domesticidade vivida e perpetuada naquelas famílias retrata dinâmicas de uma população mais pobre ao longo do século XX no Brasil. Por fim, o objetivo desta pesquisa foi contribuir para o debate da historiografia da arquitetura moderna e da história oficial da Universidade de São Paulo. Narrar é resistir, documentar, perpetuar memórias e lembranças.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Introdução**. In: Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 1979.

CABRAL, Neyde Joppert. **A construção e a preservação da Cidade Universitária**. In: Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória / CPC. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Universidade de São Paulo: modelos e projetos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: aspectos gerais do planejamento e execução**. Publicação da Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. 1954.

CORREIA, Telma de Barros. **De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, n. 4 / Maio/2001. p. 83-98.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332.
- GOSSEYE, Janina. **A short history of silence: the epistemological politics of architectural historiography**. In: Speaking of buildings: oral history in architectural research. 2019.
- HERRERA, Antonia Heredia. **Arquivos, documentos e informação**. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH. São Paulo: DPH, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais**. In: Revista Inst. Est. Bras., SP, 34:9-24, 1992.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. **A maçã e a geladeira: formas de morar e memórias dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo**. In: Cotidiano Conjunto: Domesticidade e Patrimonialização da Habitação Social Moderna. São Paulo, 2021.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. SCIFONI, Simone. **Lugares de memória: cotidiano e moradia**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez. 2015 - ISSN - 2177-4129.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo. (10). dez. 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- SCIFONI, Simone. **Lugares de memória operária na metrópole paulistana**. In: GEOUSP - espaço e tempo, São Paulo, n 33, pp 98-110, 2013.



## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU CASA PADRE TOLEDO EM TIRADENTES:

**Democratização do acesso ao patrimônio e à arte através de  
ações de preservação**

### REQUALIFICATION OF FATHER TOLEDO'S HOUSE MUSEUM IN TIRADENTES:

**Democratization of access to heritage and art through  
preservation actions**

Autora: Verona Campos Segantini<sup>1</sup>

Autora: Giulia Villela Giovani<sup>2</sup>

Autora: Lorena Mello Martins<sup>3</sup>

#### RESUMO

O Museu Casa Padre Toledo (MCPT), integrante do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, é um espaço fundamental para a difusão da história de Minas Gerais, recebendo cerca de 30 mil visitantes anualmente e promovendo a democratização do conhecimento, patrimônio e artes. Instalado em uma residência histórica do

---

<sup>1</sup> Professora Associada do Departamento de Artes Plásticas da UFMG. Doutora em Educação pela UFMG. Atua no Curso de Graduação em Museologia e no Mestrado profissional em Educação (Promestre/FaE). Coordenou o Campus Cultural UFMG em Tiradentes e foi presidente da FRMFA, sendo responsável pelo seu credenciamento como fundação de apoio. Tem experiência na área de Museologia com temas relacionados à história dos museus e coleções, curadoria e expografia. E-mail: veronasegantini@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Artes Plásticas da UFMG. Doutora em Artes - Preservação do Patrimônio Cultural (EBA/UFMG). Tem experiência na área de Conservação-Restauração de Bens Culturais, atuando com gestão de acervos e restauração de pinturas. Pesquisadora vinculada ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Atualmente é Diretora do Espaço Acervo Artístico PROCULT/UFMG. E-mail: giuliagiovani@gmail.com

<sup>3</sup> Técnica-administrativa em Educação da UFMG. Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de museologia, atuando na UFMG como museóloga do Museu Casa Padre Toledo, coordenando o Setor Educativo do Campus Cultural UFMG em Tiradentes e trabalhando, também, nas áreas de expografia e documentação museológica. E-mail: lorena.mello94@gmail.com

inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo, o museu destaca-se pela arquitetura colonial e elementos artísticos integrados. Durante a pandemia, o museu focou na preservação de seu acervo e edificação, iniciando em 2021 a restauração das pinturas parietais e de duas telas do século XVIII, envolvendo estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e profissionais da área. A reabertura do museu ao público foi impulsionada pelos processos de restauração em andamento, que incluíram visitas técnicas e campanhas de incentivo à visitação, amplamente divulgadas nas redes sociais. As atividades de restauração não só preservaram as obras, mas também geraram oportunidades de ensino, pesquisa e extensão. Estudantes e profissionais tiveram a chance de aprofundar seus conhecimentos, considerando os inúmeros desafios que surgiram ao longo do processo, além de desenvolverem habilidades práticas e críticas essenciais para a profissão, enquanto a comunidade, se envolveu em atividades que promoveram a difusão do conhecimento e a valorização da cultura em suas diversas manifestações. Essas iniciativas reforçaram o papel do MCPT como um espaço dinâmico de educação e cultura, conectado à comunidade e comprometido com a preservação e celebração do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Democratização do acesso. Patrimônio e Arte. Preservação

#### **ABSTRACT**

*The Father Toledo's House Museum (MCPT in portuguese), part of the UFMG Cultural Campus in Tiradentes, is a crucial space for the dissemination of Minas Gerais' history, attracting around 30,000 visitors per year and promoting the democratization of knowledge, heritage, and the arts. Housed in the historic residence of the Inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo, the museum stands out for its colonial architecture and integrated artistic elements. During the pandemic, the museum focused on preserving its collection and building, beginning in 2022 with the restoration of the parietal paintings and two 18th-century canvases, involving students from the Federal University of Minas Gerais and professionals in the field. The museum's reopening to the public was driven by the ongoing restoration processes, which included technical visits and campaigns to encourage visitation, widely promoted on social media. The restoration activities not only preserved the works but also created opportunities for teaching, research, and outreach. Students and professionals had the chance to deepen their knowledge, considering the numerous challenges that arose throughout the process, while developing essential practical and critical skills for the profession. Meanwhile, the community engaged in activities that promoted the dissemination of knowledge and the appreciation of culture in its various forms. These initiatives strengthened the MCPT's role as a dynamic space for education and culture, connected to the community and committed to the preservation and celebration of cultural heritage*

**Keywords:** Democratization of Access. Heritage and Art. Preservation.

## INTRODUÇÃO

O Museu Casa Padre Toledo (MCPT), inaugurado em 1971 por iniciativa da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA), integra o Campus Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais em Tiradentes, vinculado à Pró-reitoria de Cultura da UFMG. Instalado na residência do inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, a edificação é um exemplar único da arquitetura civil colonial no Brasil, provavelmente datada da segunda metade do século XVIII. O Museu Casa Padre Toledo tem como principal desafio ser um espaço de reflexão, de construção da memória, de difusão do conhecimento e valorização do patrimônio referente à Inconfidência Mineira. Sua principal missão é a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural referenciado nas singularidades de suas características arquitetônicas que incluem o emprego de diferentes técnicas construtivas tradicionais, além de elementos artísticos integrados.

Dentre suas características arquitetônicas estão o emprego de diferentes técnicas construtivas tradicionais, como o pau-a-pique, adobe e moledo, além de elementos artísticos integrados representados em um conjunto de nove forros pintados e de vestígios de pinturas parietais identificadas nos processos de restauração da casa. Desde o confisco dos bens do Padre Toledo, após o processo judicial decorrente do movimento inconfidente, a casa abrigou diferentes usos, incluindo residência particular, Câmara Municipal, teatro e cinema, Prefeitura, e por longos anos educandários religiosos. Todos esses usos repercutiram em alterações nas suas características arquitetônicas, com inserção e supressão de elementos decorativos.

A cidade de Tiradentes, antiga Vila de São José, teve seu valor patrimonial reconhecido pelo IPHAN desde 1938, quando foi protegida pelo tombamento do seu conjunto arquitetônico. A primeira restauração da casa, ocorrida entre 1942 e 1945, marcou, também, a primeira intervenção do então SPHAN em Tiradentes. A edificação passou por intervenção arquitetônica de grande escala e esse processo foi fartamente documentado através de correspondências e fotografias e sugerem a remoção do revestimento das alvenarias, o que pode ter comprometido pinturas decorativas existentes em outros cômodos da casa. Outras intervenções arquitetônicas, como a retirada do portão e muro da fachada principal foram orientadas pelo próprio presidente do IPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade e sua equipe, incluindo Lúcio Costa (figura 1). Somente em 1952, a Casa recebe do IPHAN o tombamento individual, sendo inscrita no Livro de Belas Artes, inscrição 405.



Figura 1: Fachada antes da retirada do portão e do muro, 1942. Fonte: SPHAN.

Apesar do desejo do SPHAN de que a Casa Padre Toledo fosse recuperada para abrigar um museu regional, na década de 1960 a edificação acabou sendo cedida, por empréstimo, à Diocese de São João del-Rei, para funcionar como Seminário São Tiago. Novas reformas foram executadas e infelizmente, essas alterações foram pouco documentadas, sabendo-se apenas de detalhes como a construção de anexos (figura 2) e a inclusão de uma quadra poliesportiva no jardim. A ocupação seguinte foi das irmãs do Sacré-Coeur de Marie. Em 1970, a Câmara Municipal de Tiradentes autorizou a doação da Casa Padre Toledo à Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade que, em parceria com o IPHAN, instalou o Museu Regional de Tiradentes, inaugurado em 24 de janeiro de 1971.



Figura 2: Construção dos anexos dos fundos do solar, década de 1960. Fonte: Sphan.

Para o funcionamento do Museu foram realizadas nas décadas de 1970 e 1980 outros processos de restauração, sobretudo para reparar problemas estruturais e restaurar alguns dos elementos artísticos integrados. Entre 1981 e 1982, os trabalhos foram conduzidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e contou com uma boa documentação fotográfica (figura 3). A quadra poliesportiva, remanescente dos tempos do seminário, foi retirada e, por sugestão de Roberto Burle Marx, árvores foram plantadas nos fundos da casa.



Figura 3: Serviços no telhado, 1981. Fonte: IEPHA.

As coleções que compõem o acervo do Museu Casa Padre Toledo foram reunidas a partir da década de 1970 se constituindo a partir de doações particulares e de instituições públicas como a Prefeitura Municipal de Tiradentes e o IPHAN Tiradentes, além de empréstimos do Museu Regional de São João del Rei e do Museu da Inconfidência. Os objetos que compõem esse acervo incluem mobiliário, utensílios domésticos, obras de arte e ornamentos religiosos, datando do século XVIII ao XX. A coleção do Museu oferece muitas possibilidades para pensarmos no cotidiano urbano e rural, doméstico ou público dos séculos passados.

Em 1997, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) assumiu a gestão da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, criando-se as bases para a futura constituição de um Campus Cultural em Tiradentes, que aconteceria em 2011. Uma das importantes iniciativas dessa fase foi a intervenção que teve início em 2007. As obras começaram em 2010, depois de três anos de diagnósticos e elaboração do projeto<sup>4</sup>. Após a complexa restauração arquitetônica e dos elementos artísticos, o Museu Casa Padre Toledo foi reinaugurado, em dezembro de 2012, evidenciando em sua exposição aspectos para a compreensão das suas características arquitetônicas e o uso residencial. A partir de 2019, a instituição passou por uma fase de requalificação de suas ações, partindo das diretrizes apontadas em seu plano museológico, que visa ampliar a sua vocação enquanto um centro de interpretação cultural da região, além de possibilitar a compreensão da sociedade mineira no século XVIII e XIX, bem como seus modos de vida, as ocupações territoriais, os fazeres e seus conhecimentos. Neste sentido, o MCPT passou a fomentar ações de pesquisa, documentação, restauração e a extroversão de seus acervos. Todas essas ações buscam ampliar e diversificar seus diferentes perfis de públicos através de estratégias contemporâneas de comunicação no intuito de promover maior interação, inclusão e acessibilidade.

Em virtude da pandemia de COVID-19 e o fechamento do Museu para o público, os trabalhos se voltaram para questões estruturais relativas à manutenção e infraestrutura, bem como à elaboração de projetos que permitiram desenvolver ações de documentação e organização dos acervos e restaurações. Desse modo, seguindo todas as recomendações de segurança, foram realizadas inúmeras atividades ao longo dos anos de 2022 e 2023, incluindo a restauração das pinturas decorativas parietais da Sala do

---

<sup>4</sup> O projeto foi elaborado e executado por uma equipe multidisciplinar integrada por professores da Escola de Arquitetura da UFMG, da Escola de Belas Artes da UFMG, do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR) e pela equipe da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade na época, com a Superintendência Executiva de André Guilherme Dornelles Dangelo.

Torreão e de outros itens do acervo, como as telas “Anunciação” e “Fuga para o Egito”, doadas à Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade por Afonso Arinos Mello Franco de Andrade. Os desafios de tais processos serão melhor apresentados ao longo deste texto.

## **RESTAURAÇÃO DAS PINTURAS PARIETAIS DA SALA DO TORREÃO**

Na restauração realizada entre os anos de 2010 e 2012 foi feito um expressivo trabalho na área denominada de Torreão, única fração da casa a apresentar dois pavimentos, buscando garantir a integridade das suas condições estruturais. Tal ação foi acompanhada por um estudo prospectivo, em observância às recomendações do IPHAN, para identificação de elementos artísticos nas paredes que estavam subjacentes às camadas de pintura que se sobrepuseram ao longo do tempo. Nesse sentido foram realizadas prospecções para identificação das diferentes camadas de repintura e dos padrões e características das mesmas e ainda a localização e a abrangência das áreas que apresentavam vestígios de pinturas artísticas remanescentes. Foram utilizadas como referências as janelas estratigráficas feitas da década de 1980 que apontaram para a presença de elementos florais.

Naquele momento, foram realizadas novas prospecções com a abertura de diagonais em todas as secções de paredes, cobrindo uma área que se estendia desde o forro até o piso. Com a identificação de 13 camadas de repintura foram encontrados motivos florais em tons de vermelho, rosa, verde, cinza, ocre e azul claro. Também foram identificados elementos geométricos ao nível do barrado, sendo também presentes indícios de marmorizados. Em 2012 também foram realizadas fixação e consolidação emergencial das áreas que apresentavam desprendimento de camadas, buscando-se preservar a camada pictórica primitiva. Esse minucioso trabalho de pesquisa e preservação reforçou ainda mais a singularidade e importância dessa edificação representativa do período colonial. Contudo, em virtude da finalização das obras arquitetônicas e a limitação de recursos disponíveis à época, a restauração das pinturas decorativas parietais da sala do Torreão não pode ser realizada.

O trabalho diagnóstico realizado em 2012, por uma equipe de técnicos de diferentes áreas<sup>5</sup>, permitiu também uma melhor caracterização da pintura,

---

<sup>5</sup> André Luís de Andrade, Camila Ciccarone Tangerino, Christianni Cardoso Morais, Cristina Cairo, Flávio de Lemos Carsalade, Lucienne Maria de Almeida Elias, Marcos Vinícius Teles Guimarães, Matheus Filipe Alves Madeira Drumond, Max Fontana, Olinto Rodrigues dos Santos Filho, Sérvulo Matias Filho, Thais Nívia de Lima Fonseca.

evidenciando-se como um trabalho do período rococó em Minas Gerais, "*sugerindo uma imitação de tecido de seda lavrada, com composição de ramos florais assimétricos, matizado suave, intercalados por ramos vegetais em composição em losangos, distribuídos sobre fundo em imitação de damasco*".<sup>6</sup> Esses detalhes podem ser visualizados na figura 4, com uma estratigrafia da pintura, onde é possível identificar as características técnicas do material empregado, cores, bem como a quantidade de camadas sobrepostas:

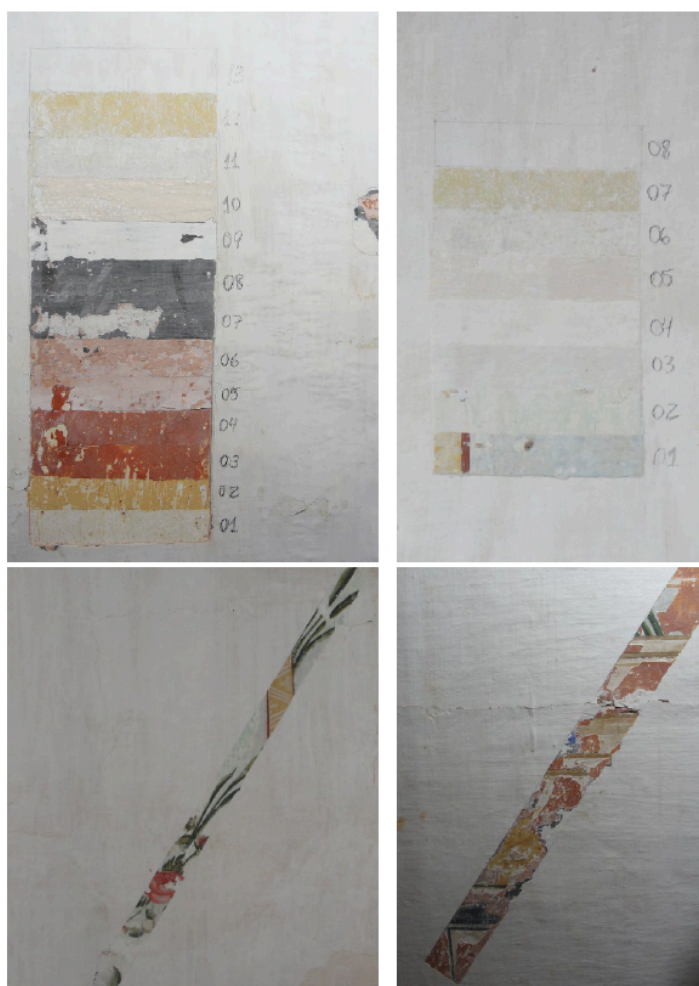


Figura 4: Quadro apresentando estratigrafia da pintura, 2011. Fonte: André Andrade.

Somente em 2021, quando o projeto “Restauração dos Elementos Artísticos Integrados do Museu Casa Padre Toledo” proposto e coordenado pela profa. Verona Segantini, recebeu recursos provenientes de Emenda Parlamentar, iniciaram-se os trabalhos sob a coordenação técnica do conservador-restaurador André Luis Andrade. Inicialmente, foi realizado com o registro fotográfico detalhado da Sala do Torreão, bem

<sup>6</sup> SEGANTINI; ANDRADE (2021).



como a aquisição e montagem da infraestrutura necessária ao bom desenvolvimento do projeto. Seguindo as etapas apresentadas no projeto, passamos por um período de treinamento e formação da equipe envolvida direta e indiretamente com os trabalhos de restauração. Do ponto de vista metodológico, as ações que foram realizadas perpassam a remoção das camadas de repintura, o tratamento de suporte e da policromia e posterior reintegração cromática. Também foram recolhidas amostras de diversos pontos da pintura parietal para que possam ser realizados, posteriormente, exames científicos e análises químicas para maior compreensão técnica da pintura. É importante salientar que todo o processo foi documentado através de diários e registros fotográficos cotidianos e poderá subsidiar a produção de conhecimento técnico e científico, bem como orientar intervenções futuras que sejam necessárias. É importante considerar que o projeto foi acompanhado por uma comissão técnica para discussões sobre as etapas e orientações conceituais e técnicas sobre apresentação mais adequada do resultado final.

Todo o processo de restauração buscou diálogo com a comunidade, incluindo representantes das instituições públicas, como IPHAN, Conselho de Políticas Culturais e Patrimônio de Tiradentes, agentes culturais e moradores da cidade. Desde o início das atividades o Ateliê de Restauração esteve aberto para visitação do público em geral do museu e para o agendamento de visitas técnicas para pesquisadores, professores, estudantes e profissionais das áreas do patrimônio, turismo, artes, história e arquitetura. Nesse sentido, foram realizadas inúmeras visitas que ressaltaram as análises da composição e ofereciam detalhes técnicos das etapas a serem desenvolvidas (figura 5). Ao longo do projeto tais visitas foram incentivadas reforçando a preocupação com a difusão do conhecimento, formação e democratização do acesso à arte e ao patrimônio (figura 6).



Figura 5: Visita técnica de agentes culturais e moradores da cidade ao ateliê aberto de restauração, 2023. Fotografia: Alberto Lopes.



Figura 6: Resultado final da restauração artística de uma das paredes do Torreão, 2023. Fotografia: Alberto Lopes.

## **RESTAURAÇÃO DE TELAS DA COLEÇÃO DA FUNDAÇÃO RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE**

Em 2021 deu-se início a restauração de dois quadros do acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, “Anunciação” e “Fuga para o Egito”, ambas do século XVIII, de autoria desconhecida, doadas por Afonso Arinos Mello Franco de

Andrade. A primeira tela “Anunciação” representa a iconografia da anunciação do Anjo à Virgem Maria, sendo retratados querubins, algumas nuvens e flores. Já a segunda tela “Fuga para o Egito” apresenta a famosa cena de Maria, José e o Menino Jesus em retiro<sup>7</sup>. Essas obras foram inadequadamente acondicionadas na reserva técnica do Museu Casa Padre Toledo desde a reformulação expográfica de 2012, o que acelerou o processo de degradação e conseqüentemente a piora do seu estado de conservação.

O trabalho de restauração foi coordenado pelas professoras do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG, Giulia Giovanni e Maria Alice Sanna. O processo final de reintegração cromática dos dois quadros foi executado pela conservadora-restauradora Elaine Pessôa.

A restauração da obra “Anunciação”, com dimensões de 235 x 280 x 9 cm, foi realizada no Museu Casa Padre Toledo, sendo finalizada em agosto de 2022. Após a realização do diagnóstico do estado de conservação, do mapeamento de danos, da documentação fotográfica, definição da proposta de tratamento e das etapas de trabalho, optou-se por realizar a restauração da obra no próprio MCPT em função da tipologia de tratamento, que não previa intervenções no suporte. Para tanto, foi planejada uma infraestrutura em uma das salas do museu, reconhecida como Cinco Sentidos em virtude da pintura de seu forro, com a confecção de uma grande mesa de trabalho e três suportes que deram a sustentação necessária para a restauração da pintura de grande porte.

O processo de intervenção foi iniciado com a desmontagem e higienização da moldura. Posteriormente, foram realizadas a consolidação da madeira, o nivelamento e a reintegração das lacunas com a tonalidade próxima a da madeira original da peça. Por fim, a peça recebeu uma camada de verniz de proteção.

Em relação à tela, inicialmente, foi realizado um tratamento de fixação emergencial da camada pictórica em áreas pontuais com desprendimentos e craquelês. Esta etapa de estabilização da camada pictórica permitiu que as demais intervenções pudessem ser realizadas com segurança. Na fase seguinte foi realizada a higienização

---

<sup>7</sup> O título da obra foi atribuído como “Fuga para o Egito”, porém o mesmo é equivocado uma vez que a iconografia principal da tela representa o retorno da Sagrada Família à Nazaré.

Tanto a fuga quanto o retorno do Egito tem diversas representações na história da arte, estes momentos foram descritos apenas no Evangelho de São Mateus 2:13-23, quando um anjo aparece em sonho para José, alertando-o que Herodes deseja matar Jesus, portanto a família deve fugir para o Egito, onde permaneceram até a morte de Herodes.

O momento da fuga tem uma pequena representação no fundo da tela, à esquerda, com Maria sentada em um equino e Jesus, ainda bebê, em seus braços e com José os guiando a pé. Porém, a iconografia principal da pintura representa a volta do Egito para Nazaré, isso pode ser observado pelo fato de Jesus ser retratado já criança, de mãos dadas com Maria, e José guiando o equino em segundo plano.

Deste modo, será feita a alteração do título na documentação do acervo para “Retorno a Nazaré”

mecânica de toda a superfície e logo após, foram efetuados os testes de solvente para remoção da camada de verniz. Constatou-se que seria mais satisfatória a realização de limpeza sem a remoção do verniz presente na obra. Em seguida foram realizadas algumas planificações, com auxílio de espátula térmica, nas áreas de emendas do tecido. Após esse processo concluído, foi realizada a aplicação de um verniz intermediário para saturação e proteção da camada pictórica original, seguido do nivelamento de lacunas, preparação fundamental para o início da reintegração cromática (figura 7).

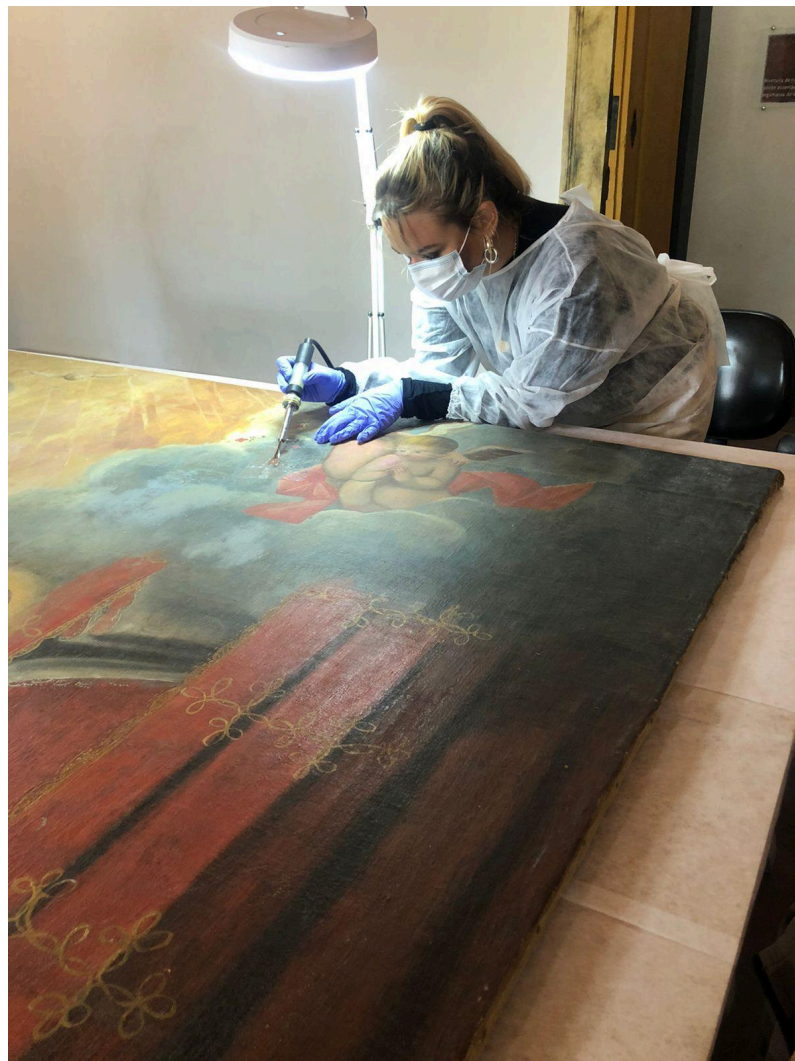


Figura 7: Restauração da obra “Anunciação”, 2022. Fotografia: Verona Segantini.

O processo de reintegração cromática da tela foi conduzido com materiais de baixa toxicidade, permitindo que a intervenção fosse realizada com o museu aberto à visitação. Isso possibilitou ao público a oportunidade única de acompanhar de perto essa fase crucial do tratamento de restauração. A transparência do processo não apenas fortaleceu a divulgação do trabalho, mas também se destacou como um dos principais

aspectos do projeto, ao informar e educar os visitantes sobre a importância da preservação dos bens culturais. Além disso, a visibilidade proporcionada à área de conservação-restauração de bens culturais reforçou seu valor e relevância na proteção do patrimônio cultural.

Por fim, foi realizada a aplicação da camada de verniz final para proteção e tratamento estético. Essa etapa, em função da toxicidade dos materiais utilizados, precisou ser realizada com o museu fechado, além do uso de EPIs adequados, assegurando a proteção dos conservadores-restauradores envolvidos na atividade. Após constatada a secagem, a tela pode ser remontada na moldura e posteriormente exposta na Sala dos Cinco Sentidos.

Por sua vez, a obra “Fuga para o Egito”, com dimensões de 229 x 278 x 8,5 cm, devido seu precário estado de conservação, sobretudo apresentando danos estruturais no suporte, após a etapa de diagnóstico, documentação e elaboração da proposta de tratamento, foi transportada para Belo Horizonte em janeiro de 2022, para ser restaurada como parte das atividades práticas do curso de Graduação Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFMG.

Ao longo de quatro semestres, os estudantes tiveram oportunidade de realizar as intervenções necessárias, sob a supervisão das professoras, nas disciplinas de Tratamento de Suporte, Restauração Pictórica e Prática de Restauração de Pintura. O trabalho começou no Laboratório de Conservação-Restauração de Pintura (LAP) do curso, mas, devido às grandes dimensões da obra, foi necessário transferi-lo para o Espaço Acervo Artístico da UFMG. Lá, os estudantes continuaram o trabalho na tela por mais três semestres, dedicando-se a todo o tratamento estrutural e pictórico (figura 8).



Figura 8: Estudantes do Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG realizando intervenção de restauração na pintura “Fuga para o Egito”, 2023. Fotografia: Giulia Giovani.

Apesar dos desafios impostos pela falta de infraestrutura adequada e pelas grandes dimensões da obra, a restauração estrutural incluiu uma série de procedimentos meticulosos. Entre eles, destacam-se o faceamento de rasgos e furos, a remoção da tela do chassi, a retirada dos antigos reforços de borda, a eliminação de cera e a planificação das bordas. Além disso, foram realizadas a remoção de enxertos inadequados, a limpeza mecânica do verso, a planificação dos rasgos, a retirada dos faceamentos, a confecção de suturas e novos enxertos, a aplicação de um novo reforço de borda, o reentelamento solto e o novo estiramento da tela no chassi.

Após a conclusão dessa etapa, foi possível iniciar as intervenções na camada pictórica, que apresentaram alguns desafios devido à difícil remoção de uma fina película translúcida sobreposta à camada de tinta. Para superar essa dificuldade, foram

realizados diversos testes de remoção, e o tratamento foi conduzido utilizando ferramentas mecânicas e solventes específicos.

Com a limpeza concluída, os passos seguintes seguiram a mesma metodologia aplicada na tela "Anunciação". O verniz intermediário foi aplicado, seguido do nivelamento, etapas que ainda contaram com a participação dos estudantes. Posteriormente, a reintegração cromática e a aplicação do verniz final foram realizadas pela restauradora Elaine Pessôa, a mesma profissional que havia atuado no trabalho anterior. Destaca-se que, para garantir uma unidade e qualidade estética nessas duas últimas etapas, considerou-se adequado que elas fossem executadas por uma única profissional. Por isso, optou-se pela contratação da conservadora-restauradora mencionada, ex-aluna do curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG.

É importante ressaltar que o tratamento realizado na moldura dessa pintura seguiu os mesmos procedimentos aplicados à obra "Anunciação", mas foi realizado no contexto das atividades do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis. Após a finalização do restauro, a obra foi transportada de volta para o Museu Casa Padre Toledo e exposta ao lado da obra "Anunciação", em novembro de 2023 (figura 9).



Figura 9: Resultado final das restaurações, com as obras em exposição no MCPT, 2023.  
Fotografia: João Pedro de Paiva.

A participação dos estudantes na restauração desta pintura foi insigne, especialmente considerando os inúmeros desafios que surgiram ao longo do processo. Ao se envolverem diretamente em cada fase do trabalho, os alunos não só desenvolveram habilidades práticas essenciais para a profissão, como também desempenharam um papel significativo na preservação de um patrimônio cultural valioso. Dessa forma, a experiência proporcionou um ambiente de aprendizado autêntico e colaborativo.

É fundamental ressaltar que cada etapa do tratamento foi precedida por discussões teóricas aprofundadas, permitindo que os alunos compreendessem a fundamentação técnica e ética por trás das decisões de intervenção. Além da prática direta, os estudantes também foram responsáveis pela confecção de relatórios detalhados de intervenção, o que lhes proporcionou uma compreensão mais profunda e crítica das metodologias aplicadas. A experiência foi ainda enriquecida pela publicação de um artigo acadêmico, resultado do trabalho realizado, estimulando os alunos a se envolverem na pesquisa e na divulgação científica. Esse processo não apenas contribuiu para a preservação da obra, mas também fomentou o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, incentivando-os a seguir uma trajetória de excelência e inovação na área de Conservação-Restauração.

## **CONCLUSÃO**

Considera-se que as restaurações das pinturas parietais da Sala do Torreão do Museu Casa Padre Toledo e das telas "Fuga para o Egito" e "Anunciação" alcançaram todos os objetivos previstos com resultados muito satisfatórios. Ressalta-se, ainda, que o processo desencadeou ações de ensino - com a possibilidade de formação técnica e prática de estudantes e profissionais da área - de pesquisa, com a ampliação do conhecimento nas áreas do patrimônio, museologia, arquitetura, história da arte, etc. - e extensão, com inúmeras atividades que envolveram a comunidade, a difusão do conhecimento e a valorização da cultura em suas múltiplas manifestações.

Além disso, o registro minucioso dos processos de restauração contribuirá para dar continuidade à preservação dos bens e orientará intervenções futuras que se fizerem necessárias. Também será material de consulta disponibilizado para pesquisadores



interessados. Objetiva-se, ainda, que os resultados das ações sejam comunicados tanto em eventos científicos quanto à população em geral, através de inserção de informações sobre o processo e características das pinturas na exposição de longa duração do Museu, ampliando as possibilidades de ações educativas e de educação para o patrimônio.

Outra questão a ser problematizada a partir das experiências desse projeto decorrem das transformações provocadas pela pandemia e como estas repercutiram para a diversificação das maneiras de divulgação e compartilhamento de informações e das abordagens que poderiam ser feitas a partir do museu, de seus acervos e da história que o referencia. Nessa direção, as formas de interação com o público, com o uso de diferentes mídias e plataformas, a partir de diferentes linguagens audiovisuais, incentivaram e fortaleceram a produção e o compartilhamento de conteúdos, com a realização de campanhas e visitas virtuais realizadas a partir de mediações realizadas em plataformas. Dessa forma, foi possível alargar as formas de diálogo e interação com diferentes públicos. Outra perspectiva que se anuncia é o desejo de dar ressonância, a partir da exposição de longa duração, às ações de salvaguarda, ampliando as possibilidades de ações educativas e de educação para o patrimônio. A partir da realização deste, a UFMG e as demais instâncias envolvidas, reafirmam o compromisso da UFMG com a produção e a democratização do patrimônio, da memória e da cultura.

## REFERÊNCIAS

**DANGELO**, André Guilherme Dornelles; **CUNHA**, Alexandre Mendes; **FIGUEIRA**, Rodrigo Minelli (org). Museu Casa Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica. Belo Horizonte: EA/UFMG, 2012.

**SEGANTINI**, Verona Campos; **ANDRADE**, André Luís. Projeto Restauração dos Elementos Artísticos Integrados do Museu Casa Padre Toledo. Belo Horizonte, 2021.

**SEGANTINI**, Verona Campos; **FONSECA**, Thais Nívia de Lima; **MARTINS**, Lorena Mello (org). Guia de Mediação do Museu Casa Padre Toledo. Tiradentes, 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**. Campus Tiradentes inicia restauração de pinturas e abre ateliê ao público. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/campus-cultural-ufmg-em-tiradentes-inicia-restauracao-de-pinturas-e-abre-atelie-ao-publico>>. Acesso em: 22 aug. 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**. Espaço Acervo Artístico UFMG participa da restauração de pintura do século 18 do Museu Casa Padre Toledo do Campus Tiradentes. Disponível em:

<[https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2228:espaco-acervo-artistico-ufmg-participa-da-restauracao-de-pintura-do-seculo-18-do-museu-casa-padre-to&catid=70:noticias2](https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=2228:espaco-acervo-artistico-ufmg-participa-da-restauracao-de-pintura-do-seculo-18-do-museu-casa-padre-to&catid=70:noticias2)>. Acesso em: 22 aug. 2024.



## **PARTE A: ARQUITETURAS, ESPAÇOS E LUGARES NOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS**

**SESSÃO 8 - Patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos campi**

6 de setembro de 2024 // 09H às 12H

*Mediação: Matheus Bonini Machado (CPC-USP)*



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

## O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DA UFBA E O DESAFIO DA SUA PRESERVAÇÃO

### *THE BUILT HERITAGE OF FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA AND THE CHALLENGE OF ITS PRESERVATION*

Clara Rachel Reis<sup>1</sup>

#### RESUMO

O patrimônio construído da Universidade Federal da Bahia apresenta exemplares de diversos momentos da arquitetura baiana, porém, tem se descaracterizado por intervenções feitas até mesmo pela própria instituição. Este artigo busca narrar brevemente a história e reconhecer quais são os desafios para a valorização destas obras e a sua conseqüente preservação, além de pensar possíveis soluções para contornar essa situação. A conformação física da Universidade da Bahia se deu primeiramente por aquisições de antigos casarões ecléticos para instalação de unidades independentes pela cidade e pela criação do Campus Canela, repleto de edificações de inspiração modernista corbusiana, com generosos espaços livres e adensamento vertical. Com a ocupação do entorno do campus e a fundação de novos cursos, houve a necessidade de adquirir uma área maior em outro bairro, que viria a ser o Campus Ondina. Construído aos moldes de um campus americano e, num primeiro momento, com edifícios de expressão brutalista,

---

<sup>1</sup> Discente do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE) na Universidade Federal da Bahia e graduada em Arquitetura e Urbanismo em 2023 pela mesma instituição. [clararachelreis@gmail.com](mailto:clararachelreis@gmail.com)

sempre adaptados às particularidades da topografia e clima da Bahia, teve como seu principal projetista o arquiteto Diógenes Rebouças. Posteriormente, a Universidade passou por um período com recursos para atender apenas emergências e a construção de unidades isoladas. Nos anos 2000, já era necessário atender à demanda por ampliação da quantidade de vagas de estudantes e diversificação dos discentes pela implementação de cotas. Para reconhecer o espaço físico da universidade como patrimônio, é necessário entender a sua relevância para a história a partir do seu registro e documentação. Apesar de alguns trabalhos acadêmicos sobre o tema, ainda é necessário um levantamento formal sobre os projetos arquitetônicos e execução dessas construções, pois existem muitas dificuldades para a preservação dessas obras em suas características autênticas. O ambiente universitário deve estar preparado para acolher a pluralidade de seus usuários e para adaptar-se aos novos tempos e demandas necessárias, mas é necessário conciliar essa realidade com a conservação dos atributos que qualificam essas obras arquitetônicas como patrimônio.

Palavras-chave: Arquitetura Universitária. Modernismo. Brutalismo;

### ***ABSTRACT***

*The built heritage of the Federal University of Bahia (UFBA) reflects different moments of Bahian architecture, but it hasn't kept it from being compromised by doubtful interventions, sometimes undertaken by the institution itself. This article aims to briefly narrate this issue and recognize the challenges of valuing these buildings and also think about potential solutions to the preservation issue.*

*The University was initially established through the acquisition of old eclectic mansions for the installation of independent units within the city, and the creation of the Canela Campus, featuring buildings inspired by Corbusian architecture, vertical densification, and generous open spaces. With the occupation of the campus surroundings and the establishment of new courses, there was a need to acquire a larger area in another neighborhood, which would become the Ondina Campus. This campus was built with an American campus logic and, initially, with Brutalist-style buildings, always adapted to the particularities of Bahia's topography and climate, with the main architect being Diógenes Rebouças.*

*Subsequently, the University underwent a period with resources limited to addressing only emergencies and constructing isolated units. By the 2000s, there was a need to expand the number of available spots, diversify the student body through the implementation of quotas, and establish the university in the interior of the state. To recognize the university's physical space as heritage, it is necessary to understand its historical significance through its records and documentation. Despite some academic work, a formal survey of the projects and execution of these buildings is still needed. There are various challenges in preserving these works in their authentic characteristics. The university environment must be prepared to accommodate the diversity of its users and adapt to new times and necessary demands, while also reconciling with the conservation of the attributes that make these architectural works valuable as heritage.*

*Keywords: University Architecture. Modernism. Brutalism.*

## **INTRODUÇÃO**

A arquitetura da UFBA (Universidade Federal da Bahia), após anos de descaracterização, finalmente tem sido foco de um processo de registro e reconhecimento através de iniciações científicas na Faculdade de Arquitetura. Esse artigo é consequência da participação na pesquisa “Registros: o patrimônio construído da UFBA” entre 2018 e 2022, liderado pela Profa. Dra. Juliana Cardoso Nery e da publicação do livro “Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA”. Também como desdobramento da pesquisa, está sendo desenvolvido o trabalho sobre a antiga Casa da França da Universidade da Bahia, atual Instituto de Saúde Coletiva, no âmbito do MP-CECRE/UFBA (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos).

A metodologia envolve a visitação direta aos acervos da universidade e nos memoriais das unidades, se debruçando sobre os arquivos e entrevistando antigos funcionários. Além disso, tem sido fundamental a leitura de publicações sobre a história da Universidade, ainda que estas frequentemente não tenham a construção do espaço físico como foco principal. Entretanto, há referências excelentes como a tese de doutorado de Antônio Nelson Fontes, intitulada “Breve histórico dos campi da UFBA” que registra e conecta história, política, arquitetura, urbanismo e pedagogia. Nos últimos anos, houveram outras pesquisas com foco em documentar essa história, como a iniciação científica “Inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico da Universidade Federal da Bahia” liderada

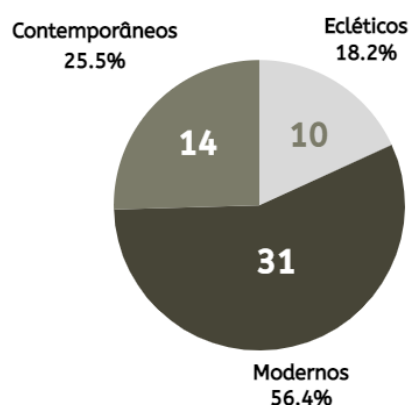
pelo Prof. Dr. Nivaldo Andrade. Convém ressaltar que apesar de ainda não existir um centro de preservação da UFBA, já existe uma comissão para o seu desenvolvimento, tendo como suporte o Centro de Estudo da Arquitetura na Bahia – CEAB, que desde 1963 pesquisa e reúne um acervo de documentos sobre a história da arquitetura baiana e do patrimônio cultural.

O artigo foca nos imóveis que compõem a Universidade em Salvador<sup>2</sup>, não a urbanidade dos campi. Também foram priorizados os edifícios-sede dos cursos, assim, somente alguns anexos e órgãos suplementares de maior relevância serão mencionados.

## VISÃO GERAL

O patrimônio da universidade é diverso. Composto por edifícios que exemplificam a pluralidade da arquitetura baiana e marcam os momentos dessa história. O conjunto é formado, em sua maioria, pela aquisição de casarões ecléticos e por grandes construções feitas pela própria instituição, sendo possível separá-las em arquitetura contemporânea e expressões modernas (Figura 01).

Figura 01 – Gráfico com a representação dos estilos arquitetônicos presentes nas construções do patrimônio da universidade.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir do artigo “As Múltiplas Expressões do Moderno na Constituição dos Campi Urbanos da UFBA”.

Devido ao contexto político e cultural da época, a fundação da Universidade da Bahia não foge ao padrão das outras instituições brasileiras, segundo Reis<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Existem também o Campus Anísio Teixeira na cidade de Vitória da Conquista e o Campus Carlos Marighella em Camaçari. Do mesmo modo, não aborda o campus de Cruz das Almas, incorporado à UFRB em 2006.

<sup>3</sup> REIS, Marinalva Bulcão. **Biblioteca Universitária Pública e a Disseminação da Informação**. Salvador: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação. 2008. p56

Historicamente, o desenvolvimento das universidades pode ser compreendido em quatro momentos: nos anos 1950, o ensino superior sofre o primeiro impacto de expansão no País, o número de universidades cresce de forma surpreendente, nascem do processo de agregação de escolas profissionalizantes à procura de suas bases; na década seguinte, de 1960, cresce em todos os sentidos, aumentando o número de instituições, de alunos e de professores. Durante a década de 1970, a universidade assume o papel de instituição de pesquisa e o corpo docente passa a ter carreira acadêmica, proliferando os programas de pós-graduação e, fisicamente, modernizam-se os campi universitários com as construções de prédios adequados a abrigar laboratórios e bibliotecas.

Assim, a Universidade da Bahia é formada pela reunião de unidades isoladas sediadas em casarões no centro antigo da cidade e pela conformação em dois campi: Canela e Federação-Ondina (Figura 02). Ambos, quando fundados, eram glebas em áreas suburbanas, e hoje são territórios envoltos pelo tecido urbano que se expandiu. Vale pontuar que o processo de federalização do ensino superior no Brasil só acontece em 1950 e desta maneira, chancela a instituição como UFBA — Universidade Federal da Bahia.

Figura 02 – Mapa da cidade de Salvador, com destaque em cinza dos campi universitários e em preto, os edifícios inseridos ou não nos campi.



Fonte: Elaborado pela autora para o livro “Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA”.



## ANEXAÇÃO DOS CASARÕES E O CAMPUS CANELA

Em 1946, a Universidade da Bahia, assim como outras instituições latino-americanas<sup>4</sup>, surge a partir da aglutinação de cursos isolados, dispersos em edifícios no centro da cidade, sendo esses:

- A Faculdade de Medicina da Bahia (1808) e Escolas Anexas de Farmácia (1832) e Odontologia (1864);
- Escola Polytechnica da Bahia (1896);
- Faculdade Livre de Direito da Bahia (1891);
- Faculdade de Ciências Econômicas (1905);
- Faculdade de Filosofia e Letras da Bahia (1941).

Dessas primeiras sedes, somente a Faculdade de Medicina (Figura 03) permanece como propriedade da UFBA<sup>5</sup>. A unidade ocupou o antigo Colégios dos Jesuítas, adaptando as celas em salas de aulas e os claustros como pátios para confraternizações<sup>6</sup>. O edifício passou por diversas reformas e ampliações e hoje ainda abriga parte da FAMEB (Faculdade de Medicina da Bahia) e o seu memorial, também o MAFRO (Museu Afro-Brasileiro) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). O espaço foi sede da Escola Oficina, que tinha como objetivo formar mão-de-obra qualificada em restauro e na construção civil, pondo em prática no próprio imóvel. Apesar do edifício principal ser tombado, o anexo ao fundo, conhecido como Barão de Itapuã, construído no início do século XX, está em processo avançado de arruinamento (Figura 04).

---

<sup>4</sup> SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936 – 1962. Revista Urbanismo e Arquitetura n.º. 7, v. 1, julho/dezembro 1999, p. 38/39.

<sup>5</sup> O casarão onde funcionava a Faculdade de Ciências Econômicas foi demolido em 1953 para dar lugar à nova sede em um edifício modernista.

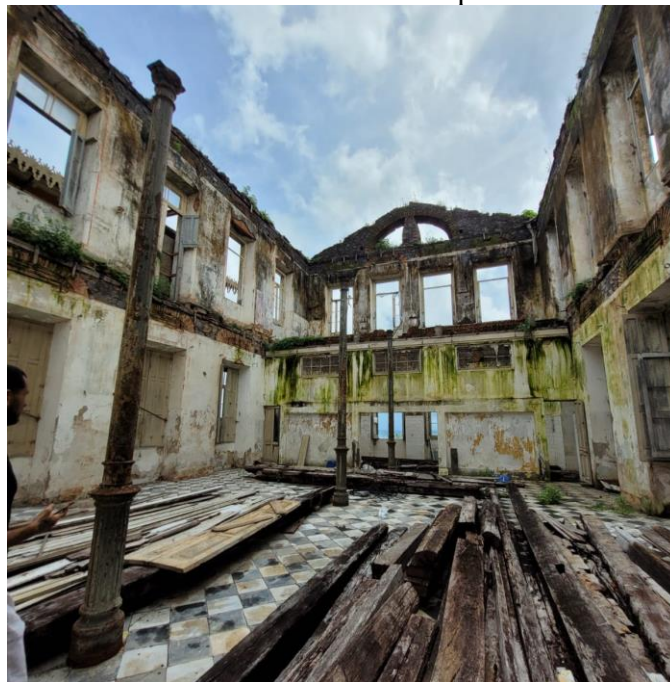
<sup>6</sup> ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty; SANTANA, Mariely Cabral de. Primeiro Tempo: o saber e as escolas de ensino superior na Bahia. In: NERY, Juliana Cardoso; SUAREZ, Naia Alban. Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA. Salvador: EDUFBA, 2022.

Figura 03 – Cartão Postal com fotografia da Faculdade de Medicina em 1913.



Fonte: FACULDADE de Medicina. Salvador, BA: Lith. Typ. Almeida, 08 jan. 1913. 1 cartão-postal, colotíпия, p&b, 9 x 14 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1549365/icon1549365.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1549365/icon1549365.pdf). Acesso em: 28 Jul. 2024.

Figura 04 – Vista interna do Anexo Barão de Itapuã na Faculdade de Medicina.



Fonte: Autoria própria. Fotografia em maio de 2024.

Já em 1947, é incorporada a Escola de Belas Artes, antiga “Academia de Belas Artes”, fundada em 1876 com a chegada do artista Miguel Navarro Y Cañizares e instalada no antigo Solar Jonathas Abbott<sup>7</sup>, onde logo se deu início ao curso de Arquitetura. O imóvel pertenceu à Universidade até 1969 quando a Escola de Belas Artes se muda para o Bairro

<sup>7</sup> Ver “REIS, Clara Rachel. Residência Artística no Solar Jonathas Abbott. Salvador: Trabalho Final de Graduação. UFBA. 2023”.

do Canela, na sede onde permanece até hoje.

O Campus Canela, na década de 1940, tem seu embrião a partir da transformação do que seria o Centro Médico da Bahia, englobando os edifícios que estavam sendo construídos pela Faculdade de Medicina, sendo esses: o Ambulatório Augusto Viana (posteriormente se tornaria a Reitoria), o Hospital Universitário e a Clínica Tisiológica. Portanto, pertinente ao programa de atendimento da população, esses edifícios têm seus acessos voltados para as ruas já existentes no bairro, diferente dos prédios que o sucederão.

Em 1948, é inaugurado o Hospital Universitário (Figura 05) que já vinha sendo construído desde 1938, antes da fundação da universidade. Projetado em arquitetura protomoderna, em volumetria pesada e simétrica, o edifício muda a paisagem do bairro devido a sua monumentalidade e modernidade. Demonstra o vínculo à tradição arquitetônica clássica pela divisão tripartite das fachadas, com base, corpo e coroamento.

Figura 5 – Antigo Hospital das Clínicas, inaugurado em 1948.



Fonte: Acervo SUMAI (Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura) / UFBA.

Ademais, em 1951 é inaugurada a Clínica Tisiológica (Figura 06), atual Centro Pediátrico Prof. Hosannah de Oliveira, com projeto creditado a Alexandre Costa Neto, Newton Secchin, Marcos V. Studart e Leslie Richard Inke, todos arquitetos do Ministério da Educação e Saúde. O projeto é publicado na revista Acrópole nº 223, em maio de 1957, representando os cinco pontos defendidos por Le Corbusier<sup>8</sup> e associados à arquitetura

---

<sup>8</sup> Le Corbusier defende os Cinco Pontos da Nova Arquitetura em sua obra publicada em 1926 na revista L'Esprit Nouveau, sendo esses: planta livre, fachada livre, pilotis, terraço jardim e janelas contínuas.

carioca do período, explorando o uso dos pilotis para implantar a obra no terreno. O edifício passou por intervenções que comprometeram gravemente a leitura da sua proposta original, usando materiais de baixa qualidade, vedando o terraço jardim e criando uma nova platibanda, comprometendo a plástica da volumetria antes sugerida.

Figura 06. Clínica Tisiológica.



Fonte: Centro de Documentação e Referência da Odebrecht.

Ainda na gestão de Edgard Santos, em 1952, acontece a inauguração da reitoria (Figura 7) em estilo neocolonial com elementos neoclássicos, única obra feita para a instituição em caráter historicista. O projeto foi feito a partir da reforma do antigo Ambulatório Augusto Vianna (Figura 08) e incorporou parte dos azulejos advindos do Solar Bom Gosto (ou Palacete Aguiar) demolido em 1933 para a construção do Hospital Universitário. Os responsáveis do projeto são os arquitetos Wladimir Alves de Souza<sup>9</sup> e Geraldo Rapôso da Câmara<sup>10</sup>, também autores da segunda proposta para o Campus

---

<sup>9</sup> Wladimir Alves de Souza (1908-1994), era paraense radicado no Rio de Janeiro, foi arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e professor catedrático de Teoria e Filosofia da Arquitetura na mesma instituição. Além dos projetos para a Universidade da Bahia, é autor do projeto da Chácara do Céu no Rio de Janeiro, construída em 1957, com jardins do Burle Marx e tombada em 1974 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Publicou os livros "O Espaço Barroco" e "Van Gogh" e é autor da série "AUDIVI" realizada para o Itamarati. Em 1967, tornou-se o primeiro presidente da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC), atual IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia). Foi membro do Comitê Executivo do ICOMOS (International Council for Monuments and Sites), da "Academie d'Architecture" e da "Compagnie des Architectes en Chef des Monuments Historiques" da França.

<sup>10</sup> Geraldo Rapôso da Câmara tornou-se arquiteto em 1943, pela Escola Nacional de Belas Artes, foi professor-assistente de Teoria de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também integrou o quadro de arquitetos do Estado e ocupou o cargo de Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura. Em colaboração com o arquiteto Samuel de Aratanha, obteve o primeiro lugar no concurso para o Edifício-Anexo da Câmara Legislativa do antigo estado da Guanabara.

Canela, da Casa da França (atual Instituto de Saúde Coletiva) e do restauro do Convento de Santa Teresa para abrigar o Museu de Arte Sacra inaugurado em 1959.

Figura 07– Edifício após a reforma, tornando-se a Reitoria da Universidade.



Fonte: Sumai/UFBA.

Figura 08 – O Ambulatório Augusto Viana que viria a se tornar a Reitoria da UFBA.



Fonte: Fontes, 2010.

Os edifícios posteriores, já criados a partir da primeira proposta do campus<sup>11</sup> (Figura 09), são implantados nas vias internas, com adaptações à topografia acentuada e perspectivas longínquas entre as cumeadas do vale (Figura 10). Assim, são criadas a Escola de Enfermagem (1950), a Casa da França (1955), o Instituto de Cultura Hispânica (1958), a Faculdade de Odontologia (1958) e a Escola de Música (1962), único de projeto com autoria feminina, assinado por Maria Aparecida C. Lima. Em 1956 é realizado um concurso para o projeto da Faculdade de Direito e o vencedor é o arquiteto mineiro Décio Corrêa Machado. O edifício foi inaugurado em 1961 sendo o primeiro implantado ao sul do vale, no bairro da Graça.

---

<sup>11</sup> A primeira proposta para o Campus Canela é creditada ao médico Ernesto Souza Campos e ao arquiteto Hippolyto Pujol, porém Fontes (2010) sugere que pode ter autoria de Wladimir Alves de Souza e Geraldo Rapôso da Câmara.

Figura 09. Projeto para o campus Canela, incorporando os prédios até então existentes.



LEGENDA

- 1 REITORIA
- 2 HOSPITAL DAS CLÍNICAS
- 3 CLÍNICA TISIOLÓGICA
- 4 CLÍNICA OTO-RINO-OFALMO-LARINGOLÓGICA
- 5 ESCOLA DE ENFERMAGEM
- 6 ESCOLA DE MEDICINA
- 7 FACULDADE DE DIREITO

- 8 ANFITEATRO
- 9 ESCOLA DE MÚSICA
- 10 ESCOLA DE BELAS ARTES
- 11 ESCOLA POLITÉCNICA
- 12 CENTRO SOCIAL UNIVERSITÁRIO
- 13 RESIDÊNCIA DO UNIVERSITÁRIO
- 14 FACULDADE DE ARQUITETURA

- 15 FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
- 16 FACULDADE DE FARMÁCIA
- 17 AUDITÓRIO
- 18 FACULDADE DE ODONTOLOGIA
- 19 BIOTÉRIO
- 20 INSTITUTO DE ESTUDOS HISPÂNICOS
- 21 INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO

Fonte: Fontes, 2010.

Figura 10 – Fotografia de 1957 com edifícios da Universidade da Bahia ao fundo, sendo da esquerda para direita: Casa da França, Escola de Enfermagem e o Hospital das Clínicas. Em primeiro plano, a terraplenagem do Vale do Canela.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Essas primeiras construções (Figura 11 e 12) têm soluções individualizadas e incorporam

elementos do repertório modernista difundido nas revistas da época, como por exemplo, o uso de brise-soleil, cobogós, pilotis, as elegantes marquises e a integração das artes plásticas, com a instalação de obras de artistas influentes na época como Mário Cravo Jr. e Genaro de Carvalho.

Figura 11 – Vista da chegada ao Instituto de Cultura Hispânica, atual sede do ICI (Instituto de Ciência da Informação) e o uso de pilotis e a marquise marcando o acesso.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Figura 12 – Espaço interno no térreo da Casa da França com painel do artista Genaro de Carvalho.



Fonte: Sumai/UFBA.

Em paralelo a essas construções, o Reitor Edgard Santos, começa a adquirir terrenos adjacentes e imóveis que pudessem ser adaptados ao uso educacional ou órgãos

suplementares. Esse processo tem início em 1950, com a aquisição do Palacete Machado, que passa por adaptações e em 1956 é inaugurado como Residência Feminina (Figura 13) para receber as alunas internas dos cursos de Enfermagem e Pós-graduação em Obstetrícia. Hoje o edifício se encontra fechado, em processo de arruinamento, porém já existem propostas de restauro para adaptação a novos usos.

Figura 13 – Residência feminina da universidade. A esquerda, a fachada voltada para a rua Araújo Pinho, à direita voltada para a rua João das Botas.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Além da antiga residência feminina, a UFBA possui diversos outros casarões, listados abaixo com a data de aquisição segundo documentos da Sumai (Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura):

- Residência Universitária Masculina (1956);
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG (1956);
- Teatro Santo Antônio (1957), atual Teatro Martim Gonçalves;
- Escola de Geologia (1957), atualmente Escola de Belas Artes;
- Residência Universitária no Largo da Vitória (1959);
- SUPAC (Superintendência de Administração Acadêmica) (1960);
- Casas nº27 e nº27A (1962), Rua João das Botas, uso por órgãos suplementares;
- Escola de Aplicação (1966), atualmente parte da Escola de Nutrição, fechada há anos;
- Galeria Canizares (1966);
- Casarão de São Lázaro (1974), atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
- Memorial Lindembergue Cardoso (1988);
- CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais (2005);
- Diretório Central dos Estudantes (sem data);
- “Casinha” da Faculdade de Arquitetura (sem data);



- Casa nº107 da Rua Caetano Moura (sem data), uso como sede da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da UFBA;
- Casas nº49 e nº312 da Rua Padre Feijó (sem data), uso por órgãos suplementares;
- Casas nº33 e nº37 da Rua Augusto Viana (sem data), uso por órgãos suplementares;

Também é relevante mencionar a aquisição dos edifícios de tipologia não-residencial, a Maternidade Climério de Oliveira em 1968, construída já para esse uso em 1946, em estilo historicista; a Escola de Veterinária e do Hospital Veterinário em 1967, inaugurados respectivamente em 1955 e 1958, sendo a única anexação de edifícios modernistas pela Universidade.

Alguns desses imóveis, inseridos fora do campus, são excelentes exemplares da tipologia residencial burguesa do início do século XX, portanto guardam em si a história do modo baiano de construir e morar e devem ser mantidos e adaptados a usos compatíveis à sua proposta original, de modo que permita a leitura de suas camadas históricas. Segundo Almeida e Santana<sup>12</sup>

Para além dos usos definidos pela implantação das unidades de ensino e daquelas administrativas na região [bairro do Canela], o fluxo de alunos e servidores contribui para a vitalidade cultural, econômica e social do bairro, atraindo a comunidade externa. Do ponto de vista paisagístico, a destinação das antigas residências para uso institucional contribuiu para a permanência de qualidades espaciais que caracterizaram as novas áreas da cidade nas primeiras décadas do século XX. A manutenção desta morfologia urbana permitiu, inclusive, a expansão das instalações das faculdades nas antigas áreas de pomares, quintais e jardins das grandes residências, garantindo a preservação de um gabarito de altura, de um baixo índice de adensamento dos lotes e de um expressivo recobrimento vegetal no bairro.

Diante disso, vale ressaltar também o desafio de manter esses bens em áreas tão valorizadas da cidade diante da especulação imobiliária. Um exemplo disso é a Residência Universitária 1, antiga Residência Masculina (Figura 14), situada no Corredor da Vitória, um dos bairros mais abastados de Salvador, que teve a revogação do tombamento municipal após três dias do decreto<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty; SANTANA, Mariely Cabral de. Primeiro Tempo: o saber e as escolas de ensino superior na Bahia. In: NERY, Juliana Cardoso; SUAREZ, Naia Alban. **Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2022.

<sup>13</sup> Ver notícia “Prefeito de Salvador decreta tombamento de prédio da Ufba no bairro da Vitória, mas revoga decreto três dias depois”, disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/08/20/prefeito-de-salvador-decreta-tombamento-de-predio-da-ufba-no-bairro-da-vitoria-mas-revoga-medida-tres-dias-depois.ghtml> acesso em 20 ago. 2024.

Figura 14 – Fachada principal da antiga Residência Masculina, no Corredor da Vitória.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

### **EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE: CAMPUS FEDERAÇÃO-ONDINA**

Para a construção da via conhecida hoje, como Avenida Reitor Calmon, foi desapropriada uma parte do Vale do Canela da Universidade e em contrapartida, foi incorporado um terreno no bairro da Federação para a expansão da instituição. A solução foi uma boa alternativa visto que os bairros no entorno do campus começaram a se expandir, adensar e conseqüentemente, limitar o crescimento do Campus Canela.

Assim é construída a Escola Politécnica (Figura 15) no que seria o novo Campus Federação-Ondina. É uma construção monumental, moderna e funcional, seguindo o projeto do arquiteto de grande renome Diógenes Rebouças<sup>14</sup>, em parceria com Fernando Machado Leal e José Bina Fonyat Filho, todos professores, à época, do curso de

---

<sup>14</sup> Diógenes Rebouças é baiano, nascido na cidade de Amargosa e tem formação em Agronomia, posteriormente em Arquitetura pela Escola de Belas Artes da UFBA e dedica-se também à pintura. Além de coordenar o EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador), foi consultor técnico dos órgãos de patrimônio. Projetou as grandes obras da época, como o Estádio da Fonte Nova, o Hotel da Bahia, as escolas-classe e escolas-parque, idealizadas por Hélio Duarte com base no projeto pedagógico elaborado Anísio Teixeira, até hoje conhecidas como referências nacionais. Foi professor por mais de 30 anos do curso de Arquitetura e também presidente da seção baiana do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB.

arquitetura da UFBA. O efeito da construção deste edifício diante da paisagem é impactante pois, no bairro da federação residiam famílias menos abastadas, em pequenos casebres na cumeada do morro, formando a via hoje conhecida como Rua Caetano Moura. O prédio, inaugurado em 1960, se desenvolve em uma volumetria em lâmina onde o acesso acontece por uma passarela com uma marquise arrojada sustentada por pilares em “V”, onde a chegada se dá em um pavimento intermediário. A circulação vertical é uma torre circular conectada ao edifício principal com uma grande escada helicoidal. O projeto iniciado em 1953 previa outros blocos com diferentes formas e programas.

Figura 15 – Vista aérea da Escola Politécnica em 1966 e seu entorno.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Ainda no Campus Canela estava sendo construída outra obra projetada por Diógenes, a Faculdade de Farmácia (atual Instituto de Ciências da Saúde), inaugurada em 1963. Contudo, é no projeto da Faculdade de Arquitetura (Figura 16), entre 1963 e 1964 no Campus Federação-Ondina, que Diógenes mostra a sua habilidade notável na implantação das suas obras, advinda provavelmente da sua antiga atuação como topógrafo. O edifício, construído entre 1965 e 1971, é um marco para a Universidade e para a arquitetura baiana pois sua solução rompe com a influência da escola carioca de origens corbusianas e desenvolve com singularidade o brutalismo baiano. Apesar de ser contemporânea à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), a unidade baiana foge da estética da caixa fechada em concreto e cria

espaços abertos, amplos e monumentais, se adequando à topografia e valorizando a vegetação e vista ao mar e assim, revela a manifestação heterogênea do brutalismo brasileiro. A exploração plástica dos materiais construtivos da estrutura é vista no concreto aparente na escada helicoidal escultórica, nos pilares de seção variável e na relação de escadas e varandas em balanço; mas também no uso do estado natural bruto de materiais como pedra, vidro e tijolo cerâmico.

Figura 16 – Vista da fachada sudoeste da Faculdade de Arquitetura.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

## REFORMA UNIVERSITÁRIA E INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA

A Reforma Universitária em 1968 coincidiu com o momento da constituição do Campus Ondina-Federação. Essa reformulação do ensino superior implicou em mudanças administrativas e resulta no convênio com a USAID (Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional)<sup>15</sup>, órgão da política externa dos Estados Unidos cujo objetivo era auxiliar países de baixa e média renda. Contudo, vale lembrar que o contexto era de Guerra Fria e do Regime Militar brasileiro. Assim, a vinda do

---

<sup>15</sup> Em inglês, a sigla USAID significa “United States Agency for International Development”.

consultor norte-americano Rudolph Atcon resulta no Manual de Planejamento Integral do Campus Universitário<sup>16</sup> cujo objetivo era reunir todas as atividades acadêmicas na maneira mais econômica e funcional possível, sendo necessário implementar o reordenamento das atividades universitárias ainda que houvesse forte oposição dos estudantes e professores. Nesse contexto são inaugurados os edifícios:

- CPD – Centro de Processamento de Dados (atualmente abriga o CEAB – Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia) (1969);
- Instituto de Matemática, atualmente Pavilhão de Aulas da Federação VI (1969);
- Instituto de Geociências (1971);
- Laboratório de Física Nuclear (1971);
- Faculdade de Arquitetura (1971);
- Instituto de Química (1971);
- Instituto de Física (1971);
- Instituto de Biologia (1971);
- Escola de Administração (1973)
- Faculdade de Educação (1974);
- Faculdade de Medicina (1977);

Todos são implantados no novo Campus Federação-Ondina, com exceção dos três últimos, construídos na cota baixa do Campus Canela. Esse período é marcado pelo uso da plástica do concreto e do uso dos tijolos cerâmicos expostos como cobogós, algumas vezes funcionando como anteparos de proteção solar (Figura 17). Também há a criação de unidades gêmeas: sedes do Instituto de Física e de Química; sedes da Escola da Administração e da Faculdade de Educação.

Figura 17 – Faculdade de Medicina em construção no Campus Canela, em 1976.

---

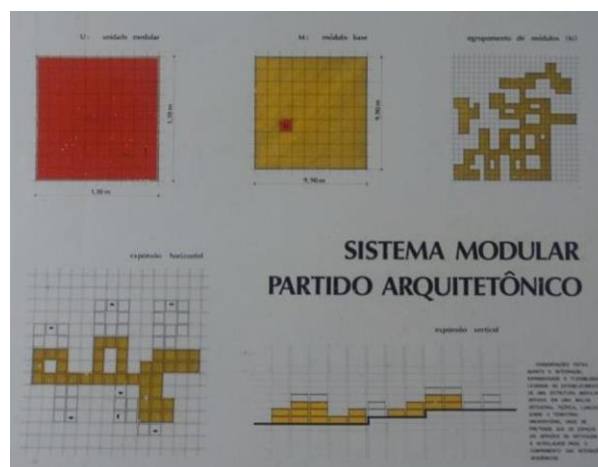
<sup>16</sup> ATCON, Rudolph (1970). Manual sobre o planejamento integral do campus universitário. Santa Catarina: Oficinas Gráficas da Imprensa da UFSC.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

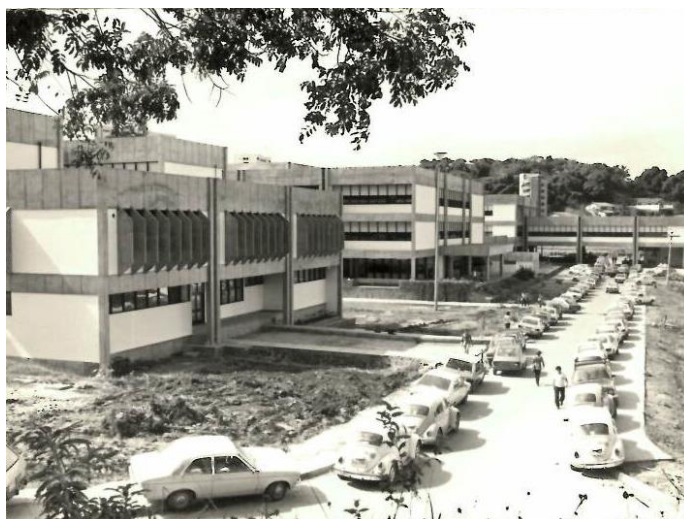
O ETA (Escritório Técnico Administrativo), criado em 1976, buscou uma lógica de ordenação do Campus Ondina pautada nos princípios dos campi norte-americanos, com grandes áreas verdes, conectividade e permeabilidade entre os edifícios, promovendo a expansão e flexibilidade dos prédios. A racionalidade arquitetônica é expressa na unidade modular é de 1,10m X 1,10m que gerou o módulo base de 9,90m X 9,90m (Figura 18), solucionando os espaços internos, criando uma volumetria de cheios e vazios e atendendo às disponibilidades de pré-fabricação industrial. Esta lógica permite o crescimento vertical de até cinco pavimentos e a expansão horizontal ilimitada. Seguindo essa proposta foram construídas algumas unidades no campus, como a Faculdade de Farmácia, PAF I (Pavilhão de Aulas da Federação I), o novo Instituto de Matemática e novo CPD (Centro de Processamento de Dados) (Figura 19).

Figura 18 – Sistema modular de partido arquitetônico criado pelo ETA.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Figura 19 – Da esquerda para a direita, Faculdade de Farmácia, PAF I e Instituto de Matemática.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

Dois edifícios suplementares foram inaugurados nesse período: o restaurante universitário em 1980 e a Biblioteca Central em 1982. Ambos projetos exploram os distintos materiais evidenciados em sua materialidade bruta.

No edifício do restaurante universitário (Figura 20) a caixa de escada é protagonista pelo seu volume sobressaltado à fachada e pela textura do seu fechamento em telhas de fibrocimento instaladas espaçadas e na vertical como um brise-soleil. Além disso, o uso do plano de vidro solto da fachada também merece destaque como recurso plástico. O edifício quando é transformado em Faculdade de Comunicação (Facom) em 1999 perde a leitura desses elementos pois tem a caixa da escada pintada de amarelo e substituí o painel em vidro por brises em alumínio. Mas não apenas isso, fizeram diversas modificações internas e construíram a outra ala com volumetria bastante similar àquela prevista no projeto original após mais de 30 anos da sua criação.

Figura 20 – Restaurante Universitário em 1981, atual Faculdade de Comunicação.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

A Biblioteca Central (Figura 21) foi implantada no centro geográfico do Campus Ondina-Federação e tinha como objetivo agrupar todo o processo de informação bibliográfica. O edifício é composto por uma robusta estrutura em concreto, paredes em alvenaria pintadas de branco ou em tijolinho aparente, porém o elemento estético principal é o uso de placas de cimento como anteparo de proteção solar formando um grande plano solto da fachada. O volume uma tem parte suspensa por pilotis, criando um grande vazio no térreo e tornando-se parte sombreada da praça. A construção significou à época uma obra de modernidade e beleza, como pode ser lido em trecho do Jornal A Tarde, em 28 de agosto de 1983:

A Biblioteca Central da UFBA., inaugurada na última quinta-feira, pode não ser a maior do país na área universitária. Dizem que a da Universidade de Brasília é maior. Pode ser, mas duvido que seja tão moderna, tão bem planejada, tão agradável, tão completa e tão bonita. Se não é a maior, é, com certeza, a segunda do país, em tamanho igual à da universidade de Minas Gerais, mas em acervo e qualidade talvez maior que a da própria Brasília. E em beleza dá um show. Basta o seu painel coletivo, feito por quase 50 dos nossos melhores e mais afamados pintores, para lhe garantir a liderança.

Figura 21 – Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - BURMC.



Fonte: Site Sistema Universitário de Bibliotecas. Disponível em <https://sibi.ufba.br/biblioteca-universitaria-reitor-macedo-costa-burmc> acesso em 19 ago. 2024.



Entre 1986 e 1989, o arquiteto João Filgueiras Lima, conhecido como Lelé, projeta três edifícios para a Universidade a partir do convênio entre a UFBA e a FAEC (Fábrica de Equipamentos Comunitários): o Módulo Iansã na Faculdade de Arquitetura, o pavilhão Germano Tabacof, na Escola de Belas Artes (EBA) e o Módulo de atendimento médico psicológico do Instituto de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Todas utilizaram pré-moldados advindo das mesmas fôrmas que os edifícios escolares construídos pela FAEC<sup>17</sup>. O pavilhão da EBA já se encontra interditado há alguns anos, devido a problemas estruturais advindos da falta de manutenção e de instabilidade no terreno. Já o pavilhão de Psicologia (Figura 22) foi desmontado recentemente e até forneceu peças para o restauro que está ocorrendo no Módulo Iansã.

Figura 22 - Módulo de atendimento médico psicológico do Instituto de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.



Fonte: Acervo Sumai/UFBA.

---

<sup>17</sup>CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro; COSTA, Gabriel Gomes da; EKERMAN, Sergio Kopinski; MINHO, José Fernando Marinho; JÚNIOR, José Rogério Nascimento dos Santos. As Fôrmas Metálicas de João Filgueiras Lima, Lelé. Revista Jatobá, Goiânia, v.4, 31 dez. 2022.

## **A CHEGADA DA UNIVERSIDADE AO NOVO SÉCULO**

A UFBA continuou crescendo durante a década de 1990, porém os investimentos não foram como esperado à estabilidade econômica da época. As unidades que tinham mais recursos foram se ampliando em anexos com construções que, quase sempre, não dialogam com a arquitetura preexistente.

Nesse contexto, a Universidade buscou atender emergências por meio de ajustes espaciais. Os suportes financeiros que chegavam eram encaminhados à construções de edificações isoladas<sup>18</sup>.

Com o início dos anos 2000, a prioridade da Universidade se tornou a ampliação do acesso da sociedade concretizado com a implementação das cotas. Em 2007, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) alavancou os investimentos no ensino superior ao ponto de mais que dobrar o número de estudantes entre o final da década de 1990 e 2016<sup>19</sup>, chegando aos 40 mil estudantes (graduação e pós-graduação).

A maioria dos edifícios construídos no período têm unidade entre si e buscam referências às obras existentes nos campi, evidenciando as estruturas não mais expondo o concreto aparente mas sobressaindo em relação aos elementos de fechamento da fachada. Também vale destacar o esforço de projeto para implantar os edifícios em declividades acentuadas, como a Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda no Campus Ondina e a Biblioteca Universitária de Saúde - Prof. Álvaro Rubim de Pinho, no Campus Canela.

Dentre os novos edifícios, o IHAC (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) (Figura 23) se destaca pela forma arrojada e singular como compões a sua fachada, além de buscar uma integração com o entorno preexistente.

Figura 23 – Edifício do IHAC, autoria de Naia Alban (professora da FAUFBA), Sergio Alencar e Yoanny Calvo.

---

<sup>18</sup> CALABRESE; Federico; COTRIM, Márcio; SUAREZ, Naia Alban. Quarto Tempo: O Que Temos De Contemporâneo. In: NERY, Juliana Cardoso; SUAREZ, Naia Alban. Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA. Salvador: EDUFBA, 2022.

<sup>19</sup> Ver “UFBA – Universidade Federal da Bahia. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. Salvador: UFBA, 2017”.



Fonte: Livro “Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA”.

A Praça das Artes, em frente à Biblioteca Central, representa um grande ganho para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Fotos da década de 1990 do acervo da Sumai mostram o espaço como uma clareira alagadiça entre prédios e vegetação. Entretanto, desde sua inauguração em 2012, é o maior espaço cívico da Universidade, sendo palco de manifestações culturais, políticas, eventos e feiras.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante ressaltar que apenas três bens da Universidade são tombados: A Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus, os silhares de azulejos na Reitoria pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Escola de Belas Artes pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) em 2003. Vale destacar também o Museu de Arte Sacra, antigo Convento de Santa Teresa<sup>20</sup> (Figura 24), tombado em 1938 pelo IPHAN, que não é propriedade da Universidade, mas a instituição tem um convênio de gestão firmado com a Igreja desde 1959 e assim é mantido como Órgão Suplementar, apresentando uma das maiores coleções de arte sacra do país.

Figura 24 – Fachada nordeste da Igreja de Santa Teresa D'Ávila com destaque para a "espadaña".

---

<sup>20</sup> Fundado pelas Carmelitas Descalças em 1665 e a igreja foi concluída em 1697.



Fonte: Acervo Sumai /UFBA.

Logo, é possível observar que o patrimônio tombado da Universidade na verdade não envolve a sua produção arquitetônica e sim, obras anteriores que passaram para a sua tutela e que apesar do significativo conjunto modernista, nenhum está protegido nessas esferas. Os edifícios da UFBA estão perdendo atributos essenciais pois

As intervenções sobre essas obras parecem desconsiderar qualquer valor que elas possam um dia ter tido: funcional, racional, econômico, plástico, arquitetônico, muito mesmo de memória ou de qualquer possibilidade de compreensão histórica.<sup>21</sup>

Espera-se que o processo de reconhecimento do patrimônio construído da Universidade ultrapasse os arquitetos e envolva toda a comunidade universitária. Somente a partir do inventário dos edifícios e da sistematização dos arquivos referentes a essa história poderá ser criada a regulamentação de intervenções de restauro, conservação, reforma e/ou adaptação desses bens.

---

<sup>21</sup> BIERRENBACH, Ana Carolina; NERY, Juliana Cardoso. O que é que a Bahia tem. In: X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL – Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975. **Anais do X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL**. Curitiba: PUC-PR, 2013, p. 1-26.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty; SANTANA, Mariely Cabral de. Primeiro Tempo: o saber e as escolas de ensino superior na Bahia. *In*: NERY, Juliana Cardoso; SUAREZ, Naia Alban. **Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2022.

ATCON, Rudolph p. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário**. Santa Catarina: Oficinas Gráficas da Imprensa da UFSC, 1970.

BERBERT, José Augusto. Uma biblioteca pra ninguém botar defeito. **A Tarde**, Salvador, 28 ago. 1983.

BIERRENBACH, Ana Carolina; NERY, Juliana Cardoso. O que é que a Bahia tem. *In*: X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL – Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975. **Anais do X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL**. Curitiba: PUC-PR, 2013, p. 1-26.

CALABRESE; Federico; COTRIM, Márcio; SUAREZ, Naia Alban. Quarto Tempo: O Que Temos De Contemporâneo. *In*: NERY, Juliana Cardoso; SUAREZ, Naia Alban. **Tempos, arquiteturas e território: o patrimônio construído em 75 anos de UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2022.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro; COSTA, Gabriel Gomes da; EKERMAN, Sergio Kopinski; MINHO, José Fernando Marinho; JÚNIOR, José Rogério Nascimento dos Santos. As Fôrmas Metálicas de João Filgueiras Lima, Lelé. **Revista Jatobá**, Goiânia, v.4, 31 dez. 2022.

FONTES, Antônio. **Breve histórico dos campi da UFBA**. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAU/UFBA, 2010.

NERY, Juliana Cardoso; REIS, Clara Rachel; Santana, Diana Stefani Nunes. **As múltiplas expressões do moderno na constituição dos campi urbanos da UFBA**. *In*: Anais do 8º Seminário DOCOMOMO N NE. Palmas, 2021.

NERY, J. C. et al. **Pequenas Intervenções, Grandes Perdas**: o problema das intervenções despretensiosas no patrimônio edificado. 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-13, mai./2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/iiisimposioicomosbrasil/>. Acesso em: 19 set. 2023.

JUNIOR, N. V. D. A. et al. **O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: 1ª ETAPA**. 4º Seminário Ibero-americano: , Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-24, nov./2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/496275954/O-inventario-do-patrimonio-arquitetonico-e-urbanistico-da-UFBA--1a-etapa>. Acesso em: 19 set. 2023.

REIS, Clara Rachel. **Residência Artística no Solar Jonathas Abbott**. Salvador: Trabalho Final de Graduação. UFBA. 2023.

REIS, Marinalva Bulcão. **Biblioteca Universitária Pública e a Disseminação Da**

**Informação.** Salvador: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação. 2008.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936 – 1962. **Revista Urbanismo e Arquitetura** n.º 7, v. 1, julho/dezembro 1999, p. 38/39.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.** Salvador: UFBA, 2017.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### Identificação do patrimônio arquitetônico neocolonial do campus da UFRRJ em Seropédica/ RJ

Andressa Pazianelli<sup>1</sup>

#### RESUMO

O campus da UFRRJ, em Seropédica/RJ, foi concebido pelo Ministério da Agricultura, sob a gestão de Fernando Costa durante o Estado Novo. Destinado a formar profissionais para o meio rural e promover pesquisas em técnicas agrícolas, o campus foi construído entre 1937 e 1943 em terras da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz. Sua arquitetura neocolonial abrange cerca de trinta edificações para atividades acadêmicas e administrativas, além de mais de quinhentas moradias para funcionários, alojamentos para alunos e construções rurais de apoio. Em 1993, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/RJ) reconheceu o conjunto arquitetônico e paisagístico do campus como patrimônio cultural. No entanto, o tombamento, embora estabeleça diretrizes e proteja edificações de maior relevância, não incluiu um levantamento completo do conjunto, comprometendo sua integridade e dificultando ações de preservação. Este trabalho, parte de um projeto de extensão do Laboratório de Patrimônio Arquitetônico da UFRRJ (LabArq) ligado ao Centro de Memória da UFRRJ, visa identificar as edificações do projeto original. A análise se baseia no relatório das obras realizadas no CNEPA até 1952, em periódicos da época e na documentação arquitetônica disponível no Laboratório de Documentação Arquitetônica da Universidade (LabDoc). As informações foram organizadas em um mapa georreferenciado, fornecendo subsídios para pesquisas e ações de preservação do patrimônio arquitetônico da UFRRJ.

Palavras-chave: Arquitetura Neocolonial. Patrimônio Cultural. UFRRJ.

---

<sup>1</sup> Doutoranda na FAU-USP, Mestre em projeto e patrimônio pelo PROARQ/ UFRJ, arquiteta e urbanista da UFRRJ. E-mail: pazianelli@usp.br

## INTRODUÇÃO

Em 1942, foi organizada a Exposição de Edifícios Públicos no Ministério da Educação Saúde. A exposição foi composta por uma variedade de maquetes, projetos de arquitetura, fotos e outros documentos. Essa Exposição pretendia apresentar as obras realizadas pelo Estado Novo, evidenciando o progresso e eficiência do Governo Vargas. Ao observar os exemplares expostos neste evento, fica evidente que a adoção de linguagens arquitetônicas nas obras oficiais não era homogênea. Pelo contrário, cada grupo político que compunha o governo utilizou em suas edificações uma linguagem arquitetônica que melhor representava suas ideologias. Além da arquitetura modernista, cujo próprio Palácio Capanema é um dos grandes marcos, outras expressões arquitetônicas também foram utilizadas nas obras expostas, como o Art Déco e o neocolonial.

Essa diversidade de linguagens arquitetônicas demonstra o contexto histórico e cultural do debate sobre a modernidade no qual a arquitetura neocolonial se inseriu. A arquitetura neocolonial se caracterizava pela busca das raízes culturais, tal como ocorreu na literatura, filosofia, nas artes e na arquitetura, no mesmo período. Era movido pelo sentimento nacionalista resultante da comemoração dos centenários de independência das novas repúblicas e pelas transformações sociais do início do século XX<sup>2</sup>.

Durante o Estado Novo (1937-1945), as ações para a promoção do “progresso” no meio rural foram mais efetivas do que nos outros momentos do governo de Vargas<sup>3</sup>. Foi neste contexto que o agrônomo Fernando Costa foi nomeado como ministro da pasta e, em uma de suas iniciativas, criou o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), atual campus da UFRRJ. Sua concepção ocupou papel de relevância dentro da política do Estado Novo para a modernização do campo através da formação especializada de profissionais, como agrônomos e veterinários, bem como no desenvolvimento de pesquisas para aprimoramento das técnicas agrícolas.

As obras de construção do campus da UFRRJ em Seropédica foram iniciadas em 1937 em terreno que fez parte da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz<sup>4</sup>. O conjunto arquitetônico executado segue a linguagem neocolonial e é composto por edificações que

---

<sup>2</sup> Roberto Segre, 1991, pp.123

<sup>3</sup> Durante o primeiro governo de Vargas, o Ministério da Agricultura já havia passado por um importante processo de estruturação. No entanto, foi durante o Governo Provisório (1930-34) que o Ministério da Agricultura foi desmembrado do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No Governo Constitucional (1934-1937), foi criado os departamentos animal, vegetal e mineral, assim como, o gabinete de engenharia e arquitetura. Este último, ligado ao próprio ministro, responsável pelas obras do Ministério.

<sup>4</sup> Claudio Antônio Lima Carlos, 2017, pp.07



abrigam a maior parte das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição até os dias atuais, integrado a uma cuidadosa composição paisagística de perfil pitoresco criada a partir de relevos, lagos e massas arbóreas.

Em função de seu significativo conjunto arquitetônico e paisagístico, o campus foi reconhecido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/RJ) como um patrimônio cultural a ser preservado. No processo de tombamento<sup>5</sup> foram definidas três categorias de proteção: os bens considerados especialmente tombados por sintetizarem o espírito da concepção original do projeto, a área de tutela para proteção da ambiência onde foi estabelecido a manutenção de um gabarito de três pavimentos e baixa taxa de ocupação e uma área de “A” de tombamento no entorno dos bens tombados isoladamente. Os bens considerados especialmente tombados foram: o Pavilhão central (P1), o prédio da Química (ICE), o prédio da Biologia (ICBS), a Casa do Reitor, o Instituto de Experimentação Agrícola (Embrapa) e o de Ecologia Agrícola (PESAGRO). Também faz parte desta categoria painel em azulejos *Kilometre 47* da artista portuguesa Vieira da Silva que se encontra na sala de estudos do alojamento estudantil, antigo salão do restaurante universitário.

No entanto, apesar do reconhecimento estabelecido pelo tombamento realizado em 1998, o processo não identificou quais as edificações faziam parte do conjunto arquitetônico protegido além daquelas que receberam proteção isolada, comprometendo a integridade do conjunto e dificultando ações de preservação efetivas porque, em alguns casos, não ficou clara a abrangência da proteção em certas edificações relevantes. Além disso, a ausência instrumentos de gestão por parte da administração da Universidade que estabelecessem diretrizes específicas ameaçam a coesão e preservação do patrimônio cultural edificado do campus.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo divulgar os avanços conquistados até o momento no processo de identificação das edificações que compõe o projeto original do campus da UFRRJ a partir das pesquisas desenvolvidas no Laboratório do Patrimônio Arquitetônico (LabArq) do Centro de Memória da UFRRJ. Ao mapear e documentar essas edificações busca-se ampliar o conhecimento sobre o conjunto arquitetônico neocolonial da instituição e, assim, contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para sua preservação.

---

<sup>5</sup> Processo E-18/001540/98 - INEPAC

## METODOLOGIA

Este trabalho se baseia na análise de fontes documentais referentes ao conjunto arquitetônico neocolonial da UFRRJ em Seropédica. Entre as principais fontes estão o acervo do Laboratório de Documentação Arquitetônica (LabDoc) da UFRRJ (figura 03), que abriga os documentos relacionados ao projeto do campus que inclui plantas executivas, croquis, perspectivas, aquarelas, fotos, mapas e relatórios. Destaca-se entre esses documentos um relatório das obras do CNEPA, datado de 1952, recentemente identificado no acervo (figura 02). Esse relatório, possivelmente solicitado após o retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951, detalha o progresso das construções, mencionando os profissionais envolvidos, a cronologia das obras, as empresas contratadas e os custos, além de incluir fotografias das edificações e da paisagem do campus.

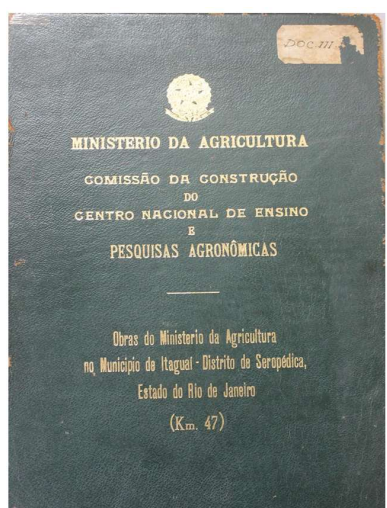


Figura 02 – capa do relatório de obras de 1952 – LabDoc/ UFRRJ, 2020



Figura 03 – Carimbo de uma das pranchas do acervo da documentação arquitetônica do LabDoc/ UFRRJ, 2020.

Além disso, o Laboratório de Patrimônio Arquitetônico (LabArq), criado em 2020, tem conduzido uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, focada em periódicos da época que abordam a construção do CNEPA e seus personagens. Essas matérias jornalísticas estão sendo catalogadas em uma plataforma gratuita que possibilita que as mesmas informações sejam agrupadas simultaneamente em categorias distintas. Dessa forma, é possível realizar análises a partir dos periódicos, dos personagens, pelo ano de publicação ou por perguntas norteadoras pré-estabelecidas que direcionam a pesquisa. A possibilidade de reordenar as informações a partir de diferentes critérios é fundamental para contextualizar e aprofundar o entendimento das obras e das circunstâncias históricas em que foram realizadas.

A análise dos documentos tem como base para a identificação das edificações do campus de Seropédica o Relatório das Obras<sup>6</sup>. As informações extraídas do relatório, como designações originais, cronologia das obras e descrições arquitetônicas, foram sistematicamente organizadas e comparadas com dados de outras fontes, como os periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o projeto arquitetônico já catalogado no LabDoc.

A verificação cruzada foi essencial para garantir a autenticidade e relevância das informações coletadas. Por exemplo, para localizar uma edificação descrita no relatório com uma designação que não corresponde à atual e que não possuía outra informação identificadora, foi necessário recorrer a fotografias de reportagens da época, à toponímia local e ao projeto arquitetônico original. Um caso emblemático foi a identificação do Instituto de Meteorologia, citado no relatório, cuja edificação atualmente abriga um dos alojamentos da pós-graduação. A confirmação foi possível pela descrição de uma fotografia em uma reportagem, complementada pela toponímia da Ladeira da Meteorologia, onde a edificação está situada. Adicionalmente, foi utilizado o mapa contido no Relatório de Obras, para localizar espacialmente as edificações construídas até este ano.

Apesar do rigor no processo de análise, algumas edificações mencionadas no relatório não puderam ser identificadas. As razões variam desde mudanças no uso ou na designação original do prédio até a descaracterização da arquitetura, dificultando a correspondência com as estruturas atuais.

Uma vez identificadas as edificações do projeto original do campus de Seropédica, as informações foram organizadas em um mapa georreferenciado, utilizando a plataforma do Google Earth como Sistema de Informação Geográfica (SIG). Esta escolha se deu pela simplicidade de uso e baixo custo oferecidos, o que facilitou o processo sem comprometer a qualidade da análise. O procedimento envolveu a compilação de informações detalhadas sobre cada edificação, incluindo a designação original e atual, o ano de início da construção, e a localização precisa no campus. Além desses dados textuais, foram agregados ao mapa documentos iconográficos históricos e fotografias atuais das edificações, quando disponíveis. Essa integração de diferentes tipos de dados no mapa georreferenciado permitiu compreender a disposição original do conjunto arquitetônico, a interação entre as edificações e sua integração na paisagem.

---

<sup>6</sup> Refere-se ao “Relatório de obras do CNEPA até 1952”

Uma etapa importante do estudo foi a inclusão, no mapa georreferenciado, do zoneamento de proteção estabelecido no tombamento estadual. Esse zoneamento foi sobreposto às edificações identificadas, com o objetivo de compreender os critérios de preservação que incidem sobre cada uma delas. Essa análise permitiu uma avaliação mais detalhada de como as diretrizes de proteção afetam o conjunto neocolonial e a observação de áreas onde os critérios de preservação parecem inadequados ou insuficientes para garantir a integridade do conjunto neocolonial.

Durante o processo de análise e mapeamento, foram enfrentadas algumas limitações para a identificação das edificações, como a falta de informações detalhadas, a descaracterização arquitetônica e a mudança de uso e designação. Essas dificuldades tornaram mais complexo o processo de mapeamento e identificação precisa de cada estrutura do conjunto. Porém, por se tratar de uma pesquisa em andamento, espera-se que essas lacunas de informação sejam preenchidas no decorrer do levantamento e análise documental.

## RESULTADOS

A partir da análise do levantamento documental foram identificadas aproximadamente trinta edificações institucionais, com funções administrativas ou educacionais, além de residências para funcionários, alojamentos para alunos e uma variedade de construções rurais. Em comum, todas essas edificações compartilham o uso da linguagem neocolonial, característica do projeto original.

Designação original	Designação Atual	Período de Const.
Pavilhão central	P1	1939 - 1945
Edifício de Biologia	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS)	1939-1945
Edifício de Química	Instituto de Ciências Exatas (ICE)	1939-1945
Edifício das Clínicas da ENV	Instituto de Veterinárias (IV)	1945-1948
Escola Agrícola Ildfonso Simões Lopes	Instituto de Agronomia (IA)	Não identificado
Instituto de Ecologia Agrícola	PESAGRO	Não identificado
Instituto de Biologia Animal	PSA	1944-1948
Instituto de Experimentação Agrícola	EMBRAPA	Não identificado
Edifício de Restaurante	CAUR	Não identificado
Alojamento de Alunos	M1, M2 e M3 – alojamento masculino	1942-1944
Alojamento de Alunas	F1 – alojamento feminino	1949 - 1952

Ginásio de Esportes	Ginásio de Esportes	1946-1950
Edifício Sede do Instituto de Zootecnia	Edifício Sede do Instituto de Zootecnia	Não identificado
Edifício de Zootecnia	Instituto de Geociências	Não identificado
Prédio da Avicultura e Cunicultura	Prédio da Avicultura	Não identificado
Edifício de apicultura	Não identificado	Não identificado
Edifício de laboratório de mel e derivados		Não identificado
Edifício Zootecnia 2 pavimentos	Não identificado	Não identificado
Edifício Zootecnia 2 pavimentos	Não identificado	Não identificado
Parque de suínos	Não identificado	1949 - 1952
Cooperativa de Servidores	Restaurante Casarão 47 e setores da prefeitura municipal	1945-1952
Usina de gás	Departamento de Guarda e Vigilância	Não identificado
Lavanderia	Lavanderia	1947 - 1948
Edifício da Engenharia Rural	Prédio da Prefeitura Universitária	Não identificado
04 Oficinas	Oficinas da prefeitura	Não identificado
Posto de abastecimento de gasolina	Desativado	Não identificado
Almoxarifado	Almoxarifado	1946-1948
Subestação central elétrica	Centro de Arte e Cultura	Não identificado
Edifício sede da estação Meteorológica	Não identificado	Não identificado

Figura 04 – Tabela com as principais edificações administrativas ou educacionais identificadas no Relatório de Obras de 1952 até o momento do levantamento documental.

No que diz respeito às residências, como já observado anteriormente na pesquisa sobre o bairro Ecologia realizada em 2020 pelo LabArq<sup>7</sup>, essas edificações são compostas por tipologias diferentes conforme sua destinação dentro da hierarquia funcional. Essas residências estão localizadas de duas formas no campus: concentradas no bairro residencial chamado bairro Ecologia ou distribuídas ao redor dos Institutos onde, originalmente, os residentes trabalhavam, seguindo a mesma hierarquia funcional.

As edificações mais significativas do conjunto são os Pavilhões de Aula, com destaque para o Pavilhão Central (figura 05), a maior e mais alta edificação, que abriga a sede administrativa da Instituição, auditórios, laboratórios e onde também havia originalmente a biblioteca da Universidade e um museu. O Prédio de Biologia e o Prédio de Química também são fundamentais, formando, junto com o P1, a principal paisagem da Instituição.

<sup>7</sup> Andressa Pazianelli, 2020.



Figura 06 – Sequência de fotos do Pavilhão Central: fachada principal, Auditório Principal e Jardim interno. Relatório de Obras de 1952. LabDoc/ UFRRJ.

Contudo, outras edificações são igualmente relevantes dentro do conjunto arquitetônico neocolonial, como o complexo da Zootecnia (figura 06), composto pelo edifício-sede e edificações vizinhas que abrigam setores da zootecnia, além do prédio da Avicultura e o prédio atualmente ocupado pelo Instituto de Geociências, que fazia parte do antigo Instituto de Zootecnia. Interessante notar que até mesmo nos estábulos equinos é possível encontrar elementos arquitetônicos que remetem a linguagem neocolonial, como frontões arcados, ornamentos e azulejaria decorativa.



Figura 06 – Sequência de fotos de algumas edificações pertencentes ao Instituto de Zootecnia que não estão contidas na poligonal de proteção do tombamento estadual: onde atualmente funciona o Instituto de Geociências (Relatório de Obras de 1952, Labdoc/ UFRRJ) e Prédio da Avicultura (arquivo nacional, sem data).

Destacam-se também: o prédio da Escola Agrícola Ildefonso Simões Lopes, atual Instituto de Agronomia; o edifício das Clínicas, hoje Instituto de Veterinária; os prédios dos Institutos de Ecologia (figura 07) e Experimentação Agrícola, atualmente ocupados pela PESAGRO e EMBRAPA; e o prédio do Instituto de Florestas, cuja destinação original ainda não foi identificada. O prédio de Engenharia Rural e as oficinas, embora mais funcionais e como soluções mais simplificadas, também apresentam características relevantes e fazem parte do projeto original da Instituição.



Figura 07 – Instituto de Ecologia, Relatório de Obras de 1952, Labdoc/ UFRRJ

No setor destinado ao alojamento dos estudantes, o salão de refeições do antigo restaurante (figura 08) abriga o painel "*Kilomètre 47*" da artista portuguesa Maria Helena Vieira da Silva, bem integrado incluído no tombamento estadual. Entre as edificações residenciais, destacam-se a do Diretor geral (figura 09), transformado atualmente no Museu Casa do Reitor, e a do Vice-Reitor, que ocupam um lugar de destaque na paisagem e são as únicas residências com dois pavimentos.



Figura 08 – Restaurantes Universitários, Arquivo Nacional, 1946.



Figura 09 – Casa do Diretor Geral, Relatório de obras de 1952, Labdoc/ UFRRJ

A visualização da disposição das edificações no campus, a partir da confecção do mapa georreferenciado, facilitou a compreensão da localização de cada instituto e a articulação entre as edificações e revelou a hierarquia e a organização espacial do campus. Além disso, ao sobrepor as zonas de proteção definidas pelo tombamento estadual, foi possível identificar quais elementos foram beneficiadas por este instrumento de proteção e quais se tornaram mais vulneráveis por não estarem incluídos nos critérios estabelecidos pelo INEPAC.



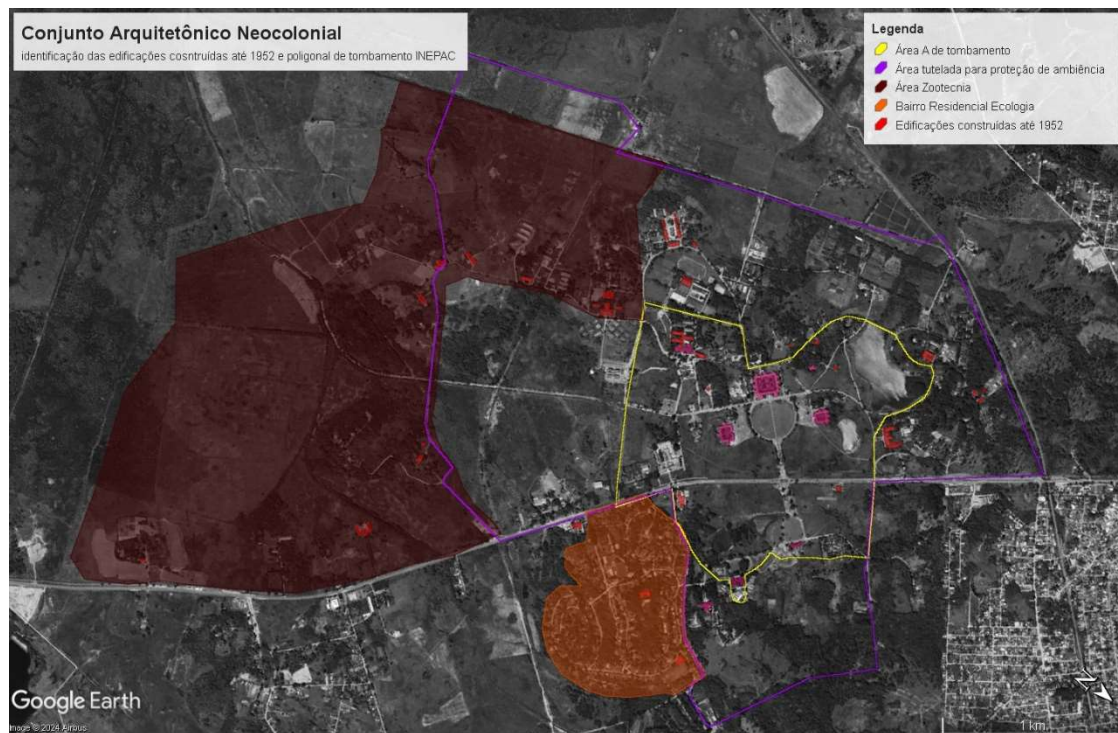


Figura 10 – mapa com a identificação das edificações construídas até 1952 e a sobreposição das poligonais de proteção estabelecidas pelo tombamento estadual.

## DISCUSSÃO

A análise dos resultados parciais da pesquisa revela que o conjunto arquitetônico neocolonial do campus da UFRRJ é mais extenso do que o indicado no processo de tombamento estadual. Edificações relevantes não estão incluídas nas áreas de proteção. Um exemplo disso são as edificações originalmente destinadas ao Instituto de Zootecnia (figura 06), um complexo de construções que, além da sua relevância arquitetônica, são de extrema importância para a história da Instituição, não estão contempladas na poligonal de proteção definida pelo tombamento (figura 10). Foram excluídos: o prédio da Avicultura e Cunicultura (figura 06), o prédio que atualmente funciona o Instituto de Geociências (figura 06), além dos galpões de equinos.

A área de tutela também não envolveu o bairro ecologia (figura 10). Este bairro residencial para os funcionários da UFRRJ possui características importantes que precisam ser preservadas tanto em relação à sua implantação e desenho urbano, como as diferentes tipologias arquitetônicas. Por se tratar de residências, estas edificações estão mais sujeitas à descaracterização e precisam de diretrizes para reformas e adequações.

Outra questão importante observada é a articulação territorial do conjunto arquitetônico evidenciada pela organização das edificações. Os principais prédios identificados até o momento são aqueles que sediavam Institutos, como o Prédio de Biologia, a sede da

Zootecnia, o Prédio de Química e o Instituto de Ecologia Agrícola. Para cada área, seja administrativa, de ensino ou pesquisa, havia um edifício sede, que funcionava como um núcleo rodeado por edificações complementares ocupadas por setores específicos relacionados ao Instituto principal, além de residências de seus funcionários e, quando necessário, construções rurais que atendiam às atividades deste núcleo.

Os resultados mostram que, apesar da expansão da Universidade com intervenções e novas construções ao longo dos anos, o campus ainda preserva a maior parte dos elementos do projeto original. No entanto, o fato dessas edificações não serem abordadas como um conjunto, de não serem valorizadas na prática cotidiana como um patrimônio cultural e a ausência de diretrizes para sua preservação as tornam vulneráveis. Por exemplo, em situações que demandam a modernização da infraestrutura e a adequação a novos usos, corre-se o risco de perder elementos importantes para compreensão da arquitetura, tanto do exemplar individual como do conjunto.

Além da revisão dos critérios de tombamento, este estudo ressalta a necessidade urgente de desenvolver um plano de gestão do patrimônio edificado do campus da UFRRJ. Este plano deve estabelecer critérios para intervenções, medidas de conservação preventiva e de manutenção regular, assim como critérios para a realização de adequações funcionais e tecnológicas, garantindo que as edificações possam continuar a ser utilizadas de forma eficiente, sem comprometer a integridade de seus valores culturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos resultados e na análise, fica evidente que a preservação da integridade do conjunto arquitetônico neocolonial da UFRRJ exige mais do que a proteção de edificações isoladas. As diretrizes estabelecidas no processo de tombamento estadual são vagas, por isso este instrumento pode ser considerado um instrumento insuficiente para a preservação deste importante conjunto arquitetônico.

Dessa forma, é urgente o desenvolvimento de um plano de gestão cujas estratégias considerem o valor do conjunto que o patrimônio edificado da Universidade representa. Para isso, é necessário dar continuidade às pesquisas de identificação e mapeamento dessas edificações, o que só será possível com apoio institucional. Isso inclui a provisão de infraestrutura para o LabArq, assim como a garantia de condições seguras para o acesso e a manipulação do acervo do LabDoc, que atualmente se encontra praticamente inativo, em precárias condições de conservação e sob sério risco de danos e perda. Além disso, é essencial que a Instituição, a partir de estudos e discussão com a comunidade

acadêmica e órgãos de proteção, crie instrumentos de gestão específicos para esse patrimônio, estabelecendo critérios claros para intervenções, manutenção, conservação, restauração e adaptações, assegurando que todas as ações respeitem a coerência e a integridade desses bens.

## REFERÊNCIAS

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. *Arquitetura, Identidade Nacional e Projetos Políticos na Ditadura de Vargas – As Escolas Práticas de Agricultura do Estado de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-27042010-091114/publico/dissert\\_mbalassal\\_final.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-27042010-091114/publico/dissert_mbalassal_final.pdf). Acessado em: 06 mar. 2023

\_\_\_\_\_. *Arquitetura e Identidade Nacional no Estado Novo: As Escolas Práticas de Agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Annablume: Fapesp, 2013.

AMARAL, Aracy. (org.). *Arquitetura Neocolonial: America Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial/ Fondo de Cultura Económica, 1994.

CONDURU, Roberto. *Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial*. Resenhas Online, São Paulo, ano 08, n.093.01, Vitruvius, set. 2009.

CORREIA, T. de B. *O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade*. PosFAUUSP, São Paulo, ano 14, p. 80-93, 2003.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil. Entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

LE PETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio S. *O resgate e a conservação da memória projetual e construtiva do campus*. In: Anna Paula Lombardi. (Org.). *Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. 1ªed. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019, v. 1, p. 201-217.

\_\_\_\_\_. *Quando o Moderno era Neocolonial: A participação de Eugênio de Proença Sigaud no processo de construção do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. In: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia. UFBA. Set. 2019.

\_\_\_\_\_. *Entre pastiches e rupturas: novas edificações no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. In: alii. (Org.). *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar - arquitetura e urbanismo na geografia e na cultura*. 1ªed. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (AEAULP), 2014, v. 1, p. 56-66.

MASCARO, Luciana Pelaes. *Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista*,

1920-1950. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06082008-102451/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2023

MELLO, Joanna. Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Ed. Annablume-Fapesp, 2007.

PAZIANELLI, A. As casas da ecologia: análise das tipologias das edificações residenciais no bairro Ecologia do campus da UFRRJ. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Porto: Editora Cravo. ISBN 978-989-9037-12-0, 2021.

PEIXOTO, João Paulo Campos. Arquitetura Neocolonial: um denominador comum no cenário latino-americano da primeira metade do século XX. São Paulo: PosFAUUSP, V.29, n.55, e184823, jul-dez 2002.

PINHEIRO, M. L. B. Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Ricardo Severo e o Debate Preservacionista no Brasil. In: Arthur Valle; Camila Dazzi; Isabel Portella. (Org.). Oitocentos - Intercâmbios Culturais entre Brasil e Portugal. 1a.ed., Seropédica: EDUR-UFRRJ, 2013, v. 1, p. 370-384.

\_\_\_\_\_. Ricardo Severo e o Neocolonial: tradição e modernidade no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. *Intellêctus*, v. 10, n. 1, p. on line, 2011. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br>. Acesso em: 12 set. 2023.

RODRIGUES, Bernard Cunha. Ângelo Murgel: trajetória singular (1932-1939). Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - PUC/ Rio. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28439/28439.PDF>. Acesso em: 23 set. 2023

RUMBELAPAGER, Maria de Lourdes. Arquitetura neocolonial. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 2005.

SEGRE, Roberto. América Latina Fim de Milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura. São Paulo: Ed.Nobel, 1991.

SIOLARI, Maristela; PORTUGAL, Josélia Godoy. A Revista *Architectura do Brasil*, o Neocolonial e a Exposição do Centenário de Independência. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 2016.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Arquiteturas e Estado no Brasil de Vargas (1930-1945), *Revista REGISTROS*, ISSN 2250-8112, Vol. 14 (2), 2018.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### Memórias, vivências, futuros do planejamento físico na Universidade de Brasília

#### *Memories, experiences, futures of physical planning at the University of Brasília*

Eduardo Oliveira Soares<sup>1</sup>

Alice Rosa Cardoso<sup>2</sup>

#### RESUMO

O *Campus* Universitário Darcy Ribeiro foi inaugurado junto com a Universidade de Brasília (UnB) em 1962. Em quase 400 hectares há cerca de cem edificações com as mais variadas tipologias e usos, bem como amplas áreas nas quais a natureza se destaca. Nesse território universitário, a paisagem se completa quando as milhares de pessoas que o frequentam, circulam e desfrutam dos seus generosos espaços. A gestão do planejamento físico é realizada por profissionais vinculados ao Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan). A atualização do Plano Diretor do *Campus* Darcy Ribeiro aprovada pela Administração Superior da universidade em 2024 contou com equipes multidisciplinares que incluiu arquitetos do Ceplan. A elaboração do Plano se tornou uma

---

<sup>1</sup> Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2021), mestre em Arquitetura e Urbanismo (2013) e especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (2009) pela Universidade de Brasília/UnB. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas/UFPEL (1995). É servidor da UnB. Admirador, criador e pesquisador de narrativas. *E-mail: e-soares@hotmail.com.*

<sup>2</sup> Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, mestra em Arquitetura e Urbanismo (2019) e especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (2011) pela Universidade de Brasília/UnB. É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/UFBA (2003). É servidora da UnB. *E-mail: alicearq@hotmail.com.*

oportunidade para refletir e avaliar questões relacionadas à Gestão, à Morfologia Urbana, à Mobilidade, à Paisagem e Paisagismo, à Infraestrutura de Saneamento, aos Recursos Naturais e ao Patrimônio Cultural. Em uma breve narrativa, apresentamos memórias e vivências de integrantes de uma equipe que se empenha em exercer da melhor forma possível atividades referentes à arquitetura e ao urbanismo. Mesmo com diversos empecilhos que sempre surgem pelo caminho, reafirmamos a convicção de que é possível, coletivamente, criar um *campus* mais sustentável e solidário. É esse o futuro que queremos. O artigo é uma narrativa em primeira pessoa de quem está nos bastidores da gestão universitária e tem tanto a incumbência de salvaguardar o patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e natural da Universidade de Brasília, quanto a de planejar um futuro melhor.

Palavras-chave: Memória. Planejamento Físico. Universidade de Brasília.

### **ABSTRACT**

*The Darcy Ribeiro University Campus was inaugurated along with the University of Brasília (UnB) in 1962. Spanning nearly 400 hectares, it features around a hundred buildings of various types and uses, as well as expansive areas where nature stands out. In this university territory, the landscape is completed by the thousands of people who frequent, circulate, and enjoy its generous spaces. Physical planning management is carried out by professionals linked to the Oscar Niemeyer Planning Center (Ceplan). The update of the Darcy Ribeiro Campus Master Plan, approved by the university's Senior Administration in 2024, involved multidisciplinary teams including architects from Ceplan. The development of the Plan became an opportunity to reflect on and assess issues related to Management, Urban Morphology, Mobility, Landscape and Landscaping, Sanitation Infrastructure, Natural Resources, and Cultural Heritage. In a brief narrative, we present the memories and experiences of a team dedicated to carrying out architectural and urban planning activities to the best of their abilities. Despite various obstacles that always arise, we reaffirm our conviction that it is possible, collectively, to create a more sustainable and supportive campus. This is the future we desire. The article is a first-person narrative from those working behind the scenes of university management, tasked with both safeguarding the architectural, urban, landscape, and natural heritage of the University of Brasilia and planning for a better future.*

**Keywords:** *Memory. Physical Planning. University of Brasilia.*

## *Campus*

O *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, inaugurado junto com a Universidade de Brasília (UnB) em 1962, integra a área reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Cultural Mundial desde 1987. Em 2004 a UNESCO também atribuiu a Brasília o título de Cidade Criativa do *Design*. Esse território da universidade é situado nas proximidades da singular Esplanada dos Ministérios e da Asa Norte, “bairro” residencial de Brasília.

Nos quase 400 hectares divididos em três Glebas – A, B e C – há cerca de cem edificações com os mais variados usos, bem como amplas áreas nas quais a natureza se destaca (Fig. 01). Ao longo de décadas a UnB “(...) deu vida, por meio da prancheta de vários arquitetos, a prédios que materializam diversos estilos, visões de mundo, experiências com sistemas estruturais e construtivos, além de concepções de integração entre o espaço construído e o não construído”<sup>3</sup>. Nesse território a paisagem fica ainda mais completa quando as milhares de pessoas que o frequentam circulam e desfrutam dos seus generosos espaços.

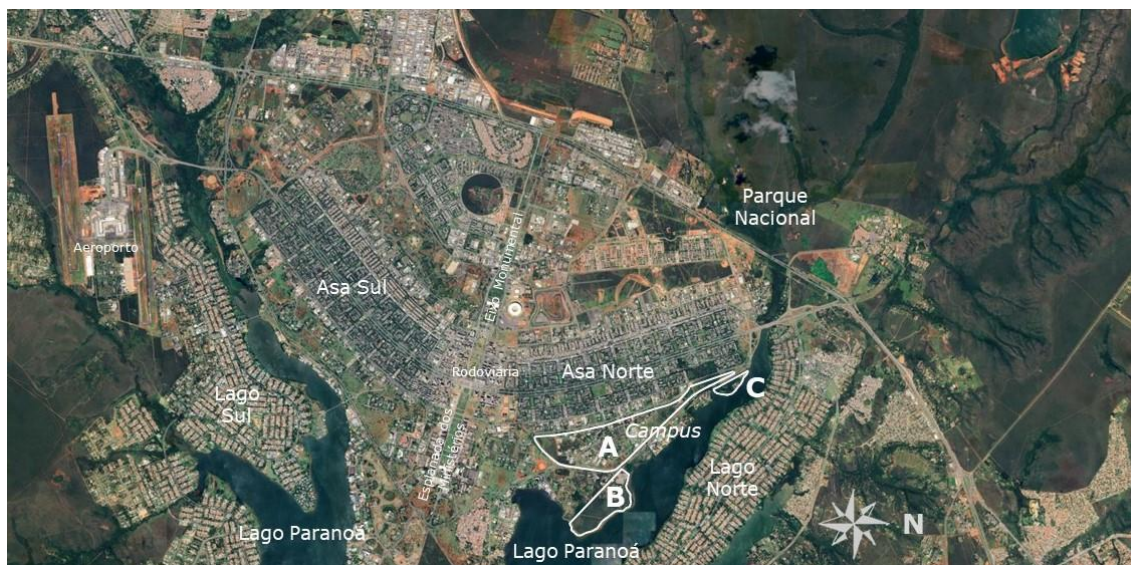


Figura 01 – Brasília e o *Campus* Darcy Ribeiro. Fonte: Google Earth (Adaptado), 2024.

A gestão do planejamento físico do *campus* é realizada por profissionais vinculados ao Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan), entre outras unidades, e envolve questões relacionadas à Gestão, à Morfologia, à Mobilidade Urbana, à Paisagem e

<sup>3</sup> Andrey Rosenthal Schlee; Cláudia da Conceição Garcia; Eduardo Oliveira Soares; Gabriela de Souza Tenorio; Márcio Luiz Couto do Nascimento; Maria Goretti Vieira Vulcão; Mona Lisa Lobo de Souza Choas, *Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília*, 2013, p. 13.

Paisagismo, à Infraestrutura de Saneamento, aos Recursos Naturais e ao Patrimônio Cultural. Em uma breve narrativa de profissionais que participam dos bastidores do planejamento físico da UnB, apresentamos memórias e vivências da equipe e reafirmamos a convicção de que é possível, coletivamente, criar, no futuro, um *campus* mais sustentável e solidário.

## **Gestão**

Muitos têm sido os desafios no âmbito do planejamento físico da Universidade de Brasília. Ao todo são quatro *campi* e várias Unidades Dispersas. O seu principal e mais antigo *campus* – o Darcy – foi previsto desde a concepção da capital. Ele reúne características singulares, como ser um *campus*-parque em uma cidade-parque. Assim como a cidade, a criação de um *campus* sem vinculação espacial ou administrativa prévia – como ocorria em outras universidades à época – foi uma oportunidade ímpar.

Nesse contexto, o Centro de Planejamento, criado em 1962, por meio de seus técnicos e docentes colaboradores, vem acompanhando e desenvolvendo a expansão da estrutura física universitária em toda sua complexidade. O desafio inclui pensar um território integrado ao seu entorno, afinal foi concebido para ser um espaço sem barreiras; receptivo a experimentações tecnológicas; adaptável a mudanças de usos e novas demandas; durável e racional para resistir à inconstância de investimentos; ambientalmente sustentável e socialmente referenciado.

Além dos projetos, muitos foram os estudos e documentos produzidos pelo Ceplan, tanto com o intuito de criar diretrizes de desenvolvimento, quanto para realizar análises do conjunto implantado, balizando novas intervenções e prioridades. Produtos cuja elaboração demandou reuniões, debates, embates, trabalho ao redor de pranchetas de madeira, de computadores, de grandes monitores.

Dentre eles destacam-se o *Plano Piloto da Universidade de Brasília*, elaborado por Lucio Costa<sup>4</sup> em 1960, que definiu a configuração do *Campus*; os planos de Oscar Niemeyer<sup>5</sup>, elaborados entre 1962 e 1964, que resultaram na criação do Instituto Central de Ciência (ICC), edifício cuja grande dimensão estrutura a ocupação da Gleba A; e o documento *Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do Campus*<sup>6</sup>, que já identificava o problema

---

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, *Plano Orientador da Universidade de Brasília*, 1962, p. 22.

<sup>5</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, *Plano Diretor Físico do Campus*, 1998, pp. 13-15.

<sup>6</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, *Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do Campus*, 1988.



das longas distâncias entre edificações, tratadas como espaços residuais e com pouca acessibilidade, segurança e conforto para pedestres. Aliás, características que, ainda hoje, persistem.

Esses planos e estudos compõem um importante acervo sobre o planejamento da Universidade de Brasília, registrando uma trajetória de experimentações, interrupções, acertos e desacertos. No ano de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração da UnB um “novo” Plano Diretor do *Campus Darcy*<sup>7</sup>, atualizando seus princípios, objetivos e diretrizes.

Perante o Governo do Distrito Federal (GDF) a UnB detém certa autonomia para definir parâmetros urbanísticos e usos. Por isso, internamente e externamente à Universidade, há momentos de pressões e assédios sobre a ocupação de seu terreno com localização privilegiada e caracterizada pelos fartos espaços livres. Entre as demandas internas recorrentes há pedidos de edificações de uso exclusivo, contrariando a integração que norteou a proposta acadêmica multidisciplinar inicial da UnB e que foi materializada no edifício multiuso do ICC. Eram outros tempos, é bem verdade, porém, na atualidade, entende-se que a variedade de usos favorece o convívio entre os mais diversos tipos de públicos e torna os edifícios mais agradáveis e com maior vitalidade.

Assim como nas cidades, interesses de pequenos grupos podem se sobrepor à estrutura formal da Universidade. Fica a pergunta: Quem realmente faz o planejamento do território universitário? A resposta é, por vezes, amarga. Em alguns momentos da nossa trajetória profissional na UnB, é por meio da mídia que tomamos conhecimento dos rumos do planejamento físico.

Qualificar um grande território como o do *Campus* exige planejamento a médio e longo prazos, ainda que questões diversas interfiram na continuidade dos trabalhos. A cada troca de gestão há o risco de atividades serem descontinuadas e novas prioridades se sobreponem às anteriores. Neste cenário há dificuldade em elaborar, implantar e manter atualizados três tipos de documentos técnicos de planejamento físico: o *Plano Diretor*, com diretrizes e normativas internas; o *Plano de Uso e Ocupação*, documento que estabelece parâmetros urbanísticos, proposto pela UnB, porém formatado e formalizado junto ao GDF; e o *Projeto Urbanístico*, que envolve a definição do sistema viário, de elementos do paisagismo, da localização e características das edificações.

---

<sup>7</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, *Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro*, 2024.

O Plano Diretor de 2024, que estabelece condições para a elaboração do *Plano de Uso e Ocupação* e do *Projeto Urbanístico*, foi elaborado por equipes interdisciplinares que estruturaram as discussões por meio de seis eixos temáticos.

## **Morfologia**

Com relação à Morfologia Arquitetônica, o *Campus* requer uma estratégia para a articulação de seus espaços livres. Afinal ele é constituído por três glebas separadas por uma via de alta velocidade – a L4 Norte – que integram um território de grandes dimensões.

Com toda sua beleza e espaços emblemáticos, o *Campus* traz problemas inerentes ao urbanismo e à arquitetura moderna, como a baixa densidade dos espaços construídos, grandes discontinuidades e trechos indefinidos entre edifícios (Fig. 02). Com isso, as áreas livres são tão amplas que nem sempre recebem o devido tratamento e infraestrutura. A questão é evidenciada principalmente nos tão desejados deslocamentos ativos, por meio de caminhadas ou por bicicletas.

Com uma implantação de edifícios de forma dispersa, as distâncias são, de fato, longas para os pedestres. Além disso, as calçadas são descontínuas e predominam escadarias em áreas de baixíssima declividade natural.



Figura 02 – *Campus Darcy Ribeiro*. Fonte: Joana França, 2013.

Falta detalhamento, com mobiliário urbano criativo, variado e de qualidade. Bem como falta, em algumas áreas, o sombreamento para os deslocamentos sob o clima severo de Brasília. Aliás, o *Campus* repete localmente os problemas da cidade em que está inserido.

No início desse século, com a forte ampliação da estrutura física universitária, a lógica da dispersão não se reverteu. Pelo contrário, edifícios foram construídos em áreas remotas do *Campus*, desprovidos, muitas vezes, de infraestrutura básica, como acessibilidade, iluminação pública e paisagismo. É uma lógica de ocupação extensiva, ocupando inclusive áreas ambientalmente sensíveis, realizada por meio de iniciativas que estão desconectadas com o pensamento do Ceplan.

É preocupante também a replicação exaustiva de modelos de edifícios que não se adequam à lógica espacial, “dando as costas” para as vias. Nenhum modelo, por mais bem projetado que seja, consegue atender bem a tantas variações de implantação e diferentes programas de necessidades.

Para o futuro, considerando à parte os perímetros de relevância cultural, com alto interesse histórico e patrimonial, as demais áreas ocupadas do *Campus* têm grande potencial de adensamento. É premente a qualificação dos espaços livres urbanizados, além da otimização da infraestrutura existente de estacionamentos, calçadas, ciclovias, mobiliário urbano, iluminação pública, comunicação visual etc. Já podemos imaginar o estímulo à vida social e acadêmica que poderia florescer a partir de espaços externos devidamente mobiliados, sombreados e até lúdicos. E ainda com *wi-fi* de qualidade! Deseja-se um *Campus* cada vez mais aprazível – que é um dos princípios de Brasília –, cuja permanência e mobilidade sejam adequadas e agradáveis.

### **Mobilidade Urbana**

O deslocamento da comunidade até o *Campus* impacta o Distrito Federal e o entorno, sendo um grande polo gerador de viagens. Discentes, docentes, servidores e demais frequentadores acessam o território da UnB por meio de ônibus, transporte escolar, metrô, automóvel (próprio, por carona ou aplicativo), motocicleta, bicicleta (própria ou compartilhada), patinete, e a pé. Internamente é um desafio garantir o descolamento adequado considerando a acessibilidade universal e a segurança.

São grandes as distâncias entre os edifícios, praças e demais equipamentos que constituem o *campus*. Nem sempre há um caminho contínuo, acessível e devidamente sinalizado para

conduzir a comunidade em um território repleto de institutos, faculdades e unidades administrativas caracterizadas pela subdivisão em várias denominações e siglas.

É comum, ao se deslocar pelos espaços, escutarmos o questionamento sobre onde fica determinado departamento, laboratório, sala... Como responder se, às vezes, não se sabe exatamente qual é o significado das siglas? Sem ignorar que algumas delas mudaram ao longo do tempo. Há edifícios nomeados de CDS, SPI, STI, Oca II, FE 5, ICS, Galpão Tecbor, FEsQ, PCTec, CEU, APOSFUB, CIC/EST, LEGA, UAS, UTReQ... E como explicar quando o local que alguém procura está do outro lado do *campus*, considerando que não é de conhecimento geral a nomenclatura das ruas e quadras? A simples indicação do melhor caminho para determinado edifício nem sempre é fácil.

Para se conhecer e se deslocar pelo território da UnB é necessário tempo e boas caminhadas. Incrivelmente há disciplinas cursadas em sequência que são oferecidas em edificações distantes umas das outras. Além disso, nem sempre a lanchonete ou café de preferência estão nas proximidades, fazendo com que a comunidade inevitavelmente tenha um quê de andarilha.

Avaliações e propostas sobre a mobilidade no *Campus* são comuns, tanto por iniciativas da Administração Superior, quanto por estudos acadêmicos. O desafio é planejar, executar e manter as calçadas, ciclovias e rampas em áreas comuns, quando a cultura administrativa recente é de priorizar a construção de novos edifícios, sem se atentar para a urbanização entre eles.

Passagens de pedestres niveladas com as calçadas nos pontos de interseção com as vias poderiam ser adotadas no *Campus*. Iniciativas como essa podem fazer a diferença para a comunidade e ao mesmo tempo chamar atenção para um território diferenciado que deve priorizar o deslocamento ativo.

O tempo dispensado no deslocamento entre um local e outro, no *campus* e até ele, deve ser estendido não pela precariedade dos modais e dos caminhos, mas para apreciar a cidade e o território universitário. Ambos são repletos de paisagens – naturais, construídas, sonoras – que instigam a contemplação e servem como um pano de fundo para as mais variadas conversas, pausas e atividades.

## Paisagem e Paisagismo

O *Campus* Darcy Ribeiro está localizado no que Lucio Costa chamou de Escala Bucólica de Brasília (as outras escalas são a Monumental, a Residencial e a Gregária). A Escala Bucólica circunda e perpassa o Plano Piloto – ou seja, o núcleo histórico da cidade –, sendo caracterizada pela vegetação em maior proporção que as áreas edificadas. Se as quadras residenciais vizinhas à UnB já são arborizadas, o *Campus* Darcy é mais ainda. Gramados, áreas ajardinadas e arborizadas, além de trechos do Cerrado nativo, são tão protagonistas da paisagem quanto as áreas construídas e o marcante azul do céu de Brasília.

Tal característica traz consigo as grandes distâncias, afinal o *campus* parece não ter fronteiras, ocupando praticamente toda a extensão leste adjunta à Asa Norte. Imersa na paisagem natural, no dia a dia, a comunidade universitária pode apreciar a sazonalidade da paisagem – com destaque especial para os hipnotizantes ipês –, paineiras, flamboyants, guapuruvus, arbustos floridos, capins e demais vegetais. Lembrando que a dualidade da estação das chuvas e da seca caracteriza Brasília, mudando radicalmente uma paisagem que sempre tem uma nova florada a ser apreciada.

Apesar de pontuais inserções de edificações no Setor Centro da Gleba A, essa parte do *campus* é de implantação consolidada, abrigando prédios icônicos, como a Reitoria, a Biblioteca Central (BCE) (Fig. 03), o Restaurante Universitário (RU), os Pavilhões de Serviços Gerais (SGs) e o grandioso Instituto Central de Ciências (ICC), também conhecido como *minhocão* (Fig. 04). A presença marcante da vegetação existente no ICC, bem como a sua abertura para o exterior, é característica comum a vários prédios, como o do Instituto de Química (IQ) (Fig. 05). Ou seja, apreciar e inserir elementos da natureza nas áreas internas dos edifícios faz parte da essência da arquitetura na UnB.

Esse “olhar para fora e além” das edificações e do próprio *campus* faz com que seja visto o Lago Paranoá, aparentemente próximo, mas pouco acessível. Apesar do *Campus* possuir pontos que margeiam o lago, o contato com a orla ainda carece de projetos urbanísticos e paisagísticos que o viabilize.



Figura 03 – Biblioteca Central (BCE). Fonte: Joana França, 2011.

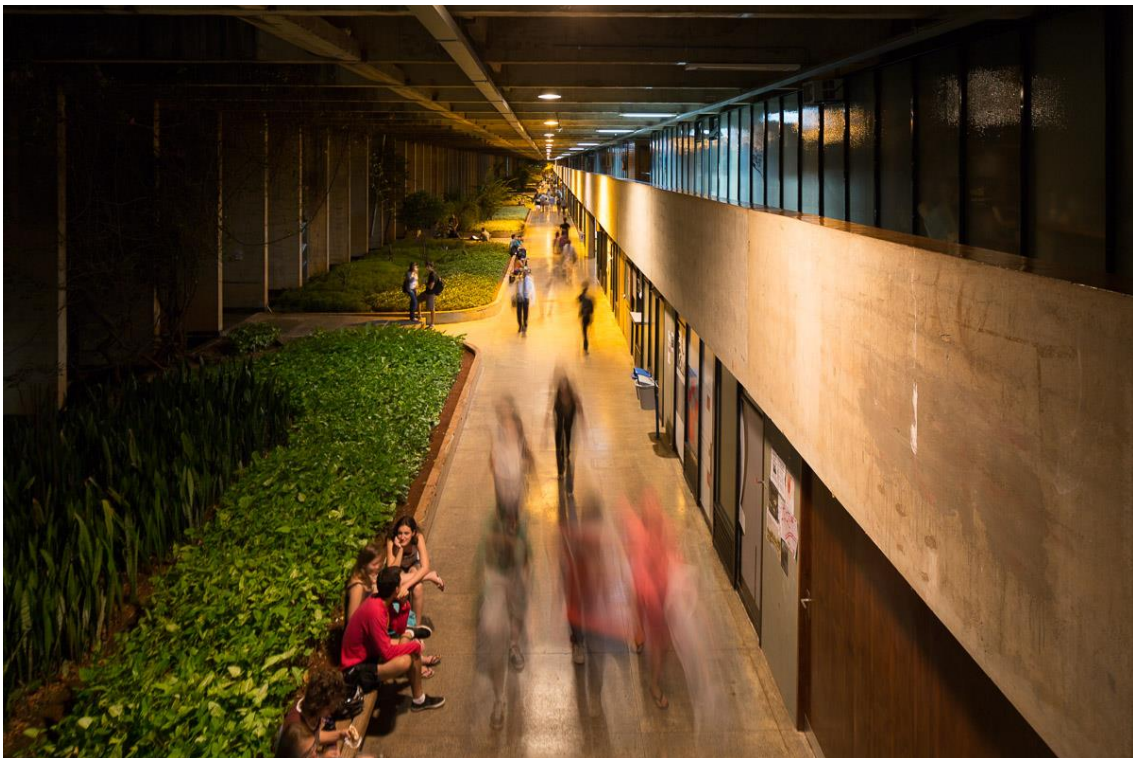


Figura 04 – Instituto Central de Ciências (ICC). Fonte: Joana França, 2014.



Figura 05 – Instituto de Química (IQ). Fonte: Joana França, 2012.

São frequentes as obras para novas edificações, o que é ótimo pois dotam o *campus* de espaços necessários para uma universidade que aumentou significativamente o tamanho da comunidade acadêmica. Porém, a implantação por etapas, postergando a urbanização e o paisagismo no entorno desses prédios é responsável pela sensação de que estão inacabados. Situação que acaba perdurando por anos ou até décadas.

A falta de calçadas, praças estruturadas, ou sinalização, por vezes indica a precarização de espaços, reduzindo a segurança, dificultando a mobilidade e a utilização das áreas livres que têm grande potencial de tornarem-se pontos de encontro e convivência para a comunidade.

Mas há interessantes fronteiras nos Setores Sul e Norte da Gleba A. Quando a urbanização é vizinha dos resquícios do Cerrado, o *campus* revela uma paisagem mais rústica, instigadora de passeios e de pesquisas em uma trechos ainda não urbanizados. As áreas paisagisticamente tratadas são dignas de contemplação, mas a manutenção do Cerrado (Fig. 06) resguarda a biodiversidade da cidade.

Ao vivenciar um território em constante transformação, as memórias sobre o passado distante ou recente são despertadas. Entre as lembranças há a paisagem sonora composta pela vibração da comemoração do resultado dos exames de admissão ou pelos desafios

da Batalha da Escada – evento de *rap* semanal – que ocorrem na Praça Maior. Dispersos pela UnB há passeatas, ocupações, apresentações da Serenata de Natal, o batidão de diferentes ritmos nos alto-falantes anunciando festas, o canto dos pássaros cruzando um espaço que também é deles.

Nesse conjunto fica a curiosidade em saber qual paisagem que vem à mente ao lembrar do *campus* da UnB? O que quem nos lê responderia? E o que o futuro poderia oferecer para qualificar mais ainda essa paisagem?



Figura 06 – Cerrado próximo a Zona de Conservação Ambiental Jeanine Felfili. Fonte: Eduardo Oliveira Soares, 2024.

Mais integração entre os edifícios? Um acesso adequado ao Lago Paranoá? Mais locais de contemplação? Trilhas e circuitos de caminhadas? Mirantes para ver ainda mais, além do horizonte? Jardins drenantes a fim de evitar os prejuízos das enxurradas ocasionadas pelas chuvas?

### **Infraestrutura de Saneamento**

O *Campus* Darcy Ribeiro é vasto, apresentando desafios diversos nas áreas de infraestrutura relacionadas ao abastecimento de água potável; ao sistema de esgotamento sanitário e de águas pluviais (serviços operados por concessionárias). Já a coleta de



resíduos sólidos é realizada pelo serviço público de limpeza urbana. Nenhum deles sendo de responsabilidade direta da UnB.

Situado entre a Asa Norte e o Lago Paranoá, o *Campus* está no caminho das águas da chuva. Assim, questões relacionadas à infraestrutura de Brasília impactam no território universitário. Edifícios como a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Instituto Central de Ciências já foram afetados por enxurradas que deixaram um rastro de avarias. Estudos e ações a respeito do tema são continuamente realizados, como a construção de valas de infiltração a fim de evitar novos incidentes. A declividade do terreno faz com que o sistema de drenagem fique sobrecarregado em sua cota mais baixa e, ainda, ocasiona pressões irregulares no sistema de abastecimento de água potável.

A UnB é um grande consumidor de água, considerando o tamanho da comunidade acadêmica e o tamanho da área construída. Há, porém, curiosa e inexplicável até o momento, uma grande variação mensal e anual do consumo de água.

Significativa quantidade de edifícios no *Campus* não possui caixas d'água, deixando-os vulneráveis quanto a intermitências no abastecimento e a racionamentos, como os já ocorridos no Distrito Federal. Por outro lado, a inserção de torres d'água impacta significativamente a paisagem e o patrimônio arquitetônico. É (mais) uma ação que demanda ponderação.

Um tema recorrente relacionado ao saneamento no *campus* é o aproveitamento da água subterrânea que aflora abaixo da Biblioteca Central. Curiosamente, há uma nascente no centro do edifício. Há várias pesquisas e propostas para que o sistema seja implantado, mas, passadas décadas da construção do prédio, inexplicavelmente, ainda não foi efetivado um modo de aproveitar a água que jorra permanentemente e é drenada para o Lago Paranoá. Outra especificidade do *campus* é quanto à destinação do esgoto dos laboratórios com resíduos que podem ser prejudiciais ao meio ambiente. Afinal o saneamento básico não deve apenas ser eficiente, mas deve manter o meio ambiente equilibrado.

Os componentes de infraestrutura de saneamento comumente não são visualizados pela comunidade, sendo lembrados somente quanto não funcionam corretamente. Porém os resíduos sólidos estão na superfície, instigando as pessoas a adotar os propagados hábitos de reduzir, reutilizar e reciclar.

Dentre os vários tipos de resíduos (os coletados pelo serviço de limpeza urbana, os do Restaurante Universitário, os tóxicos etc.) vale ressaltar que os de origem vegetal, das podas de árvores e roçagens, têm como destino a compostagem para fins de produção de adubo orgânico. A iniciativa – executada no próprio *campus* – faz uso do farto material gerado no território da UnB.

Há potencial de que o *campus* seja explorado como um laboratório de novas tecnologias e modelos. Para isso há farto acervo técnico, acadêmico, bases legais e normativas que são acionados pela equipe responsável pela infraestrutura da universidade. A estrutura e as ações relacionadas ao saneamento devem estar em sintonia com o cuidado, com o meio ambiente e com os recursos naturais, em Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

### **Recursos Naturais**

É comum a crença de que as cidades são incompatíveis com uma rica biodiversidade, mas o fato é que parte delas é localizada dentro de *hotspots* mundialmente reconhecidos, como é o caso de Brasília e do *Campus* Darcy Ribeiro, inseridos no centro do bioma Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo. Um ponto crucial para a gestão sustentável de recursos naturais no *Campus* é o mapeamento completo e atualizado das áreas ambientalmente relevantes. Os levantamentos realizados no contexto de elaboração do Plano Diretor mais recente endossaram a importância ambiental, dada a sua localização nas proximidades do Parque Ecológico Parque Olhos d'Água, e nas margens do Lago Paranoá (Fig. 7) – uma Área de Proteção Ambiental (APA) – além do Parque Nacional de Brasília.

A demarcação de poligonais para preservação de mosaicos de paisagem natural e a definição de diretrizes, constantes no Plano, contribuirão para a conservação de um território voltado para o bem-estar das pessoas. Nomear, sinalizar e/ou cercar estas áreas não tem se mostrado suficiente para barrar os processos de degradação decorrentes de práticas como a ocupação irregular, os depósitos clandestinos de entulho ou os incêndios.

Outra questão que impacta significativamente no meio ambiente do *Campus* é o processo de expansão urbana fragmentada. Essa estratégia cria uma proximidade delicada entre espaços construídos urbanizados e espaços naturais que pode ter efeitos negativos tanto para um quanto para o outro. As áreas urbanizadas devem estar mais próximas entre si, por razões já explicitadas. E as áreas de Cerrado natural interconectadas para viabilizar os serviços ecossistêmicos a elas associados.

O equilíbrio entre os recursos naturais e o patrimônio edificado repercute na melhora das condições enquanto base das atividades universitárias.



Figura 07 – Gleba B do *Campus*, na margem do Lago Paranoá. Fonte: Joana França, 2013.

### **Patrimônio Cultural**

Nos espaços livres e edificados do *Campus* há significativo acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico de diferentes autores, repertórios e décadas, constituindo um dos territórios universitários mais belos e significativos do país. Os numerosos exemplares de edificações com arquitetura relevante tanto criam admiração, quanto a errônea impressão de que seja algo banal e corriqueiro encontrar, em um mesmo local, obras com tal qualidade. Porém, não é em qualquer *campus*, bairro ou cidade, em que se pode deparar com propostas arquitetônicas tão diversas em relações a linguagens e tecnologias. A UnB possui um conjunto edificado representativo da capacidade criativa, da história, da memória, e da identidade de Brasília e do Brasil.

Sob o concreto, a madeira, o metal ou a lona tensionada, a equipe de planejamento, diariamente, vivencia o *Campus*, acrescentando histórias e criando memórias individuais e coletivas a respeito dos espaços. São ótimos os relatos de quem vivenciou os mais diversos fatos e eventos ocorridos nas suas três glebas.

A respeito dos bastidores do planejamento, do projeto e da construção, ao longo das décadas, há muito o que contar. A correria para finalizar o Auditório Dois Candangos, na FE 5, Faculdade de Educação (FE), para a inauguração da UnB. O monumental desafio da execução da estrutura em concreto e da movimentação de terra para a construção do Instituto Central de Ciências, com seus 700,00 metros de extensão. Os ajustes em edificações que mudaram de uso no decorrer do tempo, como o SG 12 – fazendo jus a sigla de Serviços Gerais –, que já foi biblioteca e hoje abriga laboratórios da Faculdade de Tecnologia. A intervenção com grafite na imensa superfície do concreto aparente na Biblioteca Central, realizada sem consulta ou comunicação à equipe do Ceplan, que, em tese, tem a atribuição de avaliar intervenções no patrimônio cultural da UnB. A lista é longa. Há a formulação de diferentes propostas, a maioria infrutífera, para a ampliação do Centro Olímpico (Fig. 07); as propostas de reforma e expansão da Reitoria. Há no acervo do Ceplan interessantes projetos arquitetônicos e urbanísticos não realizados.

Continuando a lista... A reavaliação do uso do edifício do Restaurante Universitário (RU), cuja descentralização em restaurantes menores em outros pontos do *Campus* é permanentemente cogitada. Em algum momento do passado já foi cogitada a alteração de uso do edifício para que fosse um espaço cultural. A dificuldade para conclusão das obras do Centro de Excelência em Turismo (CET) (Fig. 08), cujo espaço foi idealizado para abrigar um órgão administrativo federal, e, posteriormente, uma escola de culinária internacional. Aliás, a estrutura em madeira da edificação precisou de ajustes e reforços que desafiaram a equipe técnica da área de projeto e manutenção.

Um marco de complexidade e volume de trabalho para as equipes de planejamento, arquitetura e engenharia foi o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) implantado pelo Governo Federal no início deste século. O número de cursos, alunos, docentes e servidores da universidade aumentou significativamente e a área construída no *Campus* praticamente dobrou.

Passada a fase de consolidação do Reuni, a Universidade segue com iniciativas de construção de novas edificações tendo como estratégia partidos arquitetônicos que se tornam “pano de fundo” para os já históricos edifícios realizados nas primeiras décadas da Universidade. Lamentavelmente, as novas intervenções nem sempre estão à altura do conjunto arquitetônico edificado. Torna-se contraditório priorizar a expansão de área física, muitas vezes sem o devido planejamento e rigor arquitetônico, em detrimento de ações de revitalização e conservação das edificações relevantes.



Figura 08 – Centro de Excelência em Turismo (CET). Fonte: Joana França, 2015.

Dentre o patrimônio da UnB há de se destacar o edifício SG 10 – Ceplan (Fig. 09). Projetado por Oscar Niemeyer em 1962, o prédio foi detalhado por João Filgueiras Lima, o Lelé, e contou com paisagismo original de Alda Rabello. O SG 10 abrigava o Centro de Planejamento dedicado ao ordenamento físico da UnB desde a sua criação.

O tombamento do SG 10 está em análise, há alguns anos, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Até 2023 era o local de trabalho das equipes de planejamento, projetos e obras da UnB, quando houve a decisão de remanejar os servidores para outro edifício.

Uma memória vívida do SG 10 é que pouco antes dessa alteração de endereço houve a ocupação do edifício por estudantes da Faculdade de Direito (FD), pleiteando melhorias das condições de acessibilidade na faculdade. A atividade mobilizou a gestão da universidade e expôs o descompasso entre os projetos e a efetiva entrega de obras para a comunidade.

A mudança de endereço do Ceplan foi um caso emblemático, pois envolveu temas atinentes à área de planejamento físico e trouxe à tona questões como a falta de manutenção; a imprecisão da responsabilidade pela definição dos usos dos edifícios; a necessidade de um debate ampliado para ações relacionadas a locais arquitetonicamente

significativos; a falta de transparência, diálogo e profissionalismo por parte de alguns gestores com a equipe de engenheiros e arquitetos, que sequer foram informados com antecedência adequada sobre a mudança de local do seu próprio ambiente de trabalho.



Figura 09 – SG 10. Fonte: Eduardo Oliveira Soares, 2023.

Desde dezembro de 2023 o icônico edifício, que conta com arte mural de Oscar Niemeyer, é a sede do Espaço da Memória da UnB (MemoUnB), que tem por objetivo reunir, motivar e zelar pelo registro de ações relacionadas a memória, história e patrimônio cultural. Está no cerne da UnB superar adversidades e sobreviver a períodos sombrios. É importante inserir na historiografia as diferentes vozes que vivenciam o dia a dia no amplo território da Universidade de Brasília.

### **Dia a dia**

Em uma instituição com uma comunidade tão numerosa e diversa é um desafio propor soluções que contemplem anseios divergentes. No planejamento deve prevalecer uma visão holística que considere não somente os temas mencionados, mas também outros que os perpassam no presente e futuro. No dia a dia, percebe-se a necessidade de priorizar

temas como a acessibilidade, a adaptação a novas tecnologias, a eficiência energética, a integração com a cidade, a prestação de serviços em propostas socialmente referenciadas.

O processo de produção do mais recente Plano Diretor contou com a participação de profissionais do Ceplan, bem como de equipes multidisciplinares envolvendo técnicos, docentes e discentes. A sinergia entre os diversos membros fez com que essa tarefa complexa fosse recheada de momentos de aprendizado, descontração e muito entusiasmo em relação aos desdobramentos.

Para o futuro próximo, vislumbramos que documentos como o Plano Diretor sejam efetivos instrumentos de planejamento e gestão territorial, arquitetônica, urbanística e paisagística do *Campus Darcy Ribeiro*. A esperança e o objetivo maior de cada servidor da área de infraestrutura da universidade é que seu trabalho resulte na melhoria do dia a dia da comunidade universitária.

O *Campus Darcy* é uma referência de qualidade arquitetônica. Território que serve como base para atividades de estudo, trabalho, pesquisa, lazer, celebrações, transgressões. Participar dos bastidores da concepção, planejamento, projeto, construção e manutenção desse território é uma grande responsabilidade, mas também um privilégio. Entre momentos luminosos e sombrios, há de se saudar os bastidores da Universidade de Brasília.

### **Referências**

SCHLEE, Andrey Rosenthal; GARCIA, Cláudia da Conceição; SOARES, Eduardo Oliveira; TENORIO, Gabriela de Souza; NASCIMENTO, Márcio Luiz Couto do; VULCÃO, Maria Goretti Vieira; CHOAS, Mona Lisa Lobo de Souza. Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus*, Brasília, 1988.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Plano Diretor Físico do *Campus*, 1998.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano Diretor do *Campus* Darcy Ribeiro, Brasília: LaSUS FAU, 2024. Disponível em <https://repositorioadm.bce.unb.br/planos-e-politicas/plano-diretor-do-campus-darcy-ribeiro-universidade-de-brasilia/>



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### O PATRIMÔNIO DO CAMPUS DARCY RIBEIRO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Reconhecimento e salvaguarda

#### *THE HERITAGE OF THE DARCY RIBEIRO CAMPUS OF THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA: Recognition and preservation*

Geysa Victória Dourado da Silva<sup>1</sup>  
Ana Clara Giannecchini<sup>2</sup>

#### RESUMO

O Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) está presente no Plano Piloto de Brasília de Lucio Costa e inserido no Perímetro Urbano reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. No entanto, o campus não possui instrumentos de salvaguarda específicos. Por outro lado, o Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), também reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial, possui diversos instrumentos de conservação e apresenta boa integridade do seu espaço físico. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios de preservação do Campus Darcy Ribeiro e apresentar um levantamento de referências de ações e métodos de salvaguarda utilizados no Campus Central da UNAM. Para isso, a pesquisa usará como apoio bibliografias sobre o tema, como o Plano de Gestão do Campus Central da Cidade Universitária da UNAM, planos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Projeto, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

e propostas institucionais da Universidade de Brasília sobre o uso e a ocupação do Campus Universitário Darcy Ribeiro, o seu atual Plano Diretor e estudos diversos. A pesquisa pretende ampliar o debate sobre mecanismos possíveis de salvaguarda para o patrimônio construído do campus da UnB. Como resultado, foi observado que o maior desafio para a preservação do Campus Darcy Ribeiro está na falta de gestão específica para conservação de seu patrimônio histórico e cultural.

Palavras-chave: Patrimônio. Universidade. Conservação.

### **ABSTRACT**

*The Darcy Ribeiro Campus of the University of Brasília (UnB) is located in Lucio Costa's Plano Piloto of Brasília and is included in the Urban Perimeter recognized by UNESCO as a World Heritage Site. However, the campus does not have specific safeguarding instruments. On the other hand, the Central Campus of the National Autonomous University of Mexico (UNAM), also recognized by UNESCO as a World Heritage Site, has several conservation instruments and presents good integrity of its physical space. This article aims to analyze the challenges of preserving the Darcy Ribeiro Campus and present a survey of references of actions and safeguarding methods used in the Central Campus of UNAM. To this end, the research will use as support bibliographies on the subject, such as the Management Plan of the Central Campus of the UNAM City University, plans and institutional proposals of the University of Brasília on the use and occupation of the Darcy Ribeiro University Campus, its current Master Plan, and various studies. The research aims to broaden the debate on possible safeguarding mechanisms for the built heritage of the UnB campus. As a result, it was observed that the greatest challenge for the preservation of the Darcy Ribeiro Campus lies in the lack of specific management for the conservation of its historical and cultural heritage.*

**Keywords:** Heritage. University. Preservation.

## INTRODUÇÃO

O Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) é parte de um capítulo fundamental da história da arquitetura e do urbanismo brasileiros, aberto com o plano para a nova capital. No Relatório do Plano Piloto de Brasília de 1957, Lucio Costa já demonstrava a intenção de implantar a cidade universitária no chamado setor cultural, uma área contínua à Esplanada dos Ministérios. No entanto, sua construção se deu mais ao norte do planejado, em uma extensa gleba de 267 hectares bordeando toda a Asa Norte.

No Plano Ordenador para a Universidade de Brasília, cinco anos mais tarde, Lucio Costa absorve as características do urbanismo moderno cerratense, sobretudo a lógica da imersão bucólica, que se referencia na ideia da cidade jardim, agora amplificada como paisagem quase monumental. Expande a ideia de permeabilidade e fluidez espacial ao nível do pedestre, com edifícios que favorecem deslocamentos transversais e encontros internos. Incorpora, também, a implantação orientada pela topografia, escalonando as construções e organizando a parte central da vida universitária na parte mais baixa do terreno, onde se localiza atualmente a Reitoria e a Biblioteca Central. A arquitetura do Campus, por sua vez, traduz a genialidade do grupo moderno que se organiza em torno a Oscar Niemeyer, João Figueiras Lima e Alcides da Rocha Miranda. A experimentação construtiva do concreto aparente é constante no espaço universitário, tanto por meio da pré-moldagem quanto da moldagem in loco, apostando na ousadia estrutural, de aparente simplicidade, e no acabamento modesto dos edifícios.

As décadas de 1940 a 1960 traduzem um momento importante latino-americano de invenção de centros universitários, cujas ideias ressoam nas narrativas espaciais da arquitetura moderna, então em expansão. Passadas as reticências dos primeiros anos, passou-se a reconhecer nessa linguagem a tradução de um projeto civilizatório genuinamente local. Tanto o Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília quanto o Campus Central da Universidade Nacional Autônoma do México são o espelho desse momento.

Esses valores, contudo, não são plenamente reconhecidos. O Campus compõe a escala bucólica do Conjunto Urbanístico de Brasília, área tombada em nível federal e distrital, reconhecida como patrimônio mundial, mas de forma genérica<sup>3</sup>. Suas especificidades

---

<sup>3</sup> Importante esclarecer que foi recentemente aprovado pelo Governo do Distrito Federal o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), cuja elaboração remonta ao ano 2009, que dá

urbanísticas e arquitetônicas não são compreendidas como dotadas de valor cultural particular a ponto de serem protegidas em si. Ao longo do tempo, diversos planos e propostas de uso e ocupação para o Darcy Ribeiro foram elaborados, no entanto, até então, nenhum deles partiu do reconhecimento do valor cultural do espaço. Apenas recentemente, em 2024, elaborou-se um Plano Diretor para o Campus, aprovado pelo Conselho da Administração universitária, que reconheceu seu valor cultural e estabeleceu linhas gerais para sua preservação, embora, por própria natureza, não tenha se debruçado em detalhes os instrumentos de conservação na escala do edifício.

A dificuldade de reconhecimento do valor cultural da arquitetura moderna já foi abordada por diversos autores, como Macdonald (2003), Lira (2012) e Carvalho (2023), e instituições como o Icomos - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e o Docomomo - Documentação e Conservação do Movimento Moderno vêm alimentando as discussões sobre o estudo, a documentação e os desafios de conservação da arquitetura moderna. Contudo, um olhar mais detido sobre intervenções necessárias no tecido do Plano Piloto, que qualifiquem os amplos espaços entre as edificações é necessário.

Parte-se do princípio que conservar o campus Darcy Ribeiro é também preservar a história de Brasília e do legado moderno, com todas as contradições que encerra. Para contribuir na reflexão, esta pesquisa busca caracterizar o patrimônio construído do Campus e debater formas de reconhecimento do seu valor e de sua salvaguarda. Para tanto, propõe uma análise comparativa com a situação do Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Esta escolha se justifica, em primeiro lugar, pela construção contemporânea de ambos os campi, em contextos culturais similares, permitindo diálogos sobre seus valores culturais. Em contrapartida, o reconhecimento cultural do Campus Central da UNAM está consolidado pelo título de Patrimônio Mundial e pela proteção nacional, ao passo que a situação de conservação é enriquecida pela existência de instrumentos de salvaguarda específicos, como, por exemplo, o seu Plano de Gestão, continuamente monitorado e revisado.

Este artigo tem por objetivo, portanto, analisar os desafios de preservação do campus brasileiro apresentando um levantamento de referências de ações e métodos de

---

destaque aos edifícios da Reitoria, a Biblioteca Central, o Instituto Central de Ciências, a Faculdade de Educação e o Auditório Dois Candangos como bens materiais de valor patrimonial a serem preservados pelo governo distrital.

salvaguarda utilizados no campus mexicano que podem inspirar os desafios do caso brasileiro.

Para isso, utiliza-se como abordagem metodológica da análise bibliográfica, contemplando especialmente, do lado mexicano, o Plano de Gestão do Campus Central da UNAM e o Dossiê de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, e, do lado brasileiro, os estudos produzidos na universidade, como Schlee et al (2013), Cavalcante (2015) e Soares (2023), e o mencionado Plano Diretor vigente, entre outros. As discussões foram enriquecidas com informações trazidas pelas entrevistas realizadas com professores e profissionais atualmente envolvidos na tarefa de conservação e valorização do campus.

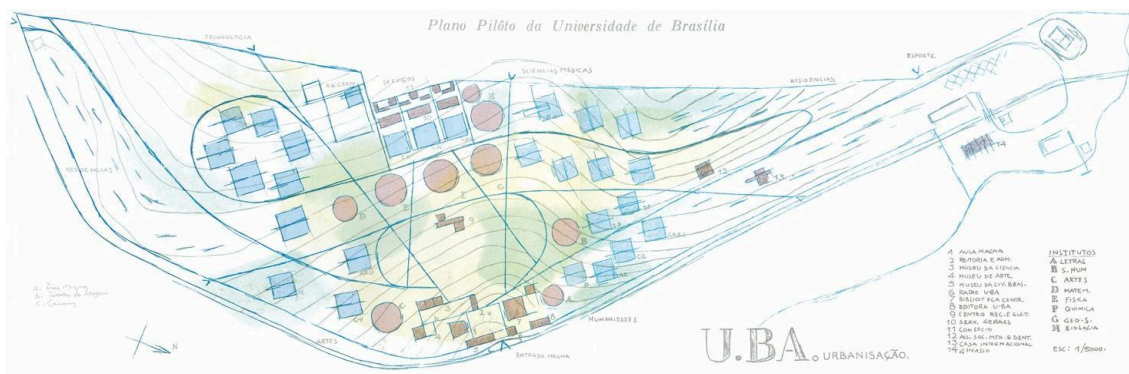
Os resultados apontam que o maior desafio para a preservação do Campus Darcy Ribeiro está na falta de gestão específica para conservação de seu patrimônio histórico e cultural.

## **O CAMPUS DARCY RIBEIRO**

O Campus Darcy Ribeiro constitui-se hoje uma referência cultural na cidade e polo nacional de formação acadêmica, onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas. Sua construção reuniu esforços de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, que buscaram traduzir os ideais de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, e equipes do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN) e da Prefeitura do Campus (Soares, 2018).

No Plano Piloto da Universidade de Brasília de Lucio Costa de 1960, a setorização de áreas indica que os Institutos Centrais seriam edifícios individuais no centro da implantação (figura 1). O setor de ciências médicas seria implantado à Noroeste da implantação e a Faculdade de Tecnologia seria ao Sudeste. O acesso principal do Campus se daria a Leste junto a edifícios estruturantes da vida universitária, como a Reitoria, Aula Magna, Museu da Ciência, Museu de Arte, Museu da Civilização Brasileira, Rádio, Biblioteca Central e Editora. Uma das principais características do plano de Lucio Costa é que o Campus funcionasse como um vasto parque aberto à população, com espaços livres e paisagismo que valorizasse a vegetação natural.

Figura 1: Plano Piloto da Universidade de Brasília, Lucio Costa, 1960.



Fonte: Plano Orientador da Universidade de Brasília (UnB, 1962)

Ao estudar a historicidade do Campus Darcy Ribeiro, Eduardo Soares identificou uma série de planos e propostas para o crescimento e desenvolvimento do campus que respondiam a suas novas necessidades. No entanto, alguns desses planos foram implantados, outros permaneceram apenas como documento (Soares, 2018).

Em 2009, o Ato da Reitoria nº 1269 instituiu o Sítio Histórico da Universidade de Brasília, constituído pelo conjunto da Faculdade de Educação e pelos edifícios de serviços gerais, primeiro passo para o reconhecimento da importância histórica desses edifícios.

Um passo substantivo foi dado pela elaboração do Programa de Conservação e Manutenção Continuada para as Edificações da Universidade de Brasília, encomendado pela Reitoria e elaborado por um conjunto de docentes das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo e Tecnologia, cujo piloto voltou-se ao conjunto de edifícios da Faculdade de Educação. Trata-se de uma abordagem da conservação baseada na explicitação dos valores e atributos das edificações do Campus (Zanoni et al., 2023).

Na esteira dessas reflexões, em 2021 foi criada, pela Reitoria, um comitê interdisciplinar para elaborar o Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, envolvendo a Secretaria de Infraestrutura e o Decanato de Pesquisa e Inovação. Um de seus resultados parciais foi o relatório final do Eixo temático do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, que trouxe o levantamento, mapeamento e sistematização de dados sobre o acervo cultural do Campus. O relatório utilizou um método de valoração preliminar dos edifícios, embasado nas proposições de Riegl (2006), incluindo os valores de uso, econômico, histórico, artístico e cultural. A lógica subjacente foi a de hierarquizar a relevância cultural de cada parte, orientando a sua conservação.

A versão final do Plano Diretor, recém aprovado pelo Conselho de Administração universitária, passou a ser o principal instrumento de preservação do campus, agora

reconhecido em seu valor cultural e pautado pelo ordenamento da ocupação do espaço com base em seus padrões históricos e respeitando a Escala Bucólica. As diretrizes são organizadas em três escalas diferentes: a Macro, que trata das relações entre a cidade de Brasília e o Campus, a Meso, voltada às relações internas entre os edifícios, vegetação e paisagens do Campus, e a Micro, que estabelece diretrizes mais específicas para os edifícios.

Na Escala Macro, as diretrizes definem que todas as intervenções arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas devem entender que o Campus, como parte integrante de Brasília, faz parte de sua Escala Bucólica e possui características modernistas de significância cultural mundial que devem ser respeitadas. Além disso, todas as intervenções também devem respeitar a centralidade do Instituto Central de Ciências (figura 2) a estruturação do Campus.

Figura 2. Uma das entradas do Instituto de Central de Ciências.



Fonte: SECOM/ UnB. Foto: Raquel Aviani

A Escala Meso possui alguns princípios do Plano Orientador de 1962, como a integração entre as Unidades Acadêmicas, contrapondo-se à atual tendência de edifícios isolados que causam dispersão. A orientação principal é a necessidade de novos edifícios e intervenções respeitarem os padrões históricos de ocupação, como jardins internos e externos, o paralelismo de volumes, a adaptação à topografia, as passagens cobertas e aberturas que geram conexões urbanas. Muitas diretrizes priorizam a conectividade, a criação de novos percursos e áreas abertas, a permeabilidade visual e os marcos visuais. Também há o incentivo a inovações e expressões artísticas por meio da diversidade de projetos. Além disso, há o incentivo a conservação do patrimônio

vegetal e o incentivo às ações de educação patrimonial. A proposta ainda criou uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor da Comissão Permanente de Infraestrutura para a definição de estratégias, critérios e métodos para a caracterização e reconhecimento do Campus.

A Escala Micro traz diretrizes das escalas anteriores de forma mais esmiuçada. Determina o estabelecimento de critérios de conservação e/ou restauração de edificações com base em seu grau de significância cultural, a ser definido pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor da Comissão Permanente de Infraestrutura, passando a compor o patrimônio cultural construído do Campus. As orientações também pontuam que as intervenções realizadas devem ser reversíveis e limitadas, de forma que sejam priorizadas a matéria original.

Ao percorrer o histórico da implementação e gestão do Campus Darcy Ribeiro é possível notar que houve poucas ações que mostram o reconhecimento da cidade universitária como um patrimônio cultural. Apesar de estar implantada em uma área reconhecida internacionalmente desde 1987, são muitos recentes os documentos que visam a sua preservação. Seu acervo só foi institucionalmente catalogado em 2023 pela equipe do Eixo temático do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Passaram-se décadas sem normas que guiassem a preservação do campus. Visto isso, é essencial ampliar o debate e buscar exemplos em contextos similares em que há o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio cultural universitário.

## **O CAMPUS CENTRAL DA UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO**

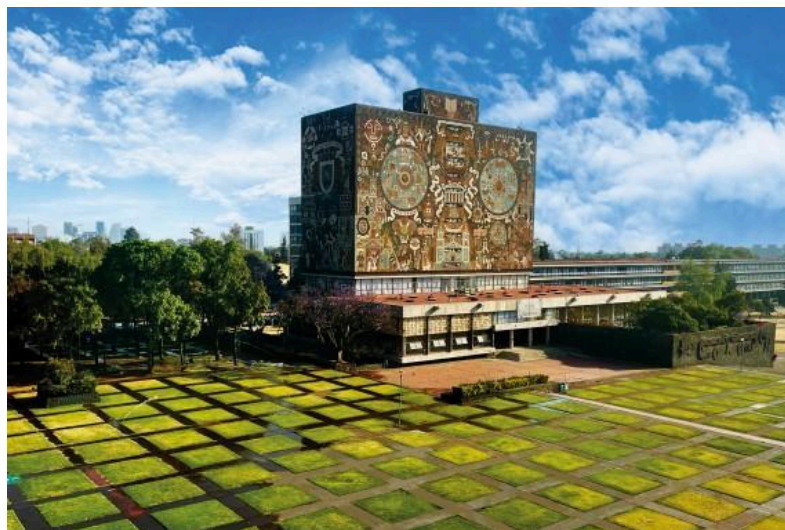
A Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) possui campi universitários espalhados por todo o México. O Campus Central da UNAM foi idealizada a partir da tese de graduação de Mauricio Maria y Campos e Marcial Gutiérrez Camarena, dois estudantes da Escola Nacional de Arquitetura, em 1928. Mas o projeto de fato construído foi resultado de um concurso ganho pelo arquiteto Mario Pani e Enrique del Moral, que, junto com Mauricio Maria y Campos, seriam os diretores e coordenadores do Projeto do Conjunto. Sendo finalmente inaugurada em 1952 (Gas et al., 2023).

Em sua concepção foi explorada a fusão dos preceitos dos movimentos da Integração Plástica com o Muralismo Mexicano. O primeiro compreendia as obras de artes, principalmente murais e esculturas, como partes integrantes dos edifícios ou espaços urbanos, estabelecendo uniões harmoniosas entre arquitetura e arte. O segundo



caracterizou-se pela produção de grandes murais que abordaram temáticas históricas, sociais e políticas. Participaram deste projeto artistas como Diego Rivera, Juan O’Gorman, David Alfaro Siqueiros, José Chávez Morado, Francisco Eppens Helguera, entre outros. Essas duas fortes tendências mexicanas da época, juntamente com o funcionalismo arquitetônico, seu modelo urbano e paisagístico, trouxeram ao Campus Central qualidades excepcionais em sua identidade e simbolismo mexicano (figura 3).

Figura 3. Biblioteca Central da UNAM, na Cidade do México, um exemplar da arquitetura do campus.



Fonte: STE.

A inscrição na lista da Unesco em 2007, veio acompanhada de uma Declaração de Valor Universal Excepcional (DVUE), centrada nos imóveis e espaços abertos, mantidos como originais e testemunhos da modernização do México pós-revolução (México, 2007).

Em 2004, a Cidade Universitária foi declarada Monumento Artístico, por indicação da Comissão Nacional de Zonas e Monumentos Artísticos do Instituto Nacional de Bellas Artes e Literatura (INBAL), perante a Lei Federal sobre Monumentos e Zonas Arqueológicas, Artísticas e Históricas de 1972. Foram reconhecidas a qualidade e a inovação da arquitetura mexicana na obra. Esta importância reveste-se de uma posição excepcional na história da arquitetura nacional.

Com o intuito de preservar o patrimônio universitário, a UNAM elaborou em 2017 o Plano de Gestão do Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México, atualmente o maior e mais detalhado instrumento para proteção do sítio, contando com uma versão atualizada em 2023. Este plano traz uma série de políticas, programas, ações e estratégias que visam a salvaguarda e proteção do campus resguardando sua integridade, autenticidade e originalidade. Seus objetivos são

preservar e promover os aspectos físicos, simbólicos e sociais que conformam o seu Valor Universal Excepcional, garantindo seu reconhecimento pela comunidade e sua relevância como espaço de ensino, pesquisa e extensão cultural.

O Órgão de Gestão da Cidade Universitária é o responsável por promover e acompanhar a execução do Plano, garantindo que as ações descritas no documento sejam realizadas juntamente com as entidades acadêmicas competentes. Este órgão é composto pelo Comitê de Análises para as Intervenções Urbanas, Arquitetônicas e de Engenharias no Campus Cidade Universitária e nos campi da UNAM (CAI), criado em 2016, que, por sua vez, se distribui em comissões para assuntos específicos. O Comitê é responsável por avaliar a viabilidade técnica, ambiental e legal de novas construções, considerando um planejamento integrado do espaço físico da instituição e permitindo o crescimento da infraestrutura para atender às demandas institucionais (Gas et al., 2023).

Em uma entrevista o professor Júlio Navarro<sup>4</sup> foi mencionado que a universidade realiza periodicamente avaliações do estado de conservação de seus bens construídos. Ademais, as equipes responsáveis pela limpeza e manutenção recebem orientações específicas para preservar a integridade dos edifícios valorados.

O Plano de Gestão traz critérios básicos acerca de quaisquer intervenções de restauração, manutenção ou ampliação ou quaisquer tipos de obras realizadas em imóveis e espaços livres do Campus que devem respeitar a integridade, autenticidade do sítio e seu significado cultural, em consonância com seu reconhecimento nacional e internacional. As obras devem zelar pelo princípio da mínima intervenção possível e pela compatibilidade entre materiais e sistemas construtivos.

A partir disso, é perceptível que o campus mexicano goza de um sistema robusto de gestão patrimonial, demonstrando um compromisso de longa data com a preservação de seu patrimônio. Por isso, a experiência da UNAM pode servir como um bom modelo para o campus brasileiro.

## **QUESTÕES DE CONSERVAÇÃO DOS CAMPI**

Apesar do Campus Central da UNAM ser reconhecido em esfera nacional e internacional, possuir um documento que zela pela sua salvaguarda e uma comunidade acadêmica comprometida com sua conservação, seu patrimônio ainda possui desafios de conservação. Segundo o professor Júlio Navarro, o maior desafio para a conservação da

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada pelas pesquisadoras em 6 de agosto de 2024. Júlio Navarro é professor da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UNAM na área de restauração de monumentos

cidade universitária está no fato de que a arquitetura moderna possui uma vida útil muito curta, pois os materiais usados se degradam muito rápido. Além disso, as normas construtivas da época da construção do campus não eram tão avançadas quanto as atuais. Isso faz com que haja necessidade de mais restaurações e substituições de elementos que podem entrar em conflito com a autenticidade dos bens.

O campus Darcy Ribeiro se assemelha ao mexicano neste aspecto, contudo, no segundo caso, são previstas vistorias periódicas para verificar degradações, além de uma verba específica para a área de conservação destinada a manutenções e restaurações o que contribui para o prolongamento de sua durabilidade, segundo explica Navarro. Já para o campus da UnB, segundo Eduardo Soares<sup>5</sup>, não existe nenhuma rotina de avaliação do estado dos edifícios.

Segundo Benny Schvarsberg<sup>6</sup>, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e coordenador da elaboração do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, o campus não possui uma área específica para tratar da conservação do patrimônio histórico, mas possui o CEPLAN, que acompanha cotidianamente as intervenções, propostas e manutenções que auxiliam a cuidar do patrimônio histórico. O CEPLAN é um endereço institucional que de certa forma busca dialogar com a temática do patrimônio, mas sua ação é limitada, pois carece de poder instrumental. O CEPLAN teve papel decisivo no planejamento e construção do Campus, mas, ao longo do tempo, perdeu importância para a Secretaria de Infraestrutura, responsável por obras. Para Benny Schvarsberg, o Ceplan deve ser revalorizado e possuir mais espaço de ação e discussão para que haja plena satisfação de sua atribuição. O professor destaca a necessidade de uma reestruturação na área técnico-administrativa para que a implantação de uma política de preservação patrimônio histórico da universidade seja bem-sucedida.

Ainda sobre o CEPLAN, o arquiteto e urbanista Eduardo Soares confirma que o órgão não está sendo “instigado em realizar ações de proteção ao patrimônio”. Ele pontua que a ausência de um mapeamento preciso do valor patrimonial de cada bem cultural dificulta a definição de um nível de conservação adequado durante obras ou manutenções. A decisão sobre o grau de intervenção fica, portanto, a critério da consciência do técnico responsável. Ainda relata que há diversos casos de obras que

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada por Geysa Victoria Dourado da Silva em 11 de julho de 2024. Eduardo Soares é arquiteto e urbanista, doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e arquiteto do CEPLAN/UnB.

<sup>6</sup> Entrevista realizada por Geysa Victoria Dourado da Silva em 5 de julho de 2024.

comprometem a integridade do patrimônio que sequer passaram por uma consultoria do Ceplan pois não há um regimento interno que torne obrigatório a avaliação do órgão antes de qualquer obra. Isso mostra a importância de um órgão gestor com capacidade de ação institucional para coordenar ações e programas de conservação no ambiente universitário, com é o caso do CAI no campus da UNAM. Para o campus brasileiro, o Centro de Planejamento demonstra possuir habilidades compatíveis às necessárias para gerir medidas de proteção da herança arquitetônica e cultural presente na universidade. Finalmente, a recente aprovação do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, que busca valorizar e preservar seu patrimônio, sinaliza o início de uma nova fase rumo a conservação do espaço universitário. O que além de demonstrar uma conscientização e valorização do seu legado arquitetônico, também é um importante marco na história da universidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notável que, apesar do Campus Darcy Ribeiro fazer parte da história da construção da capital federal e ainda está inserido em uma área reconhecida pela UNESCO, ele ainda sofre muitos desafios relativos à valorização e proteção de seu patrimônio arquitetônico e paisagístico. Por décadas, o campus esteve desprovido de normas que guiassem sua preservação. Em contraste, o Campus Central da UNAM, mesmo antes da implementação de seu Plano de Gestão, já se apresentava em bom estado de conservação. Isso se revela por seu reconhecimento específico, tanto em esfera nacional quanto em internacional.

Em suma, os resultados obtidos demonstram que o principal desafio de salvaguarda do Campus brasileiro está na gestão de sua conservação. A falta de um órgão gestor com poder para coordenar as diversas intervenções necessárias pode ocasionar danos irreversíveis às obras históricas. Nesse sentido, o caso da UNAM se apresenta como uma experiência bem-sucedida de salvaguarda, servindo assim como um bom modelo para UnB se inspirar adaptando à sua realidade.

Por fim, é importante frisar ainda que a implantação do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro surge como uma nova era para a proteção do patrimônio cultural universitário. Ainda fica em aberto o debate sobre programas específicos que visam a proteção desses bens em todas as suas esferas. A participação ativa de toda a comunidade acadêmica, por meio de atividades de extensão, projetos de pesquisa e ações de educação patrimonial será fundamental para o sucesso dessa iniciativa.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Valor de antiguidade em edifícios brasileiros do séculoXX / Juliano Loureiro de Carvalho. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

CAVALCANTE, Neusa. CEPLAN: 50 anos em 5 tempos. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2015.

COMITÊ MUNDIAL DO PATRIMÔNIO, Decisão: 31 com 8b.52. Nomination of natural, mixed and cultural properties to the world heritage list – Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). 31ª Sessão do Patrimônio Mundial da UNESCO. Christchurch, Nova Zelândia, julho de 2007.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. In: Governo do Distrito Federal. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, p. 18-34, 1991.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. Decreto por el que se declara monumento artístico el conjunto arquitectónico conocido como Ciudad Universitaria, ubicado en Avenida Universidad 3000, Delegación Coyoacán, en la Ciudad de México, Distrito Federal. Ciudad de Mexico, Distrito Federal: Diario Oficial de la Federación, 2005.GAS, Louise, RODRÍGUEZ, Mariana, FABIÁN, Iris. Plan de Gestión del Campus Central de la Ciudad Universitaria Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2023.Disponível em:

[http://www.comitedeanalysis.unam.mx/pdf/PlandeGestiondelCampusCentraldelaCUUNAM\\_Edicion%202023.pdf](http://www.comitedeanalysis.unam.mx/pdf/PlandeGestiondelCampusCentraldelaCUUNAM_Edicion%202023.pdf).

LIRA, Flaviana Barreto. 2012. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. Olinda: CECI

MACDONALD, Susan, 2003. 20th century Heritage: Recognition, Protection and Practical Challenges. In *ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger*. Paris, ICOMOS.

MEDEIROS, A. E. A. et. al. Relatório Final. Estudos técnicos de levantamento, atualização, mapeamento e sistematização de dados para o Eixo temático de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, edital GRE/INFRA/DPI No 0001/2022. Brasília, 2023.

\_\_\_\_\_, Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1962.

RIEGL, A. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

SCHLEE, Andrey R., GARCIA, Cláudia C.; SOARES, Eduardo O.; TENORIO, Gabriela S.; NASCIMENTO, Márcio L. C.; VULCÃO, Maria G. V.; CHOAS, Mona L. L. S. Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

SOARES, Eduardo Oliveira. Planos e propostas institucionais da Universidade de Brasília sobre o uso e a ocupação do Campus Universitário Darcy Ribeiro. Paranoá, [S. l.], v. 11, n. 21, 2018. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n21.2018.07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/24049>. Acesso em: 27 maio. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro. Brasília, 2023.

ZANONI, Vanda A. G. (org.); LIRA, Flaviana B.; FERREIRA, Oscar L.; FRAZAO, Keila N.T.; GEHLEN, Juliana; JUCÁ, Tatiana R.P.; MEDEIROS, Ana E. de A.; MELO, Carlos E. L. de; MISHINA, Leticia N. C.; PEREIRA, Cláudio H. de A. F.; RIOS, Rafael B.; SANTOS, Amanda V. Programa de Conservação e Manutenção Continuada para as Edificações da Universidade de Brasília: Da Concepção ao Delineamento de Programas e Planos. Relatório Geral – Módulo I | Módulo II | Módulo III. Projeto Institucional de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Brasília: UnB, mar. 2023. Formato A3, 269 p.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### Patrimônio arquitetônico no Campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo: Documentação para uma conservação

#### *Architectural heritage on the Goiabeiras Campus of the Federal University of Espírito Santo: Documentation for conservation*

Vitória Margotto Barroca<sup>1</sup>  
Renata Hermann de Almeida<sup>2</sup>

#### RESUMO

Em 2024, a Universidade Federal do Espírito Santo comemora setenta anos, regulamentada por Decreto em 1954 e federalizada em 1961. Nessa duração, inicia-se a ocupação do Campus Goiabeiras em 1966, objeto teórico e projetual de pesquisa conduzida com o objetivo de reconhecer permanências e persistências arquitetônicas. A partir da desapropriação de terreno pertencente ao *Victoria Golf & Country*, é iniciado o processo de edificação do conjunto arquitetônico, ocupando uma área na porção continental de Vitória, situada entre área do Manguezal de Vitória e o atual bairro Jardim da Penha. Nesse contexto geográfico, entendido como uma cidade universitária, o Campus Goiabeiras se constitui a partir da construção de edificações em três períodos (1965-1970, 1970-1975 e 1975-1985), durante os quais ocorre sua consolidação. As obras do conjunto edificado, expressivas da arquitetura moderna no Espírito Santo, são de autoria de arquitetos atuantes localmente e nacionalmente. O conjunto constitui-se por quatro agrupamentos homogêneos e um heterogêneo, e cinco edifícios isolados. A pesquisa dedica-se à realização de documentação (identificação, descrição e representação) dos sedimentos arquitetônicos, a partir de quatro subsistemas arquitetônicos (edifício-sítio, programático-funcional, técnico-construtivo e estético-

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (vitoria.barroca@edu.ufes.br).

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista, Professora Doutora da Universidade Federal do Espírito Santo (renata.almeida@ufes.br).

formal). Para tanto, adota como procedimento metodológico abordagem qualitativa, histórica e crítica, para conhecer a formação e a transformação do universo de estudo. Foram obtidos como resultado, a partir da elaboração de representações iconográficas e cartográficas e de texto verbal-analítico, a produção de “Cartas do patrimônio arquitetônico da Ufes”, a partir das quais foi possível a criação de quadro orientado à conservação do patrimônio, com indicação de endereços projetuais.

Palavras-chave: Documentação. Conservação. Cidade Universitária.

## ABSTRACT

*In 2024, the Federal University of Espírito Santo celebrates its seventieth anniversary, having been regulated by Decree in 1954 and federalized in 1961. During this period, the occupation of the Goiabeiras Campus began in 1966, a theoretical and design object of research conducted with the aim of recognizing architectural permanences and persistences. Following the expropriation of land belonging to Victoria Golf & Country, the construction process of the architectural complex began, occupying an area on the mainland of Vitória, located between Vitória's Mangrove area and the current Jardim da Penha neighborhood. In this geographic context, understood as a university city, the Goiabeiras Campus constitutes itself from the construction of buildings in three periods (1965-1970, 1970-1975 and 1975-1985), during which its consolidation occurred. The works of the building complex, expressive of modern architecture in Espírito Santo, were designed by architects working locally and nationally. The complex consists of four homogeneous and one heterogeneous grouping, and five isolated buildings. The research is dedicated to the documentation (identification, description and representation) of the architectural sediments, based on four architectural subsystems (building-site, programmatic-functional, technical-constructive and formal-aesthetic). To this end, it adopts a qualitative, historical and critical approach as a methodological procedure, in order to understand the formation and transformation of the study universe. As a result, from the elaboration of iconographic and cartographic representations and verbal-analytical text, the production of “Maps of the architectural heritage of Ufes” was obtained, from which it was possible to create a framework oriented towards the conservation of the heritage, indicating project addresses.*

**Keywords:** Documentation. Conservation. University campus.



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo e investigação o conjunto arquitetônico da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mais especificamente o conjunto do Campus Alvor de Queiroz Araújo, amplamente conhecido como Campus Goiabeiras. Reconhecida como uma das mais importantes instituições de ensino do Espírito Santo, a Ufes possui um importante papel social, educacional, econômico, cultural e político em diversas escalas, e teve sua concepção atrelada a um projeto de modernização do Espírito Santo que, iniciado na década de 1950, procurou discutir a necessidade de se concentrar, em um único sítio, todas as escolas e faculdades inicialmente implantadas separadamente na cidade. A partir da desapropriação de um terreno no bairro Goiabeiras pertencente ao *Victoria Golf & Country*<sup>3</sup>, é iniciado o processo de edificação do conjunto arquitetônico do Campus Goiabeiras da Ufes, ocupando área de dimensões consideráveis às margens do Rio Santa Maria, na porção continental de Vitória.

Hoje, com setenta anos recém-completos desde o decreto que institui a Universidade do Espírito Santo, posteriormente tornada Federal em 1961, e com quase sessenta anos desde o início da ocupação do Campus Goiabeiras em 1966, é possível identificar na estrutura física do Campus as permanências, persistências e transformações do território original. A partir disso, dado o seu valor territorial-paisagístico<sup>4</sup>, propõe-se aqui o reconhecimento do Campus em sua dimensão patrimonial, a ser melhor discutido no próximo tópico. Para tal, parte-se da abordagem particularizada pela Escola Territorialista Italiana<sup>5</sup>, cuja defesa do entendimento do território como patrimônio é possibilitada através da compreensão deste como a síntese de três camadas - a camada física, a camada construída e a camada antrópica. São traçadas correspondências entre camadas e dimensões patrimoniais: a camada física corresponde ao patrimônio natural, a construída ao patrimônio territorial-paisagístico e a antrópica ao patrimônio socioeconômico.

---

<sup>3</sup> Victoria Golf & Country era um clube de golfe sediado no terreno que hoje é parte do Campus Goiabeiras da Ufes, entre área do Manguezal de Vitória e o atual bairro Jardim da Penha, terreno também conhecido como “Fazenda dos Ingleses”.

<sup>4</sup> Valor atribuído ao patrimônio construído, edificado.

<sup>5</sup> A Escola Territorialista Italiana (ETI), idealizada pelo urbanista italiano Alberto Magnaghi no final do século XX, possui sua abordagem baseada no entendimento do território como patrimônio e objetiva, através de sua metodologia, o desenvolvimento sustentável deste território, possível a partir do desenvolvimento sincrônico entre todas as camadas que o compõe (Colombo, 2021, p. 15).

Neste artigo é conduzida investigação acerca da camada construída, materializada nas edificações, isoladas e em conjunto, selecionadas do total do conjunto arquitetônico existente. A seleção das edificações inicialmente se deu, vale citar, através de atividades desenvolvidas na disciplina de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural ministrada pela autora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renata Hermann na Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Ufes<sup>6</sup>, durante o semestre 2018/2.

Como recorte temporal, o artigo aborda as edificações erguidas entre a década de 1950 e a primeira década dos anos 2000, entendendo ser na década de 1950 o momento de introdução do repertório moderno em Vitória, cujo universo projetual e discursivo se faz presente em maior parte das edificações estudadas. Nesse contexto, o artigo vincula-se ao projeto “Arquitetura do Espírito Santo: teoria, história e projeto”, coordenado pela autora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renata Hermann, alinhando-se a pesquisas conduzidas com o objetivo de conhecer e documentar a arquitetura moderna produzida no estado do Espírito Santo durante a segunda metade do século XX.

Nesse período histórico, em particular atuando em projetos para o Campus Goiabeiras, fazem-se conhecer os trabalhos de arquitetos atuantes localmente, como Maria do Carmo Schwab, Marcelo Vivácqua, Christiano Woelffel Fraga, Alfredo Silva, Ione Marroquin, Pedro Fundão, entre outros. A nível nacional, cita-se Maurício de Castro, Edinson Alice e José Galbinsky, este último com grande repertório de projetos de bibliotecas universitárias também em outros locais do Brasil. A produção arquitetônica desses arquitetos existente no Campus Goiabeiras pode ser diferenciada entre: i) edifício isolado, não pertencente a nenhum Centro<sup>7</sup> e comumente associado a características arquitetônicas singulares e a funções administrativas dentro do Campus; e ii) edifícios de conjunto, comumente ligados a um mesmo Centro, que podem ou não compartilhar características arquitetônicas, podendo serem divididos, ainda, em conjuntos homogêneos e heterogêneos.

Assim, o artigo apresenta pesquisa sobre a cidade universitária da Ufes, realizada a partir de consulta a fontes primárias - peças gráficas de projetos e fotografias da época de construção da Universidade - com o objetivo de documentar a arquitetura do Campus Goiabeiras, elaborando representação dos objetos arquitetônicos conjugada à

---

<sup>6</sup> Almeida, Nossa, Thome, 2019.

<sup>7</sup> Referente aos Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. No Campus Goiabeiras da Ufes, são estabelecidos 7 (sete) Centros.

interpretação dos mesmos. Complementarmente, estabelece a valoração dos objetos por meio da proposição de endereços projetuais, apresentados na forma de quadro. O artigo divide-se em três seções, apresentando: abordagem conceitual acerca da documentação e conservação patrimonial de cidades universitárias, a metodologia utilizada e os resultados alcançados, e por fim as reflexões finais.

## **DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

A aproximação ao universo do tema da investigação se dá, neste tópico, pela revisão da bibliografia e das discussões existentes acerca da documentação e da conservação patrimonial das cidades universitárias da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e de temas relacionados. Destaca-se, a princípio, pesquisas com objetivo de produzir conhecimento da arquitetura e urbanismo produzidos no Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX. Cita-se, como exemplo, os trabalhos “Documentação da Arquitetura de Vitória após 1950”<sup>8</sup> e “Arquitetura Moderna na Grande Vitória: documentação com o uso de tecnologias digitais”<sup>9</sup>, que constituíram base teórica, histórica e projetual para, em momento posterior, serem desenvolvidos trabalhos de investigação da arquitetura, adotando a Ufes como objeto.

Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Feitosa<sup>10</sup> e Meneghel<sup>11</sup>. Em seu projeto de graduação “Patrimônio territorial-paisagístico na Universidade Federal do Espírito Santo: um estudo voltado à transformação”, Feitosa seleciona, descreve e mapeia edifícios e conjuntos arquitetônicos - construídos entre 1960 e 2000 - do Campus Goiabeiras da Ufes, identificando-os na cronologia da constituição do Campus Goiabeiras categorizados em três períodos: implantação, expansão e consolidação.

Além disso, a autora mapeia os danos existentes nos edifícios a partir de observação *in loco*, reconhecendo-os como comprometedores da continuidade dessa arquitetura, e busca, na abordagem metodológica, “compreender o conjunto de condições ambientais do território de inserção do campus e sua relação com as manifestações patológicas de origem externa”<sup>12</sup>. Em etapa posterior, apresenta ensaio projetual orientado ao

---

<sup>8</sup> Mazzini, 2016.

<sup>9</sup> Zaninho, 2018.

<sup>10</sup> Feitosa, 2018.

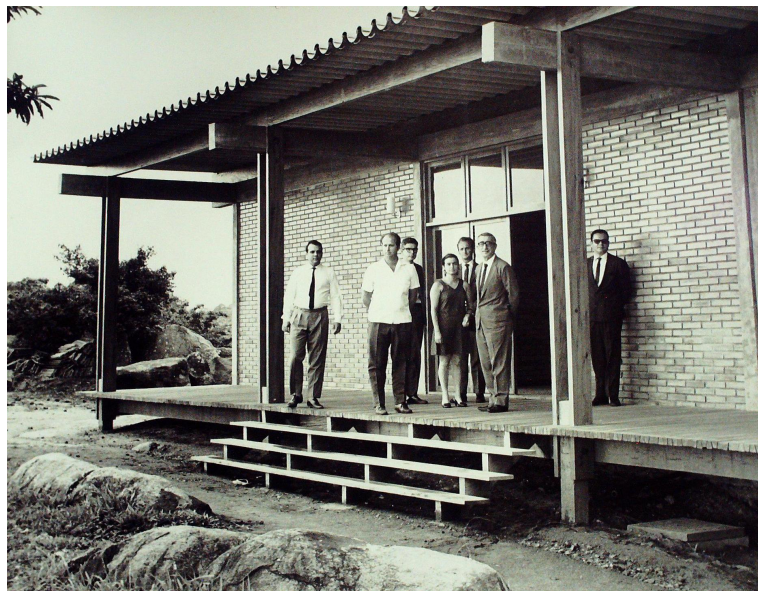
<sup>11</sup> Meneghel, 2018.

<sup>12</sup> Feitosa, 2018, p. 6.

patrimônio territorial, seguindo abordagem da ETI. O ensaio objetiva não só a qualificação do patrimônio territorial-paisagístico do Campus como também a qualificação do patrimônio ambiental, a partir, respectivamente, da conservação e reabilitação da camada construída e da valorização da camada física e hidrogeomorfológica, e assim, objetiva contribuir para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio da universidade.

Já Meneghel, no projeto de iniciação científica intitulado “Arquitetura Moderna no Espírito Santo. Documentação e conservação da obra de Maria do Carmo Schwab”<sup>13</sup>, se dedica a estudar a linguagem arquitetônica de arquiteta de forte presença no período de planejamento da Ufes, e de expressiva contribuição para a arquitetura moderna capixaba. Meneghel aprofunda o tema na dissertação “Uma investigação sobre a linguagem projetual: repertório e processos de projeto na produção de Maria do Carmo Schwab”<sup>14</sup>, onde adota subsistemas tipológicos para nortear a leitura e decodificação da arquitetura de Schwab. Dentre os edifícios estudados na pesquisa, inclui-se um projetado pela arquiteta: o Catetinho, também conhecido como Escritório de Campo da Universidade (Figura 1).

**Figura 1** – Comissão de Planejamento da Ufes em frente ao edifício Catetinho.



Fonte: Acervo de Coleções Especiais, Biblioteca Central, SIB-UFES. Consulta realizada em abril/2023.

---

<sup>13</sup> Meneghel, 2018.

<sup>14</sup> Id., 2023.

## CARTAS PATRIMONIAIS COMO REPRESENTAÇÃO DO CAMPUS GOIABEIRAS

A principal metodologia utilizada para o desenvolvimento da investigação foi a abordagem qualitativa descritiva, com a intenção de conhecer profundamente seu objeto<sup>15</sup>. Foram adotadas duas tipologias de modelos: i) conceitual verbal (discursivo), atrelado a fotos, mapas e fotografias aéreas; ii) físico, desdobrado em modelo icônico, que visa produzir representação dos objetos (desenhos e fotos) – descrição; e analógico, destinado a realizar a interpretação dos objetos (plantas, cortes, fachadas). A adoção dos modelos permite, em resumo, a descrição e análise dos objetos de pesquisa, possibilitando a elaboração de quadros-síntese, sejam estes com o objetivo de produzir conhecimento ou o de estabelecer indicadores para ações voltadas à conservação do patrimônio (quadros cognitivos ou normativos, respectivamente).

Considerando o objetivo de documentar os objetos a partir de identificação, descrição e representação, o primeiro procedimento adotado foi a coleta de dados e fontes primárias, cujo primeiro estágio consistiu na consulta à Prefeitura Universitária da Ufes em busca das peças gráficas referentes aos edifícios tomados como objetos da investigação, as quais, em sua maioria, são produzidas digitalmente pelas equipes da Prefeitura após processo de *as built*. A partir disso, iniciou-se etapa voltada à representação gráfica desses edifícios, a qual resultou na produção de trinta pranchas contendo planta baixa simplificada dos edifícios associada a legenda nomeando cada cômodo.

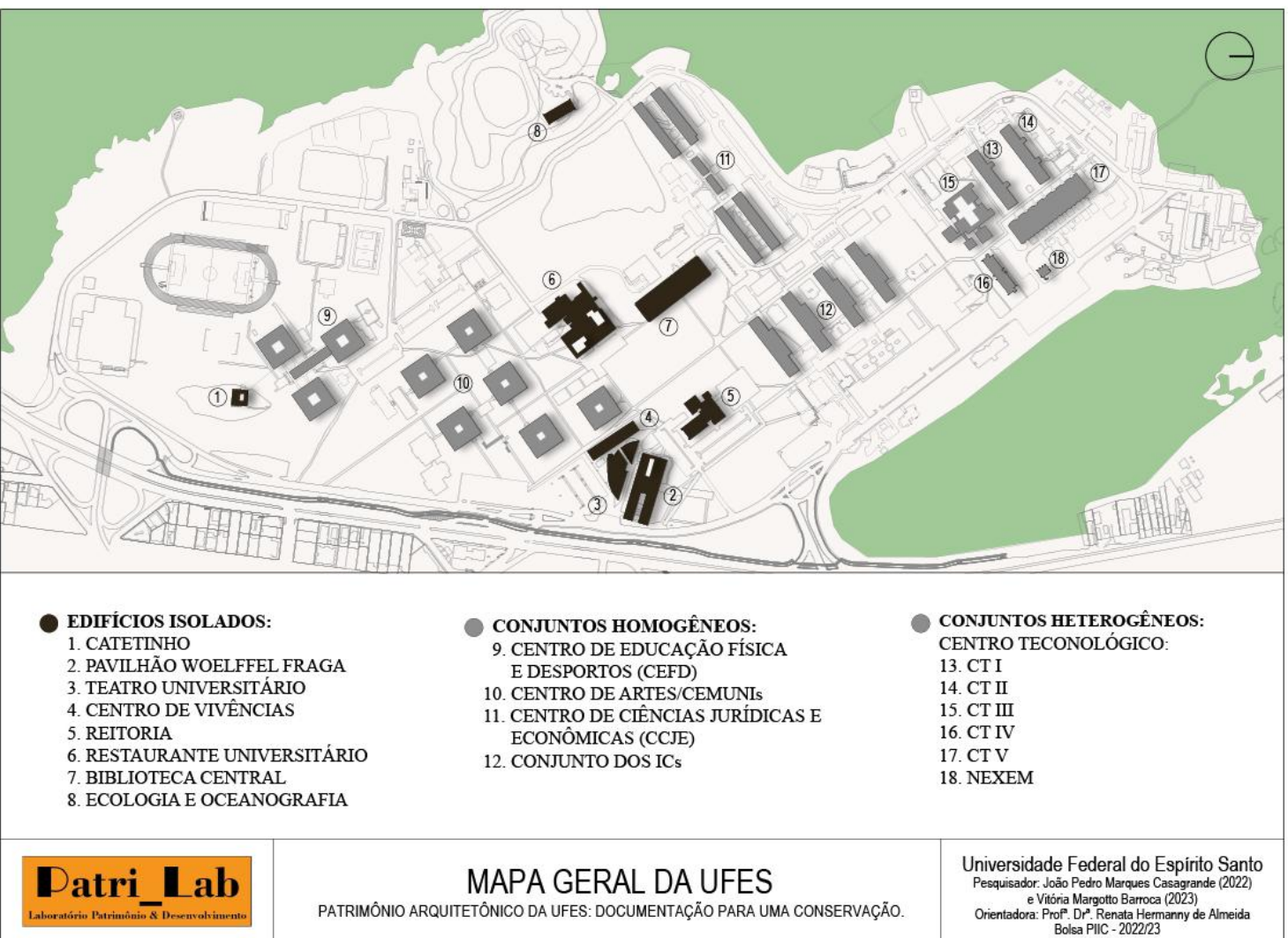
A definição das técnicas de representação adotadas foi feita principalmente a partir da consulta a publicações, especialmente livros e revistas, que têm como enfoque a discussão de projetos arquitetônicos. Paralelamente ao desenvolvimento das pranchas, também foi desenvolvido mapa (Figura 2) contendo a extensão do Campus Goiabeiras, apresentando de forma destacada a localização dos edifícios estudados, subdivididos entre edifícios isolados e de conjunto. De modo complementar, pranchas individualizadas (Figura 3) permitem a leitura planimétrica das edificações, ou seja, a tipologia funcional relativa à organização do espaço bem como soluções técnicas vinculadas às relações com o sítio físico. Para tanto, a planta baixa contém orientação geográfica, conforme a orientação solar de cada projeto, para que fosse possibilitado o entendimento dos níveis de insolação das fachadas. Parte-se da noção de que, conforme

---

<sup>15</sup> Serra, 2005.

Freitas<sup>16</sup>, “o desenho é forma de comunicação e conhecimento e possibilita a compreensão, além do dado que representa por meio dos seus signos, as características implícitas da época que o produziu.”

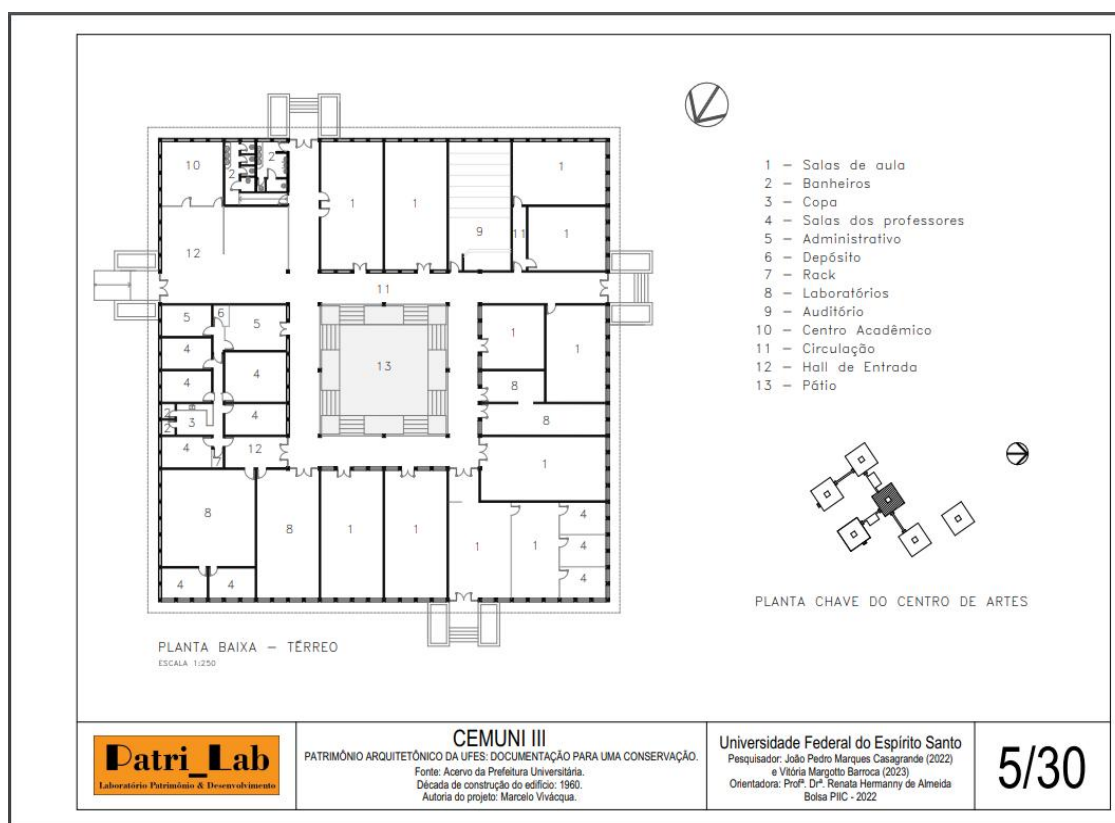
Figura 2 – Mapa de identificação dos edifícios de valor patrimonial.



Fonte: Barroca, 2023.

<sup>16</sup> Freitas, 2012, p. 181.

**Figura 3** – Exemplo de prancha contendo planta e legenda do Cemuni III.



Fonte: Barroca, 2023.

Na próxima etapa, procedeu-se à consulta ao material disponível na Biblioteca Central Ufes, pertencente ao acervo das Coleções Especiais. As fotografias do acervo são categorizadas inicialmente de acordo com os mandatos de cada reitor da Ufes nas primeiras décadas da Universidade, e depois, conforme a temática e motivo do registro. Foram escolhidas, após avaliação de centenas de imagens, aquelas que mais auxiliariam a leitura da arquitetura dos objetos, priorizando a seleção de imagens que apresentassem as fachadas. Muitas delas são resultado de registro do momento de construção dos edifícios. Foram selecionadas também fotos de vista aérea, entendendo ser válida a visualização dos edifícios em seu sítio de inserção, para posterior discussão das relações edifício-entorno.

Para a etapa de descrição e interpretação dos edifícios, foi utilizado o método de análise arquitetônica que consiste no reconhecimento de princípios estruturantes da forma, os quais se evidenciam após efetuada a análise e descrição do projeto a partir da observação de quatro subsistemas tipológicos, sendo estas: estético-formal, programático-funcional, material-técnico e edifício-sítio.

Entende-se o subsistema estético-formal como a “a síntese do programa, da técnica e do lugar, obtida por meio de ordem visual”<sup>17</sup>, onde é analisada a intenção plástica e compositiva do projeto e identifica-se, entre outras coisas, os elementos mais dominantes na leitura do conjunto<sup>18</sup>. Quanto ao programático-funcional, devem ser analisados, segundo Meneghel<sup>19</sup>, o conteúdo programático do projeto e a setorização e organização do espaço interno e externo, entre outros aspectos, “buscando compreender a organização espacial do projeto”<sup>20</sup>.

O subsistema material-técnico, por sua vez, trata do aspecto construtivo da arquitetura estudada, e devem ser destacados, por exemplo, a experimentação de materiais e as soluções estruturais e de cobertura, “tratando-se, assim, das soluções particulares adotadas nos elementos estruturais e funcionais da arquitetura”<sup>21</sup>. Por fim, o subsistema edifício-sítio analisa “o respeito e a interpretação das condicionantes naturais do lugar e a busca pela integração entre edifício-entorno, arquitetura-natureza como princípios projetuais”<sup>22</sup>, e avaliam-se, entre outras características, a topografia do sítio, a implantação proposta para o edifício e, a partir disso, os níveis de insolação e os ventos dominantes. Conforme a autora, a combinação dos subsistemas e suas relações internas “compõem o todo arquitetônico, a identidade do projeto”, e tornam-se “o meio para a “decodificação” da linguagem projetual”<sup>23</sup>.

Como forma de apresentar as informações obtidas sobre os objetos de estudo, foi elaborado um modelo de prancha a ser seguido denominado “Carta do patrimônio arquitetônico da Ufes”, que possibilita a elaboração do que se apresenta como o principal resultado da pesquisa. Diferentemente das pranchas de representação das plantas baixas, que contabilizam uma para cada edifício, ou uma para cada pavimento no caso dos edifícios com mais de um pavimento, as Cartas reduzem em quantidade, totalizando dezessete Cartas, devido a ter se considerado suficiente que se apresentasse uma só Carta em caso do conjunto ser categorizado como homogêneo (categorização apresentada na Figura 2).

---

<sup>17</sup> Mahfuz, 2004 *apud* Meneghel, 2023, p. 57.

<sup>18</sup> Meneghel, 2023, p. 57.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 55.



Em cada Carta, são apresentados: i) texto verbal-analítico sobre o edifício ou conjunto, elaborado a partir da análise dos quatro subsistemas tipológicos supracitados (estético-formal, programático-funcional, material-técnico e edifício-sítio) e tomando principalmente Feitosa<sup>24</sup> como referência para elaboração do texto, uma vez que também analisa os mesmos edifícios com atenção em seu trabalho, caracterizando-os; ii) planta(s) baixa(s) associada(s) a legenda identificando os espaços, com indicação também do norte no projeto; iii) duas fotografias do edifício ou conjunto preferencialmente retiradas do acervo de Coleções Especiais, priorizando apresentar uma foto de fachada e uma vista aérea, se possível; e iv) pequeno mapa de localização do edifício/conjunto em relação aos edifícios próximos, retirados do mapa da Figura 2. Abaixo, na Figura 4, é apresentado um exemplo de Carta.

**Figura 4 – Exemplo de Carta.**



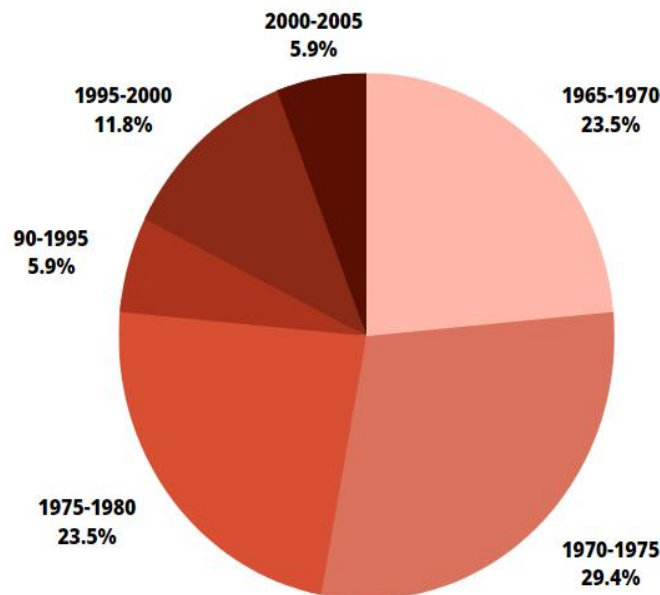
Fonte: Barroca, 2023.

Durante a confecção das Cartas, foi possível revisar informações tais como o período de construção dos edifícios estudados, por meio da datação contida na categorização das fotografias do acervo de Coleções Especiais e nas placas de inauguração dos edifícios, em alguns casos. Essa informação é apresentada nas Figuras 6 e 7, aos quais foram

<sup>24</sup> Feitosa, 2018.










acrescidas imagens fotográficas dos edifícios e a autoria dos projetos. A Figura 5, antes, demonstra o processo de construção do Campus de Goiabeiras por meio da indicação de percentual edificado por período histórico. Claramente, explicita a importância das décadas de 1970 e 1980 como momento de consolidação no referente à implantação efetiva da área. É importante frisar que, apesar de ser possível fazer associações e leituras a partir da articulação dos dados obtidos na consulta à Biblioteca e à Prefeitura Universitária, há uma grande dificuldade para a elaboração das narrativas representacionais, histórico-estrutural e morfotipológica, decorrente da dispersão de informações, em vista da ausência de dados preciosos e precisos, sendo um exemplo importante o déficit na identificação da autoria de alguns dos projetos.

**Figura 5** – Períodos aproximados de construção dos edifícios e conjuntos estudados.











Fonte: Barroca, 2023.

**Figura 6** – Edifícios categorizados segundo período de construção.

Período (aproximado) de construção: 1965-1970		Período (aproximado) de construção: 1970-1975			
Edifício/ Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto	Edifício/ Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto	Edifício/ Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto
Catetinho (Autoria do projeto: Maria do Carmo Schwab)		Conjunto IC (Autoria do projeto: G. T.P.F.)		CT V (Autoria do projeto: Alfredo Silva)	
Pavilhão Woelffel Fraga (Autoria do projeto: Christian Woelffel Fraga)		Conjunto CCJE (Autoria do projeto: Desconhecida)		CT I e II (Autoria do projeto: Desconhecida)	
Centro de Artes (Autoria do projeto: Marcelo Vivacqua)		CT IV (Autoria do projeto: Alfredo Silva)			
Centro de Educação Física (Autoria do projeto: Marcelo Vivacqua)					

Fonte: Barroca, 2023.

**Figura 7 – Edifícios categorizados segundo período de construção.**

Período (aproximado) de construção: 2000-2005		Período (aproximado) de construção: 1990-2000		Período (aproximado) de construção: 1975-1980	
Edifício/Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto	Edifício/Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto	Edifício/Conjunto	Foto do Edifício/Conjunto
Nexem (Autoria do projeto: Augusto Alvarenga)		Ecologia e Oceanografia (Autoria do projeto: Desconhecida)		CT III (Autoria do projeto: Desconhecida)	
		Centro de Vivências (Autoria do projeto: Kléber Frizzera)		Biblioteca Central (Autoria do projeto: José Galbinsky)	
		Teatro Universitário (Autoria do projeto: Kléber Frizzera)		Restaurante Universitário (Autoria do projeto: Castro & Esteves - Arquitetos)	
				Reitoria (Autoria do projeto: Escritório Técnico da UFRGS)	

Fonte: Barroca, 202

Apresenta-se também como resultado a proposição, a partir da observação das qualidades e problemáticas dos edifícios durante a investigação, de endereços projetuais<sup>25</sup> apresentados no quadro abaixo (Figura 8), associados aos níveis de criticidade avaliados. Definiu-se como parâmetro para a avaliação do nível de criticidade dos edifícios a viabilidade da leitura da edificação atualmente em comparação com o projeto original, levando em consideração as descaracterizações sofridas por estes ao longo das décadas.

**Figura 8** – Endereços projetuais propostos.

<b>ENDEREÇOS PROJETUAIS</b>			
A) medida para endereço predominante de CONSERVAÇÃO, referenciável aos valores para salvar, à permanência histórica, edificação de particular valor para aqueles que têm níveis discretos de integridade.	B) medida para endereço predominante de VALORIZAÇÃO, atribuível à categoria anteriormente citada, mas com maior grau de fragilidade e também de compromissos que exigem a ativação de ações voltadas à sua salvaguarda e contemporaneamente à valorização de potencial não expresso.	C) medida para endereço predominante de REQUALIFICAÇÃO, referível às edificações comprometidas e degradadas, de assentamento em seu relacionamento geralmente negado frente ao contexto ambiental e construído.	D) medida para endereço predominante de TRANSFORMAÇÃO, referível às edificações das quais se observa profundas alterações dos ordenamentos históricos e severas deficiências qualitativas que requerem intervenções de requalificação e de reconstrução de novos arranjos arquitetônicos e urbanísticos.
<b>EDIFÍCIO</b>	<b>NÍVEL DE CRITICIDADE</b>	<b>VALORES</b>	<b>ENDEREÇOS PROJETUAIS</b>
CATETINHO	ALTO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO REQUALIFICAÇÃO
CÉLULA MODULAR UNIVERSITÁRIA - CEMUNI (S)	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO

<sup>25</sup> Paolinelli; Valentini, 2009.

CCJE	ALTO	MATERIAL E TÉCNICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	REQUALIFICAÇÃO TRANSFORMAÇÃO
PAVILHÃO WOELFFEL FRAGA	ALTO	ESTÉTICO PROGRAMÁTICO	REQUALIFICAÇÃO TRANSFORMAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (CEFD)	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO
CONJUNTO IC	REGULAR	PROGRAMÁTICO MATERIAL E TÉCNICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO REQUALIFICAÇÃO
CT I E CT II	REGULAR	PROGRAMÁTICO MATERIAL E TÉCNICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO REQUALIFICAÇÃO
CT III	ALTO	ESTÉTICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	REQUALIFICAÇÃO TRANSFORMAÇÃO
CT IV	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO
CT V	BAIXO	ESTÉTICO PROGRAMÁTICO MATERIAL E TÉCNICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO
BIBLIOTECA CENTRAL	ALTO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO REQUALIFICAÇÃO
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	REGULAR	PROGRAMÁTICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO REQUALIFICAÇÃO
REITORIA	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO
ECOLOGIA E OCEANOGRAFIA	BAIXO	MATERIAL E TÉCNICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	CONSERVAÇÃO VALORIZAÇÃO
CENTRO DE VIVÊNCIAS	BAIXO	PROGRAMÁTICO RELAÇÃO COM O SÍTIO	CONSERVAÇÃO
TEATRO UNIVERSITÁRIO	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO

NEXEM	BAIXO	ESTÉTICO MATERIAL E TÉCNICO PROGRAMÁTICO	CONSERVAÇÃO
-------	-------	---	-------------

Fonte: De Almeida; Barroca, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem teórica e metodológica da Escola Territorialista Italiana, em particular sua contribuição no entendimento do território como patrimônio, constituído pela co-evolução de assentamentos na natureza, permite discutir o Campus de Goiabeiras a partir de valores endereçáveis à sua permanência e persistência. O reconhecimento dos sedimentos arquitetônicos é etapa de um projeto em continuidade, e passível de ser incorporado no planejamento, interrompendo, se possível, uma ocupação em desrespeito aos mesmos.

Nesta perspectiva, a constituição de documentação por meio de Cartas patrimoniais, e a proposição de endereços projetuais para as edificações, isoladas ou em conjunto, é compreendida em duas dimensões: cognitiva e normativa. A primeira, é fundamento para a segunda dimensão, pois estabelece balizas, limites ou fronteiras ao diálogo com cenários futuros. Sabe-se da dinâmica transformadora necessária à continuidade da universidade enquanto lugar da reflexão e da prática. No século XXI, a demanda por respostas aos desafios da sociedade se impõe. Conhecer o passado-presente, vincula-se a uma dimensão historiográfica, mas, também à dimensão do sensível do tempo e do espaço.

A produção de representações do patrimônio arquitetônico do Campus de Goiabeiras e a proposição de possibilidades de ação projetual constituem instrumentos para o enfrentamento do campo do ensino e da pesquisa, e, sobretudo, do campo da disputa de interesses na/da comunidade universitária.

Reforça-se a importância do trabalho de investigação acerca da camada construída do território estudado, uma vez que, não só as pesquisas conduzidas que objetivam conhecer e documentar a produção da arquitetura no Espírito Santo são consideravelmente recentes, como também há a grande dificuldade (supracitada) da dispersão de informações, que estabelecem empecilhos na reconstrução da narrativa do

período de planejamento da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e portanto, sugere-se a continuação de pesquisas dentro do tema do patrimônio universitário da Ufes, de modo a aprofundar a produção de conhecimento sobre o tema. Espera-se, na continuidade dos trabalhos de pesquisa, a ampliação e o aprofundamento das representações e interpretações produzidas, inclusive, voltadas ao reconhecimento de profissionais envolvidos no Projeto da Universidade, esclarecendo, entre outras coisas, a autoria do projeto de edifícios significativos.

## REFERÊNCIAS

Acervo de Coleções Especiais, Biblioteca Central, SIB-UFES.

ALMEIDA, R.H; NOSSA, D. F.; THOME, M. B. Representación en la Enseñanza del Patrimonio. Abordaje conceptual e metodológico aplicado en el Campus de Goiabeiras, de la Universidad Federal do Espírito Santo, Brasil. **Arquitecturas del Sur**. Concepción/Chile, n. 56, vol. 58, p.170-177, nov. 2019.

COLOMBO, Juliana Santos. **Plano Territorial-Paisagístico Como Instrumento de Valoração Patrimonial de Maruípe**. Projeto de Graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

FEITOSA, M.. **Patrimônio territorial-paisagístico na Universidade Federal do Espírito Santo: um estudo voltado à transformação**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

FREITAS, P. M. G.. **O desenho e o reconhecimento do objeto histórico: os princípios metodológicos do projeto de restauro arquitetônico**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MENEGHEL, J. P. **Arquitetura Moderna no Espírito Santo. Documentação e conservação da obra de Maria do Carmo Schwab**. 2018. Iniciação científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo.

MENEGHEL, Julia Pela. **Uma investigação sobre a linguagem projetual: repertório e processos de projeto na produção de Maria do Carmo Schwab**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAOLINELLI, G.; VALENTINI, A. Valorizzazione e riqualificazione dei paesaggi fluviale. In: MAGNAGHI, A; GIACOMOZZI, S. **Un fiume per il territorio**. Indirizzi progettuali del Valdarno empoiese. Firenze: Firenze University Press, 2009, pp. 201-215.

SERRA, G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo, Edusp : Mandarim, 2006.





## **PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES**

Reflexões profissionais e de pesquisa relacionadas ao mundo dos acervos universitários — presentes em arquivos, museus, centros de memória e em coleções didáticas, de laboratórios de pesquisa e de iniciativas de extensão, entre outras — constituíram o maior número de contribuições encaminhadas para este seminário. A maturidade do conjunto dos trabalhos reflete já um acúmulo de experiências e um aprofundamento em torno do tema, visível em função de articulações profissionais e de pesquisa como a da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.

Apesar do acúmulo e da maturidade, no entanto, uma série de problemas e desafios recorrentes no tratamento deste patrimônio persistem no cotidiano de trabalho das universidades em todo o país: dificuldades de inserção institucional, falta de reconhecimento por parte das instâncias burocráticas, fragmentação do trabalho com acervos e coleções, carência de recursos físicos e humanos especializados na curadoria destes acervos, entre outros. Além disso, questões de ordem teórica e metodológica associadas às especificidades desses acervos emergem quando da realização de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão em torno deles: de questões éticas no trato de acervos ligados a temáticas sensíveis ou de procedência sensível à discussão das especificidades de catalogação, armazenamento, acondicionamento, conservação, digitalização e extroversão dessas peças num contexto universitário distinto de arquivos ou museus tradicionais.

Os trabalhos aqui reunidos abarcam várias dessas questões, reiterando e apontando para a necessidade de valorização dos profissionais envolvidos na curadoria destes acervos — profissionais e pesquisadores que conciliam os processos de produção e compartilhamento de conhecimento que são próprios do mundo universitário com os trabalhos próprios dos fluxos de salvaguarda e difusão destes acervos. Apontam-se conexões simbólicas, materiais e históricas entre estes acervos e as instituições nas quais eles estão salvaguardados, bem como com seus sujeitos: evidencia-se a especificidade patrimonial dos acervos presentes em contexto universitário e as relações dialógicas entre pesquisa e gestão que eles propiciam.





## **PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES**

### **SESSÃO 1 - Memória institucional**

4 de setembro de 2024 // 09H às 12H

*Mediação: José Hermes Martins Pereira (Arquivo Geral - USP)*



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### CEMENF ON-LINE:

*uso da plataforma “Atom” como solução para a descrição, gestão e difusão de acervos arquivísticos institucionais e pessoais do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG*

#### CEMENF ON-LINE:

*use of the “Atom” platform as a solution for the description, management and dissemination of institutional and personal archival of the Memory Center of the School of Nursing of UFMG*

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da<sup>1</sup>  
REINHARDT, Helena Rodrigues<sup>2</sup>  
SANTOS, Fernanda Batista Oliveira<sup>3</sup>

#### RESUMO

O Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG é um espaço de documentação e pesquisa sobre a memória e a história dessa unidade acadêmica e também sobre a memória e a história da saúde, da enfermagem e da nutrição em geral. Seu acervo documental possui registros referentes à fundação e à trajetória da Instituição, reunindo importantes informações sobre a implantação do ensino e da prática de enfermagem em Minas Gerais. Com o suporte da Rede de Museus da UFMG, a informação sobre seu acervo foi reestruturada e transposta de listagens sumárias para uma base de dados acessível via web, resultando na plataforma “CEMENF On-Line”. Utilizou-se, para tanto, o software livre Atom (Access to Memory). A digitalização do acervo também permitiu a inserção de mais de 3.000 objetos digitais à base de dados, tornando disponível um rico acervo iconográfico e textual, observando-se critérios de privacidade e confidencialidade

<sup>1</sup> Graduado, mestre e doutor em História pela UFMG. Assessor Educacional da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela UFMG, Bolsista de Iniciação Científica no âmbito do projeto “‘CEMENF On-Line’ e Acervo Roseni Sena: o uso da plataforma ‘Atom’ como solução para a descrição, gestão e difusão de acervos pessoais do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG”.

<sup>3</sup> Enfermeira, Mestre e Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da UFMG. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem Básica da Escola de Enfermagem da UFMG. Coordenadora do Centro de Memória da Escola da Enfermagem da UFMG.

exigidos pela legislação vigente. A partir do arquivo pessoal da Professora emérita Roseni Rosângela de Sena, doado por sua família e incorporado ao acervo em 2016, foi possível também avaliar a eficácia do software na organização de arquivos pessoais com base em um arranjo por funções desempenhadas. Ao ampliar o acesso à informação referente aos serviços historicamente prestados pela Escola de Enfermagem da UFMG à comunidade, a plataforma “CEMENF On-Line” constitui importante recurso de divulgação científica e de interação com o público em geral, potencializando as ações extensionistas do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG.

Palavras-chave: 1. Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG; 2. AtoM (Access to Memory); 3. Arquivos Pessoais.

### **ABSTRACT**

*The Memory Center of the UFMG School of Nursing is a space for documentation and research on the memory and history of this academic unit, as well as on the memory and history of health, nursing, and nutrition in general. Its documentary collection contains records relating to the foundation and trajectory of the institution, gathering important information on the implementation of nursing education and practice in Minas Gerais. With the support of the UFMG Museum Network, the information on its collection was restructured and transferred from summary lists to a database accessible via the web, resulting in the “CEMENF On-Line” platform. The free software Atom (Access to Memory) was used for this purpose. The digitization of the collection also allowed the insertion of more than 3,000 digital objects into the database, making available a rich iconographic and textual collection, observing the privacy and confidentiality criteria required by current legislation. Using the personal archive of Professor Emeritus Roseni Rosângela de Sena, donated by her family and incorporated into the collection in 2016, it was also possible to evaluate the effectiveness of the software in organizing personal files based on an arrangement by functions performed. By expanding access to information regarding the services historically provided by the UFMG School of Nursing to the community, the “CEMENF On-Line” platform constitutes an important resource for scientific dissemination and interaction with the general public, enhancing the extension activities of the Memory Center of the UFMG School of Nursing.*

**Keywords:** 1. Memory Center of the UFMG School of Nursing; AtoM (Access to Memory); 3. Personal Archives.

## **INTRODUÇÃO**

Desde sua criação, em 2006, o Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG (CEMENF) tem desempenhado um papel fundamental na documentação e pesquisa da história da Escola de Enfermagem da UFMG e da trajetória da profissão em Minas Gerais. Integrado à Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, o CEMENF atua como entidade fomentadora da produção acadêmica nos campos da história da saúde, da enfermagem e da nutrição. Por meio de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, cumpre sua missão de coletar e preservar registros da memória institucional, se afirma como espaço de reflexão e produção de conhecimento histórico e contribui para o desenvolvimento científico e cultural no campo da saúde, ao promover trocas de conhecimento que enriquecem tanto o ambiente acadêmico como a comunidade em geral. O acervo do CEMENF é composto por uma vasta coleção de documentos escritos, relatos orais, fotografias, equipamentos e instrumentos. São itens que documentam a fundação, a trajetória da instituição e as diretrizes que nortearam o ensino e a prática da enfermagem ao longo dos anos. Por meio de sua exposição permanente e do serviço de atendimento ao consulente, o CEMENF promove o acesso público aos objetos e documentos que constituem seu acervo.

Desde sua fundação, o CEMENF busca modernizar seus processos e ampliar o alcance de suas ações. O objetivo deste texto é relatar a experiência e os resultados obtidos pelo CEMENF no processo de arranjo, descrição, digitalização, gestão e difusão de seu acervo arquivístico referente às atividades institucionais da Escola de Enfermagem da UFMG, e também no processo de pesquisa e definição de protocolos para o tratamento dos arquivos pessoais sob sua custódia, a partir da incorporação de conjunto documental produzido e acumulado pela Professora Roseni Roseni Rosângela de Sena no exercício de funções relacionadas a seu exercício profissional na instituição.

## **MARCO TEÓRICO**

Para Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, os Centros de Memória se caracterizam por reunir, num único espaço, acervos de grande heterogeneidade (muitas vezes de natureza arquivística, bibliográfica e museológica), que apesar de se distinguirem quanto às formas de tratamento e “graus de densidade informacional”, materializam uma missão em comum: a de coletá-los, preservá-los e transmiti-los tanto por sua importância como patrimônio cultural como pelo caráter estratégico da informação neles contida. Ao servirem de “fonte para respaldar um sem-número de

atividades”, os acervos dos Centros de Memória adquirem funcionalidades únicas, dando-lhes um caráter de “novidade institucional” que os diferencia de Arquivos, Museus e Bibliotecas. As autoras destacam como a necessidade comum de compartilhamento de estrutura física e de pessoal, assim como a disseminação dos recursos digitais, tendem a dissolver as barreiras da disponibilização de informações provenientes dessas três tipologias de acervo, acentuando a necessidade de racionalização do uso de recursos limitados, ainda que se mantenha a independência entre equipes e as especificidades de métodos.<sup>4</sup>

Tais desafios enfrentados pelos Centros de Memória também se apresentam, nas instituições ligadas às universidades, quando se trata de lidar com arquivos pessoais doados por professores e pesquisadores, que também possuem eles próprios itens heterogêneos a demandar tratamentos informacionais específicos. Independentemente da tipologia desses itens, é importante reconhecer que os acervos arquivísticos pessoais são sempre constituídos por documentos produzidos ou acumulados em decorrência das atividades profissionais e/ou pessoais de seus titulares ao longo da vida, de acordo com lógica e metodologia próprias. Sua organização e disposição continuam representando seus produtores mesmo quando tais atividades são interrompidas ou encerradas. Os arquivos pessoais resultam da necessidade de manutenção de registros probatórios e do próprio exercício de determinadas funções. Entretanto, sua preservação se justifica também, comumente, pelo valor histórico-cultural e toda potencialidade analítica contidos nas intencionalidades de seus titulares, a serem identificadas a partir de inquirições realizadas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que buscam colocar em xeque a suposta “neutralidade” de quaisquer fontes documentais.

Mesmo sendo verdade que o material conservado em acervos pessoais contém uma certa arbitrariedade e que estar em contato com o arquivo de um indivíduo não significa necessariamente um contato com sua memória integral, também é verdadeiro que os arquivos pessoais “falam” sobre os indivíduos e para além destes. A inquirição dos acervos pessoais (que dá ensejo a sua transformação em fonte de pesquisa histórica) depende, de forma inescapável, da correta identificação dos contextos de produção de seus documentos, considerados a partir das funções a que remetem. Nesse sentido, como destaca Ana Maria de Almeida Camargo, o respeito à organicidade das relações que se

---

<sup>4</sup> Ana Maria de Almeida Camargo; Silvana Goulart. Centros de memória: uma proposta de definição, 2015, p.56.

constituem entre os documentos de um arquivo em seu período de acumulação é essencial. Ela lembra que

Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário.<sup>5</sup>

Dessa maneira, nos trabalhos de arranjo e descrição de arquivos pessoais é preciso manter uma correspondência estreita com as atividades do produtor, fortalecendo e estabilizando o valor probatório que surge dessa relação única. Para assegurar uma base sólida às diversas interpretações que a leitura desses documentos pode gerar ao longo do tempo, Camargo argumenta que os arquivos pessoais devem ser tratados como um conjunto indissociável, preservando a organização original do acervo e as relações formadas entre os documentos do arquivo em sua fase primária, sem a imposição de uma lógica organizacional arquivística externa e artificial. Trata-se, aqui, de um importante aspecto da aplicação do conceito de “princípio de respeito aos fundos” no processo de gestão e descrição de arquivos pessoais, segundo o qual a documentação de uma pessoa ou instituição deve ser mantida coesa e distinta de outros documentos, respeitando sua singularidade orgânica que reflete as atividades e critérios da entidade acumuladora.<sup>6</sup>

É por meio do processo de descrição que se permite o acesso e consulta a arquivos pessoais, sendo uma etapa essencial para garantir que seu papel científico e social seja cumprido. Esse processo não pode ocorrer dissociado do processo de classificação e idealmente também segue o princípio de respeito aos fundos, tendo como fase inicial a compreensão e análise do contexto em que foi produzido e um estudo realizado sobre o titular desse arquivo e as funções que desempenhou ao longo de sua carreira. Assim, a descrição arquivística é construída e executada de maneira funcional e efetiva, garantindo uma compreensão ampla do conteúdo do acervo e possibilitando tanto o conhecimento quanto a localização precisa dos documentos que o compõem.

Tendo seu corpo descrito, com as relações hierárquicas entre os documentos classificadas devidamente, as localizações inseridas e funções estabelecidas, o arquivo pessoal se encontra preparado para consulta e análise. Logo, passa definitivamente a atender

---

<sup>5</sup> Ana Maria de Almeida Camargo, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2009, p.28.

<sup>6</sup> Cf. Luciana Duranti, *Estudos Históricos*, 1994, p.8.



enquanto fonte para pesquisas, podendo servir à sociedade com informações e contribuições valiosas contidas em seus documentos e em seu arranjo, sobre os mais diversos tópicos.

No entanto, para que os arquivos pessoais possam cumprir esse papel informativo e histórico, o acesso aos mesmos precisa ser democratizado e universalizado. Tendo em vista as demandas da atualidade, a arquivologia concentra esforços para possibilitar a disponibilização de acervos por meio da Internet, o que permite uma significativa ampliação do número de usuários. Para Michel Melot<sup>7</sup>, no contexto digital, o que define um documento não é sua forma ou conteúdo, mas seu uso, e seu valor para a memória social é determinado pela sua circunstância e temporalidade. A disponibilização de arquivos pessoais na Internet amplia possibilidades de consulta e análise, maximizando seu uso e contribuição científica, histórica e social.

## **MÉTODO E RESULTADOS**

O arranjo e a descrição do acervo arquivístico do CEMENF foram desenvolvidos sob a coordenação da Professora Rita de Cássia Marques (coordenadora do espaço entre 2008 e 2022) e eram, inicialmente, disponibilizados aos pesquisadores por meio de listagens sumárias. Mas com o suporte da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, a informação sobre o acervo foi reestruturada em tabelas e transposta, em seguida, para uma base de dados acessível via web, resultando na plataforma “CEMENF On-Line”.

Utilizou-se, para tanto, o software livre Atom (Access to Memory), ferramenta gratuita e de código aberto que permite a documentação, gestão e difusão de acervos arquivísticos. A digitalização de uma porcentagem significativa do acervo, realizada pela servidora técnico-administrativa Maria Júlia Inês Ramos, também permitiu a inserção de mais de 3.000 objetos digitais à base de dados, tornando disponível a pesquisadores e ao público em geral um rico acervo iconográfico e textual (este último contendo a funcionalidade de busca por “OCR” - Reconhecimento Ótico de Caracteres), observando-se critérios de privacidade e confidencialidade exigidos pela legislação vigente.

---

<sup>7</sup> Michel Melot apud Vera Dodebei, Revista de Ciência da Informação, 2011.

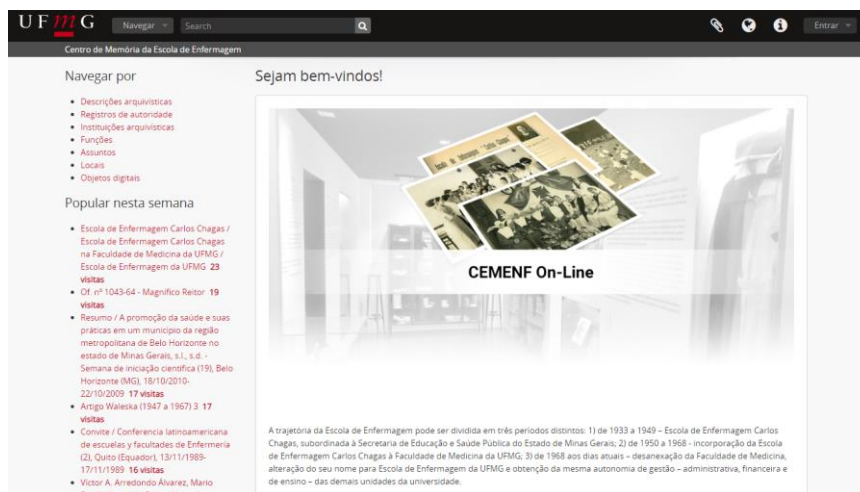


Figura 1 - Cemenf On-Line, plataforma disponível em <http://www.ufmg.br/rededemuseus/cemenf>

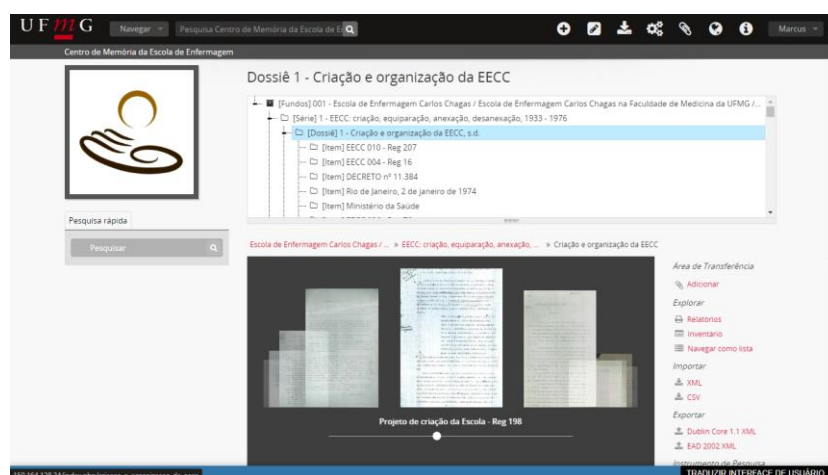


Figura 2 - Cemenf On-Line, plataforma disponível em <http://www.ufmg.br/rededemuseus/cemenf>

A plataforma “CEMENF On-Line” permite a usuários de qualquer parte do mundo que pesquisem o acervo arquivístico do CEMENF, constituído por documentos produzidos e/ou acumulados pela Escola de Enfermagem da UFMG<sup>8</sup>, acervos pessoais de colaboradores e coleções especiais (fotografias, recursos audiovisuais, etc.). Ao ampliar o acesso à informação referente aos serviços historicamente prestados pela Escola de

<sup>8</sup> A trajetória da Escola de Enfermagem pode ser dividida em três períodos distintos: 1) de 1933 a 1949 – Escola de Enfermagem Carlos Chagas, subordinada à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; 2) de 1950 a 1968 – incorporação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas à Faculdade de Medicina da UFMG; 3) de 1968 aos dias atuais – desanexação da Faculdade de Medicina, alteração do seu nome para Escola de Enfermagem da UFMG e obtenção da mesma autonomia de gestão – administrativa, financeira e de ensino – das demais unidades da universidade.

Enfermagem da UFMG à comunidade, constitui importante recurso de divulgação científica e de interação com o público em geral, potencializando as ações extensionistas do CEMENF.

Simultaneamente à implementação de acervos institucionais na plataforma Atom, foi realizado no CEMENF um projeto de pesquisa que resultou no arranjo e descrição do acervo pessoal da Professora Roseni Rosângela de Sena<sup>9</sup>, entendido como projeto-piloto para a definição de protocolos para futuros trabalhos de arranjo e descrição de acervos pessoais a serem realizados pela equipe do espaço. Esse projeto, orientado pelo Professor José Francisco Guelfi Campos e conduzido pela bolsista de iniciação científica Isabela Rocha Leão Magalhães, envolveu a organização daquele conjunto documental (incorporado em 2016), composto por “certificados, declarações, relatórios, projetos de pesquisa, artigos, comunicações científicas, livros de sua autoria, medalhas, placas de homenagem, entre outros documentos”<sup>10</sup>. A pesquisa e a descrição dos dados biográficos de Roseni Sena resultaram na criação de uma ficha de descrição detalhada, identificando 60 tipos de função e 1.615 contextos de produção/acumulação, totalizando a descrição de 3.137 documentos.

Embora o "AtoM" seja uma ferramenta amplamente adotada para a descrição e gestão de arquivos, apresentou inicialmente algumas dúvidas significativas quanto ao seu uso no contexto dos arquivos pessoais, principalmente no que se refere à possibilidade do sistema realizar associações simultâneas de conjuntos documentais ou documentos a múltiplas funções e contextos de produção e/ou acumulação existentes no arranjo proposto. Por isso, optou-se inicialmente por utilizar planilha eletrônica para a descrição documental, efetuada de acordo com o método contextual adotado por José Francisco Guelfi Campos.

---

<sup>9</sup> Roseni Rosângela de Sena, nascida em 5 de março de 1951 em Belo Horizonte e falecida em 26 de setembro de 2016, foi uma figura de grande relevância na área da enfermagem e da saúde pública. Formada em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1977, com mestrado em Epidemiologia (1989) e doutorado em Enfermagem (1996) pela Universidade de São Paulo, Roseni dedicou sua carreira à docência, pesquisa e gestão na Escola de Enfermagem da UFMG. Sua atuação incluiu a coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Prática de Enfermagem (NUPEPE) e a direção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (2015). Reconhecida internacionalmente, Roseni também ocupou a Diretoria de Inclusão e Cidadania do Centro de Arte Contemporânea Inhotim (2009-2014) e foi laureada com diversos prêmios e honrarias. A doação de seu acervo pessoal foi uma iniciativa da família e de colegas que reconheceram a importância de preservar e tornar acessível o trabalho de Roseni, tanto para pesquisas futuras quanto para a valorização de seu legado acadêmico.

<sup>10</sup> Isabela Rocha Leão Magalhães; José Francisco Guelfi Campos, *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, 2018, p.4.

Em pesquisa posterior à conclusão dos trabalhos de descrição documental, foi possível verificar a funcionalidade da transposição, para a plataforma “Atom”, dos dados referentes ao Acervo Roseni Sena arrolados em planilha eletrônica por Magalhães e Campos, utilizando para tanto a associação entre funções exercidas pela professora (tabela ISDF - Norma Internacional para a Descrição de Funções), contextos de produção/acumulação (vocabulário controlado de assuntos) e descrições documentais (tabela ISAD - Norma Internacional de Descrição Arquivística), recursos disponíveis no sistema. Atualmente, os resultados do trabalho encontram-se disponíveis para consulta pública na “Plataforma Cemenf On-Line”, a partir da página do Registro de Autoridade de Roseni Rosângela de Sena<sup>11</sup> e também a partir de *link* disponibilizado na área de apresentação hierárquica do arranjo.<sup>12</sup> A digitalização do acervo de Roseni Sena, por sua vez, encontra-se em fase inicial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A plataforma “Cemenf On-Line”, baseada no software livre AtoM – contendo documentos arquivísticos naturalmente produzidos e acumulados pela Escola de Enfermagem da UFMG no exercício de suas funções, coleções de diferentes assuntos e tipologias constituídas por “livre escolha”, bem como um grande número de acervos pessoais – é um bom exemplo das potencialidades associadas ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas de descrição, gestão e difusão dos acervos dos Centros de Memória. A definição de protocolos a partir do arranjo contextual do acervo pertencente à Professora Roseni Sena e de sua inserção no sistema computadorizado utilizado pelo CEMENF possibilitará, por sua vez, o aprimoramento do serviço prestado a pesquisadores e demais interessados em conhecer as trajetórias pessoais e institucionais responsáveis pela memória e pela História da Enfermagem e da área da Saúde em Minas Gerais.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

---

<sup>11</sup> Cf. <<http://150.164.128.24/index.php/roseni-rosangela-de-sena>>. Acesso em 23 ago. 2024.

<sup>12</sup> Cf. <<http://150.164.128.24/index.php/pesquisa-por-funcoes>>. Acesso em 23 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos. Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2023.

ATOM. Disponível em: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Objetos em arquivos**: algumas reflexões sobre gêneros documentais. In: Gabriel Moore Forell Bevilacqua; Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli (Orgs.). I SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS. 1 ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, v. 1, p. 157-166

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CONSELHO Internacional de Arquivos. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf). Acesso em 3 abr. 2023.

CONSELHO Internacional de Arquivos. **ISDF: Norma internacional para descrição de funções**. Dresden (Alemanha): CIA, 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20141011114417/http://www.ica.org/download.php?id=1664>. Acesso em 3 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf)> Acesso em: 07 fev. 2016.

DODEBEL, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **Revista de Ciência da Informação**, v.12, n.2, abr. 2011.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

MAGALHÃES, Isabela Rocha Leão Magalhães, CAMPOS, José Francisco Guelfi. Organização e descrição do arquivo de Roseni de Sena. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. O Uso do Software-Livre “Atom” na gestão e na difusão de acervos: um projeto-piloto do Centro de Referência da Música de Minas - Museu Clube da Esquina para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos às Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa da UFMG, que tornaram possível a execução dos trabalhos aqui relatados por meio do Edital de Bolsas de Iniciação Científica para pesquisas realizadas nas iniciativas de memória e de comunicação pública da ciência integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

**MANTER, DERRUBAR OU RESSIGNIFICAR:  
um debate sobre o Monumento da Integração da Universidade Federal  
de Viçosa.**

***MAINTAIN, TEAR DOWN OR REDEFINE:  
a debate on the Integration Monument of the Federal University of  
Viçosa.***

Raquel dos Santos Sousa Lima<sup>1</sup>  
Elilson Pedro Marquez Covre<sup>2</sup>  
Marcella Fonseca Cassiano<sup>3</sup>

#### RESUMO

Em 1976, no cinquentenário da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, o ex-presidente do Brasil, Emílio Médici, inaugurou uma placa no já existente “Monumento da Integração”. A placa homenageia o Fundo Previdenciário do Trabalhador Rural e os ex-presidentes do período ditatorial brasileiro (1964-1985), Emílio Médici e Ernesto Geisel. Visando estimular as discussões sobre memória e patrimônio cultural entre estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni/UFV), foi desenvolvida uma atividade de educação patrimonial, conduzida por licenciandos de História da UFV e pela docente do Coluni. Trata-se de debates feitos pelos estudantes secundaristas que, divididos em grupos, discutiram o que fazer com o monumento: manter, derrubar ou ressignificar. O objetivo principal era introduzi-los nas discussões sobre as derrubadas, ressignificações e manutenção de monumentos históricos. Inicialmente, houve a apresentação do monumento e a contextualização das relações entre História e Memória. Depois, ocorreram os debates propriamente ditos. Este trabalho de educação patrimonial, voltado para a história local, permitiu que os alunos fossem sensibilizados para os sentidos históricos dos

<sup>1</sup> Professora titular de História no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa. Docente do Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania da UFV. Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). [rslima@ufv.br](mailto:rslima@ufv.br)

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa. [elilson.covre@ufv.br](mailto:elilson.covre@ufv.br)

<sup>3</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa. [marcella.cassiano@ufv.br](mailto:marcella.cassiano@ufv.br)

monumentos, tema raramente abordado nos livros didáticos, estimulando o pensamento crítico e a contestação de uma narrativa até hoje preservada pela instituição.

**Palavras-chave:** Monumento da Integração UFV. Educação Patrimonial. Ensino de História.

### ***ABSTRACT***

*In 1976, during the 50th anniversary of the Federal University of Viçosa (UFV) in Minas Gerais, Brazilian President General Emílio Médici inaugurated the “Integration Monument” at that institution. Composed of overlapping marble blocks, it pays homage Rural Workers’ Pension Fund and former presidents of the Brazilian dictatorship (1964-1985), Emílio Médici and Ernesto Geisel. Aiming to stimulate discussions about memory and cultural heritage among high school students at the UFV Application College, an activity was developed, led by UFV History undergraduates and the CAp-Coluni professor. These were debates held by high school students who, divided into groups, discussed what to do with the monument: keep it, tear it down, or give it a new meaning. The main objective was to introduce them to discussions about the controversies surrounding the tearing down, resignification, and maintenance of historical monuments. Initially, the monument was presented and the relationships between History and Memory were contextualized. Then, the debates themselves took place. This heritage education work, focused on local history, allowed students to be made aware of the historical meanings of monuments, a topic rarely addressed in textbooks, stimulating critical thinking and challenging a narrative that has been preserved by the institution to this day.*

**Keywords:** *UFV Integration Monument. Heritage education. History teaching.*



## INTRODUÇÃO

Em 1976, no cinquentenário da Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizada em Viçosa, na Zona da Mata Mineira, o ex-presidente do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici, inaugurou uma placa, em sua homenagem e a Ernesto Geisel, no “Monumento da Integração”, situado na entrada do campus. Construído em 1971, no contexto das celebrações dos cem anos de emancipação do município, ele é formado por blocos sobrepostos de mármore, e comporta algumas homenagens. Entre elas, uma inscrição de 1971, que “testemunha a amizade entre a UFV e a cidade”, e uma placa de metal de 1976, que expressa a “gratidão do homem do campo” a esses dois presidentes do regime militar, pela criação do Fundo Previdenciário do Trabalhador Rural ( FUNRURAL).

Embora muitos estudantes passem cotidianamente diante daquele local, que também é utilizado como área de lazer pelos moradores da cidade, poucas pessoas conhecem a história do Monumento da Integração.

Visando resgatar a historicidade e os significados desse monumento e estimular as discussões sobre memória e patrimônio cultural entre estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) da UFV, foi desenvolvida uma atividade de educação patrimonial, que é relatada no presente texto. Conduzida por dois licenciandos do Curso de História da UFV e pela professora de História do Colégio, o trabalho mobilizou os cento e sessenta alunos da primeira série, que debateram, divididos em grupos, se o monumento, por homenagear ex-ditadores, deveria ser mantido, derrubado ou ressignificado. Além de sensibilizar os discentes sobre as polêmicas envolvendo ações desmonumentalizadoras e contramemoriais<sup>4</sup>, o projeto permitiu tratar sobre patrimônio e história local, temas raramente abordados nos livros didáticos.

## O MONUMENTO DA INTEGRAÇÃO: MEMÓRIA INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

---

<sup>4</sup> A respeito destas discussões, dois textos nos inspiraram mais diretamente: ALVES GOMES, Lilian; LANES, Patrícia. Pedras no caminho do esquecimento: monumentos, ações desmonumentalizadoras e contramemoriais no espaço público, *Entropia*, 8(15), 207–237, 2024; e LINCOPI, Claudio Alvarado; VÁSQUEZ, Ivette Quezada. (2021), *Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización. Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, v. 11, n. 1. 2021.

O período da ditadura militar significou maior vigilância para as universidades brasileiras, tanto para o corpo docente quanto para os estudantes que faziam parte dessas instituições. O constante patrulhamento ganhou ainda mais força com o estabelecimento da Lei nº 5.540/1968, que oficializou a Reforma Universitária de 1968<sup>5</sup>. O estabelecimento desse processo, poucos dias antes da implementação do Ato Institucional nº5 (AI-5), teve papel fundamental na consolidação do controle das universidades.

Em 1969, um ano após o estabelecimento da Reforma, em Viçosa, a então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) <sup>6</sup> passou pelo processo de federalização, tendo sua administração transferida do poder executivo estadual para o federal. Com a Reforma Universitária, a instituição passou a se alinhar cada vez mais à ditadura civil-militar-empresarial, cumprindo ordens e prestando continência para o governo militar<sup>7</sup>. Inserido nesse contexto, está o objeto focal de nosso trabalho, o Monumento da Integração (figura 1), que até os dias atuais carrega uma homenagem pública a Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Médici, considerados presidentes da “linha dura” daquele período.

Figura 1: Fotografia atual do monumento, próximo à entrada principal da UFV.

---

<sup>5</sup> A Reforma Universitária de 1968 foi responsável por padronizar os catálogos curriculares e o controle sobre as universidades brasileiras, sobretudo naquelas que passaram a ser geridas pelo poder executivo federal. Para além de objetivar uma uniformização do pensamento, o trato das universidades a partir da esfera federal, permitiu a centralização do controle educacional nas mãos dos militares que estavam no poder durante a ditadura civil-militar-empresarial do país. Para mais, Cf. MEDINA, Camila Andrade. **A reforma universitária na Universidade Federal de Viçosa (1968-1978)**: elementos para a manutenção da ordem. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

<sup>6</sup> As origens da UFV remontam à Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), inaugurada em 1926 por seu idealizador, o então presidente da república, Arthur Bernardes. No ano de 1948, foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 20/09/2024.

<sup>7</sup> A UFV, entre outras instituições, teria se “beneficiado” desse alinhamento com o regime militar na década de 1970. Sabioni e Coelho de Alvarenga afirmam que entre 1967 e 1974 “registrou-se notável expansão e consolidação da estrutura físico-administrativa da Universidade”. SABIONI, Gustavo S. e COELHO DE ALVARENGA, Sônia (orgs.). **UFV: oito décadas em fotos**. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p.10.



Fonte: arquivo pessoal.

Ele é composto por blocos de mármore, nos quais é possível identificar uma inscrição celebrando a integração com o município de Viçosa em seu centenário (figura 2); e duas placas de metal, uma das quais com a homenagem ao FUNRURAL e aos ex-ditadores, no contexto dos cinquenta anos da universidade (figuras 3 e 4).

Figura 2: “Marco da Integração”.



Fonte: arquivo pessoal.

No que se refere à placa inaugurada por Médici em 1976 (figura 3), ela carrega a seguinte epígrafe:

Ao FUNRURAL, na pessoa de seu ilustre criador, ex-presidente Emílio Garrastazu Médici e na de seu consolidador, eminente presidente Ernesto Geisel. Esta homenagem de gratidão e reconhecimento do homem do campo que se estende,

também, a todos que contribuíram de qualquer forma para a implantação da previdência e assistência social rural no Brasil. Viçosa, 15-07-1976 (figura 4).

Figura 3: Emílio Garrastazu Médici inaugurando as placas do Monumento da Integração em 1976.



Fonte: Atom UFV.

Figura 4: Placa de homenagem aos ditadores fixada no monumento.



Fonte: Atom UFV.

O Fundo Previdenciário do Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado durante o governo ditatorial, em 1971, com o intuito de substituir o então Estatuto do Trabalhador Rural, sendo produto ideológico para o controle dos trabalhadores. De acordo com Vera

Ferrante, ele pode ser considerado “um item a mais da política racional mantida pelo governo para disfarçar o não cumprimento das obrigações trabalhistas”, além de “mostrar *serviços*, apresentados em cifras e números de convênios mantidos com hospitais”<sup>8</sup>.

A inauguração da placa no Monumento da Integração por Médici (Figura 3), em julho de 1976, e o título de Doutor Honoris Causa<sup>9</sup> concedido pela UFV a Ernesto Geisel em agosto daquele mesmo ano evidenciam o alinhamento da universidade com os governos militares. Ao contrário de instituições como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que recentemente revogaram as condecorações honoríficas distribuídas a ditadores ou participantes do governo militar, a UFV o mantém até os dias atuais.

Tendo em vista o contexto de criação do monumento e das homenagens que ele carrega, suscitamos alguns questionamentos a respeito da pertinência de sua manutenção. Por que a homenagem ao FUNRURAL está localizada junto ao Monumento da Integração, em território universitário, e não em outro lugar do município de Viçosa? Qual a relevância de ainda se manter tal homenagem exposta para todos e próxima à entrada da Universidade? Não seria cabível que a instituição já tivesse revisto seu posicionamento ou ao menos ter promovido discussões a respeito dessas condecorações?

Afinal, a história do tempo presente tem sido marcada por lutas “pela transformação da cultura memorial das cidades”, nas quais “formas pretensamente eternizantes de lembrar torturadores, colonizadores e escravocratas estão sendo abaladas pela ação de agentes sociais que desejam outras presenças nos espaços urbanos”<sup>10</sup>, como afirmam as antropólogas Alves Gomes e Lânes.

O tema das desmonumentalizações tem ganhado força nos últimos anos, particularmente após a derrubada da estátua de Edward Colston, inglês acusado de comercializar escravizados no final do século XVII. A imagem de Colston sendo amarrado e puxado por pessoas ganhou visibilidade mundial em 2020, no contexto das reações ao assassinato do norte-americano George Floyd, morto por policiais. Este fato impulsionou a retirada de outros monumentos mundo afora, mas é preciso salientar que o movimento de

<sup>8</sup> Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. **O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade.** 1976, p. 198.

<sup>9</sup> Secretaria de Órgãos Colegiados. Títulos Honoríficos. s/d. Disponível em: <https://soc.ufv.br/titulos-honorificos/>. Acesso em 20/09/2024.

<sup>10</sup> ALVES GOMES, Lilian; LANES, Patrícia. Pedras no caminho do esquecimento: monumentos, ações desmonumentalizadoras e contramemoriais no espaço público. **Entropia**, 8(15), 207–237, p. 209. 2024.

contestação e demolição de estátuas e marcos celebrativos é algo mais antigo, que deve ser pensado como parte de um processo mais amplo, de descolonização e contramemória.

Lincopi e Vásquez, no artigo “Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización”, tomam o caso de um dos principais monumentos do Chile, a estátua do general Baquedano e seu cavalo, que foi removido com guindaste em 2021, como ponto de partida para refletir sobre como os processos desmonumentalizadores se contrapõem a uma “intenção homogeneizante da história da pátria”. Nesse sentido, eles seriam “exercícios para descolonizar e deselitizar”. Refletindo sobre esses processos, lançam as seguintes indagações: “o que incomoda no herói monumentalizado? É acaso o fim de uma forma de conceber a nação? Este ato bloqueia ou abre o diálogo com a história? Que horizontes são construídos a partir do fato desmonumentalizador?”<sup>11</sup>

Inspirados pelas questões colocadas por Lincopi e Vásquez, e partindo do entendimento de que o Monumento da Integração da UFV enaltece dois generais, homens brancos, que presidiram o Brasil no contexto ditatorial marcado pela exaltação à pátria, decidimos fazer um trabalho que aproximasse os estudantes das discussões sobre monumentos e patrimônios, a partir da história local.

Não obstante a importância da educação patrimonial “para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade”<sup>12</sup>, verifica-se que as escolas nem sempre trabalham o tema dos patrimônios culturais, da memória e dos usos políticos do passado. Em uma consulta a dez livros didáticos de autores diferentes para seu trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em História, Marcella Cassiano identificou que em apenas um a questão patrimonial era abordada. Este é um dado importante, posto que, como afirma a autora, os livros didáticos “são considerados os principais recursos pedagógicos utilizados em sala de aula”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> LINCOPI, Claudio Alvarado; VÁSQUEZ, Ivette Quezada. (2021), Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización. **Corpus**. Archivos virtuales de la alteridad americana, v. 11, n. 1. 2021, p. 1. (Tradução Chat GPT).

<sup>12</sup> TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. **7o Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”** - Campinas – 06 de fevereiro a 16 de abril de 2023 - ONHB-Unicamp, 2023, p. 47.

<sup>13</sup>CASSIANO, Marcella Fonseca. Educação patrimonial no ensino de História: práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva local no CAP COLUNI – UFV. **Trabalho de conclusão de Licenciatura, Curso de História**. Universidade Federal de Viçosa, 2024, p. 10.

A experiência de estimular e colocar os estudantes da primeira série do ensino médio para discutirem o Monumento da Integração é algo que não apenas buscou suprir essa lacuna verificada nos livros escolares, mas que priorizou o reconhecimento e a valorização da história local e da vida cotidiana dos estudantes. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido com os alunos contemplou um dos pontos essenciais salientados por bell hooks para o desenvolvimento do pensamento crítico: “todo processo educativo deve partir da realidade de cada uma das pessoas envolvidas, reconhecendo em suas vidas, no seu conhecimento e no agir, o ponto de partida e de chegada”<sup>14</sup>.

## METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A primeira parte do trabalho consistiu em aulas dialógicas ministradas em diferentes dias e de forma separada para cada uma das quatro turmas da primeira série do ensino médio. Cada turma tem quarenta estudantes, contabilizando um total de cento e sessenta na série. O objetivo das aulas era tratar da importância dos patrimônios culturais brasileiros, da memória e das manifestações direcionadas aos monumentos históricos. Nos valemos de reportagens que abordavam as intervenções acontecidas nas estátuas de Edward Colston (já citada), em 2020, e na de Borba Gato, em São Paulo, em 2021.

Como recursos didáticos, foram utilizados *slides* apresentando tópicos teóricos e conteúdos audiovisuais que salientavam as diferenças entre História e Memória<sup>15</sup>. Para tratar das disputas narrativas e da (in)visibilidade dos sujeitos históricos, ouvimos e discutimos o samba-enredo da Mangueira, “História para ninar gente grande”, de 2019. Já para explorar a temática da memória e sua importância para a constituição da história dos grupos sociais, e o lugar dos patrimônios culturais nessa interlocução, exibimos trechos do documentário “Memórias Rompidas” (2017) e do filme “Narradores de Javé” (2003). Ministramos ainda uma aula geral sobre o surgimento das primeiras preocupações com a definição, preservação e

---

<sup>14</sup> hooks bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020. p.14.

<sup>15</sup> As referências trabalhadas em sala de aula foram, principalmente, LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2003; e NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Trad. de Uara A Khoury. In: **Revista Projeto História**, São Paulo (10) dez, 1993, p. 7-28.

reconhecimento do que seria o patrimônio cultural, material e imaterial<sup>16</sup>. Depois, demos início às discussões sobre o Monumento da Integração da UFV. Como já dito, elas foram motivadas, entre outros, pelos fatos de Médici e Geisel terem sido homenageados em uma das placas, e pelo de o monumento ser um elemento que compõe a paisagem universitária. A proposta pretendeu problematizar a homenagem, levantar a historicidade do monumento, entender partes da história da universidade e estimular atividades de pesquisa com documentos históricos.

Os debates ocorrem ao longo de três dias de aula, sendo supervisionados e orientados pela professora regente e pelos dois estagiários. No primeiro dia, para cumprirem as tarefas de pesquisa e fundamentação dos argumentos, os estudantes foram sorteados aleatoriamente e direcionados a formarem as equipes, cada qual defendendo uma abordagem: Manutenção, Derrubada ou Ressignificação do Monumento. Cada grupo recebeu uma folha impressa na qual constavam documentos e dados históricos a respeito do monumento. Esse material continha a reprodução da foto de Médici descerrando a placa, em 1976, além de uma questão sobre o tema do patrimônio, retirada da Olimpíada Nacional em História do Brasil, de 2023.

Essas diferentes estratégias possibilitaram a sistematização dos debates, que buscaram valorizar o trabalho em conjunto, dar protagonismo à criatividade de cada estudante e fomentar o pensamento crítico. Cada equipe teve como tarefas preparar uma argumentação de até cinco minutos para a defesa de seu ponto, elaborar uma pergunta para cada um dos outros grupos, e se preparar para responder às questões colocadas.

No segundo dia, foram realizados novos sorteios para delimitar a ordem de apresentação dos grupos e organizar a sequência das perguntas. O processo foi arquitetado da seguinte forma: 1) tempo para apresentação das defesas; 2) fase das perguntas, seguidas pelas réplicas e trélicas. Este arranjo permitiu que houvesse uma interação entre todas as equipes, que se valeram de diferentes recursos para a sustentação de suas propostas. Elas destacaram a importância da memória atrelada ao monumento universitário e exploraram, com ênfase, os contextos históricos envolvidos na narrativa em discussão. Através das trocas estabelecidas e

---

<sup>16</sup> É importante salientar que o tema do patrimônio e das desmonumentalizações já era problematizado pela docente em suas aulas de História. O formato da atividade aqui descrita, porém, foi novo, e só possível por ter sido feito em parceria com os licenciandos, já que demandou diferentes intervenções. Conferir LIMA, Raquel dos Santos Sousa. Os usos da história e a relação passado-presente: um relato sobre experiências exitosas e os desafios como docente de história nas turmas da primeira série do CAP-Coluni. In: ASSIS, A. A.; MOTA, T. H.; VARGAS, P.; LANA, V. (Org.). **Ensinos de História em Minas Gerais: experiências, desafios, complexidades e resistências..** 1ed. Viçosa: Divisão Gráfica Universitária, 2022, p. 96-112.



dos argumentos construídos, foi possível observar o que os grupos pensavam sobre as outras propostas. Isso permitiu o cumprimento de um dos objetivos pretendidos com a atividade: inserir os discentes nas amplas discussões sobre as intervenções ocorridas em monumentos no tempo presente. Todos os debates foram gravados em áudio, com ciência e concordância dos estudantes.<sup>17</sup>

As discussões suscitaram inúmeras e interessantes questões que gostaríamos de tratar, mas que não cabem nos limites deste texto. Considerando que este artigo foi preparado para ser apresentado em um evento sobre patrimônio universitário, buscaremos, entre os argumentos elaborados pelos grupos, privilegiar aqueles que se referem à memória institucional e ao impacto da derrubada, manutenção ou ressignificação para a UFV.

## **MANTER**

Observou-se, entre os grupos que defenderam a manutenção do Monumento, que embora a maioria de seus membros concordassem pessoalmente com sua derrubada, enquanto equipe foram obrigados a se posicionar favoravelmente à proposta de preservá-lo da forma como se encontra atualmente. Mesmo reconhecendo que o monumento não agradava a todas as pessoas por celebrar uma história que não era “boa” de ser lembrada, eles defenderam a manutenção, tendo como justificativa principal a ideia de preservação da história.

[...] derrubar [...] impede que talvez a história possa ser lembrada diariamente. [...] *Nessa ressignificação ela pode acabar... ela pode acabar trazendo um anacronismo histórico.* [...] Será que ressignificar é o caminho? Ou será que o fato das pessoas não saberem o que aconteceu ali remete exatamente a talvez problemas na educação brasileira? Talvez a gente deveria trabalhar mais esses temas na escola?<sup>18</sup>

Não faz sentido a gente querer tirar só os monumentos ruins, porque todos eles vão compor o que naquela época significava alguma coisa para quem colocou, igual ao monumento aqui da UFV. Geisel foi ruim, a ditadura foi muito ruim, a gente sabe disso, mas as universidades, especialmente a UFV e a Unicamp, receberam uma verba gigantesca e professores muito capacitados, então contribuíram para o desenvolvimento da universidade. Esse monumento, por mais que represente alguém que não foi bom, o que não foi bom para o país, [...] *para universidade ele tem um significado particular.*<sup>19</sup>

Preocupados tanto com o possível “apagamento da história” que poderia ocorrer com uma eventual derrubada do monumento, quanto com o “anacronismo histórico” que poderia advir se houvesse uma ressignificação ou intervenção no monumento, os grupos que defenderam sua manutenção se ancoraram em perspectivas de valorização da história.

<sup>17</sup> Mesmo com a concordância dos estudantes, optamos por preservar suas identidades e a de suas turmas no presente texto. Assim, as transcrições das gravações dos debates serão referenciadas como “COLUNI, 2023”.

<sup>18</sup> COLUNI, 2023.

<sup>19</sup> Idem.

História aqui concebida em termos da própria instituição, que na visão dos alunos teria se desenvolvido bastante com a ditadura, mas ainda pensada em seu sentido mais amplo, como disciplina que deveria “trabalhar mais esses temas na escola”.

Uma equipe que defendia a manutenção do monumento fez uma importante contextualização histórica sobre o FUNRURAL:

A placa em homenagem ao FUNRURAL foi oferecida por representantes de sindicatos ruralistas de mais de trinta cidades do estado mineiro, e foi criado durante o governo Médici, o FUNRURAL. Então, a gente levar o monumento só pelo lado do Médici ou do Geisel, é algo muito errado, porque ele homenageia também mais de trinta sindicalistas do movimento e a gente sabe que os sindicatos são coisas muito importantes para mostrar que eles têm diversos direitos e diversas manifestações. *Então, você apagar, derrubar o monumento, seria você oprimir também essa classe que já é oprimida diariamente.*<sup>20</sup>

A fala acima é interessante na medida em que adverte que a homenagem presente em uma das placas não era apenas direcionada aos ditadores, mas que atestava o reconhecimento de mais de trinta sindicatos rurais da região. Percebe-se que o grupo, ao fazer referência à opressão da classe trabalhadora rural, defende o direito à memória como algo que deva ser garantido aos movimentos sociais que durante muito tempo foram silenciados nas narrativas históricas oficiais<sup>21</sup>.

Nesse sentido, foi gratificante constatar que os discentes do ensino médio conseguiram identificar e argumentar sobre o caráter político intrínseco às discussões patrimoniais. Vejamos:

Quem está no poder também vai definir se o monumento vai ser derrubado ou não. Então tem que tomar um cuidado muito grande com a derrubada, porque do mesmo modo que a luta para derrubar figuras, essas figuras históricas com histórias que talvez a gente considere intolerantes, *um dia os intolerantes podem estar no poder. E aí quando os intolerantes tiverem o poder, será que eles vão fazer?* Eles vão derrubar as estátuas de quem hoje a gente considera importante?<sup>22</sup>

A destruição pode ter um impacto imediato positivo, mas como vocês conseguiriam fazer essa mensagem de agora contra a ditadura chegar nas gerações futuras, daqui vinte, trinta anos? Alguém aqui saberia?<sup>23</sup>

Observamos que as equipes que defenderam a manutenção do monumento o compreenderam como materialidade de uma época que, embora ruim para o país, fez parte de um processo histórico que poderia ser mais facilmente apagado para as futuras gerações, caso

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> LEMOS, Andréa; CID, G. . Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas. In: Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.). **Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede**. 1ed. Vitória: Multontes, 2022, v. 1, p. 307-324.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

fosse derrubado. Há uma aposta de que sua manutenção possa garantir que novos estudantes tenham acesso à história daquele período repressor, e a defesa de que grupos excluídos socialmente devam ter suas memórias representadas. Nesse sentido, os grupos que sustentaram manter o monumento sinalizaram uma preocupação não só com as questões do tempo presente, mas do futuro, tanto em termos educacionais, quanto políticos, quando os intolerantes poderão “estar no poder” e não concordar com aquilo que hoje consideramos intolerável.

## **DERRUBAR**

Embora os estudantes tenham, como um todo, se engajado bastante na elaboração e exposição dos argumentos de seus respectivos grupos, tentando convencer os demais, verificamos que, entre eles, destacaram-se os que pediam a derrubada do Monumento. Parecia ser mais fácil defender a demolição daquele padrão comemorativo, por sua relação com a ditadura civil-militar.

O nosso passado é um passado que não devemos nos orgulhar. *Esta cicatriz não pode ser exposta na frente de uma universidade. Não podemos expor a maior cicatriz que temos na sociedade, na porta de entrada do futuro.* É uma enorme sátira ter um monumento de um homem que foi um grande repressor do movimento estudantil, incluindo na UFV, em que as vozes dos estudantes, as vozes dos professores foram silenciadas para dar as vozes aos militares.<sup>24</sup>

As frases em negrito, acima, foram pronunciadas por um estudante que deu a elas uma entonação diferente, bastante enfática, que evidencia o envolvimento do grupo com a discussão. Ao qualificar o monumento como uma irônica “cicatriz” da história ufeviana, o aluno revela sua percepção sobre a memória sensível que ele carrega. O entendimento institucional, no entanto, tem sido outro, já que a UFV mantém o monumento. Em 2024, quando se completaram 60 anos da implementação do regime autoritário, houve uma intervenção promovida por estudantes do Curso de História da UFV, que colocaram faixas e cartazes no monumento, os quais foram retiradas pela instituição “instantes após os estudantes deixarem o local”<sup>25</sup>. Nesse sentido, parece que a política institucional atual corrobora a interlocução que houve entre UFV e regime militar no passado, na qual, “de um lado, o governo oferecia subsídios para pesquisas, colaborava com a existência de convênios

---

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> Jornal Folha da Mata. 2 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.folhadamata.com.br/estudantes-da-ufv-protestam-contra-homenagens-a-membros-da-ditadura-militar>. Acesso em 21/09/2024.

internacionais [...] Em contrapartida, os cientistas da universidade aceitavam o modelo de desenvolvimento proposto pelos militares”<sup>26</sup>.

Felizmente a compreensão dos estudantes secundaristas que debateram sobre a derrubada do monumento é bem crítica em relação às práticas autoritárias, como vemos nas falas abaixo:

A placa deve ser removida de uma forma democrática, por meio de uma explicação, *por meio de uma educação*. Então, *diferente do que acontecia na ditadura militar, que só removia a força, a história*, digamos assim, nós não pretendemos remover a história, *nós pretendemos educar a população*, explicar porque aquele monumento atinge de forma ofensiva a população.<sup>27</sup>

Muitos dirão que é uma forma de apagar a história, porém não há uma forma de apagar a história. *É uma reconstrução da história a partir de um novo ponto de vista. É você estar efetivamente construindo a história*. Eu espero que daqui a alguns anos, no nosso livro didático, a gente tenha a oportunidade de ter lá, bem estampado, com um título bem grandioso, o que significou essa retirada e por que ela tinha que ser feita. [...] E a gente fazer isso hoje é a gente retirar aquela estátua e recolocar uma nova estátua de pessoas que lutaram para que hoje a gente tivesse direito à democracia.[...] *A retirada seria a reconstrução histórica que, por fim, demonstraria que nós somos capazes de lutar, mesmo que tardiamente.*<sup>28</sup>

As propostas de reconstruir a história “a partir de um novo ponto de vista”, com a derrubada do monumento, dizem respeito a um ato onde a ação receberia mais importância do que o monumento em si. A dita “reconstrução histórica” não se daria pela colocada de um novo monumento, mas ocorreria a partir do momento mesmo de sua de derrubada.

A existência do Monumento, na entrada da UFV, em geral foi vista como uma afronta pela maior parte dos grupos que defenderam a derrubada. A homenagem aos ex-presidentes do regime civil-militar foi vista como “cicatriz” ou símbolo de um período histórico opressor que ceifou vidas e reprimiu vozes de docentes e discentes em uma instituição de ensino superior. Assim, a derrubada foi entendida como “reparação histórica a pessoas que perderam familiares”<sup>29</sup>, e como expressão de liberdade, na medida em que a demolição física representaria também a destruição simbólica da celebração dos ditadores. Portanto, retirar esta homenagem da “porta de entrada do futuro” promoveria, aos olhos dos estudantes, um certo grau de reparação da UFV em relação a seu passado complacente para com o regime autoritário.

<sup>26</sup> SILVA, Gustavo Bianchi. Relações da Universidade Federal de Viçosa com o regime militar brasileiro. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, pp. 145-177, Set.-Dez., 2019, p. 174.

<sup>27</sup> COLUNI, 2023.

<sup>28</sup> *Idem.*

<sup>29</sup> *Idem.*

## RESSIGNIFICAR

O problema de derrubar o monumento é que a gente vai apagando o passado como se nada nunca tivesse acontecido. *Com a resignificação, além de não causar dano, a gente está expondo duas visões.* Uma, que é a placa resignificando o que aconteceu e o monumento mostrando praticamente os dois lados da história.<sup>30</sup>

[...] nosso grupo entende que o fato dessa placa estar lá falando que o ditador inaugurou e também homenageando um outro ditador que veio antes dele, simboliza o papel do Estado na época da ditadura perante a universidade. Então a gente gostaria de resignificar isso dando mais foco aos 50 anos, que seria o foco principal do monumento do que ao fato dele ter sido inaugurado por esse ditador. [...] *Poderia ser feita colocando, por exemplo, pingos de sangue na placa do Médici* e explicando a história e o significado dele ter inaugurado esse monumento e porque isso ficou marcado no monumento, que era para representar os 50 anos.<sup>31</sup>

A resignificação<sup>32</sup>, entendida como intervenção no monumento, foi vista pelos alunos como medida interessante por permitir tanto contemplar a memória do contexto histórico da ditadura e das comemorações do cinquentenário da UFV, quanto o registro da memória do tempo presente, via colocação de “placas da vergonha” ou “pingos de sangue”. Nesse sentido, resignificar seria uma forma de manter o monumento e adicionar a ele elementos simbólicos, como uma tinta vermelha, numa analogia às vidas perdidas no período ditatorial, sinalizando que no tempo presente não cabe mais a coroação de personagens históricos violentos.<sup>33</sup>

Os grupos consideraram que derrubar o monumento ou mesmo retirar a placa não seria uma boa atitude, já que o ato de remoção seria como se igualar aos opressores, “porque eles escondiam as coisas ruins do passado, e o objetivo não é esconder aquilo”.<sup>34</sup> Assim, as propostas de resignificação passaram por medidas que visavam a conscientização educacional a respeito do monumento, respeitando seus significados, mas também problematizando-os.

Considerando que o monumento fica em um espaço que também é utilizado como área de lazer, a resignificação, realizada a partir de transformações físicas ou outras formas de interferência no monumento, foi vista como uma oportunidade de educação pública pelos estudantes que as defendiam. Manter o monumento no lugar, atrelando-o a novos significados

<sup>30</sup> *Idem.*

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> Nos embasamos no conceito de “saturar” utilizado por LINCOP e VÁSQUEZ, no sentido de fazer uma intervenção, estética, por exemplo, e o adaptamos, no presente artigo, como “ressignificação”. LINCOP, Claudio Alvarado; VÁSQUEZ, Ivette Quezada. (2021), *Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización*. Corpus. **Archivos virtuales de la alteridad americana**, v. 11, n. 1. 2021, p.

<sup>33</sup> GOMES, L. A.; LANES, P. Pedras no caminho do esquecimento: monumentos, ações desmonumentalizadoras e contramemoriais no espaço público. **Entropia**, 8(15), 2024. 207–237.

<sup>34</sup> COLUNI, 2023.

por meio de intervenções constantes e/ou permanentes, permitiria que mais pessoas voltassem o olhar para os sentidos do monumento e compreendessem, a partir das alterações, os pontos polêmicos e negativos de sua existência até o presente momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como organizadores e interlocutores da discussão feita pelos estudantes, temos ciência de que o Monumento da Integração não é uma homenagem explícita à ditadura, e que comporta várias camadas de significados, de contextos diferentes. Contudo, a placa comemorativa colocada na obra é um importante vestígio para conhecermos as estreitas relações estabelecidas entre a Universidade, os governos ditatoriais e a própria cidade de Viçosa. As perguntas dirigidas ao monumento e o trabalho realizado com os documentos históricos permitiram que os estudantes visualizassem a história local como parte de um conteúdo que sempre é ministrado em sala de aula (ditadura), mas que nem sempre é relacionado às suas vivências.

Podemos concluir que houve um envolvimento coletivo e que as discussões não apenas possibilitaram a ampliação dos conhecimentos sobre o assunto, como também chamaram a atenção dos estudantes para os patrimônios sensíveis. Nesse exercício de reflexão feito por eles apareceram comparações com outros contextos históricos, como a derrubada do Muro de Berlim e a existência do Memorial e Museu de Auschwitz-Birkenau. Foram feitas referências ainda à “Queda da Bastilha”, como na seguinte passagem: “Por que os outros grupos consideram que a história seria apagada? [...] Assim como os antigos revolucionários franceses fizeram revolução, a derrubada do monumento é reescrever a história, reescrevendo a luta de revolucionários, revolucionar uma mudança”.

Constata-se que a História, pensada em termos de sua construção como campo acadêmico, foi problematizada nos argumentos usados por diferentes grupos, e é evidenciado em expressões como “ressignificar seria um anacronismo”, “manter privilegia a narrativa dos ditadores” e “derrubar seria apagar a história”. História compreendida não como passado, mas em sua relação com o presente e ainda com o futuro pois, como indagou um estudante: “e o monumento dos 100 anos da UFV, como será?”.

As percepções que os estudantes tinham sobre o monumento e as questões relacionadas à manutenção, derrubada e resignificação se alteraram ao longo das discussões. Um aluno comentou que havia começado “a estudar sobre o negócio”, referindo-se aos processos de patrimonialização e aos atos de desmonumentalizações. Ao final dos debates, os

estudantes foram informados pela professora e pelos licenciandos que não existia um único caminho a ser seguido (manter, derrubar ou ressignificar) no que se refere ao Monumento, em função da complexidade que ele e o tema das desmonumentalizações suscitam. Isso foi necessário para apaziguar o clima de competição e/ou julgamentos que se estabeleceu entre os grupos em determinados momentos.

Acreditamos que a atividade pedagógica tenha cumprido os objetivos de aproximar os estudantes de um elemento cultural da realidade local, de chamar a atenção para os conflitos de memória e o de destacar a importância do passado para a problematização de questões do tempo presente. À guisa de conclusão, cabe registrar que a prática pedagógica aqui relatada, por ter sido construída e executada no âmbito do estágio supervisionado de dois licenciandos do Curso de História da UFV, pode ser entendida como uma luz a estimular estes futuros professores a refletirem sobre a importância da educação patrimonial desde sua formação inicial como docentes.

## REFERÊNCIAS

ALVES GOMES, Lilian; LANES, Patrícia. Pedras no caminho do esquecimento: monumentos, ações desmonumentalizadoras e contramemoriais no espaço público. **Entropia**, 8(15), 207–237. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos. Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2023.

ATOM UFV. Ex-presidente Médici descerrando placa. Figura. Disponível em <<http://atom.ufv.br/index.php/image-04-28>>. 2019a. Acesso em 20 de agosto de 2024.

ATOM UFV. Placa em homenagem ao Funrural. Figura. Disponível em <<http://atom.ufv.br/index.php/image-04-28>>. 2019b. Acesso em 20 de agosto de 2024.

CASSIANO, Marcella Fonseca. **Educação patrimonial no ensino de História: práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva local no CAP COLUNI – UFV**. Trabalho de conclusão de Licenciatura, Curso de História. Universidade Federal de Viçosa, 2024.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. **Perspectivas**, vol. I, n.º 1. 1976.

hooks bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa. Os usos da história e a relação passado-presente: um relato

sobre experiências exitosas e os desafios como docente de história nas turmas da primeira série do CAP-Coluni. In: ASSIS, A. A.; MOTA, T. H.; VARGAS, P.; LANA, V. (Org.). **Ensinos de História em Minas Gerais: experiências, desafios, complexidades e resistências.** 1ed. Viçosa: Divisão Gráfica Universitária, 2022, p. 96-112.

LINCOPI, Claudio Alvarado; VÁSQUEZ, Ivette Quezada. (2021), Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización. **Corpus**. Archivos virtuales de la alteridad americana, v. 11, n. 1. 2021.

MEDINA, Camila Andrade. **A reforma universitária na Universidade Federal de Viçosa (1968-1978): elementos para a manutenção da ordem.** 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Trad. de Uara A Khoury. In: **Revista Projeto História**, São Paulo (10) dez, 1993, p. 7-28.

SABIONI, Gustavo S. e COELHO DE ALVARENGA, Sônia (orgs.). **UFV: oito décadas em fotos.** Viçosa: Ed. UFV, 2006.

SECRETARIA de Órgãos Colegiados. Títulos Honoríficos. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em <<https://soc.ufv.br/titulos-honorificos/>>. Acesso em 22 de agosto de 2024. s/d.

SILVA, Gustavo Bianchi. Relações da Universidade Federal de Viçosa com o regime militar brasileiro. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, pp. 145-177, Set.-Dez., 2019.

TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial na escola: concepções e diretrizes para uma atuação reflexiva, dialógica e crítica. **7o Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”** - Campinas – 06 de fevereiro a 16 de abril de 2023 - ONHB-Unicamp.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. **7o Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”** - Campinas – 06 de fevereiro a 16 de abril de 2023 - ONHB-Unicamp.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos estudantes das primeiras séries do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, do ano letivo de 2023, pela seriedade e engajamento com que participaram dos debates. À direção do CAP-Coluni, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e ao Departamento de História, por contribuírem financeiramente para nossa participação no III Seminário Nacional de Patrimônio Universitário.



**III seminário patrimônio cultural universitário**  
**Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá**

**Memória institucional:** o patrimônio documental da Universidade Federal do Pará preservado em suas fotografias

***Institutional memory: the documentary heritage of the Federal University of Pará preserved in its photographs***

Maria Elvira Rodrigues Coelho<sup>1</sup>  
Elisangela Silva da Costa<sup>2</sup>

**RESUMO**

O Jornal Beira do Rio é um periódico de divulgação científica da UFPA criado em 1985. A partir de 2000, este periódico passou a ter a captura de imagens feita por máquinas digitais, e o arquivo fotográfico impresso foi doado para o Museu da UFPA em 2016. Esse acervo foi doado para o Centro de Memória da Amazônia (CMA) da UFPA, contudo, até a presente data, ainda não foi disponibilizado para consulta nem *on-line*, nem presencial, devido ainda não possuir uma organização de acordo com padrões arquivísticos. O presente artigo propõe descrever uma das etapas do projeto de Organização do Acervo fotográfico do Jornal Beira do Rio da UFPA, que encontra-se em fase inicial. A pesquisa em tela se classifica como descritiva e exploratória e tem como fundamento a pesquisa-ação. O *corpus* da pesquisa é composto de 1.177 fotografias. O instrumento de pesquisa utilizado foram formulários impressos, cuja finalidade precípua é: identificar a ação, pessoas ou ambientes que figuram nas fotografias, bem como identificar o período cronológico em que a foto foi produzida. Após a coleta de dados, pôde-se identificar que 22,5% do *corpus* refere-se a documentos que versam sobre Eventos Acadêmicos; outro assunto muito verificado foi acerca de pesquisas científicas (18,8%), visto que elas foram produzidas para ilustrar as matérias do jornal de divulgação científica da UFPA; e, em menor quantidade, identificou-se fotografias que versam sobre: Assembleia Universitária (1,4%), Vestibular (1,2%), Reitores (0,8%) e Protestos contra a Ditadura Militar na UFPA (0,6%). Conclui-se que essa fase é de suma importância para orientar o delineamento de um instrumento de pesquisa que auxiliará uma busca mais eficiente das informações relativas à produção de conhecimento na UFPA.

**Palavras-chave:** Fotografias. Memória institucional. Jornal Beira do Rio (UFPA).

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Arquivista do Centro de Memória da Amazônia da UFPA, [elvira.coelho@ufpa.br](mailto:elvira.coelho@ufpa.br)

<sup>2</sup> Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Bibliotecária do Centro de Memória da Amazônia da UFPA, [lisa@ufpa.br](mailto:lisa@ufpa.br)

## **ABSTRACT**

*The Jornal Beira do Rio is a scientific publication of the Federal University of Para, created in 1985. Since 2000, this publication has been capturing images using digital cameras, and the printed photographic archive was donated to the UFPA Museum. In 2016, this collection was donated to the Amazon Memory Center of the Federal University of Para. However, to date, this collection has not yet been made available for consultation, either online or in person, because it is not yet organized according to archival standards. This article aims to describe one of the stages of the project to organize the photographic collection of the Jornal Beira do Rio of the Federal University of Para, which is in its initial phase. The research in question is classified as descriptive and exploratory and is based on action research. The corpus of the research is composed of 1,177 photographs. The research instrument used was printed forms, whose main purpose is to identify the action, people or environments that appear in the photographs, as well as to identify the chronological period in which the photo was produced. After collecting the data, it was possible to identify that 22.5% of the corpus refers to documents that deal with academic events; another very frequently verified subject was scientific research (18.8%), since they were produced to illustrate the articles of the UFPA scientific dissemination newspaper; and, in smaller quantities, photographs were identified that deal with: University Assembly (1.4%), Entrance Exam (1.2%), Rectors (0.8%) and Protests against the Military Dictatorship at UFPA (0.6%). It is concluded that this phase is of utmost importance to guide the design of a research instrument that will assist in a more efficient search for information related to the production of knowledge at UFPA.*

**Keywords:** *Photographs. Institutional memory. Beira do Rio Newspaper (UFPA).*

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Pará (UFPA) possui um vasto patrimônio fotográfico, que reflete: a história, a cultura, a educação e as pesquisas desenvolvidas ao longo dos seus 67 anos de existência. Neste contexto, a imagem fotográfica é amplamente usada em vários espaços sociais como forma de legitimar e garantir a veracidade de informações. O documento fotográfico, quando tratado nos parâmetros arquivísticos, torna-se uma importante fonte de pesquisa, principalmente quando se trata de acervos pessoais e institucionais de interesse público (Maia; Flor, 2018).

Neste sentido, esta pesquisa contextualiza as imagens fotográficas que integram o acervo iconográfico do Centro de Memória da Amazônia, o qual é oriundo do acervo da antiga Assessoria de Imprensa da Universidade Federal do Pará, composto pelas fotografias que subsidiaram as matérias do *Jornal Beira do Rio*, bem como por fotografias históricas sobre o cotidiano administrativo da UFPA.

Daí, surge a necessidade de preservar e difundir o patrimônio documental da UFPA, propondo descrever uma das etapas do projeto de extensão *Memória fotográfica da UFPA gerada pelo Jornal Beira do Rio na sua fase pré-digital*.

Visando o acesso à informação de forma segura, o objetivo geral desta pesquisa é mostrar o acesso do acervo fotográfico histórico do CMA, construindo um instrumento de pesquisa (catálogo digital *on-line*).

Essas imagens fotográficas descrevem a trajetória da UFPA desde a sua criação até os dias atuais, mostrando a evolução de seus prédios, a vida acadêmica, os eventos culturais, científicos e esportivos, além de registros de personalidades que passaram pela instituição. Neste viés, a fotografia tem um papel fundamental para a preservação da memória, registrando momentos significativos e contribuindo para a construção da identidade institucional. Por meio dessas imagens, é possível relembrar conquistas, desafios e transformações que marcaram a história da universidade pioneira do norte do Brasil.

### 1.1 Um breve histórico da UFPA

A Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, estruturada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério de Educação (MEC) por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), criada oficialmente pela lei nº 3.191, de 2 de

julho de 1957, cujo princípio primordial é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão (UFPA, 2023).

A UFPA é hoje uma das maiores e das mais importantes instituições de cunho educacional e científico do Trópico Úmido, abrigando uma comunidade com cerca de **55.355** membros, de acordo com o documento *UFPA em números 2023 (Ano Base 2022)*, produzido pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), distribuídos da seguinte forma: 50.374 discentes; 2.476 docentes; e 2.454 funcionários técnico-administrativos (UFPA, 2023).

Possui uma formação *Multicampi*, sendo a sede em Belém (PA)<sup>3</sup> e outros *campi* localizados 11 dos 144 municípios pertencentes ao Estado do Pará, a saber: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, além de 70 polos (UFPA, 2023).

Mapa 1 – Distribuição dos *campi* e dos polos da UFPA pelo Estado do Pará



Fonte: UFPA (2022, p. 10).

## 1.2 O Beira do Rio e seu acervo imagético

Em setembro de 1985, *O Jornal Beira do Rio* começou a ser editado pela Assessoria de Imprensa da UFPA / UFPA (figura 1), gerando um acervo volumoso de negativos e

<sup>3</sup> A partir de 19.12.2007, o campus Belém passou a ser chamado Cidade Universitária José da Silveira Netto, em homenagem ao ex-reitor, que congregou no bairro do Guamá a maior parte das unidades (a Faculdade de Medicina, o Núcleo de Medicina Tropical, o Museu da UFPA e a Escola de Aplicação ainda se localizam fora do Campus Guamá) pertencentes à UFPA que anteriormente estavam espalhadas pela cidade de Belém.

imagens fotográficas em papel e cópias positivas. Esse acervo contém informações em preto e branco referentes às reportagens realizadas frequentemente pela equipe técnica da Assessoria de Imprensa e publicadas no jornal, que versam sobre as atividades da Universidade.

Figura 1 – Primeira edição do Beira do Rio da UFPA-1985



Fonte: <https://www.beiradorio.ufpa.br/edicoes-digitalizadas>

*A priori*, os filmes revelados recebiam tratamento técnico em um laboratório fotoquímico localizado no terceiro andar do prédio da Reitoria. Concluída a edição do jornal, as cópias em papel eram arquivadas em caixas Kodak, etiquetadas e identificadas por tema, e os negativos eram enrolados em folhas de papel. Algumas cópias foram identificadas e, posteriormente, acondicionadas em porta-negativos numerados e pastas próprias.

Em 1990, as cópias em papel passaram a ser confeccionadas de maneira sistemática a partir dos negativos, para facilitar a seleção das imagens fotográficas.

Com a advento da fotografia digital, em 2000, encerrou-se o trabalho com as imagens fotográficas em película e papel (processo fotoquímico). Entretanto, esse acervo passou a fazer parte da memória fotográfica da UFPA (Pardini, 2024).

O acervo foi transferido para o Museu da UFPA em 2006, em que passou por um princípio de digitalização e catalogação. Nessa fase, as tarefas foram executadas por estagiários de

museologia de forma descontínua, não houve supervisão técnica, e nem a adoção de um padrão arquivístico de preservação e catalogação de fotografias.

Em 2018, o acervo foi transferido para o CMA, com o objetivo de que fosse salvaguardado em um ambiente institucional mais bem preparado para realizar o tratamento adequado deste tipo de documentação, do ponto de vista da arquivologia e

da historiografia, enquanto principal componente da “memória fotográfica da UFPA”. O acervo fotográfico do CMA constitui um manancial potencialmente inesgotável de fontes históricas primárias, ao mesmo tempo, essas imagens já foram, em parte, objeto de publicação no *Jornal Beira do Rio*. Esse vínculo orgânico com o jornal deverá ser explorado no tratamento da informação, mencionando-se todas as ocorrências de publicação ou veiculação da imagem. Essas imagens estão organizadas por acervo arquivístico e coleções, e dividem-se em: (1) Coleção Fotográfica Histórica da UFPA; e (2) Coleção fotográfica do *Jornal Beira do Rio*.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a evolução das máquinas fotográficas, a sua utilização foi se popularizando. Em 1914, Eastman Kodak fabricou o primeiro filme pancromático, generalizando o seu uso a partir de 1925. A magia que envolve a fotografia em capturar a imagem com um simples “clique” foi incorporada em vários campos de trabalho, tais como: na Imprensa, nas Pesquisas, nas Artes, nas Geociências, na Antropologia, na Perícia Científica e nas diversas áreas do conhecimento. Assim, podemos asseverar que essa tecnologia mantém forte influência nas variadas funções sociais e no cotidiano das pessoas por meio de retratos, de álbuns, de cartões postais, dentre outros (SOUZA; SOUZA, 2013; ALBUQUERQUE, 2008; SMIT, 1996;).

A incorporação e a aceitação da fotografia a elevou ao *status* de documento, passando a ser também estudada e compondo objeto de prova: da História, da Comunicação, da Administração, da Botânica etc. Ou seja, a fotografia tornou-se instrumento de associação entre a imagem e a narrativa escrita. Menezes (2003, p. 21) complementa que a fotografia:

[...] provocou o maior investimento em documentação, com a organização de bancos de dados, a maioria já informatizados (grandes coleções institucionais de iconografia urbana, álbuns de família, documentação de categorias sociais, eventos ou situações – como guerras, conflitos, migrações, fome, pobreza, etc.).

## 3 METODOLOGIA

A pesquisa em tela se classifica como descritiva e exploratória e tem como fundamento a pesquisa-ação. A pesquisa é do tipo descritiva, porque se propõe a discriminar os

dados catalográficos extraídos do acervo fotográfico do CMA. Ela também é exploratória, porque se propõe a estudar objetos para os quais se tem pouca ou nenhuma pesquisa a respeito, e, por fim, se caracteriza como uma pesquisa-ação porque os executores da pesquisa são servidores lotados na unidade acadêmica em que a documentação analisada está armazenada, e os resultados desta pesquisa irão contribuir para a organização efetiva desse acervo fotográfico.

O Jornal *Beira do Rio*, veículo de divulgação científica da UFPA, tem sido uma testemunha privilegiada da história da maior universidade pública da Amazônia. Criado em outubro de 1985, o *Beira do Rio* sempre teve como principal objetivo divulgar para a sociedade as pesquisas e os projetos desenvolvidos pela Instituição, reforçando, assim, o seu princípio fundamental: a integração entre: o ensino, a pesquisa e a extensão. O Jornal *Beira do Rio* durante o período de 1985 a 2007.

A análise documental foi eleita como técnica de pesquisa por ser uma abordagem fundamental para o tratamento de informações imagéticas, especialmente quando se lida com arquivos históricos, como é o caso do CMA. Ao estabelecer pontos de acesso e criar uma ficha descritiva específica, estamos facilitando a organização, a identificação e a recuperação das informações contidas nesse acervo.

O *corpus* é composto de mais de 4 mil cópias em papel; em torno de 400 filmes negativos, dos quais extraímos uma amostra de 1.177 fotografias. O instrumento de pesquisa adotado neste estudo foi uma ficha documental organizada a partir de dados da NOBRADE, cujos campos serão adotados futuramente na alimentação do software ICA-Atom. Essas fichas foram elaboradas levando em consideração a classificação e o ordenamento físico dos documentos através de um sistema ainda manual. No quadro 1, apresentamos essa descrição.

Quadro 1 - Representação da descrição arquivística

ITEM	ELEMENTOS NOBRADE	IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA
01	Nível de descrição	Fundo: ASCOM/UFPA Entidade custodiadora: Coleção; (1) Acervo Fotográfico Histórico da UFPA (2) Acervo fotográfico Jornal Beira Do Rio Item documental: registros fotográficos
02	Título	Nome; atribui-se um título ao registro fotográfico,

		refletindo de forma clara e concisa o conteúdo e a mensagem da imagem a partir do resumo e da escolha de seus descritores A análise do conteúdo visual. Essa análise pode envolver diferentes elementos.
03	Fotógrafo / autoria	Nome(s) do(s) produtor(es), referindo-se a quem produziu a fotografia, podendo ser um fotógrafo da própria instituição ou outros ligados a agências de notícias. Se possível, registrar o período de vida e de morte do fotógrafo para aproximar ao máximo o período em que foi gerada a imagem.
04	Local do registro	Local, estado, país em que foi realizada a fotografia
05	Data de produção	Data da fotografia. Podendo haver coincidência com a data de publicação, pois, em alguns casos, o registro fotográfico era produzido para matéria jornalística do mesmo dia
06	Data(s) de publicação	Data de publicação da fotografia no jornal. Podendo ser registrada na ficha mais de uma data, em função da sua reutilização em outros números do jornal
07	Dimensão e suporte	Tamanho da imagem medida em centímetros. Quanto ao suporte, sempre identificado por “papel” por se tratar do acervo impresso.
08	Cromia	Pigmentação das fotografias, sendo estabelecida como preto e branco (p&b) ou colorida.
09	Temática	O tema é atribuído com base em que as imagens foram utilizadas no jornal e como elas são solicitadas pelos usuários (internos e externos). Segue a seguinte classificação:(1) pessoa, (2) objeto (3) patrimônio arquitetônico e construções de prédios (4) eventos (congressos, seminários, comemorações), e (5) fatos históricos marcantes.
10	Resumo	Breve histórico da imagem retratada.
11	Descritores	Nome de pessoas, local, objeto ou patrimônio arquitetônico identificados na imagem. Incluir termos que identifiquem a motivação do registro, como datas comemorativas, festividade, eventos, entre outros.
12	Nota	Observações que não se enquadram nos campos descritivos anteriores. São informações adicionais que podem ser encontradas tipografadas, manuscritas ou corroboradas por funcionários da



		instituição (identificar o seu nome completo).
13	Estado de conservação	Como as fotografias se apresentam fisicamente. Estado de preservação, se são classificadas como boas, regulares ou ruins.
14	Localização	Espaço físico onde se encontram as fotografias no arquivo, especificando a estante e a prateleira em que estão localizadas.
15	Data de descrição	Data em que foi realizada a descrição do item documental (fotografia).
16	Nome do indexador	Nome da pessoa que realizou o procedimento de descrição da fotografia.

Fonte: Adaptado da Nobrade pelos autores desta pesquisa, 2024

#### 4 RESULTADOS

Após a coleta de dados, pôde-se identificar que 22,5% do *corpus* refere-se a documentos que versam sobre Eventos Acadêmicos; outro assunto muito verificado foi acerca de Pesquisas Científicas (18,8%), visto que elas foram produzidas para ilustrar as matérias do jornal de divulgação científica da UFPA; e, em menor quantidade, identificou-se fotografias que versam sobre: Assembleia Universitária (1,4%), Vestibular (1,2%), Reitores (0,8%) e Protestos contra a Ditadura Militar na UFPA (0,6%). Vejamos alguns exemplos desses assuntos extraídos do *corpus*, a seguir:

Figura 2 - O reitor José da Silveira Netto condecorando o presidente do Brasil Costa e Silva com o título de Doutor *Honoris Causa* -1968.



Fonte: Acervo CMA/UFPA.

Quadro 2 - Representação da descrição fotográfica da coleção fotográfica histórica da UFPA.

CAMPOS DE REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
Nível de descrição	UFPA Coleção fotográfica histórica da UFPA
Título	Outorga do título de <i>Doutor Honoris Causa</i> ao presidente da República Costa e Silva -1968
Fotógrafo / autoria	Desconhecido
Local do registro	Desconhecido
Data de produção	1968
Título do Jornal e data da publicação	JORNAL INFORMATIVO N.108, 1968 Revista O Cruzeiro. 21 set. 1968
Dimensão e suporte	Dimensão: 8x10 cm Suporte: papel
Cromia	P&b
Temática	O reitor José da Silveira Netto condecorando o presidente do Brasil Costa e Silva com o título de <i>Doutor Honoris Causa</i> – 13.08.1968

Figura 3 - Os três autores das primeiras dissertações do programa de mestrado da Geofísica defendidas em 1976.



Fonte: Jornal Beira Rio, n. 22, junho/1990

Quadro 3 - Representação da descrição fotográfica do acervo *Jornal Beira do Rio*

CAMPOS DE REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
Nível de descrição	ASCOM/UFPA Acervo fotográfico impresso
Título	Os autores das três primeiras dissertações do Programa de Mestrado em Geofísica defendidas em 1976
Fotógrafo / autoria	Patrick Pardini
Local do registro	Sala da Geociências UFPA
Data de produção	Maio/1990
Título do Jornal e data da publicação	Jornal Beira Rio. n.22, junho 1990
Dimensão e suporte	Dimensão: 8x10 cm Suporte: papel
Cromia	P&b
Temática	Fato histórico acadêmicos marcantes

Resumo	Marco histórico na Pós-Graduação. Geociências registra 100ª defesa de tese de Mestrado e consolida posição de um dos principais centros de produção científica da Amazônia Na foto, os discentes Sônia Guerreiros, Jorge Delgado Leão e João Batista Correia da Silva que concluíram as primeiras dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geociências da UFPA.
Descritores	História da Geociências- primeiras teses de Mestrado-evento acadêmico
Nota	A fotografia não existe nenhuma informação no verso. As informações foram retiradas no jornal beira Rio e outros informativos.
Estado de conservação	( ) Bom ( x ) Regular ( ) Ruim
Localização	1 estante; 1ª prateleira, caixa n. 4
Data de descrição	27.02.2023
Nome do indexador	Maria Elvira Rodrigues (arquivista da UFPA)

Figura 4 - Projeto de animação cultural - 1985



Fonte: Jornal Beira Rio, n.1 1985

Quadro 4 - Representação da descrição fotográfica do acervo Jornal Beira do Rio

CAMPOS DE REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
Nível de descrição	ASCOM/UFPA Acervo fotográfico impresso
Título	Música, atores e dançarinos: A arte ocupa seu espaço
Fotógrafo / autoria	Mariano Klautau Filho.
Local do registro	Hall da reitoria da UFPA-Belém/PA
Data de produção	Agosto de 1985
Título do Jornal e data publicação	Jornal Beira Rio, n. 22, setembro de 1985
Dimensão e suporte	Dimensão: 8x10 Suporte: papel
Cromia	P&b
Temática	Cultura e arte
Resumo	Projeto de animação cultural quer mostrar que as atividades artísticas são uma alternativa educacional

Descritores	Manifestação artística, espaço cultural, extensão universitária
Nota	Na fotografia não existe nenhuma informação no verso. As informações foram retiradas no <i>Jornal Beira do Rio</i> e outros informativos.
Estado de conservação	( ) Bom ( x ) Regular ( ) Ruim
Localização	1ª estante; 1ª prateleira caixa n. 1
Data de descrição	27.02.2023
Nome do indexador	Maria Elvira Rodrigues (arquivista da UFPA)

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Figura 5 - Pesquisa sobre o trabalho feminino em fábricas



Fonte: Jornal Beira Rio n. 20, março/1990

Quadro 5 - Representação da descrição fotográfica do acervo Jornal Beira do Rio

CAMPOS DE REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
Nível de descrição	ASCOM/UFPA Acervo fotográfico impresso
Título	Pesquisa sobre o trabalho feminino em fábricas
Fotógrafo / autoria	Patrick Pardini
Local do registro	Fábrica de sabonete Phebo- Belém-Pa
Data de produção	Fevereiro/1990
Título do Jornal e data da publicação	Jornal Beira Rio. n.20, mar. 1990
Dimensão e suporte	Dimensão: 8x10 Suporte: papel
Cromia	P&b
Temática	Atuação política da mulher paraense no movimento operário
Resumo	A foto representa as mulheres operárias trabalhando na fábrica de

	sabonete Phebo localizada na cidade de Belém/Pa.
Descritores	Mulheres operárias, trabalho, discriminação, preconceitos
Nota	A fotografia não existe nenhuma informação no verso. As informações foram retiradas no jornal beira Rio e outros informativos.
Estado de conservação	( ) Bom ( x ) Regular ( ) Ruim
Localização	1ª estante; 1ª prateleira caixa n. 3
Data de descrição	27/02/2023
Nome dos indexadores	Maria Elvira Rodrigues (Arquivista da UFPA)

Fonte: Pesquisadores do artigo (2024)

Um problema que estamos encontrando, reside no fato de que muitas das fotografias do acervo do CMA terem sido utilizadas em matérias do *Jornal Beira do Rio*, sendo assim muitas pessoas que aparecem nas fotografias não podem ser identificadas por nós. Para contornar essa adversidade, futuramente pretendemos fazer reuniões com ex-alunos e ex-servidores no intuito de que eles, quiçá, possam reconhecer quem são essas pessoas que aparecem nas fotos. Iremos também disponibilizar essas fotos no Facebook do CMA, solicitando que as pessoas que conheçam os retratados possam nos ajudar a identificá-los.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia é uma fonte de informação fascinante, pois abre uma janela para o passado, e também nos ajuda a registrar eventos da contemporaneidade. Ela é vitrine e objeto comprobatório ao mesmo tempo. As fotografias que compõem o acervo iconográfico do CMA não fogem a essa regra. No entanto, até o momento, essa coleção recebeu um tratamento local, e vem atendendo a um número restrito de usuários.

Daí, surgiu a necessidade de desenvolver um projeto para a organização arquivística dessas fotografias, visando o tratamento automatizado via ICA-Atom, uma vez que o processo de organização do acervo de fotografias se torna mais eficiente, possibilitando que pesquisadores e interessados acessem facilmente as informações desejadas. A descrição precisa e a catalogação minuciosa são essenciais para a preservação da memória histórica contida no arquivo.

Conclui-se que essa fase é de suma importância para orientar o delineamento de um instrumento de pesquisa que auxiliará uma busca mais eficiente das informações relativas à produção de conhecimento na UFPA.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Os caminhos do documento fotográfico e suas representações. Revista online do Grupo Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 364-383, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao05/2-caminhos.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. **IPEA Desafios do desenvolvimento**, v. 7, n. 56, 10/12/2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2303:catid=28&Itemid](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid). Acesso em: 22.07.2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

MAIA, Manuela Eugênio; FLÔR, Ana Cristina Coutinho A representação da informação do Arquivo Fotográfico do Jornal A União: proposta de descrição. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/a-representacao-da-informacao-do-arquivo-fotografico-do-jornal-a-uniao-proposta-de-descricao> acesso 13 ago 2024

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 19 ago 2024

PARDINI, Patrick. Projeto de extensão **Memória fotográfica da UFPA, gerada pelo Jornal Beira do Rio na sua fase pré-digital**. Belém, 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Eduardo. Médico e ecologista Camilo Vianna morre aos 93 anos; corpo foi velado em Belém. 11.09.2019. **O Liberal.com**. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/medico-e-ecologista-camilo-vianna-morre-aos-93-anos-1.191717>. Acesso em: 20.07.2024.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. **Informare: Cadernos do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SOUSA, Ana Paula de Moura et al. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 38-51, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/6719>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SOUZA, Joice Cleide Cardoso Ennes de; SOUZA, Rosali Fernandez de. Indexação de fotografias para uso na publicidade: proposta para análise conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-19.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Organograma**. 2024. Disponível em: <https://ufpa.br/estrutura-organizacional/>. Acesso em: 25.07.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório de gestão**. 2023. Disponível em: [https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/relatorio\\_de\\_gestao/relatorio\\_de\\_gestao2022.pdf](https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/relatorio_de_gestao/relatorio_de_gestao2022.pdf). Acesso em: 25.07.2024.



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

## ONDE SE PRODUZEM E RESGUARDAM OS PROJETOS DE ARQUITETURA DA UNB

### *WHERE THE ARCHITECTURAL PROJECTS OF UNB ARE PRODUCED AND REGARDED*

Ícaro Ramos Seleme<sup>1</sup>

#### RESUMO

Em 1962, após a inauguração de Brasília tem início a criação de sua Universidade (UnB). A localização do campus foi prevista no Plano Piloto de Lúcio Costa, todavia coube ao Centro de Planejamento (Ceplan) o detalhamento da sua ocupação. Na primeira fase de concepção da UnB, Oscar Niemeyer dirigiu esse ateliê de projeto, que existe hoje como escritório técnico institucional, renomeado Centro de Planejamento Oscar Niemeyer em sua homenagem. Definido como Zona histórica, cultural e paisagística do Campus Darcy Ribeiro, o conjunto dos primeiros edifícios da UnB compõem a Faculdade de Educação, projetada por Alcides da Rocha Miranda, e o Instituto de Artes, feito com sistema pré-moldado desenvolvido por Lelé. Posteriormente, cria-se o Instituto de Ciências Central (ICC), desenhado por Niemeyer, que se desenvolve sem acompanhamento do autor, em função do golpe de Estado no Brasil. Na década de 1970, arquitetos influenciados pela Escola Paulista de arquitetura o núcleo formado pela Biblioteca Central, Restaurante Universitário e Reitoria, desenhados por Miguel Pereira, José Galbinski e Paulo Zimbres respectivamente, além da Faculdade de Direito, construída em concreto aparente por Matheus Gorovitz, em harmonia com as obras daquele período. Objetiva-se descrever uma síntese do crescimento patrimonial do território em escopo, destacando a estética e o processo de concepção das edificações, atribuindo critérios de valoração baseados em teses, artigos e registros especializados. Resulta um relato sobre o uso e apropriação dos espaços universitários pela comunidade acadêmica, de modo a consagrar a influência do ambiente construído sobre a produção de arte e ciência como patrimônio cultural. O

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, na Secretaria de Infraestrutura da Universidade de Brasília (icaro.seleme@unb.br). Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Especializado em Geografia, Cidade e Arquitetura pela Escola da Cidade (2017).

método de pesquisa sobre a evolução da forma construída no processo de transformação do campus ampara-se na consulta de desenhos técnicos das construções junto ao acervo do Ceplan.

**Palavras-chave:** Plano urbanístico. Edificação. Apropriação cultural.

### **ABSTRACT**

*In 1962, after the inauguration of Brasília, the creation of its University (UnB) began. The location of the campus was foreseen in Lúcio Costa's Pilot Plan, but it was up to the Planning Center (Ceplan) to detail its occupation. During the first phase of UnB's conception, Oscar Niemeyer directed this design studio, which exists today as an institutional technical office, renamed the Oscar Niemeyer Planning Center in his honor. Defined as the historical, cultural and landscape zone of the Darcy Ribeiro Campus, UnB's first buildings included the Faculty of Education, designed by Alcides da Rocha Miranda, and the Institute of Arts, built using a pre-cast system developed by Lelé. Later, the Central Science Institute (ICC) was created, designed by Niemeyer, but developed without the author's supervision, due to the coup d'état in Brazil. In the 1970s, architects influenced by the Paulista School of architecture built the nucleus formed by the Central Library, the University Restaurant and the Rectory, designed by Miguel Pereira, José Galbinski and Paulo Zimbres respectively, as well as the Faculty of Law, built in exposed concrete by Matheus Gorovitz, in harmony with the works of that period. The aim is to describe a synthesis of the heritage growth of the area in question, highlighting the aesthetics and design process of the buildings, assigning valuation criteria based on theses, articles and specialized records. The result is a report on the use and appropriation of university spaces by the academic community, in order to consecrate the influence of the built environment on the production of art and science as cultural heritage. The research method on the evolution of the built form in the process of transformation of the campus is based on the consulting of technical drawings of the buildings in the Ceplan archives.*

**Keywords:** Urban plan. Building. Cultural appropriation.

## INTRODUÇÃO

[...] A construção avançou do sudeste e do sudoeste e ali se uniu. Esse sistema de construção por partes também foi seguido em ponto menor dentro dos dois grandes exércitos de trabalho, o exército do leste e o exército do oeste. Sucedeu assim que foram formados grupos de aproximadamente vinte trabalhadores que precisavam erguer uma muralha parcial de cerca de quinhentos metros de comprimento, enquanto um grupo vizinho construía em sua direção outra muralha do mesmo comprimento. Mas depois de completada a união, não se prosseguiu mais a construção no final desses mil metros; em vez disso os grupos de trabalhadores foram deslocados para regiões totalmente diferentes visando à construção da muralha.<sup>2</sup>

O assunto de que trata esse artigo corresponde ao campo de atuação do Centro de Planejamento (Ceplan) da Universidade de Brasília (UnB), referente aos projetos e à construção do espaço físico acadêmico. Escritório técnico que foi vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e à Reitoria, com o atributo de planejar a ocupação de terrenos públicos pertencentes à UnB, teve como princípio desde a sua concepção integrar o ensino com a prática de projeto em arquitetura. Em determinada fase da política nacional em que planejar era considerada uma atividade subversiva, o ateliê passou a chamar-se Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo (LEAU). Trabalharam nele grandes mestres como Oscar Niemeyer (1907-2012), João Filgueiras Lima (1934-2014), Pedro Paulo de Melo Saraiva (1933-2016), Frank Svendsen (1934-2018) e José Galbinski (1933-2023).

O período analisado vai desde a concepção do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa (1902-1998) em 1957, o qual previa a localização da Cidade Universitária (figura 1), denominada Campus Darcy Ribeiro em homenagem ao seu fundador e primeiro reitor, até os dias de hoje. Analisa-se a gênese do patrimônio edificado da UnB com base em documentos consultados no Ceplan, como a lei 3.998 de 1961, que direcionou recursos econômicos capazes de dar autonomia e permitir o seu funcionamento. A Universidade é construída simultaneamente à criação de Brasília, considerada patrimônio da humanidade pela UNESCO devido à qualidade do seu Plano e à consagração de Oscar Niemeyer como arquiteto.

---

<sup>2</sup> Franz Kafka, Durante a Construção da Muralha da China in *Narrativas do Espólio*, 2002: 72.



Fig. 1: Localização da Universidade no Plano Piloto de Brasília, por Lúcio Costa. Fonte: UnB, 1962.

Além do recorte temporal para definição do objeto de estudo, relacionando o desenvolvimento dos equipamentos e estruturas de amparo às atividades de ensino, pesquisa e extensão com a expansão universitária para os *campi* de Ceilândia, Gama e Planaltina, assim como ao crescimento da cidade nos anos seguintes, aborda-se a importância histórica desse órgão responsável pela produção dos planos urbanísticos da UnB. Objetiva-se avaliar se houve, e qual terá sido a evolução, institucional ou projetiva, no contexto da historiografia arquitetônica contemporânea. Por exemplo, a inovação tecnológica presente nos sistemas construtivos modernos é perceptível desde a criação

dos primeiros edifícios, com a adoção de estruturas pré-moldadas no Instituto Central de Ciências e nos Serviços Gerais, que abrigaram o próprio Ceplan, enquanto obras de caráter escultórico como a Reitoria, a Biblioteca Central e o Restaurante Universitário, embora adotassem o concreto armado como material estruturante, tiveram suas formas moldadas *in loco*.

O desenvolvimento da obra em questão é relativo à análise de parâmetros múltiplos, desde o levantamento das tendências artísticas de cada época, que por sua vez estão atreladas às estruturas do Estado. De uma Era republicana que prezou pela justiça social, passando por governos autoritários, para uma democracia representativa, porém neoliberal. De uma criatividade enraizada nas Belas Artes, influenciada pelas vanguardas paulistas e cariocas, cujos mentores eram marxistas, substituindo professores demitidos pelo Ato Institucional 5. Contradições enfrentadas em nome do direito a exercer uma profissão.

Evolução das ferramentas de desenho e da linguagem, das pranchetas, régua e canetas a tinta nanquim para dispositivos de computação, até que a reprodutibilidade de projetos standardizados se tornou procedimento normativo. Por fim, a desaceleração do crescimento populacional e o engajamento na agenda de preservação ambiental fez com que mudassem as prerrogativas do urbanismo, prezando pela coexistência harmônica do ser humano com a natureza. Esta constatação ampara-se na interpretação comparativa do Plano de Desenvolvimento Físico de 1975 com o Plano Diretor de 2023 (figura 2), do enfoque na expansão para a manutenção e conservação.



Fig. 2. Zoneamento. Fonte: Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, 2024.

O patrimônio cultural não diz respeito somente à arquitetura dos edifícios e dos espaços abertos, mas ao uso que se faz do ambiente pela comunidade universitária, nos encontros férteis refletidos na produção de ciência e arte nas unidades acadêmicas. Destaca-se um



justificou a mudança da equipe para uma edificação maior, projetada por Kristian Schiel em 2004 para abrigar o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.

Outro referencial teórico imprescindível para a pesquisa é a obra de Andrey Schlee dedicada às edificações da UnB. Primeiramente, o artigo *Três Brut: Nem Tão Vitrineira, nem Tão Tola...* (2018), pelo relato de uma crítica feita pelo idealizador da UnB, Darcy Ribeiro (1922-1997), aos edifícios realizados na década de 1970, posteriores ao golpe de Estado. Schlee defende o argumento do arquiteto Miguel Pereira (1934-2014) - diretor do Centro de Planejamento naquela fase e coautor do projeto da Biblioteca Central - de que se manteve a qualidade das obras. Já o *Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília* (Schlee et al, 2014) faz uma compilação de todas as obras construídas até a data de sua publicação, apresentando informações técnicas, fotos e plantas. De autoria do arquiteto Eduardo Soares, que atua no Ceplan, o artigo *Planos e Propostas Institucionais da Universidade de Brasília sobre o Uso e a Ocupação do Campus Darcy Ribeiro* (2018) faz um apanhado dos planos desenvolvidos para a Universidade desde a sua fundação, embasando a formulação do atual Plano Diretor.

Os livros autobiográficos de Lelé, *O que é Ser Arquiteto* (2004), e de Niemeyer, *Minha Arquitetura* (2004), contam a história de Brasília, além de outras experiências relacionadas a escolas e pré-fabricação, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) e a Universidade da Argélia. O livro *Projeto, Ensino e Espaço Universitário: O Instituto Central de Ciências* (2022), organizado por Saboia, Medeiros e Ferrari, é um antecedente no esforço de jogar luz sobre a arquitetura modernista presente na Cidade Universitária. Por fim, *Rio de Janeiro, México, Caracas: Cidades Universitárias e Modernidades 1936-1962* (2008) é um artigo de Hugo Segawa que amplia o entendimento do assunto por meio de conexões históricas no contexto latino-americano, apresentando uma experiência prévia de Lúcio Costa na concepção de um plano piloto para a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim como os núcleos urbanos coloniais latino-americanos constituíram a aplicação das teorias das cidades ideais do Renascimento, as cidades universitárias de meados do século XX foram campos experimentais do urbanismo moderno, das doutrinas do CIAM [Congresso Internacional de Arquitetura Moderna] e do planejamento norte-americano. Mas não se caracterizaram como mera transposição de preceitos urbanísticos modernos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Hugo Segawa, *Rio de Janeiro, México, Caracas: Cidades Universitárias e Modernidades 1936-1962*, 1999:46.

## METODOLOGIA

A espinha dorsal do trabalho são os arquivos como contenção da memória coletiva. Fundamentam a pesquisa atividades cotidianas exercidas como arquiteto no Ceplan atual, desenvolvendo projetos solicitados por docentes e técnicos através do Sistema Eletrônico de Informações. Processos que vão desde reparos, adequações até a demanda por novas estruturas. Para intervenções que interferem no patrimônio, requer-se uma análise das características dos edifícios e condicionantes locais, de modo que o método proposto seja a valorização do espaço público. Observa-se uma tradição que se perpetua desde as escolas de arquitetura e engenharia, de uma comunicação visual baseada em gráficos e desenhos. Os projetos disponíveis no acervo do Ceplan são inestimáveis para a consulta de medidas e proporções dos lugares onde se intervém, assim como inspiração de formas e soluções elaboradas ao longo de 62 anos.

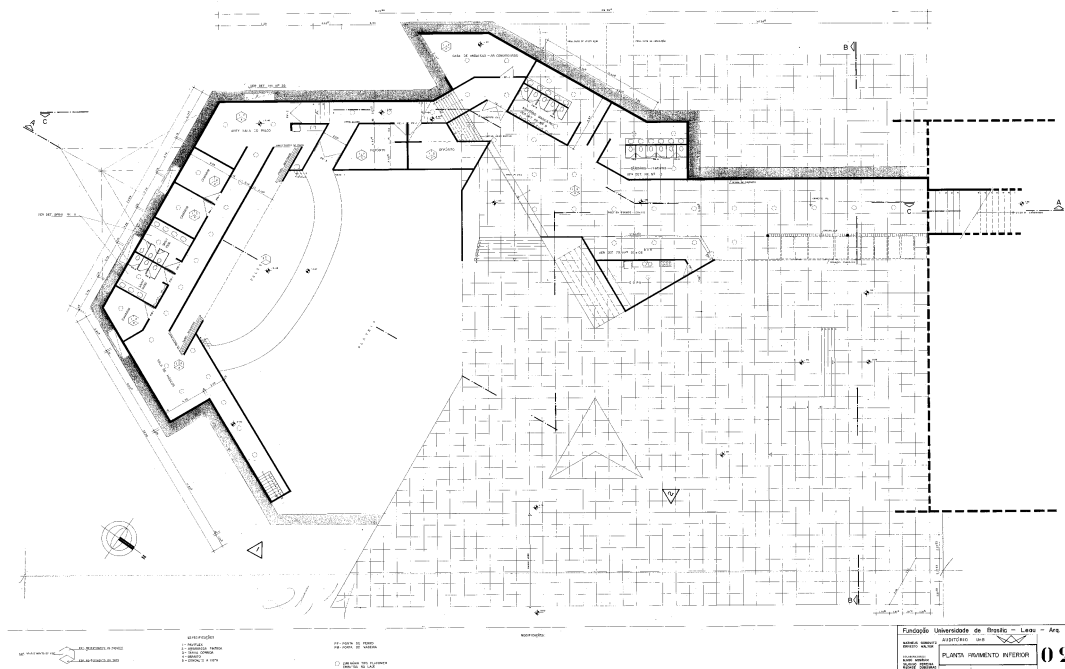


Fig. 4: Projeto não construído de Matheus Gotovitz e Ernesto Walter. Fonte: LEAU, 1982.

Uma vez que o lugar onde se produzem os projetos está inserido na academia, onde se preza pela produção de conhecimento, resulta que o trabalho desenvolvido seja uma reflexão sobre o significado cultural, a relevância e o estado da arte em tecnologia de cada obra. Com essa investigação, são descobertos fatos que dão sentido aos afazeres do ofício além das tarefas diárias, registradas nos carimbos de pranchas, nomes e trajetórias de vida que se atravessam e definem o que é ser arquiteto. Nesse lugar, onde se propõe fazer uma



ponte entre o pensamento acadêmico e a execução de políticas públicas no espaço físico do ensino superior, tem sido estratégica a participação de professores em cargos de gestão. Grande parte dos diretores que coordenaram esse órgão são docentes. Isso faz do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, além de um escritório técnico especializado em obras, uma espécie de Laboratório científico em projeto e planejamento.

Pertence ao método conhecer não só os projetos arquitetônicos, mas também ler textos elaborados por mestres que passaram pelo Ceplan. Destacam-se artigos de José Galbinski<sup>4</sup>, sobre a construção do Instituto do Cérebro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e de Matheus Gorovitz<sup>5</sup>, comparando as cidades modelo de Brasília e Chandigarh, projetada por Le Corbusier (1887-1965). A relação da atividade profissional com a teoria, crítica e história da arquitetura e do planejamento traduz-se ainda no incentivo institucional oferecido para qualificação do quadro técnico em programas de pós-graduação.

## RESULTADOS

A distância do objeto analisado traz uma clareza de isenção ao entendimento, validando ou questionando a sua natureza. A longa duração de uma obra de arte permite que detalhes da sua composição sejam revelados por inúmeros estudiosos, enquanto as obras recentes, de curta duração, estão por ser desvendadas. Por outro lado, a proximidade do objeto, no caso de escrever sobre o local onde se trabalha, possibilita acessar informações que, para quem está de fora, são difíceis de obter. Por exemplo, o ICC de Niemeyer, ícone maior do Campus, já foi tema de teses e dissertações que aludem à arquitetura moderna como um todo, no entanto poucas pessoas sabem que os módulos subterrâneos presentes na ala central, alternados por pátios a céu aberto, não constavam na concepção original.

Embora a construção dos módulos tenha sido uma solução que aumentou a área útil, abrigando salas de aula e laboratórios, o fato de não terem sido concebidos como parte integrante do projeto acarretou sérias consequências, a começar pelas inundações. Observou-se que, ao chover, as aberturas zenitais localizadas no interstício dos jardins são responsáveis pela infiltração de grandes volumes de água. O dano ao patrimônio causado pelo alagamento do dia 9 de fevereiro de 2024 foi tanto que, para agravar o movimento de êxodo dos cursos que pleiteiam independência perante o ICC, o Instituto

---

<sup>4</sup> José Galbinski, *Campus do Cérebro: Gênese Heterodoxa de um Projeto*, 2013.

<sup>5</sup> Matheus Gorovitz, *Cidade e Cidadania. Contribuição ao Estudo da Cidade Moderna Considerada como Obra de Arte – o Caso de Chandigarh e Brasília*, 2000.

de Física anunciou ter captado os recursos necessários para construção de uma sede própria. Foi solicitado ao Ceplan dar forma e lugar à nova edificação, contudo o projeto foi terceirizado por meio de concorrência privada.

A transferência do processo manual para o automatizado representa uma evolução criativa, dada a fisionomia dos novos edifícios. Por exemplo, ao norte do ICC situa-se o setor constituído pela Faculdade de Direito, Pavilhões João Calmon e Anísio Teixeira, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Unidades de Ensino e Docência, Ciência da Computação e Estatística e Módulo de Apoio e Serviços Comunitários (figura 5). De todas as edificações, apenas duas são exemplares únicos: a Faculdade de Direito, projetada por Matheus Gorovitz em 1978, e a Faculdade de Administração, de autoria de Schlee, Márcio Buson *et al* (2003). As demais foram replicadas ao menos uma vez: ambos os Pavilhões projetados por Cláudio Queiroz são idênticos, o Módulo de Apoio é repetido 6 vezes nos quatro *campi*, e as Unidades o são 7 vezes em três *campi*. Existe ainda uma padronização das Unidades Acadêmicas (UAC), com um total de 4 (uma por *campus*), das Unidades de Laboratórios de Ensino e Graduação (ULEG), que são 5, com pequenas variações, e o Laboratório de Desenvolvimento de Transportes e Energias Alternativas (LDTEA), até então exclusivo do Gama, mas que se pretende reproduzir no Instituto de Física.

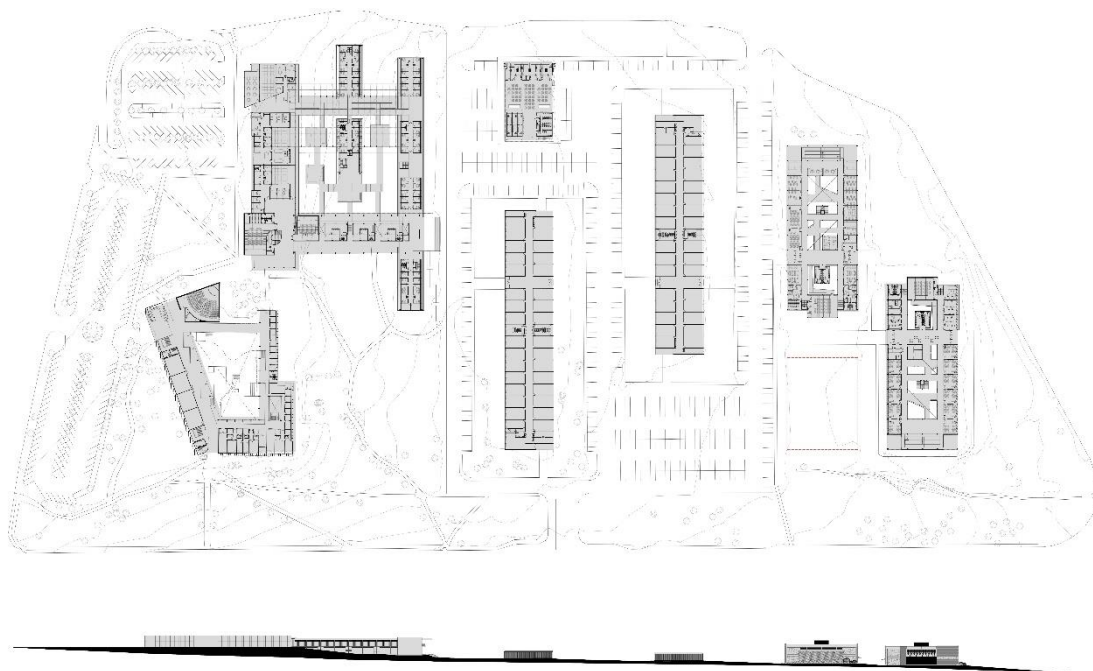


Fig. 5: Plantas do Setor Norte. Fonte: Ceplan, 2024.

Cabe uma discussão acerca dos motivos que levam invariavelmente a uma solução preexistente, tanto do ponto de vista da teoria pós-moderna, a respeito da universalidade das tipologias em arquitetura, como da filosofia de Flusser<sup>6</sup>, no tocante ao assumir das máquinas a realização de tarefas humanas. Nesse caso, haveria para cada espaço uma palavra que representasse tridimensionalmente, com descrição exata, de modo que um glossário substituísse o desenho. Presume-se que existe uma resposta no vocabulário, não restando espaço para invenções, no máximo inovações. Quanto à automatização dos processos criativos, nota-se que as tecnologias digitais tornaram menos dispendioso o redesenho, através de simples comandos computacionais, em comparação com as antigas pranchetas. Ambas as hipóteses pressupõem avanços linguísticos e tecnológicos próprios da inteligência artificial.

Outra discussão diz respeito ao modelo estatal de universidade como legado republicano, cujo produto é a produção de consciência e o bem-estar social. O capitalismo atravessa uma fase de liberalização econômica, com redução do espaço público e descentralização de poder, o que se reflete na terceirização de serviços da construção civil. Desse modo, uma função dos engenheiros e arquitetos alocados no Ceplan consiste na fiscalização de atividades exercidas por empresas contratadas em regime de licitação. Dado que as decisões são escalonadas, a responsabilidade pela concepção do programa de necessidades, o desenho e uso de cada edificação é compartilhada por todos os agentes envolvidos.

## CONCLUSÃO

Definiu-se que o objetivo do trabalho seria analisar a transformação dos processos de planejamento físico, com base nos arquivos consultados para a realização de tarefas em demandas da comunidade acadêmica na atualidade. Como resultado, constataram-se mudanças nos modos de arquitetar relacionados a: 1. Influência estética dos projetistas; 2. Organização estrutural do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer perante a Reitoria; 3. Evolução das técnicas e ferramentas de projeto; 4. Modelo de contratação das empresas construtoras; 5. Importância atribuída ao patrimônio cultural. Além disso, constatou-se a sociabilidade como efeito cultural da produção do espaço, no encontro com profissionais que legam uma tradição civilizatória.

---

<sup>6</sup> Vilém Flusser, *O Universo das Imagens Técnicas: Elogio da superficialidade*, 2008.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Lei n. 3.998* de 15 de dezembro de 1961.

CAVALCANTE, Neusa. *Ceplan: 50 anos em 5 tempos*. Brasília: UnB, 2015.

FLUSSER, Vilém. *O Universo das Imagens Técnicas: Elogio da Superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

GALBINSKI, José. Campus do Cérebro: Gênese Heterodoxa de um Projeto. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, v. 10 n. 2: 1-10. Brasília: CEUB, 2013.

GOROVITZ, Matheus. *City and citizenship. A Contribution to the Study of the Modern City Considered a Work of Art – Chandigarh and Brasilia. DOCOMOMO Conference Proceedings*, v. 1: 60-68. Brasília: DOCOMOMO/UFBA/UnB, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Lei n. 5.615* de 26 de fevereiro de 2016.

KAFKA, Franz. *Narrativas do Espólio (1914-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, João Filgueiras. *O que é Ser Arquiteto*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NIEMEYER, Oscar. *Minha Arquitetura – 1937-2004*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SABOIA, Luciana; MEDEIROS, Ana Elizabete; FERRARI, Paola. *Projeto, Ensino e Espaço Universitário: O Instituto Central de Ciências (ICC-UnB) e Outras Arquiteturas*. Brasília: UnB, 2022.

SCHLEE, Andrey Rosenhtal. Très Brut. Nem Tão Vitreirosa, Nem Tão Tola... *Revista Thésis*, v. 2 n. 5: 188-200. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2018.

SCHLEE, Andrey Rosenthal *et al.* *Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 2014.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, Caracas e Venezuela, Cidades Universitárias e Modernidades: 1936-1962. *Rua: Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n. 7. Salvador: UFBA, 1999.

SOARES, Eduardo Oliveira. Planos e Propostas Institucionais da Universidade de Brasília sobre o Uso e a Ocupação do Campus Universitário Darcy Ribeiro. *Revista Paranoá*, v. 11 n. 21. Brasília: UnB, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*, 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano de Desenvolvimento Físico*, 1975.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro*, 2024.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### **PASTEUR 458: o campus da UNIRIO como um lugar de memória**

#### ***PASTEUR 458: UNIRIO campus as a place of memory***

Vitor Halfen<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Esse trabalho explora a relação entre espaço universitário e memória coletiva, compreendendo o espaço como um componente fundamental da construção da memória e da identidade de uma universidade. Em particular, analisa o caso do maior campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), localizado no bairro da Urca, na zona sul da capital fluminense, frequentemente referido pelo seu endereço, Pasteur 458. A investigação enfoca as relações históricas deste espaço com episódios de violações de direitos humanos e violências policiais durante o período da ditadura empresarial-militar.

A partir da análise de registros fotográficos e escritos dos episódios traumáticos ocorridos neste espaço naquele período, em especial na ocasião da invasão da Faculdade Nacional de Medicina pela Polícia Militar, em 1966, e da demolição arbitrária do edifício em 1976. Soma-se a isso também a coleta e registro de algumas ruínas vestigiais da edificação encontradas e identificadas durante escavações recentes no local.

Com base nessa leitura, se propõe o reconhecimento do campus como um importante lugar de memória (Nora, 1993) da resistência popular contra a ditadura empresarial-militar e da luta em defesa da autonomia universitária naquele período. A abordagem teórica parte da leitura de Walter Benjamin (2005), propondo, sob uma ótica que articula história e urbanismo, escovar o espaço à contrapelo, buscando trazer à tona as memórias subterrâneas que se contrapõem à memória oficial da instituição, em diálogo com as categorias propostas por Pollak (1989).

---

<sup>1</sup> Doutorando em Urbanismo (PROURB/UFRJ), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Especialista em Sociologia Urbana (UERJ); Arquiteto e urbanista e Técnico-administrativo em Educação na UNIRIO. E-mail: vitorhalfen@gmail.com.

Palavras-chave: Lugares de memória. Ditadura empresarial-militar. Campus universitário.

### **ABSTRACT**

*This paper explores the relationship between university space and collective memory, understanding space as a fundamental component in the construction of a university's memory and identity. In particular, it analyzes the case of the largest campus of the Federal University of Rio de Janeiro State (UNIRIO), located in the Urca neighborhood, in southern Rio de Janeiro, often referred to by its address, Pasteur 458. The investigation focuses on the historical relationship between this space and episodes of human rights violations and police violence during the period of the business-military dictatorship. Based on the analysis of photographic and written records of the traumatic episodes that took place in this space during that period, especially on the occasion of the invasion of the National Faculty of Medicine by the Military Police in 1966 and the arbitrary demolition of the building in 1976. In addition, the collection and recording of some vestigial ruins of the building found and identified during recent excavations at the site. Based on this reading, it is proposed to recognize the campus as an important place of memory (Nora, 1993) of the popular resistance against the business-military dictatorship and the struggle in defense of university autonomy during that period. The theoretical approach is based on a reading of Walter Benjamin (2005), proposing, from a perspective that articulates history and urbanism, to brush space against the grain, seeking to bring out the underground memories that oppose the official memory of the institution, in dialog with the categories proposed by Pollak (1989).*

**Keywords:** *Places of memory. Business-military dictatorship. University campus.*

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.<sup>2</sup>

A primeira vista, o campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) na Urca pode não parecer um lugar de grande relevância histórica ou arquitetônica. Ao percorrer o campus, tem-se a impressão de se tratar de um espaço urbano ordinário. O campus não foi construído obedecendo a um plano urbano de ocupação e suas edificações destoam entre si, respondendo a necessidades funcionais imediatas e demandas conjunturais de cada época. Não há no conjunto nenhum edifício de arquitetura particularmente notável. As áreas livres, embora sejam ajardinadas e densamente arborizadas, o que confere a boa parte do campus uma ambiência agradável, são espaços residuais, fragmentados e marcados pela precariedade da infraestrutura, meras sobras entre os edifícios dispostos de modo quase aleatório no terreno.

Diferente de outros importantes exemplares do urbanismo universitário brasileiro (quase sempre modernos), o Campus da UNIRIO na Urca não é reconhecido como um monumento cultural. O valor histórico deste espaço não está na qualidade artística de seus edifícios, nem nas singularidades de seu projeto urbano, nem em qualquer outro aspecto físico que possa se revelar a olho nu. Seu valor histórico, político e cultural profundo está precisamente naquilo que ele mesmo oculta.

O Campus foi o ponto de partida para a ocupação universitária do bairro da Urca, que se iniciou em 1918 com a construção da Faculdade Nacional de Medicina (FNM), quando nem mesmo existiam universidades no país. Ao longo de mais de cem anos, esse espaço testemunhou a história da universidade brasileira se construindo, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) em 1920, sua transformação em Universidade do Brasil (UB) em 1937, renomeada como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a partir de 1965. Com a transferência de algumas unidades da UFRJ para a Cidade Universitária na Ilha do Fundão, o Campus entrou em uma nova fase de sua história e passou a abrigar a UNIRIO, que hoje tem neste local o seu maior campus.

Todo esse processo não transcorreu sem inúmeros conflitos, sucessivos apagamentos e violências físicas e simbólicas, que produziram este espaço da forma tal como se

---

<sup>2</sup> Benjamin (2005)

apresenta hoje. Se a aparência ordinária do Campus parece obra do acaso ou do desleixo das administrações universitárias é porque tal aparência foi naturalizada através de um fenômeno próprio da memória coletiva. Há, no entanto, uma história da produção deste espaço (e de todo e qualquer espaço) que precisa ser desvelada e trazida à tona.

Não é mero acaso que, ao formular a sétima de suas teses sobre o conceito da história, Walter Benjamin tenha recorrido ao monumento para referir-se à materialização da barbárie. A chave dessa passagem de Benjamin trazida aqui em epígrafe é justamente o entrecruzamento entre história e espaço. O monumento é, em essência, a materialização espacial da história da classe dominante e é essa materialidade que lhe confere o status como de uma segunda natureza. Ribeiro (2021) destaca esse traço particular do espaço:

A materialidade do espaço é tão notória e imprescindível que se torna, em muitas interpretações, naturalizada, a-histórica, ou mesmo inexistente; pode ser necessário retornar a enxergar o espaço, a percebê-lo como algo concreto para que ele comece a ser compreendido, também, como um operador metodológico indispensável.<sup>3</sup>

Consideramos que, para desvelar a história da produção do espaço do Campus Pasteur 458, será preciso lançar mão da metáfora benjaminiana e extrapolar seu significado para uma nova dimensão, considerando não apenas a história e a memória, mas também o próprio espaço como um operador metodológico. Será preciso, em outras palavras, escovar o espaço à contrapelo.

A partir desse procedimento metodológico, pretende-se analisar o caso da UNIRIO e seu espaço, buscando refletir criticamente sobre o papel da ditadura empresarial-militar na produção do espaço urbano brasileiro em geral e do espaço universitário, em particular, revelando o modo como o regime de 1964 agiu sobre as universidades públicas, transformando não só a sua estrutura administrativa e didático-pedagógica, mas também o seu espaço, tanto física quanto simbolicamente.

## **A OCUPAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA URCA**

A UNIRIO tem um histórico peculiar e diretamente ligado à ditadura empresarial-militar. Fundada pelo médico e general Alberto Soares de Meireles em 1969, na esteira da Reforma Universitária e do Ato Institucional nº 5, a instituição serviria como uma espécie de laboratório do novo modelo de universidade fundacional e de ensino pago que os militares pretendiam implementar. Inicialmente, assumiu a forma de uma Federação que reuniu escolas e instituições superiores que não haviam sido incorporadas pela UFRJ, a

---

<sup>3</sup> Ribeiro (2021), p. 257

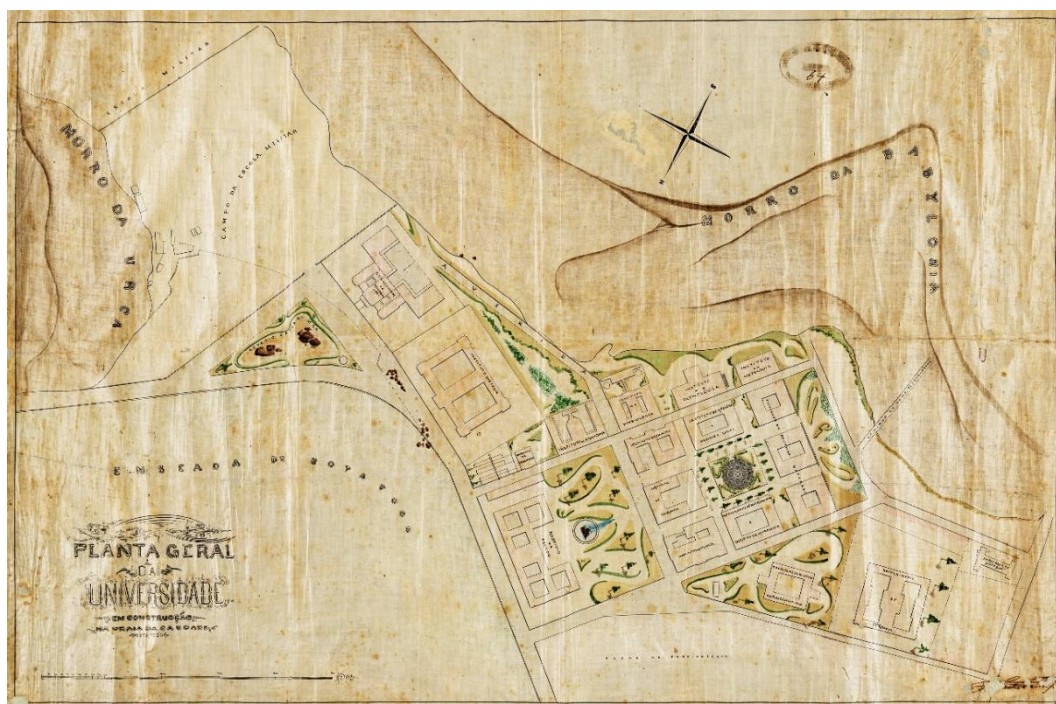


Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG).

A FEFIEG foi transformada em universidade em 1979, quando iniciou a ocupação do Campus Pasteur 458. No entanto, a presença de edificações universitárias ou de instituições de ensino superior nessa região remonta ao século XIX e foi um componente central no processo histórico de ocupação do bairro da Urca, especialmente da região da Praia Vermelha. Não é possível, portanto, investigar a história do campus da UNIRIO sem atravessar as diversas camadas históricas que se sobrepõe naquele espaço.

Pela sua posição estratégica junto a entrada da baía de Guanabara, desde os primeiros séculos de colonização a Praia Vermelha teve uma ocupação militar ligada às funções de defesa do território. Essa ocupação pelas Forças Armadas caracteriza o bairro até hoje, ao lado de outra função igualmente significativa: a universitária.

A primeira proposta consistente para a criação de uma universidade no Brasil, ainda no período imperial, escolheu este local para sua sede. Naquele tempo, a região era um arrabalde praticamente desocupado, exceto pelo monumental edifício do Hospício Pedro II (depois Hospital Nacional dos Alienados), construído em 1852, e pela Fortaleza Militar da Praia Vermelha. O plano elaborado pelo Engenheiro Paula Freitas para a Universidade Pedro II (Figura 1) propunha a construção de um conjunto de edificações nos fundos da chácara do Hospício, além de outras edificações monumentais no eixo da atual Avenida Pasteur, mas nunca saiu do papel.



*Figura 1: Planta Geral da Universidade Pedro II, na região da Praia Vermelha, elaborada pelo Engenheiro Paula Freitas. Fonte: Arquivo Nacional.*

A ocupação urbana da região só teve impulso efetivo no início do século XX, com a escolha do local para abrigar a Exposição Nacional de 1908, em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. O grande volume de investimentos públicos, com grandes aterros, construção dos pavilhões e todas as grandes obras de infraestrutura (iluminação, saneamento, arruamento, transportes, etc)<sup>4</sup> promoveu um salto na urbanização do novo bairro da Urca, abrindo o caminho para a ocupação definitiva da região nas décadas seguintes. Além disso, foi em 1908 que o edifício do *Curatorium* foi finalmente concluído, abandonando o uso universitário originalmente pretendido por Paula Freitas e convertendo-se no Pavilhão dos Estados da Exposição.

No plano das ideias, a função universitária do bairro se manteve como objeto de debate e disputa nos planos urbanos até a década de 1930, depois foi abandonada. Apesar disso, na prática essa ocupação acabou se realizando, mesmo sem obedecer aos planos originais. A primeira materialização disso foi a construção do edifício da FNM, ainda em 1918, antes mesmo da incorporação daquela instituição à uma universidade, o que só ocorreu em 1920<sup>5</sup>. A FNM era um edifício eclético projetado e construído por Antonio Jannuzzi. Inicialmente, tinha dois pavimentos que ocupavam todo o quarteirão e delimitavam um pátio central ajardinado. Em cada um dos quatro cantos o edifício possuía volumes cilíndricos, que marcavam sua arquitetura externa (Figura 2).

Longe de ser um edifício isolado, a FNM passou a compor o conjunto arquitetônico monumental que se estendia por toda a Avenida Pasteur, juntamente com Hospital Nacional dos Alienados (HNA), o Instituto Benjamin Constant (IBC) e o antigo Pavilhão dos Estados da Exposição de 1908, logo depois ocupado pelo Ministério da Agricultura (Figura 3). Originalmente, planejava-se construir ainda um quinto edifício, do Hospital Universitário, que completaria o conjunto, o que nunca chegou a ocorrer.

Além das características arquitetônicas particulares, esse conjunto também consolidou a ocupação da Avenida Pasteur com edifícios públicos institucionais, grande parte deles voltados para o uso educacional e/ou assistencial<sup>6</sup>, o que particularizava o processo de urbanização dessa região em relação aos bairros vizinhos, como Botafogo, marcado pelo casario residencial no início do século XX.

---

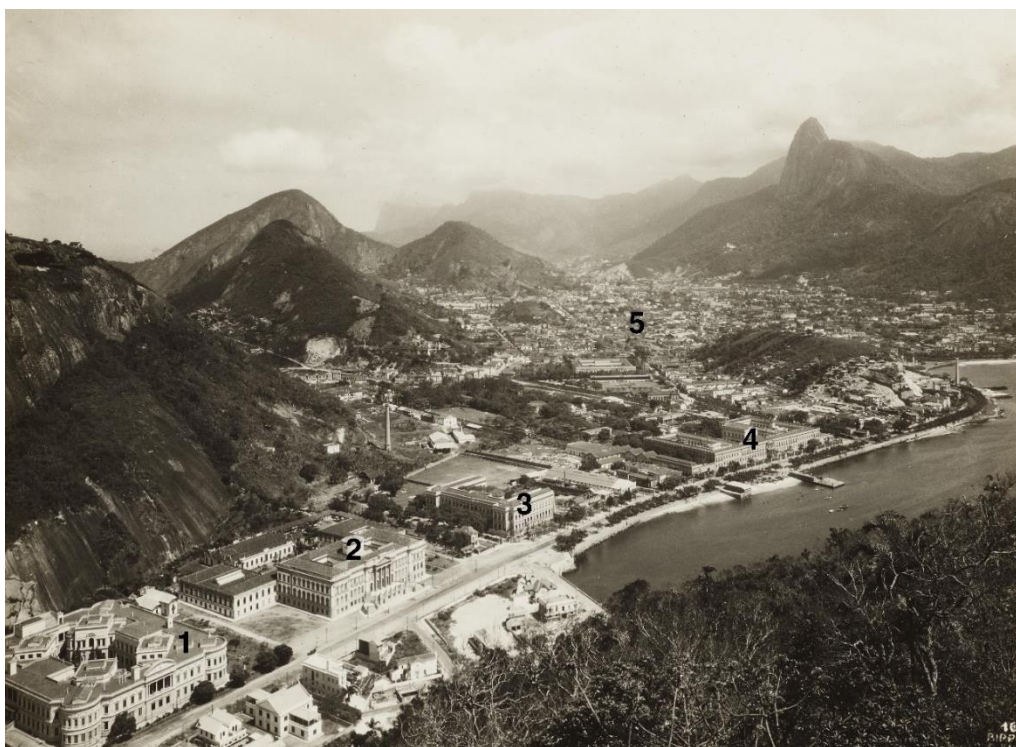
<sup>4</sup> Cf. Levy (2008); Pereira (2010).

<sup>5</sup> Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920.

<sup>6</sup> O Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854, é até hoje um dos mais importantes centros de referência de educação de pessoas com deficiência visual. Na sede do IBC funcionou de 1942 a 1964 o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, dirigido por Heitor Villa-Lobos, depois renomeado como Instituto Villa Lobos e incorporado à FEFIEG/UNIRIO.



**Figura 2:** Edifício da Faculdade Nacional de Medicina, nos anos seguintes à sua inauguração (circa 1920). O acesso principal era feito pela escadaria coberta na fachada lateral (à esquerda). Fonte: Brasiliana Fotográfica, Biblioteca Nacional.



**Figura 3:** O conjunto arquitetônico monumental da Avenida Pasteur, na Urca, em contraste com o casario residencial do bairro de Botafogo, em 1929. Na foto: (1) Faculdade Nacional de Medicina, atualmente demolido; (2) Ministério da Agricultura, antigo Pavilhão dos Estados da Exposição de 1908 e atual sede do Serviço Geológico Brasileiro; (3) Instituto Benjamin Constant; e (4) Hospital Nacional dos Alienados, atual Palácio Universitário da UFRJ. (5) Bairro de Botafogo. Foto: Carlos Bippus. Fonte: Instituto Moreira Salles, disponível no ImageRio.

Alguns anos depois, já na década de 1930, a Escola Nacional de Química (ENQ) também foi instalada na Urca. Passou a ocupar o antigo Pavilhão de Máquinas da Exposição de 1908, localizado nos fundos do edifício principal do Ministério da Agricultura, antigo Pavilhão dos Estados. Na mesma década foi criada também a Faculdade Nacional de Odontologia (FNO), cuja sede foi construída ao lado da FNM.

Nos anos 1950 houve novo e significativo impulso na ocupação universitária da Urca. A partir de 1949 a então UB iniciou a transferência de algumas de suas unidades para o edifício do antigo HNA, desocupado desde 1944<sup>7</sup>. Inicialmente em caráter temporário, esse movimento acabou se tornando definitivo devido aos sucessivos atrasos nas obras da Cidade Universitária, interrompidas diversas vezes por falta de recursos. Dessa forma, se consolidou a formação de um dos atuais Campus da UFRJ, o da Praia Vermelha.

Simultaneamente à conversão do hospício em Palácio Universitário, na outra extremidade da avenida Pasteur as edificações e funções universitárias também se firmavam no entorno da FNM. Na década de 1950 a ENQ, já incorporada à UB, foi ampliada com a construção de um novo edifício de seis pavimentos projetado especificamente para a Escola<sup>8</sup>. A própria FNM também passou por uma grande reforma de ampliação que adicionou o terceiro e quarto pavimentos do edifício, permitindo a transferência completa do Anatômico e da Biblioteca para o local<sup>9</sup> (Figura 4).



**Figura 4:** Edifício da Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ, após a ampliação na década de 1950.  
Fonte: NUMMUS - Núcleo de Memória da Museologia no Brasil.

---

<sup>7</sup> Caetano (1993).

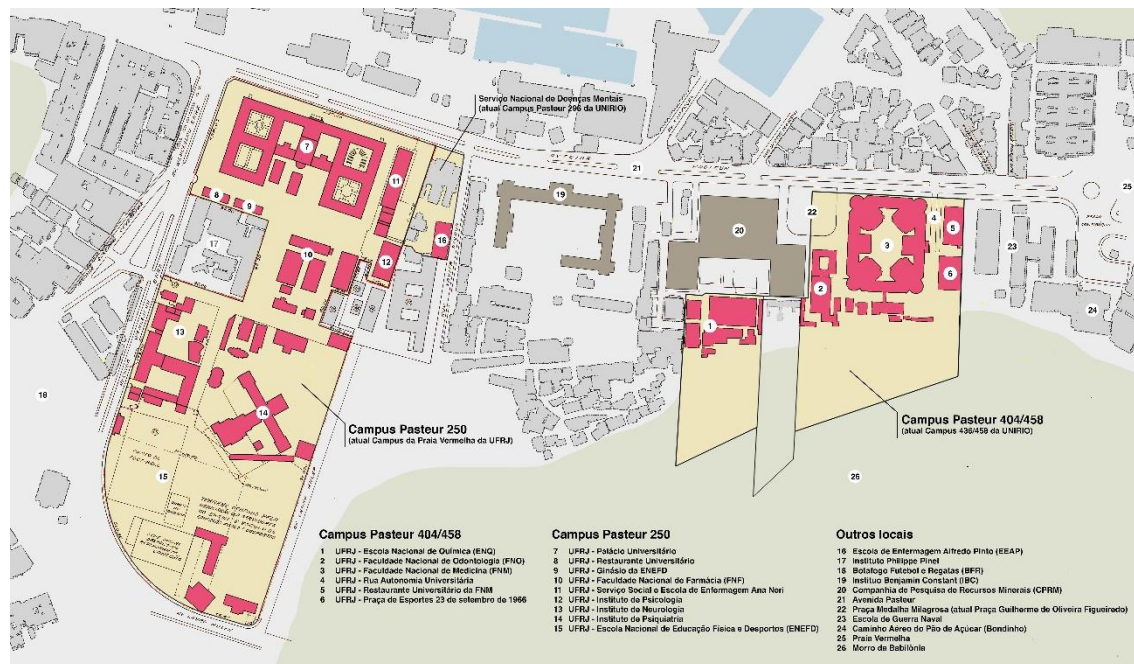
<sup>8</sup> Ramos (2020).

<sup>9</sup> Carvalho (2009); Maia (2009).

Nesse mesmo contexto, ocorreu a abertura do Restaurante Universitário da FNM<sup>10</sup>, instalado no terreno ao lado da faculdade, no galpão ocupado anteriormente pelo Anatômico<sup>11</sup>. Assim como os outros restaurantes universitários, como o do Calabouço, na região central, tratava-se de uma filial do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) instalada na Urca para suprir as reivindicações da população de estudantes universitários crescente na região.

Foi dessa forma circunstancial, em meio ao processo lento e incerto de implementação da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, que a ocupação do bairro da Urca pelas funções universitárias acabou se realizando, com o estabelecimento de dois importantes conjuntos universitários, inicialmente vinculados à UB, ao longo da Avenida Pasteur: de um lado o Palácio Universitário e seus anexos, que corresponde ao atual Campus da Praia Vermelha da UFRJ, de outro o conjunto formado pelas Escolas Nacionais de Química, Odontologia e Medicina, hoje o Campus Pasteur 436 e 458 da UNIRIO (Figura 5).

Na década de 1960, também foi edificada a sede própria da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), que depois seria incorporada à FEFIEG. A sede da EEAP abriu caminho para o que se tornaria o terceiro elemento do conjunto universitário da Urca, e o primeiro campus da UNIRIO (Figura 5).



**Figura 5:** Edificações e campi universitários da Urca em 1968. Elaborado pelo autor com base em Planta de Situação da Universidade do Brasil datada de 23 de agosto de 1968. Fonte: Acervo Digital da Secretaria de Patrimônio da União (Memória SPU).

<sup>10</sup> Inaugurado em 23 de janeiro de 1957. Fonte: Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.6629.

<sup>11</sup> Carvalho (2009).

O Rio de Janeiro chegou à década de 1960 tendo na Urca o seu principal polo universitário, reunindo ali o maior conjunto edificado da UB, além de outras faculdades isoladas. Conseqüentemente, isso deslocou parte da efervescência política estudantil para a região. Por essa razão, a Urca se tornou, junto com outros espaços do centro da cidade, um dos principais palcos das lutas urbanas travadas pelo movimento estudantil carioca no processo de enfrentamento à ditadura empresarial-militar.

### **PALCO DAS LUTAS ESTUDANTIS: O SETEMBRO HERÓICO DE 66 E A INVASÃO DA FNM**

Com o golpe de 1964, uma série de violações de direitos passaram a ser impostas sobre a vida universitária. Além da instituição da cobrança do pagamento de anuidades, a ditadura cassou direitos políticos e demitiu professores e técnicos considerados opositores do governo ou “subversivos”. Também foi proibida a livre organização estudantil, colocando na ilegalidade entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio da chamada Lei Suplicy<sup>12</sup>. O regime de 64 também perseguiu, prendeu, torturou e assassinou milhares de cidadãos brasileiros, dentre os quais diversos estudantes e funcionários das universidades.

Embora os ataques dos militares às universidades e aos estudantes tivessem ocorrido desde as primeiras horas que se seguiram ao golpe, vide o incêndio da sede da UNE na Praia do Flamengo, foi no ano de 1966 que a escalada da violência repressiva e a resistência do movimento estudantil contra essas violações começou a se acirrar.

Naquele contexto, as pautas estudantis giravam em torno de três temas essencialmente ligados à defesa da autonomia universitária. O primeiro era a revogação da Lei Suplicy e a recuperação dos direitos democráticos de livre organização política dos estudantes. Outro ponto central era a denúncia da crescente influência estrangeira dos EUA na definição dos rumos da universidade brasileira, com forte oposição dos estudantes aos chamados Acordos MEC-USAID e seu caráter imperialista. Por fim, a pauta de maior destaque naquele ano era a oposição radical dos estudantes à instituição da cobrança de anuidades nas universidades públicas<sup>13</sup>, consequência já da política universitária privatizante, à semelhança do modelo estadunidense, que os militares buscavam implementar com seu projeto “modernização conservadora”. Além das grandes passeatas,

---

<sup>12</sup> Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em referência ao ministro da Educação do governo do general-ditador Castelo Branco.

<sup>13</sup> Conforme depoimentos recolhidos em Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).

um dos mais importantes instrumentos de luta dos estudantes foi o calote generalizado no pagamento das anuidades.

Ao longo de todo o ano, os estudantes organizaram diversas passeatas, ocupações e greves em oposição ao governo militar e sua política universitária. Ocuparam os edifícios das universidades em grandes assembleias, em diversos locais da cidade, especialmente na Faculdade Nacional de Direito (FND) e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), ambas no centro, na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), na Ilha do Fundão e, por muitas vezes, no Palácio Universitário e no pátio da FNM, na Urca.

O ápice das mobilizações foi o chamado “setembro heróico de 66”<sup>14</sup>. Não caberá aqui desenvolver toda a complexa sequência de acontecimentos das jornadas de luta daquele período<sup>15</sup>, por isso serão enfocados apenas alguns dos eventos mais significativos relacionados ao conjunto universitário da Urca.

Em 13 de setembro, os estudantes da FNM deflagraram greve estudantil, unindo-se a colegas de outros cursos, já em greve contra a cobrança de anuidades<sup>16</sup>. No dia seguinte, dois estudantes da FNO foram presos pelo DOPS nas imediações da FNM enquanto pintavam na calçada da Avenida Pasteur a frase “Viva a Liberdade”. A prisão gerou reação dos estudantes, que enfrentaram os policiais e, junto com a intervenção de professores da FNM, forçaram a libertação dos colegas presos<sup>17</sup>. Seguiu-se uma grande manifestação que ocupou as ruas do Centro da Cidade no dia 15, sendo aclamada pela população com papéis picados lançados das janelas dos edifícios. A polícia reagiu prendendo 104 estudantes e ocupando a FNFI no dia seguinte<sup>18</sup>. No dia 16, policiais voltaram a investir contra os estudantes na FNM, buscando dissolver uma assembleia no local. O batalhão de Choque encurralou os estudantes na rua lateral, sem saída (Figura 6). A situação teve de ser novamente negociada pela direção da Faculdade para que a polícia recuasse.

---

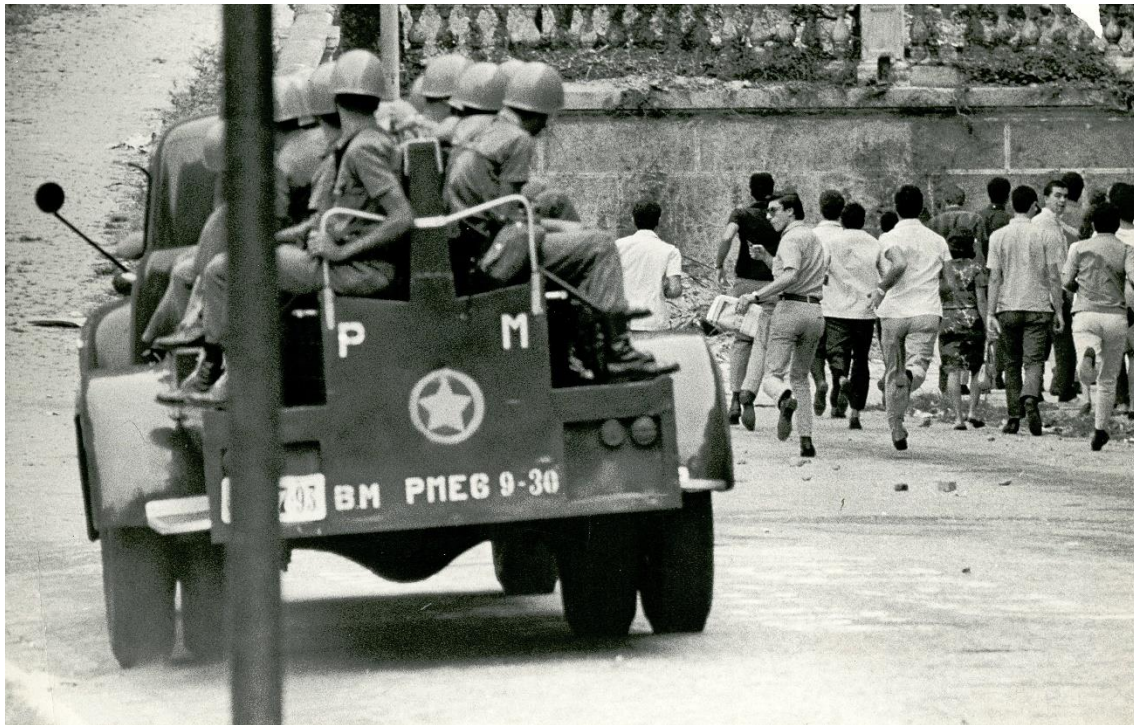
<sup>14</sup> Poerner (2004).

<sup>15</sup> Para um relato e análise mais aprofundados nas lutas de setembro de 1966, cf. Poerner (2004); Martins Filho (1987) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).

<sup>16</sup> Queiroz (2021).

<sup>17</sup> Episódio relatado por Poerner (2004), p. 247-250.

<sup>18</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).



**Figura 6:** Policiais encerralam estudantes na rua de acesso à FNM, em 16 de setembro de 1966. Fonte: Arquivo Nacional.

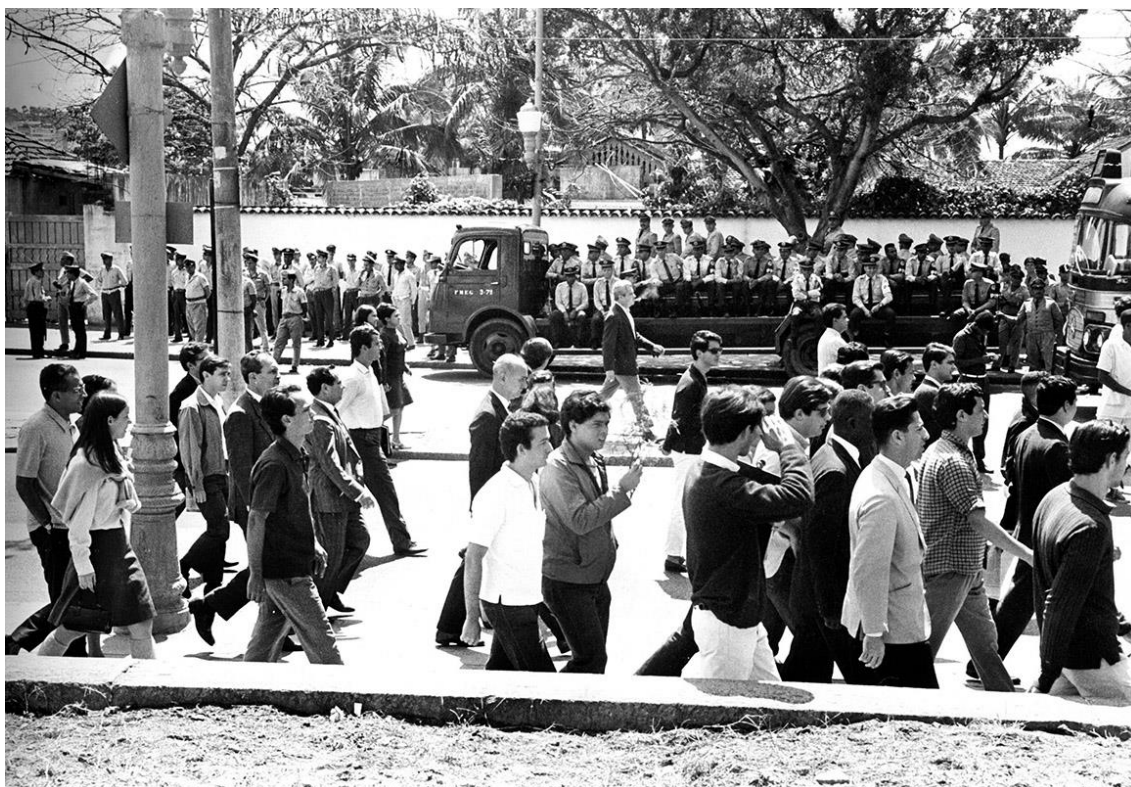
Em meio à intensa mobilização estudantil em todo o país, foi convocado para o dia 22 de setembro um Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura. No Rio de Janeiro, o local escolhido para a grande passeata foi revelador: reunindo-se no Palácio Universitário, os estudantes percorreriam toda a extensão da Avenida Pasteur até a FNM, num percurso que ligaria os dois conjuntos universitários da Urca e, além disso, permitiria aos estudantes desfilarem em protesto nas imediações das instalações militares da Praia Vermelha, agitando palavras de ordem como “Fora com a Polícia” e “Povo organizado derruba a ditadura”.

Embora sob forte cerco policial, a passeata ocorreu sem confrontos mais violentos, inclusive com a presença do reitor da UFRJ à época, Pedro Calmon (Figura 7). Como previsto, os estudantes partiram do Palácio Universitário e percorreram todo o caminho até a FNM, onde, reunidos em assembleia no pátio da faculdade (Figura 8), decidiram ocupar o edifício, hasteando a bandeira nacional na janela do edifício (Figura 9). As forças de repressão se somaram em grande número e mantiveram os estudantes sob o cerco policial.

Cerca de 600 estudantes permaneceram na ocupação durante a noite. Após longas tentativas de negociação entre as forças policiais e os estudantes, mediadas pela Reitoria da UB, pela direção da FNM e por uma comissão de pais, os estudantes reuniram-se



novamente em assembleia para deliberar sobre a desocupação. A célebre reportagem do Diário de Notícias<sup>19</sup> relatou que o clima geral era de aceitação da proposta de desocupação e que os estudantes estavam prontos para iniciar a votação quando os policiais arrebantaram o portão e invadiram a faculdade armados com bombas e cassetetes. Alguns alunos conseguiram fugir pelas janelas, mas a maioria se abrigou no terceiro andar e foi cercada pelos policiais, que os obrigaram a descer as escadas passando por um “corredor polonês”, enquanto eram espancados com cassetetes. Alguns estudantes foram presos, outros foram fichados e muitos foram hospitalizados após as agressões da polícia (Figura 10). São também diversos os relatos de estudantes que foram assediadas e agredidas durante a invasão. O próprio edifício também foi depredado e pilhado pelas forças policiais: a biblioteca e diversos laboratórios foram danificados, vidraças foram quebradas (Figura 11) e até a lanchonete da faculdade fora saqueada. A FNM teve de ser fechada e as aulas suspensas por duas semanas até que os estragos fossem reparados.



**Figura 7:** A passeata dos estudantes em 22 de setembro de 1966, entre o Palácio Universitário e a FNM, acompanhado pelo reitor Pedro Calmon, ao centro, e seguida por forte cerco policial, ao fundo. Fonte: Memorial da Democracia.

<sup>19</sup> Martins, A. “DN” viu polícia invadir Faculdade. Diário de Notícias, 24 de setembro de 1966.



**Figura 8:** Estudantes se reúnem no pátio da FNM em assembleia, durante a ocupação do dia 22 de setembro de 1966. Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).



**Figura 9:** Estudantes ocupam a FNM e exibem a bandeira nacional na janela, em 22 de setembro de 1966. Fonte: Arquivo Nacional.



**Figura 10:** Estudante ferida na invasão da FNM em 23 de setembro de 1966 é carregada inconsciente por policiais. Fonte: Memorial da Democracia.



**Figura 11:** Vidraças da FNM quebradas pela polícia durante a invasão, em 23 de setembro de 1966. Fonte: Memorial da Democracia.

Os policiais arrombaram a porta da frente, dos fundos, abriram o bar da Faculdade e a caixa registradora a tiros, “roubando” dinheiro (informações do dono do bar). Destruíram laboratórios, perseguindo os estudantes. Invadiram o Gabinete do diretor, subiram as escadas, encurralaram os estudantes no terceiro andar e os massacraram. 110 atendimentos nos hospitais de Pronto Socorro. O “corredor polonês” que espancou os estudantes através de mais de 100 metros. A canalhice de uns seviciando as estudantes. Os rostos machucados, os braços quebrados.<sup>20</sup>

A força desproporcional utilizada pelas forças de repressão repercutiu de maneira ampla. O episódio ficou conhecido nas manchetes da imprensa e nos meios militantes como “Massacre da Praia Vermelha”. O ataque à autonomia universitária e aos estudantes revelou a face mais perversa e violenta da ditadura, ecoando inclusive entre setores de classe média e alta, dado o perfil elitista da FNM e o fato de que alguns pais foram ao local acompanhar as negociações e testemunharam as agressões. Alguns dos jornais que

<sup>20</sup> Depoimento do presidente do Diretório Acadêmico Carlos Chagas (DACC), da FNM, à época da invasão, Antônio Rafael da Silva, o “Maranhão”, em Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).

havia declarado apoio em 1964 também fizeram críticas ao governo militar pela ação contra os estudantes.

No mês seguinte, em 24 de outubro de 1966, os estudantes realizaram um ato simbólico em memória da Invasão, rebatizando a rua de acesso à FNM, palco das consecutivas investidas policiais contra a universidade, como "Rua Autonomia Universitária" (Figura 12). Na mesma ocasião, a Praça de Esportes Pedro Calmon, da FNM, foi renomeada como Praça de Esportes 23 de setembro de 1966 (Figura 13). A praça ficava localizada no terreno ao lado, do outro lado da Rua Autonomia Universitária, nos fundos do Restaurante. A renomeação da rua e da praça representou um ato de resistência que, embora simples, carregou um profundo significado político, demonstrando a força do movimento estudantil e a importância da autonomia das instituições de ensino superior como pilares fundamentais para uma sociedade democrática.



**Figura 12:** O líder estudantil Vladimir Palmeira, no ato em memória da invasão que renomeou a rua de acesso à FNM como Rua Autonomia Universitária, em 24 de outubro de 1966. Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).



**Figura 13:** O presidente do DACC, “Maranhão”, e o deputado Mario Martins no ato em memória da invasão que renomeou a praça de esportes da FNM como 23 de setembro de 1966, em 24 de outubro de 1966. Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006).

A FNM, reivindicada desde aquele momento como um “lugar de memória” se tornou um símbolo de resistência e luta contra a ditadura. O episódio da Invasão marcou um ponto de virada na mobilização estudantil, que passou a ganhar maior visibilidade e apoio popular a partir daquele momento, culminando na adesão popular massiva aos protestos estudantis de 1968, antes do recrudescimento da repressão após o Ato Institucional nº 5. Nos anos seguintes, o polo universitário da Urca continuou sendo um dos principais cenários das lutas estudantis contra a ditadura e em defesa da autonomia universitária. Outros episódios marcaram aquele espaço, como as manifestações contra a construção do mega empreendimento privado erguido de forma irregular no Campus da Praia Vermelha da UFRJ, o Canecão, em junho de 1967<sup>21</sup> e o ataque de 20 de junho de 1968, quando a polícia invadiu novamente a universidade para dispersar uma assembleia, perseguindo os estudantes até o campo do Botafogo Futebol e Regatas, onde os encurralou, espancou e prendeu, em outro trágico episódio de repressão e ataque da ditadura ao meio universitário.

---

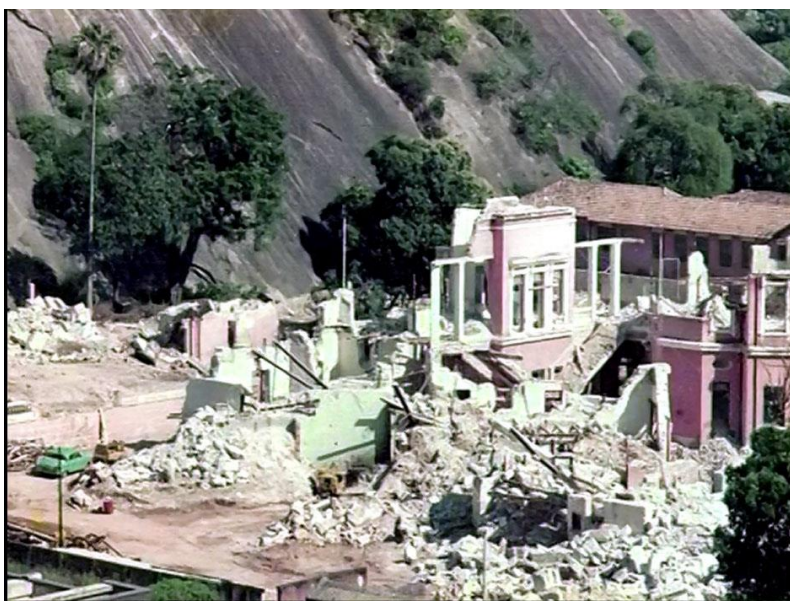
<sup>21</sup> A ocupação irregular de imóvel público da UFRJ para a construção do Canecão, denunciada pelos estudantes, é reveladora do colaboracionismo entre o empresariado e os militares, sobre esse caso cf. Halfen (2023).

## DEMOLIÇÃO DA FNM E OCUPAÇÃO PELA UNIRIO

Em 1973 a FNM foi transferida para as atuais instalações na Ilha do Fundão e, conseqüentemente, desocupou o edifício da Avenida Pasteur. O mesmo ocorreu com a ENQ e a FNO, provocando assim a desativação do primeiro Campus da UFRJ na Urca. Em 1975, foi determinada a demolição do edifício da FNM, em um episódio muito pouco documentado e esclarecido.

Queiroz (2021) aponta que a justificativa oficial para a demolição do edifício era a determinação de se realizar a venda dos imóveis desocupados para financiar as obras ainda em curso na Cidade Universitária, especialmente as do Hospital Universitário. A demolição supostamente seria necessária pois o imóvel seria vendido à Eletrobrás, que planejava construir ali um edifício de grande altura para sua sede. A demolição e a venda se consumaram, mas a Eletrobrás abriu mão do terreno pouco tempo depois. A irônica justificativa beirava o escárnio: a legislação não permitia a construção de um edifício tão alto, justamente porque o terreno ficava no entorno de instalações militares<sup>22</sup>.

No entanto, Queiroz (2021) e Rocha (2007) observam que, para diversos professores e ex-estudantes da UFRJ, foi o simbolismo do edifício que motivou a investida do governo militar contra o patrimônio histórico e acadêmico. A imagem registrada do local após a demolição evidencia a brutalidade do ato: ruínas espalhadas, escombros e partes remanescentes da estrutura que outrora abrigava não apenas aulas e pesquisas, mas também a efervescência política do movimento estudantil e da universidade (Figura 14).



**Figura 14:** Demolição da FNM, entre 1975 e 1976. Fonte: Blog Saudades do Rio.

---

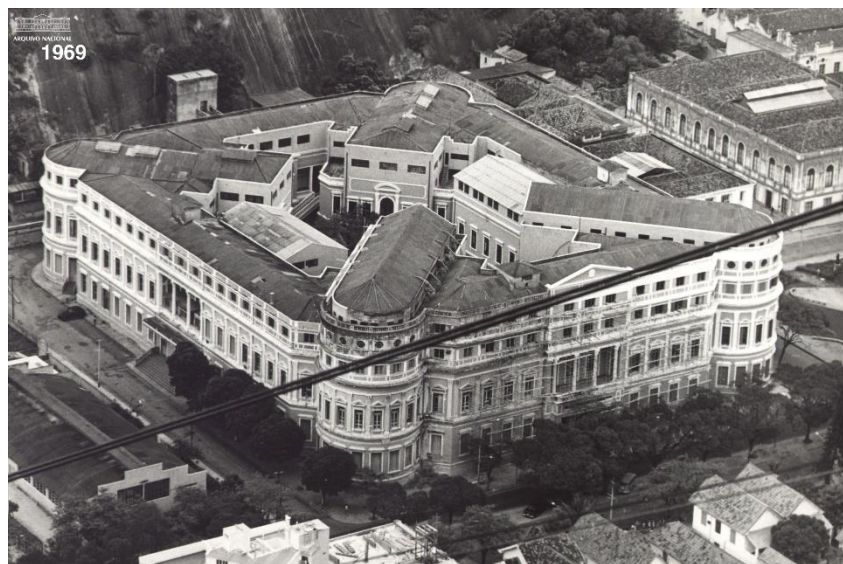
<sup>22</sup> Figueiredo (1998), p. 459-460.

Após a desistência da Eletrobrás de construir ali seu duvidoso empreendimento, o terreno da FNM foi comprado pela UNIRIO, que iniciara a ocupação dos antigos edifícios da UFRJ em 1979. Primeiro, as instalações da ENQ foram reformadas para receber o Centro de Artes despejado de sua sede anterior na Praia do Flamengo em outro violento episódio da ditadura<sup>23</sup>. Em seguida, o edifício da FNO foi incorporado, passando a abrigar atividades administrativas e, depois, a Biblioteca Central da UNIRIO. Em 1981 foi incorporada também a parcela de terreno ocupada pela vila de funcionários da Companhia Brasileira de Recursos Minerais, chamada Vila Miguel Calmon. Isso permitiu ligar os terrenos e dar-lhes um acesso único, conferindo o caráter efetivo de um campus unitário. O terreno da FNM só foi incorporado pela UNIRIO em 1986. Dessa forma, menos de dez anos após a demolição, iniciaram-se novos estudos para reerguer no local edifícios universitários, o que evidencia a contradição da decisão de demolir o antigo edifício. Ramos (2020) documenta que já no início da década de 1990 foram construídos os primeiros edifícios da UNIRIO no local. No entanto, mais da metade da área permaneceu desocupada até 2017, servindo apenas como estacionamento e depósito de entulho (Figura 15).

O conjunto edificado do Campus que conhecemos hoje é uma composição que combina edifícios remanescentes do Campus original da UFRJ e outros novos. Foi justamente no espaço vazio deixado pela FNM que a UNIRIO construiu a maior parte de seus novos edifícios. As ruínas do anterior permanecem, no entanto, como uma presença incontornável. As monumentais fundações da FNM não foram removidas na demolição e hoje constituem a substância principal do solo do Campus.

---

<sup>23</sup> O Instituto Villa-Lobos e a Escola de Teatro da UNIRIO funcionaram de 1965 a 1980 no edifício da antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo, desocupada e incendiada em 1º de abril de 1964. Com a reabertura e a refundação da UNE em 1979, o governo militar determinou a arbitrária demolição do edifício, temendo as mobilizações de reivindicação pelo espaço. Os cursos foram despejados sob ação violenta da polícia. Sobre o episódio, cf. Revista Ensaio Teatro (1980) e Halfen (2023).



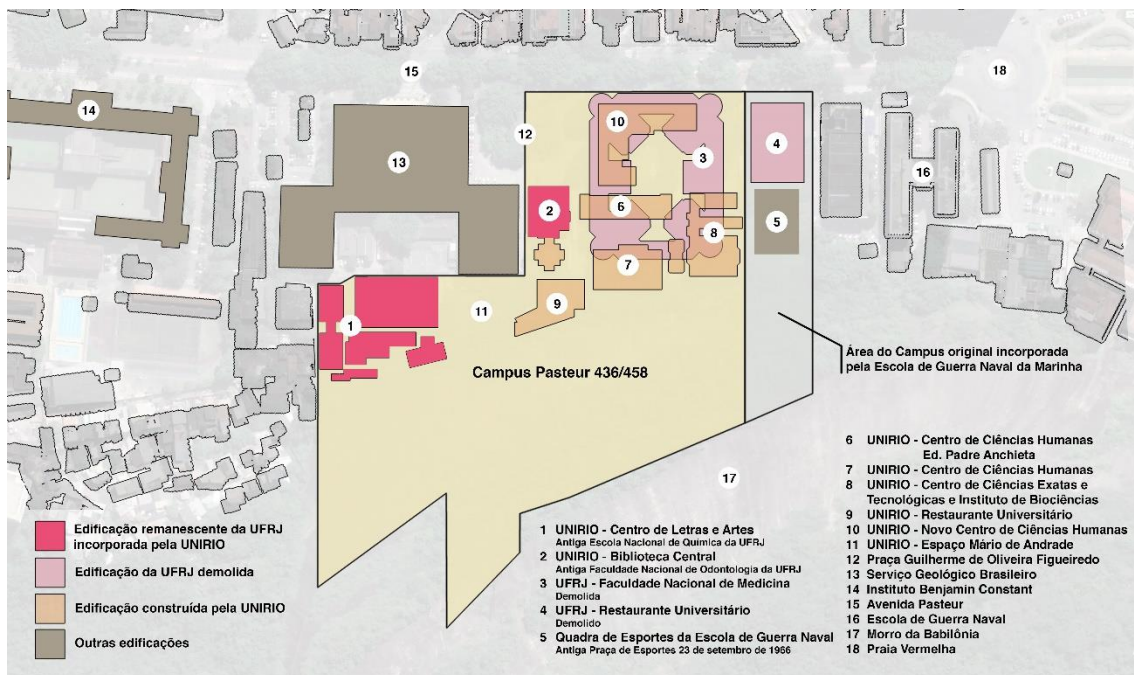
**Figura 15:** O Campus Pasteur 458 em três tempos: (acima) em 1969, ainda vinculado à UFRJ, com o edifício da FNM ocupando todo o terreno; (centro) em 2012, parcialmente ocupado pela UNIRIO; (abaixo) em 2024, totalmente ocupado pela UNIRIO, com o novo edifício do CCH em conclusão, em 2024. Fonte: Elaborado pelo autor com imagens do Arquivo Nacional e da Coordenadoria de Engenharia da UNIRIO.



Cada uma das três edificações do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), e o prédio do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e do Instituto de Biociências foram erguidas sobre os baldrames remanescentes do edifício da FNM (Figura 16). A posição comparada dos edifícios atuais e antigos revela essa sobreposição de camadas históricas (Figura 17).



**Figura 16:** Baldrames da antiga FNM, encontrados durante escavações no Campus Pasteur 458 para a construção do novo prédio do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), em 16 de janeiro de 2017.  
Fonte: Coordenadoria de Engenharia da UNIRIO.



**Figura 17:** Mapa do Campus Pasteur 436/458, indicando a sobreposição dos edifícios da UNIRIO ao da

FNM. Fonte: Elaborado pelo autor.

A persistência e solidez das fundações expressam de forma quase literal e provocativa a noção de uma “memória subterrânea” (Pollak, 1989) que subjaz em latente confronto com a história oficial. Essa particularidade criou no Campus Pasteur 458 uma espécie de metáfora arquitetônica na qual os edifícios atuais se apoiam e se constroem sobre as ruínas do passado. De modo simbólico, essa metáfora representa não só a resistência dos que lutaram e lutam até hoje naquele espaço, como também a notável permanência desse território universitário centenário.

### **PASTEUR 458: LUGAR DE MEMÓRIA**

A análise do processo histórico de produção do espaço do Campus Pasteur 458 da UNIRIO nos permite reconhecer que os sucessivos apagamentos produzidos neste espaço o transformam numa espécie de anti-monumento do projeto de modernização conservadora da universidade brasileira sob a ditadura empresarial-militar. Trata-se de uma materialização às avessas, que se concretiza não pela presença do monumento, mas pela sua destruição e pela ocultação intencional, silenciosa e incompleta desse fato.

Ao mesmo tempo, buscamos caracterizar a relevância deste espaço para a história da universidade pública brasileira. O Campus Pasteur 458 é um importante lugar de memória, não só pelas inúmeras lutas em defesa da autonomia universitária travadas naquele espaço, especialmente durante a ditadura militar, mas também pela ação deliberada de apagamento dessa mesma história pelo poder do Estado, representada na emblemática demolição da FNM.

Não obstante, os vestígios permanecem como testemunho dos episódios de violência perpetrados pela ação militar, ocultos no subterrâneo do campus até hoje. Por outro lado, de forma metafórica e poética, servem de apoio e sustentação às estruturas da universidade de hoje. A história do Campus se evidencia no espaço de hoje por meio destes elementos materiais que o constituem e que expressam o conflito entre as memórias subterrâneas e a memória oficial, que atravessa toda a sua história centenária.

### **REFERÊNCIAS**

ALBERTO, K. Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação de Mestrado: PROURB/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São

Paulo: Boitempo, 2005.

CAETANO, L. O. Palácio Universidade do Brasil (ex-Hospício Pedro II) – Imagens e mentalidades. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1993.

CARVALHO, D. M. de. O Museu Virtual da Faculdade de Medicina da UFRJ. In: QUEIROZ, A. C. de B.; OLIVEIRA, A. J. B. (Org.) Universidade e lugares de memória. Rio de Janeiro: UFRJ / Fórum de Ciência e Cultura, 2009, p. 37-53.

FIGUEIREDO, G. de O. A bala perdida: Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

HALFEN, Vitor. Movimento estudantil e espaço urbano: Práticas espaciais na Ocupação Cultural do Canecão. Monografia. Especialização em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: ICS/UERJ, 2023.

LEVY, Ruth. Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008

MAIA, G. D. A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

PEREIRA, M. S. 1908: um Brasil em exposição. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2010.

POERNER, A. J. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol, 2, n.3., 1989.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação - Extensão e Embellezamento, 1926-1930. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

QUEIROZ, A. C. de B. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. Tempo, Niterói, v. 27, n. 1, p. 184-203, jan./abr. 2021.

RAMOS, F. O reconhecimento do patrimônio cultural da UNIRIO, RJ: uma contribuição do projeto paisagístico do Campus Pasteur 436. Dissertação de mestrado: PROARQ/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

ROCHA, G. W. F. A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança. In: Seminário Memória, documentação e pesquisa: universidade e os múltiplos olhares de si mesma. Rio de Janeiro: UFRJ / Fórum de

Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e  
Informação, 2007.

REVISTA ENSAIO TEATRO. Praia do Flamengo, 132. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1980.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. O percurso da classe trabalhadora: contribuições espaciais ao materialismo histórico a partir da obra engelsiana. *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p.251-270, ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Invasão da FNM: 40 anos. Rio de Janeiro: CoordCOM UFRJ, 2006.



## **PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES**

### **SESSÃO 3 - Acervos, preservação e gestão de coleções universitárias**

4 de setembro de 2024 // 09H às 12H

*Mediação: Ina Hergert (Museu Paulista - USP)*



### **III seminário patrimônio cultural universitário**

**Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá**

**CEDOC NTVRU:  
desafios no restauro das mídias em Betacam da TV Universitária.**

***CEDOC NTVRU:  
challenges in restoring the Betacam media of TV Universitária.***

Charles Douglas Martins<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O CEDOC (Centro de Documentação e Pesquisa) é um laboratório dedicado a documentação, pesquisa e digitalização do acervo da TV Universitária para integra-lo as coleções que compõe a Rede de Museus Universitários da UFPE, disponibilizando uma importante fonte de pesquisa acadêmica e pública sobre a história da televisão pública.

O acervo é composto por produções televisivas, entrevistas, documentários e programas de televisão, armazenados em fitas magnéticas em formatos (*betacam, minidv, u-matic*) que representam um enorme desafio no seu manuseio: restauro de fitas, integridade na captura para o formato digital, manutenção de *VTR*<sup>2</sup> e placas de captura analógica fora de linha de fabricação. Outrossim, o CEDOC tem um dos objetivos específicos a digitalização do acervo de fitas *betacam* da TV Universitária UFPE,

<sup>1</sup> Formado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (2001), Bacharelado em Sistemas da Informação. Mestre em Antropologia pela UFPE e em Museologia pela UNIRIO. Tem experiências na área de multimídia, com ênfase no desenvolvimento de museus digitais e digitalização de acervos. Servidor e coordenador do Centro de Documentações e Pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Abreviatura para Vídeo Tape Recorder: gravador e reproduzidor de fitas magnéticas.

documentação dos metadados descritivos sobre fitas que compõe o acervo e a salvaguarda para novas mídias.

A pesquisa revelou uma conclusão preocupante quanto os acervos oriundos de mídias analógicas: apesar das fitas magnéticas terem sido projetadas para ter uma durabilidade de armazenamento por décadas, os *VTRs* que reproduzem essas fitas não tiveram a mesma sorte. Estes equipamentos saíram da linha de fabricação tornando cada vez mais complexo reproduzir essas mídias descontinuadas. O artigo destaca a urgência de digitalização antes que se tornem irreprodutíveis.

Palavras-chave: Digitalização; comunicação pública; ciências do erro.

### **ABSTRACT**

*CEDOC (Documentation and Research Center) is a laboratory dedicated to documentation, research and digitization of the University TV collection to integrate it with the collections that make up the UFPE University Museum Network, providing an important source of academic and public research on the history of public television.*

*The collection is made up of television productions, interviews, documentaries and television programs, stored on magnetic tapes in formats (betacam, minidv, u-matic) that represent an enormous challenge as a whole: restoration of tapes, integrity in capture to the format digital, maintenance of VTR and analog capture cards out of production line. Furthermore, one of the specific objectives of CEDOC is the digitization of the UFPE University TV betacam tape collection, descriptive metadata documents about the tapes that make up the collection and protection for new media.*

*A survey revealed a worrying conclusion about collections from analogue media: although magnetic tapes were designed to have storage durability for decades, the VTRs that played these tapes were not of the same type. This equipment left the manufacturing line where, until now, it was impossible to go through an emulation process. The article highlights the urgency of digitizing these media before they become definitively irreproducible.*

**Keywords:** *Digitalization; public communication; error sciences.*

## 1. INTRODUÇÃO

Certamente o caminho mais promissor para uma divulgação científica no campo do estudo da preservação e da memória da produção de imagens, seria apresentar de forma qualitativa as imagens digitalizadas de fitas e suportes antigos enumerando pontos positivos em disponibilizar raridades da comunicação pública para futuras pesquisas. É inegável a importância de se digitalizar raras produções exibidas nos anos 2000, como alguns episódios do programa “A hora da Sopa”, apresentado por Roger de Renoir, que documentam o surgimento de movimentos estéticos e culturais. Contudo, este artigo delimita-se em descrever as falhas no sistema e erros humanos ocorridos durante o processo de digitalização desta parte do acervo da TV Universitária, em Recife, que estão armazenados originalmente em fitas *betacam*<sup>3</sup>. São apresentados os desafios para corrigir e conviver com erros durante o processo de cópia destas produções audiovisuais do sistema analógico para o digital. Desafios como: defeitos eletrônicos nos equipamentos analógicos, interferências na sincronização do áudio e vídeo durante a captura das imagens, falhas nas fitas magnéticas, travamentos em mecanismos etc. Enfim, erros recorrentes que descrevo para que auxilie departamentos universitários no processo de digitalização de acervos em seus próprios laboratórios.

A pesquisa foi realizada na estrutura do CEDOC<sup>4</sup> (Centro de Documentação e Pesquisa), um laboratório que tem a missão de preservar, organizar e disponibilizar o acervo audiovisual da TV Universitária - UFPE destinado à pesquisa acadêmica e comunicação pública. O departamento conta com a ajuda de técnicos experientes para realizar a manutenção em dispositivos eletrônicos e suporte durante a reprodução de mídias em diversos formatos descontinuados, sendo digitalizados priorizando a integridade e autenticidade da cópia em relação a sua mídia original para garantir a aplicação de seu conteúdo em futuras produções na televisão pública.

<sup>3</sup> Linha de formato de câmeras e videoteipes introduzidas pela Sony em 1982, bastante utilizada devido à sua qualidade de imagem. O acervo da TVU é formado pela geração de fitas Betacam SP, que se firmaram no mercado profissional por possuir uma quantidade superior de 500 linhas de resolução e revestidas com partículas de Alumina-Silica, produzindo uma qualidade e durabilidade superior.

<sup>4</sup> O site institucional do CEDOC está disponível no endereço <https://sites.ufpe.br/cedoc/> e no aplicativo em Android TVUPLAY.



## 2. DIÁRIO DE CAMPO DO CEDOC

Para pesquisar o campo<sup>5</sup> sobre a memória da televisão pública se fez necessário primeiramente criá-lo dentro da TV Universitária (TVU). Não havia estrutura para resgatar dados armazenados nem tão pouco para refletir sobre processos de salvaguarda. A criação do setor incentivou o surgimento de novas propostas de pesquisas e produtos ligados ao tema de memória para televisão.

Apresento neste artigo, um diário de campo relatando a criação deste setor. Afinal, o título do artigo começa com a palavra “desafios”, e no cotidiano de um TAE (Técnico em Assuntos Educacionais), sempre estão presentes nas dimensões técnica e teórica ao conduzir pesquisas científicas.

O desejo de criar o CEDOC começou durante as disciplinas do mestrado Interinstitucional em Museologia e Patrimônio - MINTER. Iniciado em 2019, teve a missão de especializar servidores na salvaguarda do patrimônio universitário da UFPE. Em específico, na disciplina da Teoria Museológica, ministrada pela professora Tereza Scheiner sobre a apresentação de sua teoria sobre o museu fenômeno., a mesma comenta que:

*Como fenômeno, o museu é livre e plural: pode existir em qualquer espaço, em qualquer tempo. Inexiste, portanto, uma forma ideal de museu, que possa ser utilizada em diferentes realidades: o museu toma a forma possível em cada sociedade, sob a influência dos seus valores e representações (SCHEINER, 1999) .*

Esse conceito de museu ampliou meu campo de visão para contemplar a memória no meu cotidiano. Estava dentro de uma ilha de edição de vídeo, ilhado de memórias. Ao concluir o mestrado, estava lotado como servidor no DAM (Departamento de Museologia e Antropologia) da UFPE, retornei para o Núcleo de TVs e Rádios Universitárias com o objetivo de fundar o CEDOC. Comecei coletando dispositivos obsoletos espalhados na emissora: gravadores de fitas de vídeo (*VTR*), placas de capturas analógicas, racks, estantes para armazenamento de fitas, desumidificadores para

<sup>5</sup> Um espaço simbólico para o surgimento de agentes capazes de pesquisar de valores, validar e legitimar representações sobre o acervo.

conservação do acervo, mídias analógicas e alguns poucos equipamentos que disponibilizam um híbrido dos sistemas analógico e digital. É preciso destacar que esses relevantes equipamentos de C&T estavam na liminaridade do descarte e desligados por um longo período, alguns na condição de lixo eletrônico. Foram três meses na etapa de coleta<sup>6</sup> desses equipamentos da emissora com o objetivo de reutilizar seus aspectos funcionais.

O espaço físico do CEDOC foi ganhando uma ambiência de exposição museológica (figura 1), de um museu de experiência na sua estética *retro*, o pesquisador consegue utilizar equipamentos profissionais da emissora de televisão oriundos de décadas anteriores. No cotidiano, apresentam desafios constantes para o funcionamento e utilização dos equipamentos, com códigos de erros que exigem um esforço hercúleo para decifrá-los e corrigi-los, muitas vezes realizando *bricolages*<sup>7</sup> para continuar manuseando fitas magnéticas inseridas em equipamentos repletos de portas eletrônicas que se fecham em erros repetitivos. Por estas portas não passam inteligências artificiais para solucionar problemas de eletrônica discreta, tecnologia da geração dos transistores. A metodologia de digitalização ficou com uma dinâmica dramática em que cada fita copiada exige uma manutenção previa no *VTR* se preparando a manifestação dos erros.



Figura 1 - direita: CEDOC - centro: VTRs - esquerda: fitas betacam. Foto: Charles Douglas Martins

<sup>6</sup> Lista de fotos disponível em anexo 1

<sup>7</sup> Bricolage se refere o ato de adaptar e concertar coisas usando materiais disponíveis no improvisado.

No departamento utilizo dois *VTR*'s tombados pela universidade. Devido aos danos e erros apresentados, funcionam apenas para rebobinar as fitas. Para economizar a vida útil dos mecanismos do único *VTR* da *betacam* destinado para a reprodução das fitas, uso um equipamento pessoal para viabilizar a pesquisa. São equipamentos que foram descontinuados pelo fabricante e que dominaram as telecomunicações sem concorrência no século passado quanto ao uso profissional para armazenamento e transporte de imagens. Atualmente, estes objetos fora de série estão destinados ao resgate de imagens.

### 3. ERROS, DEGRADAÇÕES E A REPRODUÇÃO DO ESQUECIMENTO

O acervo da emissora transita no imaginário dos telespectadores da universidade como se estivessem em alguma reserva técnica da instituição sendo pesquisados, digitalizados e documentados. No entanto, isso não acontece pela complexa necessidade de uma estrutura dedicada para um processo que se assemelha atualmente a uma arqueologia de dados. Qualquer departamento que tenha a visão de simplesmente armazenar este acervo sem apresentar uma metodologia de digitalização objetiva, adia o final inevitável destas mídias pela ação do tempo.

A fita *betacam* (figura 2) é uma mídia de vídeo projetada para durar cerca de vinte anos antes de começar a se degradar e desmagnetizar. São fitas magnéticas fabricadas usando uma base de poliéster flexível que recebe, na sua superfície, uma camada de óxido magnético de ferro e cromo. As fitas são enroladas em bobinas dentro de um cassete para posteriormente serem capazes de reproduzir imagens por meio de sinais elétricos usando um *VTR*, um equipamento que nos anos 90 foi popularizado pelo nome de videocassete.

Os *VTRs* da emissora são consideravelmente afetados pelo processo de degradação que ocorrem com essas fitas. Precisam constantemente de manutenção e de uma reserva de peças sobressalentes que estão cada vez mais escassos. A estrutura do *VTR* é composta por peças que ao apresentarem mal funcionamento ou estando mal reguladas, provocam falhas em outras peças, criando uma "falha em cascata" que danifica o sistema por completo. Em resumo, consigo usar o equipamento apresentando uma falha, mas ciente de que esta peça está provocando uma fadiga em outras. O sociólogo Jean Baudrillard em seu livro *Sistema de Objetos* (1981, pág. 50), define como uma característica do "*plano de racionalidade dos objetos, isto é, da sua estruturação*

*tecnológica objetiva*”. As peças interagem em conjunto somente quando são acionadas durante determinado ciclo de trabalho, ao fim dessa interação, param de funcionar e só trabalham novamente quando acionadas por outro ciclo. Trabalhando numa espécie de turno de funcionamento, são projetadas para aquela função e mesmo estando danificadas, o usuário continua a realizar outras funções na máquina e em encontrar outros caminhos para seu uso. Assim, preciso conviver no cotidiano realizando sempre um “*troubleshooting*”: minimizando a ocorrência de problemas nos dispositivos, investigando e contornando falhas (figura 2) para que as coisas continuem funcionando. Abaixo comento sobre alguns problemas.

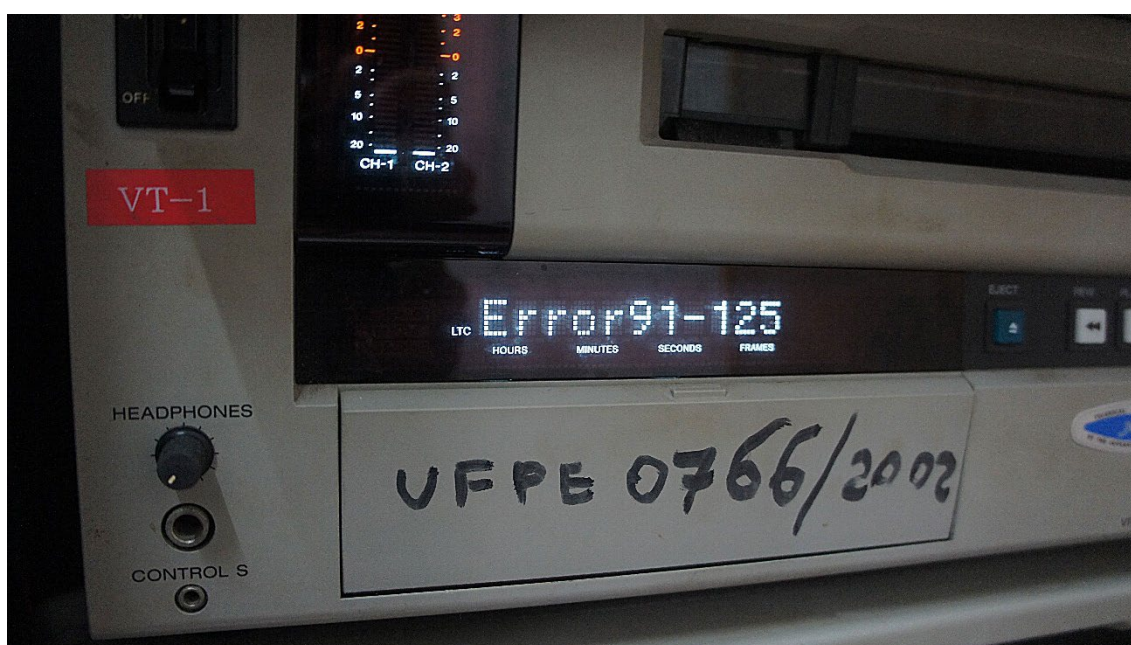


Figura 2 - Mensagem de erro no VTR - Problemas com a entrada do áudio. Foto: Charles Douglas Martins

Falha em cascata se aplica no caso da função REC, indisponível nas *betacams* da emissora devido danos no cabeçote de gravação (*error 02-603*). Não tenho como gravar fitas, mas ainda é possível reproduzi-las por necessitar exclusivamente do cabeçote de reprodução para executar essa função. A falha na função REC se revelou quando precisei copiar algumas fitas. Ocorre que, após localizar 11 fitas *betacam* master de 90 minutos que estavam lacradas, configurei os equipamentos e a estrutura para realizar um processo conhecido como “*duplicação de fitas*”, que consiste em utilizar duas *betacam* (uma origem e outra destino) para gerar novas fitas. O objetivo era duplicar os episódios do programa de televisão “Documento Nordeste” da TVU, mas esse erro impossibilitou a realização dessa duplicação. Todo esse trabalho teria sido evitado caso tivesse considerado um mal funcionamento da função *slow motion* como um indicador que algum

cabeçote estava danificado, pois essa de função de *slow* opera apenas quando todos os cabeçotes estão trabalhando de forma complementar. Para tentar corrigir o problema, utilizei uma fita de limpeza (*BCT-5CLN-Cleaning Cassete*) para limpar os cabeçotes e o resultado foi um *head capstan error*. O líquido de limpeza danificou o mecanismo que sincroniza a velocidade que já acumulava bastante sujeira proveniente da degradação das fitas. A leitura ficou comprometida.

Fitas master de 60/90min sempre são as primeiras a provocar defeitos no *VTR*. São fitas grandes e mais pesadas e exigem do mecanismo um processo específico. Esses defeitos não aparecem quando são usadas fitas mais leves com duração de 30, 10 e 5 minutos. Mediante esse problema, parece mais prático contornar esse desafio digitalizando fitas mais leves, deixando as fitas mais pesadas para o final do processo. Não é uma boa estratégia, porque as fitas masters, como o nome já diz. São matrizes que armazenam o backup do acervo da emissora, enquanto as fitas mais leves com duração de 5, 10 e 20 minutos, são utilizadas como fitas de trânsito e geralmente carregam conteúdos fragmentados. Salvo casos em que fitas que estão rotuladas informando seu conteúdo, o melhor é dedicar um tempo para consertar o mecanismo reabilitando o *VTR* para digitalização das fitas master antes que se apresentem defeitos em cascata.

Códigos indicadores de falhas no sistema começam a ficar imprecisos. O sistema começa a operar no limite pelo tempo de uso dos equipamentos. Problemas no mecanismo (*error 0803A*) aparecem em um *VTR* da emissora devido desalinhamentos no transporte da fita e na tensão do rolo e em outro, o mesmo código indica uma falha diferente: problema grave no cabeçote. Muitos cassetes soltando a camada magnética das fitas devido a fungos, obstruções, empenos, ações do tempo e necessitam passar por uma limpeza antes de qualquer digitalização. Não compensa arriscar o trabalho colocando uma fita de acervo que se encontra muito tempo fora de uso. Sem uma vistoria prévia, mesmo aparentando um bom estado de conservação. Sempre rebobino várias vezes a fita usando um *VTR* danificado para deslocar essa química colada na mídia. Geralmente, a fita cassette passando muito tempo armazenado apresenta um *slack tape*, o (*error 066A7*) sendo necessário abrir o cassette para ajustar o tensionamento da fita.

Localizei uma fita que no seu rotulo tinha o título "Importante! Não apagar, nunca!". A fita aparentava bom estado de conservação: sem mofo, guardada dentro da caixa, acompanhada de um kit de adesivos para sinalização do status da fita. Ao inseri-la no *VTR* imediatamente ocorreu um *tape jam*, um dos erros mais clássicos: a fita trava dentro do mecanismo exigindo que o equipamento seja aberto para remover o rolo de fita

manualmente. Popularmente usamos o termo “engoliu a fita”, onde o *VTR* perde o controle sobre a fita e a cabeça é arrastada (figura 3). Foi necessário desmontar essa fita de 30 minutos e remontá-la em outro cassete virgem, pois o problema estava nas engrenagens empenadas. Ao rodar essa mídia foram recuperadas imagens brutas de externas realizadas para o programa Documento Nordeste, alguns registros de manifestações do carnaval pernambucano e trechos do programa Opinião Pernambuco. Esse defeito ocorre em qualquer tamanho de fitas, em cassetes *BCT-90MLA* (fitas master de 90 minutos) quanto nas *BCT-10MA* (fitas de trânsito de 10 minutos).



Figura 3 - A fita não solta, o carro da fita fica na posição para baixo. Foto: Charles Douglas Martins

Atribui alguns defeitos nas imagens acreditando se tratar de um estado de desgaste nas fitas, com perda de informações na imagem: *dropouts* que exibem linhas na imagem, ruídos e erros de rastreamento distorcendo a imagem (*tracking error 2X20018*). No entanto, o alinhamento incorreto das cabeças do vídeo ou problemas do Servo, um motor cansado que gerencia o movimento do mecanismo de transporte da fita, intensificam estas falhas. Antes de digitalizar, recorro ao *tracking* para realizar ajustes manualmente, as vezes passando expedientes inteiros para encontrar um alinhamento ideal. Até compreender que certas falhas se tornaram uma característica das imagens, uma assinatura que oferece singularidade a fita, assim como arranhões que marcam as músicas nos vinis, esses defeitos fornecem uma dimensão documental sobre a trajetória do acervo onde acabei incorporando essas falhas aos metadados do inventário.

Sem dúvida, que o maior resultado, durante dois anos, foi a criação do departamento com infraestrutura adequada para aplicar uma metodologia de digitalização: preparação de materiais, coleta da tecnologia, restauro dos equipamentos e mobiliário, inventário das mídias, documentação dos metadados, políticas de armazenamento e o registro dos erros durante o processo. O estudo de caso dos erros surgidos no processo de digitalização. As fitas *betacam* (figura 4) são apresentadas como uma amostra para analisar a frequência destas ocorrências diárias num laboratório de restauro, durante este processo, muitas vezes, insular dentro das universidades e pouco relatados. Também como um espaço de *bricolage* com objetos de memória, trazendo novos significados a estas práticas, os erros surgem como parte da metodologia.



Figura 4 - O que você faria para ver o conteúdo de uma fita rotulada com um título tão simples e objetivo? Foto: Charles Douglas Martins

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo dos erros é tão relevante quanto os objetivos que são: pesquisa, documentação e comunicação do acervo; criação de programas audiovisuais sobre a memória da televisão pernambucana; restauro e conservação de bens móveis que compõe o acervo de C&T da emissora (câmeras, projetores, leitores, mesas de corte e som

etc.); armazenamento das mídias digitalizadas no *MAM (Media Asset Management)* da universidade. Uma ciência do erro que auxilia a pesquisa nos departamentos na universidade que trabalham com patrimônio para restaurar seus acervos utilizando estas tecnologias descontinuadas. Claro que para um engenheiro eletrônico essas manutenções não passam de processos bastante conhecidos na literatura destes especialistas, mas estou me referindo a um processo entre sujeito e máquina onde a falha do sistema e o erro humano convergem para um aprendizado operacional e íntimo com o equipamento que somente um *bricoleur*, um “faz tudo”, como define Lévi-Strauss, seria capaz de encarar problemas complexos começando com o que tem em mãos e na mente. O pesquisador que assume a digitalização como uma desobediência tecnológica dentro da universidade, encontra no caminho um patrimônio universitário esperando justamente para ser combinado e repleto destes desafios. O artigo veio compartilhar sobre esses desafios, desabafar sobre a raiz desses problemas. Não é um manual de como realizar manutenção ou consertar estes equipamentos. Mas testemunhar o quanto se torna mais penoso de operá-los com passar do tempo e comentar sobre algo tão efêmero quantos os erros dentro de uma velha máquina que irá desaparecer junto com seus usuários.

Estamos entrando numa fase de, digamos assim, uma espécie de miragem do patrimônio universitário: vislumbrada ao longe como uma memória salvaguardada e validada por um discurso institucional bastante superficial, mas ao nos aproximarmos desses acervos temos a verdadeira noção do quanto está degradada a nossa memória.

## 5. REFERÊNCIAS

**MERLEAU-PONTY, Maurice; MOURA, Carlos Alberto R. de.** Fenomenologia da percepção. In: Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** NBR 6022: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos. Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

**BARAÇAL, A. B.** Em busca do objeto filosófico da museologia / patrimoniologia: alguma especulação. 2015. 353 p. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppgpmus/copy\\_of\\_anaildo\\_bernardo\\_baracal.pdf](http://www.unirio.br/ppgpmus/copy_of_anaildo_bernardo_baracal.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.



**CAVALCANTE, L. E.** Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. *Enciclopédia Bibliográfica: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 23, 1º sem. 2007.

**DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F.** Conceitos-chave de museologia. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2010.

**LÉVY, P.** *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2012. 103 p.

**MARCONDES, C. H.** Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 61–83, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2735>. Acesso em: 02 fev. 2020.

**MUSEOLOGIA, C. D. E.** O campo de atuação da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s.l.], p. 7–28, 1994.

**SILVA, J. A.** *Educação museal e cibercultura: investigando a interação entre museus*. São Paulo: Editora Cultura, 2023.

**BAUDRILLARD, J.** *O sistema dos objetos*. Tradução de [Zulmira Ribeiro Tavares]. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

**MANUAL UVW1800.** *Manual do usuário do UVW1800*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://archive.org/details/manual\\_UVW1800\\_VOL1/mode/2up](https://archive.org/details/manual_UVW1800_VOL1/mode/2up). Acesso em: 06 ago. 2024.

**MANUAL SONY UVW-1800.** *Manual do usuário do Sony UVW-1800*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.manualslib.com/manual/652141/Sony-Uvw-1800.html#manual>. Acesso em: 06 ago. 2024.

**SONY.** *Manual de serviço do Sony UVW-1600/UVW-1800*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://elektrotanya.com/sony\\_uvw-1600\\_p\\_uvw-1800\\_p.pdf/download.html#google\\_vignette](https://elektrotanya.com/sony_uvw-1600_p_uvw-1800_p.pdf/download.html#google_vignette). Acesso em: 06 ago. 2024.

**LÉVI-STRAUSS, Claude.** *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 350 p.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### Conservação Preventiva de Trajes da Cia Cinematográfica Vera Cruz (1949 -1954):

Um estudo detalhado de cinco trajes do filme "Tico - Tico no Fubá"

*PREVENTIVE CONSERVATION OF COSTUMES OF THE VERA  
CRUZ CINEMATOGRAPHIC COMPANY (1949 – 1954):  
A detailed study of five costumes from the film “Tico – Tico no Fubá”*

Isabela Porto de Oliveira Peruzzi<sup>1</sup>

Fausto Roberto Poço Viana<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este projeto de pesquisa aborda a conservação preventiva de trajes da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, importante marco no cinema brasileiro, com ênfase entre os anos de 1949 e 1954. A Vera Cruz, como ficou conhecida, tem forte valor histórico e cultural para a sociedade paulistana e brasileira: foi pioneira do cinema nacional, no seu modo de operar, e faz parte do cenário social e cultural dos anos de 1950, e mesmo depois dele, pois seus técnicos, depois da finalização das atividades da empresa, assumiram importantes cargos no cinema, na televisão nascente, nas propagandas e muitas outras atividades, incluindo a criação e confecção de trajes de cena, razão de ser deste projeto. Conservar esse acervo é de fundamental importância para a memória, pois os trajes oferecem importantes registros para pesquisa: cor, forma, volume, artesanaria e confecção, formas de construção e costura. A conservação preventiva é uma das primeiras e mais importantes etapas no trato com o acervo, por protegê-lo e minimizar maiores deteriorações ou perdas, garantindo o acesso desse patrimônio - um documento já quase centenário - para as gerações presentes e futuras. O acervo, composto por cerca de 1300 peças, pertence hoje à prefeitura da cidade de São Bernardo do Campo, mas está cedido para pesquisa na Escola de Comunicações e Artes, sob os cuidados do Núcleo de Traje de Cena, Indumentária e Tecnologia da USP.

<sup>1</sup> Graduanda em Têxtil e Moda pela Universidade de São Paulo e estudante de Museologia pelo Centro Paula Souza. Email: isaporto@usp.br

<sup>2</sup> Orientador do projeto e Professor Doutor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Email: faustoviana@usp.br

**Palavras chaves:** Museologia; Conservação Preventiva; Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

### **ABSTRACT**

This research project addresses the preventive conservation of costumes from the Vera Cruz Cinematographic Company, an important milestone in Brazilian cinema, with emphasis on the period between 1949 and 1954. Vera Cruz, as it became known, has a strong historical and cultural value for São Paulo society. and Brazilian: it was a pioneer of national cinema, in its way of operating, and is part of the social and cultural scene of the 1950s, and even after it, as its technicians, after the end of the company's activities, took on important positions in cinema, on early television, in advertisements and many other activities, including the creation and manufacture of stage costumes, the *raison d'être* of this project. Preserving this collection is of fundamental importance for the memory, as the costumes offer important records for research: color, shape, volume, craftsmanship and manufacturing, forms of construction and sewing. Preventative conservation is one of the first and most important steps in dealing with the collection, as it protects it and minimizes further deterioration or loss, guaranteeing access to this heritage - a document that is almost a century old - for present and future generations. The collection, made up of around 1300 pieces, currently belongs to the city hall of the city of São Bernardo do Campo, but is on loan for research at the School of Communications and Arts, under the care of the Center for Stage Costume, Clothing and Technology at USP.

**Keywords:** Museology; Preventive Conservation; Cinematographic Company Vera Cruz.

## **1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz foi fundada em 1949 em São Bernardo do Campo (SP) por Franco Zampari (1898-1966) e Ciccilo Matarazzo (1898-1977), ambos italianos. Zampari, por meio de boletins à imprensa, expressou o desejo de estabelecer uma "produção brasileira de padrão internacional: o lema da Vera Cruz"<sup>3</sup>. A empresa teve uma existência breve, encerrando suas atividades em 1954 após enfrentar dificuldades financeiras.

Produziu dezoito longas-metragens e quatro documentários. Um de seus filmes foi "Tico-Tico no Fubá" (1952), drama musical baseado na biografia romanceada de Zequinha de Abreu. Dirigido por Adolfo Celi e Fernando de Barros, o filme se passa em 1912 na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, onde Zequinha de Abreu (interpretado

---

<sup>3</sup> Maria Rita Galvão, Companhia Cinematográfica Vera Cruz: A Fábrica de Sonhos: um estudo sobre a produção cinematográfica industrial paulista, 1976, p.123

por Anselmo Duarte) trabalha na prefeitura e se apaixona por Branca (Tônia Carrero), uma amazona de um circo itinerante, e compõe a música Tico-Tico no fubá. Quando o circo está indo embora, Branca chama Zequinha para ir junto, mas ele se recusa, permanece em sua cidade e apesar de casar com Durvalina, nunca esquece Branca. Vive angustiado, começa a beber e adoce do coração. No final do longa, vai para São Paulo. Um tempo se passa e Zequinha, já envelhecido, reencontra Branca em uma festa, para a qual foi contratado para tocar, ao vê-la, lembra-se da melodia Tico-tico no fubá, toca, se emociona e morre do coração. O filme encerra com a consagração universal da música de Zequinha, mostrando várias pessoas dançando ao som de sua composição.

A relevância desse projeto de conservação provém do fato da Cia. ter estado à frente do seu tempo. É arte que deve ser preservada e protegida como patrimônio nacional e bem cultural, possui valor e representatividade para sociedade brasileira, como um testemunho material de parte de sua trajetória. A Vera Cruz deixou um legado para o cinema nacional, possibilitando filmes de qualidade, movimentando o setor, criando empregos bem remunerados, formando ótimos técnicos e abrindo espaço no âmbito europeu<sup>4</sup>. No entanto, o acervo enfrenta desafios de preservação devido ao tempo e às condições de armazenamento. É essencial compreender não apenas o valor histórico e cultural desses artefatos, mas também os benefícios que a conservação preventiva pode oferecer às futuras gerações. Este projeto visa realizar um estudo aprofundado sobre os trajes utilizados desde 1949, descrevendo o processo de conservação e destacando a importância de proteger esses itens para o legado cinematográfico brasileiro.

## **2. METODOLOGIA**

Para um entendimento histórico e cultural da Companhia Vera Cruz e do filme "Tico-Tico no Fubá", serão realizados levantamentos essenciais. Isso inclui o uso do próprio figurino como material de pesquisa, além da visualização dos filmes e análise de documentos iconográficos nos acervos:

---

<sup>4</sup> Wanda Jorge, 1949/1954: um sonho do cinema brasileiro, São Paulo, p. 54-55.

- Cinemateca Brasileira: fotografias de cenas e bastidores.
- Centro de Memória de SBC: fotografias originais, notas fiscais, livros caixa, registros de funcionários, e roteiros originais.
- Museu da Imagem e do Som: entrevistas realizadas com funcionários nos anos 1980 e 1990.

Com o intuito de agregar informações e referências para o processo de identificação e catalogação do figurino remanescente, já que as peças recebidas da prefeitura não possuem identificação, além de compreender a estética dos filmes. Realizar levantamentos de diferentes fontes que mencionam o acervo de trajes e seu histórico, a fim de compreender os problemas contidos nos mesmos.

O processo de recebimento, conservação e higienização será feito de forma detalhada e documentada. A escolha dos trajes, de “Tico - Tico no Fubá” (1952), se baseia nos seguintes critérios: forma, volume, movimento, textura, padrões em tecidos estampados, e aviamentos, além do contraste, já que os filmes são em preto e branco. Para abranger o repertório de conservação têxtil, serão considerados diferentes problemas de degradação específicos de cada traje.

Para cada peça, será preenchida uma Ficha de Conservação que inclui análise da peça, problemas de degradação, teste de cor, método de limpeza, procedimentos de conservação têxtil e forma adequada de acomodação. O objetivo é preservar a integridade das peças para exposições e armazenamento em reserva técnica.

### **3. DISCUSSÕES E RESULTADOS**

#### **3.1. ACERVOS – CENTRO DE MEMÓRIA DE SÃO BERNARDO, CINEMATECA BRASILEIRA E MUSEU DA IMAGEM E DO SOM**

Previamente às etapas práticas, ocorreram visitas ao Centro de Memória de São Bernardo do Campo, onde encontramos fotografias dos filmes, cartazes, plantas, contratos, documentos e roteiros. Com as visitas à Cinemateca Brasileira encontramos fontes iconográficas para identificação dos trajes, um acervo com cerca de 18 mil itens, com negativos, fichas técnicas, fotos de bastidores, testes de penteado, fotos das vestimentas e da equipe da companhia, auxiliando o processo de identificação de trajes e das pessoas envolvidas. No MIS (Museu da Imagem e do Som) foi encontrada uma coleção de entrevistas realizadas entre 1980 e 1990, com atores e funcionários da

Companhia. Além de croquis do Aldo Calvo, para Tico-Tico no Fubá, de Tônia Carrero (Figura 1) e figurante (Figura 2):

Figura 1: Croqui figurino Tônia Carrero.



Acervo: MIS (2024)

Figura 2: Croqui figurante Circo.



Acervo: MIS (2024)

### 3.2. HISTÓRICO DOS TRAJES

Traçar um histórico preciso e contínuo do acervo têxtil da Vera Cruz apresenta desafios, pois novas pesquisas e fontes podem alterar a trajetória descrita até o momento. Os trajes da primeira fase da Vera Cruz foram produzidos entre 1949 e 1954.

A segunda fase começou em 1965, quando os irmãos Khouri (William e Walter Hugo Khouri) assumem o controle acionário da Companhia<sup>5</sup>. Filmes posteriores a 1954 frequentemente reutilizaram figurinos da primeira fase. Em 1970, Jordano Martinelli (dono do cão Duque, contratado para vários filmes da Cia.) arrematou uma parte do acervo, após o fechamento dos estúdios, com isso construiu um museu particular em sua chácara.

Entre 1965 e 1972, os irmãos Khouri doaram acervos de negativos e fotos para a Cinemateca Brasileira e o MIS. Em 1974, a Prefeitura de São Bernardo do Campo solicitou a doação do acervo de Jordano Martinelli, que recusou. Em 1980, a Embrafilme visitou o acervo de Martinelli e surgiu a ideia de leiloar alguns objetos, além de documentar o acervo sob posse da prefeitura. Em 1986, um incêndio na Chácara Três Pinheiros destruiu parte do acervo. Em 1987, parte do acervo de Martinelli estava com deterioração ativa, coincidindo com o lançamento do livro-catálogo "Projeto Memória Vera Cruz" pelo MIS. Em 1990, uma mostra na Cidade da Criança exibiu equipamentos, fotos e cartazes, seguida pelo "Festival Vera Cruz" em 1991, com filmes e exposição do acervo. Martinelli faleceu em 1988 e, em 1992, sua chácara foi vendida aos irmãos Mohamed e Nahmed Ali Saifi. Em 1993, há uma menção e doação a PMSBC e convênio com João Roman Neto para a restauração e constituição de réplicas do acervo, porém a Prefeitura desiste e Roman Neto - proprietário do Hotel Fazenda Mazzaropi (ator estrelado pela Vera Cruz e que depois abriu sua própria companhia de filmes) - não cumpre o contrato e as peças são devolvidas. Em 1997, o acervo dos Saifi foi transferido para um dos estúdios da Cia, que pegou fogo em 1999, resultando na perda de parte do acervo<sup>6</sup>. Em 1972, foi feito um editorial para revista<sup>7</sup>, no Museu do Cinema - organizado por Jordano Martinelli - com parte do acervo da Cia (Figura 3 e 4).

---

<sup>5</sup> Centro de Memória de São Bernardo, Vera Cruz, a Hollywood de São Bernardo do Campo, 2024.

<sup>6</sup> Gabriela Pereira de Oliveira, As instituições de memória e os casos de política: o caso da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 2005, p.79 - 85.

<sup>7</sup> Revista O Cruzeiro, Um Museu de Cinema, Rio de Janeiro, 1972, p. 78 -79.

Figura 3: Modelo posando para foto.



Fonte: Revista “O Cruzeiro” (1972).

Figura 4: Sessão de fotos no museu de Martinelli.



Fonte: Revista “O Cruzeiro” (1972).

No Centro de Memória, foram encontradas fotografias (Figura 5) de uma exposição em 1988, no Pavilhão da Vera Cruz, com trajes - inclusive alguns mostrados nas fotos não foram encontrados atualmente - objetos de cenografia, fotografias e cartazes, em homenagem aos 30 anos da Cia (acervo pertencente ao Martinelli).



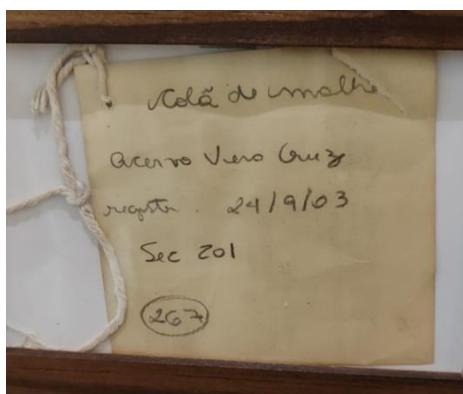
Figura 5: Exposição de 1988 com parte do acervo de trajes.



Fonte: Centro de Memória de São Bernardo do Campo (2024)

Em 1997, o acervo foi doado para a Prefeitura de São Bernardo do Campo, que “o mantém para preservação e restauro”<sup>8</sup>. Na maioria dos trajes encontrados, tinham um papel amarrado contendo anotações manuscritas sobre o tipo de peça, acervo, data do registro e um código de catalogação (Figura 6). No entanto, nenhum livro de registro foi encontrado. A data citada é 2003.

Figura 6: Papel encontrado em um dos trajes.



Fonte: NTCIT USP<sup>9</sup>, 2024.

Em 2019, em comemoração aos 70 anos da Companhia, realizaram uma mostra com figurinos e artefatos utilizados nos filmes (Figura 7 e 8). No site da Prefeitura consta que o acervo estava guardado nos porões do Pavilhão há 30 anos e estão sendo higienizados e restaurados para exposição.

<sup>8</sup> Secretaria de Cultura e Juventude, Cinema - Jordano Martinelli e a Companhia Vera Cruz, 2024.

<sup>9</sup> Núcleo de Traje de Cena, Indumentária e Tecnologia da USP.

Figura 7: Acervo durante exposição dos 70 anos da Vera Cruz.



Fonte: Youtube (2019)

Figura 8: Casaca durante exposição.



Fonte: Youtube (2019)

Em 2019, a Folha de São Paulo publicou imagens dos trajes da Companhia Vera Cruz (Figura 9), na publicação a diretora de Biblioteca Pública e Preservação da Memória destaca que o acervo estava em condições precárias e nunca havia sido cuidado por uma equipe especializada, além de mencionar que os rolos de filmes, fotos, cartazes e roteiros originais - todos encontrados e fotografados pela nossa equipe - foram higienizados, catalogados e separados. Também informou que o acervo contém cerca de 2.500 peças, que passariam por um processo de higienização custando R\$20.000,00, com o objetivo de realizar exposições ao longo dos anos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Folha de São Paulo, Acervo da Vera Cruz começa a ser recuperado, 2019.

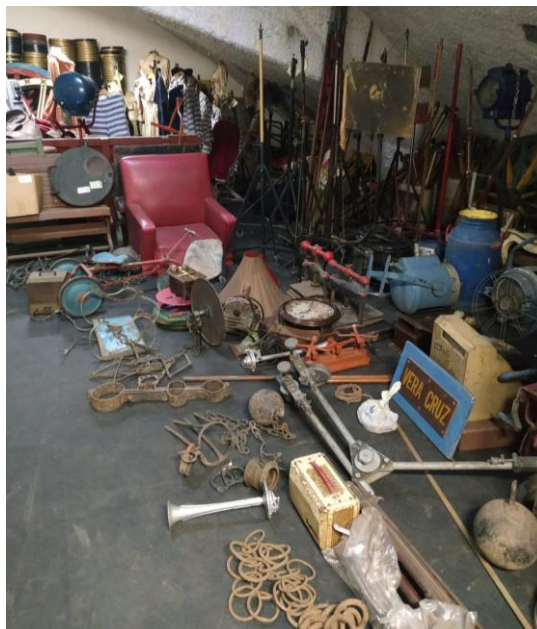
Figura 9: Acervo armazenado pela Prefeitura em 2019.



Fonte: Folha de São Paulo (2019)

Os trajes foram encontrados em 2023 no Ginásio da Secretaria de Cultura e Juventude de SBC, estavam acondicionados em duas salas, na primeira (Figura 10) havia alguns trajes colocados em manequins, junto a outros itens pertencentes à Companhia, como rolos de filmes, cartazes, câmeras, equipamentos, e objetos de cenografia. A segunda sala possuía uma quantidade maior de trajes, muitos pendurados em araras improvisadas (Figura 11) e outros amontoados no chão (Figura 12).

Figura 10: Primeira sala onde os trajes estavam armazenados.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 11: Segunda sala - trajes pendurados.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 12: Segunda sala onde haviam trajes em contato direto com o chão ou em pallets de madeira.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Uma primeira leva de trajes foi para a ECA USP e posteriormente os trajes foram transferidos para o Espaço das Artes (Figura 13 e 14), onde passaram por processos de higienização, lavagem, catalogação e identificação, sendo o último ponto a exposição realizada com parte dos trajes em Abril/2024 por nossa equipe (Figura 15 a 18).

Figura 13: Trajes sendo retirados do veículo, no dia do recebimento no EDA.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 14: Trajes já nas araras no espaço do EDA.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 15: Fraque durante a exposição.



Fonte: NTCIT USP, 2024, fotos feitas por: Maria Celina Gil.

Figura 16: Vestido durante a exposição.



Fonte: NTCIT USP, 2024, fotos feitas por: Maria Celina Gil.

Figura 17: Casaca durante a exposição.



Fonte: NTCIT USP, 2024, fotos feitas por: Maria Celina Gil.

Figura 18: Conjunto durante a exposição.



Fonte: NTCIT USP, 2024, fotos feitas por: Maria Celina Gil.

### 3.4. IDENTIFICAÇÃO

O processo de identificação foi realizado com as fontes iconográficas do Acervo da Cinemateca e da Memória de SBC, além de *stills* dos filmes. Para identificar uma peça, foi necessária a análise de contraste, já que os filmes do primeiro período são em preto e branco, além de forma, volume, modelagem e aviamentos. Os trajes identificados seguem um sistema de codificação usando três letras iniciais do nome do filme, seguidas por três números do ano de lançamento e mais três números sequenciais para cada traje específico<sup>11</sup>. Por exemplo, "Tico-Tico no Fubá" de 1952 é identificado como TTF.952.001, onde cada peça e sua foto correspondente compartilham o mesmo código (Figura 17 a 24).

---

<sup>11</sup> Elizabeth Azevedo, Fausto Viana, Breve manual de conservação de trajes teatrais, 2006, p.49 – 64.

Figura 109: Conjunto de estrelas (TTF.952.005 e TTF.952.006) no acervo.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 20: Identificação no filme “Tico - Tico no Fubá” (1952).



Acervo: Cinemateca Brasileira.

Figura 21: Fraque (TTF.952.001) no acervo.



Fonte: NTCIT USP, 2024.



Figura 22: Identificação no filme “Tico - Tico no Fubá” (1952).



Acervo: Memória SBC.

Figura 23: Conjunto colã e calça de malha (TTF.952.007 e TTF.952.008) no acervo.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 24: Identificação no filme “Tico - Tico no Fubá” (1952).



Fonte: Cinemateca Brasileira (still do filme).

Durante o processo de identificação nota-se que alguns trajes foram reutilizados em outros filmes, como “Sinhá Moça” (1953), “Ravina” (1961) e “Ana Terra” (1971).

Com isso, o código de catalogação se mantém como referente à Tico-Tico no Fubá, sua primeira aparição, e no descritivo do traje e da foto de identificação são mencionados os filmes posteriores (Figura 25 a 28).

Figura 25: Casaca vermelha (TTF.952.011) no acervo.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 26: Identificação no filme “Tico - Tico no Fubá” (1952), Ravina (1958) e Ana Terra (1971).



Fonte: Cinemateca Brasileira e still dos filmes.

Figura 27: Vestido (TTF.952.009) no acervo.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 28: Identificação no filme “Tico - Tico no Fubá” (1952), “Sinhá Moça” (1953) e “Ravina” (1958).



Fonte: Cinemateca Brasileira e still dos filmes.

### 3.5. HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA

Após a quarentena, os trajes foram aspirados com aspiradores de automóveis de baixa potência. Os bocais foram protegidos com tule grosso para evitar danos às partes frágeis. Pincéis de cerdas macias foram utilizados para remover sujidades, aspirando frente e costas dos trajes - exceto pelo fraque e casaca, que também foram aspirados internamente. Para o vestido com tricô, foram adotadas medidas extras de proteção com tule nos bocais para controlar a sucção e impedir que partes fossem soltas (Figura 29). Após a aspiração, os trajes foram pendurados em cabides.

Figura 29: Tule sobre tecido para aspiração.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Antes da lavagem, foram realizados testes de migração de cor nos trajes usando algodão úmido sobre as peças por 15 minutos (Figura 30). Constatando que as cores eram estáveis e possível proceder com a lavagem úmida sem riscos de migração ou manchas.

Figura 30: Teste de migração na blusa de estrelas.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Para a lavagem, os trajes foram colocados individualmente em um reservatório (Figura 30) e submersos apenas em água por cerca de 10 minutos para permitir a penetração da água nos fios (Figura 31). Após esvaziar o reservatório, as peças passaram por um segundo banho de água por mais 10 minutos. Uma esponja macia umedecida com sabão de coco neutro é utilizada em movimentos de sobe-desce, sem rotacionar, aplicando pouca tração em toda a superfície dos trajes (Figura 32). Após aguardar alguns minutos para a remoção do sabão, o reservatório é inclinado e, com uma mangueira, a água e o sabão são retirados no sentido pescoço para pernas, evitando que a água caia de forma direta.

Figura 31: Enchimento da bandeja com o fraque.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 32: Infiltração no fio com água.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 33: Ensaboamento.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Após retirar todo o sabão, ainda com o reservatório inclinado, a esponja limpa e sem espuma é usada para absorver a água restante nos trajes, novamente em movimentos de sobe-desce. Com o traje úmido e o excesso de água removido, são colocados para secar em local ventilado, sem exposição direta ao sol em manequins cobertos com plástico insulfilm (Figura 34 e 35), com exceção das peças em malha (Figura 36).

Figura 34: Blusa de estrelas secando.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 35: Bermuda de estrelas secando.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 36: Trajes de malha secando na horizontal.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Alguns procedimentos diferem nas lavagens dos trajes: nas peças de malha apenas a parte frontal foi ensaboada para evitar deformações ao virá-las no recipiente, com o uso de flutuadores de natação (Figura 37), para que a calça não criasse vincos, e foram secas horizontalmente. O conjunto não apresentava deterioração (Figura 38) ativa ou perda de partes, permitindo uma lavagem eficaz para remover sujeiras e realçar as cores.

Figura 37: Calça de malha com flutuadores para não vincar.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 38: Exemplo de deterioração.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

No conjunto de estrelas, apesar de possuir uma sensibilidade no ombro (Figura 39), a blusa possuía manchas de fungos, foi aplicada uma mistura de água oxigenada 40 volumes, oito colheres de sabão neutro e água até cobrir a superfície completa, a fim de minimizar as manchas escuras, resultado notável após a secagem do traje (Figura 40 e 41).



Figura 39: Parte sensível do traje de estrelas.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 40: Blusa de estrela antes da lavagem.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 41: Blusa de estrelas após a lavagem.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

O fraque azul com lapela foi lavado sem problemas. A parte deteriorada da lapela e da nuca (Figura 42) foi removida para restauração, substituindo-a por um tecido similar ao original com técnicas de alfaiataria pela Profa. Dra. Isabel Cristina Italiano (Figura 43).

Figura 42: Lapela e nuca deteriorada.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 43: Resultado do restauro.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Após lavar a casaca vermelha, sua cor foi revitalizada, removendo sujidades de poeira (Figura 44) já que não possuía deteriorações ativas (Figura 45). Duplicatas higienizadas na lavanderia apresentaram cores semelhantes, mas com as partes cinzas levemente avermelhadas, praticamente imperceptível.

Figura 44: Casaca vermelha antes da lavagem.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

Figura 45: Exemplo de deterioração.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

O vestido amarelo com aplicação em tricô foi o único traje não higienizado manualmente e enviado para lavanderia por três motivos: a) O recipiente disponível para lavagem manual não era adequado e poderia causar vincos no tecido; b) Não era aconselhável lavá-lo em máquina devido às aplicações delicadas em tricô; c) O vestido é utilizado em uma pesquisa de reprodução de modelagem, exigindo uma higienização imediata.

Foram preenchidas fichas de conservação para cada traje aqui estudado, expondo detalhes e informações, todos os procedimentos, monitoramento da condição, planejamento de conservação e tomadas de decisão (Figura 46).

Figura 46: Ficha preenchida para o Vestido.

RELATÓRIO DE CONDIÇÃO									
PROCEDÊNCIA:	Acervo SBC		<b>Foto da peça</b>						
DATA INGRESSO:	10/01/2023								
Nº INVENTÁRIO:	TTF.952.009								
TIPO:	Vestido								
FUNÇÃO:	Traje de Cena								
( X ) ORIGINAL ( ) RÉPLICA			<b>Foto da cena</b>						
( ) HOMEM ( X ) MULHER ( ) CRIANÇA ( ) ACESSÓRIO									
FIGURINISTA:	Aldo Calvo								
Outras referências de figurino:	Zilda Vergueiro, Nieta Junqueira, Casa Dior, Antonio Soares de Oliveira								
ETIQUETA:	não possui								
PERSONAGEM:	Durvalina		<b>Foto da cena</b>						
PRIORIDADE DE CONSERVAÇÃO:	( ) 1 ( ) 2 ( X ) 3								
ALTURA (cm):									
( X ) BIDIMENSIONAL ( ) TRIDIMENSIONAL									
LARG. (cm):	60cm								
COMP. (cm):	130cm		<b>Foto da cena</b>						
PROF. (cm):	-								
<b>MATERIAIS TÊXTEIS</b>									
FIBRA	LIGAMENTO/FIO	LOCAL							
Poliéster	Cetim	Estrutura base							
Algodão	Tricô	Busto, mangas e parte frontal da saia							
<b>MATERIAL</b>			<b>Foto da cena</b>						
MATERIAL	OBJETO	LOCAL							
Veludo	Fita	Gola, busto e mangas							
Metal	Colchete	Fechamento costas							
Metal	Botão de pressão	Fechamento costas							
Poliéster	Renda	Busto e mangas							
DESCRİÇÃO:			<b>Foto da cena</b>						
Vestido longo em amarelo claro e detalhes em renda clara. Possui modelagem acinturada, com toda a parte do corpete e laterais e traseiro da saia compostas pelo tecido amarelo claro. O decote, de renda, é justo ao pescoço e ornamentado pela renda franzida no entorno do colo; as mangas são curtas e bufantes, com a barra franzida e ajustada ao corpo; possui detalhe de fita laranja aveludada transpassada em torno do pescoço, colo e barra das mangas, com um laço no centro. Possui fechamento no centro das costas por colchetes de metal; também usado em Sinhá Moça (1953) e Ravina (1958).									
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (X) COMPLETO ( ) INCOMPLETO									
TIPO DE DETERIORAÇÃO	LOCAL						TIPO DE DETERIOR.	LOCAL	
AMASSADO	parte da saia, em cetim						RASGOS	alguns rasgos presentes na parte de tricô	
CORTE			ALTERAÇÃO CROMÁTICA	possui uma alteração de cor na parte da saia, em uma mancha localizada					
OXIDAÇÃO			QUEIMA						
SUJIDADE	por toda a superfície de tricô e cetim		UMIDADE						

REMENDOS	remendos nas imendas de tricô e cetim, possui também um remendo na parte da saia e nos botões de pressão de fechamento, nas costas		MANCHA D'ÁGUA			
ABRASÃO			TINTA	possui mancha de tinta vermelha na parte inferior da saia		
DEFORMAÇÃO	fita de veludo presente na gola, busto e mangas		INSETOS	poucos furos localizados na parte inferior da saia, nas costas		
DESCOSTURA	costura soltando em partes das imendas de tricô e cetim, além da junção da blusa - saia		COLA			
FIO SOLTO			EXCREMENT.			
FUNGOS E BACT.			PERDAS			
PERDAS			OUTROS:			
CROQUIS / ÁREA DE DETERIORAÇÃO:						
						
SISTEMA DE ARMAZENAMENTO:						
<input type="checkbox"/> CABIDE FORRADO <input type="checkbox"/> MANEQUIM <input checked="" type="checkbox"/> PLANO <input type="checkbox"/> CAPA <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA						
OBSERVAÇÕES PARA O ARMAZENAMENTO:						
Deve ser armazenado na horizontal, pois é um traje pesado e que apresenta costuras frágeis, que podem acabar cedendo se pendurado.						
TESTES:						
Para este traje, foi averiguado com o teste de cor que as cores presentes no tecido de cetim e nos laços de veludo apresentam estabilidade, além de checar suas condições físicas, tais como: tecido sensível a ponto de craquelar, oxidação, perda de partes e obter resultados positivos.						
TRATAMENTO:						
O traje foi aspirado para remoção de sujidades superficiais e encaminhado para a lavagem em lavanderia industrial.						
RESULTADOS:						
Foi possível notar a diminuição de sujidades no traje, tanto na parte de cetim como nos detalhes em veludo, além da diminuição da intensidade das manchas avermelhadas presentes na parte inferior do traje.						
RESUMO DA CONDIÇÃO:						
<input type="checkbox"/> ESTÁVEL <input type="checkbox"/> DETERIORAÇÃO ATIVA <input checked="" type="checkbox"/> MELHORAR ARMAZENAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO ESTÁVEL PARA EXIBIÇÃO						
EXAMINADO POR: Isabela Porto de Oliveira Peruzzi						
DATA DO EXAME: 14/03/2024						

Fonte: NTCIT USP, 2024.

### 3.6. ACOMODAÇÕES

Todas as peças do acervo da Vera Cruz podem ser acondicionadas em caixas, mas nem todas são adequadas para serem mantidas em cabides<sup>12</sup>. A principal preocupação é o peso e o estado de conservação de cada traje, sendo a preservação alcançada por meio de suportes customizados que garantem uma estrutura estável. Esses suportes distribuem uniformemente o peso, evitando tensões e rasgos, além de oferecer estabilidade ambiental para proteger contra umidade, luz, poeira e insetos.

Apenas o fraque azul e a casaca vermelha podem ser armazenados pendurados devido à estabilidade de sua estrutura, especialmente nos ombros. Utilizamos cabides de plástico cobertos com espuma e malha cirúrgica, protegendo os trajes com capas feitas sob medida de algodão cru. O conjunto de malha deve ser armazenado horizontalmente para evitar deformações. O vestido amarelo de cetim com aplicações em tricô também deve ser armazenado na horizontal, em caixas, devido ao seu peso e costuras frágeis que podem ceder se pendurado. Além disso, requer restauração devido ao peso e às costuras soltas, não sendo adequado para exposição no momento. A blusa de estrelas, devido à sensibilidade de sua estrutura nos ombros, deve ser armazenada deitada em uma caixa junto com a bermuda do conjunto. Temporariamente, é possível considerar o uso de cabides forrados, mas deve-se monitorar se isso causa danos aos trajes. Em caso afirmativo, o armazenamento horizontal é recomendado.

Para armazenamento horizontal em caixas, caixas de polionda sob medida forradas com TNT branco são utilizadas. Os trajes pendurados em cabides estão em araras de ferro também forradas com TNT, cobertas posteriormente com TNT, para proteger contra poeira, luz e contaminação por peças não higienizadas. Todos os trajes dessa pesquisa foram selecionados para a exposição "Projeto Vera Cruz". Na exposição, todos os trajes foram mostrados em manequins, o conjunto de malha foi exibido em vitrine horizontal (Figura 47) para preservar sua forma.

---

<sup>12</sup> Fausto Viana, Os trajes da Igreja Católica, 2024, p.62.

Figura 47: Conjunto de malha durante a exposição.



Fonte: NTCIT USP, 2024.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, dediquei-me à higienização, lavagem e acomodação dos figurinos da Vera Cruz, buscando proteger esse importante patrimônio cultural nacional. Por meio das análises realizadas e dos métodos de conservação aplicados, busquei compreender os processos de deterioração e encontrar soluções eficazes para mitigá-los. Com cerca de 1300 peças no acervo, a execução detalhada das técnicas de conservação foi crucial para entender o papel fundamental de cada passo na preservação desses figurinos. Este estudo revela a complexidade da conservação têxtil, especialmente de têxteis históricos, onde cada peça requer uma análise meticulosa para evitar danos adicionais durante os processos de preservação.

A conservação enfrenta desafios significativos, sendo o principal deles o tempo. Com 75 anos de história, parte do acervo e documentação da Cia. sofreu dispersão, deterioração e perdas irreversíveis devido à negligência de sua importância. A atenção e



cuidado dedicados às peças garantem sua sobrevivência e apreciação pelas futuras gerações, evitando a perda de mais itens se o processo de conservação não fosse implementado a tempo. As identificações dos trajes aconteceram graças ao acervo de fotografias encontradas no Centro de Memória de SBC e na Cinemateca Brasileira, com fotos em alta qualidade. No momento os trajes estão em cabides pendurados em araras cobertas por TNT e podem ser restaurados, o que auxilia em sua preservação a longo prazo.

A extroversão - em exposições, publicações ou seminários - em um projeto dessa amplitude, se torna fundamental para transmitir o conhecimento adquirido e conscientizar sobre a importância do acervo audiovisual e sua preservação para a cultura nacional. Espero que este trabalho possa inspirar e conscientizar sobre o legado da Vera Cruz e sua importância histórica. Este estudo reforça a relevância da preservação não apenas das peças de vestuário, mas também das histórias, culturas e sonhos que eles representam.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elizabeth R.; VIANA, Fausto. **Breve manual de conservação de trajes teatrais**. São Paulo: Gráfica InPrima, 2006. 99p.

CENTRO DE MEMÓRIA DE SÃO BERNARDO (São Paulo.). **Vera Cruz, a Hollywood de São Bernardo do Campo**. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/vera-cruz-a-hollywood-de-sao-bernardo-do-campo>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CINEMATECA BRASILEIRA (São Paulo). **Coleção - Vera Cruz**. Disponível em: <http://bcc.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CULTURA, Secretaria do Estado da; SOM, Museu da Imagem e do (org.). **Projeto Memória Vera Cruz**. São Paulo: Patrocínio: Grupo Fenícia, 1987. 96 p.

FOLHA DE SÃO PAULO,. **Acervo da Vera Cruz começa a ser recuperado**. 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/12/acervo-da-vera-cruz-comeca-a-ser-recuperado.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2024.

GALVÃO, Maria Rita. **Burguesia e Cinema: O Caso Vera Cruz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 281 p. Em convênio com a Embrafilme.

GALVÃO, Maria Rita. **Companhia Cinematográfica Vera Cruz: A Fábrica de Sonhos: um estudo sobre a produção cinematográfica industrial paulista**. 1976. 371 f. 2 v. Tese (Doutorado) - Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

LANDI, Sheila. **The Textile Conservator's Manual**. 2. ed. Reino Unido: Butterworth- Heinemann, 1998. 340 p.

MACIEL, Ana Carolina Moura Delfim. **"Yes, nós temos bananas": cinema industrial paulista: a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, atrizes de cinema e Eliane Lage, anos 1950**. São Paulo: Alameda, 2011, 372 p.

OLIVEIRA, Gabriela Pereira de. **As instituições de memória e os casos de política: o caso da Companhia Cinematográfica Vera Cruz**. 2005. 121 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Em São Bernardo, Estúdio e Pavilhão Vera Cruz recebe exposição inédita em comemoração aos seus 70 anos - busca**. 2019. Elaborada por Janaina Pereira. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE (São Paulo). **Cinema - Jordano Martinelli e a Companhia Vera Cruz**. Disponível em:

<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/jordano-martinelli-e-a-companhia-vera-cruz>. Acesso em: 02 jun. 2024.

VIANA, Fausto. **Os trajes de cena da Igreja Católica: um breve manual de conservação têxtil**. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2024. Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1234](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1234). Acesso em 11 fev. 2024.

VICIOSA, Iván Mateo. **Conservación y restauración de textiles**. Espanha: Síntesis, 2018. 209 p.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### DESAFIOS PARA GESTÃO DO ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG

#### *CHALLENGES FOR THE MANAGEMENT OF UFMG'S ARTISTIC COLLECTION*

Giulia Villela Giovani<sup>1</sup>

Ana Martins Panisset<sup>2</sup>

#### RESUMO

O artigo apresenta e discute os desafios de gestão e os protocolos desenvolvidos para o Acervo Artístico da UFMG, considerando as peculiaridades decorrentes da diversidade formal e conceitual do acervo, assim como de sua inserção no contexto patrimonial universitário. Reunido ao longo dos 97 da UFMG, o Acervo conta com cerca de 1.500 obras que constituem uma coleção de expressiva abrangência temporal, se destacando também pela diversidade tipológica de materiais, técnicas, estilos e suportes. Parte das obras estão acondicionadas no Espaço Acervo Artístico UFMG, em uma reserva técnica visível. As demais obras estão distribuídas pelas diversas unidades da UFMG. A

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Artes Plásticas da UFMG. Doutora em Artes - Preservação do Patrimônio Cultural (EBA/UFMG). Tem experiência na área de Conservação-Restauração de Bens Culturais, atuando com gestão de acervos e restauração de pinturas. Pesquisadora vinculada ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Atualmente é Diretora do Espaço Acervo Artístico PROCULT/UFMG. E-mail: giuliagiovani@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Doutora em Artes - Preservação do Patrimônio Cultural (EBA/UFMG). Mestre em Artes - Conservação Preventiva e Tecnologia da Obra de Arte (EBA/UFMG). Mestranda em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST. Atual coordenadora do projeto *Protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG*. E-mail: anapanisset@ufmg.br.

formação deste acervo ocorreu sem um projeto específico, tampouco sem intencionalidade ou recorte conceitual histórico ou artístico, o que se refletiu em diversos problemas relacionados à sua destinação, alocação, gestão e organização documental. Diante de tais desafios pretendemos, com a aplicação dos protocolos elaborados, criar condições para que esse rico acervo se torne um laboratório capaz de contribuir na inovação e na excelência de projetos acadêmicos. A fim de problematizar a inserção e a formação de acervos nas universidades, o texto discute aspectos que envolvem a história e o desdobramento de ações que perspectivam o reconhecimento e a salvaguarda deste acervo. Descrevemos aqui as principais ações desenvolvidas pelos projetos de documentação e gestão do acervo, apresentando os pressupostos, a metodologia, essenciais para o desenvolvimento de políticas de gestão de acervos no âmbito universitário, visando à sua integração com as ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

Palavras-chave: Gestão de Acervos. Acervos Universitários. Acervos Artísticos.

### **ABSTRACT**

*The article presents and discusses the management challenges and the protocols developed for the Artistic Collection of UFMG, considering the peculiarities arising from the formal and conceptual diversity of the collection, as well as its integration within the university heritage context. Assembled over UFMG's 97 years, the Collection includes around 1,500 works that constitute a collection with significant temporal breadth, also distinguished by the typological diversity of materials, techniques, styles, and supports. Some of the works are housed in the UFMG Artistic Collection Space, in a visible technical reserve. The remaining works are distributed across various UFMG units. The formation of this collection occurred without a specific project or intentional historical or artistic conceptual framework, which has led to various problems related to its allocation, management, and documentary organization. Given these challenges, we aim, through the application of the developed protocols, to create conditions for this rich collection to become a laboratory capable of contributing to innovation and excellence in academic projects. To problematize the integration and formation of collections in universities, the text discusses aspects involving the history and development of actions that foresee the recognition and safeguarding of this collection. We describe here the main actions developed by the documentation and management projects of the collection, presenting the assumptions and methodology essential for the development of collection management policies within the university setting, aiming at its integration with the university's teaching, research, and extension activities.*

**Keywords:** *Collection management. University Collections. Artistic Collections.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo de seus 97 anos, a UFMG reuniu um significativo acervo artístico composto por aproximadamente 1.500<sup>3</sup> obras, que refletem uma ampla abrangência temporal — do século XVI ao XXI — e uma diversidade tipológica, incluindo variados materiais, técnicas, estilos e suportes. Entre as peças, destacam-se pinturas e esculturas religiosas dos séculos XVI ao XVIII, paisagens em pintura e aquarela do século XIX, retratos, murais, estudos para painéis, esculturas em madeira, metal e resina acrílica, gravuras em diversas técnicas, pastéis, fotografias, objetos de materiais mistos, obras sobre papel e tecido, além de monumentos e elementos artísticos integrados.<sup>4</sup>

O projeto *Memória, acervo e arte*, realizado entre 2009 e 2011, levantou e catalogou grande parte do acervo de obras de arte da UFMG, identificando, inicialmente, três grandes coleções, e um número expressivo de obras avulsas. As coleções de maior relevância histórica, artística e documental são: a *Brasiliana* (doada por Assis Chateaubriand), a *Amigas da Cultura* (composta por obras modernistas e contemporâneas doadas pela Associação Amigas da Cultura) e a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade (FRMFA). Entre os artistas representados estão nomes como Terezinha Soares, Guignard, Portinari, Friedrich Hagedorn, Amilcar de Castro, entre outros.

Parte desse acervo está distribuído entre as 34 unidades da UFMG localizadas nos diversos campi de Belo Horizonte e nas cidades de Tiradentes e Diamantina. As demais obras, especialmente das coleções *Amigas da Cultura*, *Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade* e *Brasiliana*, estão armazenadas no Espaço Acervo Artístico UFMG (EAAUFMG) e no Setor de Obras Raras e Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. Esse patrimônio é fruto, portanto, de um colecionismo diversificado, que reflete a visão da universidade como um centro de produção de conhecimento e de preservação dos acervos que lhe são confiados.<sup>5</sup>

Devemos destacar três projetos que, anteriormente à criação do EAAUFMG, se dedicaram à gestão e/ou estudo do acervo artístico ou de parte dele: o inventário da

<sup>3</sup> Informação disponibilizada pelo inventário realizado entre 2009 e 2011. É importante ressaltar que após a conclusão desse levantamento, novas obras foram encontradas e adquiridas, outras tantas podem ter sido dissociadas. O número total de itens do AAUFMG será atualizado após a conclusão do atual projeto de documentação.

<sup>4</sup> João Antônio de Paula, *et al*, *Acervo artístico da UFMG*, 2011.

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1987&Itemid=223](https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=1987&Itemid=223).

Acesso em 22 ago. 2024.

Coleção Brasileira, realizado nos anos 1990 pelo Professor Marco Elízio de Paiva; a restauração do prédio do Conservatório da UFMG, nos anos 2000, que reservou um espaço para abrigar parte do Acervo Artístico; e o já mencionado projeto "Memória, Acervo e Arte", idealizado pelos professores João Antonio de Paula e Heloisa Starling, que conduziu um extenso levantamento do Acervo Artístico da UFMG entre 2009 e 2010<sup>6</sup>.

Institucionalizado em 2022, com a criação da Pró-Reitoria de Cultura da UFMG (PROCULT)<sup>7</sup>, o EAAUFMG é um espaço cultural vinculado à PROCULT, cuja missão é a salvaguarda e a comunicação do Acervo Artístico da UFMG (AAUFMG). O EAAUFMG atua em dois contextos distintos: as obras artísticas da UFMG sob sua tutela administrativa direta e aquelas patrimoniadas nas diversas unidades da UFMG, sobre as quais exerce gestão compartilhada, mesmo sem tutela administrativa direta.

Conforme o Regimento Interno do EAAUFMG<sup>8</sup>, suas competências são:

- I - participar da execução da Política de Cultura da UFMG, a partir das diretrizes estabelecidas pela PROCULT;
- II - estimular e promover, em suas variadas frentes de atuação, o diálogo entre a Universidade e a sociedade, por meio da arte e da cultura;
- III - promover o estudo e a difusão do acervo artístico da UFMG, assim como sua conservação, proteção, valorização e ampliação, bem como seu conhecimento como patrimônio artístico brasileiro no Brasil e no exterior;
- IV - estimular, propor, apoiar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica nas suas áreas de competência;
- V - realizar estudos, documentação e circulação dos conhecimentos produzidos para fins de ensino, pesquisa e extensão;
- VI - realizar trabalhos de comunicação do conhecimento, por meio de exposições, ações pedagógicas e de educação e outras formas difusão;

---

<sup>6</sup> Letícia Julião; Ana Panisset, *Acervo Artístico da UFMG: o papel da museologia na gestão do patrimônio universitário*, 2017.

<sup>7</sup> A Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT) é o órgão responsável pela gestão, coordenação, promoção, desenvolvimento e difusão da produção e da Política Cultural da UFMG. Também é responsável pela gestão dos espaços culturais da Reitoria: o Centro Cultural UFMG, o Conservatório UFMG, o Espaço do Conhecimento UFMG, o Espaço Acervo Artístico UFMG e o Campus Cultural UFMG em Tiradentes. Disponível em:

[https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1703&Itemid=176](https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=1703&Itemid=176).

Acesso em: 22 ago. 2024.

<sup>8</sup> Disponível em:

[https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2182&Itemid=228](https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=2182&Itemid=228).

Acesso em: 22 ago. 2024.

VII - promover e apoiar eventos nas áreas de artes e cultura que estimulem a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, como oficinas, cursos, conferências, simpósios, encontros, mostras e festivais.

Atualmente, a infraestrutura do EAAUFMG é baseada em um projeto abrangente e bem planejado, localizado no prédio da Biblioteca Central da UFMG, com otimização dos recursos de segurança, energia e manutenção. Esse espaço foi configurado para abrigar as áreas essenciais que compõem o Laboratório (figura 1). Além das áreas destinadas ao acondicionamento das obras, que compõem a reserva técnica visível, foram criados setores específicos para outras atividades técnicas de conservação, incluindo a implantação de uma sala de tratamento do acervo, voltado para o manejo adequado e pequenas intervenções nas obras, e um espaço de quarentena para obras em trânsito e em observação.

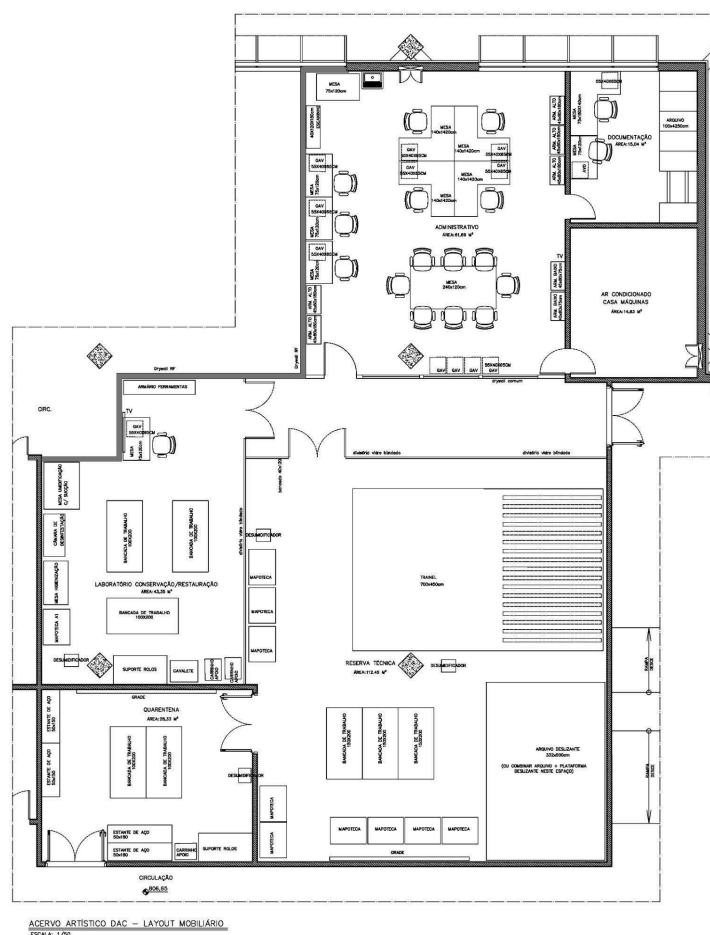


Figura 1: Planta layout dos espaços EAAUFMG e mobiliário. Elaborada pela arquiteta Luciana de Paula e Rezende, Departamento de Planejamento e Projetos, Pró-Reitoria de Administração/UFMG.

A Reserva Técnica visível está integrada ao ambiente universitário, cujas premissas são



guiadas pelas interfaces entre pesquisa, ensino e extensão. Para apoiar essas atividades, foi criado um centro de documentação que centraliza todas as informações associadas às obras, além de reunir outras fontes de pesquisa acessíveis a pesquisadores e interessados. Complementando a estrutura, foi também estabelecida uma sala administrativa destinada às atividades da equipe técnica, garantindo um funcionamento coordenado do EAAUFMG.

Diversas iniciativas extensionistas garantem o uso compartilhado e o acesso ao AAUFMG, promovendo a integração com a sociedade. Visitas agendadas são organizadas para oferecer oportunidades de conhecer as obras e a história do acervo. Seminários, oficinas e exposições ampliam o alcance e a compreensão das coleções. Informações detalhadas sobre as obras são disponibilizadas via solicitação de curadores e pesquisadores, ou em website, além de serem publicadas em livros e catálogos. Atividades de ensino na graduação e pós-graduação, bem como a publicação de artigos acadêmicos, fomentam a pesquisa e aprendizado contínuo. Critérios de visita e agendamento para pesquisa e consulta são divulgados e incentivados, garantindo transparência e acessibilidade.

Apesar do curto período desde sua institucionalização, e da concretização de um abrigo para sua guarda permanente, o EAAUFMG tem demonstrado um forte compromisso em implementar, desenvolver e aprimorar continuamente suas práticas e estruturas para a gestão do AAUFMG. Isso inclui ações de pesquisa, documentação, tratamento, preservação e iniciativas de difusão, em andamento, sempre levando em consideração as particularidades e desafios enfrentados.

## **DESAFIOS E SOLUÇÕES NA GESTÃO DO ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG**

Entre as dificuldades para a gestão de acervos universitários, destacamos, conforme apontado por Panisset e Froner<sup>9</sup>:

inexistência de políticas específicas endossadas pela universidade as quais assegurariam a continuidade de projetos e programas; diferentes vinculações político-administrativas com as próprias universidades; quadro deficitário de pessoal, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais; insuficiência de programas de capacitação das equipes atuantes; falta de espaço adequado para abrigar suas coleções e inadequação de espaços para diferentes funções;

---

<sup>9</sup> Ana Martins Panisset; Yacy-Ara Froner, Gerenciamento documental integrado à gestão de conservação: protocolos para o Acervo Artístico da UFMG, 2022.

grande disparidade em relação à pesquisa e ao ensino desenvolvidos pelos departamentos; tensões nas relações com departamentos (entre professores, estudantes e funcionários) e com as comunidades universitária e local; abandono das coleções; falta de tratamento correto do acervo; dificuldades no planejamento e na organização de exposições e reserva técnica; tratamento inadequado da informação; falta de planejamento de ações integradas de pesquisa, educação e comunicação; dentre outras.

Em relação ao AAUFMG, observamos várias das dificuldades supracitadas, que estão sendo gradualmente mitigadas desde a institucionalização do EAAUFMG.

Sendo a documentação considerada como o primeiro passo para a preservação e gestão de acervos, o inventário, orientado pelos protocolos internacionais e pelas melhores práticas nos campos da Museologia e da Preservação, está sendo a etapa inicial para (re)conhecer o acervo. Esse processo vem sendo realizado de maneira sistemática e continuada, segundo metodologia instituída e contando com uma periodicidade para revisão de informações e armazenamento de dados, pois entendemos que documentação e disponibilização do acervo devem ser consideradas um dever das universidades públicas comprometidas com a democratização do conhecimento.

O projeto de documentação que vem sendo realizado, mesmo antes da institucionalização do EAAUFMG, é resultado do projeto de extensão *Protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG: implantação de um sistema de informação*<sup>10</sup>. O projeto objetiva viabilizar o levantamento, a análise, a investigação, a informatização, a organização e a difusão do AAUFMG. Tendo como meta a preservação e a difusão do acervo por meio da elaboração e implantação de um sistema integrado de informação, o qual poderá ser estendido posteriormente a todo o patrimônio cultural e científico da Universidade. Atualmente nove espaços da Rede de Museus e Espaços de Cultura e Ciências da UFMG já aderiram ao uso do sistema.

Para gerenciar um acervo tão complexo (institucional e operacional), e atender aos requisitos necessários para essa gestão, decidimos implementar um sistema de informação que funcionasse não apenas como uma base de dados informacional, mas também como uma ferramenta ágil e eficaz para a gestão de acervos. É importante mencionar que diversas pesquisas e ferramentas foram utilizadas para a escolha do Sistema de Gestão de Acervos e a implementação do modelo de inventário proposto em um banco de dados informatizado<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Ana Panisset (coord.), *Protocolos para documentação do Acervo Artístico da UFMG: implantação de um sistema de informação*, 2016.

<sup>11</sup> Ana Martins Panisset, *A documentação como ferramenta de preservação: protocolos para*

O software de gestão de acervos selecionado, após avaliação das ferramentas disponíveis, foi o *In Patrimonium*, da empresa Sistemas do Futuro, que permite o registro e a administração de todas as funções de gestão – documentação, conservação, movimentação etc. – em uma única base de dados. O software possui uma estrutura complexa de campos relacionados, que possibilitam a documentação e a gestão completas do acervo, o que significa que, além de armazenar informações básicas também estabelece relações entre esses dados, permitindo uma gestão integrada.

Buscamos gerar um modelo de sistema de informação que i) viabilize de fato a produção de informação, de maneira que pesquisadores, estudantes, curadores, gestores, inventariantes e cidadãos o entendam; ii) contemple e reúna signos e significados deste patrimônio; iii) que fomente a criação de uma política de preservação do acervo, bem como subsídios para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse recurso é especialmente relevante para a gestão integrada de informações que o sistema do AAUFMG pretende alcançar, abrangendo todo o patrimônio cultural e científico da UFMG.

Até o momento, foram inventariadas 462 obras, a maioria sob a tutela direta do EAAUFMG e de outros setores da Biblioteca Central. Parte desse acervo já está disponível online, mas é necessário regularizar os direitos autorais e de uso das imagens, assim como aprimorar os recursos do website para disponibilizarmos sistematicamente o acervo à medida que for inventariado. Esse esforço visa facilitar atividades de pesquisa e promover a divulgação do acervo.

Para garantir uma documentação consistente do acervo e a implantação do sistema informatizado de gestão, elaboramos um manual de procedimentos que serve como protocolo para a documentação do Acervo Artístico da UFMG. Baseado em modelos internacionais e composto por uma série de instruções claras, o manual, ilustrado, visa padronizar o registro de informações. Ele define práticas de documentação e procedimentos, como marcação de peças, formas de manuseio, metodologia de medição, fotografia, entre outros, para assegurar que as informações sejam coerentes e sistematicamente registradas (figura 2).

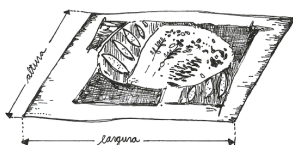
---

documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG, 2017.

Medição de objeto tridimensional e eixo vertical: altura e diâmetro.

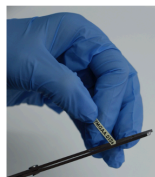


Medição de objeto bidimensional com eixo horizontal: largura e altura.

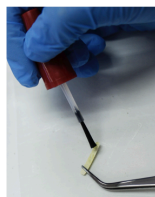


78

5. Corte a etiqueta do papel, deixando somente uma pequena borda e os cantos arredondados para evitar o levantamento das bordas;



6. Posicione a etiqueta na película de poliéster e com o pincel aplique o adesivo (Dixcel<sup>®</sup> ou Paraloid B72<sup>®</sup>) no verso do papel; Para objetos de metal usar B72, em outros materiais usar Dixcel<sup>®</sup>;



<sup>17</sup> Os adesivos deverão ser preparados previamente pela equipe de conservação do AAUFMG.

59

Figura 2: Páginas do Manual de Procedimentos de Documentação: Sistema de informação Acervo Artístico UFMG.

Quanto ao armazenamento e acondicionamento das obras e do acervo documental, parte do mobiliário especializado já foi adquirido e instalado (figura 3). No entanto, muitas obras de arte ainda estão armazenadas de forma inadequada, o que torna essencial a aquisição de mobiliário adicional. Além disso, é necessário investir em equipamentos e infraestrutura para as salas de tratamento do acervo e quarentena, que atualmente operam de maneira adaptada e insuficiente, oferecendo riscos iminentes tanto ao acervo quanto à equipe técnica.

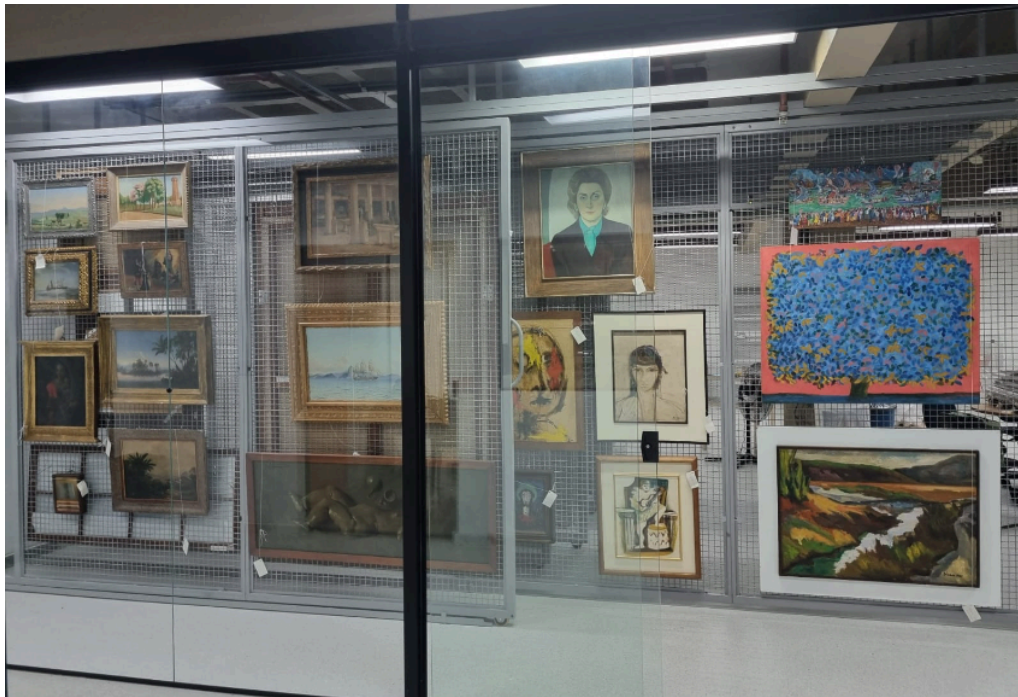


Figura 3: Parte dos trainéis de acondicionamento de obras bidimensionais com molduras instalados no EAAUFMG. 2024. Fotografia: Giulia Giovani

Equipes qualificadas da UFMG já elaboraram projetos para o monitoramento e controle ambiental e a segurança do EAAUFMG. No entanto, para a devida implementação desses projetos, ainda é necessário instalar sistemas de ventilação e climatização. Ademais, destaca-se a importância de desenvolver um Programa de Gerenciamento de Riscos, com o objetivo de identificar, avaliar e mitigar os riscos que possam comprometer a integridade física, a preservação e a segurança dos bens culturais sob a guarda do EAAUFMG.

Desde a implantação do Espaço Acervo Artístico da UFMG, a criação do Regimento Interno, a retomada de projetos estruturantes e o desenvolvimento de protocolos para a documentação, preservação e gestão do acervo, ainda há muito a ser realizado. Um dos principais desafios é a criação da Política de Gestão do Acervo Artístico da UFMG, que já está em fase de elaboração. Um aspecto fundamental a ser considerado nessa política é a distribuição do acervo entre diversos órgãos e unidades da universidade, o que exige uma abordagem coordenada e eficaz.

Como a maioria das obras que compõem o AAUFMG não está sob tutela direta do Espaço Acervo Artístico UFMG e o último diagnóstico foi realizado entre 2009 e 2011, embora exista o projeto de documentação em andamento<sup>12</sup>, ainda não temos um

---

<sup>12</sup> É importante destacar que o projeto de documentação em andamento exige uma estrutura complexa de

panorama geral, tanto quantitativo quanto qualitativo, que aborda aspectos fundamentais como o estado de conservação das obras, as condições de guarda e exposição, as políticas internas voltadas à preservação e documentação, se novas obras foram adquiridas, se houve dissociação, movimentação, perda de peças, e como esses processos ocorreram.

Através de contatos esporádicos, seja por solicitações, pesquisas ou empréstimos de obras para exposições, observa-se que alguns dos responsáveis pela gestão direta desses acervos são funcionários da UFMG. Apesar de não terem orientação ou capacitação técnica específica para lidar com o acervo, eles têm demonstrado boa vontade em se informar, reconhecendo sua responsabilidade e valorizando o patrimônio sob sua tutela.

Considerando os aspectos citados, o EAAUFMG, em colaboração com a Coordenadoria de Patrimônio da PROCULT<sup>13</sup>, está finalizando a elaboração de uma *Cartilha de Boas Práticas para a Conservação de Obras de Arte do Acervo Artístico da UFMG*. Como parte das ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio artístico-cultural da Universidade. A cartilha oferece recomendações básicas para a conservação de obras de arte, com o objetivo de orientar as unidades acadêmicas e administrativas na devida salvaguarda desses bens. Esse documento será amplamente distribuído entre as unidades, órgãos e tutores das obras. Além disso, será oferecido um curso de capacitação para orientar a aplicação das práticas recomendadas, buscando esclarecer dúvidas e fortalecer a colaboração entre o EAAUFMG e os demais locais de guarda, com a finalidade de dar efetividade e continuidade às ações de salvaguarda e difusão do acervo.

Além das ações relativas à conservação preventiva, considerando a relevância das obras que compõem o patrimônio artístico da UFMG e os riscos a que algumas estão expostas devido ao acondicionamento inadequado e outros fatores intrínsecos aos materiais, além do estado precário de conservação de algumas peças — já identificado por diagnósticos realizados pela equipe do EAAUFMG e pelo projeto de documentação —, são realizados tratamentos de conservação e restauração no acervo. Essas atividades são conduzidas em colaboração com o curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCRBCM) e o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

---

recursos humanos e materiais e está sendo executado de maneira tão completa e consistente quanto possível, o que demanda um prazo extenso.

<sup>13</sup> O documento está sendo elaborado pela diretoria do EAAUFMG, em colaboração com estagiários, bolsistas e com a Coordenadora de Patrimônio da Procult, Diná Marques.

Móveis (Cecor), da Escola de Belas Artes da UFMG.

Essas colaborações institucionais para o tratamento desses bens artísticos, realizadas em parceria com laboratórios, professores, pesquisadores e técnicos especializados vinculados à UFMG, também impulsionam o progresso da pesquisa e do ensino na área. Com frequência, obras do AAUFMG são escolhidas como temas de trabalhos de conclusão de curso de graduação e de pesquisas a nível de pós-graduação.

É importante destacar que, embora a UFMG conte com uma equipe de bolsistas e estagiários dedicados e capacitados que têm atuado de forma exemplar nas ações de salvaguarda das coleções acondicionadas na reserva técnica (figura 4), o EAAUFMG atualmente não dispõe de um corpo técnico de Conservadores-Restauradores. Esses profissionais seriam essenciais para realizar vistorias periódicas nas coleções, identificar acervos em condições precárias, avaliar potenciais riscos e executar ações básicas de higienização e diagnósticos. Tais atividades são fundamentais para o planejamento de prioridades e para o desenvolvimento de projetos voltados à captação de recursos, visando à implementação de ações de conservação preventiva e ao tratamento de conservação-restauração das obras, além de serem cruciais para a eficácia de uma política de preservação.



Figura 4: Os estagiários Miguel de Araújo e Thaís de Souza realizando tratamentos de conservação curativa no AAUFMG. 2024. Fotografia: Diná Marques

Destacamos que as atividades de preservação e documentação realizadas no âmbito do

EAAUFMG têm sido realizadas em paralelo com o programa de formação da equipe de bolsistas e funcionários, uma experiência que se alinha à diretriz de transformar o EAAUFMG em um laboratório dinâmico de ensino e pesquisa. Além de estudos supervisionados nos campos de salvaguarda museológica e história da arte, a equipe tem recebido treinamento sistemático, com o objetivo de capacitá-la para atuar em todas as frentes de trabalho, incluindo pesquisa, inventariação em campo, análise artística, fotografia, gestão de sistemas de informação, gerenciamento de imagens, diagnóstico do estado de conservação das obras, conservação preventiva e curativa. Em parceria com professores da Escola de Ciência da Informação e da Escola de Belas Artes, foram oferecidos treinamentos específicos em documentação de acervos museológicos, procedimentos de higienização, registro fotográfico de obras de arte e marcação de objetos para fins de inventário, entre outros.

Além dos treinamentos pontuais, desde 2022, disciplinas semestrais têm sido oferecidas no curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCRBCM), com foco em abordagens práticas para os tratamentos de restauração do acervo. No segundo semestre de 2024, será ofertada uma disciplina voltada tanto para os cursos de Museologia quanto para o CCRBCM, com o objetivo de promover discussões e planejamentos que servirão de base para a formulação da Política de Gestão de Acervos do AAUFMG.

Embora se reconheça a relevância deste acervo e o seu potencial para o desenvolvimento de pesquisas, para a formação de profissionais em diferentes áreas e para a democratização do acesso à cultura e à arte, ainda não foram implementadas parte das ações que permitam sua condizente valorização. Dada a extensão dos custos envolvidos em processos de preservação e extroversão de obras de arte, faz-se imprescindível o estabelecimento de redes de apoio para a realização dessas ações, consideradas por nós dever e compromisso ético com o patrimônio artístico-cultural do Brasil.

Acreditamos que os espaços museológicos nas universidades têm missões e atribuições distintas, resultantes de suas atividades específicas, e, por isso, não podem ser tratados de forma equivalente a outros órgãos institucionais. É fundamental que esses espaços mantenham e atualizem suas políticas de gestão em vigor, com a garantia de recursos humanos, infraestrutura adequada e a aquisição de materiais necessários para assegurar



a continuidade de suas funções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Acervo Artístico da UFMG possui um valor incalculável como patrimônio cultural do Brasil. Composto por obras de significativa relevância histórica e artística, esse acervo reflete a diversidade e a riqueza cultural do país, representando diferentes períodos e movimentos artísticos. A preservação e valorização do AAUFMG são essenciais, não apenas para garantir a continuidade da memória cultural brasileira, mas também para oferecer à sociedade a oportunidade de acessar, estudar e se inspirar em uma herança cultural que contribui para a formação da identidade nacional. Isso fortalece a conexão entre o passado e o presente, promovendo uma sociedade mais consciente e valorizadora de seu patrimônio.

Assim, é fundamental assegurar a plena instalação e adequação da reserva técnica visitável, por meio da implementação de instalações apropriadas e sustentáveis, que garantam as condições necessárias para a manutenção e a integridade das obras. Além disso, destacamos a importância de investir em infraestrutura e em recursos humanos, como museólogos, conservadores-restauradores, arquivistas e historiadores, entre outros. Esses profissionais são essenciais para garantir uma gestão eficiente do acervo, permitindo a continuidade das atividades de pesquisa, documentação, preservação e divulgação.

A construção de uma política de preservação e gestão para o Acervo Artístico da UFMG é de vital importância para assegurar uma administração coerente e eficiente, orientando as práticas de conservação, documentação, pesquisa e difusão. Uma política bem estruturada estabelece diretrizes claras para que as decisões tomadas estejam alinhadas com os valores institucionais e com as melhores práticas museológicas. Além disso, a publicação de manuais e instruções específicas para os diferentes tutores das obras que compõem o AAUFMG, é fundamental para padronizar procedimentos e fornecer orientações detalhadas sobre o manejo e a preservação do acervo. A capacitação dos servidores, juntamente com uma gestão colaborativa, aumentará a eficiência administrativa, assegurando a continuidade das práticas de preservação e a sustentabilidade das iniciativas ao longo do tempo.

A documentação e a difusão do acervo desempenham um papel central na democratização do acesso ao patrimônio cultural e artístico, promovendo a educação e o engajamento cultural tanto da comunidade acadêmica quanto do público externo. Esses processos são essenciais para garantir que o acervo não apenas seja preservado, mas também amplamente acessível e compreendido por diferentes segmentos da sociedade.

Nesse contexto, consideramos essencial a continuidade do projeto *Protocolos para Documentação e Gestão do Acervo Artístico da UFMG: Implantação de um Sistema de Informação*. Realizando um levantamento e diagnóstico abrangentes do patrimônio artístico da UFMG, o projeto fornecerá um mapeamento detalhado e preciso das obras, com informações quantitativas e qualitativas. Isso permitirá a criação de futuros programas e políticas voltados à pesquisa, preservação e divulgação do acervo. Além disso, a atualização sistemática do sistema de informação proposto permitirá uma gestão mais eficiente e integrada, facilitando o acesso de pesquisadores, estudantes e do público em geral às informações sobre o acervo, e promovendo o uso acadêmico e cultural das obras.

Essas ações visam ampliar a visibilidade do acervo da UFMG, consolidando-o como um recurso inestimável para a educação e promoção da cultura. A reserva técnica, equipada com sistemas de segurança e gerenciamento ambiental de acordo com padrões internacionais de conservação, se tornará um laboratório de referência. Esse espaço não será apenas um local de pesquisa e formação para alunos de graduação e pós-graduação, mas também servirá como sede para disciplinas práticas e teóricas e para o desenvolvimento de cursos de extensão voltados para a comunidade externa. Dessa forma, o EAAUFMG contribuirá para a qualificação de profissionais atuantes em instituições museais da cidade, fortalecendo a conexão entre a UFMG e a sociedade, ao mesmo tempo em que promove a preservação e valorização do patrimônio cultural.

O fortalecimento das colaborações entre o EAAUFMG e os laboratórios especializados da UFMG desempenha um papel essencial na ampliação das capacidades técnicas e científicas desempenhadas nas atividades realizadas com o AAUFMG. Essas parcerias permitem a integração de conhecimentos multidisciplinares e o compartilhamento de recursos tecnológicos avançados, fundamentais para a excelência na gestão, documentação e conservação-restauração das obras artísticas. Essas colaborações, além de viabilizarem o tratamento adequado do acervo, também promovem ações de ensino,

pesquisa e extensão, proporcionando oportunidades valiosas, abrangendo áreas afins como crítica de arte, estudos de coleção, história e teoria da arte, museologia, conservação-restauração, educação, entre outras.

A exemplo disso, destacamos parcerias exitosas com laboratórios como o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, os laboratórios do Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, o Laboratório de Preservação de Acervos da Escola de Ciência da Informação, e o Laboratório de Conservação da Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Universitária, entre outros, que têm assegurado o acesso a técnicas e metodologias de ponta. Esse intercâmbio de expertise e infraestrutura não só eleva o nível de excelência dos trabalhos realizados, mas também promove um ambiente de inovação, onde novos métodos de preservação e documentação do acervo podem ser desenvolvidos e aplicados. Além disso, essas colaborações fortalecem a rede de ensino e pesquisa da UFMG, oferecendo aos alunos e pesquisadores oportunidades únicas de aprendizado e desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados esperados com a devida implementação da reserva técnica visitável, transcendem a simples recuperação, divulgação e preservação do acervo; eles têm também um impacto significativo no avanço da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e da Ciência e Tecnologia (C&T). O uso de equipamentos, infraestruturas e softwares especializados permitirá a realização de estudos avançados, gerando novos conhecimentos que poderão ser compartilhados e aplicados em outras áreas da ciência e da cultura. A integração de tecnologias inovadoras nos processos de conservação-documentação do acervo estimula a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de novas metodologias, colocando a UFMG na vanguarda da inovação no campo da preservação de bens culturais. Dessa forma, vislumbramos inúmeros ganhos para a cultura, proteção e difusão do patrimônio artístico brasileiro, além de reafirmar o trabalho da UFMG como uma instituição pública alicerçada em valores democráticos e éticos, que tem como missão constitutiva o respeito à multiplicidade, à diversidade, à inclusão e à inovação.

## **REFERÊNCIAS**

JULIÃO, Letícia; PANISSET, Ana. *Acervo Artístico da UFMG: o papel da museologia na gestão do patrimônio universitário*. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE

MUSEOLOGIA, 3., 2017, Belém. Anais [...]. Belém: Faculdade de Artes Visuais, 2017.

PANISSET, Ana (Coord.). *Protocolos para documentação do Acervo Artístico da UFMG: implantação de um sistema de informação*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2016. Projeto de extensão PROEX/UFMG.

PANISSET, Ana Martins; FRONER, Yacy-Ara. Gerenciamento documental integrado à gestão de conservação: protocolos para o Acervo Artístico da UFMG. *Revista CPC*, São Paulo, v.17, n.33, especial, p.216-241, jan./ago. 2022.

PANISSET, Ana Martins. *A documentação como ferramenta de preservação: protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG*. 2017. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PAULA, João Antônio de (Coord.). *Acervo artístico da UFMG*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. (Circuito Colecionador).

PROCULT UFMG - Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1703&Itemid=176](https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=1703&Itemid=176). Acesso em: 22 ago. 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos bolsistas e estagiários atuais, Suzane Rodrigues, Miguel de Araújo Costa Miranda, Nathália Pereira e Thaís de Souza Costa, além daqueles que atuaram anteriormente no Espaço Acervo Artístico UFMG.

A Coordenadora de Patrimônio da Pró-reitoria de Cultura da UFMG, Diná Marques.

A Pró-Reitoria de Cultura da UFMG.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### PRÁTICAS E ÉTICA NA MANUTENÇÃO DE COLEÇÕES CIENTÍFICAS UNIVERSITÁRIAS:

Uma Análise da Intersecção entre Museologia e Medicina

*PRACTICES AND ETHICS IN THE MAINTENANCE OF UNIVERSITY  
SCIENTIFIC COLLECTIONS:*

*An Analysis of the Intersection between Museology and Medicine*

José Guilherme Veras Closs<sup>1</sup>  
Jéssica Tarine Moitinho de Lima<sup>2</sup>  
Mariana Matera Veras<sup>3</sup>

#### RESUMO

Estabelecer parâmetros confiáveis nas práticas de preservação de coleções universitárias é fundamental, especialmente na área médica, onde a integridade dos acervos depende da qualidade desses padrões. Este estudo investiga a intersecção entre museologia e medicina, focando nas práticas de preservação de coleções científicas, especialmente as de corpos humanos. A pesquisa analisa como técnicas de conservação e políticas éticas são aplicadas na gestão dessas coleções, utilizando uma metodologia que combina análise histórica e crítica das práticas envolvidas. Os resultados mostram uma evolução nas práticas de manutenção, refletindo avanços tecnológicos e mudanças éticas sobre o tratamento de remanescentes humanos. Conclui-se que as práticas de manutenção preservam o valor científico e educacional das coleções, respeitando a dignidade das vidas representadas. Destaca-se a necessidade de políticas robustas que harmonizem requisitos científicos e éticos.

---

<sup>1</sup> Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É doutorando pelo Programa de Fisiopatologia Experimental do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. [joseveras@usp.br](mailto:joseveras@usp.br)

<sup>2</sup> Profª. Doutora no Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Desenvolve pesquisas sobre Museus, Acervos e Patrimônios, com foco na gestão, documentação e comunicação museológica. [jessicatarine@ufpa.br](mailto:jessicatarine@ufpa.br)

<sup>3</sup> Coordenadora do Laboratório de Patologia Ambiental e Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (LPAE-FMUSP). [verasine@usp.br](mailto:verasine@usp.br)

Palavras-chave: Deontologia. Patrimônio científico. Museologia.

### **ABSTRACT**

*Establishing reliable parameters in the preservation practices of university collections is fundamental, especially in the medical field, where the integrity of collections depends on the quality of these standards. This study investigates the intersection between museology and medicine, focusing on the preservation practices of scientific collections, especially those of human bodies. The research analyzes how conservation techniques and ethical policies are applied in the management of these collections, using a methodology that combines historical and critical analysis of the practices involved. The results show an evolution in maintenance practices, reflecting technological advances and ethical changes in the treatment of human remains. It is concluded that maintenance practices preserve the scientific and educational value of the collections, while respecting the dignity of the lives represented. It highlights the need for robust policies that harmonize scientific and ethical requirements.*

**Keywords:** Deontology. Scientific heritage. Museology.

### **INTRODUÇÃO**

A preservação de coleções científicas universitárias, especialmente na medicina, é essencial para a transmissão do conhecimento acadêmico. Essas coleções são fundamentais para pesquisas e formação profissional, garantindo a continuidade de estudos valiosos. A preservação reflete um compromisso ético com o patrimônio, promovendo um ambiente de ensino e pesquisa de qualidade.

Este artigo investiga as práticas de preservação, com foco na Coleção de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), analisando como as técnicas de documentação e conservação são aplicadas e as políticas éticas implementadas.

A intersecção entre museologia e medicina vai além da preservação. A museologia oferece métodos de gestão e documentação, essenciais para manter registros detalhados dos espécimes. A ética museológica fornece uma estrutura para a gestão responsável dos restos humanos, abordando questões de consentimento e dignidade.

A escolha do tema é justificada pela necessidade crescente de práticas éticas na preservação de coleções universitárias de corpos humanos. Cientificamente, o estudo

contribui para aprimorar a conservação e promove diretrizes éticas que asseguram integridade e respeito às coleções. Socialmente, aborda questões de dignidade e tratamento respeitoso dos restos humanos, refletindo um compromisso com valores humanitários.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para contextualizar e respaldar as análises e conclusões subsequentes, iniciamos com uma breve fundamentação teórica. O conceito de coleções universitárias refere-se a acervos sob responsabilidade de universidades, envolvendo salvaguarda, recursos humanos, financeiros e espaço físico<sup>4</sup>. Esses espaços realizam projetos nas áreas de gestão, ensino, pesquisa e extensão, fundamentados em referenciais do patrimônio universitário. As universidades brasileiras possuem acervos valiosos que precisam ser preservados, estudados e divulgados para a sociedade<sup>5</sup>. As coleções universitárias desempenham papéis importantes, como a formação de acervos de alta qualidade que influenciam a pesquisa e o ensino, além de integrar disciplinas que enriquecem a compreensão da Museologia<sup>6</sup>.

A preservação dessas coleções é fundamental, pois proporciona suporte acadêmico prático, como exemplificado por coleções de anatomia em aulas práticas. As coleções de medicina são consideradas patrimônio cultural e científico (PC&C) devido à sua contribuição para a preservação e disseminação do conhecimento médico. O PC&C das universidades inclui elementos que evidenciam seu papel na atividade humana, abrangendo a história e a geração de conhecimento científico. Abrange também os métodos de transmissão de conhecimento e a capacidade de inovação. Além disso, o patrimônio universitário vai além das fronteiras físicas das universidades, sendo objeto de estudo de museus e instituições educacionais independentes<sup>7</sup>

Os bens ex-situ, retirados de seu contexto original e musealizados, podem ser estudados como representativos da realidade da qual faziam parte. Musealizar um objeto é uma forma de preservação, caracterizando experiências culturais materiais e imateriais

---

<sup>4</sup> Jéssica T. M. Lima. Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia: uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil, 2021, pp.73-75.

<sup>5</sup> Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, Documento Unificado, apresentado no VII Fórum Permanente de Museus Universitários, Rio de Janeiro, 2023.

<sup>6</sup> Claudia P. Aristimunha, Lígia. K. Fagundes, Museu da UFRGS, trajetória e identidade de um museu universitário, 2010, p. 48.

<sup>7</sup> Jéssica T. M. Lima. Mais que um corredor: uma possibilidade de divulgação para acervos universitários de história natural. 2023, p.145.

da humanidade. Esse patrimônio engloba bens tangíveis e intangíveis ligados ao ensino superior, refletindo a riqueza acumulada da comunidade acadêmica, seus estilos de vida, valores, realizações e função social.

Os bens das coleções de medicina são considerados musealizados quando integrados formalmente ao acervo de um museu universitário, com documentação completa sobre origem e importância histórica. Esses bens são conservados em condições controladas, servindo como recursos educativos e promovendo a compreensão da evolução das ciências médicas. A musealização também preserva a memória institucional e científica, reconhecendo essas coleções como PC&C e reforçando o compromisso da universidade com a preservação de seu patrimônio histórico e científico.

A musealização e a ética de coleções científicas são essenciais para a valorização do patrimônio cultural e científico. A gestão deve ser meticulosa, garantindo que cada item seja tratado com importância e respeito. Além da significação, a musealização é composta por diversas práticas museológicas<sup>8</sup>. É justamente sobre as ações desse processo que versará este artigo.

## **METODOLOGIA**

Para compreender a evolução das práticas de preservação e conservação de coleções científicas universitárias, especialmente aquelas que envolvem corpos humanos, adotamos uma metodologia prática e crítica. A abordagem prática foi realizada por meio de um estudo de caso detalhado da Coleção de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Esse estudo focou nas práticas de gestão, ética, conservação e documentação. O estudo de caso permite uma exploração minuciosa dos fenômenos significativos relacionados ao objeto de estudo, enfocando a estrutura organizacional, as inovações na gestão e o impacto dessas práticas no fortalecimento do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia<sup>9</sup>.

Para a abordagem crítica, realizamos uma revisão bibliográfica abrangente para mapear as teorias e metodologias predominantes nas áreas de museologia e medicina. A pesquisa bibliográfica visou estabelecer a fundamentação teórica do tema,

---

<sup>8</sup> Jéssica T. M. Lima. 2021, op. cit, p. 62-63.

<sup>9</sup> Liane C. H. Zanella. Metodologia da Pesquisa, 2011, p.38.



compreendendo o estado da arte. A literatura selecionada destaca a importância da investigação, esclarecendo contribuições anteriores sobre o tema<sup>10</sup>.

Além disso, aplicamos técnicas de análise comparativa para identificar convergências e divergências entre as práticas museológicas e médicas, destacando áreas onde a colaboração intersetorial pode ser aprimorada. A análise dos dados coletados nos estudos de caso e na revisão bibliográfica foi realizada de forma integrada, dentro da apresentação e discussão dos resultados. Essa integração de métodos práticos e críticos proporcionou uma visão abrangente e aprofundada, capaz de informar e orientar o desenvolvimento de políticas e diretrizes mais eficazes e éticas para a gestão de coleções científicas universitárias.

## **PRÁTICAS DE GESTÃO EM UMA COLEÇÃO DE MEDICINA**

Esta pesquisa aborda a gestão museológica, definida como um conjunto abrangente de responsabilidades dentro de uma coleção com potencial museológico. Em termos gerais, ela inclui atividades de documentação e preservação dos bens científicos e culturais. Nesse contexto, a preocupação recai sobre a conservação e utilização do acervo, o registro de dados, e como o acervo contribui para a missão e os objetivos da coleção<sup>11</sup>.

A gestão museológica de coleções científicas, especialmente em contextos universitários, é fundamental para assegurar que esses acervos sejam corretamente caracterizados e valorizados. Ela vai além da simples documentação dos itens, abrangendo a contextualização histórica, cultural e científica das coleções. Essa abordagem integrada permite uma melhor compreensão do significado e da importância de cada bem, reconhecendo seu valor não apenas como objeto científico, mas também como parte do patrimônio universitário.

Com o foco na interseção entre a museologia e a medicina, infere-se que a caracterização adequada das coleções através da valoração museológica traz inúmeros benefícios. Primeiramente, ela facilita a gestão e a preservação dos acervos, permitindo que cada peça receba o tratamento e a conservação adequados às suas necessidades específicas. Além disso, a valoração museológica melhora a comunicação e a interação com o público, proporcionando uma narrativa rica e educativa que pode ser utilizada em exposições, publicações e programas educativos. Esse processo também fortalece a

---

<sup>10</sup> John W. Creswell. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto, 2010.

<sup>11</sup> LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo, 2004, p. 17.

identidade institucional, destacando o compromisso da universidade com a preservação e a valorização do patrimônio científico e cultural.

Nos últimos anos, a Coleção de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo tem concentrado esforços na construção e aprovação de um Regimento Interno, como parte das atividades de gestão da coleção, visando consolidar seu reconhecimento como uma coleção com potencial museológico significativo. Um Regimento Interno é um documento formal que estabelece diretrizes, normas e procedimentos para a gestão e funcionamento de uma instituição ou coleção. Este regimento inclui itens essenciais como a definição da missão e objetivos da coleção, a descrição detalhada das responsabilidades e funções dos profissionais envolvidos, e as políticas de conservação e catalogação dos espécimes <sup>12</sup>.

Além disso, o regimento aborda aspectos fundamentais como a acessibilidade e utilização dos acervos para fins educativos e de pesquisa, estabelecendo regras claras para o empréstimo de itens e a realização de exposições. Também são contempladas diretrizes éticas para a gestão dos remanescentes humanos, garantindo que todas as práticas respeitem a dignidade e os direitos dos indivíduos representados. A aprovação deste Regimento Interno não só organiza e formaliza as operações da coleção, mas também legitima sua importância dentro da faculdade de medicina, promovendo uma gestão eficiente e um reconhecimento institucional que fortalece seu papel como patrimônio cultural e científico.

A inclusão de políticas claras e a confecção de documentos oficiais que formalizem a gestão das coleções são de extrema importância. Essas políticas devem abordar aspectos como a aquisição, a conservação, a documentação, a exposição e o empréstimo de peças, assegurando que todas as práticas estejam alinhadas com os padrões éticos e profissionais da museologia. A formalização dessas políticas por meio de documentos oficiais fortalece a legitimidade e a transparência da gestão, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões e a avaliação contínua das práticas museológicas<sup>13</sup>.

Além disso, a oficialização dessas políticas perante a universidade garante o reconhecimento institucional das coleções, facilitando a obtenção de recursos e apoio para a manutenção e o desenvolvimento dos acervos. Isso também promove a

---

<sup>12</sup> Juliana R. Alves. Avaliação para gestão de coleções em museus: uma proposta de indicadores de desempenho com base na norma SPECTRUM, 2020, p. 48.

<sup>13</sup> Jéssica T. M. Lima. 2021, op. cit, p. 186-194.

integração das coleções no contexto acadêmico, incentivando a colaboração entre departamentos e a utilização dos acervos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A aprovação do Regimento Interno representa um marco significativo na formalização e reconhecimento da Coleção de Patologia, estabelecendo uma base sólida para sua gestão museológica. No entanto, mesmo com diretrizes claras, a coleção enfrenta desafios complexos na conservação dos espécimes, que exigem soluções inovadoras e contínuos esforços de preservação.

### ***DESAFIOS DA CONSERVAÇÃO***

A conservação física de bens científicos da medicina patológica é crucial para preservar seu patrimônio. Esses itens, de grande relevância histórica e científica, enfrentam desafios como degradação biológica e má conservação. Manter sua integridade e significado é essencial para que continuem a servir como fontes de conhecimento.

Partes humanas patológicas, com complexidade material intrínseca, são acondicionadas em meios como glicerina, plastinação e formaldeído. Este último impede a degradação biológica, mas pode alterar a textura e integridade dos tecidos ao longo do tempo. A análise material dessas partes considera como os métodos de preservação afetam sua integridade e longevidade, além das implicações éticas envolvidas. O formaldeído é tradicionalmente usado como fixador ideal em estudos histológicos, preservando tecidos e prevenindo autólise e putrefação. No entanto, há uma crescente consciência sobre seus riscos ocupacionais. Recentemente, o fenoxetol foi explorado como conservante secundário, oferecendo resultados comparáveis. Em concentrações de 1%, pode ser utilizado como fixador primário de curto prazo para estudos histológicos<sup>14</sup>.

A plastinação é uma técnica de preservação que substitui água e lipídios por polímero curável, geralmente silicone, resultando em espécimes inodoros, resistentes e duradouros, com aparência natural. Suas principais aplicações incluem ensino, pesquisa, exposições museais e acervos biológicos, oferecendo uma alternativa ao formaldeído, que é cancerígeno. A plastinação também é usada em exposições educacionais e

---

<sup>14</sup> Femina Sam; Pauline Shanthi; Deepak V. Francis. Effectiveness of different combinations of phenoxetol and formaldehyde on preservation of histological features in human cadaveric tissues, 2023, p.7.

artísticas, proporcionando durabilidade e facilitando o transporte e armazenamento das peças ao longo do tempo<sup>15</sup>.

A degradação biológica é um dos maiores desafios para coleções de partes humanas, resultando em decomposição e perda de integridade dos tecidos. Para minimizar esses danos, é crucial a preservação adequada e manutenção de condições ideais de armazenamento, garantindo a estabilidade e conservação a longo prazo. A conservação preventiva, com vistorias anuais por conservadores capacitados, é essencial para verificar a eficácia do formaldeído e avaliar a funcionalidade das peças.

Desidratação é outro problema, causando encolhimento e perda de características anatômicas, prejudicando o valor educacional e científico das coleções. A escolha do fixador é vital: o álcool fixa e desidrata, mas não é tóxico; o formaldeído é eficaz e não desidrata, mas é tóxico. A preservação adequada depende de condições ambientais controladas, regulando umidade e temperatura, com mínima oscilação. Instalações adequadas e sistemas de monitoramento ambiental são essenciais para prevenir desidratação e outras formas de degradação, garantindo a integridade e relevância das partes humanas patológicas.

A conservação de partes humanas patológicas enfrenta desafios significativos, como ataques de pragas e contaminação microbiana. A falta de manutenção adequada do fluido de fixação facilita o crescimento de bactérias e fungos, que deterioram os tecidos e causam odores desagradáveis. A prevenção exige práticas rigorosas de higiene e controle ambiental. Quando a contaminação ocorre, é necessário identificar os agentes degradantes para tratá-los adequadamente, muitas vezes envolvendo a biologia para identificar e remover os micro-organismos específicos.

Pragas macro biológicas também representam uma ameaça, atraídas pela matéria orgânica, podendo danificar e comprometer a qualidade dos espécimes. A prevenção envolve manter instalações limpas e seguras e usar métodos eficazes de controle de pragas. O manuseio inadequado dos espécimes é outro problema, podendo ocorrer durante a preparação, pesquisa ou tratamento dos tecidos, resultando em danos físicos e contaminação. É crucial usar equipamentos de proteção individual e seguir diretrizes de manuseio seguro.

A implementação de políticas abrangentes de preservação, que estabeleçam padrões de cuidado e promovam a conscientização sobre a importância da proteção dos

---

<sup>15</sup> Marcos V. F. Silva; Yuri F. Monteiro. Plastinação como técnica na preservação de acervos biológicos, 2020.p.34.

espécimes e da segurança de quem os manuseia, é vital para a conservação contínua de partes humanas patológicas para fins de pesquisa, educação e preservação do conhecimento médico.

### ***UMA DOCUMENTAÇÃO PARA ALÉM DA MÉDICA***

É essencial preservar além do bem, as informações associadas aos espécimes nas coleções, como a de patologia da FMUSP. Nas coleções universitárias a sua documentação é fundamental para a pesquisa científica e serve como repositórios de memória, refletindo práticas e conceitos científicos históricos. Elas atuam como heranças culturais, conectando-nos ao passado e enriquecendo nossa compreensão do presente<sup>16</sup>.

A falta de documentação adequada emerge como um desafio crítico na conservação de partes humanas patológicas. Sem registros documentais precisos, a identificação e o rastreamento das peças na coleção se tornam uma tarefa árdua. A documentação desempenha um papel fundamental ao fornecer informações essenciais, como origens, históricos e contextos, que são vitais para a compreensão e a utilização desses bens. Portanto, a ausência de documentação adequada não apenas compromete a integridade da coleção, mas também prejudica sua utilidade e valor científico. A implementação de práticas rigorosas de documentação é crucial para garantir a preservação eficaz dessas partes humanas patológicas e para assegurar que seu significado e contexto sejam mantidos ao longo do tempo.

A criação de inventários abrangentes para coleções patológicas, incluindo doadores de corpos, professores e estudantes, enriquece e inclui todos os envolvidos. Esses inventários não são apenas registros dos espécimes, mas também documentam histórias e contribuições da comunidade, valorizando a colaboração interdisciplinar. Incorporando perspectivas diversas, promovem um ambiente de aprendizado empático e uma compreensão mais profunda das condições humanas estudadas. Esse processo preserva a integridade científica e ética dos espécimes e conecta teoria à prática, transformando a coleção em um recurso educacional dinâmico. Isso contribui para uma sociedade mais informada e preparada para desafios médicos, destacando o valor das doações para o avanço da medicina e o bem-estar coletivo.

---

<sup>16</sup> Mariana Gonzalez Leandro Novaes. Patrimônio Científico nas Universidades Brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus. 2018, p. 51.

A incorporação de fotografias ou imagens 3D no processo de documentação museológica é uma prática que agrega considerável valor e informações às coleções. Essas imagens não apenas registram visualmente os itens, mas também fornecem detalhes visuais que podem ser cruciais para a compreensão e a análise dos espécimes. A capacidade de capturar diferentes ângulos, texturas, detalhes e nuances por meio de fotografias ou imagens tridimensionais enriquece o registro documental. Além disso, essas imagens desempenham um papel fundamental na preservação virtual, permitindo a visualização detalhada dos espécimes, mesmo quando o acesso físico é restrito.

O projeto de digitalização da coleção<sup>17</sup>, ainda em desenvolvimento, melhora a acessibilidade e preservação dos acervos. A digitalização armazena dados e imagens dos espécimes em formato digital, facilitando a pesquisa e o acesso remoto para acadêmicos, estudantes e o público. Inclui a criação de um banco de dados detalhado com informações organizadas e acessíveis. Disponibilizar as coleções online amplia seu alcance e relevância, promovendo a colaboração entre instituições. Este projeto preserva o conhecimento e a história das coleções, além de promover a educação e a pesquisa, contribuindo para o avanço das ciências médicas e museológicas.

A documentação detalhada e precisa dos espécimes é fundamental para a gestão eficiente e a preservação das coleções. No entanto, além da organização técnica, é imprescindível abordar as questões éticas envolvidas na gestão dessas coleções, assegurando que práticas responsáveis e respeitadas sejam mantidas.

### ***ÉTICA***

A ética nas coleções científicas, especialmente aquelas que envolvem remanescentes humanos, desempenha um papel crucial na preservação, interpretação e exposição desses acervos. Ela aborda a necessidade de considerar a dignidade e os direitos das pessoas representadas por esses objetos, refletindo um compromisso com o respeito à vida humana<sup>18</sup>. Essa perspectiva ética é essencial para evitar a objetificação e a desumanização dos corpos preservados, promovendo uma abordagem que reconhece os remanescentes humanos tanto como documentos científicos quanto como testemunhas de vidas vividas.

---

<sup>17</sup> José Guilherme Veras Closs; Karina do Valle Marques; Mariana Matera Veras. Documentação e Conservação do Acervo de Patologia da Faculdade de Medicina da USP, 2023, p. 270-271.

<sup>18</sup> José Guilherme Veras Closs; Mariana Matera Veras; Jéssica Tarine Moitinho de Lima; Entre objetos e vidas: Explorando a Ética em Museus e Coleções de Patologia, 2023, p. 50.

A gestão de coleções que incluem partes humanas requer uma abordagem profissional enraizada na ética e na humanização. O Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus (1986) estipula que as coleções devem ser disponibilizadas para pesquisa e ensino de maneira qualificada e objetiva. Mesmo em casos em que a exposição virtual ou física, seja necessária, deve ser realizada com o devido respeito tanto ao indivíduo quanto ao grupo ao qual ele pertence.

Considerando a complexidade do contexto das coleções, especialmente as de patologia, as preocupações sobre remanescentes humanos em museus têm se ampliado para incluir coleções médicas e suas diretrizes éticas. As questões éticas são sensíveis, mas a museologia desempenha um papel crucial ao fornecer um espaço para a exploração e discussão dessas questões, permitindo uma reflexão profunda sobre o papel dessas coleções na cultura e na ciência contemporâneas. As diretrizes éticas são variadas, desde o Código de Ética do ICOM até legislações específicas (os art. 211 e 212 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, que versam sobre o tratamento a cadáveres; o art. 14 da Lei federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que trata da doação de corpos; o art. 2 da Lei federal nº 8501 de 30 de novembro de 1992, que regula sobre os cadáveres não reclamados; a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 441, de 12 de maio de 2011, no que diz respeito ao armazenamento e à utilização de material biológico humano com finalidade de pesquisa; e a Portaria Ministério da Saúde nº 2201, de 14 de setembro de 2011, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Biorrepositório e Biobanco de Material Biológico Humano com Finalidade de Pesquisa, dentre outras) e a contextualização histórica das coleções é fundamental para discernir eticamente sobre o que é feito com remanescentes humanos<sup>19</sup>.

A abordagem de coleções de remanescentes humanos em diferentes contextos históricos, a aplicação de conceitos éticos atuais e a busca por conciliação entre a dignidade dos vivos e dos mortos são desafios. A necessidade de equilibrar as diretrizes éticas com os contextos variados de formação de coleções de remanescentes humanos persiste, e é mais uma questão de orientação ética baseada em demarcação cultural do que puramente temporal. As coleções de anatomia patológica desempenham um papel fundamental na compreensão da morte, visto que a experiência da morte é social e é obtida através do testemunho da morte de outrem ou de suas representações. Portanto, é fundamental considerar a complexa relação entre nossas relações sociais com a morte e

---

<sup>19</sup> ibid. p.54

o dever ético de contextualizar historicamente essas relações nas coleções de remanescentes humanos<sup>20</sup>.

A gestão das coleções segue princípios éticos rigorosos, orientando sua aquisição, documentação, conservação e exibição. Essas diretrizes garantem respeito e integridade científica, protegendo os direitos e a dignidade dos indivíduos cujos remanescentes são preservados. A ética fomenta o desenvolvimento de políticas sensíveis às questões morais e culturais, promovendo transparência, acessibilidade e consideração das implicações sociais e históricas dos objetos. Assim, a ética é fundamental na gestão responsável e respeitosa das coleções científicas em universidades e museus.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evolução das práticas de manutenção de coleções científicas universitárias, especialmente envolvendo corpos humanos, mostra avanços tecnológicos e éticos significativos. Técnicas rudimentares deram lugar a metodologias avançadas como criopreservação e conservantes químicos, aumentando a longevidade dos espécimes. Simultaneamente, cresceu a conscientização ética, levando à adoção de diretrizes que respeitam a dignidade dos indivíduos preservados.

Essas práticas são cruciais para a educação e pesquisa, garantindo que os recursos permaneçam disponíveis para futuras gerações. A incorporação de políticas éticas promove uma cultura de respeito e responsabilidade nas instituições acadêmicas. Para melhorar a conservação, recomenda-se a implementação de tecnologias de ponta, protocolos específicos, políticas éticas robustas e pesquisas sobre técnicas de preservação sustentáveis e interdisciplinares, unindo museologia, medicina e bioética. Isso assegura a gestão ética e eficaz das coleções científicas.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Juliana Rodrigues. Avaliação para gestão de coleções em museus: uma proposta de indicadores de desempenho com base na norma SPECTRUM. Tese doutoramento em Estudos do Patrimônio - ramo Museologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, volume 1, 2020,

ARISTIMUNHA, C. P.; FAGUNDES, L. K. Museu da UFRGS, trajetória e identidade de um museu universitário. Patrimônio e Memória, São Paulo, v.6, n.2, p. 47-66, 2010.

---

<sup>20</sup> *ibid.* p. 54- 56.



CLOSS, J. G. V., VERAS, M. M., MARQUES, K. V. Documentação e Conservação do Acervo de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. In A.C.G. Faria et al (orgs), Anais do Seminário Brasileiro de Museologia. Porto Alegre: UFRGS Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 268-284, 2023.

CLOSS, J. G. V.; VERAS, M. M.; LIMA, J. T. M. Entre objetos e vidas: Explorando a Ética em Museus e Coleções de Patologia. Cadernos de Sociomuseologia Vol. 66 - nº22, 49-58, 2023.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3a ed. Porto Alegre. Artmed, 2010.

LIMA, J. T. M. Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia: uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil. Rio de Janeiro, 2021, 263 f. Defesa (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LIMA, J. T. M. Mais que um corredor: uma possibilidade de divulgação para acervos universitários de história natural. Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio, MAST: vol.16, n.2, 2023.

NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. Patrimônio Científico nas Universidades Brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus. 2018. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Museologia e Patrimônio, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.

RBCMU - Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários. Documento Unificado. Apresentado no VII Fórum Permanente de Museus Universitários, Rio de Janeiro. 2023.

SAM, Femina; SHANTHI, Pauline; FRANCIS, Deepak Vinod. Effectiveness of different combinations of phenoxetol and formaldehyde on preservation of histological features in human cadaveric tissues, Medical Journal Armed Forces India, 2023. p.1-7.

SILVA, Marcos Vinicius Freitas; MONTEIRO, Yuri Favalessa. Plastinação como técnica na preservação de acervos biológicos. Anais da Semana de Biologia da UFES de Vitória, Vol. 1, 2020.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de Pesquisa. 2ª edição revisada e atualizada. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. 2011

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem aos especialistas que contribuíram para esta pesquisa. Reconhecemos o trabalho valioso dos revisores que mesmo de forma anônima, contribuíram majoritariamente para o aprimoramento deste documento. O projeto aqui apresentado não poderia acontecer sem o apoio da Universidade Federal do Pará, por meio do Instituto de Ciências da Arte, da Faculdade de Artes Visuais e do curso de

Museologia da UFPA. Assim como da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.



## **PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES**

### **SESSÃO 4 - Acervos, formação e caracterização de coleções universitárias**

5 de setembro de 2024 // 13H30 às 15H30

*Mediação: Rodrigo Augusto das Neves (CPC-USP)*



## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### A Coleção de Taxidermia do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto e suas potencialidades acadêmicas e sociais

### The Taxidermy Collection of the Museum of Science and Technology of the School of Mines at the Federal University of Ouro Preto and Its Academic and Social Potential

Edson Fialho de Rezende<sup>1</sup>

Leandro Benedini Brusadin<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo caracterizar a Coleção de Taxidermia do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), destacando suas potencialidades acadêmicas e sociais como Patrimônio

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre pelo PPG em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (Demul/UFOP). e-mail: [edsonfialho@ufop.edu.br](mailto:edsonfialho@ufop.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (2011), Mestre em Hospitalidade pela [Universidade Anhembi Morumbi](#) (2005), Bacharel em Turismo pela PUC-Campinas (2001). Professor Associado do Departamento de Turismo e do PPG Turismo Universidade Federal do Paraná. Professor Permanente do Mestrado e do Doutorado do PPG em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: [leandrobrusadin@ufpr.br](mailto:leandrobrusadin@ufpr.br)

Cultural Científico e Tecnológico (PCC&T) da instituição. A referida coleção possui exemplares importantes para os estudos da fauna regional, incluindo algumas espécies ameaçadas de extinção. Encontra-se armazenada na Reserva Técnica do MCT/EM, com acesso limitado ao público acadêmico e poucas ações voltadas para o processo de produção e disseminação do conhecimento. Para o desenvolvimento do método, serão realizados estudos em produções literárias que discutem problemáticas similares ao cenário atual da coleção, assim como levantamento *in loco* de dados informacionais. A atenção será direcionada para os modelos de apropriação a partir de um determinado contexto museológico e das adversidades encontradas nos usos e nas demandas da coleção para o ensino, pesquisa e extensão, que, conseqüentemente, poderão influenciar as políticas de manutenção e desenvolvimento. Espera-se que os resultados revelem, por meio de uma análise descritiva, os valores e os significados da referida coleção, com atenção à sua caracterização, representatividade, desafios e compromisso perante o campo acadêmico e social. Assim, presume-se que a conclusão contribua para o campo científico, justifique e viabilize políticas para o desempenho da instituição universitária em seu compromisso com a preservação de seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: Coleção de Taxidermia. Universidade Federal de Ouro Preto. Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas.

## **ABSTRACT**

The aim of this article is to characterize the Taxidermy Collection of the Museum of Science and Technology of the School of Mines (MCT/EM) at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), highlighting its academic and social potential as a Scientific and Technological Cultural Heritage (PCC&T) of the institution. The collection includes important specimens for the study of regional fauna, including some endangered species. It is stored in the MCT/EM's Technical Reserve, with limited access to the academic public and few actions focused on the process of knowledge production and dissemination. For the development of the method, studies will be conducted on literary productions that discuss issues similar to the current scenario of the collection, as well as an on-site survey of informational data. Attention will be directed towards appropriation models from a specific museological context and the adversities encountered in the uses and demands of the collection for teaching, research, and extension, which may consequently influence maintenance and development policies. It is expected that the results will reveal, through descriptive analysis, the values and meanings of the aforementioned collection, with attention to its characterization, representativeness, challenges, and commitment to the academic and social fields. Thus, it is assumed that the conclusion will contribute to the scientific field and justify and enable policies for the performance of the university institution in its commitment to preserving its cultural heritage.

Keywords: Taxidermy Collection. Federal University of Ouro Preto. Museum of Science and Technology of the School of Mines.

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é contribuir com a caracterização da Coleção de Taxidermia do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na qualidade de patrimônio cultural universitário. Para tanto, procurar-se-á limitar a análise às potencialidades acadêmicas e sociais da coleção, tratando-a como Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T) e inserindo-a em um contexto reverberado por “desafios”, “compromissos” e “representatividades” da cultura material universitária no que tange à história da ciência e à identidade institucional.

A definição e a aplicação do termo PCC&T ampliam o conceito de “Patrimônio Cultural” por incluir não apenas os aspectos culturais tradicionais e tangíveis, mas, também, o legado oferecido pelos campos da ciência e da tecnologia a partir das suas manifestações de constituição, existência e transformação cultural. Por esse motivo, a adoção do termo se justifica por reconhecer a importância de incluir a trajetória da ciência e da tecnologia como componentes essenciais da identidade e da historicidade cultural de uma nação.<sup>3</sup>

Como orientação metodológica, o artigo foi desenvolvido com base em uma breve caracterização descritiva da coleção, inserindo sua composição na precursora instituição de ensino superior isolada, criada na segunda metade do século XIX – a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP). O estudo também abordará a relação da coleção com o papel estruturante do ensino, pesquisa e extensão na universidade. Como problema de análise, pretende-se, a partir das caracterizações, destacar algumas condições relacionadas à gestão institucional da referida coleção, com o objetivo de evidenciar a necessidade de maior atenção para as políticas internas voltadas ao reconhecimento e à apropriação do PCC&T na universidade.<sup>4</sup>

A abordagem acerca dos desafios que atuam sobre o PCC&T na universidade ocorre pelas necessidades de melhores investimentos acadêmicos e financeiros, assim como pelos comportamentos de sobreposições das práticas científicas universitárias diante da massa patrimonial cultural e as questões epistemológicas inerentes às diferentes áreas do conhecimento. Do mesmo modo, busca-se trazer discussões a respeito do compromisso e da representatividade da coleção, ao atuar na função social da

---

<sup>3</sup> Marcus Granato, Emanuela Sousa Ribeiro e Bruno Melo de Araújo, *Carta do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: produção e desdobramentos*, 2017.

<sup>4</sup> Isabel Cristina Ferreira Ribeiro, *Um olhar contemporâneo sobre a importância da gestão como elemento de preservação do patrimônio museológico universitário*, 2023.

universidade. Possíveis transformações nos modelos de gestão, baseadas em comportamentos de reconhecimento dos significados da referida coleção, podem promover políticas de democratização da ciência e tecnologia por meio da educação e do acesso à informação. Essas mudanças, por sua vez, podem resultar em ações de uso e salvaguarda mais coerentes com as potencialidades do PCC&T institucional.

Sem a pretensão de esgotar o tema, o artigo trata de um estudo específico que busca identificar alguns valores e significados educacionais, formais e informais, da Coleção de Taxidermia do MCT/EM. Com isso, pretende-se realçar a importância de se desenvolverem políticas mais equitativas que fomentem e aglutinem comportamentos institucionalizados que legitimam as coleções museológicas a partir dos instrumentos legais, apoiados no estímulo à pesquisa, à salvaguarda, à educação e à fruição do conhecimento para além do ambiente universitário.

#### ALGUMAS ABORDAGENS ACERCA DA COLEÇÃO DE TAXIDERMIA DO MCT/EM<sup>5</sup> NA CATEGORIA DE PCC&T

A Coleção de Taxidermia do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM) é composta por uma diversidade de espécies taxidermizadas utilizando a técnica de montagem artística. Composta por aproximadamente 200 exemplares, inclui amostras de aves, répteis, anfíbios e mamíferos. Ela abriga animais típicos de diferentes biomas brasileiros, especialmente da Mata Atlântica e do Cerrado, além de alguns exemplares originários de outros países e continentes. A coleção conta com espécies consideradas em risco de extinção ou já extintas na natureza.<sup>6</sup>

Entre os exemplares que constituem a coleção, encontram-se animais como o Mutum do Sudeste, o Macaco Sauá, o Lêmure Preto e Branco de Colar, o Sairá-sete-cores, a Jaguatirica, o Guepardo, Veados, Águias, Tucanos, Esquilos, Tatus, Ouriço Cacheiro, Irara, Tamanduá Bandeira e Mirim, Preguiça de garganta marrom (Figura 1), cobras, entre outros. Insere-se à coleção um conjunto variado de esqueletos, crânios, além de

---

<sup>5</sup> O autor deste trabalho coordena o Laboratório de Conservação e Restauo do Departamento de Museologia da UFOP, o qual tem parceria intersetorial com o MCT/EM, desde o ano de 2010. A presente seção foi desenvolvida a partir das experiências técnicas que o autor obteve ao longo dos anos com a citada coleção por meio de projetos de extensão e pesquisa.

<sup>6</sup> Relatório Técnico. *Projeto de extensão: A arte da Taxidermia: uma relação entre o museu e a educação*, 2012

peles e cascos.<sup>7</sup>

Figura 1: Preguiça de garganta marrom



Fonte: autores (2024).

As pesquisas históricas não apresentam evidências definitivas sobre o início de sua formação da coleção na qualidade de material didático da EMOP. No entanto, levantamentos arquivísticos realizados no Arquivo Permanente da Escola de Minas comprovam, por meio de um inventário de materiais de 1909, a aquisição de animais taxidermizados para os gabinetes didáticos da instituição. Esses dados são corroborados por registros fotográficos de diversos exemplares da década de 1920, armazenados no Gabinete de Zoologia (Figura 2). Muitos dos exemplares que atualmente compõem a coleção podem ser identificados tanto no inventário quanto nos registros fotográficos.

Figura 2: Gabinete de Zoologia da Escola de Minas (Década de 1920).

---

<sup>7</sup> Relatório Técnico. *Projeto de extensão: A arte da Taxidermia: uma relação entre o museu e a educação*, 2012





Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu de Ciência e Técnica.

Lisboa<sup>8</sup> afirma que o conjunto de animais taxidermizados da EMOP integrava as metodologias de ensino, especialmente para as disciplinas de mineralogia e geologia. O objetivo era aprimorar o conhecimento e as especificidades sobre as espécies que habitavam determinados territórios, auxiliando na compreensão dos ecossistemas explorados. Assim, a taxidermia foi prática de laboratório na formação dos discentes, em disciplina presente nas grades curriculares dos cursos de engenharia, desde o fim do século XIX.<sup>9</sup>

De acordo com Taffarel<sup>10</sup>, a observação direta é o método mais eficiente para conhecer a fauna e a flora de uma região. Anteriormente aos processos tecnológicos, a taxidermia foi fundamental no processo de ensino e de aprendizagem em ambientes acadêmicos para os estudos em determinadas áreas, como Anatomia, Fisiologia, Biogeografia, Evolução, Ecologia e Biologia da conservação. A técnica da taxidermia visa preservar as características físicas de um animal de forma muito próxima à realidade, utilizando conhecimentos de Biologia, Artes e Legislação.<sup>11</sup>

Em termos de preservação, a coleção está atualmente armazenada em sua totalidade na

---

<sup>8</sup> Moacir Lisboa, *Caderneta de Professor*, 1942.

<sup>9</sup> Moacir Lisboa, *Caderneta de Professor*, 1942.

<sup>10</sup> Carlos Domingos Taffarel, *Museus escolares: a utilização de técnicas de taxidermia como auxílio no ensino da Educação ambiental*, 2012.

<sup>11</sup> Eduardo Venâncio Rocha e Adriany de Ávila Melo Sampaio, *Primeiro ensaio sobre o uso da taxidermia em educação ambiental: para pessoas cegas e de baixa visão*, 2010.

Reserva Técnica do MCT/EM. O estado de conservação é determinado pelo contexto histórico da coleção, que reflete a sua utilização para o ensino. Após passar por obsolescência, substituição e abandono, a coleção foi reposicionada como objeto museológico. Assim, é possível identificar animais com a integridade anatômica e estética preservada, enquanto outros apresentam fragilidades causadas, especialmente, por oxidações das estruturas internas de metais, degradação das fibras naturais utilizadas nos processos de enchimento, danos aos suportes devido a ataques de microrganismos e roedores, além de desgastes de pelos e plumagem por conta da poluição, da iluminação inadequada e dos altos índices de umidade.<sup>12</sup>

Na última década, foram realizadas ações preventivas pelo Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia (LabCor/Demul) com importante apoio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Alguns tratamentos técnicos, como a catalogação simplificada, registro fotográfico, desinfestação, reparos estruturais e higienização aconteceram com a participação de alunos de graduação do curso de Museologia e Biologia da UFOP. As ações também contemplaram projetos educacionais voltados às escolas públicas e particulares de ensino, com visitas orientadas e ações didáticas com temas vinculados às especificidades da fauna e sua relação com o meio ambiente e a vida humana.

Contudo, o cenário é marcado pela necessidade de parâmetros institucionalizados voltados para o desenvolvimento e a manutenção contínua da coleção e de pesquisadores docentes dedicados ao desenvolvimento de investigações que legitimem a coleção no contexto acadêmico e social do museu, o que tem agravado a situação. Essa legitimação deve ser construída com base nos valores e nos significados da coleção, enriquecidos pelas potencialidades de fruição e pelas interações humanas. Essas interações, que devem ser promovidas em ambientes científicos, considerados espaços socialmente vividos, resultam em trocas de experiências entre o bem cultural e os indivíduos, conectando o passado e o futuro.<sup>13</sup>

As potencialidades da coleção, na categoria de patrimônio cultural favorecem o intercâmbio de informações com outros centros de pesquisa e, principalmente, a produção e a reprodução do conhecimento científico. Tal contexto reverbera na

---

<sup>12</sup> Relatório Técnico. *Projeto de extensão: A arte da Taxidermia: uma relação entre o museu e a educação*, 2012

<sup>13</sup> Marcus Granato, *Panorama sobre o patrimônio de ciência e tecnologia no Brasil: objetos de C&T*, 2010.

qualificação da coleção com ações referentes à política de preservação, com usos e explorações científicas de acordo com os modelos acadêmicos.

Observam-se dissemelhanças nas caracterizações de diferentes coleções com perfis museológicos na UFOP, especialmente quando comparadas com outras coleções definidas por práticas científicas. Esses cenários são promovidos pelas adversidades enfrentadas nos ambientes acadêmicos, particularmente no contexto político e ideológico, em relação à compreensão da importância da preservação do patrimônio que constitui o PCC&T universitário.

De acordo com Silva<sup>14</sup>, cumpre, com base em intervenções científicas e técnicas, garantir ações plurais que justifiquem a presença e a manutenção dos espaços de experiências acadêmicas e sociais como apoio no cumprimento da missão universitária. Assim, mesmo utilizando a Coleção de Taxidermia como amostragem do patrimônio cultural de análise, as coleções ressaltam pontos importantes, ao refletir sobre os desafios que influenciam as experiências e as potencialidades do PCC&T na UFOP.

#### A COLEÇÃO DE TAXIDERMIA DO MCT/EM EM PERSPECTIVA

Universidades são importantes instituições produtoras e reprodutoras do conhecimento humano e, para tanto, suas estruturas físicas são compostas por aparatos e espaços que auxiliam o cumprimento das suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão<sup>15</sup>. Neste cenário, acumula, ao longo dos anos, uma série de elementos que se tornam representativos da cultura material científica, tecnológica, artística e histórica que estruturam a memória científica institucional e nacional. Nas universidades públicas se encontra a maior concentração do patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia.<sup>16</sup>

Identificadas como patrimônio cultural institucional integrante do PCC&T, essas coleções ou espaços preservados com acesso ao público exigem uma política de gestão institucionalizada para as ações de reconhecimento dos valores e dos significados por meio de orientações científicas multidisciplinares. As articulações entre profissionais qualificados e o apoio das representações superiores são fundamentais para oferecer diretrizes mais favoráveis à legitimação das potencialidades do PCC&T nos campos

---

<sup>14</sup> Franklin Leopoldo Silva, *Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública*, 2001.

<sup>15</sup> Emanuela Sousa Ribeiro, *Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão*, 2013.

<sup>16</sup> Emanuela Sousa Ribeiro e Bruno Melo Araújo, *Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia [recurso eletrônico]: epistemologia e políticas/organização*: Emanuela Sousa Ribeiro, Bruno Melo de Araújo, Marcus Granato, 2020.

acadêmico e social. Essas articulações também são essenciais para integrar os processos de ampliação das atuações universitárias.

Por isso, é importante compreender os cenários que cercam a formação do PCC&T universitário com a exploração dos locais de existência e permanência, levando em consideração os desafios, a representatividade e o compromisso de cada coleção no âmbito acadêmico e social. Tais explorações devem ser consideradas instrumentos primordiais para constituir os valores e os significados do PCC&T, dentro e fora da universidade, como condição de transmitir novas experiências às inúmeras demandas promovidas pelas desigualdades socioculturais. Inclui neste contexto as relações da universidade com a produção científica, com o sujeito cientista, com os museus e coleções e, conseqüentemente, com os processos de elaboração do patrimônio cultural.

Historicamente, a criação da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) remonta ao desenvolvimento educacional do Brasil Imperial e aos esforços para promover os conhecimentos técnico e científico na área da exploração mineral. Inaugurada no ano de 1876, a escolha de Ouro Preto como sede de uma EMOP foi decisiva para criar um ambiente propício ao aprendizado prático, pois a cidade oferecia um ambiente prático e imersivo aos alunos por estar próximo das operações mineradoras.<sup>17</sup>

De acordo com Carvalho<sup>18</sup>, ao longo de décadas, a instituição foi gerida como uma escola de ensino superior isolada, com atuação nas áreas de Engenharia de Minas, Metalurgia, Civil e Geologia. Em 1969, a junção da EMOP com a Escola de Farmácia de Ouro Preto definiu a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Durante sua existência, a EMOP acumulou um vasto conjunto de modelos de ensino, equipamentos, documentos, amostras e outros itens que integram, na atualidade, o PCC&T da UFOP.

A Coleção de Taxidermia se notabiliza pela sua representatividade, pelo vasto potencial científico agregado, com evidências acerca da significativa contribuição com as produções acadêmicas em relação à fauna, à biodiversidade e a técnicas a partir das ações de pesquisa, ensino e extensão. Com atuação em áreas do conhecimento interdisciplinares e multidisciplinares, as investigações certamente reconhecem a representatividade dos valores e dos significados da coleção, no âmbito tanto acadêmico quanto social, considerando aspectos referentes aos processos educativos em diferentes

---

<sup>17</sup> Francisco Iglésias, *Política econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*, 1958.

<sup>18</sup> José Murilo de Carvalho, *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, 2002.

níveis de formação.

Por meio de campos específicos, a representatividade da coleção poderá abranger não apenas o capital científico, mas, sobretudo, o cultural, o ambiental, o institucional, o econômico, o simbólico e o social. Assim, a UFOP necessita tomar posse dessa representatividade para melhor compreender os processos de preservar, estudar e exibir. Processos fundamentais para conferir legitimidade à coleção e fornecer *status* aos pesquisadores e usuários que estão associados, direto ou indiretamente, à coleção.

Da mesma forma, essa conjuntura estabelece importantes normas e critérios de produção e preservação que influenciam nos valores e nos significados da coleção, qualificando sua representatividade acadêmica e social para a comunidade em geral. Isso justifica o patrimônio cultural universitário como um interpretador ativo na construção e na consagração das práticas humanas e dos recursos materiais dentro dos respectivos campos sociais, pois:

Não se pode compreender inteiramente o funcionamento e as funções sociais do campo de produção erudita sem analisar as relações que mantém, de um lado, com as instâncias, os museus, por exemplo, que têm a seu cargo a conservação do capital de bens simbólicos legados pelos produtores do passado e consagrados pelo fato de sua conservação e, de outro lado, com as instâncias qualificadas, como por exemplo do sistema de ensino, para assegurar a reprodução do sistema dos esquemas de ação, da expressão, da concepção, de imaginação, de percepção e de apreciação objetivamente disponíveis em um determinada formação social.<sup>19</sup>

Assim, a representatividade da Coleção de Taxidermia na UFOP na categoria de PCC&T pode enfrentar conflitos temporais, sejam eles de natureza científica, política, ideológica ou técnica. Portanto, é necessário persistir na compreensão de que a referida coleção está intrinsecamente ligada à história da ciência, à prática científica, à memória institucional e, especialmente, aos indivíduos que fizeram ou fazem parte delas.

Reforça-se que a representatividade está associada ao compromisso do PCC&T universitário, especialmente quando conduzido pelo desenvolvimento de narrativas comprometidas com a transformação acadêmica e social. Isso significa abordar questões relevantes para a comunidade universitária, tanto local quanto global. Essa abordagem pode propor diferentes formas de gestão, envolvendo os profissionais acadêmicos e os cidadãos de maneira ativa na preservação, na interpretação e no uso do patrimônio cultural universitário. Por isso, é fundamental desenvolver “metodologias museológicas” que possam decodificar sistematicamente, a partir de cada contexto social e político, as funções educativas do patrimônio universitário que procuram

---

<sup>19</sup> Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, p. 117, 2009.

“ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento”.

20

A apropriação da coleção de taxidermia como um equipamento cultural implica reconhecer que a universidade não é apenas um espaço físico de ensino e pesquisa, mas também um *locus* de produção e reprodução de conhecimento, vivências, identidades e memórias. Esses aspectos podem e devem estar associados aos interesses de desenvolvimento da população local. Os diferentes atores que interagem nesse ambiente – gestores, professores, alunos, funcionários, entre outros – precisam contribuir para configurar esse território cultural por meio de suas práticas, narrativas e representações.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve caracterização da Coleção de Taxidermia do MCT/EM, é possível considerar alguns dos desafios que cercam o PCC&T vinculado à UFOP. Os contextos revelam fragilidades metodológicas nos tratamentos técnicos relacionados à gestão da referida coleção. Essas fragilidades são ampliadas pela falta de apropriação no contexto universitário e, especialmente, pela ausência de perspectivas inerentes ao reconhecimento dos valores e dos significados no contexto universitário. Esse reconhecimento é necessário não apenas para as ações acadêmicas, mas, sobretudo para as sociais.

Foram discutidos, dentro de algumas especificidades, os termos desafios, compromisso e representatividade, considerando o ambiente museológico e as adversidades que influenciam as políticas institucionalizadas acerca da preservação do patrimônio cultural e sua utilização para o ensino, a pesquisa e a extensão. Embora as universidades sejam produtoras e reprodutoras de conhecimento, elas enfrentam percalços naturalizados culturalmente no País, como pouco investimentos financeiros e limitada equipe de profissionais qualificados na área, entre outras deficiências.

Os riscos que afetam os valores e os significados do PCC&T universitário comprometem o cumprimento da universidade em preservar a história da ciência, o patrimônio científico, a memória institucional e os possíveis espaços de interação entre a universidade e a sociedade, baseados em princípios democráticos de acesso ao conhecimento. A necessidade de definir melhores parâmetros científicos e técnicos, a

---

<sup>20</sup> Maria Cristina Bruno, *Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória*, p.155, 2020.

exemplo na tríade museológica de pesquisa, preservação e comunicação, evidencia a inexistência de práticas que legitimem o patrimônio universitário de forma equitativa entre as diferentes disciplinas. Tal fato abre espaços para maiores reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a falta de sistematização dentro de um âmbito científico e educacional.

Assim, ao ter em conta como primordial a preservação da memória histórica, cultural, científica, tecnológica e artística, torna-se imprescindível adotar uma gestão apoiada em tomadas de decisões eficientes e que levem à realização da missão universitária. O fortalecimento e o amparo às práticas do uso e acesso à Coleção de Taxidermia devem reconhecer as relações da ciência com a pluralidade da vida e considerar as potencialidades inerentes ao papel estruturante da educação e do museu na transformação social. As atividades acadêmicas associadas às práticas museais podem garantir condições mais favoráveis e equilibradas às coleções diante das políticas institucionais, bem como proporcionar o fomento e a aglutinação de uma consciência pelos debates acerca do PCC&T universitário e sua relação social, garantindo as articulações por meio das demandas da comunidade interna e externa.

Portanto, novos modelos para a requalificar a gestão do patrimônio cultural que integra o PCC&T universitário, que garanta a equidade com a adoção de políticas institucionais propositivas, são essenciais. Para tanto, acredita-se que a permanência de discussões sejam significativas e fundamentais para desenvolver e manter o patrimônio cultural universitário, baseado na constituição de formatos de gestão comprometido com os valores e significado do PCC&T, e no caso específico, da Coleção de Taxidermia do MCT/EM, no âmbito acadêmico e social.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRUNO, Maria Cristina. **Museus e pedagogia museológica**: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. Disponível em: [https://www.museologia-portugal.net/files/introducao\\_sociomuseologia\\_10.07.2020.pdf](https://www.museologia-portugal.net/files/introducao_sociomuseologia_10.07.2020.pdf). Acesso em: 17 jun. 2024.

CARVALHO, João Murilo. **Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Belo

Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1958.

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o patrimônio de ciência e tecnologia no Brasil: objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio. F. **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2010

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo. Carta do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: produção e desdobramentos. **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia**: instituições, trajetórias e valores /Organização: Marcus Granato; Emanuela Sousa Ribeiro; Bruno Melo de Araújo. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. 332p.

LISBOA, Moacir. **Caderneta de Professor**. Ouro Preto: Arquivo Permanente da Escola de Minas/UFOP, 1942.

ROCHA, Eduardo Venâncio; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo Primeiro ensaio sobre o uso da taxidermia em educação ambiental: para pessoas cegas e de baixa visão. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais [...]**. São Paulo: AGB, 2010. v. 1. p. 1-10. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18255953-Primeiro-ensaio-sobre-o-uso-da-taxidermia-em-educacao-ambiental-para-pessoas-cegas-e-de-baixa-visao.html>. Acesso em: 16 julho 2024

RELATÓRIO TÉCNICO. **Projeto de Extensão**. A arte da Taxidermia: uma relação entre o museu e a educação, elaborado pelo Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia ( LabCor/ Demul). Ouro Preto, 2012.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Museologia & interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, 2013.

RIBEIRO, Isabel Cristina Ferreira. **Um olhar contemporâneo sobre a importância da gestão como elemento de preservação do patrimônio museológico universitário**, 2023. Disponível em: <https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/paginas/edicao/40>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SILVA, Franklin Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 15. n. 42, ago 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000200015&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000200015&script=sci_arttext). Acesso em: 27 jun. 2024.

TAFFAREL, Carlos Domingos. Museus escolares: a utilização de técnicas de taxidermia como auxílio no ensino da Educação ambiental. **Revista Monografias ambientais**, Santa Maria, v. 10, n. 10, p. 2128 – 2133, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/6312/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

## A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO PELOS DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Tiago Valle<sup>1</sup>  
Marcus Granato<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa que fundamenta este texto está sendo desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). As reflexões expressas neste artigo advêm de um dos objetivos específicos da pesquisa adaptado para este ‘III Seminário do Patrimônio Cultural Universitário’: compreender a legislação relacionada ao patrimônio cultural brasileiro, direcionada aos museus e às coleções visitáveis, correlacionando-a aos documentos produzidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O método de pesquisa adotado foi a análise documental. Assentados nas pesquisas, verificamos que a UFPE nos últimos vinte anos vem constituindo um arcabouço legal para proteger o seu patrimônio cultural. A temática passou a compor a legislação basilar da Instituição como o Estatuto, o Regimento Geral, o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Como consequência, alicerçou a criação de resoluções específicas relacionadas aos bens culturais da Universidade. Os estudos realizados, indicam que a UFPE produziu normas institucionais consonantes com a legislação e com as proposições nacionais em prol da preservação do Patrimônio Cultural Universitário.

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO), Graduado em Pedagogia (UFPE), Licenciado em História (Universidade Estácio de Sá). Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais (UFPE) e Professor na Rede Estadual de Educação de Pernambuco.

<sup>2</sup> Possui graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais (UFRJ). É professor colaborador do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da CT (MAST) e professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). É editor científico do periódico eletrônico Museologia e Patrimônio; bolsista de produtividade 1B do CNPq.

Palavras-chave: 1. Patrimônio Cultural Universitário 2. Coleções Científicas Visitáveis  
3. Universidade Federal de Pernambuco.

### **ABSTRACT**

*The research that underpins this text is being developed within the scope of the Doctorate course in Museology and Heritage by the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). The reflections expressed in this article come from one of the specific objectives of the adapted research: understanding the legislation related to Brazilian cultural heritage, directed at museums and visitable collections, correlating it to documents produced by the Federal University of Pernambuco (UFPE). The research method adopted was document analysis. Based on research, we found that UFPE in the last twenty years has been creating a legal framework to protect its cultural heritage. The theme became part of the Institution's basic documents such as the Statute, the General Regulations, the Institutional Strategic Planning and the Institutional Development Plan. As a consequence, it supported the creation of specific resolutions related to the University's cultural assets. The studies carried out indicate that UFPE produced institutional standards in line with legislation and national propositions in favor of preserving University Cultural Heritage.*

**Keywords:** 1. University Cultural Heritage 2. VISIBLE Scientific Collections 3. Federal University of Pernambuco.

## **INTRODUÇÃO**

Este texto é decorrente de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Para a discussão neste ‘III Seminário Patrimônio Cultural Universitário’ adaptamos um dos objetivos específicos da pesquisa, “compreender a legislação relacionada ao patrimônio cultural brasileiro, direcionada aos museus e às coleções visitáveis, correlacionando-a aos documentos produzidos pela UFPE”. Este objetivo buscou responder ao seguinte questionamento: ‘Em que medida os documentos produzidos pela UFPE para proteção do seu patrimônio cultural – especialmente aqueles voltados para os museus e as coleções científicas visitáveis – têm correlação com a legislação direcionada ao patrimônio cultural brasileiro?’

A UFPE nos últimos vinte anos vem constituindo um arcabouço legal para proteger o seu patrimônio cultural. A temática passou a compor a legislação basilar da Instituição como o Estatuto, o Regimento Geral, o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Como consequência, alicerçou a criação de resoluções específicas relacionadas aos bens culturais da Universidade.

Para refletir acerca do Patrimônio Cultural Universitário da UFPE consideramos que essa é uma instituição federal de ensino superior, por isso, partimos de dois instrumentos legais nacionais fundamentais para a Autarquia: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996.

Nas reflexões específicas sobre a proteção aos museus e coleções científicas visitáveis da UFPE, utilizamos três instrumentos legais fundamentais do campo da Museologia: A Lei Nº 11.904/2009 que institui o Estatuto dos Museus; a Lei Nº 11.906/2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); e o Decreto da Presidência da República Nº 8.124/2013 que regulamenta dispositivos das duas Leis anteriores.

## **ANTECEDENTES**

A política para a preservação do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco é relativamente recente. Mendonça Júnior<sup>3</sup> reconheceu o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2003-2013) como a primeira referência ao patrimônio cultural da UFPE em um documento oficial da UFPE.

A produção acadêmica sobre o patrimônio museológico da UFPE também tem incremento quantitativo recente. Ações na esfera da Instituição podem ser relacionadas ao aumento da produção acadêmica sobre o tema: a) nascimento do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (2000); b) criação do curso de Bacharelado em Museologia (2009); c) estabelecimento de uma turma de Mestrado Interinstitucional em Museologia e Patrimônio (UFPE/UNIRIO) destinada a técnico-administrativos da UFPE (2019). Contudo, nos repositórios institucionais, identificamos a escassez de textos específicos sobre as coleções científicas visitáveis.

É relevante observar que, além dos legisladores, há movimentos de grupos organizados do campo que criam as bases que interferem na construção de uma política cultural institucional. Entre os grupos organizados que perpassam, através de suas produções, as pesquisas que estamos desenvolvendo e conseqüentemente se encontram influenciando este texto, cabe citar: o Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU) e o Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro (MAST).

## **MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A construção deste texto utilizou basicamente a análise de documentos relacionados ao objeto de estudo: a legislação relacionada ao patrimônio cultural brasileiro, direcionada aos museus, às coleções visitáveis, correlacionando-a aos documentos produzidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Lüdke e André afirmam que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”<sup>4</sup>. Nossa hipótese cogita que todos os documentos institucionais supracitados traduzem a aplicação da legislação nacional, as perspectivas da gestão da instituição, bem como a influência e interferência dos grupos organizados do campo sobre a temática.

<sup>3</sup> Anselmo Mendonça Júnior, Patrimônio cultural universitário: estratégias para obtenção do poder de definir qual o patrimônio cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

<sup>4</sup> Menga Lüdke e Marli André, Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas, 2015, p. 45.

## **Proteção do Patrimônio Cultural Universitário**

No texto da Constituição Federal de 1988, no Artigo 216 há um conceito bastante significativo para o campo da Museologia, e conseqüentemente para este texto, a definição de patrimônio cultural brasileiro contemplando “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>5</sup>.

No mesmo sentido, a compreensão de cultura expressa pelo Regimento Geral da UFPE possibilita reflexões diversas. Conforme, podemos observar no trecho a seguir:

Art. 97. A cultura na Universidade, entendida como expressões artísticas e como preservação do patrimônio artístico-cultural, promoverá ações de fomento, de reconhecimento e de divulgação das iniciativas produzidas pelos diversos agentes culturais, especialmente aqueles diretamente vinculados à Instituição com o objetivo de suscitar oportunidades de incremento artístico-cultural, enfocando prioritariamente o desenvolvimento humano e social<sup>6</sup>.

Ambos os textos anunciam a importância da cultura. A Constituição toca, entre outros, em dois aspectos valiosos para o desenvolvimento dos povos: identidade e memória. O Regimento da UFPE direciona a função da cultura (e do patrimônio) na Universidade em prol do desenvolvimento humano e, além de definir, compromete a Instituição a vivenciar a cultura de maneira ativa. Indica a responsabilidade institucional com a preservação do patrimônio artístico-cultural, através de ações como fomento, reconhecimento e divulgação.

Coadunando com o Regimento, outros documentos estruturais da UFPE apontam, conforme registra um dos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, para “implantar uma política de valorização, preservação e acesso à cultura”<sup>7</sup>.

O Plano Estratégico Institucional 2013-2027 expressa a importância dessa política ao reconhecer que a UFPE é: a) “responsável pela preservação de acervos

<sup>5</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, 1988.

<sup>6</sup> UFPE, Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco, 2019b.

<sup>7</sup> Id., 2019d, p. 108.

históricos, artísticos e científicos de imenso valor e temos de protegê-los adequadamente”<sup>8</sup>; b) produtora “de novas experiências culturais, artísticas e científicas, que necessitam ser difundidas na sociedade”<sup>9</sup>; c) “Uma instituição de ensino com expressiva inserção na sociedade através de suas bibliotecas, seu hospital de clínicas, museus, programas de inovação tecnológica e de políticas públicas”<sup>10</sup>.

Da mesma forma, o Estatuto da Universidade, ao elencar os princípios, fins e objetivos da Instituição, refere-se repetidamente à cultura. Utiliza expressões como valorização da cultura, troca de práticas culturais, acesso aos bens culturais, difusão da cultura, cooperação cultural, entre outras<sup>11</sup>.

Considerando que nessa Universidade a atenção ao patrimônio cultural nasce sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), é coerente identificar que a Rede de Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte da Universidade foi criada sob a alçada dessa Pró-Reitoria e é neste contexto que buscamos identificar referências na legislação à extensão universitária.

No texto Constitucional de 1988, destacamos dois trechos sobre a educação superior que abordam a extensão universitária, a saber: a) “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”(Art. 207); b) “As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público”<sup>12</sup>.

Os dois itens da Lei oferecem os primeiros subsídios para as discussões e práticas sobre aspectos políticos, administrativos, financeiros e didático-científicos institucionais do fazer ensino, pesquisa e extensão, em outras palavras, fazer cultura, arte, ciência e tecnologia na educação superior. Contudo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDBEN) e na Resolução nº 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), que institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, está disposto maior arcabouço sobre extensão universitária.

<sup>8</sup> UFPE, Planejamento Estratégico Institucional 2013-2027, 2013, p. 05.

<sup>9</sup> Ibid, p. 05.

<sup>10</sup> Ibid, p. 08.

<sup>11</sup> Id, Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco, 2019a.

<sup>12</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988.

É clara a aplicação dessa legislação na UFPE. A exemplo do conceito de extensão universitária expresso no Estatuto Geral da Universidade, o documento transcreve, com pequenas modificações, a Resolução 07/2018 (CNE/CEB) ao registrar que: “A Extensão Universitária implica processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, voltado à interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”<sup>13</sup>.

Diretamente relacionada ao objeto de estudos de pesquisa, identificamos uma evidente intersecção entre extensão universitária e os museus e coleções científicas visitáveis no Estatuto da UFPE:

Art. 100. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade são ambientes acadêmicos destinados à realização de processos sistemáticos para a construção do conhecimento, da educação e da interação com a sociedade.

Parágrafo único. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão e compartilharão o conhecimento gerado com a sociedade<sup>14</sup>

Portanto, espera-se que os museus, as coleções científicas visitáveis e as galerias de arte da UFPE sejam instrumentos potencializadores das funções convergentes de uma instituição universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

### **Proteção aos Museus e às Coleções Científicas visitáveis**

A proteção do patrimônio dos museus e coleções visitáveis conta com leis específicas do campo da Museologia: o Estatuto dos Museus (Lei Nº 11.904/2009) , a Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museu-IBRAM (Nº 11.906/2009) e o Decreto da Presidência da República (Nº 8.124/2013) que regulamenta essas duas Leis.

Essa Legislação norteia documentos que versam sobre a proteção aos museus e coleções científicas visitáveis (e galerias de arte) no domínio da UFPE, especialmente a Resolução 10/2018 que disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte (MCVGA) vinculados às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a Resolução 10/2022 que institucionaliza e normatiza o funcionamento da

<sup>13</sup> UFPE, Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco, 2019a.

<sup>14</sup> Ibid.

sua Rede de Museus, ambas aprovadas pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE).

Nas leis nacionais de proteção aos museus há a definição de termos como museu, coleções visitáveis, bens culturais, bens culturais musealizados, bens culturais passíveis de musealização, atividades museológicas, instituições museológicas, plano museológico, processos museológicos, museus públicos, entre outras. No âmbito da UFPE, a Resolução nº 10/2018 CCEPE, também apresentou definições como as de museu, processo museológico, coleções científicas visitáveis e galerias de arte. Os conceitos dos dois primeiros termos são idênticos aos registrados nas Leis supracitadas.

O Conceito de coleções científicas visitáveis apresentado na Resolução nº 10/2018 da UFPE é bastante semelhante ao conceito de coleções visitáveis presente Estatuto dos Museus e na definição de Coleção Visitável descrita no Decreto 8.124/2013.

Na resolução 10/2018, as coleções científicas visitáveis são conceituadas como: “conjuntos de bens culturais *de natureza artística, científica ou tecnológica, conservados para registro permanente da herança natural do planeta e da humanidade,* e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente, possuindo, ou não, coleções didáticas e que realizem processos museológicos”<sup>15</sup>. Nessa Conceituação a UFPE basicamente esclareceu sobre a natureza das coleções, conforme destacamos.

No tocante aos conceitos, merece atenção ainda a definição de Rede de Museus da UFPE: “uma rede organizada de instituições museológicas, baseada na adesão voluntária, configurada de forma progressiva e que visa a coordenação, a articulação, a mediação, a qualificação e a cooperação entre os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE”<sup>16</sup>. Esta definição é idêntica à de Sistema de Museus expressa no Estatuto dos Museus. Observa-se mais uma vez a UFPE buscando a expertise da Lei Nº 11.904/2009 para compor suas Resoluções.

Entretanto, a relação dos documentos da UFPE com as Leis de proteção aos museus não se limita aos conceitos. A UFPE indica atenção aos princípios fundamentais e à Política Nacional de Museus expostos na legislação. Da mesma forma, as Resoluções 10/2018 e 07/2022 demonstram dialogar com as Leis ao tratar de aspectos

<sup>15</sup> UFPE, Resolução CCEPE/UFPE nº 10/2018, 2018a

<sup>16</sup> Id., Resolução CCEPE Nº 07/2022, 2022.



estruturantes dos museus (e coleções científicas visitáveis) como: áreas básicas dos museus, sociedade e os museus, preservação, conservação e segurança dos museus.

A Resolução nº 10/2018/CCEPE implica a gestão da Universidade na “manutenção, proteção, apoio, segurança e fornecimento de condições técnicas adequadas ao funcionamento e preservação dos museus, coleções visitáveis e galerias de arte”<sup>17</sup>. Cita a obrigação referente à infraestrutura das unidades às quais cada MCVGA esteja vinculado. E expressa que as Unidades e a “Administração Central, por meio das Pró-reitorias vinculadas, incluirão, anualmente, no Plano de Ação Institucional – PAI, os recursos financeiros destinados às atividades previstas nos planos anuais” da rede de museus<sup>18</sup>.

A Resolução 10/2018 trata ainda do registro dos bens culturais sob a guarda dos MCVGA no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, nos instrumentos definidos pelos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP do Setor público e nos bancos de dados acreditados de cada área do conhecimento”<sup>19</sup>.

No quesito ‘Recursos’, há diferentes artigos com alusões, nas Resoluções 10/2018 e 07/2022, às bases para a boa manutenção dos seus museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE. Há referências a aspectos como a dotação orçamentária consignada nos Planos de Ação Institucional das Pró-reitorias; doações, subvenções e legados, receitas provenientes de projetos, eventos e materiais; captação de recursos; a criação ‘Associações de Amigos de Museus’, entre outros.

Quanto à estrutura organizacional, a Resolução de 2022 definiu órgãos e suas respectivas competências, com os quais a Rede de Museus da UFPE deverá contar: a) a Coordenação com competência para coordenar e representar administrativamente a Rede de Museus, inclusive tratar de fontes de financiamento e/ou parcerias para projetos integrados da Rede de Museus; b) o Comitê Gestor ao qual cabe deliberar sobre a política, as diretrizes, as normativas, a proposta orçamentária, o planejamento anual, fontes de financiamento; c) a Equipe Técnico-Científica com a incumbência de subsidiar e apoiar os MCVGA, no que se refere às questões técnico-científicas, com a aplicação de conhecimentos específicos do campo museológico e áreas afins; e d) a

17 UFPE, Resolução CCEPE/UFPE nº 10/2018, 2018a

18 Ibid.

19 Ibid.

Assembleia com atribuições de amplo colegiado<sup>20</sup>.

No campo da Museologia há ainda uma norma institucional bastante significativa, a Portaria Normativa Nº 21/2020 do Gabinete do Reitor da UFPE, que aprova a Estrutura Regimental da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e, entre outras determinações, cria, na alçada da Diretoria de Cultura, a Coordenação de Museologia e Valorização do Patrimônio Artístico-Cultural, cujas atribuições perpassam por aspectos políticos amplos, por ações estruturantes para cada ente da Rede de Museus, bem como por afazeres cotidianos, geralmente muito difíceis de serem executados em museus públicos universitários.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proteção do Patrimônio Cultural tangível da UFPE conta com um arcabouço legal satisfatório. A Instituição ao longo dos últimos anos vem construindo documentos – Estatuto, Regimento Geral, planos, resoluções, portarias normativas – que preveem ações em prol da proteção dos seus bens culturais.

As pesquisas também indicam que há consonância entre os documentos normativos produzidos pela Instituição e a legislação nacional no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro. É possível verificar que a Universidade dialoga com diferentes legislações, como leis federais amplas aplicadas à educação e à cultura. Da mesma forma, tem conexão com as discussões atuais do campo da cultura e da Museologia.

A Universidade sinaliza reconhecer que as coleções científicas visitáveis (junto com os museus e as galerias de arte) colaboram para o cumprimento do princípio constitucional da educação universitária. Carregam consigo a possibilidade de favorecer - na perspectiva da indissociabilidade - o ensino, a pesquisa e a extensão.

Percebe-se a importância que as Coleções Científicas Visitáveis da Rede de Museus da UFPE sejam reconhecidas, para além das normativas, como um conjunto de objetos de natureza material, que portam referência da identidade local (do nordeste brasileiro), que remetem à memória da pesquisa (da ação de construir conhecimento) e dos pesquisadores brasileiros, e têm relação com as criações e descobertas científicas e tecnológicas.

<sup>20</sup> UFPE, Resolução CCEPE Nº 07/2022, 2022.

Embasados nos estudos realizados, inferimos que uma análise comparativa entre as experiências normativas de instituições de ensino superior, voltadas para seus respectivos patrimônios culturais, poderá contribuir para a ampliação da compreensão sobre os avanços e os entraves presentes nas normas internas da UFPE inerentes a proteção dos seus museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 ago. 24.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 04 jul. 24.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm). Acesso em: 29 jul. 24.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 21 jan. 2009b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11906.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11906.htm). Acesso em: 29 jun. 24.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 out. 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm). Acesso em: 29 jun. 2024

\_\_\_\_\_. Resolução nº 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 29 jun. 2024.

**CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 24.

**DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE MUSEUS E COLEÇÕES UNIVERSITÁRIAS.** Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/wp-content/uploads/2019/02/diretrizes.pdf>. Acesso em: 29 jun. 24.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. **Patrimônio cultural universitário: estratégias para obtenção do poder de definir qual o patrimônio cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco.** 2022. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [unirio.br/ppg-pmus/anselmo\\_mendonca\\_junior1.pdf](http://unirio.br/ppg-pmus/anselmo_mendonca_junior1.pdf). Acesso em: 07 ago. 24.

**PROJETO VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO BRASILEIRO.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/projetos-de-pesquisa/coordenacao-de-museologia-comus>. Acesso em: 29 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFPE 2009-2013.** Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/PDI++UFPE+2009-2013.pdf/add2c984-6d9d-410a-8bb2-daa03cb6219c>. Acesso em: 10 jul. 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Planejamento Estratégico Institucional 2013-2027.** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13\\_27\\_.pdf](https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf). Acesso em: 10 jul. 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Recife: UFPE, 2015. Disponível em [https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pdi\\_14\\_18\\_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec](https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pdi_14_18_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec). Acesso em: 01 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Resolução CCEPE/UFPE nº 10/2018.** Disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Recife: UFPE, 2018a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Res+2018+10+CCEPE+%28museus%2C+cole%C3%A7%C3%B5es+cient%C3%ADficas+visit%C3%A1veis+e+galeiras+de+arte.pdf/46b68083-49d2-4229-bc32-69634ef48c83>. Acesso em: 20 jul. 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Resolução CONSAD/UFPE nº 03/2018.** Dispõe sobre normas gerais de registro, controle e movimentação dos bens móveis da UFPE. Recife: UFPE, 2018b. Disponível em: <https://nti.ufpe.br/documents/398575/1383356/Res+2018+03+CONSAD.pdf/e15ebaf7-c187-40cf-a23f-534baeaf4cde>. Acesso em: 10 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco** - Republicação. B. O. UFPE, Recife V. 53 No

067 Especial. Págs. 31-60. 25 de julho de 2019. Recife: UFPE, 2019a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 12 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco** - Republicação. B. O. UFPE, Recife V. 53 No 067 Especial. Págs. 1-30. 25 de julho de 2019. Recife: UFPE, 2019b. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 12 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Resolução N° 16//2019 CCEPE**. Dispõe sobre as atividades de extensão e dá outras providências. Recife: UFPE, 2019c. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16\\_2018+++Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7](https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16_2018+++Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7). Acesso em 02 ago 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional** 2019-2023. Recife: UFPE, 2019d. Disponível em: [a47f4e0d-3283-44a2-a292-5f04183cdefe \(ufpe.br\)](https://www.ufpe.br/a47f4e0d-3283-44a2-a292-5f04183cdefe). Acesso em: 12 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Portaria Normativa N° 21/2020**. Aprova a Estrutura Regimental da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e dá outras providências. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: [13c435ec-b48d-4b8b-a0b8-907913c4e594 \(ufpe.br\)](https://www.ufpe.br/13c435ec-b48d-4b8b-a0b8-907913c4e594). Acesso em: 20 jul. 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE.. **Resolução CCEPE n° 07/2022**. Institucionaliza a Rede de Museus da Universidade Federal de Pernambuco disciplinando o seu funcionamento. Recife: UFPE, 2022. Disponível em: [https://sigrh.ufpe.br/sigrh/public/colegiados/filtro\\_busca.jsf;jsessionid=992416D60D79DE693D61B0577127B661.sigrh02](https://sigrh.ufpe.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=992416D60D79DE693D61B0577127B661.sigrh02). Acesso em: 20 jul. 24.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### A RÁDIO DA UNIVERSIDADE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

#### *UNIVERSITY RADIO AS A CULTURAL HERITAGE*

Marcelo Aguiar Coelho de Souza<sup>1</sup>  
Anna Paula Moura Canez<sup>2</sup>

#### RESUMO

O estudo a seguir propõe compreender a Rádio da Universidade, emissora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como um patrimônio cultural imaterial passível de registro por instituições competentes. Para tanto, analisam-se aspectos da prática radiofônica da emissora, sua produção, trajetória e acervo capazes de lançar luz para a importância no contexto acadêmico e da cidade de Porto Alegre. A partir do levantamento de mecanismos de registro, acervo documental, bem como de precedentes que possam contribuir para a investigação proposta, o estudo busca respaldo para a compreensão da emissora como um patrimônio cultural imaterial e para a formalização do seu registro pelos meios válidos e apropriados. Tal reconhecimento para a Rádio da Universidade caracteriza-se como um ato de resistência, permanência e de valorização institucional da emissora como mecanismo produtor e difusor de conteúdos educativo e cultural. O título de patrimônio cultural imaterial pode auxiliar para que se vislumbrem novas perspectivas e ações práticas capazes de garantir um futuro produtor e valioso à primeira rádio universitária do país.

---

<sup>1</sup>Produtor Cultural concursado do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, é graduado em comunicação social com habilitação em jornalismo pela PUCRS, possui especialização em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado e é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

<sup>2</sup>Professora concursada da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; atua no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS, possui mestrado (1996) e doutorado (2006) em Teoria, História e Crítica da Arquitetura - PROPAR/UFRGS.

**Palavras-chave:** Rádio da Universidade; Patrimônio Radiofônico; Patrimônio Cultural Imaterial.

**ABSTRACT**

*The following chapter proposes to understand the University Radio, a radio station of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as an intangible cultural heritage that can be registered by competent institutions. To this end, the study analyzes aspects of the radio station's radio broadcasting practice, its production, trajectory and collection capable of shedding light on its importance in the academic context and in the city of Porto Alegre. Based on the survey of registration mechanisms, documentary collection, as well as precedents that can contribute to the proposed investigation, the study seeks support for the understanding of the radio station as an intangible cultural heritage and for the formalization of its registration by valid and appropriate means. Such recognition for the University Radio is characterized as an act of resistance, permanence and institutional appreciation of the radio station as a mechanism for producing and disseminating educational and cultural content. The title of intangible cultural heritage can help to envision new perspectives and practical actions capable of guaranteeing a productive and valuable future for the first university radio station in the country.*

**Keywords:** *University Radio; Radio Heritage; Intangible Cultural Heritage.*

## **INTRODUÇÃO**

O patrimônio radiofônico tem ganhado evidência nos últimos anos por meio de pesquisas e em virtude da busca de medidas protetivas que visam à sua valorização e permanência. Em 2022, ano em que a primeira transmissão radiofônica no Brasil completou um século, a Rádio MEC foi declarada patrimônio cultural de natureza imaterial do estado do Rio de Janeiro em ato da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), como uma forma de proteção à intenção do Governo Federal de encerrar as atividades da emissora. No mesmo ano, a Rádio da Universidade, emissora da UFRGS, “a pioneira das emissoras universitárias do Brasil”, conforme anuncia o seu slogan, completou 65 anos, enfrentando, também, dificuldades técnicas, de infraestrutura e de preservação do seu acervo.

Com o objetivo de lançar luz à preservação e à valorização da memória radiofônica universitária, propomos neste artigo refletir a respeito da emissora da Rádio da Universidade sob a perspectiva de um patrimônio cultural imaterial passível de proteção pelas instituições competentes. Sua trajetória, serviços prestados, produção cultural e relação com a Universidade e com a cidade de Porto Alegre merecem atenção para que a emissora possa potencializar suas atividades culturais e educativas e vislumbrar novas perspectivas.

Para o proposto, faz-se necessário o levantamento de mecanismos legais, de artigos e bibliografias que contribuam com a discussão em nível prático e conceitual, bem como a identificação de precedentes correlatos, além da análise de documentos e de outros materiais e ferramentas capazes de identificar marcos e traçar a história da emissora.

## **A PIONEIRA DAS RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS: BREVE HISTÓRICO**

“Caíam as barreiras entre povo e universidade”. É com esse manifesto do reitor Elyseu Paglioli que o jornal matutino Correio do Povo abre a matéria veiculada às vésperas da primeira transmissão oficial da Rádio da Universidade, ocorrida às 20h do dia 18 de novembro de 1957, ao som da primeira suíte de “O descobrimento do Brasil”, composição do maestro Heitor Villa-Lobos. Por trás dessa conquista há uma longa trajetória de esforços e dedicação do professor do Instituto Eletrotécnico da Universidade, Antônio Alberto Goetze, que, por volta de 1948, expõe aos seus colegas a ideia de criação de uma rádio para demonstrar, na prática, a construção de transmissores e dos fenômenos da irradiação.



A proposta é levada pelo professor Goetze ao reitor, à época Alexandre Martins da Rosa, que dá aval para que o docente providencie os devidos encaminhamentos às autoridades competentes para a concessão de um canal de transmissão. No dia 19 de julho de 1950, através da Portaria nº 618, a Universidade é autorizada a instalar, na sua sede, uma estação radiotelefônica para “a transmissão de ensinamentos, palestras, conferências etc., bem como informações de seu observatório astronômico, com a ressalva, entretanto, de não serem irradiados programas musicais e outros de natureza recreativa”<sup>3</sup>.

Apesar da delimitação da Portaria, no dia 31 de dezembro de 1953, a emissora é retirada do ar por estar transmitindo música e programas recreativos, atividades vedadas na sua faixa. O episódio ganha repercussão na mídia da época e, na intenção de regularizar a situação, o então reitor Paglioli vale-se da sua influência política.

A 20 de janeiro de 1954 o Prof. Elyseu Paglioli foi ao Rio de Janeiro, através de audiência marcada com o presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, levando consigo um documento protocolado através do número 388. Entre vários documentos anexados, um deles era dirigido ao Dr. Ernesto Simões Filho. Com a ajuda do Ministério da Educação - que também possuía uma rádio - seria mais fácil sensibilizar o Ministério da Viação e Obras Públicas<sup>4</sup>.

No mesmo ano, a solicitação é aprovada pelo Presidente da República para a concessão de uma estação radiofônica operando na frequência de 1.080 quilohertz (kHz), onda média, sob o prefixo ZYU-65, para a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) - Processo nº 13.813/54 do Ministério da Viação e Obras Públicas, suplantando outras pretendentes na concorrência pela mesma frequência.

O contexto de criação da emissora coincide com um momento de efervescência cultural e de grande ampliação da URGS, a partir da sua federalização, em 1951. Sob as gestões do reitor Elyseu Paglioli<sup>5</sup>, a Universidade experimenta um período de maior abertura em relação à sociedade e de crescimento nas suas atividades, cursos e estrutura física, com a construção de importantes edificações de arquitetura modernista, além da criação de equipamentos, como o coral e a gráfica da Universidade.

Aí estão, já concluídos muitos [prédios] e em vias de conclusão alguns, para atestarem a sua monumental eloquência, o Centro Agrônomo, o Centro Médico com seu grandioso Hospital de Clínicas e

---

<sup>3</sup> Sergio Stosch, Rádio da Universidade - 30 anos: a história de sua implantação, 1987, p. 29.

<sup>4</sup> Sergio Stosch, Rádio da Universidade - 30 anos: a história de sua implantação, 1987, p. 54-55.

<sup>5</sup> Elyseu Paglioli foi reitor da Universidade de 1952 a 1964.

construções anexas, o Hospital de Clínica Veterinária e seu Pavilhão de Laboratórios, os muitos Institutos Universitários criados, construídos e equipados gozando hoje de fama internacional, os Restaurantes Universitários e as casas para Estudantes, a Colônia de Férias, a Rádio-Difusão, Auditório e a sede social, e todos os vastos e modernos edifícios que hoje possuem as Faculdades que antes funcionavam, atravancadamente, em porões e corredores das quatro antigas construções com que apenas contava a Universidade<sup>6</sup>.

A Rádio da Universidade, desde sua criação, funcionava nas dependências da Escola de Engenharia. Sua transferência para o atual prédio (figura 1) da Rua Sarmento Leite, nº 426, no Campus Centro da UFRGS, ocorre em 1960, a partir da federalização dos serviços meteorológicos e da conseqüente saída da Seção Meteorológica do Instituto Astronômico e Meteorológico (IAM), em 1959.



*Figura 1 - Prédio da Rádio da Universidade, Campus Centro da UFRGS. Fonte: Acervo SPH, 2018. Crédito: César Vieira*

A adaptação de toda uma edificação para a instalação da emissora caracteriza a importância dada aos seus serviços naquele momento. Desde então, a edificação, erigida entre 1920 e 1921 e projetada pelo engenheiro letão Adolf Stern para sediar os serviços meteorológicos do estado, à época vinculados à Escola de Engenharia, é conhecida e referenciada como prédio da Rádio da Universidade. O prédio, inserido no conjunto do

---

<sup>6</sup> Elyseu Paglioli, *in*: Relatório: reitorado do Prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964: uma fase em sua história, 1964, p. 8-9.

Campus Centro da UFRGS, tem o seu valor material reconhecido em nível municipal<sup>7</sup>, estadual<sup>8</sup> e federal<sup>9</sup> como entorno de prédio tombado.

A relação temporal da emissora com a sua sede gera um entrelaçamento objetivo, mas também simbólico. O espaço passa a ser impregnado pelo *ethos* operante, é adaptado e adapta-se à força prática que nele atua. A atividade educativa e cultural da emissora molda a personalidade histórica do prédio.

Aderimos aqui a uma posição cultural e política de preservação do conjunto arquitetônico da UFRGS e em especial ao patrimônio que permite dimensionar o território mito e patrimônio etnológico urbano local como uma obra moldada e configurada pelo depósito de muitos gestos e intenções dos grupos humanos que nela habitam, em especial, dos técnicos e dos profissionais formados por esta universidade<sup>10</sup>.

A Rádio da Universidade, como elemento produtor e irradiador de cultura em plena atividade, mantém pulsante, caracteriza, identifica e projeta o espaço físico que, por sua vez, ampara, delimita e estrutura os trabalhos do capital humano. Há uma relação simbiótica de inexorável influência entre o elemento de pedra e cal e os artífices da prática. “Um tal território possui, portanto, uma ‘assinatura’, aquela inscrita pela história de seus usuários, representando por tais motivos seu laço de pertença a vida urbana.”<sup>11</sup>. As dimensões material e imaterial dos bens culturais, portanto, encontram-se cada vez mais amalgamadas na sua valoração cultural.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: MECANISMOS E MODELOS**

A onipresença da mídia impõe novas dinâmicas às experiências sociais cotidianas. Como primeiro meio eletrônico de comunicação de massa, a radiodifusão é uma das marcas da vida moderna do Século XX. Mortensen<sup>12</sup> declara que os meios eletrônicos, à medida que envelhecem, passam a fazer parte do patrimônio cultural e podem ser considerados artefatos por si mesmos, e não apenas ferramentas para gerar informações contextuais a respeito de outros artefatos materiais.

---

<sup>7</sup> Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre.

<sup>8</sup> Lei Estadual n. 11.525/2000.

<sup>9</sup> Portaria n. 479/2013/MinC IPHAN.

<sup>10</sup> Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, *Cotidiano Acadêmico e Patrimônio Universitário: ritmos de duração da cidade*, 2007, p. 6.

<sup>11</sup> Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, *Cotidiano Acadêmico e Patrimônio Universitário: ritmos de duração na cidade*, 2007, p. 6.

<sup>12</sup> Christian Hviid Mortensen. *A museological approach: radio as intangible heritage*, 2012, p. 22.

Características, como a velocidade e necessária mudança frente à obsolescência tecnológica acelerada, dificultam a percepção de meios de comunicação modernos, como bens culturais imateriais passíveis de registro. Adami chama atenção para a morte silenciosa e sistemática desse patrimônio cultural imaterial,

patrimônio este que todos os dias desaparece um pouquinho, correndo sério risco de sumir por completo, por diferentes fatores, primeiramente pelo fato de que, infelizmente, muitos dos profissionais de rádio dos anos 1920, 1930, 1940 e até dos anos 1950 estão nos deixando, dada a idade, mas também pelo fato de que muito da história do rádio se perde em gavetas, salas, caixas e depósitos sem o mínimo cuidado<sup>13</sup>.

A concepção e as definições sobre os patrimônios culturais imateriais ainda são recentes. É apenas após a Segunda Guerra Mundial que, lentamente, as práticas culturais passam a ser vistas como patrimônio, independentemente da sua necessidade material. Durante muito tempo, o entendimento do mundo ocidental sobre patrimônio é associado unicamente a “coisas corpóreas”. Os processos e práticas culturais sem a necessidade de mediação de objetos constituem uma percepção oriunda de países asiáticos e do chamado “Terceiro Mundo”<sup>14</sup>.

É em 1989, durante a 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, que o tema entra na pauta internacional, com a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”; Castriota, porém, aponta à época: “poucos Estados Membros se interessam pela sua aplicação”<sup>15</sup>. Em 2003, com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial é que o tema ganha maior visibilidade e definições.

§1 – Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Antônio Adami, *Produção e Memória Radiofônica de São Paulo como Patrimônio Cultural Imaterial*, 2020, p. 57-62.

<sup>14</sup> Márcia Sant’Anna, *A Face Imaterial do Patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*, 2003, p. 51-52.

<sup>15</sup> Leonardo Castriota, *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*, 2009, p. 207.

<sup>16</sup> UNESCO, *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003.

No Brasil, país de imensa diversidade cultural e étnica, a preocupação com as práticas autóctones e com o folclore pode ser considerada visionária na figura do escritor Mario de Andrade, um dos fundadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ainda na década de 30. Em 2000, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto daquele ano, institui o método do registro como forma de proteção dos bens imateriais do patrimônio brasileiro em quatro livros: “Livro de Registro dos Saberes”, “Livro de Registro das Celebrações”, “Livro de Registro das Formas de Expressão” e “Livro de Registro dos Lugares”.

Apesar de o referido Decreto abarcar uma ampla gama de bens imateriais e ainda de prever, no seu Artigo 1º, a abertura de novos livros, vislumbrando uma expansão do conceito: “§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.”<sup>17</sup>, ainda há certa dificuldade de enquadramento dos bens modernos e típicos do meio urbano-industrial por parte das instituições.

Em entrevista realizada em 2020 com analista técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito do possível registro de uma emissora radiofônica como patrimônio cultural de natureza imaterial<sup>18</sup> foram reveladas algumas dificuldades para a homologação por parte da instituição. Os empecilhos postos seriam: a característica do patrimônio imaterial de estar fortemente amparado na figura dos detentores e vinculado aos saberes, práticas e processos mais que ao produto final; e a problemática gerada pelo fato de as rádios brasileiras estarem nas mãos de empresas privadas.

Apesar disso, sabe-se que muitas rádios comunitárias e regionais passam por grandes dificuldades financeiras que ameaçam sua existência e a preservação do seu acervo. No caso da Rádio da Universidade, a lógica de mercado não corresponde ao compromisso da emissora com uma programação educativa e cultural sem fins lucrativos. É justamente essa natureza que a coloca em zona de risco e de precariedade. Vale salientar que o caráter local que caracteriza muitas das emissoras radiofônicas favorece a divulgação e a aproximação da cultura e das manifestações artísticas regionais com a comunidade. “A relação cultural, histórica e memorial do rádio com suas localidades faz dele um patrimônio para grupos e regiões que se desenvolveram, no Brasil, tendo a forte

---

<sup>17</sup> BRASIL, Decreto-lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm).

<sup>18</sup> Elane Gomes Santos Coutinho, O Rádio Regional como Patrimônio Cultural Imaterial, 2021, p.7-8.

presença e atuação deste meio de comunicação, seja pelos programas, locutores, eventos ou pelas próprias emissoras.”<sup>19</sup>.

Quanto à figura dos detentores, o conceito de sociomuseologia pode contribuir para situar as práticas de uma rádio universitária no contexto de bem cultural imaterial ao entender que a expansão do campo é dada pelas articulações de diferentes áreas do saber que crescem fora da museologia, no caso associando os paradigmas dos museus acerca das coleções aos paradigmas postos pela sociedade<sup>20</sup>. Da mesma forma, as práticas e vivências nos espaços acadêmicos são os elos para a construção da memória coletiva universitária. Os *campi* universitários tornam-se lugares de rotinas, mas também de efervescência política, registradas nos documentos históricos e nas lembranças e depoimentos dos atores envolvido, sejam estudantes, professores, ou técnicos.

[...] um grande número de lembranças reaparece porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo<sup>21</sup>.

O *ethos* universitário apresenta elementos confluentes e que permeiam o todo. O caráter público da UFRGS pode ser apontado como um dos determinantes dessa coerência geral. Por outro lado, um olhar mais micro, direcionado às unidades, setores, grupos profissionais e técnicos, revela idiossincrasias naturalmente diversas e contrastantes nos seus traços, valores e hábitos, mas que, em maior ou menor grau, tendem a se articular nos espaços acadêmicos e para além destes, indo ao encontro da sociedade, sobretudo na forma de projetos de extensão.

Como visto, a Rádio da Universidade tem no seu DNA o propósito de levar cultura, educação e as pautas e agendas da vida acadêmica para a comunidade externa. Essa exteriorização, contudo, dá-se de forma etérea, a partir das ondas do rádio, de modo que o espaço físico, apesar do fluxo de convidados entrevistados, possui um hermetismo. As visitas guiadas ao prédio da Rádio da Universidade, realizadas em eventos e atividades pontuais, despertam no público a sensação de penetrar uma atmosfera nebulosa e familiar ao mesmo tempo, onde o produto sonoro é confeccionado; no qual se encontra

---

<sup>19</sup> Elane Gomes Santos Coutinho, O Rádio Regional como Patrimônio Cultural Imaterial, 2021, p. 1.

<sup>20</sup> Mário C. Moutinho, Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão, 2014, p. 426-427.

<sup>21</sup> Maurice Halbwachs, A Memória Coletiva, 1990, p. 24.

o ambiente de silêncio aveludado dos estúdios, com seus aparatos, instrumentos musicais e vedado à agitação ativa do fluxo urbano do Campus Centro da UFRGS; em que se encontram os antigos equipamentos expostos de forma ainda improvisada na sala de redação; onde a discoteca, com milhares de discos de vinil e fitas de rolo magnéticas e cassete que guardam um acervo sonoro de entrevistas com importantes nomes nacionais e internacionais das artes e da política - e que aguardam uma digitalização -, evidenciam e sobrepõem as camadas do tempo. Ali se encontra a repercussão no presente das técnicas, práticas e comportamentos de outrora.

Os depoimentos de gerações de ouvintes e participes do fazer da emissora tecem uma teia de reminiscências e expõem a Rádio da Universidade como sentimento: Erico Verissimo, Moacyr Scliar, Lauro Hagemann, Humberto Gessinger, entre outros - nomes públicos ou não - estão afetiva e declaradamente conectados à emissora. Suas lembranças e testemunhos formam o imaginário da Rádio da Universidade.

## **BEM CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE**

Como bem imaterial passível de registro, a Rádio da Universidade, dada sua área de atuação, influência e memória, é aderente aos preceitos postos em âmbito municipal, tendo em conta os precedentes de registro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) e da Feira do Livro de Porto Alegre como patrimônio imaterial da cidade, para citar dois bens que se conectam diretamente com a emissora e evidenciam sua atuação na vida cultural da capital gaúcha.

A programação musical da emissora, voltada para a música de concerto, favoreceu os laços com músicos e com a agenda da OSPA. Na grade de programação da Rádio, outros segmentos culturais também ganham destaque, como no caso da literatura, que conectou a história da Rádio da Universidade à Feira do Livro nas suas coberturas *in loco*. “Desde o final dos anos 1980, a emissora faz a cobertura do evento literário, por meio do programa “Tempo de Livro”, precursor do “Estação dos Livros”. O programa começa com reportagens procedidas durante o evento, inicialmente produzidas por estudantes de jornalismo da UFRGS, sob a coordenação dos professores Carlos Urbim e Ricardo Schneiders<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Mariane Souza de Quadros, *A Pioneira das Emissoras Universitárias Brasileiras: uma história da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2024, p. 139.

No dossiê para registro da OSPA, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico Cultural - COMPAHC - da Secretaria Municipal de Cultura na categoria “Formas de Expressão”<sup>23</sup>, conforme Lei nº 9570, de 30 de agosto de 2004, uma série de trechos ligam a Orquestra à UFRGS. No mesmo ano de inauguração da Rádio da Universidade ocorre o primeiro concerto da Orquestra no Salão de Atos da UFRGS: “Em 1957, a OSPA realiza o seu primeiro concerto no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir de então, o Salão tornou-se palco para muitas apresentações da orquestra, incluindo a famosa série “Concertos para a Juventude”<sup>24</sup>.

A Rádio da Universidade transmitiu concertos da OSPA e, em missiva endereçada ao reitor Paglioli, em 12 de junho de 1953, para maior abrangência de público da emissora, o professor Goetze propõe essa articulação com a Orquestra para a popularização da programação em um possível segundo canal: “Neste programa popular compreende-se deve estar incluída a irradiação de música, no seu aspecto instrutivo, educacional, além de concertos de organizações tais como a OSPA e outras. Devemos procurar conservar o atual canal para o programa puramente científico-técnico e conseguir novo para o programa que chamaremos de rádio difusão cultural popular”<sup>25</sup>.

## **RÁDIO MEC E O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RADIOFÔNICO**

Na última década, a memória radiofônica vem ganhando visibilidade no campo do patrimônio cultural. Para citar alguns exemplos, em 2021 a Rádio Clube de Recife foi considerada patrimônio cultural imaterial pela Lei Municipal nº 18.814 e a Rádio Tabajara de João Pessoa, pela Lei nº 14.298, de 19 e novembro. Mais recentemente, a Rádio MEC foi declarada patrimônio de natureza imaterial do estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 9771, de 4 de julho de 2022, em ato legislativo da ALERJ.

Apesar de as emissoras em questão terem o seu reconhecimento feito pelo poder legislativo, portanto à revelia dos processos exigidos pelas instituições de patrimônio, consideraremos válidas as iniciativas por refletirem uma preocupação com a herança do patrimônio radiofônico. Outrossim, o ato legislativo não exclui um posterior

---

<sup>23</sup> Processo de nº 010.1307910.7. A homologação foi publicada no Diário Oficial de Porto Alegre em 22 de dezembro de 2010.

<sup>24</sup> Dossiê para registro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre como bem cultural de natureza imaterial no município de Porto Alegre, EPAHC, 2004.

<sup>25</sup> Antônio Alberto Goetze *apud* Sergio Stosch, Rádio da Universidade - 30 anos: a história de sua implantação, 1987.



encaminhamento e chancela pelos órgãos competentes, talvez evidencie a já comentada resistência dos mesmos frente à necessidade de proteção da memória radiofônica e de demandas de preservação de bens culturais modernos de interesse público.

No caso da Rádio MEC, a medida foi tomada a partir das ameaças do Governo Federal de desativá-la. O selo de patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, serve como um meio de resistência dos bens diante das ameaças impostas pelos avanços "civilizatórios", tecnológicos e mercadológicos. Ana Lúcia Meira chama atenção para a representação da realidade social vinculada aos bens: "Imaginários sociais são representações coletivas, ideias-imagens da sociedade globalizada e de tudo o que se relaciona com ela, ou seja, com os modos coletivos de imaginar social. A tensão entre dimensão individual e a coletiva desse imaginário permeia a prática da preservação"<sup>26</sup>.

Entre a Rádio MEC e a Rádio da Universidade, além do pioneirismo - a primeira rádio do país e a primeira rádio universitária do país respectivamente - podem ser traçados outros paralelos mais estruturais, a começar pelo caráter público e educativo-cultural: "a gênese da Rádio da Universidade teve como lastro, certamente, a proposta educativo-cultural da pioneira Rádio Sociedade do Rio de Janeiro de Roquette-Pinto que, em 1936, passou aos cuidados do Ministério da Educação e Cultura, transformando-se na Rádio MEC"<sup>27</sup>.

Infelizmente, as dificuldades técnicas e de funcionamento também são pontos compartilhados por ambas as emissoras. A Rádio da Universidade não passou por uma ameaça direta de desligamento, mas a sua transmissão está comprometida pela própria defasagem da sua frequência em Amplitude Modulada (AM) uma vez que este tipo de faixa tende a acabar ou ter a potência diminuída, conforme o Decreto Presidencial nº 8.139/2013.

Uma chancela como bem cultural favorece a utilização de políticas públicas culturais para a preservação e a permanência dos bens por meio de mecanismos de fomento direto e indireto. Para a Rádio da Universidade a perspectiva de busca por outras fontes de recurso pode ser útil para viabilizar a tão almejada operação em FM, também para a recuperação e difusão do seu acervo, além de lhe conferir prestígio e valorização institucional e, assim, inibir uma possível tentativa de desmonte.

---

<sup>26</sup> Ana Lúcia Meira, *O passado no Futuro da Cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*, 2004, p. 34.

<sup>27</sup> Cida Golin e Ana Laura Colombo, *A Rádio da Universidade entre as Décadas de 60 e 70: a consolidação do perfil cultural e de programação*. In: *Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção*, 2020, p. 2.

Entre diversos prêmios e honrarias, vale citar a homenagem recebida pela Rádio da Universidade na Câmara Legislativa de Porto Alegre na ocasião dos seus 60 anos, em 2017, pelas décadas de notável serviço público prestado à sociedade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Como base teórica, foram trabalhados os conceitos de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990), de sociomuseologia de Mauro C. Moutinho (2024), de imaginário e memória coletiva da UFRGS, de Ana Luiza Carvalho Rocha e Cornelia Eckert (2007) e de imaginário social, de Ana Lúcia Meira (2004). A ideia de patrimônio imaterial e sua aplicação foram analisadas a partir das obras de Márcia Sant'Anna (2003) e Leonardo Castriota (2009).

A memória radiofônica sob a perspectiva de patrimônio cultural valeu-se das pesquisas de Antônio Adami (2020), Elane Gomes Santos Coutinho (2022) e Christian Hvii Mortensen (2012). Tendo como objeto a Rádio da Universidade, foram consultadas pesquisas de Sergio Stosch (1987), Mariane Souza de Quadros (2024) e de Cida Golin e Ana Laura Colombo de Freitas (2020).

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é uma pesquisa básica em fontes primárias e secundárias. Foram consultados mecanismos legais voltados para a preservação do patrimônio cultural e radiofônico, bem como processos precedentes correlatos à reflexão proposta. Um levantamento bibliográfico foi realizado com base em trabalhos que têm como objeto a Rádio da Universidade e a memória radiofônica. Usaram-se conceitos como os de memória coletiva e de sociomuseologia para amparar e legitimar teoricamente a proposta de validação da emissora como um bem cultural imaterial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O reconhecimento de bens modernos, como patrimônio cultural imaterial ainda enfrenta resistência e carece de um arcabouço conceitual mais consistente por parte das instituições de salvaguarda do patrimônio cultural e artístico nacional.

No caso da Rádio da Universidade, sua importância para a memória da UFRGS é inequívoca. Sua influência na vida da cidade de Porto Alegre é outro ponto que pode ser verificado nos registros das coberturas de eventos da cidade e do seu reconhecimento

público nos diversos depoimentos, premiações e nas menções honrosas concedidas. De maneira mais ampla, o seu pioneirismo lhe confere a relevância de marco histórico da radiodifusão educativa e universitária no Brasil. Todos esses atributos são capitais importantes para o encaminhamento de um registro legal que lhe garanta a chancela de patrimônio cultural imaterial do município de Porto Alegre.

Para que o registro possa ser homologado pela instituição competente, um inventário e comprovações documentais são essenciais para a abertura e validação do processo. Verificou-se que a emissora, apesar dos poucos estudos que a envolvem como objeto de pesquisa e embora sua progressiva perda de prestígio institucional e carência no trato do seu acervo, possui elementos comprobatórios de fatos importantes da sua história, suficientemente capazes de a validarem como um bem cultural imaterial. Justamente pela precarização da emissora nos últimos anos, a chancela de patrimônio cultural poderia conferir maior resistência à sua existência, maior valor institucional, além de possibilidades mais efetivas junto às leis e políticas de incentivo à cultura para fomentar a sua permanência técnico-estrutural e do seu acervo.

Longe de esgotar os elementos que qualificam a produção e traçam a história da Rádio da Universidade, o presente trabalho contribui para a compreensão da emissora sob o prisma de um patrimônio cultural imaterial e para um possível encaminhamento de registro pelos órgãos competentes.

## REFERÊNCIAS

ADAMI, Antônio. Produção e Memória Radiofônica de São Paulo como Patrimônio Cultural Imaterial. *In: Documentación de Ciencias de la Información*, n. 43, 2020, p. 57-62.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm) Acessado em: 15 de agosto de 2024.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo, Annablume, 2009.

COUTINHO, Elane Gomes Santos. O Rádio Regional como Patrimônio Cultural Imaterial. *In: Studies in Multidisciplinary Review*, Curitiba, v.3, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.55034/smr3n3-001> acessado Acessado em: 15 de agosto de 2024.

GOLIN, Cida; FREITAS, Ana Laura Colombo de. A Rádio da Universidade entre as Décadas de 60 e 70: a consolidação do perfil cultural e de programação. *In: Rádio no Brasil: 100 Anos de História em (Re)Construção*. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice. 1990.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade**: políticas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MORTENSEN, Christian Hvii. *A museological approach: radio as intangible heritage*. vol. 2 n. 2, 2012, *SoundEffects: An interdisciplinary journal of sound and sound experience*.

MOUTINHO, Mauro. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão, *in: Cadernos do CEOM: Museologia social*, v. 27 n. 41, p. 423-427, 2014. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168> Acessado em: 17 de agosto de 2024.

PORTO ALEGRE. Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre. **Diário Oficial de Porto Alegre**, 07 mar. 2008, p.86 Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu\\_doc/2017\\_lista\\_patrimonio\\_tombado\\_e\\_inventariado\\_em\\_porto\\_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/2017_lista_patrimonio_tombado_e_inventariado_em_porto_alegre.pdf). Acessado em: 15 de agosto de 2024

QUADROS, Mariane Souza de. **A Pioneira das Emissoras Universitárias Brasileiras**: uma história da rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 9.771, de 4 de jul. de 2022. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1565302466/lei-9771-22-rio-de-janeiro-rj> Acessado em: 15 de agosto de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual no 11.525, de 15 de set. de 2000. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da UFRGS. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 18 set. 2000. Disponível em: 11.525.pdf Acessado em: 26 jul. 2023.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Cotidiano Acadêmico e Patrimônio Universitário: ritmos de duração na cidade, *in: Revista Iluminuras*, v. 8, n. 18, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9263>. Acessado em: 18 de agosto de 2024.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003, p.49-58.

STOSCH, Sergio. **Rádio da Universidade - 30 Anos**: a história de sua implantação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 1987.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2006. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por) Acessado em: 15 de agosto de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório**: reitorado do Prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964. Uma fase em sua história. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1964.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

**MUSEU CASA DO SERTÃO UEFS: 46 anos pautando a memória cultural de  
Feira de Santana BA**

*MUSEU CASA DO SERTÃO UEFS: 46 years guiding the cultural memory of Feira  
de Santana BA*

*Cristiano Silva Cardoso<sup>1</sup>*

#### RESUMO

A Região conhecida por Portal do Sertão localiza-se numa transição entre zona da mata e o sertão baiano, nela se congregam riquezas e diversidades, advindas do encontro de pessoas e histórias representativas do imaginário sobre “o ser nordestino”, resultando numa cena cultural diversificada em que iniciativas individuais, comunitárias e de equipamentos públicos como centros culturais, museus e espaços abertos, voltam-se a atender as demandas por formação, cultura, lazer e patrimônio. A presente proposta busca transitar pelo patrimônio enquanto categoria de análise, alinhando informação, percepção e aprendizagem na cidade de Feira de Santana BA, focalizando as ações do Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). A instituição fundada em 1978 pelo Lions Club reúne coleções relacionadas aos artefatos de usos e costumes, criações artísticas populares, itens documentais e bibliográficos, tem por desafios encantar e conectar gerações, por meio dos seus acervos e de convidados, em pautas expositivas e ações culturais e educativas. Propõe-se numa abordagem qualitativa, analisar num panorama reflexivo, como o pioneiro entre os museus da UEFS tem pautado importantes mudanças no trato com suas coleções e o público a fim de incluir temáticas como diversidade e inventividades. Entre os seus resultados mais relevantes constam a percepção deste enquanto espaço multirreferencial de aprendizagem e difusão da estética e da cultura sertaneja, em diferentes temporalidades e espacialidades. Outro ponto é a criação de novas frentes de atuação como o Memorial Eurico Alves Boaventura, que endossa a importância e o legado intelectual deixado pelo ilustre feirense. Da mesma forma, são apresentadas as instalações do Centro de Memória dos Povos Indígenas do Nordeste – ANJUKA, que agora se materializa como um espaço voltado para reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, etnográficos, projetos de pesquisa e extensão sobre e com os povos indígenas.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Museologia UFBA; Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano UEFS; Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação UNEB; Doutorando em Difusão do Conhecimento UFBA; Diretor do Museu Casa do sertão e Centro de Estudos Feirenses UEFS.

Palavras-chave: Museu; Feira de Santana; Memória

---

## **ABSTRACT**

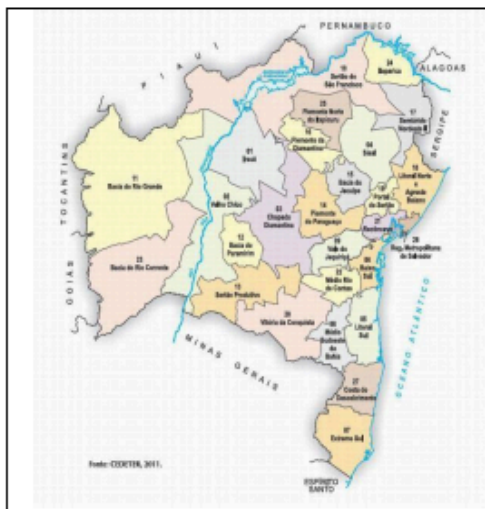
The region known as Portal do Sertão is located in a transition between the forest area and the Bahian hinterland, where riches and diversities come together, resulting from the meeting of people and stories representing the imagination of “the northeastern being”, resulting in a diverse cultural scene in which individual, community initiatives and public facilities such as cultural centers, museums and open spaces, aim to meet the demands for training, culture, leisure and heritage. This proposal seeks to move through heritage as a category of analysis, aligning information, perception and learning in the city of Feira de Santana BA, focusing on the actions of the Casa do Sertão Museum of the State University of Feira de Santana (Uefs). The institution founded in 1978 by the Lions Club brings together collections related to artifacts of uses and customs, popular artistic creations, documentary and bibliographic items, its challenges are to enchant and connect generations, through its collections and guests, in exhibitions and cultural actions and educational. A qualitative approach is proposed, analyzing in a reflective panorama, how the pioneer among UEFS museums has guided important changes in dealing with its collections and the public in order to include themes such as diversity and inventiveness. Among its most relevant results are the perception of this as a multi-referential space for learning and disseminating country aesthetics and culture, in different temporalities and spatialities.

**Keywords:** Museum; Feira de Santana; Memory

## **INTRODUÇÃO**

A cidade pode ser definida como apropriação do espaço em que coexistem dinâmicas coletivas, dadas por meio de sistemas de objetos e sistemas de valores (SANTOS,1994) projetados sobre um local. As brasileiras (especialmente) são expressas numa estrutura econômica e social desigual, onde indivíduos e grupos exercitam noções como pertencimento e não pertencimento; são modificados e modificam a cultura para posterior transmissão à geração seguinte.

Realidade confirmada na segunda maior cidade do estado da Bahia, Feira de Santana. De entreposto comercial a principal influência na recém instituída Região



Metropolitana, a cidade (que foi apelidada pelo advogado Rui Barbosa de princesa do sertão, quando lá esteve na campanha eleitoral de 1919) desenvolve papel estratégico para o Estado da Bahia. Localiza-se no grupo das microrregiões pastoris no Território de Identidade Portal do Sertão, e agrega uma rica gama de manifestações populares, entrecortadas por um cotidiano de feição híbrida, com aspectos rurais e urbanos peculiares, conforme ilustra o quadro de mapas abaixo (Figura 1),

**Figura 1 - Quadro de Mapas dos Territórios de Identidade e Região Metropolitana de Feira de Santana BA.**

Os Territórios de Identidade se configuram como políticas governamentais de identificação de prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, com vistas a possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, a partir do reconhecimento da existência de 27 unidades que aglutinam as especificidades de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a participar na consolidação da proposta (SEI/BA, 2016).

Em relação ao território de identidade Portal do Sertão, do qual Feira de Santana faz parte, juntamente com mais quinze municípios, a saber: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Refere-se a uma população total de (948.718) habitantes; que ocupa vasto território de (5.900) km, 1% de todo território estadual; sendo que 78,1 % deste é considerado urbanizado (SEI/BA, 2024).

Importante mencionar que neste cenário, apenas Feira de Santana, conta com instituições museológicas. Certamente é necessário extrapolar visões simplistas que minimizam os impactos negativos causados por este fato, para as culturas municipais (CARDOSO, 2017). As políticas de patrimônio não correspondem a hábitos de celebração personalista, ou do detimento em classificações enciclopédicas de episódios congelados da história e/ou da arte e da ciência, como reverberam alguns. É preciso reverter esse equívoco, em torno da importante contribuição dessas instituições para a formação cidadã e de sua cadeia operatória, que Rússio (1981), tão satisfatoriamente, denominou de *fato museal* para referendar, a relação entre o homem, sujeito conhecedor, o objeto, parte da realidade também integrada pelo homem, e sobre a qual ele tem poder de agir (RUSSIO, 1981).

Pioneiro entre os museus da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), da sua



idealização aos dias atuais, o Museu Casa do Sertão e Centro de Estudos Feirenses completa, 46 anos de atuação. Neste ensejo, um devir de ações e estratégias a fim de promover a investigação e comunicação da riqueza cultural sertaneja, se delinea enquanto legado institucional, contribuindo, a sua maneira, para a histórica pauta de questões e narrativas patrimoniais, advindas do interior do estado da Bahia.

A metodologia utilizada envolve numa abordagem qualitativa a montagem de um panorama reflexivo sobre marcos referenciais, fatos e personalidades envolvidas a história institucional, buscada, em fontes documentais, na contextualização de autores, linhas interpretativas e na integração com a prática.

### **As Inspirações patrimoniais feirenses**

A gênese desse aprazível recanto cultural, que é o museu Casa do Sertão na UEFS, remete a diversificadas fontes de inspiração e de personalidades do cenário cultural feirense. Muitos são os contextos que lhe serviram de moldura conceitual, a exemplo das retóricas saudosistas (especialmente dos mais antigos), ou mesmo dos acalorados debates políticos sobre os rumos da cidade.

Certamente, um dos mais emblemáticos destes fatores fora, o panorama de rápida mudança impostas pelo *espírito do tempo moderno* que tomou de assalto todo o ocidente. Ou seja, um clima de agitação cultural que permeava o cotidiano e seus anseios na passagem do século. Tomando por referencial o pós-guerra mundial, alude-se a um período de incertezas em que a humanidade experimenta ascensão de mudanças não só socioeconômicas, mas também de mentalidades.

Aspirações e agitações que também chegaram ao Brasil e tomaram forma pela ação de membros da intelectualidade, que enquanto agentes da mudança, propuseram o rompimento com padrões e vigências estéticas tradicionais. Ideário moldado a partir de São Paulo, (centro de influência política e econômica do país) mas, que se irradiou para distantes rincões e ao longo do tempo. Propôs novos imaginários para a literatura, as artes plásticas, a arquitetura, o comportamento, sendo deste ensejo também, a origem do pensamento patrimonial e preservacionista brasileiro.

O aglutinar de intelectuais entorno da Semana de Arte Moderna, evento cultural no Theatro Municipal em 1922, foi um marco, com a realização de exposição de pinturas, esculturas, maquetes, conferências e concertos. Considerado um levante, a semana e seus desdobramentos reivindicaram por meio de seus interlocutores e com certa irreverência, um purismo, para a produção estética nacional, deslocado de referenciais estrangeiros, do gosto oficial, causando furor e incômodos aos conservadores.

Nesta empreitada os meios de comunicação foram fundamentais, já que escoavam as ideias vanguardistas em jornais, revistas e encartes, assinados por personalidades bem como por professores e estudantes de Direito, por exemplo. Segundo Gilfrancisco Santos (2024), que pesquisou a gênese deste movimento, na Bahia as ideias literárias chegam primeiramente, através de Pernambuco, pelo jornalista Joaquim Inosojo que tomou conhecimento em São Paulo do movimento, levou e distribuiu exemplares da revista Klaxon e os livros de Mário e Oswald de Andrade, chamando atenção da intelectualidade local.

No ano seguinte Joaquim Inosojo cria em Recife a Revista Mauricéa, a segundo do movimento, e em 1924 envia exemplares desta, ao escritor baiano Aloysio de Carvalho Filho que de pronto, se filia a empreitada.

As primeiras publicações modernistas baianas segundo Santos (2024) foram Távola, Samba (1928-1929), Arco & Flexa (1928-1929) e os impressos, da Ala das Letras e das Artes, no jornal A Tarde do médico e jornalista Carlos Chiacchio, no Imparcial e nos Diários Associados do paraibano Assis Chateaubriand. Naturalmente o modernismo se ramifica em grupos, divergências e gerações, exemplificados na ocorrência das revistas Samba e Arco & Flexa, que alinhados ao “tradicionalismo dinâmico” pregavam o inovar com respeito a tradição. Já outro grupo que seguia uma linha mais independente, Academia dos Rebeldes, tecia críticas sociopolíticas, regionalista e, era composto por nomes como Jorge Amado, Edison Carneiro dentro outros, afiliados ao combate as “oligarquias do imutável” nas revistas Meridiano (de um só número) e O Momento (com nove edições).

Outrossim, ressalta Gilfrancisco Santos que, a expressão mais significativa da adesão baiana ao modernismo, parte do poeta feirense Godofredo Filho, que pelo pioneirismo, conquista imediato prestígio e respeito com publicação na coluna de Carlos Chiacchio. Cinco poemas que tomam página inteira do Jornal Atarde e causam grande impacto pela consonância e futurismo de ideias, garantindo-lhe destacada atuação no movimento.

O poema Feira de Santana, longo e notório escrito de 1926, que era fielmente declamado nos encontros intelectuais por Godofredo, foi publicado em 1977. Conforme trecho:

“Feira de Santana de grande comércio de gado  
Nos dias poeirentos de sol cumpridos  
Feira de Sant’Ana,  
Das segundas feiras de agitações mercenárias  
Correria de vaqueiros encourados

Tabaréus suarentos abrindo chapéus enormes  
Barracas esbranquiçadas a luz  
E as manadas pacientes que vem para ser vendidas  
De bois do Piauí de Minas do sertão brabo até Goiás...” (FILHO, 1999).

Segundo Ramos (2004) a produção trata, entre outras coisas, de glorificar uma visão afetiva sobre a cidade, numa articulação poética que vincula lembranças vividas e de histórias contadas por outros, para referendar memórias da urbe em mutação, nostálgicas imagens, paisagens e ruralidades, presas ao passado (RAMOS, 2004).

Não por acaso, há ainda outro jovem oriundo de Feira de Santana, à época estudante de direito, destacado neste cenário. Trata-se do poeta Eurico Alves Boaventura, que contribuiu com a consolidação da turma na revista Arco & Flexa. Poeta contista e ensaísta que atuou por toda vida para referendar de Feira de Santana, sua simbólica ascendência pastoril, salvaguardada apenas, nas memórias e histórias alheias. Cidade onde ele exercita seu pensar-sentir e tece sua rede de significados, uma referência central (SOARES, 2003 *apud* SANTOS, 2009).

#### **Como uma cidade afeita as mudanças...**

A expressão, pode bem referendar a sucessão de imaginários percorridos ao longo da histórica caminhada da cidade, antes conhecida como Santana dos Olhos D'água, notada, por situar-se numa encruzilhada estratégica ao escoamento das boiadas, no período da colonização dos sertões (SANTOS; SILVA, 2016).

A mesma, que já foi evidenciada pela condição de cidade *sã*, visto os efeitos benéficos de seu clima para a saúde. Segundo Silva (2000) a alcunha de Petrópolis Baiana, lhe funcionou como eficiente atrativo de visitantes. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, tal visão foi substituída pela ideia de progressista, ressaltando a adjetivação de cidade comercial (SILVA, 2000 *apud* SANTOS, 2020).

O estudo dos discursos entorno deste caráter de cidade urbana e civilizada, que tomou os espaços da opinião pública, para Oliveira (2000), ressaltam um proposital distanciamento com o passado cultural sertanejo, considerando-o incompatível a hegemônica imagem de nova cidade, asseada, organizada e segura; gerando ambiguidades identitárias, visto, a persistência desta imagem (o vaqueiro), em fazer-se representação iconográfica e iconológica, do ser sertão (OLIVEIRA *apud* SANTOS, 2020).

A experiência modernizante feirense, conforma historiadora Ana Maria Santos (2020) é uma construção diversa, calcada na geografia em transformação (urbanização) e nas

estratégias sociais entre classes (urbanidade) intensificadas na década de 1960.

Ao se tornar entroncamento rodoviário que liga o Norte e o Sul, Feira é inserida no processo de interiorização do progresso do país. Assim, expande: o mercado de bens e consumo e de duráveis; a população; novos bairros; espaços de lazer; instituições; bem como, tensões e conflitos advindos tanto da alteração, quanto da permanência de hábitos e domínios (SANTOS, 2020).

Neste “devir de cidade” e sob égide de vários signos, também se sobressaem, preocupações entorno da memória cultural feirense e seu exercício. Perspectivas reflexivas de Godofredo Filho e Eurico Alves Boaventura valem menção, pois contribuíram, para a emergência e consolidação de um pensamento de salvaguarda patrimonial, fomentando inclusive, a criação de importantes aparatos de institucionalidades preservacionistas.

### **Gêneses do Ativismo Patrimônio-Cultural feirense**

O poeta Godofredo Filho (1904-1992) ainda jovem, ingressou no extinto Seminário Arquiepiscopal de Santa Teresa em Salvador, porém, não assumiu votos. Vivência que lhe proporcionou, segundo Fernando Peres, angariar robusta base humanística, literária e artística. Estudou Filosofia e Arte Brasileira, na então Universidade da Bahia – embrião da Universidade Federal da Bahia, onde também exerceu a docência (PERES, 2007).

A partir de 1936 assume a tarefa de chefiar o segundo Distrito do SPHAN– Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conduzindo a identificação de imóveis (religiosos, civis e militares) na Bahia e em Sergipe, factíveis de proteção pelo recém criado, órgão federal. Nesta missão, se notabilizou a ponto de representar o país, junto com o arquiteto Lucio Costa e o escritor Sérgio Buarque de Holanda, no Comitê internacional de Sítios de Arte e História da UNESCO em Paris, e se aposentar no cargo (POMPONET, 2020).

O jurista, poeta e ensaísta Eurico Alves Boaventura, por toda sua vida, promoveu a valorização da cultura sertaneja, sendo ele próprio pesquisador e incentivador de estudos que envolvessem esse tema. Na década de 1960 divulga no semanário feirense “Folha do Norte” sob o pseudônimo de Zé Fernandes, duas, das quatro ‘Cartas da Serra’ (SANTOS, 2009). Segundo Dórea (2010), especificamente nos escritos, datados de 9 de julho, havia um caráter público, de produção literária, voltada a pontuar a importância de institucionalizar na esfera municipal, mecanismos e equipamentos de valorização de memórias sobre as origens da cidade e que referende a contribuição do sertanejo para

formação sociocultural baiana, viabilizado na criação de um museu para a cidade.

Sete anos após esta missiva, e sob condução do intelectual Dival Pitombo, promoveu-se uma mobilização de representantes da sociedade feirense, tais como intelectuais, políticos, artistas, empresários e estudantes, em torno da materialização de um museu local, junto aos poderes públicos. Sensibilizado o governo estadual acionou a Fundação Museus Regionais da Bahia e, através desta, criou, em 20/02/1967, a Fundação Museu Regional de Feira de Santana (FMRFS) para administrar um futuro museu. Compôs a direção desta fundação João da Costa Falcão, como presidente; Eurico Alves Boaventura, como vice-presidente; Fernando Pinto de Queiroz, na função de secretário; Jorge Bastos Leal, como tesoureiro e Dival da Silva Pitombo, no cargo de diretor executivo. Daí nascia o Museu Regional de Arte, primeira instituição museológica do interior do estado da Bahia, em março 1967.

Sediado na Rua Geminano Costa (Feira de Santana-Ba) onde ocupou o prédio do antigo Ginásio Municipal. A adaptação deste Solar para abrigar a instituição se deu em tempo recorde. Seu primeiro diretor Dival da Silva Pitombo, administrou os trabalhos ao longo da década de 1970, e início de 1980.

O acervo original, foi constituído em duas partes: a primeira da doação do Empresário Assis chateaubriand, composto por pinturas modernistas, com destaque para trinta obras de origem inglesa; exemplares modernistas de Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro; de representantes baianos deste movimento: Mário Cravo, Carybé, Jenner Augusto e Hansen Bahia; e os elementos artesanais em couro da lida diária do vaqueiro, como indumentárias e instrumentos de trabalho, conforme sugestionam as ideias de Eurico Alves para acervo.

A Museografia da primeira mostra, foi elaborada pelo jovem curador Emanuel de Araújo e buscou conciliar em sua escrita estética, a disposição comun entre peças de arte plásticas modernistas e objetos artesanais.

Reverberam nesta criação, anseios modernizantes e dinamizadores para a vida cultural no município, de vanguarda e sensibilidade artística; em consonância, aos referenciais identitários sertanejos, de salvaguarda memorial à cultura regional do “mundo dos currais”, conforme quadro de imagem (figura2).



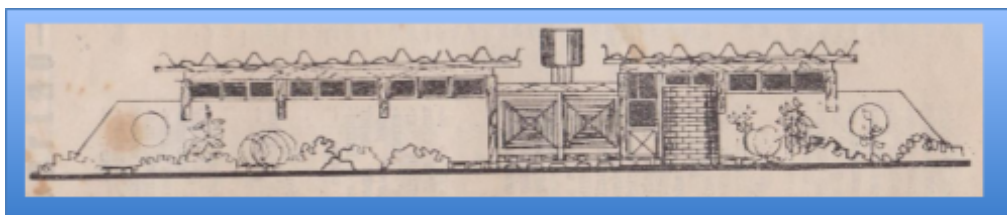
**Figura 2. Quadro de imagens exposição inaugural. 1967. Arquivo do Museu Regional de Arte. Fonte: OLIVEIRA, 2018.**

Destaca Oliveira (2018) que na proposta original de ambientação e mediação expositiva entre inovações e as tradições tão assinaladas por Eurico Alves, há afinidades com o projeto museológico elaborado por Lina Boa Bardi, para o Museu de Arte Moderna – MAM/BA em Salvador (OLIVEIRA, 2018).

São de reconhecimento público o papel e a importância histórica deste museu para a cena patrimonial feirense, especialmente para demais instituições da cidade. Um exemplo se dá com o Museu Casa do Sertão UEFS que recebe o acervo histórico regionalista, desmembrado, com a redefinição expográfica, ocorrida na década de 1990, quando passa o Museu Regional de Arte a condição de museu Universitário, sob tutela da UEFS.

### **O Museu Casa do Sertão**

O ano de 1977 foi marcado em Feira de Santana pela campanha de arrecadação de fundos para a construção do espaço que hoje abriga o Museu Casa do Sertão. A implantação desta instituição museológica no Campus Universitário, foi também, resultado do desejo e empenho social, em especial do Lions Clube de Feira de Santana. Organização de cunho internacional que reúne representantes da sociedade para atender e promover causas humanitárias e trabalhos comunitárias. À época presidido pelo filósofo Raimundo Gama o Lions dedicou-se a missão de dotar a cidade de uma instituição de preservação da cultura popular sertaneja, com inspiração poética nas Cartas da Serra de Eurico Alves Boaventura, que após construída seria gerida pela UEFS. O projeto arquitetônico foi assinado pelos arquitetos Juraci Dórea e Everaldo Cerqueira, conforme (figura 3).



**Figura 3. Prospecto da fachada 1977. Arquivo do Museu Casa do Sertão. Fonte: (GAMA, 1977).**

Dentre as estratégias de arrecadação estavam a realização de eventos como o Chá-desfile, constante aparição do projeto nos noticiários impressos locais e estaduais, doação de

materiais de construção, de valores em espécie e a emblemática comercialização do cordel 'Casa do Sertão', de autoria de João Crispim Ramos. A sugestiva narrativa da composição, aludia um inventário material de potenciais acervos de couro, ferro, barro, madeira, fibra e peculiaridades, que deveriam fazer-se presentes na eminente instituição, e funcionava também, como um chamado a contribuição de todos. O resgate da icônica escrita de Ramos, possibilita perpassar por imagens, espaços e o registros resultantes da exitosa campanha que circulou a época. E dessa forma, conforme texto, (figura 4):



**Figura 4. Trecho conclusivo do Cordel Casa do Sertão. Fonte: (Ramos, 1977)**

O Museu que originou-se com a finalidade de valorizar a identidade do sertão baiano, a partir de Feira de Santana, teve Raimundo Gama como seu primeiro diretor. Um espaço de objetos selecionados que possibilitariam a construção e salvaguarda de olhares sobre um passado, a partir de narrativas construídas participativamente e afim abriga-las do esquecimento, lembranças de um tempo e de sujeitos históricos (CALDAS, 2016).

A heterogeneidade e inventividade dos acervos, constituídos de coleções relacionadas aos artefatos de usos e costumes, de criações artísticas populares e, de itens documentais e bibliográficos, da Biblioteca Monsenhor Renato de Andrade Galvão, fundamentam uma sistemática interatividade com variados públicos. O ano de 1996 já sob direção do cordelista Franklim Maxado, passa por reforma e ampliação da área construída.

Ao longo dos anos, o museu tem promovido atividades reflexivas sobre memória e estética sertaneja como o I Concurso de Cordel sobre Lampião e Maria Bonita; realização de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, ações culturais e educativas, e apoio às pesquisas relacionadas ao seu acervo, considerados vestígios materiais da cultura popular, encontrados em franco processo de desuso ou silenciamento, face a dinâmica social (CALDAS, 2016).

Durante a Pandemia de Covid-19, em 2020, o espaço passou a realizar sua atividade de "contação de histórias" do programa "Sexta Divertida" no meio virtual.

Nestas mais de quatro décadas há realização de exposições permanentes e temporárias, destacando temas como memória e história, a cultura sertaneja, mestres de saberes populares, ancestralidade, conforme painel de ações MCS (figura 5).



Figura 5. Pautas expositivas Museu Casa do Sertão. Fonte: Arquivos MCS, 2024.

A promoção dessas mostras além de estabelecer o contato do público com os produtores culturais, a saber, artistas, artesãos e grupos culturais, bem como possibilita a abertura de espaços universitários para frequência de diversificados públicos, integrando universidade e sociedade. Em 2023 foram realizadas 12 exposições temporárias e permanentes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Perspectiva de realização da exposição **Memorial Recanto Eurico Alves Boaventura** irá inaugurar uma sala permanente no museu voltada a valorizar o legado intelectual deixado pelo escritor feirense. A ideia de recriar ambientação composta por vestígios materiais desta personalidade, que deu visibilidade as problemáticas do “sertão” e lançou aos anais da história, perguntas e preocupações que reivindicam para este lugar, destaque por seus contributos a identidade nacional, será alinhada a disponibilização os acervos doados pela família a instituição como livros de áreas afins, além de outras áreas de interesse de EAB que denota o perfil multifacetado de escritor, poeta, arqueólogo e jurista. O usuário também terá acesso a coleção bibliográfica de



folhetos de cordel, revistas, jornais, bem como um variado conjunto de recortes de jornais, tanto complementares aos livros como avulsos, reunindo uma miscelânea de fundos documentais com temáticas e assuntos diversos.

Já nas exposições do **Anjuká – Centro de Memória dos Povos Indígenas do Nordeste** estão sendo apresentados objetos etnográficos de valor simbólico e cultural das etnias nordestinas, que fizeram parte do corpo discente da UEFS, a saber: Tuxá, Pankararú, Kaimbé, Truká, Tumbalalá, Pankará, Tupinambá, Fulni-ô, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Atikum e diálogo com acervos de artistas indígenas convidados. As mostras possibilitam contemplar arranjos discursivos sobre testemunhos materiais e histórias de vida de sujeitos e relações, ou seja, trajetórias singulares, que são convertidas em dinâmicas de reflexão estética e debatem publicamente, memória e atualidade, a partir de narrativas polifônicas, dotadas de potencial simbólico e poético.

## REFERENCIAS

- 
- CALDAS, Jacson Lopes “ Badoque, muzuá, arataca”: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana-BA, 1977-1999 – Santo Antônio de Jesus, 2016;
- CARDOSO, Cristiano Silva. Patrimônio, Educação e Tecnologias: diálogos entre comunidade escolar e o Museu Regional de Arte, Feira de Santana, Dissertação GESTEC UNEB Salvador, 2017;
- DOREA, Juraci. Eurico Alves e as Cartas da Serra. In: SILVA, Aldo José Moraes. História poesia sertão. Diálogos com Eurico Alves Boaventura. Feira de Santana UEFS Editora, 2010;
- FILHO, Godofredo. Feira de Sant’Ana. Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1999;
- OLIVEIRA, Selma Soares de. O museu regional: mediações das artes, difusão do conhecimento e interlocuções culturais com Feira de Santana de 1967 a 1995 (tese) UFBA Salvador, 2018;
- SANTOS, Ana Maria Carvalho dos. Olhares, imagens e cotidiano em Feira de Santana 1950-1960. Feira de Santana Zartes, 2020;
- GAMA, Raimundo. O que é a Casa do Sertão. Folheto. Lions Club de Feira de Santana, 1977;
- Museu Casa do sertão. Relatório de Atividades. UEFS Feira de Santana, 2023;
- MRA. Histórico do Museu Regional de Arte. Disponível em <http://www.mra.uefs.br/index.php/sobre-o-museu/historico/> Acessado em 16/12/2016;
- POMPONET, Andre. Godofredo Filho e a visita de Manuel Bandeira à Bahia. Blog da Feira. Disponível em [Godofredo Filho e a visita de Manuel Bandeira à Bahia – Blog da Feira](#) acessado 23-02-2023;
- PERES, Fernando. Diário de Godofredo filho. Edufba Salvador, 2007;
- RAMOS, João Crispim. Cordel Casa do sertão. Lions Club Feira de Santana, 1977;
- SANTOS, Gilfrancisco. O Modernismo na Bahia. Disponível: [SEC blog: GODOFREDO FILHO & O MODERNISMO NA BAHIA \(sergipeeducacaoecultura.blogspot.com\)](#) acessado em 16/07/2024.
- RUSSIO, W. Interdisciplinarity in museology. Museological Working Papers – MuWoP 2, 1981;
- SANTOS, Milton Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994;
- SEI/BA. Infográfico Território de identidade, COEST SEI Salvador 2024.

\_\_\_\_\_. Info territórios: território de identidade Portal do sertão. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [2016]. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores/pdf/reconcavo.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/reconcavo.pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, Grazyelle Reis dos. Arquivos de Memória e História: Cartas da Serra de Eurico Alves. Revista Léguas e Meia Edues feira de Santana, 2009;



## **PARTE B: MUSEUS, ACERVOS E CENTROS DE MEMÓRIA: FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO NAS UNIVERSIDADES**

**SESSÃO 7 - Acervos, memória e vida universitária**

6 de setembro de 2024 // 13H30 às 15H30

*Mediação: Inês Gouveia (IEB-USP)*



## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### A BIBLIOTECA DA FAUUSP COMO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

#### *THE LIBRARY OF THE FAUUSP AS A SCIENTIFIC HERITAGE*

Anne Mayara Almeida Capelo<sup>1</sup>

#### RESUMO

Essa comunicação tem como objetivo apresentar as coleções bibliográficas especializadas presentes em bibliotecas universitárias como objeto de interesse do patrimônio universitário. Constituídas por livros e outros materiais, estas coleções dizem respeito ao ensino e à pesquisa realizadas nas faculdades e institutos. Para que a relação entre bibliotecas, memória e patrimônio universitário seja tratada, propõe-se a apresentação de um estudo de caso baseado na formação da coleção da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). A biblioteca da faculdade, em seus 75 anos de funcionamento, não acumula apenas livros, desenhos arquitetônicos, fotografias, diapositivos, revistas, teses e folhetos. A instituição guarda histórias entrelaçadas ao seu funcionamento cotidiano. Nessas histórias, alunos, professores, bibliotecários, mudanças intelectuais, regimentos universitários, fenômenos e fracassos editoriais, ideias, conflitos, técnicas de preservação e organização, divergências, negociações, interesses e expectativas de agentes diversos estão presentes. Portanto, é nesta história de dimensões diversas que a compreensão desta coleção como resultado de forças e tensões promovidas por vários agentes da universidade pode ser realizada, uma coleção que se lê como indício material dos valores e práticas cotidianas presentes na Faculdade.

---

<sup>1</sup> Anne Mayara Almeida Capelo é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestre em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Esta comunicação é baseada em sua dissertação: *O lugar das ideias: a biblioteca da FAUUSP e a construção de uma história da arquitetura*. E-mail: [annecapelo@usp.br](mailto:annecapelo@usp.br)

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. História das Bibliotecas. FAUUSP.

### **ABSTRACT**

*The aim of this presentation is to present the specialized bibliographic collections found in university libraries as an object of interest for university heritage. Consisting of books and other printed materials, these collections relate to the teaching and research developed in faculties and institutes. In order to address the relationship between libraries, memory and scientific heritage, it is proposed to present a case study based on the formation of the library collection of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo (FAUUSP). In its 75 years of activity, the Faculty Library has accumulated not only books, architectural drawings, photographs, slides, magazines, theses and pamphlets. The institution holds stories that are intertwined with its daily operations. In these stories there are students, teachers, librarians, intellectual shifts, university regulations, publishing phenomena and failures, ideas, conflicts, techniques of preservation and organization, disagreements, negotiations, interests and expectations of different agents. In this history of multiple dimensions, this collection can be understood as the result of forces and tensions promoted by different university agents, a collection that can be read as material evidence of the values and daily practices present in the faculty..*

**Keywords:** *Scientific Heritage. History of Libraries. FAUUSP.*

A biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em seus 75 anos de funcionamento, não acumula apenas livros, desenhos arquitetônicos, fotografias, diapositivos, revistas, teses e folhetos. A instituição guarda histórias entrelaçadas ao seu cotidiano. Nessas histórias, alunos, professores, bibliotecários, mudanças intelectuais, regimentos universitários, fenômenos e fracassos editoriais, ideias, conflitos, técnicas de preservação e organização, divergências, negociações, interesses e expectativas de agentes diversos estão presentes.

A biblioteca da Faculdade, uma biblioteca especializada em Arquitetura e Urbanismo, que é composta de duas seções, a Seção de Materiais Bibliográficos e a Seção de Materiais Iconográficos, constitui um objeto de valor cultural no contexto da formação de profissionais dedicados à arquitetura e à cidade, no Brasil, e de pesquisadores desta área do conhecimento. Desta forma, pensar nos aspectos materiais da formação de pesquisas em arquitetura e urbanismo e, nesta comunicação, especialmente em história da arquitetura, faz com que artefatos como livros, teses, periódicos, folhetos, desenhos arquitetônicos e demais materiais presentes na biblioteca sejam foco de atenção ao patrimônio cultural da ciência e tecnologia no país<sup>2</sup>. Se, como destaca a *Carta do Rio de Janeiro*, de 2017, “O patrimônio cultural da ciência e tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e [à] ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico.”<sup>3</sup>, então, a biblioteca da FAUUSP, enquanto parte de um complexo sistema que dá forma a um campo, é um objeto a ser considerado com atenção.

Atenta-se, nesta comunicação, para o fato desta biblioteca ser portadora dos modos de saber e fazer científico do campo, assim como seus materiais, ao serem tomados enquanto materialidades, serem portadores de historicidade e relações sociais inerentes à formação da biblioteca. Para que o papel da biblioteca enquanto agente de mudanças na forma de escrita da história da arquitetura e como patrimônio cultural da ciência seja compreendido, este texto abordará formas de profissionalização da história da arquitetura por meio da experiência da FAUUSP e das relações que este movimento

---

<sup>2</sup> Marcos Granato; Bruno Melo de Araújo; Emanuela Sousa Ribeiro. Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T), em: Aline Carvalho; Cristina Meneguello (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos, p. 145-149.

<sup>3</sup> Carta do Rio de Janeiro sobre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia, 2017.

mantém com os artefatos presentes na biblioteca da instituição. Por fim, será apresentado um objeto específico presente na biblioteca, o *Thesaurus Experimental de Arquitetura*.

## **A PROFISSIONALIZAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA E SUA RELAÇÃO COM A BIBLIOTECA DA FAUUSP**

O processo de autonomização do campo da história da arquitetura ocorre por meio da consolidação de espaços abertos à reflexão, entre os anos 1980 e 1990, sob a forma de programas de pós-graduação que tinham na cultura arquitetônica especial interesse<sup>4</sup>. Este movimento é relacionado com a reforma universitária levada a cabo no ano de 1968, pelo regime militar, que mudou o caráter dos programas de pós-graduação, no Brasil. A reforma universitária fez da pós-graduação uma atividade semiautônoma ligada a departamentos recém-criados que viriam a substituir o sistema de cátedras até então vigente<sup>5</sup>. A partir dos anos 1970, o número de programas de pós-graduação é ampliado a partir de políticas federais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Neste quadro de mudanças pelas quais as universidades brasileiras passavam, a FAUUSP lança o primeiro programa de doutorado em arquitetura e urbanismo do país, criado em 1980, e que seria único na área até o ano de 1998. Seu programa de mestrado é fundado em 1972 e, apesar de não ser o primeiro do Brasil, tem grande importância na configuração do campo da história da arquitetura. Abílio Guerra cita o programa de pós-graduação da faculdade, principalmente seu curso de doutorado, como aquele que daria “novos parâmetros para a pesquisa em história, além de formar um expressivo contingente de professores para os cursos de mestrado que serão fundados a seguir em outras universidades públicas brasileiras”<sup>6</sup>.

A profissionalização da pesquisa em história da arquitetura, é necessário ressaltar, tem na aproximação entre arquitetura e outros campos das humanidades, assim como suas referências teóricas fundamentais, uma chave de compreensão historiográfica. Castro e Silva, em apresentação ao “Dossiê fazer história: o estatuto das

---

<sup>4</sup> Ana Claudia Veiga de Castro; Joana Mello de Carvalho e Silva. História e historiografia da arquitetura e da cidade, em: Claudia Costa Cabral; Carlos Eduardo Comas (Orgs.). *Anais...*

<sup>5</sup> Elizabeth Balbachevsky. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida, em: Colin Brock; Simon Schwartzman (Ed.). Os desafios da educação no Brasil, p. 285-314.

<sup>6</sup> Abílio Guerra. Apresentação: a construção de um campo historiográfico, em: Abílio Guerra. Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Volume 1, p. 11-22.

fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história da arquitetura e da cidade no Brasil” chamam a atenção para o fato que:

[...] houve uma ampliação e diversificação não apenas do número de pesquisas nessa área, mas das próprias tipologias documentais mobilizadas, incorporando-se, para além de fontes mais afeitas ao campo, como planos urbanos e projetos de arquitetura, um sem-número de outros artefatos que passaram também a ser vistos como documentos (LE GOFF, 1990, p. 535-553). Ao mesmo tempo, referenciais teóricos de outras disciplinas, sobretudo os da História, mas ainda da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, entre outros, passaram a alimentar investigações que revisavam temas e agentes de narrativas consagradas e formulavam novos objetos de pesquisa, contribuindo para um aprofundamento historiográfico significativo.<sup>7</sup>

A ampliação do uso de referenciais teóricos de disciplinas do campo das humanidades, como salientados por Castro e Silva no trecho acima citado — e a consequente aproximação de seus ferramentais de trabalho — implica numa mudança qualitativa e quantitativa das publicações necessárias à realização de pesquisas. Roger Chartier, ao debater o papel das bibliotecas especializadas nas produções contemporâneas, relata a importância que esses locais tomam quando da especialização do fazer científico:

Essa ideia do fim do século XIX e início do XX, segundo a qual se podia abraçar, em uma área específica do saber, todas as publicações fundamentais e, portanto, em certo sentido, dominar e instalar em casa este conhecimento exaustivo, se desfez com o crescimento do número de professores, a proliferação das revistas, a multiplicação das pesquisas. A posse particular do saber torna-se impossível e entramos na era, talvez particularmente inquietante para o trabalho intelectual, do desconhecimento forçado. Salvo se reduzirmos drasticamente nosso domínio de especialização, ao qual o modelo antigo ainda pode ser transposto. Desde que este seja dimensionado mais amplamente, as bibliotecas, sejam elas nacionais, públicas ou universitárias, tornam-se um recurso absolutamente indispensável [...].<sup>8</sup>

A afirmação de Chartier sobre o papel das bibliotecas especializadas na produção de pesquisas ganha relevo quando pensada sobre a mudança no campo da história da arquitetura, como destacam Silva e Castro. Afinal, a faculdade, a partir de

---

<sup>7</sup> Ana Claudia Veiga de; Joana Mello de Carvalho e Silva. Dossiê - Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil, em: Anais do Museu Paulista, p. 12.

<sup>8</sup> Roger Chartier. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun, p. 124.



novas orientações intelectuais, é levada a consumir um material que atenderia às também novas necessidades.

A profissionalização da pesquisa em história da arquitetura, portanto, não pode ser apartada do movimento de definição dos departamentos e suas formas de funcionamento após a extinção das cátedras pela reforma universitária. Afinal, a legitimação da produção científica, desde o fim do sistema de cátedras, é desenhada a partir de um sistema que se horizontaliza, se comparado à hierarquia verticalizada do arranjo anterior, e que tem na avaliação por pares a sua maior característica. Se um sistema é regido pela criação de consensos pelos pares no campo, a criação de linguagens comuns, temas de interesse, periodizações e métodos de pesquisa tendem à uniformização.

A biblioteca especializada é, então, essencial para a criação de linguagens compartilhadas entre os pares, que legitimam a produção científica. Este tipo de biblioteca, apesar de sofrer com as interferências próprias da condição material do livro — preço, distribuição e produção, por exemplo — supera, de alguma forma, os modos de circulação tradicionais operacionalizados pela condição mercadológica do artefato. Para a composição desse tipo de coleção, outros itens são igualmente importantes: o prestígio da editora, do autor, e sua circulação em campos disciplinares já assentados, a circulação de professores, o interesse de pesquisadores pelo tema abordado, entre outros. Isso significa que na biblioteca especializa o conjunto de instrumentos materiais utilizados na formulação das ideias possui uma condição singular de legitimação. Por meio dos procedimentos de composição e categorização de sua coleção, a biblioteca da FAUUSP exerceu uma função estratégica nas transações intelectuais efetuadas dentro do ambiente universitário.

Faz-se necessário destacar, ainda, que este percurso rumo à autonomização, a partir de 1970, segundo Pereira e Lira<sup>9</sup>, torna-se comum o questionamento acerca do comprometimento do fazer histórico com a prática profissional ligada ao fazer projetual. A autonomização do campo, portanto, tem no distanciamento com a prática e a aproximação entre arquitetura e outras disciplinas das humanidades, assim como suas referências teóricas fundamentais, uma chave de compreensão historiográfica. Assim, é por meio do diálogo com as humanidades, com a ampliação da compreensão de fonte,

---

<sup>9</sup> Margareth da Silva Pereira; José Tavares Correia de Lira. *Historiografia da arquitetura: métodos, objetos e narrativas*, em: *Anais do I ENANPARQ*.

com a crítica aos desenvolvimentos cíclicos dos estilos arquitetônicos, que perguntas e objetos de pesquisa ganham novos horizontes.

É sob esta crise disciplinar que o interesse por acervos de projetos — também presentes na biblioteca da FAUUSP — pela interferência de engenheiros nos projetos de arquitetura, pela existência de projetos complementares (estrutura, hidráulica e elétrica), pelas leis urbanas que delimitam a resposta criativa do projetista, pela expectativa dos clientes e pelas formas de apropriação e adaptação do uso de edifícios entram no hall de interesses de pesquisadores<sup>10</sup>. As tipologias documentais empregadas no processo de pesquisa foram ampliadas para além daquelas mais comuns ao campo, como projetos de arquitetura, planos urbanos, fotografias de obras, exame de edifícios já construídos e depoimentos de arquitetos.

As pesquisas em história da arquitetura vão ganhando, a partir de sua relação com as humanidades e com as fontes, profundidade teórica e metodológica. Sabe-se, como afirma Hartog, que a virada historiográfica fundamentada na importância das fontes, durante a segunda metade do século XX, não é exclusiva à história da arquitetura, mas também ganha relevância na própria disciplina histórica. Segundo o historiador, houve uma “[...] valorização do arquivo e um refinamento considerável no seu tratamento e, finalmente, uma virada ética, especialmente em casos de memória e justiça. Como articular história e ética? Essas três esferas (não rotativas), que têm cada uma sua especificidade, parecem apontar para a mesma direção: a de uma perda de segurança do discurso histórico comum ou canônico”<sup>11</sup>.

## **PESQUISAS E COLEÇÕES NA USP**

Em 1965, a família de Carlos Millan (1927 – 1964) doa o acervo de seu escritório à FAUUSP, escola em que o arquiteto lecionou projeto arquitetônico. Naquele momento, não existia um plano da faculdade para a constituição de acervos como o de Millan, nem mesmo recursos para a guarda, conservação e catalogação daquele tipo de material. No entanto, a doação foi aceita. É necessário atentar ao fato que naquele tempo a compreensão da biblioteca como um “lugar de memória, uma instância importante na constituição da história da arquitetura e do urbanismo”<sup>12</sup> começa a ser

---

<sup>10</sup> Joana Mello de Carvalho e Silva. Um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da biblioteca da FAUUSP, em: Anais do Museu Paulista, p. 45-70.

<sup>11</sup> Danilo Marques; Débora Cazalato; Deise Rodrigues. Entrevista Prof. Dr. François Hartog, em: Temporalidades, p. 11 – 12.

<sup>12</sup> Joana Mello de Carvalho e Silva. Um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da biblioteca da FAUUSP, em: Anais do Museu Paulista, p. 49.

disseminada. Além disto, na década 1960, vários arquitetos com forte atuação na cidade de São Paulo começavam a se desligar das atividades projetuais. Eles e suas famílias procuravam, então, a FAUUSP, como instância de reconhecimento, para a guarda de seus arquivos. À doação do conjunto documental de Millan, portanto, seguiram-se outras. No âmbito da Universidade de São Paulo, no entanto, a FAUUSP não estava sozinha na iniciativa de captação de arquivos durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX.

No espaço de seis anos, entre 1962 e 1968, a Universidade de São Paulo adquire e recebe doações de arquivos, fundos e coleções de várias matrizes. Em 1962, com a criação do Instituto de Estudos Brasileiros, a universidade adquire uma biblioteca. Em 1963, a USP incorpora organismos alheios à sua estrutura: o Museu de Arte Contemporânea, o MAC-USP; o Museu de Arqueologia e Etnologia, o MAE-USP; o Museu Paulista (MP) e seu desdobramento, o Museu de Zoologia, assim como o anexo do MP, o Museu Republicano *Convenção de Itú*.

Criado por Sérgio Buarque de Holanda, em 1962, o Instituto de Estudos Brasileiros é um centro de pesquisa e documentação sobre a história do Brasil. A formação da biblioteca ocorre em 1962 com a compra, feita pela Universidade, da biblioteca de Yan de Almeida Prado. À coleção de Prado, outras bibliotecas pessoais são incorporadas à biblioteca do IEB, como as de Mário de Andrade e Alberto Lamengo. Atualmente, a biblioteca conta com 37 coleções que pertenceram à intelectuais e escritores brasileiros, como Caio Prado Jr., Milton Santos, Paul Singer, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, entre outros. Além das coleções mantidas em sua unidade, a biblioteca também possui uma coleção geral. O arquivo do IEB, por sua vez, surge em 1968. A partir de 1974, o seu crescimento exponencial leva a sua separação da biblioteca<sup>13</sup>.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC USP), por sua vez, é criado em 1963 quando a USP recebe de Francisco Matarazzo Sobrino, então presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), a doação do acervo que constituía o MAM<sup>14</sup>. O MP e o Museu de Zoologia são incorporados à Universidade a partir da desvinculação das instituições da Secretaria de Educação, no caso do MP, e da Secretaria de Agricultura, no caso do Museu de Zoologia.

---

<sup>13</sup> IEB. Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros.

<sup>14</sup> Lisbeth Rebollo Gonçalves. MAC: uma coleção contemporânea, em: Estudos Avançados, p. 585

A partir dos casos do MAC USP, do IEB-USP, do MP, do MAE-USP e do Museu de Zoologia é possível perceber a assimilação de demandas até então alheias à estrutura da universidade. Neste sentido, a FAUUSP, ao receber da família de Carlos Millan, em 1965, a doação do material de seu escritório de arquitetura, configura-se como parte deste processo ambientado USP de criação de estruturas voltadas aos arquivos, coleções, acervos e fundos de ordem material diversa que colocavam problemas não apenas no âmbito de sua preservação, mas também de sua governança e apropriação na estrutura universitária baseada no ensino e na pesquisa.

Quando a forma de escrita da história da arquitetura é questionada, a partir da formação de espaços propícios ao debate, como são os programas de pós-graduação, a FAUUSP — e a universidade como um todo — já mantinha coleções à disposição dos pesquisadores para que suas investigações tomassem essas fontes primárias como parte essencial de seus trabalhos. Assim, a biblioteca da faculdade, detentora de artefatos essenciais à pesquisa, mostra-se agente fundamental na formação de novos parâmetros para a realização de pesquisas no campo.

## **O THESAURUS EXPERIMENTAL DE ARQUITETURA E A FORMAÇÃO DE UM LÉXICO DISCIPLINAR**

O *Thesaurus Experimental de Arquitetura* é um tesouro de autoria de Eunice R. Ribeiro Costa e Tatiana Douchkin, então bibliotecárias da FAUUSP, lançado em 1982, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. Eliana de Azevedo Marques, que também foi bibliotecária da faculdade, em seu artigo “A seção técnica de materiais iconográficos da biblioteca da FAUUSP: origem e história”, de 2021, destaca que o corpo técnico da biblioteca, desde os anos 1950, desenvolveu ferramentas bibliográficas especializadas<sup>15</sup> para que o funcionamento do ensino e da pesquisa na Faculdade fosse otimizado. Vê-se, daí, que o trabalho dos bibliotecários é parte fundamental da história desta instituição. Mouren<sup>16</sup> percebe que quando a história das bibliotecas é construída sem a presença dos bibliotecários, ela acaba por perder o fator humano que molda e moderniza a biblioteca e seus usos. O

---

<sup>15</sup> Eliana de Azevedo Marques. A seção técnica de materiais iconográficos da biblioteca da FAUUSP: origem e história, em: Ana Cláudia Veiga de Castro; Joana Mello de Carvalho e Silva; Eduardo Augusto Costa (org.). Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo, p. 68-83.

<sup>16</sup> R. Mouren. Escrever sobre a história das bibliotecas hoje, em: BIBLOS.

trabalho das bibliotecárias sobre o *Thesaurus* mostra não apenas uma intervenção no espaço da biblioteca, mas também no campo da arquitetura. Afinal, o *Thesaurus* é peça ativa no discurso público sobre a arquitetura, e não apenas uma reprodução desse discurso<sup>17</sup>. Mendes, Reis e Maculan destacam que os tesaurus podem ser organizados através de relações partitivas, indicando que há

[...] um elo entre um todo e suas partes, e o conceito do todo pode ser relativo a um “corpo, um organismo, um sistema” (DODEBEI, 2002, p.9). [...] as relações partitivas podem ser obtidas a partir das especificações das partes de um objeto natural (planta, animal), dos elementos de um produto (edifício, avião) ou de um setor organizacional (um Estado e suas cidades, uma empresa e suas seções).<sup>18</sup>

O *Thesaurus Experimental de Arquitetura* é obra pioneira na construção de linguagem documentária específica para a arquitetura no Brasil. Os tesaurus, através da criação de elos entre conceitos, tem como objetivo a constituição de “um vocabulário hierárquico de controle de terminologia para traduzir a linguagem usual empregada nos documentos numa linguagem sistemática, também chamada de linguagem documentária ou de informação”<sup>19</sup>. Segundo Marques (2021), o *Thesaurus* serviu de base para trabalhos acadêmicos e o desenvolvimento de outros vocabulários controlados na área da arquitetura, tão necessários em um momento em que a verificação dos trabalhos entre os pares era algo novo para o funcionamento do campo.

É essencial, no entanto, compreender qual o ponto de partida de Costa e Douchkin para a elaboração do documento. Consta na apresentação do *Thesaurus* que as autoras tomaram a definição de Lucio Costa para o termo “arquitetura”. Ele a define como “construção concebida com uma determinada intenção plástica, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de um determinado material, de uma determinada técnica e de um determinado programa”. A partir desta definição, o *Thesaurus* tende a construir um vocabulário voltado ao caráter construtivo do campo, afastando-se das possibilidades de compreensão da arquitetura como uma disciplina devotada ao ato interpretativo.

Ainda, é a partir de Costa que os campos semânticos do *Thesaurus* são retirados:

---

<sup>17</sup> Jack Ndersen; Laura Skouvig. Knowledge Organization: a sociohistorical analysis and critique, em: The Library Quarterly: Information, Community, Policy, p. 300-322.

<sup>18</sup> Paula Raphisa Mendes; Raquel Martins dos Reis; Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan. Tesaurus no acesso à informação: uma retrospectiva, em: Anais do 32º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina, p. 55.

<sup>19</sup> Eunice R. Ribeiro Costa; Douchkin, Tatiana. *Thesaurus experimental de arquitetura*, p. 5.

**forma, função, técnica e tempo** regem as relações compreendidas pela obra. A partir da determinação do campo semântico, são apresentados os descritores de cada um dos campos. Ao campo **função**, por exemplo, seguem descritores de primeiro, segundo, terceiro e quarto graus, na seguinte ordem: **função** □ *habitação* □ *dependência da habitação* □ *sala* □ *sala de estar*. Onde *habitação* é um descritor de primeiro grau, *dependência da habitação* é um descritor de segundo grau, *sala* é um descritor de terceiro grau e *sala de estar* é um descritor de quarto grau. Verifica-se que, à proporção em que decresce a escala hierárquica, aumenta o sentido de especificação do termo. A hierarquia apresentada neste trabalho serviu como meio de estruturação dos conceitos num quadro geral de modo a englobar os assuntos mais utilizados no campo da arquitetura.

Por meio dos campos semânticos: **forma, função, técnica e tempo**, são articulados os descritores de primeiro nível, como é possível perceber pelo exemplo acima citado. A seguir, são apresentados todos os descritores de primeiro grau a partir de seus campos semânticos:

**Forma:** *arquitetura de interiores, arquitetura paisagística, desenho industrial, estética arquitetônica, planejamento nacional, planejamento regional, planejamento rural, planejamento urbano.*

**Função:** *circulação e comunicação, cultura, habitação, trabalho.*

**Técnica:** *Canteiro de serviço, equipamento de construção, estrutura coberta, estrutura elemento balanceado, estrutura elemento elevado, estrutura elemento ornamental, estrutura elemento reentrante, estrutura elemento sustentado, estrutura elemento sustentante, estrutura pavimento, estrutura sistema construtivo, estrutura vão, estrutura vedado, material de construção, plano e especificações da obra, terreno.*

**Tempo:** *arte.*

Durante a análise deste documento, dois descritores de primeiro nível chamaram a atenção: *habitação* e *arte*. Ao campo semântico **tempo** um descritor de primeiro nível é associado a ele, trata-se do descritor *arte*. Ao descritor *arte*, três outros descritores são associados: *aspectos de arquitetura à margem do tempo, aspectos da arte à margem do tempo* e *história da arquitetura*. Em *história da arquitetura*, são associados os descritores de terceiro grau: *arquitetura acadêmica civil – Sec. 19; arquitetura acadêmica civil - Séc. 20; arquitetura acadêmica oficial – Séc. 19; Arquitetura acadêmica oficial – Séc. 20; Arquitetura acadêmica religiosa – Séc. 19; Arquitetura acadêmica religiosa – Séc. 20; Aquitetura art deco; Aquitetura art nouveau;*

*Arquitetura barroca civil – Séc. 16; Arquitetura Barroca Civil – Séc. 17; Arquitetura barroca civil – Séc. 18; Arquitetura barroca religiosa – Séc. 16; Arquitetura barroca religiosa – Séc. 17; Arquitetura barroca religiosa – Séc. 18; Arquitetura eclética civil – Séc. 19; Arquitetura eclética civil – Séc. 20; Arquitetura eclética religiosa – Séc. 19; Arquitetura eclética religiosa – Séc. 20; Arquitetura litorânea – Séc. 16; Arquitetura litorânea – Séc. 17; Arquitetura litorânea – Séc. 18; Arquitetura litorânea – Séc. 19; Arquitetura moderna civil – Séc. 20; Arquitetura moderna oficial – Séc. 20; Arquitetura moderna religiosa – Séc. 20; Arquitetura modernista civil – Séc. 20; Arquitetura modernista oficial – Séc. 20; Arquitetura modernista religiosa – Séc. 20; Arquitetura neo-clássica civil – Séc. 19; Arquitetura neo-clássica oficial – Séc. 19; Arquitetura neo-clássica religiosa – Séc. 19; Arquitetura neo-colonial civil – Séc. 20; Arquitetura neo-colonial religiosa – Séc. 20; Arquitetura racionalista; Arquitetura rococó civil – Séc. 18; Arquitetura rococó oficial – Séc. 18; Arquitetura rococó religiosa – Séc. 18; Arquitetura rural – Séc. 16; Arquitetura rural – Séc. 17; Arquitetura rural – Séc. 18; Arquitetura rural – Séc. 19; Arquitetura rural – Séc. 16; Arquitetura rural – Séc. 17; Arquitetura rural – Séc. 18; Arquitetura rural – Séc. 19.*

Se um pesquisador interessado em história da arquitetura tomasse o campo semântico *tempo* para a elaboração de sua pesquisa, ele a trabalharia a partir da perspectiva artística da arquitetura e sua periodização seria atrelada aos estilos arquitetônicos e aos seus usos (programas arquitetônicos). Há, porém, um outro descritor, *habitação*, que tende a desafiar esta lógica de concepção da história arquitetura. O esquema no qual o descritor se encaixa é produzido da seguinte forma: **Função** □ *habitação* □ *aspecto histórico da habitação* □ *casa bandeirista, casa século 16, casa século 17, casa século 18, casa século 19, casa de 1900-1920, casa de 1920-1940, casa de 1940-1960, casa de 1960-1970, casa de 1970 em diante, casa grande, casa indígena, senzala.*

Neste esquema parece haver um problema histórico e social que motiva a escolha de vocabulários, em especial as formas de habitar de cada um dos grupos sociais — como aqueles que habitam a casa bandeirista, a casa grande, a casa indígena, ou ainda, a senzala — em seu próprio tempo. Nesse sentido, a habitação se coloca como um problema para história, superando o esquema anteriormente apresentado no qual a arquitetura era tomada como uma expressão artística que não implicaria na colocação de perguntas para a disciplina, prática típica desenvolvida pelas humanidades.

No ano em que o *Thesaurus* é lançado, o programa de doutorado da faculdade

existia há apenas dois anos. As mudanças de forma da escrita da história da arquitetura são colocadas por Guerra e Silva como frutos da pesquisa desenvolvidas pelo programa. No entanto, este *Thesaurus* nos mostra que as ideias acerca da escrita da história já se mostravam em curso neste ano de 1982.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissionalização da pesquisa em história da arquitetura não pode ser apartada da forma de funcionamento da FAUUSP após a reforma universitária. Afinal, a legitimação da produção científica, desde o fim do sistema de cátedras levado a cabo pela reforma universitária, é desenhada a partir de um sistema que se horizontaliza, se comparado à hierarquia verticalizada do arranjo anterior, e que tem na avaliação por pares a sua maior característica. Se um sistema é regido pela criação de consensos pelos pares no campo, a criação de linguagens comuns, temas de interesse, periodizações e métodos de pesquisa tendem à uniformização. É neste contexto que a biblioteca da FAUUSP, por meio de seus artefatos, como os livros e os desenhos de arquitetura, mostra-se um objeto importante de análise para a história do ensino e da pesquisa em história da arquitetura, uma vez que é nela que agentes diversos, como editores, professores, intelectuais, livrarias e o próprio Estado incidem de forma que os interesses de cada grupo e as disputas epistemológicas estejam presentes. Atentar aos termos presentes no *Thesaurus Experimental de Arquitetura*, produzido por bibliotecárias da faculdade, é perceber a possibilidade de leitura da profissionalização da pesquisa em história da arquitetura e as camadas sobrepostas de possibilidades de abordagem disciplinar que nele são reveladas.

## REFERÊNCIAS

CARTA do Rio de Janeiro sobre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia. 2017.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/noticias/2017/agosto/carta-do-rio-de-janeiro-sobre-patrimonio-cultural-da-ciencia-e-tecnologia.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. DOSSIÊ - Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 11-18, dez. 2016a. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n03do>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126840>. Acesso em: 27 jan. 2023

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. História e historiografia da arquitetura e da cidade. In: CABRAL, Claudia Costa; COMAS, Carlos



Eduardo (Orgs.). ENANPARQ, Estado da Arte, 4., Porto Alegre, 2016b. **Anais...** Porto Alegre: PROP/AR/UFRGS, 2016. Disponível em: Acesso em: 27 jan. 2023

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GRANATO, Marcos; ARAÚJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T). In: CARVALHO, Aline; CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 145-149.

GUERRA, Abilio. Apresentação: a construção de um campo historiográfico. \_\_\_\_\_ (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Volume 1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 11-22.

IEB. **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, maio 2010. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/guia-ieb-2/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MARQUES, Danilo; CAZELATO, Débora; RODRIGUES, Deise. Entrevista Prof. Dr. François Hartog. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 10 - 15, 1 maio 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5471>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MARQUES, Eliana de Azevedo. A seção técnica de materiais iconográficos da biblioteca da FAUUSP: origem e história. In: CASTRO, Ana Cláudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; COSTA, Eduardo Augusto (org.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Fauusp, 2021. p. 68-83. (Coleção Caramelo). Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/723/642/2384>. Acesso em: 02 mar. 2023.

NDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. Knowledge Organization: a sociohistorical analysis and critique. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 3, n. 76, p. 300-322, jul. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/511139>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PEREIRA, Margareth da Silva; LIRA, José Tavares Correia de. Historiografia da arquitetura: métodos, objetos e narrativas. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do I ENANPARQ**. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. p. 1-3. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-786-1-SP.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

RIBEIRO COSTA, Eunice R.; DOUCHKIN, Tatiana. **Thesaurus experimental de arquitetura**. São Paulo: FAUUSP; CNPq, 1982.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da biblioteca da FAUUSP. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo,

v. 24, n. 3, p. 45-70, set. 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/4vxtLjNgqTMnjMRVBc8gmLF/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

**TÍTULO:** A preservação dos objetos tecnológicos cinematográficos no contexto da conservação de coleções universitárias de bens culturais científicos.

*The Preservation of Cinematic Technological Artifacts in the Context of University Collections of Scientific Cultural Heritage.*

Autores: Jussara Vitoria de Freitas do Espírito Santo<sup>1</sup>;  
Beatriz Barradas Cordeiro<sup>2</sup>;  
Vitor Marques Assis<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a preservação, acessibilidade e extroversão por meio do desenvolvimento de metodologias de conservação, preservação e musealização do Acervo Imagens de Minas, pertencente à Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado à rede de Museus Universitários, cujo objetos nele depositados são de características fílmicas, fotográficas, iconográficas e objetos tridimensionais científicos relacionados à produção cinematográfica brasileira. O patrimônio audiovisual é amplamente reconhecido pelo seu produto final, o filme, e é sobre ele que costumam recair as principais medidas de proteção, mas para além das

---

<sup>1</sup> Jussara Vitoria de Freitas do Espírito Santo. Doutora em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais, linha de pesquisa em Preservação do Patrimônio Cultural. É professora Adjunta do Departamento de Artes Plásticas atuando no Curso de Conservação- Restauração de Bens Culturais na Escola de Belas Artes e no Curso de Museologia. Coordenadora do Acervo Imagens de Minas vinculado à Rede de Museus da UFMG e líder do grupo de pesquisa Núcleo Imagens de Minas. [jussaravitoria@ufmg.br](mailto:jussaravitoria@ufmg.br)

<sup>2</sup> Beatriz Barradas Cordeiro. Graduada de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Minas Gerais, com foco na Conservação e Restauração de Acervos Fílmicos. Atual bolsista de Iniciação Científica no Acervo Imagens de Minas, vinculado à Rede de Museus da UFMG. Estagiária na Memória do Judiciário Mineiro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. [beatrizbarradascordeiro@gmail.com](mailto:beatrizbarradascordeiro@gmail.com)

<sup>3</sup> Vitor Marques de Assis, Graduando em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Minas Gerais Integrante do grupo de pesquisa Núcleo Imagens de Minas. Bolsista do projeto Fapemig “Revitalização das reservas técnicas da Rede de Museus da UFMG”. Pesquisador na área de pesquisa de acervos fílmicos e coleções universitárias. [vmrestauracao@gmail.com](mailto:vmrestauracao@gmail.com)

imagens em movimento, ele também é composto de uma variedade de elementos que se apresentam em uma gama de suportes como: os roteiros, os cartazes, os figurinos e, além desses, também fazem parte desse patrimônio os objetos de produção e reprodução da tecnologia audiovisual, sem os quais o próprio filme é incapaz de existir. O objetivo é interdisciplinar com abordagem no ensino, pesquisa e extensão na área de preservação por meio da pesquisa de novas técnicas, procedimentos e materiais também com grande ênfase nas atividades voltadas para a extroversão e musealização das coleções científicas cinematográficas voltadas ao fazer cinematográfico e à preservação. A metodologia contemplou a pesquisa e inventário do acervo tridimensional, pesquisa das técnicas construtivas do acervo, seleção do acervo e a de critérios de conservação para extroversão, pesquisa da obsolescência tecnológica e do processo de musealização deste rico conjunto que integra o patrimônio científico e cultural da Universidade Federal de Minas Gerais. Ao final destacou-se como as técnicas construtivas destes objetos contribuem para as pesquisas no âmbito da conservação-restauração de bens culturais móveis e como a permanência e conservação dos objetos cinematográficos garantem a musealização de itens do acervo no contexto das coleções universitárias.

Palavras-chave: Coleções Universitárias. Bens Culturais Científicos. Patrimônio Audiovisual.

#### **ABSTRACT**

*This paper aims to discuss the preservation, accessibility, and extroversion through the development of conservation methodologies, preservation, and musealization of the Acervo Imagens de Minas, part of the Escola de Belas Artes at the Universidade Federal de Minas Gerais, and associated with the University Museums project. The collection includes filmic, photographic, iconographic, and three-dimensional scientific objects related to Brazilian film production. Audiovisual heritage is widely recognized for its final product, the film, which typically receives the main protective measures. However, beyond moving images, it also comprises a variety of elements presented in different formats such as scripts, posters, costumes, and, in addition to these, the production and reproduction objects of audiovisual technology, without which the film itself could not exist. The objective is interdisciplinary, with a focus on teaching, research, and extension in the field of preservation through the investigation of new techniques, procedures, and materials, with a strong emphasis on activities related to the extroversion and musealization of scientific cinematic collections pertaining to filmmaking and preservation. The methodology included research and inventory of the three-dimensional collection, investigation of the construction techniques of the collection, selection of the collection, and criteria for conservation for extroversion, as well as research into technological obsolescence and the musealization process of this rich set that forms part of the scientific and cultural heritage of the Federal University of Minas Gerais. In conclusion, the study highlighted how the construction techniques of these objects contribute to research in the field of conservation-restoration of movable cultural assets and how the preservation and conservation of cinematic objects ensure the musealization of items in the context of university collections..*

**Keywords:** *University Collections. Scientific Cultural Assets. Audiovisual Heritage.*

## INTRODUÇÃO

O termo "material" frequentemente evoca a ideia de objetos concretos e tangíveis, mas a análise de artefatos e documentos na historiografia e museologia revela que sua importância transcende a mera materialidade. O conceito de artefato vai além dos aspectos físicos, refletindo também o contexto histórico específico em que foi criado. A compreensão completa de um artefato exige uma análise das condições históricas, culturais e técnicas que influenciaram sua criação, incluindo tanto as dimensões factuais quanto afetivas. Para contemplar plenamente um artefato, é crucial abordá-lo como um "documento" histórico, considerando não apenas suas características materiais, mas também os significados e implicações que ele possuía em seu período original.

A evolução do conceito de documento trouxe transformações significativas para a historiografia e a documentação. Inicialmente, os documentos eram vistos essencialmente como "testemunhos escritos" que sustentavam fatos históricos. Com o tempo, essa visão foi ampliada para incluir uma gama mais ampla de evidências, conforme explorado por pioneiros e historiadores que adotaram novas abordagens. Hoje, o conceito de documento engloba não apenas textos e escritos, mas também uma variedade de formas de expressão, como música, documentos gráficos, fotografia, rádio e cinema. Esses meios são reconhecidos como "criações materiais" que desempenham papéis semelhantes aos manuscritos, na preservação e comunicação de informações.

No contexto dos bens culturais científicos e tecnológicos, frequentemente vistos como meros acessórios ilustrativos em textos históricos e científicos, há uma tendência de subestimar seu valor intrínseco como fontes documentais primárias. Muitas vezes, a importância desses objetos é reduzida a simples ilustrações de descobertas e inovações, o que pode refletir uma lacuna na prática de pesquisas.

Para compreender o patrimônio cultural científico e tecnológico enquanto documento, é essencial superar as deficiências na definição de ciência e tecnologia. Em contextos europeu e brasileiro, o conceito geralmente abrange instrumentos científicos utilizados em laboratórios e atividades tecnológicas. No entanto, essa definição é restritiva e não inclui todos os bens culturais relevantes. Além dos instrumentos, o patrimônio cultural de ciência e tecnologia inclui coleções arqueológicas, etnográficas, biológicas e de ciências da terra, abrangendo itens mineralógicos, geológicos, botânicos, zoológicos e paleontológicos. Esses artefatos são fundamentais para a pesquisa, o desenvolvimento científico e a compreensão da evolução das práticas científicas. Para uma visão abrangente do patrimônio cultural científico e tecnológico, é necessário revisar e integrar

as definições de ciência, tecnologia e patrimônio, levando em consideração conhecimentos e investigações baseados em fatos, processos técnicos e produções tangíveis e intangíveis.

Assim, este artigo busca discutir a importância da preservação de acervos científicos em contextos universitários, destacando seu papel fundamental como espaços democráticos de ensino. A análise se baseia em três pilares principais: ensino, pesquisa e extensão. Será apresentado um estudo detalhado do trabalho realizado no Acervo Imagem de Minas, um repositório significativo que demonstra como a conservação e a gestão adequada de acervos podem fortalecer essas três dimensões acadêmicas. O artigo discutirá como a preservação desses acervos que não apenas mantém a integridade do patrimônio cultural e histórico, mas também promove a inclusão e o acesso ao conhecimento, apoiando o desenvolvimento de projetos educacionais, pesquisas inovadoras e atividades extensionistas que beneficiam a comunidade universitária e a sociedade em geral.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No campo da conservação e restauração, as teorias orientam a intervenção sobre os bens culturais, equilibrando a integridade histórica com a necessidade de intervenção técnica. A temática apresentada buscou discutir como essas teorias foram se aprimorando ao longo do tempo, das primeiras abordagens às perspectivas contemporâneas, em paralelo com a atuação do conservador-restaurador no campo cinematográfico, tendo em vista que os estudos dentro dessa área ainda enfrentam desafios específicos, especialmente no contexto das coleções universitárias, onde a preservação de acervos filmicos e correlatos, representam um campo emergente que exigem soluções adaptativas e inovadoras para lidar com as particularidades e os requisitos dos acervos acadêmicos.

Partindo de um panorama histórico, durante o século XIX temos o que hoje são consideradas as primeiras teorias de conservação, de John Ruskin e Viollet-le-Duc, com a ressalva de terem sido pensadas considerando apenas o patrimônio arquitetônico. Trazendo pensamentos opostos, Ruskin defendia a permanência da história original dos prédios, tendo os danos e deteriorações enquanto parte desse contexto e, assim, era contrário a qualquer ideia de intervenção, pois a restauração seria, em sua visão, uma forma de perder e/ou danificar os elementos originais, enquanto Le-Duc considerava que a restauração deveria ser realizada sempre que necessário, o que significava todo e qualquer dano, de modo a elevar a edificação ao seu máximo potencial estético, ainda que esse estado não fizesse parte da construção e concepção original do monumento.

Dentre os teóricos "intermediários" no que tange a essas duas teorias, destaca-se o arquiteto Camillo Boito que, dentre alguns de seus princípios estabelecidos, trouxe para o campo da restauração, no final do século XIX, os critérios de mínima intervenção e reversibilidade. Já no final do século XX, Cesare Brandi consolida um sistema de pensamento dentro da conservação-restauração onde "para ele a restauração não é uma técnica auxiliar, mas um momento de apreciação crítica do objeto"<sup>4</sup>, estabelecendo, dessa forma, que a restauração precisa considerar e estar de acordo com os valores históricos, estéticos e artísticos do objeto.

Chegando então ao século XXI, adentrando o campo de teorias contemporâneas, destaca-se o trabalho de Salvador Muñoz Viñas que parte da crítica à ideia fomentada pelos teóricos clássicos da existência de uma verdade absoluta no campo da conservação-restauração, para assim discutir a teoria voltada ao objeto enquanto forma de comunicação considerando todas as pessoas afetadas pelo objeto, tendo assim o sujeito enquanto fundamento principal. Sobre a teoria de Viñas, Marcus Granato e Guadalupe Campos afirmam;

Nessa "teoria contemporânea" a noção de verdade é substituída pela comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais. A verdade deixa de ser o critério de orientação da conservação. O conservador não deveria impor a verdade, mas sim facilitar a leitura do objeto para melhor compreendê-lo e para favorecer seu potencial de comunicação.<sup>5</sup>

As ideias de Viñas enfatizam que a atuação dos conservadores restauradores deve ser guiada por um profundo respeito pela autenticidade e integridade dos bens culturais. Se tratando da ciência da conservação aplicada aos acervos cinematográficos, isso se traduz na preservação não apenas da imagem e do som, mas também no contexto histórico e cultural que o filme representa, o que abrange ainda outras tipologias além da produção por si só, como câmeras, projetores, equipamentos de edição, cartazes cinematográficos, fotografias e roteiros. Assim, entende-se que a salvaguarda desses bens é tão importante quanto a preservação da película, visto que viabilizam a existência um do outro.

No que diz respeito às coleções universitárias, Marcus Granato e Guadalupe Campos afirmam que "os instrumentos e aparatos científicos se distinguem dos artístico-

---

<sup>4</sup> Marcus Granato; Guadalupe do Nascimento Campos, *Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos*. 2013, p.4.

<sup>5</sup> Ibidem. p.5.

arqueológicos pelo fato de que pressupõem o funcionamento", o que leva a discussão acerca dos desafios que aparecem quando manter o equipamento em pleno funcionamento é o fator que pode causar a sua deterioração. A partir de quais critérios é possível pensar nesse equilíbrio?

Tendo em mente o pensamento de Viñas, é interessante realizar essa reflexão considerando a subjetividade que perpassa a existência da coleção. O Acervo Imagens de Minas carrega uma grande bagagem histórica relacionada aos cursos de Cinema, Museologia e Conservação e Restauração, pelo seu contexto de criação e caráter permanente de ensino, pesquisa e extensão. Importantes conjuntos que retratam a preservação de movimentos e tipologias de acervo que marcam a trajetória das coleções audiovisuais universitárias estão presentes no Acervo, dentre elas destaca-se a coleção de cartazes de Tony Vieira, cineasta brasileiro, cuja obras se destacaram no movimento "Cinema Boca do Lixo" durante as décadas de 1970 e 1980.

Outro conjunto que se destaca como notório na coleção do acervo são os equipamentos tridimensionais que contam a trajetória e a evolução do cinema brasileiro por meio de objetos industriais e manufaturados pertencentes ao cineasta e fotógrafo Iginio Bonfioli, doados à Escola de Belas Artes da UFMG na década de 60.

As pesquisas e atividades realizadas no âmbito da conservação e restauração desempenham um papel crucial no cuidado com materiais frágeis e suscetíveis à inevitável deterioração ao longo do tempo, como os artefatos cinematográficos. Esses itens são testemunhos incontestáveis da evolução tecnológica, das práticas culturais e das tendências artísticas de diferentes épocas.

Viñas ressalta que "o que caracteriza tanto a conservação como a restauração não são suas técnicas ou instrumentos, senão a intenção com que se realizam certas ações: não depende do que se faz, mas para que se faz"<sup>6</sup>.

## **CARACTERÍSTICAS DO ACERVO**

O Acervo Imagens de Minas, vinculado à Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, é um espaço que abriga coleções que contam a trajetória da produção cinematográfica de Minas Gerais. Destinado à pesquisa, ensino e extensão por meio da extroversão do acervo, atua como local de práticas de conservação como recurso de

---

<sup>6</sup> Salvador Muñoz Viñas, *Teoria Contemporânea da Restauração*. 2021, p.25.



ensino para os cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Museologia.

O espaço abriga uma diversidade de elementos cinematográficos, como filmes em película nos formatos de 8mm, 16mm e 35mm, cartazes, fotografias, roteiros e uma coleção de artefatos tecnológicos que narram a história da produção cinematográfica no estado de Minas Gerais.

O trabalho é direcionado em especial às atividades que buscam atender as demandas de pesquisas relacionadas às práticas cinematográficas e de preservação. No processo de ensino, o acervo é um recurso fundamental na formação acadêmica e profissional oferecida pela universidade, atuando como uma peça central das disciplinas direcionadas à preservação de acervos audiovisuais.

Contextualizado em um ambiente universitário, o Acervo Imagens de Minas está integrado a diversas disciplinas, disponibilizando itens da sua coleção para as atividades de pesquisa, ensino e extensão. No curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis oferecido pela UFMG, durante algumas disciplinas que são ofertadas no âmbito da preservação das coleções audiovisuais, os discentes têm a oportunidade de realizar o ciclo em sua totalidade nas práticas relacionadas à conservação-restauração.

Estas disciplinas abrangem a manutenção da estabilidade dos materiais, a organização da reserva técnica e a aplicação de técnicas de conservação preventiva, permitindo que os estudantes adquiram habilidades cruciais em catalogação, gestão de acervos e metodologias atualizadas para a preservação e gestão dos acervos audiovisuais.

Além das práticas de conservação e gestão, o Acervo Imagens de Minas desempenha um papel fundamental em projetos de extroversão e exposição, promovendo o acesso público a obras e documentos de relevância histórica e cultural.

Iniciativas como estas não apenas proporcionam uma formação sólida, promovendo a participação ativa dos discentes nas atividades desenvolvidas, auxiliando no aprendizado das disciplinas que tratam essa tipologia específica de acervo, abrangendo desde o diagnóstico até a montagem de exposições, mas também garantem que o acervo continue preservado e acessível ao público. A interlocução entre o ensino e a prática do Acervo Imagens de Minas contribui significativamente para a valorização e a preservação do patrimônio cultural cinematográfico, além de oferecer um resultado valioso à comunidade acadêmica e ao público em geral.

## **METODOLOGIAS E RESULTADO**

No ano de 2024, o acervo em questão está sendo beneficiado enquanto um dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG na execução do projeto “Desenvolvimento de Protocolos para Revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas (REMIN)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que objetiva revitalizar as infraestruturas de guarda e investigar os parâmetros ambientais, além da implementação da base de dados para gestão das coleções.

A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG foi criada em 2001, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), como uma ferramenta de articulação entre espaços científicos-culturais existentes no âmbito universitário, que aderiram ao projeto voluntariamente, para desenvolvimento de ações e estratégias de enfrentamento diante aos desafios relacionados à preservação do patrimônio cultural científico.

Nos dias atuais, a Rede de Museus abrange vinte e quatro acervos universitários e é nesse contexto que o projeto “Desenvolvimento de Protocolos para Revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas (REMIN)” se desenvolve contemplando alguns destes espaços. Sendo a conservação preventiva o campo metodológico de atuação, o projeto propõe a organização dos espaços de reserva técnica a partir do diagnóstico de gestão de riscos, planejamento espacial, acondicionamento e a implementação da base de dados.

No caso do Acervo Imagens de Minas, a experiência na implementação dos recursos e protocolos visando a efetivação de uma reserva técnica eficaz, por meio da execução do Projeto Remin, proporcionou o tratamento adequado da coleção científica por meio da conservação, extroversão e acessibilidade, dando destaque a coleção de equipamentos tridimensionais depositado pela família de Igino Bonfioli, cineasta que marcou a produção cinematográfica brasileira no século XX, equipamentos estes que contam a evolução industrial e manufatureira que deram origem ao cinema.

As etapas de execução do trabalho contemplaram as ações de diagnóstico da coleção, pesquisa, inventário e intervenções nos cartazes da coleção Tony Vieira, utilizando da técnica de faceamento da Biblioteca Nacional de Paris-França. Para os objetos tridimensionais que apresentam a técnica construtiva de madeira e metal, foi aplicado o método de desinfecção e tratamento contra insetos com utilização de luz ultra violeta.

A ação da implementação da base de dados foi determinante para a digitalização, estudos dos materiais e das técnicas construtivas, divulgação e extroversão por meio do sistema

*In-Patrimonium*, garantindo a normatização dos procedimentos. Trata-se de um trabalho essencial para a consolidação das políticas de acervo fundamentais para a gestão da coleção.

Se tratando ainda da base de dados, foi realizado, entre o final de 2023 e o primeiro semestre de 2024, o processo de catalogação acerca dos equipamentos tridimensionais pertencentes ao Acervo Imagens de Minas. Para isto, foram realizadas a documentação de cada um dos equipamentos, considerando frente, verso, lados, topo e base, como princípio para o levantamento de dados e, em seguida, a pesquisa histórica com o objetivo de definir os denominadores: marca e modelo, data, dimensões e técnica construtiva, além do estado geral de conservação e descrições acerca das técnicas e materiais.

A pesquisa mostrou-se eficaz para determinar o intervalo cronológico da coleção, apesar de sua datação variada. Os equipamentos datam, em sua maioria, do século XX, sendo esse o maior contexto histórico e cultural no qual está inserido, entretanto, no contexto geral, pode-se situar o acervo entre os anos de 1898 e 2000.

A partir disso, os equipamentos foram separados em quatro seções, sendo elas: equipamentos de exibição, equipamentos de edição, quadros e a coleção Igino Bonfioli, além dos cartazes cinematográficos. Assim, alcançou-se, como produto final o catálogo dos equipamentos tridimensionais pertencentes ao Acervo Imagens de Minas, bem como um catálogo contendo a descrição e as imagens da coleção de cartazes do acervo, com o objetivo de contribuir para a sua continuidade, permanência e extroversão enquanto coleção universitária de caráter científico-cultural.

O Acervo foi contemplado ainda em um Edital Integrado promovido por meio da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, onde os recursos recebidos foram direcionados na promoção de infra-estrutura de equipamentos fundamentais para a garantia das ações pontuadas anteriormente no que tange a extroversão e conservação do acervo, a partir daí foi possível garantir a documentação científica por imagem tanto da coleção de objetos tridimensionais quanto na coleção de documentos gráficos. As etapas contempladas partiram desde o diagnóstico do estado de conservação, intervenções físicas e químicas até o acondicionamento das peças do acervo.

Agrega-se neste processo a musealização dos objetos tecnológicos, percebendo o museu em uma concepção científica, como portador de informação, estudado e explorado em sua materialidade por meio do estudo das técnicas construtivas. Além disso, a documentação científica por imagem torna-se igualmente apoio para sustentar a ciência

da conservação enquanto área de conhecimento que perpetua as coleções científicas universitárias.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do contexto abordado e considerando as experiências práticas de ambos projetos, concluiu-se que a preservação e gestão de acervos de caráter científico-cultural são fundamentais para a manutenção do patrimônio histórico e promoção do conhecimento acadêmico.

Considerando os resultados atingidos até então, o desenvolvimento do catálogo de equipamentos tridimensionais e o desenvolvimento do catálogo de cartazes cinematográficos do Acervo Imagens de Minas, além do inventário das peças do acervo por meio do sistema de gestão de coleções da universidade, possibilitou a sua disponibilização para a comunidade acadêmica de modo a contribuir diretamente para a disseminação do acervo e desenvolvimento de novas pesquisas na área de estudo.

A atuação de ambos os projetos contemplados pelo acervo em questão evidenciou a necessidade da gestão universitária entre os espaços de salvaguarda de bens culturais científicos, visto que para além da acessibilidade de pesquisa aos acervos, a infraestrutura de apoio e as pesquisas contribuem para que outras iniciativas sejam desenvolvidas nesse âmbito, garantindo assim que o local de permanência dessas coleções seja, e continue sendo, dentro da própria universidade.

Por fim, a preservação e gestão dos acervos científico-culturais representam um trabalho contínuo e vital em um ambiente universitário em constante transformação. Esse espaço deve incentivar debates e explorar novas formas de ação por meio do ensino, pesquisa e extensão, destacando a relevância dos acervos universitários. Essas iniciativas são fundamentais para garantir os recursos necessários ao fomento de atividades culturais e de preservação, assegurando que as coleções permaneçam acessíveis e se integrem de maneira dinâmica ao desenvolvimento acadêmico e científico.

## REFERÊNCIAS

VIEIRA, Ana Beatriz Silva et al. **DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: Acervo Imagens de Minas**. In: *Mobiliário de Reservas Técnicas e Sistemas de Embalagem, Transporte e Exposição*, 2023. Yacy-Ara Froner. Belo Horizonte, 2023.

FRONER, Yacy-Ara. **Storage Collection Recommendation from Interdisciplinary Tools: Documentation, Preventive Conservation, Curatorship, and Architectural Issues**. 26<sup>a</sup> CIDOC-ICOM Conference. p.1-16. 2018 Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/archive/past-conferences/2018-heraklion/>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte & indústria**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BRULON, Bruno. *Passagens da Museologia: a musealização como caminho*. *Museologia e patrimônio* [Online], vol.11.2, p.189-210, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/57434477/Passagens\\_RMP.pdf](https://www.academia.edu/download/57434477/Passagens_RMP.pdf). Acesso em: 06 de agosto de 2024.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos**. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, v. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.131>. Acesso em: 03 de agosto de 2024

SANTOS, Cláudia Penha dos; GRANATO, Marcus. **A documentação dos acervos científicos e tecnológicos e o MAST: uma história a partir das memórias**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2015.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia. Musealization and material culture of Science & Technology**. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST*, v. 8, n. 2, 2015.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade**. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 4, dez. 2010 / mar. 2011. ISSN 2177-4129. Disponível em: [www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede](http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede). Acesso em: 06 ago. 2024.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

## AS INICIATIVAS MUSEAIS NA TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### *MUSEUM INITIATIVES IN THE TRAJECTORY OF THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA*

Raniel da Conceição Fernandes<sup>1</sup>

#### RESUMO

Desde sua origem, a Universidade de Brasília (UnB) foi gestada com presença de museus em sua estrutura, conforme estabelecido em seu Plano Orientador de 1962. Porém, tais espaços nunca foram implementados, o que traz questionamentos sobre as razões para frustração de tais empreendimentos. No decorrer de sua trajetória institucional, foram implantadas, formadas e desenvolvidas outras propostas de museus, coleções e espaços de preservação e divulgação do patrimônio artístico, científico e histórico da universidade. O presente trabalho objetiva apresentar um levantamento descritivo das iniciativas e dos espaços museais constituídos na Universidade de Brasília ao longo de sua história. Diante das dinâmicas e especificidades da realidade universitária, são observados os atores e os processos museais sugeridos e os formalmente criados. Para tanto, tendo como base uma aproximação exploratória, parte de pesquisa bibliográfica e documental relacionada à história da universidade e de seus espaços, analisando registros e documentos disponíveis no Arquivo Central da UnB e em repositórios institucionais. Nota-se que geralmente os espaços são iniciativas individuais ou setoriais, havendo a necessidade de inclusão dos museus no âmbito do planejamento estratégico da UnB, com a disponibilização de orçamentos específicos, profissionalização da gestão, formalização e inserção das instituições no organograma,

---

<sup>1</sup> Bacharel em Museologia (UnB) e mestre em Ciência da Informação (UnB). Tem experiência e pesquisas relacionadas à documentação museológica, história dos museus e conservação de acervos. Atualmente é responsável pela gestão das coleções de arte moderna, contemporânea e etnográfica da Casa da Cultura da América Latina CAL-UnB e coordenador das Casas Universitárias de Cultura - DDC/DEX/UnB. E-mail: ranielfernandes@unb.br.

permitindo assim a melhor estruturação, gestão e ampliação dos espaços museais existentes ou em processo de implementação.

**Palavras-chave:** Universidade de Brasília. Museus. Patrimônio universitário.

### ***ABSTRACT***

*Since its origins, the University of Brasília – UnB has been created with the presence of museums in its structure, as established in its Guiding Plan of 1962. However, such spaces were never implemented, which raises questions about the reasons for the frustration of such ventures . During its institutional trajectory, other proposals for museums, collections and spaces for the preservation and dissemination of the university's artistic, scientific and historical heritage were implemented, formed and developed. The present work aims to present a descriptive survey of the initiatives and museum spaces established at the University of Brasília throughout its history. Before the dynamics and specificities of the university reality, the actors and museum processes suggested and those formally created are observed. To this end, based on an exploratory approach, it starts with bibliographic and documentary research about the history of the university and its spaces, analyzing records and documents available in the UnB Central Archive and in institutional repositories. It is noted that the spaces are generally individual or sectoral initiatives, with the need to include museums within the scope of UnB's strategic planning, with the provision of specific budgets, professionalization of management, formalization and inclusion of institutions in the organization chart, thus allowing the better structuring, management and expansion of existing museum spaces or those in the process of being implemented.*

**Keywords:** *University of Brasilia. Museums. University heritage.*

## INTRODUÇÃO

Os museus e o patrimônio cultural universitário apresentam uma ampla variedade de constituições na prática das universidades. Tais coleções e acervos são formados por relevantes bens culturais produzidos no decorrer das atividades institucionais fundamentais, coletados em iniciativas de pesquisa ou mesmo recebidos via transferências ou doações. Inseridos em departamentos, criados por pesquisadores, planejados ou impostos pelas circunstâncias da dinâmica pesquisa-ensino-extensão, tais organismos culturais compreendem parte importante da vida universitária.

Contudo, tais espaços apresentam inúmeras dificuldades de consolidação e continuidade das suas ações. Por conseguinte, há carências nas áreas de infraestrutura, gestão institucional, recursos humanos, segurança, conservação e acessibilidade. Conforme defende Isabel Ribeiro, a “ausência de políticas públicas de gestão dos museus universitários pode ser compreendida como um indício mesmo da ausência dos valores próprios das instituições de ensino superior e da sua identidade”<sup>2</sup>. Como afirma Marta Lourenço, ao tratar da realidade portuguesa, mas também aplicada à brasileira, “as universidades não sabem como financiar os seus museus”<sup>3</sup>, diante dos desafios e incapacidade de gerir e compartilhar seus recursos frente às inúmeras outras atividades associadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Desde sua origem, a Universidade de Brasília – UnB foi gestada com a presença de museus em sua estrutura, conforme estabelecido em seu Plano Orientador de 1962. Porém, tais espaços nunca foram implementados, o que traz questionamentos sobre as razões para frustração de tais empreendimentos. No decorrer de sua trajetória institucional, foram pensadas, formadas e desenvolvidas outras propostas de museus, coleções e espaços de memória, preservação e divulgação do patrimônio artístico, científico e histórico da universidade.

O presente trabalho objetiva apresentar um levantamento descritivo das iniciativas e dos espaços museais constituídos na UnB ao longo de sua história. Ao longo da pesquisa, foram identificadas 36<sup>4</sup> iniciativas museais, coleções ou espaços de

---

<sup>2</sup> Isabel Ribeiro, 2023, p.124.

<sup>3</sup> Marta Lourenço, 2010, p.53.

<sup>4</sup> Arquivo Museu de Literatura Brasileira; Casa da Cultura da América Latina; Centro de Memória "Profa. Maria Helena Siqueira"; Centro de Ciência e Cultura de Planaltina; Centro de Memória Virtual do



divulgação da memória e do patrimônio cultural gestadas no interior da UnB. Diante das dinâmicas e especificidades da realidade universitária, foram observados, a partir das fontes disponíveis, os atores, coleções e os processos museais sugeridos e os formalmente criados.

Para tanto, a metodologia utilizada teve como base uma aproximação exploratória, partindo de pesquisa bibliográfica e documental relacionada à história da universidade e de seus espaços, analisando registros, projetos e documentos administrativos disponíveis no Arquivo Central da UnB. Além disso, foi realizado um levantamento de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações, teses e artigos), em em repositórios institucionais, que analisaram ou descreveram aspectos importantes das vivências museais na UnB. A pesquisa, a partir de sítios e bases de dados sobre museus, teve como base as iniciativas de espaços físicos ou virtuais relacionados à memória, à história, ao patrimônio, à pesquisa, à preservação e/ou à comunicação do patrimônio cultural.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho está estruturado em algumas seções. A primeira apresenta breves definições sobre museus e coleções universitárias; a segunda busca evidenciar os primeiros projetos de museus da UnB; na terceira parte são apresentados alguns projetos de museus ou tentativas de criação de instituições museais; alguns museus universitários existentes são descritos de modo sucinto na quarta parte. Por fim, são indicadas algumas iniciativas institucionais político-estratégicas de promoção de fomento e preservação do patrimônio cultural e dos museus.

## **MUSEUS UNIVERSITÁRIOS**

Ao refletir sobre museus universitários, algumas definições basilares devem ser trazidas. A primeira delas se refere ao conceito de museu. A nova definição

---

Departamento de Enfermagem; Espaço de Memória da UnB; Experimentoteca; Galeria Espaço Piloto; Herbário; Laboratório de Pesquisas em Ensino de Química; Memorial Darcy Ribeiro; Museu da Civilização Brasileira; Museu da Educação do Distrito Federal; Museu de Anatomia Humana; Museu de Anatomia Veterinária; Museu de Arte; Museu de Artes Culturais Internacionais; Museu de Biologia; Museu de Ciência; Museu de Ciência e Tecnologia; Museu de Ciência Tecnologia do Distrito Federal; Museu de Ciências da Vida e da Terra; Museu de Ciências, Tecnologia e Artes; Museu de Geociências; Museu de História Natural; Museu do Cerrado (virtual - FE); Museu Histórico da UnB; Museu Latino-americano de Artesanato e Arte Popular; Museu Virtual de Arte Computacional; Museu Virtual de Ciência e Tecnologia; Museu Virtual do Cerrado - IB; Núcleo de Memória da Faculdade de Medicina; Observatório Astronômico; Observatório Luiz Cruls; Observatório Sismológico; Xiloteca.

aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em Praga traz o seguinte texto:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos<sup>5</sup>.

Diante desse referencial, nota-se que as atividades basilares relativas aos museus são caracterizadas por ações de pesquisa, preservação, educação e divulgação do patrimônio cultural, que pressupõem uma continuidade no tempo. Adriana Mortara Almeida, ao tratar sobre o tema dos museus e coleções universitárias, nos apresenta que tais espaços são categorizados nessa tipologia por estarem “parcial ou totalmente sob responsabilidade de uma universidade - salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico”<sup>6</sup>.

Para a melhor compreensão desse levantamento, torna-se necessário trazer indicações iniciais de definições relacionadas às coleções e aos museus universitários. No cotidiano das atividades universitárias, nota-se que coleções, algumas delas de pesquisa ou didáticas, são tratadas como museus, gerando confusões e até problemas legais, uma vez que as instituições museais devem atender legislações, como o Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009). A Figura 1 elenca alguns pontos relevantes dessa distinção, tendo como ponto fundamental a formatação de um espaço específico no qual são desenvolvidas ações de pesquisa, comunicação e preservação de coleções.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://www.icom.org.br/?page\\_id=2776](https://www.icom.org.br/?page_id=2776)> acesso em: 30 de jul. 2024.

<sup>6</sup> Adriana Almeida, 2001, p. 10.

Figura 1- Diferenças entre Museus e Coleções Universitárias

<b>Termo</b>	<b>Significado</b>	<b>Comentário</b>
<b>Museu Universitário</b> (e Galeria)	aquela unidade da universidade que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe objetos, para estudo, educação e apreciação ( <i>enjoyment</i> ), evidência material das pessoas e de seu ambiente, e <b>que exibe parte ou toda a coleção em um espaço específico para isso aberto ao público em horários regulares</b> e pode exibir material de outras fontes de vez em quando.	<b>Espaço específico para isso</b> indica que a exposição pode ser vista em um local (não espalhada por todo o campus em corredores ou em uma variedade de espaços multifuncionais; como por exemplo, ocorre freqüentemente com obras de arte da universidade.)
<b>Coleção Universitária</b> (e Herbário)	aquela unidade da universidade que adquire, conserva, e pesquisa, para fins de estudo, educação, apreciação, evidências materiais das pessoas e de seu ambiente, <b>as quais estão exibidas de forma limitada ou não expostas</b> . Coleções que são mantidas apenas ou principalmente para uso dos estudantes universitários e que podem ter acesso restrito a eles, podem ser denominadas <b>coleções de ensino</b> .	A intenção é indicar uma coleção de ensino, pesquisa, fonte, referência ou outros, que tem espaço de exposição limitado ou inexistente (inclui a maioria das coleções de arte das universidades sem galeria); e aquelas coleções universitárias cuja função primária é pesquisa e/ou ensino.

Fonte: ALMEIDA, 2001, p.31.

Não obstante essa dicotomia, a diversidade de manifestações do “fenômeno museu” e outros espaços de memória e preservação de acervo revela-se em diferentes nomenclaturas tais como: museus, espaços ou centros de memória ou divulgação científica, coleções didáticas, de ensino ou de pesquisa, planetários, entre outros. Visando congregar em um repositório específico essa diversidade, a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMUI) trouxe a nomenclatura de “Núcleos Museológicos Universitários”<sup>7</sup> para esses espaços existentes nas Instituições de Ensino Superior. Assim, a partir dessa concepção ampla, na próxima seção serão apresentadas as iniciativas museais vinculadas à UnB.

## FASE INICIAL

A UnB, criada pela Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961 e inaugurada em 21 de abril de 1962, abrigava, desde seu início, um anseio por instituições museais. Na mente de seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro, já pairava a iniciativa de criar museus para a universidade no âmbito da recém inaugurada capital do Brasil. Conforme descreveu a museóloga e uma das professoras pioneiras da Unb, Lygia Martins Costa, Darcy almejava criar um museu na universidade<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://rbcmu.com.br/sobre-a-rede/>> acesso em: 30 de jul. 2024.

<sup>8</sup> GOMES, A.; CARRIJO, E. 2012, p. 262.

O Plano Orientador da UnB, datado de 1962, apresentava a iniciativa de criação de 3 museus: o Museu de Arte, o Museu da Civilização Brasileira e um Museu de Ciência. Tais espaços seriam constituídos como órgãos complementares, centros de extensão, segundo o artigo 27 do Estatuto da Fundação Universidade de Brasília (1962), para realizarem atividades de difusão, extensão e intercâmbio.

Nesse projeto, os três museus estariam inseridos dentro do “Museum”, situado na Praça Central, próximo à Biblioteca e à Reitoria. Conforme o plano de obras do período (UNB, 1962), a construção das edificações iniciaria em 1964 e seria concluída em 1970. O Museu da Civilização Brasileira possuiria 8.000 m<sup>2</sup>, o Museu de Ciências teria 5.000 m<sup>2</sup> e o último, vinculado ao Instituto de Arte, estaria no conjunto da estrutura dessa unidade com 3.000 m<sup>2</sup>. Dos museus citados, apenas o Museu da Civilização Brasileira, o qual seria associado ao Departamento de Antropologia, apresenta uma definição sobre seu escopo, descrita no Plano Orientador: “vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar, aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem, uma visão do nosso esforço secular para criar uma civilização”<sup>9</sup>.

Porém, tais espaços nunca foram efetivamente criados. Ao falar em sua entrevista sobre a possível criação do curso de Museologia e dos museus da UnB, a museóloga Lygia Costa apresenta a razão da não continuidade dessas propostas: “não chegou a ser implantado por causa da Revolução. A Revolução desmontou tudo. O Darcy Ribeiro queria implantar o Museu do Homem Brasileiro, e a minha intenção era organizar o Museu com os alunos já tendo aulas, pois eles estavam estudando a parte científica e, desse modo, a parte prática seria um complemento, orientado pelos professores”<sup>10</sup>.

Darcy Ribeiro também pontua a influência do período da ditadura militar brasileira como razão da não construção de tais espaços e de outras propostas inovadoras da nova universidade.

Muitos outros propósitos e ambições da UnB ficaram consignados, nos seus documentos originais, e hoje só são recordados pelos que participaram do planejamento inicial. Lembro aqui, entre muitos outros, o Instituto de Teologia, destruído; a Biblioteca Central, mediocrizada; as Casas da Língua e das Culturas Nacionais, esquecidas; o Centro de Tecnologia do Cerrado,

---

<sup>9</sup> UnB, 1962.

<sup>10</sup> CHAGAS; ALVARES; ALMEIDA, 2010, p.46.

subestimado; as Casas de Artistas Residentes, abolidas; o **Museum, com seus museus de arte, da ciência e da civilização, rejeitados**. [...] De resto, teria que ser assim, necessariamente, pois era inevitável que se lançasse contra nossa Universidade de Brasília um poder que, sendo regressivo no plano social e nacional, tinha que ser repressivo no político e cultural.<sup>11</sup> (grifo nosso).

Além disso, conforme pesquisa realizada por Camila Veras (2022), os referidos museus não foram mais citados nos documentos de planejamento arquitetônico da UnB posteriores a 1972, aparecendo apenas referências a espaços expositivos, situando um deles no Centro de Convenções (1975) e outro no projeto para a Praça Magna (2011). O planejamento mais recente, Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, de 2023, também não apresenta referências a construções relacionadas a museus.

## **PROJETOS DE MUSEUS**

No presente levantamento, nota-se uma multiplicidade de iniciativas vinculadas a pesquisadores, docentes, técnicos e unidades administrativas. A maioria dos projetos estão vinculados ao Campus Darcy Ribeiro<sup>12</sup>, havendo uma delas vinculada ao Campus Planaltina. Alguns nunca saíram do papel, outros estão em fase de produção executiva.

O Museu Histórico da UnB foi formalmente criado em 1994 por meio do Ato da Reitoria nº 1035 de 28 de julho de 1994, do reitor João Todorov. O museu seria instalado em um dos primeiros edifícios da universidade, o OCA II, construído em madeira e projetado por Sérgio Rodrigues. Durante os anos que se seguiram, houve algumas tentativas de restauração do edifício, bem como nova iniciativa de criação do museu por meio de mais um documento administrativo<sup>13</sup> durante a gestão do reitor Lauro Morhy. Em 2003, foi criada uma comissão<sup>14</sup> para apresentar um pré-projeto para efetivação do museu. Contudo, a criação do museu não prosseguiu.

---

<sup>11</sup> Darcy Ribeiro, 1991, p. 165.

<sup>12</sup> A UnB possui 4 campi: Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama.

<sup>13</sup> Ato da Reitoria nº 1244 de 02 de agosto de 2002.

<sup>14</sup> Resolução da Reitoria nº030/2003 de 16 de junho de 2003. A comissão era formada pelo Professor José Carlos Andreoli (Diretor do CEDOC), Professora Geralda Dias Aparecida (do Departamento de História e Diretora da Casa da Cultura da América Latina), Professora Mariza Veloso Motta Santos (SOL) e o Arquiteto Alberto Alves de Faria (Diretor do CEPLAN).

Também, durante a gestão de Lauro Morhy, foi instituído o Arquivo Museu de Literatura Brasileira da UnB<sup>15</sup>. O espaço, a ser instalado na Biblioteca Central, teria uma gestão compartilhada entre o Departamento de Ciência da Informação e Documentação, a Biblioteca Central e o Instituto de Letras. Não foi encontrada, contudo, qualquer referência à criação efetiva do espaço e nem ao seu acervo.

No que se refere ao Museu de Ciência, houve diversas iniciativas para a constituição de um espaço voltado para a divulgação científica e das coleções de história natural. A primeira, já citada na seção anterior, refere-se a indicação encontrada no Plano Orientador de 1962. Já em 1988, durante a gestão do reitor Cristovam Buarque, por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº15/1988 foi aprovada a criação do Museu de Ciências da UnB e estabelecido um conselho deliberativo<sup>16</sup> temporário com a competência de elaborar proposta de concepção básica do museu, seu anteprojeto arquitetônico, seu regimento, bem como descrever o acervo e indicar instituições nacionais e estrangeiras de apoio museológico e financeiro.

Outro projeto análogo foi pensado em 1994 para a criação do Museu de Ciência e Tecnologia, cuja comissão, coordenada pela professora Regina Macedo do Departamento de Zoologia, apontou possibilidades relacionadas ao acervo, proposta de edificação e gestão. Na década de 2000, houve nova proposta para criação de um Museu de Ciência e Tecnologia com foco no bioma cerrado, apresentando inclusive um plano museológico estruturado no ano de 2008. De modo semelhante, em 2019 foi instituída uma comissão<sup>17</sup> para elaborar o projeto do Museu de Ciências, Tecnologia e Artes da UnB, cujo projeto encaminhado à reitoria não teve andamento.

Iniciativas mais recentes também buscam incentivar a constituição de museus dessa tipologia. A primeira delas comporta um complexo de espaços culturais, contendo museus e centros de cultura. Trata-se do Centro de Ciência e Cultura de Planaltina, projetado para o Campus da UnB na região administrativa de Planaltina, composto por espaços para o Museu da Evolução do Universo, da Vida e da Humanidade; o Museu de História das Ciências e das Civilizações; o Museu de

---

<sup>15</sup> Criado por meio do Ato da Reitoria n. 210 de 06 de abril de 2000.

<sup>16</sup> Composto pelos professores Cleber José Rodrigues Alho (IB), Onildo João Marini (IE), Daniel Barbato (FS), Roque de Barros Laraia (IH) e Braulio Ferreira de Souza Dias (FT).

<sup>17</sup> Criada pelo Ato da Reitoria nº 0594/2019 e formada por Alex Sandro Calheiros de Moura (DDC/DEX); Andréa Fernandes Considera (FCI); Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG); Dalton Lopes Martins (FCI); Danilo Arruda Furtado (FUP); Dionei Magalhães Brito (GRE); Fátima Aparecida dos Santos (IdA); Raniel da Conceição Fernandes (DDC/DEX).

Vivência e Arte; além de praças temáticas. A proposta possui projeto executivo e também espaço destinado para sua instalação, conforme o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo do Campus UnB Planaltina aprovado em 2024.

Recentemente, surgiu a proposta de criação do Museu de História Natural da UnB, coordenada pelo professor Gilberto Lacerda. O projeto visa aglutinar os espaços museais e coleções científicas existentes na universidade, além de laboratórios, observatórios, parques e jardins, na promoção de ações conjuntas e articuladas de divulgação das ciências.

## **INICIATIVAS MUSEAIS E COLEÇÕES DA UnB**

A UnB apresenta uma série de espaços que são denominados museus. Como proposta inicial, foram levantados os museus inseridos nas principais bases de informações sobre museus: a plataforma MuseusBr do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM<sup>18</sup>, a Plataforma Digital da RBCMU<sup>19</sup> e a Worldwide Database of University Museums and Collections<sup>20</sup>, compilada no âmbito do Comitê para Museus e Coleções Universitárias (UMAC) do ICOM. Nesta seção, serão apresentadas informações descritivas sobre alguns dos espaços mais consolidados e constituídos recentemente no âmbito da UnB.

Conforme informações encontradas na plataforma MuseusBr, que compreende o Cadastro Nacional de Museus do IBRAM, foram encontrados os seguintes museus vinculados à UnB: Museu de Biologia; Casa da Cultura da América Latina (CAL); Herbário; Museu do Cerrado (virtual); Centro de Memória Profª. Maria Helena Siqueira; Museu da Educação do Distrito Federal; Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da UnB; Museu de Anatomia Humana; Experimentoteca; Museu de Geociências; e Observatório Sismológico - Mostra de Sismologia.

Na Plataforma Digital da RBCMU, foram encontrados outros espaços diferentes dos já citados. São eles: Museu de Taxidermia do Hospital Universitário; Espaço Cultural Casa Niemeyer; Laboratório de Pesquisas em Ensino de Química do IQ/UnB; Observatório Astronômico do IF/UnB; e Coleções do Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://rbcmu.com.br/>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://university-museums-and-collections.net/>

A pesquisa na Worldwide Database of University Museums and Collections da UMAC revelou 9 museus e coleções universitárias<sup>21</sup>. Dentre os museus supracitados, apenas o Museu Virtual de Arte Computacional aparece pela primeira vez.

Além disso, no mapeamento de museus e acervos da UnB, organizado pelo curso de Museologia desde 2015, foram elencado 10 espaços museais<sup>22</sup>, citados na Nota Técnica nº 0/2019/FCI/CM<sup>23</sup>: Centro de Planejamento Oscar Niemeyer; Herbário; Museu de Geociências; Museu de Anatomia Humana; Observatório Sismológico; CAL; Xiloteca; Observatório Luiz Cruls; Museu de Anatomia Veterinária; e Experimentoteca.

Em relação aos museus ou espaços de memória virtuais, foram identificados os seguintes projetos: o Museu Virtual de Ciência e Tecnologia<sup>24</sup>, sob a coordenação do professor Gilberto Lacerda Santos, criado em 2006 para desenvolver atividades de divulgação científica a partir do Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares sobre Tecnologias e Educação da Faculdade de Educação; o Centro de Memória Virtual do Departamento de Enfermagem da UnB<sup>25</sup>, criado em 2016 no âmbito da Faculdade de Ciências da Saúde; o Museu do Cerrado<sup>26</sup>, criado em 2017 pela professora Rosângela Azevedo Corrêa, como um projeto de extensão multidisciplinar vinculado a Faculdade de Educação; o Museu Virtual de Arte Computacional; e, por fim, o Museu Virtual do Cerrado<sup>27</sup>, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas e criado em 2014 por iniciativa da equipe da Rede de Pesquisa Biota Cerrado.

Surgida no âmbito do Festival Latino Americano de Arte e Cultura, a Casa da Cultura da América Latina (CAL) foi inaugurada em 15 de julho de 1987<sup>28</sup>. Vinculada ao Decanato de Extensão, a CAL foi constituída como centro de custo, tendo em sua estrutura um museu e uma biblioteca e a missão de “desenvolver intercâmbio cultural com os demais países da América Latina e do Caribe, organizando, outrossim, planos de ação conjunta, envolvendo promoções culturais”<sup>29</sup>. Nas palavras do reitor

---

<sup>21</sup> Casa de Cultura da América Latina (CAL); Coleções do departamento de Zoologia; Herbário; Museu de Anatomia Humana; Museu de Geociências; Museu Virtual de Ciência e Tecnologia; Museu Virtual de Arte Computacional; Observatório Astronômico; Observatório Sismológico.

<sup>22</sup> Centro de Planejamento Oscar Niemeyer; Herbário; Museu de Geociências; Museu de Anatomia Humana; Observatório Sismológico; Casa da América Latina (CAL); Xiloteca; Observatório Luiz Cruls; Museu de Anatomia Veterinária; Experimentoteca.

<sup>23</sup> Disponível via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por meio do processo público nº 23106.008984/2019-11.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.museuvirtual.unb.br/>> acesso em: 30 de jul. de 2024.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://enfermagem.unb.br/institucional/centro-de-memoria-submenu>> acesso em: 30 de jul. de 2024.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://museucerrado.com.br>> acesso em: 30 de jul. de 2024.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.mvc.unb.br/>> acesso em: 30 de jul. de 2024.

<sup>28</sup> Formalizada por meio do Ato da Reitoria 757 de 28 de dezembro de 1988.

<sup>29</sup> Ato da Reitoria 757 de 28 de dezembro de 1988.



Cristovam Buarque a CAL "será um museu de arte popular latino-americano. O primeiro acervo será composto com as obras que virão do FLAAC"<sup>30</sup>. O espaço seria denominado de Museu Latino-americano de Arte e Artesanato. Contudo, tal estrutura museal não foi implementada, "ao contrário dos planos originais, a CAL nasceu preocupada com a circulação e a pesquisa das artes e dos saberes latino-americanos, mas sem estrutura para a guarda e a preservação de coleções de qualquer natureza. Nos primeiros anos, o colecionamento era apenas uma das funções da instituição e não necessariamente a mais visível ou evidente"<sup>31</sup>. Ao longo dos anos, a instituição passou a realizar exposições e outros eventos culturais, além de abrigar, atualmente, um relevante acervo com cerca de 3 mil obras de arte.

O Museu de Geociências não apresenta um documento formal de criação no âmbito da universidade. Sua história está relacionada ao curso de Geologia e aos trabalhos de pesquisa e coleta de minerais, bem como à formação de coleções geológicas, a descoberta de um meteorito de 279 kg e a consequente necessidade de exposição desse patrimônio. Atualmente, é um órgão subordinado ao Instituto de Geociências, conforme Regimento Interno do Instituto de Geociências, e tem como missão "divulgar as Geociências para a sociedade, manter e ampliar acervo paleontológico, mineralógico e litológico voltado à pesquisa, organizar exposições, realizar ações pedagógicas e contribuir para a preservação do patrimônio geológico do Brasil"<sup>32</sup>.

O Museu de Anatomia Humana foi constituído inicialmente como uma coleção de ensino no âmbito da Faculdade de Medicina (FM). Na década de 1980, o espaço foi aberto à comunidade, passando a figurar com a nomenclatura de museu. Seu acervo é formado por milhares de peças de anatomia, ossos e fetos. A FM também possui o Núcleo de Memória da Faculdade de Medicina, criado em 2019 com a proposta de preservar e divulgar a história da unidade.

O Museu de Biologia, criado em 2021, congrega as coleções<sup>33</sup> do Instituto de Ciências Biológicas (IB), formada por aproximadamente 600.000 exemplares de plantas, fungos, invertebrados, vertebrados e fósseis. Formalizado por meio do Ato da

---

<sup>30</sup> Correio Braziliense, p. 26, quarta-feira 15 de julho de 1987.

<sup>31</sup> OLIVEIRA; FERREIRA, p. 98, 2013.

<sup>32</sup> Universidade de Brasília, 2015.

<sup>33</sup> Conforme o Regimento Interno do IB são reconhecidas as seguintes coleções: coleções botânicas: herbário (briófitas, fanerógamas e pteridófitas) e xiloteca; coleções fitopatológicas: nematóides, fungos, vírus e bactérias; coleções zoológicas: entomológica, mastozoológica, ornitológica, herpetológica, ictiológica, invertebrados em meio líquido e anatomia comparada.

Direção do Instituto de Ciências Biológicas nº 002/2021, tem a missão de “preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio científico das coleções do IB/UnB e despertar o interesse pelo conhecimento científico visando a conscientização da importância da biodiversidade e sua preservação, em especial do Cerrado”<sup>34</sup>.

Por fim, a unidade mais recente, o Espaço de Memória da UnB foi instalado no antigo espaço do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN), edificação de relevância histórica para a universidade. Para o planejamento do novo espaço, foi estabelecida uma comissão<sup>35</sup> composta por uma equipe multidisciplinar. No final de 2023, foi entregue à reitoria a Proposta de Planejamento Estratégico para o Espaço da Memória da Universidade de Brasília (SG 10). Conforme esse documento, o espaço apresenta missão de: “preservar, pesquisar e divulgar a história e a memória da UnB, tendo como base seu patrimônio cultural, promovendo ações de pesquisa, ensino e extensão integradas à sociedade, que proporcionem a construção de reflexões, de conhecimento, de pensamento crítico e identitário, e atuando como espaço dinâmico, interativo, inclusivo e catalisador das memórias da UnB”. Em relação ao acervo, o espaço apresenta pinturas murais atribuídas a Oscar Niemeyer, peças do mobiliário moderno produzido nos períodos iniciais da UnB, documentação e projetos arquitetônicos da instituição, bem como terá uma ampla atuação voltada para a pesquisa, a promoção e a divulgação dos diversos bens culturais espalhados pelo território universitário.

## AÇÕES INSTITUCIONAIS

Conforme apresentado, nota-se na trajetória das universidades e em sua relação com o patrimônio cultural e os museus, inúmeras ações esporádicas, individuais, coletivas e institucionais. Além da existência de propostas de criação ou formação de museus e coleções, diversas universidades instituem redes, diretorias, coordenações, políticas ou outras formas de fomentar coletivamente a pesquisa, a comunicação e a

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://mbiounb.com/o-museu/gestao/>> acesso em: 30 de jul. de 2024.

<sup>35</sup> Criada pelo Ato do Decanato de Extensão nº 0011/2023, a comissão apresentava a incumbência de elaborar proposta de Planejamento Estratégico para o espaço do edifício SG-10 - CEPLAN, da Universidade de Brasília - UnB, de maneira a transformá-lo no Museu da Memória da UnB como parte da Rede de Museus do Decanato de Extensão (DEX/UnB). Era formada por Alexandre Simões Pilati (DTE/DEX); Augusto Cesar Oliveira Dias (Infra); Caio Frederico e Silva (FAU); Eduardo Oliveira Soares (Ceplan/Infra); Etienne Baldez (FE); Fátima Aparecida dos Santos (IDA); Flavia Motoyama Narita (DDC/DEX); Luci Sayori Murata (DTE/DEX); Neuma Brilhante Rodriguez (ICH); Priscila Almeida Andrade (DDC/DEX); Paulo Alziro Schnor (DTE/DEX); Raniel da Conceição Fernandes (DDC/DEX); Renato Tarciso Barbosa de Sousa (FCI).

preservação de seu patrimônio. Nesse sentido, a presente seção objetiva elencar as ações institucionais desenvolvidas no âmbito da UnB em relação ao patrimônio cultural e aos museus.

Como já mencionado, o Museum de 1962 seria a primeira iniciativa de constituição compartilhada de espaços ou gestão de coleções e museus na UnB. Congregando os três museus (da Civilização Brasileira, de Arte e de Ciência) projetados inicialmente, a estrutura funcionaria como um órgão complementar.

As redes de museus passaram a fazer parte de diversas universidades para fomento, gestão e aprimoramento das instituições museais universitárias. Na UnB, no ano de 2005, a Rede de Museus e Espaços de Ciência foi criada pelo professor Paulo Salles, com o objetivo de integrar os espaços museais da universidade, contribuindo para a divulgação do conhecimento científico. Faziam parte da rede: a Experimentoteca, o Herbário, o Museu de Anatomia Humana, o Laboratório de Pesquisas em Ensino de Química, o Museu de Geociências, o Observatório Sismológico, o Observatório Astronômico, os Laboratórios de Zoologia, a Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção e o Museu Virtual de Ciência e Tecnologia<sup>36</sup>.

No ano de 2020, por meio da Resolução da Câmara de Extensão nº 02/2020, foi constituída, no âmbito do Decanato de Extensão, a “Rede de Instituições Museais, Acervos Museológicos e de Interesse Público”. Tinha como objetivo promover a articulação entre as instituições museais, com ações de assessoria técnica na área de Museologia e valorização dos bens culturais, definição de políticas e estratégias de preservação, divulgação e produção cultural, além de desenvolver inventários, estudos, preservação e comunicação dos acervos. Em 2024, a estrutura foi alterada, passando a denominar-se Rede de Museus e Acervos da UnB - Rede Musa, com o objetivo de “promover a articulação institucional dos espaços museais da UnB, por meio do estabelecimento de políticas de gestão de acervos em seu aspecto amplo, incluindo as políticas de aquisição e descarte de acervos, de preservação e guarda, de pesquisa e documentação e de comunicação, articulando ciência, tecnologia, arte, cultura, ensino, pesquisa e extensão em diferentes áreas do conhecimento e desenvolvimento social”<sup>37</sup>. Além disso, foi lançado o primeiro edital de fomento a projetos de extensão nos museus e espaços de pesquisa e guarda de coleções e adesão à rede.

---

<sup>36</sup> Amália Palomino, 2015, p.32-3.

<sup>37</sup> Artigo 5º da Resolução da Câmara de Extensão que Estabelece o Programa Estratégico do DEX – Rede MUSA.

Outra ação, visando estabelecer procedimentos para a preservação do patrimônio cultural universitário, foi criada por meio de Ato da Reitoria nº 1269/2009. A partir desse documento, foi estabelecida uma área indicada como “Sítio Histórico”, formada por edificações de grande relevância para a história da UnB: os prédios da Faculdade de Educação, a Praça Edson Luís, a quadra de esportes José Maurício Honório Filho, o prédio do OCA II e os SGs (Serviços Gerais).

Também em 2009, foi instituída a Comissão de Preservação do Patrimônio Artístico<sup>38</sup> (CPPA) da UnB com a finalidade de realizar um levantamento de obras de artes espalhadas pelas unidades acadêmicas e administrativas da universidade, além de propor políticas de preservação e gestão dos bens artísticos. Formada por inúmeros profissionais e docentes, a comissão produziu como trabalho um catálogo, “Acervo de Arte da UnB”, com a listagem de cerca de 1000 obras pertencentes ao patrimônio artístico da universidade. Nos anos de 2011 e 2012, a comissão atuou em processos de doações de artistas-professores do Instituto de Artes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do presente trabalho, foi possível apresentar um panorama da trajetória das instituições museais criadas, planejadas e em processo de formação da UnB. Com esse levantamento basilar, indicando informações iniciais sobre a realidade de alguns processos museais, novas explorações e pesquisas sobre a realidade desses espaços poderão ser fomentadas, bem como ações institucionais de promoção da identificação, valorização, institucionalização desses e de outras instituições e coleções.

Nota-se que geralmente os espaço museais são iniciativas individuais ou setoriais, mas que muitos deles não lograram uma continuação, nesse sentido, seria necessária a inclusão dos museus no âmbito do planejamento estratégico da UnB, em uma ampla política institucional, com priorização dos museus e coleções na

---

<sup>38</sup> Criada pela Resolução da Reitoria nº32/2009, era composta pelos seguintes membros: José Carlos Andreoli, professor Reinaldo Guedes Machado, professora Elmira Luiza Melo Soares Simeão, professor Geraldo Orthof Pereira Lima, Anelise Weingartner Ferreira, Eduardo Oliveira Soares e Jeanina Junia Daher. Em 27 de outubro de 2010, a composição da CPPA foi modificada, mediante a Resolução da Reitoria nº 97/2010, adicionando a competência de elaborar uma política de aquisição e preservação de acervos. Era formada por professores e técnicos: Reinaldo Guedes Machado, Elmira Luiza Melo Soares Simeão, Vera M. Pugliese de Castro, Emerson Dionísio Gomes de Oliveira, Renata Azambuja de Oliveira, Maria Goretti Vieira Vulcão, Anelise Weingartner Ferreira, Eduardo Oliveira Soares e Jeanina Junia Daher.

disponibilização de recurso específicos nos orçamentos e apoio em projetos de captação externa; profissionalização da gestão, com a formalização e inserção das instituições no organograma. Tais ações poderão possibilitar uma melhor estruturação, gestão e ampliação dos espaços museais existentes ou em processo de implementação.

Além disso, faz-se necessária a realização de novos mapeamentos das coleções e acervos existentes nos interiores do ecossistema universitário de centros, laboratórios, núcleos de pesquisa, departamentos e faculdades. Diante da riqueza, representatividade, diversidade e relevância do patrimônio cultural universitário, nas suas variadas tipologias (científico, tecnológico, artístico, histórico, arqueológico, geológico, etnográfico, etc.) há de se buscar sua preservação, pesquisa, fruição e comunicação para o benefício e exercício da cidadania no âmbito da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitárias**: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. Decreto Nº 500, de 15 de janeiro de 1962. Institui a Fundação Universidade de Brasília. Estatuto da Fundação Universidade de Brasília. 1962.

CHAGAS, Mario; ALVARES, Lillian; ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. **Museologia em ação**: Homenagem à Lygia Martins Costa. Brasília: UnB, 2010.

DARCY, Ribeiro. **UnB**: invenção e descaminho in: RIBEIRO, Darcy. CARTA: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.

GOMES, A.; CARRIJO, E.. “Lygia Martins Costa: dedicação ao mundo museal por mais de meio século”. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol.1. n.º 1, 2012, p.252-268.

LOURENÇO, Marta Catarino. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: Breve panorama no contexto europeu. In: **Coleções científicas lusobrasileiras**: patrimônio a ser descoberto. GRANATO, Marcos.; LOURENÇO, Marta. Catarino. (Orgs). Rio de Janeiro: MAST, 2010.

MADEIRA, Angélica. Acervos em busca de um museus. In: FERREIRA, Anelise Weingartner *et al.* **Acervo de Arte**: Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2014.

OLIVEIRA, Dionísio; FERREIRA, Anelise. A construção de um acervo: princípios e estratégias de classificação. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n.º 1, janeiro-junho, p. 96 – 112, 2012.

PALOMINO, Amália Chaves. **Museus universitários**: uma análise do Museu de Geociência e Museu de Anatomia Humana da Universidade de Brasília. 2015. 70 f., il. Monografia (Bacharelado em Museologia)—Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015.

RIBEIRO, I.C.F. . Um olhar contemporâneo sobre a importância da gestão como elemento de preservação do patrimônio museológico universitário. **Cadernos do Proarq** (UFRJ) , v. 40, p. 119-136, 2023.

VERAS, Camila Duarte. **Sonhos que suscitam Museus**. Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador**. Brasília: Editora da UnB,1962.

\_\_\_\_\_. Resolução do Conselho Universitário n. 0006/2015. Regimento Interno do Instituto de Geociências - IG da Universidade de Brasília. Brasília. 2015.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### **DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DA USP: da edificação tombada ao patrimônio cultural digital**

#### ***RIGHT TO CULTURAL HERITAGE IN THE USP FACULTY OF LAW LIBRARY: from listed building to digital cultural heritage***

Rosana Sampaio Pinheiro<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Esta pesquisa pretende desenvolver a hipótese de que o patrimônio cultural digital da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo funciona como complemento ao patrimônio cultural edificado, protegido via tombamento, para fins de exercício do direito ao patrimônio cultural por parte da comunidade universitária. A Biblioteca da FDUSP é mais antiga do que a própria Faculdade, com origens no século XVIII. Por sua vez, em 1987, iniciou-se o processo de informatização do acervo e, em 1993, houve o lançamento do DEDALUS - Banco de Dados Bibliográficos na Internet. O presente trabalho, de vertente metodológica jurídico-social e do tipo genérico jurídico-histórico, investiga, em base teórica doutrinária e normativa, em que medida a proteção integrada ao patrimônio cultural – digital e edificado – no que tange à Biblioteca da FDUSP, possibilita, à comunidade universitária, o exercício efetivo do direito ao patrimônio cultural. Para isso, parte-se do marco teórico que propugna pela autonomia didática e científica do Direito do Patrimônio Cultural, a fim de se analisar os aportes tecnológicos atrelados ao acervo digital e ao analógico digitalizado, de que resultaria um dinamismo em harmonia com a tradição. Dessa forma, a Biblioteca, que é também lugar de memória, transcende a materialidade em prol do acesso, fruição e criação do patrimônio cultural universitário, em atendimento ao princípio da solidariedade intergeracional.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito Civil na USP. Mestra em Direito na UFOP. Bacharela em Direito pela PUC Minas e em Letras pela UFMG. Membro do ICOMOS. [rosana.pinheiro@usp.br](mailto:rosana.pinheiro@usp.br)

**Palavras-chave:** Direito do Patrimônio Cultural. Patrimônio Bibliográfico. Patrimônio Digital.

**ABSTRACT**

*This research aims to develop the hypothesis that the digital cultural heritage of the Library of the Faculty of Law of the University of São Paulo serves as a complement to the built cultural heritage, protected through heritage listing, for the purpose of exercising the right to cultural heritage by the university community. The FDUSP Library is older than the Faculty itself, with origins dating back to the 18th century. In 1987, the process of computerizing the collection began, and in 1993, the DEDALUS - Bibliographic Database on the Internet was launched. Therefore, this work, with a socio-legal methodological approach and a generic legal-historical type, investigates, based on doctrinal and normative theoretical foundations, to what extent the integrated protection of cultural heritage—both digital and built—regarding the FDUSP Library, would enable the university community to effectively exercise the right to cultural heritage. For this purpose, it starts from the theoretical framework that advocates for the didactic and scientific autonomy of Cultural Heritage Law, in order to analyze the technological contributions linked to the digital and digitized analog collections, which would result in a dynamism in harmony with tradition. In this way, the Library, which is also a place of memory, transcends materiality in favor of access, enjoyment, and creation of university cultural heritage, in compliance with the principle of intergenerational solidarity.*

**Keywords:** *Cultural Heritage Law. Bibliographic Heritage. Digital Heritage.*



## INTRODUÇÃO

O edifício histórico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), localizado no Largo de São Francisco, é tombado como patrimônio cultural por seu valor cultural, por conta de, no local, ter sido fundada, pela Lei de 11 de agosto de 1827, a Faculdade de Direito de São Paulo. No final do século XIX, houve um incêndio na edificação original, sendo construído, em substituição, um novo edifício no mesmo local na década de 1940 na forma de palácio, como se fosse um “templo do estudo do direito”, mesclando a arquitetura baseada no estilo *art nouveau* com a conservação das “Arcadas” originais. Por conta dessas características, este edifício foi tombado, ao levar em consideração os valores histórico e arquitetônico.

Por sua vez, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo é mais antiga que a própria faculdade. Foi montada a partir do legado da Biblioteca do Bispo de Funchal entregue ao Convento de São Francisco. Dom Manoel da Ressurreição, terceiro Bispo de São Paulo, colocou esse acervo, de quase 2.000 volumes, à disposição do clero e dos estudantes, instituindo, assim, a primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo.

Não obstante, pode-se questionar se os aspectos atrelados à monumentalidade são suficientes para efetivar o exercício do direito ao patrimônio cultural das novas gerações, cada vez mais conectadas e dinâmicas. Este artigo, então, pretende desenvolver a hipótese de que a Biblioteca da Faculdade de Direito funciona como complemento ao patrimônio edificado, protegido via tombamento, para fins de exercício do direito fundamental ao patrimônio cultural. Nesse sentido, o patrimônio da Biblioteca da Faculdade de Direito a ser analisado diz respeito à modalidade conhecida como patrimônio bibliográfico, com ênfase à Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP, que foi inaugurada em 29 de outubro de 2003 com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de um projeto do SIBiUSP e da Comissão Central de Informática. Salienta-se que a Faculdade de Direito possui o maior acervo de obras raras nesse sentido, de modo que a abordagem integrada (e necessária) não descaracteriza o recorte desta pesquisa, qual seja, a Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Por isso, o presente trabalho, de vertente metodológica jurídico-social e do tipo genérico jurídico-histórico, investiga, em base teórica doutrinária e normativa, em que medida a proteção integrada ao patrimônio cultural – edificado e digital – no que tange

à Biblioteca da Faculdade de Direito, possibilitaria, à comunidade universitária, o exercício efetivo do direito ao patrimônio cultural.

Para isso, parte-se do marco teórico que propugna pela autonomia didática e científica do Direito do Patrimônio Cultural<sup>2</sup>, a fim de se analisar os aportes tecnológicos atrelados ao acervo digital e digitalizado, de que resultaria um dinamismo em harmonia com a tradição.

## 1. A BIBLIOTECA ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para melhor adequação e gestão dos bens culturais que formam essa espécie de patrimônio cultural, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre o que se convencionou chamar de patrimônio bibliográfico. De acordo com Santos e Reis (2018), o patrimônio bibliográfico é uma categoria do patrimônio cultural que ainda recebe pouca atenção na sociedade brasileira. Isso se deve ao fato de que os livros começaram a existir em maior quantidade no país apenas a partir do século XIX. Durante esse período, os livros foram utilizados para educar a população, difundir conhecimentos científicos e promover o Brasil no exterior. Já no início do século XX, percebe-se uma movimentação em termos legislativos em torno do tema em comento.<sup>3</sup> A normatização acerca do assunto se intensificou com a conquista histórica do Decreto nº 25/1937, que, recepcionado pela Constituição da República de 1988, regulamenta o instituto do tombamento.<sup>4</sup> Na sequência, houve a criação do Instituto Nacional do Livro<sup>5</sup> e o Conselho Nacional de Cultura.<sup>6</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação,

---

<sup>2</sup> Carlos Magno de Souza Paiva. *Direito do Patrimônio Cultural: Autonomia e Efetividade*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2022.

<sup>3</sup> Brasil *Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907*. Dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil 1 (1907). Brasília, DF: Presidência da República, 1907. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103708/decreto-1825-07>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>4</sup> Brasil. *Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>5</sup> Brasil. *Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937*. Cria o Instituto Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>6</sup> Brasil. *Decreto-Lei n.º 526, de 1 de julho de 1938*. Institue o Conselho Nacional de Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem programas e publicações que abordam a preservação do patrimônio documental e bibliográfico. O Programa Memória do Mundo da UNESCO é um exemplo importante.

Embora relevante, a Portaria do Ministério da Cultura n.º 259, de 2 de setembro de 2004, que criou o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (MoWBrasil), não diferencia patrimônio documental, arquivístico e bibliográfico, conforme se verifica, por exemplo, nas atribuições do Comitê, citadas no art. 3.º:

I - Promover os objetivos do Programa Memória do Mundo da UNESCO, de acordo com suas diretrizes, que visam assegurar a preservação e o acesso ao patrimônio documental e bibliográfico de importância mundial. (...)

VI - Apoiar os órgãos competentes na formulação de políticas nacionais que permitam definir, registrar, salvaguardar e dar acesso ao patrimônio arquivístico e bibliográfico do Brasil.

VII - Propor mecanismos que favoreçam a Cooperação, a difusão e o intercâmbio da informação sobre a conservação do patrimônio documental e bibliográfico do País.

VIII - Promover junto aos órgãos públicos e entidades da Administração Pública do País e de Instituições Privadas, a conscientização para a salvaguarda do Patrimônio documental e bibliográfico do Brasil, considerando parte essencial de nosso patrimônio cultural. (...) <sup>7</sup>

Essa indefinição prevaleceu também na Portaria n.º 61, de 31 de outubro de 2004, que aprovou o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, no qual definiu-se como objetivo do Comitê: “assegurar a preservação de documentos e conjuntos documentais de importância mundial, de natureza arquivística ou bibliográfica, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o acesso a esses documentos e conscientizar sobre a sua importância”<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Brasil. Ministério da Cultura. 2004. *Portaria n.º 259, de 2 de setembro de 2004*. Cria o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Brasília: UNESCO, 2004c. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-259-do-ministerio-da-cultura-de-2-de-setembro-de-2004>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>8</sup> Brasil. Ministério da Cultura. *Portaria n.º 61, de 31 de outubro de 2004*. Aprova o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Brasília: UNESCO, 2004b. Disponível em: <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Portaria%2060%20e%2061.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Por sua vez, de acordo com a UNESCO<sup>9</sup>, essa modalidade de patrimônio é definida: “as comprising items which are: moveable (but see below); made up of signs/codes, sounds and/or images; preservable (the carriers are non-living); reproducible and migratable; the product of a deliberate documenting process.”<sup>10</sup>

Dessa forma, a abrangência dos acervos a serem contemplados, pelo Programa Memória do Mundo no Brasil, segue as categorias propostas pela UNESCO<sup>11</sup>:

Textual items such as manuscripts, books, newspapers, posters, etc. The textual content may be recorded in ink, pencil, paint or other medium. The carrier may be of paper, plastic, papyrus, parchment, palm leaves, bark, textile fabric, stone or other medium. Similarly, non-textual items such as drawings, prints, maps, music. Audiovisual items such as films, discs, tapes and photographs - whether recorded in analogue or digital formats, and by mechanical, electronic or other means - comprise a physical carrier with an information bearing layer where the content resides. Virtual documents such as websites reside on servers: the carrier may be a hard disc or tape, the content is electronic data.<sup>12</sup>

No que se refere ao Brasil, a definição mais precisa foi estabelecida pela Instrução Normativa (IN) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) n.º 1, de 11 de junho de 2007, que sofreu alterações em 2017, dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros. Em um de seus “Considerandos”, há referência à “necessidade de incluir no Inventário Nacional de Bens Culturais de Natureza Material as obras de arte e objetos de antiguidade, manuscritos e livros antigos ou raros não tombados em comercialização.”<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> Ray Edmondson, *Memory of the World: General Guidelines. E-book*. 2 ed. rev. Paris: UNESCO, 2002, p. 8. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001256/125637e.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

<sup>10</sup> como compreendendo itens que são: móveis (mas veja abaixo); compostos por sinais/códigos, sons e/ou imagens; preserváveis (os suportes são inanimados); reproduzíveis e migráveis; o produto de um processo deliberado de documentação.

<sup>11</sup> Itens textuais, como manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ser registrado em tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, casca de árvore, tecido, pedra ou outro material. Da mesma forma, itens não textuais, como desenhos, gravuras, mapas, música. Itens audiovisuais, como filmes, discos, fitas e fotografias - sejam registrados em formatos analógicos ou digitais, por meios mecânicos, eletrônicos ou outros - compreendem um suporte físico com uma camada de informação onde o conteúdo reside. Documentos virtuais, como sites, residem em servidores: o suporte pode ser um disco rígido ou fita, e o conteúdo é composto de dados eletrônicos. (tradução livre do autor).

<sup>12</sup> Ray Edmondson, op. cit., p. 8-9.

<sup>13</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Instrução Normativa n.º 01, de 11 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

A normativa estabelece, no art. 3.º, a obrigatoriedade de registro de pessoas que negociam bens culturais. Tal documento inclui, no inciso X, os livros raros e antigos consagrados na literatura especializada, ou que tenham valor literário, histórico ou cultural permanente. Essa regulamentação do IPHAN se baseia em critérios de raridade, antiguidade, originalidade, produção e circulação de livros e periódicos.

Os incisos IX e X tratam especificamente do patrimônio bibliográfico, de modo que merecem menção na íntegra:

IX – Os livros antigos ou raros, desse modo consagrados na literatura especializada, ou que tenham valor literário, histórico ou cultural permanente: a) a Coleção Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808; b) a Coleção Brasileira: livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida – literárias, técnicas e científicas; edições fora de mercado, produzidas por subscrição; edições de artista; c) Os incunábulos, pós-incunábulos e outras edições impressas e gravadas, célebres ou celebrizadas, de evidenciado interesse para o Brasil, impressas artesanalmente nos séculos XV a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar; d) As publicações periódicas e seriadas, em fascículos avulsos ou coleções: títulos sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados no estrangeiro até 1825; títulos impressos ou gravados no Brasil, de 1808 a 1900, inclusive; folhas volantes – papéis de comunicação imediata, originalmente soltos e esporádicos, impressas ou gravadas no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos manuscritos, configurados como jornalismo epistolar, produzidos ou não sob subscrição no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos célebres ou celebrizados, de evidenciado interesse para o Brasil, impressos ou gravados artesanalmente, nos séculos XVI a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar.

X – Os exemplares de livros ou fascículos de periódicos representativos, respectivamente, da memória bibliográfica e hemerográfica mundial, avulsos ou em volumes organizados ou factícios, que apresentem marcas de colecionismo ativo ou memorial, tais como: ex libris, super libris, ex-donos e carimbos secos ou molhados; marcas de leitura personalizadas; marcas de exemplar de autor, com anotações autógrafas ou firmadas que evidenciam o amadurecimento e a redefinição do texto.<sup>14</sup>

Entre as iniciativas de destaque em defesa dos bens culturais de natureza bibliográfica, menciona-se o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR)<sup>15</sup>, que lançou o Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional de Acervo Raro, em 2012, que lista os acervos de livros raros identificados no país pelo Catálogo do

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Fundação Biblioteca Nacional. *Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR*. Disponível em:

<https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/colecoes-e-servicos-aos-leitores/plano-nacional-de-recuperacao-de-obras-raras-planor#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o,dois%20anos%20ap%C3%B3s%20em%201985>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN)<sup>16</sup>. Assim, “O CPBN tem sido importante instrumento de chancela para submissão dos acervos à projetos de fomento e cooperação para a implantação de políticas de segurança, acesso, preservação, tratamento técnico e automação. Agrega subsídios para comprovação de propriedade patrimonial, no sentido da identificação e preservação do patrimônio bibliográfico institucional como bem cultural da nação brasileira.”<sup>17</sup>

Além disso, é importante mencionar o Encontro Nacional de Acervo Raro, evento bienal realizado pelo PLANOR, que já soma 15 edições. Esses eventos discutem temas essenciais, como diretrizes para orientar os gestores de instituições que mantêm bens culturais móveis de natureza bibliográfica. Todavia, a lacuna sobre as possibilidades de proteção jurídica parece persistir. Frisa-se que o ENAR com o tema “Inventário de Acervo Raro: sua importância para salvaguarda patrimonial” não abrangeu o inventário como instrumento de proteção, mas como ferramenta de conhecimento – metodologia.<sup>18</sup>

Com as tecnologias de informação e comunicação, o patrimônio bibliográfico não se limita mais aos suportes materiais, passando a abranger os documentos em suportes digitais. Nesse direcionamento, importa distinguir os bens digitais dos bens virtuais. Os bens digitais representam, por exemplo, livros que compõem o acervo da Biblioteca no mundo real, mas que foram armazenados e são distribuídos em formato digital. Assim, são um conjunto de informações atualizadas, intangíveis, representados por cadeias armazenadas de bytes, incluindo os metadados, que descrevem ou compõem outros dados, essenciais para assegurar seu acesso no futuro. Por outro lado, os bens virtuais são cadeias de bytes referentes a produtos armazenados e distribuídos em forma apenas digital, criados no contexto do mundo ou comunidade virtual. Exemplo dos jogos multiplayer, que não podem ser materializados ou transferidos para o mundo real, mas que são comumente negociados em troca de dinheiro real.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Fundação Biblioteca Nacional. *Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional*. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> O inventário está estabelecido no *caput* do art. 216 da Constituição da República, ao lado de outros instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, como o registro e o tombamento. Apesar de não haver regulamentação, trata-se de norma de eficácia plena, eis que referente a um direito fundamental (o direito ao patrimônio cultural), de modo que, além de ferramenta de conhecimento, entende-se que o inventário é um instrumento de proteção.

<sup>19</sup> M de Souza Paiva; R. S. Pinheiro; E. Tomasevicius Filho, *op. cit.*

Assim, a conceituação do patrimônio cultural bibliográfico digital passa pelo entendimento de duas vertentes<sup>20</sup>. Uma vertente enfatiza o uso de ferramentas tecnológicas para a pesquisa e o armazenamento de dados aptos a oferecer o acesso universal. Como exemplo, podemos citar a digitalização do catálogo da Biblioteca da FDUSP. Nesse caso, as tecnologias de informação e comunicação são ferramentas importantes na garantia do acesso ao patrimônio cultural. Isso é frequentemente um desafio para as Bibliotecas, curadoras do patrimônio bibliográfico. Enquanto, tradicionalmente, a comunidade universitária se dirigia ao patrimônio edificado para ali terem contato com os bens que compõem o patrimônio cultural bibliográfico, o acesso à Internet permite, por exemplo, a consulta e pesquisa remota a informações sobre o acervo.

Convém salientar que não se recomenda renunciar ao contato com a edificação e seus valores culturais inerentes, os quais suprem a falta da sensação de realidade aumentada, típica do ambiente digital. Por outro lado, diante da impossibilidade de acesso a determinado acervo físico, o patrimônio bibliográfico digital proporcionaria o acesso e a fruição a tal patrimônio de forma inclusiva e ampliada. Isso porque, para muitos, essa pode ser a única oportunidade de contato com determinados acervos, como o caso da Biblioteca de Obras Raras, em que pese o acesso à edificação tombada seja livre.

Já a segunda vertente corresponde a todos os produtos que já nascem eletronicamente no ciberespaço, isto é, os chamados “nascidos digitais”, “[g]uardando relação com o grande desenvolvimento das redes sociais, permitindo a incorporação de agentes individuais e coletivos não relacionados a instituições governamentais encarregadas de patrimonialização.”<sup>21</sup> Um exemplo é o periódico eletrônico, que “aponta para a solução de algumas das grandes preocupações da biblioteca: a redução de gastos e economia de espaço. A tendência atual de o custo do periódico eletrônico ser menor que a publicação impressa gera uma expectativa positiva, assim como a

---

<sup>20</sup> C. M de Souza Paiva; R. S. Pinheiro; E. Tomasevicius Filho. DIREITO, CULTURA E TECNOLOGIA: a proteção do patrimônio cultural digital em prol do agir democrático no meio virtual. In: Encontro Internacional de Direitos Culturais, 6, 2022, Brasil. *Anais [...]*. Brasil: EIDC e GEPDC, 2022. Disponível em: <https://direitosculturais.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Anais-do-XI-EIDC.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

<sup>21</sup> Julio Cesar de Lima Ramires. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. *PatryTer - Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 26-36, abr. 2019, p. 32. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109>. Acesso em: 20 jun. 2024.

possibilidade do compartilhamento da informação entre instituições por meio de consórcios.”<sup>22</sup>

## 2. O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA FDUSP

O edifício da Faculdade de Direito foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, por meio da Resolução SC 185, em 2002<sup>23</sup>, que, em seu artigo 1.º estabeleceu:

Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico o conjunto arquitetônico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, incluindo a Tribuna Livre na calçada fronteira, situados no Largo de São Francisco, nesta Capital. Trata-se de marco histórico de extrema importância para a história cultural do País, bem como exemplar arquitetônico vinculado aos códigos formais do neocolonial, corrente que na década de 1930 expressou a busca e legitimação de uma arquitetura nacional, utilizando-se do repertório do barroco brasileiro, reelaborado pelo arquiteto Ricardo Severo.<sup>24</sup>

Conforme explica Heloisa Barbuy, que preparou amplo trabalho de pesquisa nessa área, o patrimônio cultural da Faculdade de Direito, é considerado objeto de trabalho de um Museu. Mais precisamente, o Museu da Faculdade de Direito, que se construiu por meio da identificação dos bens culturais que podem e devem ser tratados como patrimônio cultural. Uma vez feita esta identificação e os registros documentais que lhes correspondem (inventários, fichas catalográficas e organização de um dossiê para cada obra ou peça), passam-se às pesquisas mais avançadas, sendo que alguns bens ou coleções já foram, até o momento, mais bem examinados que outros.

Esse trabalho vem acontecendo em colaboração e apoio às políticas institucionais que lhe dizem respeito, e envolve todo o acervo, desde o patrimônio edificado até os bens móveis que o compõem. Um documento elaborado pela docente relata que, diferentemente do que ocorre nos museus em geral, nos quais existe um

---

<sup>22</sup> Angelo Antonio Alves Correa da Cruz *et al.* Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003, p. 49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/YvJWvv3mZqSCXp5DdGFbnyK/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>23</sup> São Paulo (Estado). Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Resolução SC 185/02, de 12/12/2002*. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre do Largo de São Francisco. São Paulo: CONDEPHAAT, 2002. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3f698\\_RES.%20SC%20N%20185%20-%20Faculdade%20de%20Direito%20USP.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3f698_RES.%20SC%20N%20185%20-%20Faculdade%20de%20Direito%20USP.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>24</sup> *Idem.*



objetivo prévio de formar um acervo ou incorporar acervos já reunidos, como coleções, o patrimônio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi sendo formado espontaneamente, ao longo do tempo, marcando momentos históricos específicos, de acordo com os diferentes contextos vividos por cada geração.

Conforme sítio eletrônico da Faculdade,

[...] a pesquisa e documentação dos acervos/patrimônio histórico é o nosso principal campo de atuação e envolve estudantes bolsistas e voluntários. Visa à produção de conhecimento sobre a História da Faculdade de Direito a partir de seu patrimônio histórico e colaborar para a gestão desse patrimônio. É o eixo para a elaboração de documentos como este, ora apresentado, assim como para as demais atividades do Museu e a reorganização do Arquivo Histórico atualmente em curso.<sup>25</sup>

Ademais, Heloisa Barbuy chama atenção para o mobiliário da Biblioteca: os móveis da Sala de Leitura, da Sala do Fichário, assim como as estantes de aço do Depósito e outros itens, que também possuem valor cultural.<sup>26</sup> No mesmo sentido, Maria Lucia Beffa, bibliotecária-chefe da Faculdade de Direito da USP, destaca: “Há livros de todas as áreas, inclusive raros, e isso reflete a importância do acervo”.<sup>27</sup>

### **3. A BIBLIOTECA DIGITAL DE OBRAS RARAS, ESPECIAIS E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA USP**

Em que pese a Biblioteca da Faculdade de Direito ser uma das maiores da Universidade de São Paulo, por conta do seu vasto acervo composto por obras antigas e contemporâneas em diversos idiomas, esta caracteriza-se pela sua coleção de obras raras e especiais, formada a partir da seleção de obras existentes no acervo e separadas em uma biblioteca especial. Seu acervo é formado pelos livros originários que a constituíram no século XVIII, contando com aproximadamente 6.500 itens, que vão do século XVI ao século XVIII, além das obras do século XIX.

A Biblioteca de Obras Raras da FDUSP aproxima a comunidade universitária das fontes primárias de pesquisa. Dentre edições antigas e valiosas do acervo, estão o Corpus Iuris Civilis, o Código Visigótico/Fuero Juzgo, e obras de autores como Bártolo

---

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Universidade de São Paulo: Faculdade de Direito. *Patrimônio material e imaterial e a Constituição de 1988*. São Paulo: USP, [2024b]. Disponível em: <https://direito.usp.br/patrimonio-historico/3ac9d49a4548-patrimonio-material-e-imaterial-e-a-constituicao-de-1988>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>27</sup> Maria Lúcia Beffa. *Primeira biblioteca pública de São Paulo conserva história e raridades*. Jornal da USP. 09/08/2019. <https://jornal.usp.br/cultura/primeira-biblioteca-publica-de-sp-conserva-historia-e-raridades/>. Disponível em: 20 jun. 2024.

de Sassoferrato, Cujácio, Domat, Pothier, entre outros. A edição de 1521 da “Divina Comédia”, de Dante Alighieri, e uma edição das “Ordenações Manuelinas”, de 1533, que compila os três sistemas de preceitos jurídicos que reuniram a legislação portuguesa da época são raridades do acervo. Outros exemplos incluem a coleção completa, em excelente estado de conservação, da Enciclopédia Francesa de Diderot e d’Alembert, a primeira publicada na Europa.

Durante a visita mediada pelos professores de História do Direito no Mundo Ocidental, Ignacio Poveda e Eduardo Tomasevicius Filho, ao lado de servidores da Biblioteca da Faculdade de Direito, entre os quais Margareth Batista e Sergio Novaes, percebe-se o desafio da manutenção dessas obras, que incluem, desde os custos para o restauro, que envolvem todo um trabalho manual e altamente minucioso, com materiais e técnicas específicas, bem como para a conservação, em que as condições de acondicionamento precisam ser rigorosamente observadas. Além disso, o acesso à pesquisa, pela comunidade universitária, às obras desse acervo, é tarefa complexa, vez que, tamanha a fragilidade e delicadeza, que o risco de destruição parcial da obra existe no simples ato de virar uma página<sup>28</sup>.

Diante disso, emerge a importância de que, para salvaguardar este acervo, e mais, para propiciar o acesso e a fruição dele à comunidade acadêmica, o patrimônio bibliográfico ganhe a dimensão protetiva do “digital”. No entanto, tampouco se pode banalizar ou vulgarizar o que seja bens digitais, na medida em que a famigerada “digitalização” corresponde a uma técnica complexa, que deve ser dotada de parâmetros mínimos, para que não haja perda durante o processo<sup>29</sup>. Sobre o assunto, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) emitiu a Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre a adoção de Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> As sessões de comunicação durante o III Seminário Patrimônio Cultural Universitário, feitas por profissionais da área de Conservação e Restauro, evidenciaram com maior tecnicidade, as observações feitas por esta pesquisadora.

<sup>29</sup> Também durante as sessões de comunicação, ficou evidente que a digitalização deve envolver uma série de requisitos para que se mantenha a fidelidade do bem cultural.

<sup>30</sup> Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre a adoção de Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proad/documentos/2018/38de0a593ed36b780ed061b6304075f8.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

#### 4. O PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO ACERVO: DOS FICHÁRIOS AO DEDALUS

O sistema de catalogação do acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito é antigo. Iniciou-se com o esforço de Sergio Milliet da Costa e Silva, ex-diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, e de Antônio Constantino, escritor e jornalista. A partir de 1982, a Biblioteca passou a integrar o Sistema de Bibliotecas da USP (SIBi), cujo trabalho cooperativo visa atender às necessidades de informação da comunidade universitária. Em maio de 1986, a Biblioteca da Faculdade foi novamente reestruturada, tornando-se o Serviço de Biblioteca e Documentação, atual SBD.

Iniciou-se também o processo de digitalização do catálogo, resultando, em 1993, na disponibilização do acesso ao DEDALUS – Banco de Dados Bibliográficos da USP pela Internet; em 1998, na instalação da rede local de microcomputadores no SBD; e, em 1999, na criação da homepage do SBD e disponibilização da base de artigos de periódicos – IusData na Internet.

Frisa-se que a Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD-USP) é a unidade da Universidade de São Paulo responsável por alinhar a gestão da informação, da produção intelectual e das bibliotecas aos objetivos estratégicos da instituição. A ABCD-USP continua as atividades previamente realizadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBiUSP) e amplia seu escopo ao incorporar novas iniciativas. As responsabilidades da ABCD-USP incluem:

1. Contribuir para a excelência no ensino, pesquisa e extensão, proporcionando acesso a serviços e coleções de alta qualidade.
2. Promover atividades alinhadas à Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o movimento de acesso aberto, colaborando na construção de coleções e repositórios para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.
3. Implementar a política de desenvolvimento de coleções de maneira racionalizada e integrada.
4. Apoiar diferentes órgãos da Universidade através da geração, análise e curadoria de dados e informações acadêmicas.
5. Capacitar as equipes para atender às novas demandas da comunidade acadêmica e da sociedade.
6. Promover condições para que as bibliotecas se consolidem como espaços de convívio científico e social, inclusivos e diversos.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da Universidade de São Paulo. Quem somos. São Paulo: ABCD, [2024]. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

As Bibliotecas da Agência oferecem serviços essenciais para a formação e atualização de estudantes, docentes, servidores e o público externo à USP. Com ambientes propícios ao estudo, aprendizado e pesquisa, as Bibliotecas mantêm acervos impressos de alta qualidade e facilitam o acesso a conteúdos digitais. Elas orientam alunos de graduação, pós-graduação, pós-doutorandos, docentes, funcionários e o grande público.

O acervo pode ser consultado diretamente nas Bibliotecas ou online, por meio do Portal de Busca Integrada e no Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS, que oferece acesso público aos registros bibliográficos de livros, periódicos, teses, dissertações, trabalhos de eventos, catálogos, filmes, iconografias, jornais, folhetos e outros materiais, conduzindo ao texto completo sempre que possível.

A Agência coordena a gestão da produção intelectual (científica, acadêmica, técnica e artística) da Universidade através das Bibliotecas, cujas equipes, compostas por bibliotecários, técnicos e auxiliares, realizam a coleta, registro e depósito dessa produção, em contato direto com os autores. Os registros e publicações estão disponíveis no Repositório da Produção USP.

Dentro deste escopo, a Coordenadoria da Agência é responsável pela formação, preservação e conservação dos acervos impressos e eletrônicos; capacitação das equipes bibliotecárias e dos usuários; apoio à editoração de revistas científicas da USP; manutenção de serviços de localização e acesso à informação em qualquer suporte; manutenção das bibliotecas digitais e outros programas automatizados, além de projetos especiais demandados pela comunidade.

## **5. O NOVO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA: TOMBAMENTO POR ACESSÃO?**

Não bastassem os desafios trazidos pela digitalização dos bens, a Biblioteca da Faculdade de Direito enfrenta um desafio adicional provocado pela falta de espaço físico. Em 2010, realocou uma grande parte de seu acervo para outro edifício, devido à necessidade de criação de novas salas de aula. No entanto, o novo local, situado na Rua Senador Feijó, não foi sequer adaptado para funcionar como biblioteca, apresentando problemas de conservação das obras e dificuldades de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Poder-se-ia questionar se a expansão da Biblioteca da Faculdade de Direito em um novo edifício constituiria tombamento por acessão. “Permitindo a ampliação de

áreas para estudos dos alunos da Faculdade de Direito, maior otimização de espaços e preservação de um acervo com centenas de milhares de livros, o projeto vai ser acompanhado por órgãos de preservação do patrimônio público histórico. O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) já está ciente da obra, além do próprio MP, que viabilizou o acordo para essa doação.”<sup>32</sup> O repasse de recursos feito pelo Ministério Público do Estado de São Paulo atende a uma demanda que o próprio órgão havia apresentado à USP por meio de dois inquéritos civis: melhorar as condições de preservação e acesso ao acervo histórico.

Nesse rumo, a acessão é todo acréscimo inesperado que se efetiva a um bem imóvel, de forma natural ou artificial, suscetível de ampliá-lo em suas perspectivas, fronteiras e dimensões, promovendo alterações em seu volume, valor, tamanho, etc. Conforme o art. 1.248 do Código Civil Brasileiro, “A acessão pode dar-se: (...) V – (...) por construções.”<sup>33</sup>

Destarte, parece coerente afirmar que se trata de tombamento por acessão, tendo em vista que: “O Edifício Cláudio Lembo, que abrigará a nova biblioteca, fica na Rua Riachuelo e terá ligação direta com a Faculdade de Direito. O projeto prevê seis salas de estudo, nove salas de leitura, auditório e área de café multiuso. No total, são 15 andares, cinco deles reservados para o acervo de acesso ao público e três para o acervo de uso restrito.”<sup>34</sup> Destaca-se a parceria feita com o Google para digitalizar o acervo público, com o fito de ampliar seu acesso e proporcionar sua fruição, de modo que o patrimônio edificado parece superar cada vez mais o engessamento da monumentalidade rumo a uma integração com o patrimônio bibliográfico – e digital – para que a comunidade universitária venha a exercer o direito ao patrimônio cultural de forma efetiva.

---

<sup>32</sup> Autoria desconhecida. *Faculdade de Direito da USP terá projeto ousado para nova biblioteca*. Jornal da USP. 11/02/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/faculdade-de-direito-da-usp-tera-projeto-ousado-para-nova-biblioteca/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

<sup>33</sup> Brasil. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com). Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>34</sup> Hérica Dias. *Reparação de caixa dois ajudará em reforma de biblioteca histórica da USP*. 09/08/2019. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/reparacao-de-caixa-dois-ajudara-em-reforma-de-biblioteca-historica-da-usp/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta de Ouro Preto para Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural<sup>35</sup>, aprovada no âmbito do Seminário Nacional de Patrimônio Cultural, em Ouro Preto/MG, no ano de 2023, e que estabelece diretrizes a fim de orientar o legislador em caso de inovações na matéria, aduz, logo em sua Diretriz 1, a necessidade de abertura às mais variadas tipologias patrimoniais possíveis, mencionando, inclusive, o patrimônio bibliográfico.

Nesse sentido, as leis e políticas culturais relacionadas ao “patrimônio bibliográfico” no Brasil têm se limitado à publicação de livros para distribuição gratuita em instituições públicas, à reedição de obras raras e valiosas em datas comemorativas, ao controle da circulação de exemplares da Coleção Brasileira, publicados até o final do século XIX, devido ao seu inegável valor cultural, e ao registro da produção intelectual das obras publicadas no Brasil no século XX.

No que se refere à proteção jurídica, parece coerente se abordar os bens do patrimônio bibliográfico a partir do inventário, para além da função de conhecimento do acervo, mas com o fito de proteção ao patrimônio cultural, com os devidos parâmetros previamente estabelecidos. Assim, diante da lacuna existente na legislação brasileira de patrimônio cultural acerca da modalidade referente ao patrimônio bibliográfico, uma forma de proteção do acervo pode se atrelar ao uso de novas tecnologias, para que este possa ser acessado e usufruído pela atual e futuras gerações. Por isso, é relevante a discussão acerca do patrimônio digital e, afinal, restou evidente que a Biblioteca da Faculdade de Direito da USP está atenta a tais aspectos, apesar dos inúmeros desafios.

Convém apontar que esta pesquisa possui potencial para aprofundamento em alguns aspectos, como no caso do tombamento por acessão, que merece atenção, bem como na própria temática referente ao patrimônio cultural digital, a fim de se entender quais as tecnologias vêm sendo mobilizadas e de que forma a comunidade reage a tais ferramentas.

Isso porque o patrimônio cultural chamado “digital” não parece se referir a uma nova modalidade, mas a uma forma de proteção a acervos que, como visto, apresentam desafios para sua manutenção, conservação, restauro e guarda. Trata-se, pois, de um

---

<sup>35</sup> Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural et al. *Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 04 e 05 de abril de 2023, Ouro Preto: NEPAC/UFOP, 2023. Disponível em: [www.patrimonioculturalbrasil.org/carta](http://www.patrimonioculturalbrasil.org/carta). Acesso em: 10 jun. 2024.

tema complexo, o que ficou evidente durante as sessões de comunicação no III Seminário Patrimônio Cultural Universitário, que exige o conhecimento de restauradores, conservadores, museólogos, arquitetos e, em *ultima ratio*, de juristas.

Por ora, afirma-se que as novas tecnologias são usadas com diferentes funções, podendo ser instrumentos de transformação social, como no caso da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, que também é um lugar de memória, e transcende a materialidade do patrimônio edificado, em prol do acesso, fruição e criação do patrimônio cultural universitário, em atendimento ao princípio da solidariedade intergeracional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Quem somos. São Paulo: ABCD, [2024]. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BEFFA, Maria Lúcia. Primeira biblioteca pública de São Paulo conserva história e raridades. **Jornal da USP**. 09/08/2019. <https://jornal.usp.br/cultura/primeira-biblioteca-publica-de-sp-conserva-historia-e-raridades/>. Disponível em: 20 jun. 2024.

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DA USP. Base de Dados. **Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, [2024]. Disponível em: <https://biblifd.direito.usp.br/#basesDados>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 520, de 13 de maio de 1992**. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decre-to/1990-1994/D0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decre-to/1990-1994/D0520.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907**. Dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil 1 (1907). Brasília, DF: Presidência da República, 1907. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103708/decreto-1825-07>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 65.347, de 13 de outubro de 1969**. Regulamenta a Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: [http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/bra-zil\\_decreto\\_65347\\_13\\_10\\_1969\\_por\\_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/bra-zil_decreto_65347_13_10_1969_por_orof.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Coleção de Leis do Brasil 3 (1937). Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Coleção de Leis do Brasil 3 (1937). Brasília, DF: Presidência da República, 1937. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.



BRASIL. **Decreto-Lei n.º 526, de 1 de julho de 1938**. Institue o Conselho Nacional de Cultura. Coleção de Leis do Brasil 3 (1938). Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 107, de 8 de setembro de 2001**. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://dre.pt/pdfs/2001/09/209A00/58085829.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965**. Proíbe a saída, para o exterior, de obras de artes e ofícios, produzidos no país até o fim do período monárquico. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/////LEIS/L4845.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////LEIS/L4845.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968**. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Brasília, DF: Presidência da República, 1968a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5471.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5471.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7347-24-julho-1985-356939-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9605-12-fevereiro-1998-365397-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com). Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm). Acesso

em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n.º 61, de 31 de outubro de 2004**. Aprova o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Brasília: UNESCO, 2004b. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Portaria%2060%20e%2061.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n.º 259, de 2 de setembro de 2004**. Cria o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Brasília: UNESCO, 2004c. Disponível em: <http://www.porta-https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-259-do-ministerio-da-cultura-de-2-de-setembro-de-2004>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010**, que dispõe sobre a adoção de Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proad/documentos/2018/38de0a593ed36b780e0d061b6304075f8.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. (Caderno Técnico nº 52). Disponível em: <http://siarq49.siarq.unicamp.br/cpba>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CRUZ *et al.* Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/YvJWvv3mZqSCXp5DdGFbnyK/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIAS, Hérika. Reparação de caixa dois ajudará em reforma de biblioteca histórica da USP. 09/08/2019. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/reparacao-de-caixa-dois-ajudara-em-reforma-de-biblioteca-historica-da-usp/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

EDMONDSON, Ray. **Memory of the World: General Guidelines**. *E-book*. 2 ed. rev. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001256/125637e.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FACULDADE de Direito da USP terá projeto ousado para nova biblioteca. **Jornal da USP**. 11/02/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/faculdade-de-direito-da-usp-tera-projeto-ousado-para-nova-biblioteca/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional**. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/>. Acesso em: 20 ago. 2024.  
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR**. Disponível em:

<https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/colecoes-e-servicos-aos-leitores/plano-nacional-de-recuperacao-de-obras-raras-planor#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Recupe ra%C3%A7%C3%A3o,dois%20anos%20ap%C3%B3s%2C%20em%201985>. Acesso em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(Brasil). **Carta ao cidadão**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadaoweb.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil).

**Instrução Normativa n.º 01, de 11 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(Brasil). **Lista dos bens culturais inscritos nos Livros de Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixa-FcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(Brasil). **Lista dos bens tombados e Processos em andamento (1938-2015)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2015. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ck-finder/arquivos/Lista\\_Bens\\_Tombados\\_pelo\\_Iphan\\_%202015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ck-finder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL *et al.* Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 04 e 05 de abril de 2023, Ouro Preto: NEPAC/UFOP, 2023. Disponível em:

[www.patrimonioculturalbrasil.org/carta](http://www.patrimonioculturalbrasil.org/carta). Acesso em: 10 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Directives pour la sauvegarde du patrimoine numérique. Biblioteca Nacional da Austrália. 2003. Disponível em:

[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130071\\_fre](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130071_fre). Acesso em: 16 ago. 2024.

PAIVA, C. M de Souza; PINHEIRO R. S.; TOMASEVICIUS FILHO, E. DIREITO, CULTURA E TECNOLOGIA: a proteção do patrimônio cultural digital em prol do agir democrático no meio virtual. *In*: Encontro Internacional de Direitos Culturais, 6, 2022, Brasil. **Anais [...]**. Brasil: EIDC e GEPDC, 2022. Disponível em:

<https://direitosculturais.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Anais-do-XI-EIDC.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PAIVA, Carlos Magno de Souza Paiva. **Direito do Patrimônio Cultural: Autonomia e Efetividade**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2022.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. **PatryTer - Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 26-36, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SANTOS, R. F. dos; REIS, A. S. dos. (2018). O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, bibliotecología e información**, México, v. 32, n. 75, p. 223–259, abril/junio, 2018. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57970>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Resolução SC 185/02, de 12/12/2002**. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre do Largo de São Francisco. São Paulo: CONDEPHAAT, 2002. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3f698\\_RES.%20SC%20N%20185%20-%20Faculdade%20de%20Direito%20USP.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3f698_RES.%20SC%20N%20185%20-%20Faculdade%20de%20Direito%20USP.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS. Sobre. São Paulo: SIBiUSP, [2024]. Disponível em: [https://obrasraras.usp.br/sobre/?doing\\_wp\\_cron=1720488647.4734890460968017578125](https://obrasraras.usp.br/sobre/?doing_wp_cron=1720488647.4734890460968017578125). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS. Cento e vinte anos da história do Direito na USP. São Paulo: USP, [2024]. Disponível em: [https://obrasraras.usp.br/colecoes/120-anos-da-historia-do-direito-na-usp/?doing\\_wp\\_cron=1720488743.1866290569305419921875](https://obrasraras.usp.br/colecoes/120-anos-da-historia-do-direito-na-usp/?doing_wp_cron=1720488743.1866290569305419921875). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: FACULDADE DE DIREITO. Mapa da faculdade. São Paulo: USP, [2024a]. Disponível em: <https://direito.usp.br/mapa-da-faculdade>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: FACULDADE DE DIREITO. Patrimônio material e imaterial e a Constituição de 1988. São Paulo: USP, [2024b]. Disponível em: <https://direito.usp.br/patrimonio-historico/3ac9d49a4548-patrimonio-material-e-imaterial-e-a-constituicao-de-1988>. Acesso em: 20 jun. 2024.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Associado Dr. Eduardo Tomasevicius Filho, que me levou para conhecer “os bastidores” da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, à Maria Lúcia Beffa, pelo acolhimento, disponibilidade e partilha, ao Sérgio Novais, pela palestra que nos apresentou as múltiplas possibilidades do banco de dados digital e a

toda equipe da Biblioteca, com especial agradecimento aos profissionais que cuidam e mantêm o delicado e rico acervo de Obras Raras. Agradeço também ao Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) – Casa de Dona Yaya.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### **O Acervo do Centro de Memória da Amazônia da UFPA: Os Processos Crimes e as questões ambientais nos séculos XIX e XX**

*The Collection of the UFPA Amazon Memory Center: Crime Processes  
and environmental issues in the 19th and 20th centuries*

João Marcelo Barbosa Dergan<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará-CMA/UFPA guarda um acervo documental oriundo do tribunal de Justiça do Pará, desde 2007. Entre os documentos destacamos os processos crimes dos séculos XIX até meados do XX. Nessas fontes inéditas, pudemos etnografar e ler com profundidade histórica, os contextos ambientais em espaços rurais e urbanos do estado do Pará. Ao cruzar fontes e referenciais da história ambiental e social da Amazônia, como Mourão (2024), Pádua (2016), entre outros, verificamos usos e exploração de recursos naturais e florestais e inferimos questões passado-presente das regulações destes recursos na Amazônia, que são caros a intenção da floresta em pé na sustentabilidade contemporânea. Além de frisarmos também a importância para gestão e pesquisa deste Acervo e de documentos inéditos que estão sob a guarda da UFPA. A gestão documental avança desde a fundação do CMA/UFPA, no sentido de catalogar, digitalizar e disponibilizar a sociedade documentos e fontes de interesse de sua própria História. Gestão e pesquisa na Amazônia trazem a luz novas questões sociais e ambientais que marcam a História. São dessas marcas que narramos aqui.

Palavras-chave: Acervo, Ambiente, Gestão.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Amazônia pelo PPHIST UFPA, Coordenador de Acervo do Centro de Memória da Amazônia da UFPA. E-mail: mdergan@ufpa.br.

## **ABSTRACT**

*The Amazon Memory Center of the Federal University of Pará-CMA/UFPA keeps a collection of documents from the Pará Court of Justice, since 2007. Among the documents we highlight criminal cases from the 19th to the mid-20th centuries. In these unprecedented sources, we were able to ethnograph and read in historical depth the environmental contexts in rural and urban spaces in the state of Pará. By crossing sources and references from the environmental and social history of the Amazon, such as Mourão (2024), Pádua (2016), among others, we verify the uses and exploitation of natural and forest resources and infer past-present issues of the regulations of these resources in the Amazon, which are important to the intention of the standing forest in contemporary sustainability. In addition, we also emphasize the importance of managing and researching this Collection and unpublished documents that are under the custody of UFPA. Document management has advanced since the founding of CMA/UFPA, in order to catalogue, digitize and make documents and sources of interest from its own History available to society. Management and research in the Amazon bring to light new social and environmental issues that mark history. These are the brands we talk about here.*

**Keywords:** *Collection, Environment, Management.*

## O INÍCIO DO CMA

Criado como uma instituição patrimonial em 2007, através de um Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJPA e a Universidade Federal do Pará-UFPA, o Centro de Memória da Amazônia-CMA, guarda, desde sua inauguração, um acervo cível e criminal que pertencia ao Arquivo do TJPA. Então, este acervo é composto por documentos textuais do Tribunal de Justiça do Pará, do século XVIII até 1970. São aproximadamente 2km lineares ou 35 toneladas de papel, de documentos de origem Cível e Criminal (ver imagem 1 em anexo, da chegada dos documentos ao CMA).

O CMA foi oficialmente instituído através da Resolução nº 622 (CONSUN), como um Órgão Suplementar da Reitoria da UFPA, que articula arquivo e centro cultural patrimonial, com a concepção de ensino e pesquisa, que busca transformar os esforços acadêmicos de criação e recriação do passado da Amazônia em matéria-prima para experiências educacionais.

O Centro Memória do Amazônia começou a funcionar no espaço da antiga Gráfica da UFPA, fundada em 1963 em uma construção da primeira metade do século XX (Ver imagem 2 em anexo-CMA antes da Reforma). Na fase estruturante, o espaço foi adaptado para atividades de catalogação, digitalização e disponibilização do acervo a comunidade e sociedade (Ver imagem 3 em anexo-CMA após Reforma do Espaço Físico).

As atividades de higienização, catalogação e digitalização do Acervo são fundantes e estruturantes do CMA e fazem parte do plano de trabalho desde a sua fundação a equipe atual. O Processo inicial de catalogação, em 2007, foi realizado de maneira nominal e descritiva, com objetivo inicial de acelerar e expandir o acesso à documentação, evitando a deterioração devido ao manuseio no processo de pesquisa.

Os desafios foram de conservar o acervo e possibilitar um tratamento adequado a esse arquivo permanente. Segundo Belloto<sup>2</sup> os arquivos permanentes necessitam de tratamentos adequados pois as documentações históricas podem e devem ser transmitidas e todo o potencial de suas informações. Tratamento adequado requer preservação e catalogação.

O CMA, desde o ano de 2018, vem enfrentando desafios de diversificar o acervo com responsabilidade social, adquirindo outros documentos cobertos por significados na

---

<sup>2</sup> BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes. Tratamento documental*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



relação entre o passado e o presente da Amazônia, por meio de acordos com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e pessoas que possuem arquivos pessoais.

A divulgação do acervo, portanto, aumentou nos últimos 06 anos, período em que a Instituição ganhou o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN.

O CMA, enfrenta desafios de diversificar o acervo com responsabilidade social, adquirindo outros documentos cobertos por significados na relação entre o passado e o presente da Amazônia, por meio de acordos com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e famílias que possuem arquivos pessoais. Além disso, conta também, com documentações institucionais que ainda serão tratadas.

A divulgação do acervo do CMA aumentou também nos últimos 06 anos, e uma nova configuração digital foi criada, também em função a pandemia do COVID 19 em 2020. Em 2018 o CMA ingressou no Banco Mundial de Coleções e Museus Universitários, programa do Comitê Internacional de Museus e Coleções Universitárias-UMAC. Em 2020, tornou-se parte do Guia do Censo de Arquivos da Espanha e Ibero-América, do Centro de Informações Documentais de Arquivos (CIDA) do Ministério da Cultura e Esporte da Espanha.

Após o primeiro momento de 2007 de catalogação descritivo nominal dos documentos, principalmente os Cíveis, novos catálogos foram criados com tipos de documentos específicos e novas descrições, como os catálogos de casamentos e inventários, pois estes foram os primeiros documentos tratados no CMA, para por em ação sua missão de preservar a memória social, favorecer pesquisas, além de aproximar esse conhecimento do ensino escolar e superior.

Segundo Abrahão<sup>3</sup> a guarda e preservação documental são importantes, mas deve-se considerar que preservar é mais do que guardar, é tornar acessível à comunidade acadêmica e à sociedade informações que tragam conhecimento e novos saberes, de tal forma que a comunidade possa usufruir desses benefícios gerando novas pesquisas.

A catalogação inicial do CMA, em 2007, seguiu com os dados gerais, considerados fundamentais, com as informações do acervo das áreas cíveis e criminais (Ver figura 4 em anexo-catalogação inicial do acervo do CMA). A partir delas

---

<sup>3</sup> ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Memória Científica: a importância da preservação documental*. In: Encontro Regional de História, 2010, Franca. Anais...Franca: UNESP, 2010. Disponível em:<<http://www.cocen.unicamp.br/root.php?pag=simtecDetalhes.php&id.=17>>. Acesso em: 7 de agosto de 2024.

encontramos os nomes das varas e cartórios, subséries, datação dos documentos de cada subsérie, quantidade de caixas e número de processos contidos nelas.

Na identificação dos cartórios o CMA passou a usar o modelo de série e subsérie para informar o tipo de documentos existentes em cada caixa, além de outras identificações. No entanto, o que as varas, em geral, não disponibilizam é a identificação por nomes e os dados dos envolvidos, mas é justamente isso que o CMA vem fazendo, por meio dos catálogos nominais e descritivos, desde o mês de dezembro de 2017, pois o registro desses dados, como já foi dito anteriormente, facilita o acesso (Ver figura 5 em anexo- Catalogação descritivo-nominal realizada pelo CMA).

## ACERVOS QUE COMPÕEM O ACERVO

Novos acervos vêm sendo adquirido nos últimos 5 anos, que consideramos como “Acervos Pessoais”. Vem ampliando as potencialidades e variedade de acervo documental do CMA para além da expressiva documentação judiciária.

Além do acervo oriundo do convênio TJPA e UFPA, o CMA possui acervos particulares: Como da Marga Roth, Paulo Fontelles, prof. Napoleão Figueiredo, Prof. Aluizio Leal, entre outros.

O CMA também realizou convênios e parcerias, como com o Fórum Landi, em que o CMA abriga hoje a Biblioteca “Moronguetá” (Ver figuras 06 e 07 em anexo- Biblioteca Moronguetá), coordenado pela Bibliotecária Elisângela Silva. Esta biblioteca reúne diversas coleções de intelectuais paraenses, como: Raimundo Jenkins, Baim Klautau, Anunciada Chaves, Clóvis Moraes Rego, Célia Bassalo, Machado Coelho, Paulo Mendes, Raimundo Santos e Clóvis Ferro e de Dalcídio Jurandir. O acervo é composto por livros, álbuns, documentos impressos, manuscritos, fotografias, fitas VHS, CD’s, anais, boletins e revistas.

Também realizou convênio/parceria com a Escola de Teatro e Dança da UFPA, em 2023, em que abriga o acervo desta ETDUFPA.

A tabela abaixo expressa sucintamente estes acervos:

Tabela 1- Outros acervos.

<b>Título do Acervo</b>	<b>Ano de Aquisição</b>	<b>Origem/Doador</b>
Rosa Marga Rothe	2018	Família – doação da filha e cantora, compositora e musicóloga Iva Rothe Neves.

Lauro Nina Sodré e Silva	2018	Família – doação da bisneta Vanda Viveiros de Castro
Paulo César Fonteles de Lima	2019	Instituto Paulo Fonteles – doação da professora Leila Mourão.
Arthur Napoleão Figueiredo	2020	Laboratório de Antropologia do IFCH – doação da professora Jane Felipe Beltrão.
Fotografias da Universidade Federal do Pará	2019	Museu da UFPA – doação do fotógrafo Patrick Pardini.
Edições do Jornal “Resistência”,	2019	Laboratório de História – UFPA

Fonte: Relatório Anual de 2020 do CMA

Para ressaltar, fazem parte do Acervo do Centro de Memória da Amazônia alguns documentos pessoais da ativista e defensora de direitos humanos Marga Roth.

Tabela 2- Objetos que fazem parte do Acervo Marga Rothe, do CMA/UFPA.

<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>INSTITUIÇÃO *</b>
01	Máquina de Datilografia Olivetti Dora	Acervo Pessoal da Marga Rothe
02	Variados Broches	Ouvidoria do Estado do Pará
03	Medalha	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
04	Medalha Ordem do Mérito da Cabanagem	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
05	Medalha em homenagem aos que lutaram pela democracia no País	Executivo Brasileiro
06	Medalhas “Francisco Caldeira Castelo Branco”	Prefeitura Municipal de Belém
07	Medalha de homenagem de direitos humanos Paulo Frota	Comissão de direitos humanos da ALEPA
08	Medalha de homenagem Isa Cunha	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
09	Placa comemorativa Dulce Accioli	Câmara Municipal de Belém
10	Placa de homenagem de direitos humanos	Sociedade de Defesa de Direitos Humanos
11	Placa prêmio José Carlos de Dias de Castro.	OAB/PA
12	Placa Prêmio PPL, Luta das Mulheres	Executivo Brasileiro
13	Par de Botas usadas nas viagens pelos Interiores do Estado do Pará	Acervo Pessoal de Marga Rothe
14	Quadros Diversos, entre os quais “Denúncia a tortura e a violação de direitos humanos”, “Gênero com diversidade no País da exclusão”,	Acervo Pessoal de Marga Rothe

Fonte: PDU CMA 2021-2025.

Fazem parte do Acervo do Centro de Memória da Amazônia alguns documentos pessoais de Lauro Sodré, 1º Governador Constitucional Republicano, que foram doados por sua bisneta Vanda Viveiros de Castro Coutinho, no dia 29 de fevereiro de 2019, e que passou, então, a integrar o acervo. Dentre os documentos pertencentes a esse acervo tem cartas, dedicatórias de cartões postais ao neto, discursos oficiais proferidos, fotos com dedicatórias ao neto, foto do grêmio paraense, que pertenciam ao neto e bisneto do governador Lauro Sodré, que retratam aspectos da sua vida pública como governador, mas também aspectos da sua vida privada, familiar.

O Acervo Paulo Fontelles contém mais de 60 mil páginas, contendo documentos sobre a história do Brasil e do Pará no período da ditadura militar, memórias da luta camponesa e indígena e uma coleção de jornais paraenses.

O Acervo Pessoal Paulo Fonteles está disponível no Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, que reúne a documentação guardada por sua família e que também foi recolhido e preservado há 29 anos pela professora da Universidade Federal do Pará, Dra. Leila Mourão e Neuton Miranda, que foi diretor nacional do PCdoB e presidente da Secretaria de Patrimônio da União, em que criou o Projeto Várzea, foi deputado estadual de 1992 a 1994. É parte deste acervo organizado e mantido pela profa. Dra. Leila Mourão, que foi doado ao CMA/UFPA, em 2018, com a intenção de estimular a relação entre a memória histórica e as práticas pedagógicas de afirmação dos direitos humanos na sociedade. “O acervo pessoal de Paulo Fonteles, por exemplo, contendo documentação importante sobre o Pará de seu tempo, foi recolhido e preservado há 29 anos por Leila Mourão e Neuton Miranda, seus companheiros de luta e trabalho, que somaram a esse acervo os seus próprios, constituindo-se hoje uma fonte importante de pesquisa, envolvendo vários aspectos do viver no Pará.” (Fonte: Instituto Paulo Fonteles). O acervo contém mais de 60 mil páginas, contendo documentos sobre a história do Brasil e do Pará no período da ditadura militar, memórias da luta camponesa e indígena e uma coleção de jornais paraenses. O Acervo maior, com mais de 1,3 milhões de páginas, passou por um processo de digitalização organizado pela Fundação Biblioteca Nacional, através de Projeto de Extensão coordenado pela profa. Dra. Leila Mourão, em parceria com o Instituto Paulo Fonteles, que será disponibilizado nas rede mundial de computadores, internet, nas páginas oficiais do Instituto e do CMA/UFPA.

O Acervo Arthur Napoleão Figueiredo é um acervo bibliográfico com mais de dois mil títulos de obras, autorais, locais, nacionais e internacionais, que faziam parte do

acervo pessoal e do laboratório de mesmo nome Arthur Napoleão Figueiredo, foram doados ao CMA/UFPA, no ano de 2020 e passaram, então, a fazer parte do Acervo.

Há também fotografias da Universidade Federal do Pará. O acervo fotográfico transferido para o CMA, e atualmente em fase de organização/digitalização/catalogação, é proveniente, grosso modo, das reportagens e matérias realizadas desde então pela equipe de jornalistas e fotógrafos da Assessoria de Imprensa para o Beira do Rio. Refere-se à produção fotográfica em película e papel, anterior à fotografia digital, e é constituído, principalmente, por fotografias originais preto-e-branco em papel (mais de mil) e negativos preto-e-branco. O recorte temporal se concentra na década de 1990, e vai até os anos 2000, quando a Assessoria de Comunicação Institucional da UFPA (antiga Assessoria de Imprensa) começa a utilizar câmeras fotográficas digitais, gerando arquivos digitais ao invés de negativos e cópias em papel.

O Centro de Memória da Amazônia da UFPA adquiriu para seu acervo também, como doação do Laboratório de História, em 15 de fevereiro de 2019, as Edições do Jornal “Resistência”, desde a primeira edição de 1979, tempo em que foi lançado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos-SDDH.

É importante citar que esses Acervos Pessoais e particulares que foram adquiridos nos últimos 06 anos, pelo Centro de Memória da Amazônia, essas novas fontes, como por exemplo da “Marga Roth, do ‘Paulo Fonteles’”, se relacionam com os direitos humanos e luta pela terra na Amazônia. Percebemos, então, que a equipe do CMA foi tratando e disponibilizando fontes e acervos da questão da terra na Amazônia. Também, como veremos, os processos crimes, como o da Série Danos, tem conflitos que podemos ler as questões ambientais e da Terra na Amazônia.

## **OS PROJETOS DO CMA E SEU ACERVO**

Muitos projetos com parcerias locais, nacionais e internacionais foram criados e implementados pela equipe de direção, técnica e de discentes que atuaram no CMA, para melhor tratamento de seu acervo permanente.

Entre os trabalhos realizados com este fim, podemos citar o Projeto “Imigração”, implementado em 2009, com preservação de documentos relativos a imigrantes que viveram na Amazônia, oriundos de várias partes do mundo, principalmente os que

vieram de Portugal, Marrocos, Espanha e Itália. Foram tratados e disponibilizados a consulta pública os registros de casamento civil dos séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, e os inventários destes estrangeiros e imigrantes, que foram catalogados por ano do casamento, nome do nubente e da nubente, nacionalidade, naturalidade, idade, profissão, nome do pai, origem do pai, nome da mãe e estado civil. Em 2011 foi implementado o projeto “Inquisição”, cujo principal objetivo foi organizar, tratar, digitalizar e divulgar a documentação inquisitorial do Tribunal do Santo Ofício.

Em 2018 foi implementado o Projeto “Memórias de Além-Mar”, em Parceria com a Secretaria General Iberoamericana e apoio do Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação (Espanha). A direção do CMA e a equipe discente deste período higienizou, catalogou e digitalizou uma rica documentação de casamentos e inventários de Portugueses e Espanhóis.

No ano de 2023, foi aprovado pelo CNPQ o projeto Associativismo na Amazônia, coordenado pela direção do CMA, que cataloga e digitaliza estatutos de associações recreativas, mutualistas e de irmandades religiosas fornecendo conexões entre a história, a linguagem e as identidades associativas locais, com as nacionais e as internacionais entre 1835-1988.

O projeto Processos Crimes - Biblioteca Britânica, foi submetido a Biblioteca Britânica em 2024, coordenado pela profa. Dra Magda Ricci, diretora do CMA. O objetivo do projeto é, para além de debater a temática criminal, é a salvaguarda da Coleção de Processos e Livros Cartoriais do Tribunal de Justiça do Pará - Brasil (1818-1970) atualmente abrigada no CMA. Neste projeto, vistas são para guardar e divulgar parte deste acervo composto por mais de 7.000 documentos entre livros de notas e processos-crimes que recuperam a história da ocupação do território Amazônico. Catalogados e digitalizados diversos processos crimes, além da elaboração de documento inédito sobre termos insultuosos que envolvem essa documentação e as gentes amazônicas.

Há uma diversidade de Séries Criminais do Acervo do CMA/UFGPA, como: Acidentes de Trabalho, Afogamentos, Agressão, Alistamento Eleitoral, Ameaça, Apropriação indébita, Apuração de morte, Arma proibida, Arquivamento, Bigamia, Busca e Apreensão, Calúnia, Carta Precatória, Casa de prostituição, Castigos corporais imoderados, Comutação de Pena, Contrabando, Corrupção e corrupção ativa e passiva, Dano.

## A LEITURA DOS PROCESSOS DE DANOS E A QUESTÃO AMBIENTAL

Na Série “Danos” encontramos diversos processos de queixas crimes que se relacionam com brigas, “invasões” de terras, derrubadas de árvores. São disputas por espaços e recursos ambientais, mas que estão relacionados a utilização desses recursos, como madeiras de cedro, seringueiras, cacaueiros, mas também relacionados a conflitos fundiários de posse das terras.

Um desses processo-crime foi aberto pelo Juízo de Direito do 3º Distrito Criminal no dia 19 de outubro de 1893. O réu foi Manoel Luiz de Carrvalho, acusado por Adão Carlos Marianno de ter derrubado vários cacaueiros e seringais do sítio "Tucumanduba" na comarca de Inhangapi, de sua propriedade, após Manoel ter sido ameaçado de despejo (o réu tinha uma casa de comércio no referido sítio). Como Adão era o propeitário, recebia um arrendamento por parte dos serviços do acusado. O réu foi absolvido ao final do processo.

Outro processo o senhor Eduardo Francisco Nogueira Angelim prestou queixa na subdelegacia de Barcarena no dia 03 de junho de 1881, na época distrito de Belém. Eduardo tinha um terreno no iagaré Tinga-Grande e acusou o vizinho Alfredo Benjamim de invadir suas terras e ter derrubado várias seringueiras.

Um outro processo inédito diz respeito a titularidade das Terras do Sítio Itacoã, nas águas do Guajará (Ver figura 8 em anexo), em que nos Autos de processo-crime aberto pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Penal no dia 06 de novembro de 193, Filipe José de Lima se dizia proprietário do sítio "Itacoan", próximo à cidade de Belém no distrito de Guajará-Miry, em que o vizinho José Custódio do Nascimento era proprietário de um outro sítio chamado de "St. Antônio", situado entre os igarapés Barussú e Janipauba, na Baía do Guajará e havia instigado a revolta de vários inquilinos do sítio Itacoã e mandou invadir e derrubar extensões de mata do terreno.

Nas terras próximas de Belém, no denominado Baixo Acará, denominado de Sítio Itacoã, Segundo estudo meticoloso de Acevedo Marin<sup>4</sup> organizou-se uma economia agrária que girou em torno do mercado da cidade. A produção de cana estimulou a montagem de modestos engenhos, trabalhados por um pequeno número de escravos (entre 4 e 25). Os lavradores constituem o universo mais heterogêneo. Sem entrar em elementos de uma comparação, no Baixo Acará ocorrem, talvez, os gestos mais desafiadores das estruturas de poder agrário no Estado do Grão-Pará. Esta contestação acompanhou-se do declínio da produção canavieira e de ações simultâneas de busca dessas terras como refúgio por escravos fugitivos, índios e brancos, entre eles colonos e migrantes de outras áreas. O mundo agrário-camponês mostra a partir do inventariamento de documentação o camponês, o sitiante, o colono, o fazendeiro, com diferentes universos materiais e mentalidades, reunindo grupos étnicos diversos. A partir destes documentos encontraremos condições de retratar os quadros componentes da estrutura fundiária e de seguir a trajetória de formação de alguns mosaicos agrários dominados por camponeses, a exemplo dos localizados nos rios Acará e Guamá.

Questões ambientais contemporâneas da luta pela floresta em pe na Amazônia, nos traz a leitura da história de conflitos na região que envolvem terra e meio ambiente.

As particularidades desses conflitos, tem motivações diferentes no decorrer do tempo. De acordo com Pádua<sup>5</sup>, algumas vezes pelo preço do progresso, outras pelo preço do atraso, que, conforme Mourão tem como pano de fundo a propriedade sobre a natureza<sup>6</sup> e é o fundante dos conflitos ambientais, na Amazônia, seus rios e ilhas, inseridos na lógica global.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O cuidado com um acervo, olhar apurado e diálogo aberto com a sociedade são essenciais na construção de um mundo onde conhecimentos e identidade cumpram papel relevante as sociedades e suas instituições. Daí a importância da preservação, seleção,

---

<sup>4</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, ed NAEA/UFPA, outubro. 2020.

<sup>5</sup> PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, 2002.

<sup>6</sup> Sobre a relação desenvolvimento e natureza, consultar: PÁDUA, José Augusto. *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, 2009. Para informações e debates sobre a natureza amazônica, ver: MOURÃO, Leila Miranda. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. *Revista Labor e Engenho*, Vol 09, n 02, Ed. Unicamp, 2015.



coleta, organização, guarda e manutenção dos registros de fatos do passado em diversos suportes assumem na centralidade das questões formativas e democráticas. É isso que o Centro de Memória da Amazônia vem assumindo e realiza desde a sua fundação em 2007.

Mas, a importância desses registros não se resume apenas a sua conservação. Diz respeito, também, a sua divulgação e exploração do potencial que contém. Num esforço que atenua fronteiras entre pesquisas de alto nível acadêmico, processos de educação no ensino básico e que estabelece ligação direta entre ensino e pesquisa, o CMA é um local onde pesquisadores e estudantes passam a estabelecer diálogos que tenham como ponto de interseção a valorização da memória, dos registros do passado e da percepção de visões diferenciadas dos problemas do presente da região.

Assim, ao estimular novas leituras sobre o passado da Amazônia e estabelecer vínculos entre memória, história, pesquisas acadêmicas e educação, o CMA pode se efetivar, enquanto referência de aporte para políticas públicas, ações sociais, divulgação e debates voltados à Região Amazônica.

Questões de direitos humanos, terra, meio ambiente são chaves para a compreensão das gentes amazônicas presentes e muitas vezes parcendo ausente nos documentos, daí a importância de novas leituras, como dos processos crimes, que vislumbrem esses conflitos, com busca a conhecê-los e dá a luz a suas superações, pois a história também é feita de desafios e esperanças, o que embue essa narrativa.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Memória Científica: a importância da preservação documental*. In: Encontro Regional de História, 2010, Franca. Anais...Franca: UNESP, 2010. Disponível em:<<http://www.cocen.unicamp.br/root.php?pag=simtecDetalhes.php&id.=17>>. Acesso em: 7 de agosto de 2024.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, ed NAEA/UFPA, outubro. 2020.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes. Tratamento documental*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOURÃO, Leila Miranda. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. *Revista Labor e Engenho*, Vol 09, n 02, Ed. Unicamp, 2015.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, 2002.

PÁDUA, José Augusto. *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, 2009.

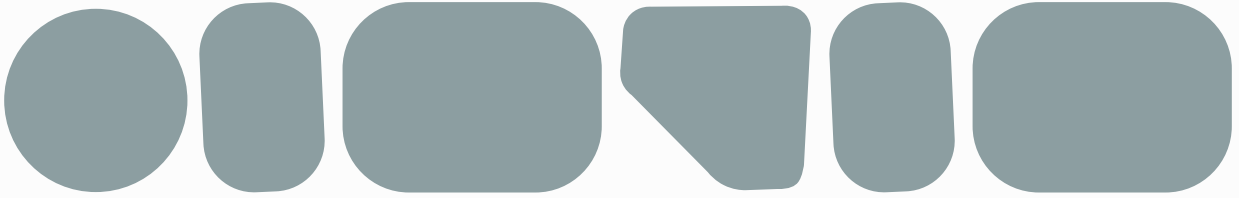


## **PARTE C: PRÁTICAS DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO**

Se ainda persiste no mundo patrimonial — mesmo que de forma felizmente reduzida se em comparação com tempos passados — abordagens excessivamente tecnocráticas no tratamento dos bens culturais, assistimos nos últimos anos ao crescimento de ações que apostam em processos dialógicos, democráticos e plurais de reconhecimento, preservação e valorização do patrimônio. Os trabalhos reunidos neste eixo, ainda que bastante variados em suas naturezas, objetivos e métodos, convergem no sentido de busca de um contato mais expressivo entre profissionais, pesquisadores e os vários públicos com os quais os bens culturais se relacionam.

De experiências de educação patrimonial a processos participativos de inventariação, do reconhecimento de referências culturais universitárias à explicitação de memórias de grupos silenciados, tratam-se de trabalhos que apostam no entendimento do patrimônio como uma experiência cultural comum partilhada entre sujeitos e grupos diversos, para além dos entendimentos mais herméticos próprios dos contextos profissionais.

Atuando na perspectiva de desafiar o que tem sido chamado de "discurso autorizado" do patrimônio, tais trabalhos nos ajudam a ressignificar o clássico chavão "conhecer para preservar" — máxima patrimonial reconhecidamente problemática por associar o ímpeto preservacionista a uma suposta necessidade de ilustração ou conscientização de sujeitos considerados "ignorantes" sobre a necessidade de preservar o patrimônio. Nesta perspectiva, em vez de sugerir a iluminação de sujeitos não dotados de consciência patrimonial — numa abordagem que Paulo Freire chamaria de "bancária" a respeito da formação dos sujeitos — trabalhos que apostam na dialogicidade nos lembram de que quem precisa "conhecer para preservar" não é o público leigo, mas o conjunto de especialistas que trabalham com o patrimônio. No contexto universitário, tratam-se de trabalhos que revelam de que forma os sujeitos universitários se apropriam, representam e promovem lugares, saberes, formas de expressão, celebrações, objetos, edificações, entre outras referências culturais





## **PARTE C: PRÁTICAS DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO**

### **SESSÃO 5 - Educação patrimonial**

5 de setembro de 2024 // 13H30 às 15H30

*Mediação: Maria Del Carmen Hermida Martinez Ruiz (CPC-USP)*



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### A MEDIAÇÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO: Desafios da formação de bolsistas de graduação

#### *THE MEDIATION OF UNIVERSITY HERITAGE: Challenges in training undergraduate students*

Adriana Mortara Almeida<sup>1</sup>  
Marcus Marciano Gonçalves da Silveira<sup>2</sup>  
Wellington Luiz Silva<sup>3</sup>

#### RESUMO

O capítulo trata do desafio de realizar a formação de estudantes de graduação para atuarem como educadores nos museus universitários. A universidade tem papel fundamental na formação em inúmeras áreas de conhecimento e não deveria ser diferente no caso da educação museal. Por meio da atuação como educadores em museus universitários, estudantes de graduação estão aprendendo na prática, entretanto para garantir a qualidade do trabalho é preciso trazer aportes teóricos e metodológicos da área de educação museal, assim como das áreas de conhecimento tratadas nos diferentes museus. Ao trazer duas experiências realizadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - um “Guia para educadores/as do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG” e um curso a distância elaborado como parte de um projeto da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG - pretende-se ampliar o debate sobre o tema e apontar conquistas e limites das ações relatadas.

---

<sup>1</sup> Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Coordena o projeto “Materiais educativos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras” financiado pelo CNPq e participa do projeto da Rede de Museus da UFMG “Tem ciência no museu”, financiado pela FAPEMIG. E-mail: amortara@ufmg.br

<sup>2</sup> Mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assessor Educacional da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. E-mail: marcusmgsilveira@gmail.com

<sup>3</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação e Docência pelo Mestrado Profissional-Promestre da Faculdade de Educação da UFMG, na linha de pesquisa Educação em Museus e Divulgação Científica. Bolsista do CNPq do projeto “Materiais educativos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras”. E-mail: wellluzpromestre@gmail.com

**Palavras-chave:** educação museal; formação de mediadores; museus universitários

### ***ABSTRACT***

This chapter addresses the challenge of training undergraduate students to work as educators in university museums. Universities play a fundamental role in training students in numerous areas of knowledge, and museum education should be no different. By working as educators in university museums, undergraduate students are learning by doing. However, to ensure the quality of their work, it is necessary to bring theoretical and methodological contributions from the area of museum education, as well as from the areas of knowledge addressed in the different museums. By presenting two experiences carried out at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - a “Guide for educators at the UFMG Natural History Museum and Botanical Garden” and a distance learning course developed as part of a project by the UFMG Network of Museums and Science and Cultural Spaces - the aim is to broaden the debate on the topic and point out the achievements and limitations of the actions reported.

**Keywords:** museum education; museum educator’s training; university museums

### **INTRODUÇÃO**

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem em sua estrutura uma Rede de Museus, Espaços de Ciência e Cultura, composta por 24 instituições<sup>4</sup> autônomas, algumas vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e outras à Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT). Esses espaços da universidade salvaguardam diversos dos patrimônios da UFMG e parte deles são abertos à visitação das comunidades interna e externa à universidade.

Consideramos que ações educativas que promovem e ampliam o acesso a esses patrimônios contribuem para diálogos entre a universidade e seus diversos públicos. E compõem uma etapa importante para a participação efetiva dos públicos como protagonistas. A visita mediada é uma das diversas possibilidades de ação educativa a partir do patrimônio universitário musealizado.

---

<sup>4</sup> Acervo Curt Lange; Acervo de Imagens de Minas Gerais; Centro de Memória da Engenharia; Centro de Coleções Taxonômicas; Centros de Estudos Literários e Culturais – Acervo de Escritores Mineiros; Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer; Centro de Memória da Faculdade de Letras; Centro de Memória da Farmácia; Centro de Memória da Medicina, Centro de Memória da Odontologia; Centro de Memória da Veterinária; Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação; Centro de Referência em Cartografia Histórica; Centro Virtual de Memória da Extensão; Espaço Acervo Artístico UFMG; Espaço do Conhecimento UFMG; Espaço Memória do Cinema; Estação Ecológica UFMG; Herbário Norte Mineiro; Museu Casa Padre Toledo; Museu da Escola de Arquitetura; Museu da Matemática UFMG; Museu de Ciências Morfológicas; Museu de História Natural e Jardim Botânico. Para mais informações: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>

No presente artigo abordaremos duas ações realizadas com o intuito de formação das equipes educativas para a mediação do patrimônio universitário, especificamente da UFMG. Os museus e espaços de ciência e cultura da UFMG recebem como bolsistas de extensão, estudantes de diversos cursos, para atuar como mediadores do patrimônio universitário, para públicos interno e externo à Universidade. Em geral, esses mediadores têm pouco tempo para conhecer os conteúdos das exposições e se preparar para a mediação dos diversos públicos, bem como para compreender aspectos importantes da educação museal. Essa situação coloca o desafio de pensar em como garantir a qualidade da mediação com tão pouco tempo de formação.

Assim, apresentamos duas iniciativas que buscam enfrentar esse desafio:

- (1) “Guia para educadores/as do Museu de História Natural e Jardim Botânico-UFMG”, construído por profissionais, docentes e estudantes<sup>5</sup> da UFMG e
- (2) Um curso totalmente online de formação de educadores num projeto construído por equipe da Rede de Museus<sup>6</sup>.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (MHNJB-UFMG) é um museu universitário que realiza atividades de preservação e difusão do acervo natural, científico e cultural sob sua guarda. O museu desenvolve projetos e ações de extensão universitária, com o intuito de promover a educação ambiental, patrimonial e museal. Além disso, o museu sedia aulas de cursos de graduação e pós-graduação. Entre as ações de extensão realizadas pelo museu estão as educativas, composta por cursos, oficinas, visitas escolares previamente agendadas, bem como uma série de eventos abertos aos públicos, tais como Programação de Férias, Lua Cheia no Horto, dentre outras atividades<sup>7</sup>. Parte dessas atividades é realizada pela equipe educativa do museu, composta por funcionários técnico-administrativos da UFMG e por estudantes de graduação bolsistas de extensão universitária.

Já a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, fundada em 2001, possui atualmente 24 espaços integrantes, buscando articular e propor políticas que consolidem as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas aos Museus e Espaços de Ciências

---

<sup>5</sup> O projeto do “Guia” é financiado pelo CNPq em projeto que conta com bolsistas de graduação e já graduados (Processo CNPq 407390/2022-7). Os estudantes de graduação que atuam como mediadores dos museus da UFMG recebem bolsas da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Fundação Mendes Pimentel (FUMP), da Fundação de Apoio da UFMG (Fundep) ou atuam voluntariamente.

<sup>6</sup> O curso de formação faz parte do projeto "Educação científica em museus: desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na imersão dos acervos universitários da UFMG" financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>7</sup> No website do MHNJB-UFMG é possível consultar as atividades oferecidas: <https://www.ufmg.br/mhnjb/>



e Cultura da universidade. Institucionalizada como uma coordenadoria da Pró-Reitoria de Extensão, conta regimentalmente com um Conselho Coordenador (constituído pelos coordenadores de seus espaços integrantes), uma Secretaria, um Núcleo Técnico-Científico e um Conselho Consultor. Entre seus objetivos regimentais, destacamos aqui o de “promover a capacitação e atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e profissionais que atuam em seus espaços integrantes”.<sup>8</sup>

Nas duas iniciativas ora abordadas, uma do MHNJB-UFMG e outra da Rede de Museus, busca-se proporcionar uma formação de qualidade aos estudantes que atuarão nas mediações. No caso do “Guia”, ele é organizado como material complementar às formações *in loco*. No caso do curso, ele foi pensado tanto para educadores museais, como para professores que pretendem levar seus alunos a museus de ciências.

### **A NECESSÁRIA SELEÇÃO DE SABERES: O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA A FORMAÇÃO DE MEDIADORES?**

Apesar de se tratar de um ambiente universitário, a educação museal não está presente nas formações da graduação da UFMG, com exceção de disciplinas optativas do curso de Museologia e da Formação Transversal em Divulgação Científica<sup>9</sup>. Renata Silva Almendra, ao analisar dados da *Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal – PemBrasil*<sup>10</sup> e outras fontes, ressalta que “Infelizmente, ainda são raras as iniciativas de oferta de cursos específicos voltados para a educação museal nas universidades brasileiras, mesmo no âmbito de cursos de graduação em Museologia”<sup>11</sup>. Entretanto, a autora vê como positivas as oportunidades de formação de educadores dentro das universidades por outros caminhos, por exemplo, pela participação em eventos e seminários. Estágios e atividades como bolsistas ou voluntários em educativos de museus universitários são oportunidades de aprendizagem de educação museal na prática. Isabel Gomes e Sibeles Cazelli destacaram que a formação em serviço e a troca de experiências

---

<sup>8</sup> Mais informações sobre a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG podem ser obtidas no website: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>

<sup>9</sup> A partir de 2015, a UFMG passou a oferecer formações complementares para estudantes de graduação, com temáticas diversas - saberes tradicionais, divulgação científica, direitos humanos, entre outras - cujas disciplinas podem ser cursadas por qualquer aluno da UFMG. Mais informações em <https://www.ufmg.br/prograd/apresentacaoft/>

<sup>10</sup> CANEDO; SEVERINO, 2023.

<sup>11</sup> ALMENDRA, 2024, p.119.

são muito presentes na formação de mediadores de museus. Entretanto as autoras destacam:

Entende-se que a mediação é uma atividade complexa, influenciada por múltiplos fatores e desempenhada muitas vezes por profissionais em formação. Por conseguinte, a capacitação de mediadores para o trabalho demanda tempo, investimento permanente e deve abarcar distintas estratégias metodológicas e áreas do conhecimento.<sup>12</sup>

A definição de quais áreas de conhecimento incluir na formação de mediadores não é simples. Os museus são instituições intrinsecamente interdisciplinares e isso caracteriza enorme potencial educativo, mas exige recortes, seleções. E não se trata apenas de escolher se tratamos de biologia, física, química, artes visuais, história, arqueologia ou música. Há também a pedagogia, a museologia, conservação, documentação museológica, entre outras. E a divulgação científica. E a arte-educação. E a educação museal. Nas próximas seções serão descritos os conteúdos tratados no “Guia” e no “Curso”.

Há várias estratégias metodológicas para realizar a formação de mediadores: palestras, cursos, leituras de artigos, debates, dinâmicas de grupo, entre outras. A formação deve ser contínua, pois os educadores vão se deparar com públicos diversos, novas temáticas e demandar trocas de experiências a partir de suas vivências como mediadores.

A estratégia aqui relatada foi a criação de material digital disponibilizado para formação individual, que depende do ritmo do educador para avançar nas leituras e uso de diferentes materiais para finalizar o “Guia” ou o “Curso”. O “Guia” se propõe a ser um complemento à formação presencial e também material de consulta. O “Curso” demanda de seus participantes a criação de um roteiro de visita para que terminem e recebam certificados.

## **UM GUIA PARA OS EDUCADORES DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E JARDIM BOTÂNICO DA UFMG**

O MHNJB/UFMG está localizado em uma área com aproximadamente 600.000 m<sup>2</sup> e abriga extensa área verde de espécies típicas da Mata Atlântica, na região leste de Belo

---

<sup>12</sup> GOMES; CAZELLI, 2016, p.42.

Horizonte, fora do campus principal da Pampulha. O museu foi inaugurado em agosto de 1969<sup>13</sup> e desde então recebe visitantes, que podem conhecer as histórias do território brasileiro por meio de exposições de arqueologia, paleontologia, geociências, cartografia histórica, ciências da vida, botânica, plantas medicinais e arte popular. O acervo do museu inclui de coleções arqueológicas a itens de arte popular, de peças paleontológicas a acervos zoológicos, de amostras geológicas a conjuntos etnográficos, além de um rico acervo botânico.

O MHNJB-UFMG é aberto à visitação espontânea ou por agendamento prévio de grupos e oferece ações educativas, compostas por visitas mediadas, cursos e oficinas. O desenvolvimento dessas ações é feito pelos bolsistas do setor educativo em conjunto com os técnicos administrativos alocados no museu. A formação da equipe de educadores de um museu para realização de suas atividades é de extrema importância e deve acontecer de maneira contínua. Na relação com o público, o educador do museu precisa mobilizar diversas habilidades para executar seu papel<sup>14</sup>.

Nesse sentido, em 2022, a equipe do museu elaborou um projeto submetido a uma chamada do “Programa de Apoio a Museus e Centros de Ciência e Tecnologia e a Espaços Científico-Culturais”, idealizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No projeto “Materiais educativos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras”, havia entre as propostas a confecção de um e-book, previamente intitulado, "Guia do educador" e a ampliação de atividades de acessibilidade do museu. O e-book tem o intuito de apresentar os conteúdos trabalhados em diferentes exposições, trilhas, espaços e roteiros de visita do MHNJB/UFMG. A base para esse guia já existia no Setor Educativo, sendo necessário fazer revisões e atualizações e incluir novos conteúdos. A proposta é que o material seja disponibilizado para formação e estudo dos bolsistas que atuarão no educativo.

O projeto do MHNJB teve início em abril de 2023, e para o desenvolvimento das atividades e produções dos materiais educativos os bolsistas envolvidos realizaram leituras dos documentos orientadores do trabalho do Setor Educativo do museu, conversaram com a equipe do Setor, acompanharam visitas e oficinas com grupos

---

<sup>13</sup> Mais informações em: <https://www.ufmg.br/mhnjb/museu50anos/historia-do-museu/>

<sup>14</sup> Gomes e Cazelli, 2016.

escolares para compreender as práticas e metodologias de trabalho do Educativo. Simultaneamente, pesquisaram materiais inspiradores para formação de educadores e professores de outros museus brasileiros. Outro aspecto fundamental do projeto é o objetivo de ampliar a acessibilidade do museu. Para isso conta com consultoria de Amanda Tojal, pesquisadora de acessibilidade museal e cultural, que realizou encontros formativos com todos os setores do MHNJB, professores da UFMG e comunidade externa.

O “Guia” não visa ser um manual ou sanar todas as dúvidas dos bolsistas que atuarão no setor educativo, mas serve como uma base de introdução no campo da educação museal e dos conteúdos do museu. A sua estrutura apresenta o histórico do MHNJB/UFMG, as regras de visitação e de agendamento para visitas ao museu, a discussão sobre o que é um museu e um jardim botânico. Além disso, apresenta a conceituação de “museu de história natural”, a discussão sobre educação museal, a educação ambiental e patrimonial. Há também uma parte do material destinada à acessibilidade e inclusão, assim como a indicação de abordagens para diferentes públicos do museu.



Figura 1 - Capa e páginas do Guia para educadores/as museais do MHNJB-UFMG

Na sequência, o “Guia do Educador” apresenta os temas que podem ser abordados nas visitas educativas considerando os acervos do MHNJB-UFMG: Paleontologia, Cartografia Histórica, Arqueologia, Arte Popular, Botânica, Ecologia, Geociências e Zoologia. Na última parte apresenta de maneira sintética cada um dos roteiros/circuitos de visitas educativas oferecidas para grupos agendados.

## REDE DE MUSEUS E O CURSO “EDUCAÇÃO MUSEAL E COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA: INTERFACES E MEDIAÇÕES”

A Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, tendo em vista seu objetivo de capacitar e atualizar professores, estudantes e profissionais atuantes em seus espaços integrantes, elaborou e ofertou (entre 2023 e 2024) o curso de extensão a distância denominado “Educação Museal e Comunicação Pública da Ciência: Interfaces e Mediações”. Parte do plano de trabalho do projeto "Educação científica em museus:

desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na imersão dos acervos universitários da UFMG", financiado pela FAPEMIG, o curso terá ofertas em fluxo contínuo, tendo como objetivo contribuir para a formação da cidadania tecnocientífica, explorando diferentes possibilidades de interação com os espaços museais.

Voltado a professores da educação básica, bolsistas e profissionais envolvidos com a educação museal, o curso é ofertado por meio da plataforma Moodle, em um percurso autoinstrucional (sem tutoria/acompanhamento) que permite a interação entre os participantes por meio de fóruns de discussão disponíveis ao final de cada unidade de aprendizagem. Trata-se de uma formação semipresencial, com carga horária de 30 horas, distribuídas em 12 semanas de atividades assíncronas. Ao final do curso, os participantes ainda planejam o roteiro de uma ação educativa museal em diálogo com os princípios da comunicação pública da ciência, a partir de visita presencial a algum espaço museológico de sua escolha. Eles também avaliam o roteiro planejado por um colega selecionado aleatoriamente pela plataforma, de acordo com critérios de valoração previamente estabelecidos.

The image shows a screenshot of the PROEX virtual platform interface on the left, with a sidebar containing navigation options like 'Educação museal e comunicação pública da ciência: interfaces e mediações', 'Participantes', 'Emblemas', 'Competências', 'Notas', 'Entrada', 'Unidade 1', 'Unidade 2', 'Unidade 3', 'Atividade Final', 'Painel', 'Calendário', and 'Meus cursos'. The main content area displays 'Unidade 3' with a title 'A prática educacional na comunicação pública da ciência em espaços museais (repecagem até 04/08/2024)' by Adriana Mortara. Below this is a 'PARA COMEÇAR' section with instructions and a 'Plano de Atividades (Checklist)' showing progress at 37%. Two callouts explain the checklist symbols: '1) Clique neste símbolo para ter acesso imediato à atividade.' and '2) Assinale aqui quando a atividade estiver concluída.'

Below the interface are three examples of text-based content:

- Multimídia:** A section titled 'Multimídia' discussing the role of video in virtual learning environments. It mentions that video allows for a more dynamic and interactive learning experience, especially in museum contexts. It also notes that video can be used to present complex information in a more accessible way.
- Figura 29 - Diálogo prototípico entre 02:** A diagram showing four stages of communication: 'Déficit', 'Diálogo', 'Participação', and 'Dissenso/Conflito e Ação'. Each stage is accompanied by a small image and a brief description of the communication process. The text explains that these stages represent different levels of engagement and interaction between individuals or groups.
- WebSite 02:** A text-based example from the 'Centro de Memória da Escola de Enfermagem da USP' (CEME). It describes a virtual exhibition titled 'Desfazendo uma nova profissão: enfermeiras diplomadas'. The text discusses the historical context of nursing education and the challenges faced by graduates of diploma programs. It also mentions the use of virtual reality and interactive elements to enhance the learning experience.

Figura 2 - Plataforma virtual e exemplos de texto-base do curso “Educação Museal e Comunicação Pública da Ciência: Interfaces e Mediações”.

O curso conta com um guia do estudante, um plano de atividades contendo a sequência didática a ser seguida pelo cursista em cada unidade de aprendizagem e um texto-base, material didático que apresenta os aspectos fundamentais de cada temática abordada, promove reflexões e remete a recursos disponíveis na plataforma (vídeos, áudios, textos complementares, links para websites, fóruns de discussão e atividades avaliativas). Escrito por Marcus Silveira e Adriana Mortara, especialmente para o curso, o texto-base possui um total de 95 páginas, potencializando significativamente o percurso autoinstrucional.

Em sua primeira unidade de aprendizagem, denominada “A experiência museal e a função educacional dos museus”, o curso tem como objetivo auxiliar os cursistas a identificarem

os elementos que caracterizam a experiência museal, descreverem as modalidades de aprendizagem envolvidas na educação museal (formal, não-formal e informal) e relacionarem as interfaces possíveis entre museus e escolas.

A segunda unidade de aprendizagem, por sua vez, intitulada “Cidadania tecnocientífica e comunicação pública da ciência nos museus”, busca o desenvolvimento das seguintes competências entre os cursistas: 1) identificar os elementos que caracterizam o método científico, a ciência moderna e a chamada “tecnociência”, bem como seus limites, possibilidades e interfaces com outras formas culturais de construção do conhecimento; 2) identificar os desafios contemporâneos ligados ao exercício da cidadania tecnocientífica; 3) descrever a trajetória e os principais modelos de comunicação pública da ciência; 4) explicar a relação existente entre os museus e a comunicação pública da ciência; 5) justificar o desenvolvimento de propostas educacionais que exploram a potencialidade da experiência museal na comunicação pública da ciência.

A última unidade de aprendizagem, denominada “A prática educacional na comunicação pública da ciência em espaços museais”, procura fazer com que o cursista seja capaz de ilustrar como ocorre o processo de construção de significados nas exposições em museus, diferenciar os saberes envolvidos na experiência museal, descrever os principais modelos de mediação em contextos não formais de educação científica e explicar os possíveis papéis educacionais de professores e profissionais dos espaços museais nos processos de mediação. Além disso, propõe que o cursista planeje, a partir de visita presencial a espaço museológico, uma ação educativa baseada nas reflexões críticas sobre a educação museal e comunicação pública da ciência, de acordo com o papel educacional predominante em sua prática profissional (educador museal ou professor).

O curso contou, já em sua primeira edição, com a participação de dezenas de bolsistas e colaboradores da própria Rede de Museus. Também foi ofertado a professores da rede básica de educação, havendo a inscrição de mais de 300 professores do município de Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte) e a participação de cursistas de outros estados da federação. A nosso ver, a expressiva participação de professores verificada em sua primeira oferta revelou a potencialidade da iniciativa não apenas para o aperfeiçoamento das ações educativas que promovem a comunicação pública da ciência em museus, centros de memória e espaços culturais, como também para a formação de novos públicos (entre docentes e discentes) e o estreitamento de laços entre a Universidade e a Educação Básica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe uma solução definitiva para a formação de estudantes de graduação que atuam como mediadores em museus universitários. Ou mesmo para formação de profissionais de educação museal que atuam em qualquer tipo de museu. Trata-se de um processo em construção que exige experimentação, avaliação, revisão, troca de experiências, entre outras ações, para culminar em um real aperfeiçoamento.

Há uma certeza: não bastam leituras e atividades virtuais. A formação presencial nos espaços museológicos é fundamental. Não há como descrever todas as experiências possíveis num espaço museológico durante uma ação educativa; é preciso vivenciar os espaços, as pessoas e as interações possíveis. Esta visão é corroborada por Luciana Conrado Martins em sua tese de doutorado:

O tempo e o espaço são alguns dos aspectos que parecem diferenciar a educação em museus da educação praticada em ambientes formais, como as escolas (VAN PRAET e POU CET, 1992; MARANDINO et al. 2003). Outro aspecto de diferenciação, perceptível na bibliografia da área, é o contato com as coleções, diferenciado conforme a tipologia do museu.<sup>15</sup>

O “Guia” ainda não está em fase de finalização e já passou por algumas avaliações parciais por meio de discussões com os estudantes bolsistas do MHNJB e de professores orientadores destes alunos. Ainda deverá passar por outras avaliações quando finalizado. O formato digital facilita as correções e ajustes, sem necessidade de muitos recursos humanos ou financeiros.

O “Curso” teve a sua primeira turma finalizada em julho de 2024 e as avaliações de cada uma das unidades, que são respondidas pelos participantes foram analisadas e servirão para modificações para as próximas turmas.

Essas ações de formação dos integrantes de setores educativos dos espaços da universidade destinados à extroversão do patrimônio universitário auxiliam na melhoria e no aprimoramento dos processos educativos. Um ganho extra é que, desconhecidos para muitos da comunidade acadêmica, os museus da universidade passam a ser conhecidos pelos estudantes bolsistas, após participarem das equipes de projetos de ensino, pesquisa e extensão nesses locais.

---

<sup>15</sup> MARTINS, 2011, p.70.

## REFERÊNCIAS

CANEDO, D.P.; SEVERINO, J.R. (Coord). *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros* [livro eletrônico]: um panorama a partir da política nacional de educação museal : relatório final. Joinville, SC : Casa Aberta Editora e Livraria: Instituto Brasileiro de Museus, 2023. Disponível em [https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil\\_relato%CC%81rio-2023\\_final.pdf](https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf) Acesso em 15 ago. 2024.

GOMES, I.; CAZELLI, S.. FORMAÇÃO DE MEDIADORES EM MUSEUS DE CIÊNCIA: SABERES E PRÁTICAS. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, v. 18, n. 1, p. 23–46, jan. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/epec/a/pbhkfkBwqZTqGbbsqBNdxmK/#> . Acesso em: 10 ago. 2024.

MARTINS, Luciana Conrado. *A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.48.2011.tde-04072011-151245. Acesso em: 2024-08-17.

SILVA ALMENDRA, Renata. A formação dos educadores museais no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 108–120, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/51743>. Acesso em: 15 ago. 2024.

## Agradecimentos

Agradecemos os apoios de: CNPq, FAPEMIG, PROEX-UFMG e UFMG.

Agradecemos à estudante de Design da UFMG Jhessica Trindade pelas figuras.

### **III seminário patrimônio cultural universitário**

**Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá**

#### **CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Sítio Histórico Moderno da UFPE.**

#### ***HERITAGE EDUCATION BOOKLET: Modern Historic Site of UFPE.***

Andréa Gáti

#### **RESUMO**

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar a proposta para confecção de uma cartilha de educação patrimonial como ponto de partida de um conjunto de ações que buscam a salvaguarda do Patrimônio Moderno, arquitetônico, urbanístico e paisagístico, do Campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, localizado no Recife. A construção do Campus da UFPE tem início em 1949 com a chegada ao Recife do professor e arquiteto italiano Mario Russo. São de autoria dele o desenho urbano e as primeiras edificações construídas. Além de Russo, vários representantes da “escola pernambucana” projetaram edifícios modernos no Campus, construídos nas décadas de 1950 e 1970. Com as pesquisas bibliográficas, documentais e de campo identificamos mais de vinte exemplares. Este conjunto pode ser considerado um “sítio histórico moderno”, dada a quantidade e qualidade de exemplares agrupados em uma só gleba, e cuja originalidade e autenticidade em sua maioria estão preservados. Como arquiteta e urbanista da Superintendência de Projetos e Obras da UFPE, pude constatar que a desinformação acerca do valor histórico e cultural dos edifícios e traçado do Campus prejudica a sua conservação. A ação de educação patrimonial proposta tem como objetivo promover o conhecimento, e assim o reconhecimento do seu valor, de modo a sensibilizar à proteção. A confecção de uma cartilha de educação patrimonial busca sensibilizar a coletividade sobre a importância da preservação desse sítio histórico. A cartilha é, portanto, uma ferramenta de informação e formação de uma comunidade de futuros agentes preservacionistas.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna. UFPE. Educação Patrimonial.

#### ***ABSTRACT***

*This communication aims to present the initiative that deals with the creation of a heritage education booklet as a starting point for a set of actions that seek to safeguard the Modern Heritage, architectural and urban planning, of the Joaquim Amazonas Campus of the Federal University of Pernambuco - UFPE, located in Recife. The*

*construction of the UFPE Campus began in 1949 with the arrival in Recife of the Italian professor and architect Mario Russo. He was the the urban designer and projected the first buildings of the campus. Through bibliographical, documentary and field research, we identified more than twenty modern buildings built in the 1950s and the 1970s. This complex can be considered a “modern historic site”, given the quantity and quality of examples grouped together on a single plot and whose originality and authenticity are mostly preserved. As an architect and urban planner at the Superintendence of Projects and Works at UFPE, I was able to see that misinformation about the historical and cultural value of the buildings and layout of the Campus hinders their conservation. The proposed heritage education action aims to promote knowledge, and thus the recognition of its value, in order to raise awareness of protection. The creation of a heritage education booklet seeks to raise awareness among the community about the importance of preserving this historic site. The booklet is, therefore, an information and training tool for a community of future preservation agents. do resumo em inglês.*

**Keywords:** *Modern architecture. UFPE. Heritage Education.*

## **INTRODUÇÃO**

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar a iniciativa que trata da confecção de uma cartilha de educação patrimonial como ponto de partida de um conjunto de ações que buscam a salvaguarda do patrimônio moderno, arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, localizado na zona oeste do Recife,

A construção do Campus da UFPE tem início em 1949 com a chegada ao Recife do arquiteto italiano Mario Russo que havia sido convidado para lecionar no curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura do Recife. Ao chegar, Russo recebeu também a incumbência de projetar um campus para a universidade que surgia do ajuntamento de algumas faculdades já existentes espalhadas pelo centro da cidade.

O Recife que já havia sido apresentado à arquitetura moderna pelas mãos de Luiz Nunes ainda na década de 1930, viu no desenho urbano e nas primeiras edificações projetadas por Russo para o campus, a continuidade do moderno interrompido com o desaparecimento de Luiz Nunes. A produção arquitetônica moderna no Campus da UFPE pode ser tomada como "marco simbólico de uma retomada decisiva das iniciativas no âmbito da Arquitetura Moderna em Recife"<sup>1</sup>.

A demanda para construir uma “cidade”, embora que universitária, fez com que o arquiteto precisasse montar uma equipe, e assim foi inaugurado no mesmo ano de 1949, o Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU) que viria a ser o responsável por

---

<sup>1</sup> (Naslavsky,2012, p. 53)

toda produção arquitetônica no Campus. Desde o princípio, até a sua volta para Itália em 1956, o ETCU esteve sob a chefia de Russo, que aos 32 anos de idade coordenava uma equipe de arquitetos, engenheiros, estudantes e desenhistas (figura 01).



Figura 01: Mario Russo e a equipe do ETCU.  
Fonte: Cabral, 2006.

Além do traçado urbanístico do Campus, tem a assinatura de Russo seus primeiros edifícios construídos onde ainda hoje funcionam a Faculdade de Medicina, o Hospital das Clínicas e o Instituto de Antibióticos. Em seguida outros arquitetos surgem como autores das representações modernistas, destacando-se mais um arquiteto italiano - Fellipo Mellia, além de seus próprios ex-alunos e ex-estagiários, que passam a ser arquitetos contratados pelo ETCU, os futuros notórios representantes da “Escola do Recife ” (AMORIM, 2001) ou “escola pernambucana” de arquitetura moderna.

Através de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo foram identificados mais de vinte exemplares de edifícios modernos no Campus, construídos entre as décadas de 1950 e 1970. Este conjunto pode ser considerado um “sítio histórico moderno”, dada a quantidade e qualidade de exemplares agrupados em uma só gleba, e cuja originalidade e autenticidade em sua maioria estão preservados, apesar de não haver qualquer iniciativa da gestão para a conservação do patrimônio moderno da UFPE.

Como arquiteta e urbanista da Superintendência de Projetos e Obras da UFPE, o antigo ETCU fundado por Russo, pude constatar que a desinformação acerca do valor histórico e cultural dos edifícios e traçado do Campus compromete sua conservação. A partir dessa observação surge uma das questões centrais sobre o tema da preservação da arquitetura moderna: como sensibilizar a comunidade para a conservação de edifícios que aparentemente são novos? Para o senso comum os edifícios antigos com características

clássicas e adornados são dignos de conservação, no entanto, os exemplares modernos são de difícil leitura para o público leigo.

Portanto, a ação de educação patrimonial proposta tem esse objetivo. É preciso envolver toda comunidade a partir das informações compartilhadas, para promover o conhecimento, e assim o reconhecimento do seu valor, de modo a sensibilizar à proteção.

## **O CAMPUS FORA DA CURVA DA HISTÓRIA**

A construção do Campus Joaquim Amazonas é um marco de grande importância para a história da arquitetura moderna pernambucana, mas também brasileira e mundial, posto que é parte da história de um campo do conhecimento, de uma determinada época, concebida sob específicos parâmetros técnicos e estéticos adaptados a um contexto particular.

É fato, já outras e tantas vezes apontado, que dificilmente as "histórias das arquiteturas" validaram exemplares periféricos, nota-se, contudo, que revisões têm sido reivindicadas e com isso lacunas vêm sendo preenchidas. A notoriedade excêntrica deve ser almejada no nosso tempo que é de rupturas, de quebra de paradigmas, de inclusão e de novas centralidades daquilo que já foi periférico, da escuta de quem tem propriedade para falar de si e por si.

Dentre as fragilidades ao tema, Montaner<sup>2</sup> (1997) já apontava a insuficiência da modernidade ao se declarar universalista. Para o autor, foi precisamente em contextos periféricos que se superaram mais expressivamente as questões sensíveis aos problemas de ser moderno e se apresentaram as ricas variações, desta forma, nossas variações, de duplamente periféricos - internacionais e nacionais, temos bastante a apresentar.

A necessidade de revisões inclusivas, inclui igualmente a revisão da própria história da arquitetura pernambucana que há de se redimir consigo mesma, pois dificilmente incluiu o Campus (moderno) Joaquim Amazonas nos seus registros, legando uma imensa lacuna que agora pretendemos contribuir para dirimir.

A arquiteta historiadora e professora Renata Cabral em seu livro “Mario Russo: um arquiteto italiano racionalista em Recife” publicado em 2006 apresentou pioneiramente uma rica pesquisa sobre a atuação de Mario Russo no Recife, dedicando o equivalente a aproximadamente 1/3 do volume (45 páginas) às suas obras no Campus da UFPE.

A mesma autora denuncia que Yves Bruand (1981), na sua obra referencial que formou

---

<sup>2</sup> (Montaner, 2023, p.8)

gerações, ao se referir aos acontecimentos arquitetônicos modernos na cidade do Recife, omite as ações ocorridas no Campus da UFPE. Já o historiador Hugo Segawa, no livro *Arquitetura no Brasil, 1900-1990* (1998), situou Russo como “precursor moderno em Pernambuco”, ao chegar em 1949, dando importância histórica aos seus feitos modernos no Campus.

Em 2012, Naslavsky inclui as primeiras obras do Campus no seu livro “Arquitetura moderna no Recife 1949-1972” num capítulo intitulado “A contribuição de Mário Russo”. Neste destaca-se seu papel como agente formador de arquitetos racionalistas em suas atividades como professor e fundador do ETCU.

O fato de o sítio histórico moderno da UFPE ter estado à margem da historiografia moderna de referência limitou a formação profissional de uma geração, especialmente aquela formada na UFPE, e que conseqüentemente poupou a comunidade local de um conhecimento relevante que contribuiria para a formação de visão crítica sobre arquitetura moderna e a possibilidade de sua leitura como patrimônio.

Conforme demonstrado, a história do Campus se confunde, na sua origem, com parte da história do arquiteto italiano Mario Russo, nos anos que passou no Recife, precisamente entre 1949 e 1956, por esse motivo, adotou-se esse personagem como figura central na Cartilha para ele mesmo apresentar, o Campus da UFPE.

## **OS CAMINHOS: RETAS E CURVAS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA**

O reconhecimento do sítio arquitetônico moderno da UFPE como patrimônio histórico e cultural equivale a primeira etapa da construção de uma estrada. Sendo uma longa estrada, para iniciar é preciso antes de tudo planejar. O planejamento se inaugura com o conhecimento do objeto, e a cartilha de educação patrimonial representa esse início.

### **As retas, a régua**

Todo percurso partiu de uma pesquisa documental no arquivo remanescente do ETCU, associada à pesquisa bibliográfica acerca da produção arquitetônica moderna pernambucana. Em um segundo momento foi feita a análise do mapa geral do Campus, inicialmente classificando os edifícios por data e autoria. Em seguida, uma visita de campo para os registros fotográficos e identificação qualitativa das características modernas dos edifícios. A partir daí foi possível a seleção dos exemplares que iriam figurar na cartilha e a composição do conteúdo a ser apresentado. A confecção de uma cartilha de educação patrimonial busca sensibilizar a coletividade, comunidade interna e externa ao Campus, sobre a preservação desse importante sítio. O objetivo da ação é de

apresentar o valor histórico do rico patrimônio para que haja o reconhecimento comunitário. A cartilha é, portanto, uma ferramenta de informação e formação inicial de uma comunidade de futuros agentes preservacionistas.

### As curvas

A sinuosidade do processo de feitura da cartilha se acentua na etapa de viabilização de recursos pra sua execução, o que ainda está em curso. No entanto, o “boneco” da cartilha já está pronto, contendo 30 páginas.

No seu conteúdo inicial se apresentam: as noções de patrimônio e de educação patrimonial, explicitando o objetivo da brochura. A partir de então conceitua-se o edifício moderno e como identifica-lo, assim como as vantagens e dificuldades de preservação da arquitetura moderna. Após breve introdução ao tema, surge o personagem principal da cartilha – o arquiteto Mario Russo, em forma de desenho caricatural, que irá apresentar as plantas urbanísticas (figura 2) e imagens dos primeiros edifícios do Campus de sua autoria: a Faculdade de Medicina, o Hospital das Clínicas e o Instituto de Antibióticos (figura 3). Na sequência apresenta os demais edifícios representativos dos anos 1950. Na produção arquitetônica da década de 1960 não se observou a construção de edifícios representativos, acarretando em uma lacuna temporal. Conforme Russo tenha deixado o Recife em 1956, a narrativa passa a ser feita de forma impessoal para a apresentação dos edifícios da década de 1970, outro período de grande expansão construtiva. O conjunto dos edifícios apresentados constitui o que se pretende denominar de Sítio Histórico Moderno da UFPE.

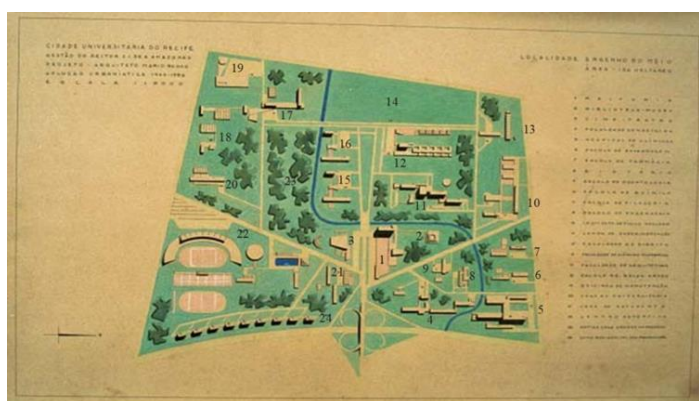


Figura 02: Projeto Urbanístico de Mario Russo para a UFPE .  
Fonte: Memorial Denis Bernardes.





Figura 03: Instituto de Antibióticos (1952) - Mario Russo.  
Fonte: Autora.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao acompanhar as revisões historiográficas para o preenchimento de lacunas, as requisições de pertencimento se sobressaem, e percebe-se que não estávamos figurando, e sequer reivindicando nosso lugar. Essa observação é bastante significativa e vem se alinhar com o fato de que na gestão da UFPE a cultura de valorização do seu próprio patrimônio histórico arquitetônico ainda não teve início.

A cartilha surge como iniciativa pioneira para tentar dar início a esse processo de reconhecimento. Apesar de ter um sítio composto de diversos edifícios candidatos à história canônica da arquitetura, não só pelas suas características materiais e estéticas, mas também por terem sido projetados por figuras de destaque daquela que podemos chamar de Escola recifense, de arquitetura modernista, ou Escola pernambucana, os quais muitos deles foram professores de projeto arquitetônico da própria instituição.

A cartilha se consolida também como instrumento de denúncia, um alerta, para chamar a atenção para a valorização tardia desse patrimônio histórico ainda obscuro tanto para a comunidade interna quanto externa, e talvez por isso, negligenciado pela gestão.

A realidade orçamentária das universidades públicas que por um lado restringe as ações de desenvolvimento e expansão, por outro, impediu grandes modificações nesse patrimônio, o que positivamente os manteve autênticos. Curiosamente, em recente busca para locações de características preservadas que servissem para ambientar as filmagens do seu novo longa-metragem “O agente secreto”, filme que se passa nos anos 1970 no

Recife, o cineasta pernambucano Kleber Mendonça solicitou à UFPE autorização para filmar na Faculdade de Medicina (figura 04).



Figura 04: Set de filmagem na Faculdade de Medicina .  
Fonte: Rita Azevedo.

Ao utilizamos a cartilha como ferramenta de informação, embora sumarizada, estamos assinalando o marco inaugural de um processo que surgiu a partir das indagações iniciais: por que só agora estamos falando sobre proteção de patrimônio na gestão do Campus da UFPE? Como uma Universidade, tida como centro de referência consolidado na produção de conhecimento, com a linha de pesquisa específica, denominada “conservação integrada”, existente desde 2004, na pós-graduação do seu reverenciado programa, esteve alheia a proposições práticas sobre a temática da conservação do patrimônio cultural universitário?

Bastante sintomático é o fato de o Campus da UFPE não possuir qualquer de seus edifícios tombados em qualquer instância. O tombamento que significaria garantia de proteção, não é visto pelos técnicos que atuam na gestão e manutenção dos edifícios como uma iniciativa positiva. Para parte deles o tombamento tende a burocratizar as ações de manutenção e atrasar a solução de problemas. Alguns afirmam que o tombamento chega a ser desvantagem para a gestão, pois encarece a obra e limita a intervenção. Tais depoimentos demonstram que o trabalho de informação e conscientização consiste também na noção de exercício de cidadania, que engloba o compromisso de preservação do patrimônio histórico de um lugar.

Como exemplo a ser apreendido e seguido, o Centro de Preservação Cultural da USP vem

apresentando iniciativas para promover o estudo e o debate acerca da preservação do patrimônio da USP, tais como o Inventário Participativo das Referências Culturais, os Roteiros do Patrimônio da USP, o Concurso de Fotografia do Patrimônio Cultural - Imagens em Patrimônio e a organização de seminários como o Seminário Patrimônio Cultural Universitário. O belo volume “Patrimônio Construído da USP: Preservação, Gestão e Memória”, organizado pelo Prof. José Lira em 2015, representa um material de referência importante no qual se apresentam os planos diretores que têm orientado as políticas de intervenção e restauro, as propostas de preservação da riqueza material e imaterial da instituição, além de artigos sobre a temática do patrimônio da Universidade, discutindo as ações preservação que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos na Universidade. Essas iniciativas orientam e motivam ações em Universidades que estão iniciando o percurso em defesa do seu patrimônio.

A cartilha de educação patrimonial do patrimônio histórico moderno da UFPE faz parte de um grupo de ações que visam as boas práticas preservacionistas e que pretendem culminar com a criação de uma Diretoria de Patrimônio que concentraria os esforços e ações sobre o tema, e cuja competência maior seria a viabilização do Plano Diretor de Conservação para o Sítio Histórico Moderno do Campus Joaquim Amazonas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **Escola do Recife: três paradigmas do objeto arquitetônico e seus paradoxos**. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq012/bases/03tex.asp>.

\_\_\_\_\_. **Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista**. Recife, 2007.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectivas, 1981.

CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo: um arquiteto italiano racionalista em Recife**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

GALVÃO, Joel F. Jayme. **Memórias de uma cruzada**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça – Arquivo Público Estadual, 1956.

LIRA, José (org.). **Patrimônio Construído da USP: Preservação, Gestão e Memória**. São Paulo: Edusp, 2015.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada: ensaios sobre arquitetura contemporânea**. São Paulo: Olhares, 2023.

NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura Moderna no Recife 1949-1972**. Recife, 2012.

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### **PATRIMÔNIO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: A UnB e suas potencialidades como Patrimônio Cultural no território brasiliense**

#### ***HERITAGE, UNIVERSITY, AND SOCIETY: UnB and its Potential as Cultural Heritage in the Brasilia Territory***

GARCIA, Claudia da Conceição<sup>1</sup>  
CANDEIA, Maria Cláudia<sup>2</sup>  
ALVES, Kairon<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta um projeto que engloba ações de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB) focado em educação patrimonial e vinculado à rede de Casas Universitárias de Cultura da UnB. Desenvolvido em parceria com outras unidades acadêmicas, o projeto ressalta a necessidade de estratégias para valorizar, divulgar e preservar o patrimônio universitário, essencial à identidade e história da cidade. O artigo detalha os objetivos específicos do projeto, destacando a gestão do conhecimento, participação social e colaboração interinstitucional como elementos centrais. Três experiências de valorização cultural e histórica foram fundamentais: um estágio pós-doutoral no CPC/USP, iniciativas de pesquisa e extensão em conservação na Universidade de Pelotas, e pesquisa de campo realizada na Escola de Arquitetura para Crianças do arquiteto Toyo Ito (*Kodomo Kenchiku Juku*) em Tóquio. O projeto buscou fortalecer a relação universidade-cidade, reconhecendo o patrimônio universitário como base para o desenvolvimento cultural, social e educativo da comunidade.

---

<sup>1</sup> Professora associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.  
csgarcia@unb.br

<sup>2</sup> Professora adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.  
candeia@unb.br

<sup>3</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.  
kairon.alves@unb.br

Palavras-chave: Universidade de Brasília. Patrimônio Universitário. Educação Patrimonial.

### **ABSTRACT**

*This article presents a project encompassing research, teaching, and extension activities within the Faculty of Architecture and Urbanism (FAU) at the University of Brasilia (UnB), focused on heritage education and linked to UnB's network of University Culture Houses. Developed in partnership with other academic units, the project emphasizes the need for strategies to value, disseminate, and preserve university heritage, which is essential to the city's identity and history. The article outlines the specific objectives of the project, highlighting knowledge management, social participation, and interinstitutional collaboration as central elements. Three cultural and historical valorization experiences were fundamental: a postdoctoral internship at CPC/USP, research and extension initiatives in conservation at the University of Pelotas, and a field survey conducted at the Children's Architecture School by architect Toyo Ito (Kodomo Kenchiku Juku) in Tokyo. The project sought to strengthen the university-city relationship, recognizing university heritage as a foundation for the community's cultural, social, and educational development.*

**Keywords:** *University of Brasilia. University Heritage. Heritage Education.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca ressaltar a importância da participação e colaboração das universidades públicas brasileiras na elaboração de programas e projetos de educação patrimonial e cujos programas devem ser desenvolvidos em parceria com a sociedade e o poder público, com o objetivo de reconhecer e valorizar os bens patrimoniais materiais e imateriais das universidades brasileiras como parte da cultura nacional. O papel das universidades públicas é fundamental, pois, por meio da pesquisa e extensão, elas podem elaborar e implementar programas, projetos e ações que contribuam para o processo de transformação e compreensão do significado dos bens patrimoniais para a cultura brasileira.

É relevante destacar a importância da Universidade de Brasília (UnB), cuja origem está intrinsecamente ligada à fundação da cidade de Brasília (Figura 1), e que implica em uma relação indissociável com a memória originária da capital federal, que deve ser preservada como parte desse patrimônio. Fundada em 1962, a UnB surgiu com o ideário e o projeto da nova capital do Brasil, sob a liderança de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, com o objetivo de inovar o ensino superior. Nasce com a missão de implantar um sistema que promovesse aprendizado transdisciplinar e uma vivência universitária plural.

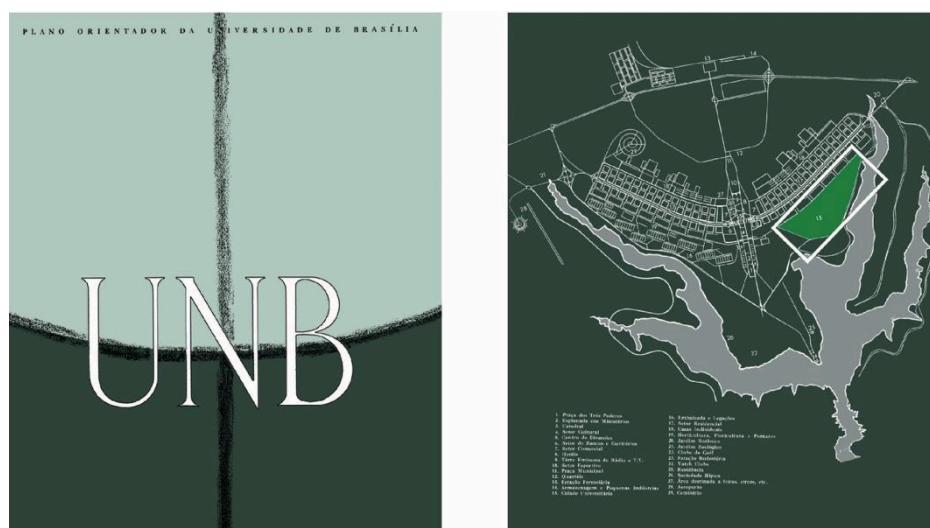


Figura 1: Plano orientador da Universidade de Brasília e localização do campus Darcy Ribeiro no Plano Piloto de Brasília. (Fonte: UnB, 1962).

O plano urbanístico de Lucio Costa para a cidade universitária (Figura 2) refletia esse





Figura 3: Invasão da Polícia Militar na UnB em 1968. Manifestação estudantil no Teatro de Arena em 1982. (Fonte: AToM UnB, 2024).



Figura 4: Estudantes jogando tênis de mesa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB em 2024. (Foto: Maria Cláudia Candeia).

Nesse contexto, a UnB tem se destacado por seu compromisso com a promoção e preservação da cultura, como evidenciado nas Casas Universitárias de Cultura (CUC) como a Casa da Cultura da América Latina (CAL), criada em 1988, o Memorial Darcy Ribeiro, o "Beijódromo", além da Casa Niemeyer, inicialmente projetada para ser a residência de Oscar Niemeyer em 1960 (Figura 5). E, recentemente, inaugurou o Espaço da Memória da UnB, que funcionará no edifício de Serviços Gerais 10 (SG-10), onde operava o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan). Esses espaços funcionam como centros de difusão cultural, refletindo na sua arquitetura a história da cidade e da UnB, integrando a comunidade na valorização da cultura brasileira.





Figura 5: Casas Universitárias de Cultura da UnB: CAL, Beijódromo e Casa Niemeyer. (Fonte: UnB Imagens, 2024).

Observa-se a importância crucial de investir em educação patrimonial. Esse investimento vai além da simples conservação física do patrimônio; trata-se de um esforço para reforçar os laços de identidade entre a população brasileira e seus bens culturais, assegurando assim a continuidade dos valores democráticos e culturais para as futuras gerações. A UnB, com sua história e estrutura, está em uma posição única para liderar esse esforço, representando um modelo de como as instituições educacionais podem e devem atuar como pilares na preservação cultural e na educação patrimonial no Brasil.

A experiência a ser apresentada nesse artigo foi desenvolvida no âmbito da Faculdade de Arquitetura da UnB, por meio de um projeto de extensão vinculado à Rede de Casas Universitárias de Cultura da UnB – Rede CUC 2024 e que contou, também, com a parceria de duas instituições de ensino superior: a Universidade Federal de Pelotas, por meio do Laboratório Aberto de Conservação e Restauração (LACORPI) e, posteriormente, com a participação do Centro de Preservação Cultural da USP (Figura 6).

A participação da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) teve como referência o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Iphan e a UFPeL que realizou a recuperação de 20 obras de arte do acervo do Palácio do Planalto, destruídas nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, para tanto foi instalado um laboratório na reserva técnica do Palácio da Alvorada. No contexto das ações e obrigações do TED foi definida a necessidade de realização de um curso de formação em educação patrimonial a fim de explorar e analisar as relações entre educação, patrimônio material e imaterial, ambiente e comunidades. O curso foi desenvolvido em parceria com a FAU/UnB e envolveu estudantes de graduação e pós-graduação que irão atuar nas ações educativas a

serem desenvolvidas nas escolas da rede pública do Distrito Federal. No curso foram abordados conceitos de memória, patrimônio, identidade e o conceito antropológico de cultura como estruturantes e/ou transformadores das políticas de patrimônio e enquanto conteúdo das ações educativas.

Nesse mesmo contexto tivemos a participação do Centro de Preservação Cultural da USP apresentando o seu compromisso com a gestão e promoção de ações direcionadas à extroversão, educação e interpretação do patrimônio cultural e cuja missão vai além da manutenção de estruturas físicas históricas; pois visa transpor o patrimônio para um contexto social e educacional mais amplo, tornando-o acessível e relevante para o público contemporâneo.

O CPC desempenha um papel vital na articulação de redes entre profissionais, estudantes e interessados do patrimônio cultural. Esse esforço de conexão facilita um diálogo produtivo de colaborações enriquecedoras, potencializando o impacto de suas iniciativas. O conselho e o suporte oferecidos às diversas unidades e órgãos da USP refletem a abordagem integrativa do centro na gestão do patrimônio cultural, assegurando sua valorização contínua e relevância no contexto educacional e sociocultural mais vasto.

Além disso, o desenvolvimento pedagógico da disciplina foi enriquecido com os resultados das pesquisas da professora Maria Cláudia Candeia, focadas em educação arquitetônica para o público infantil no Japão. A pesquisa foi realizada entre janeiro e março de 2024 na *Kodomo Kenchiku Juku* (Escola de Arquitetura para Crianças), em Tóquio, criada pelo arquiteto Toyo Ito, vencedor do Prêmio Pritzker em 2013<sup>4</sup>. A escola é uma das iniciativas da ONG de Ito, *ITO Juku - Initiative for Tomorrow's Opportunities in Architecture* (2024), fundada em 2011. A escola desenvolveu um programa destinado a sensibilizar crianças do 5º aos 7º anos do ensino fundamental japonês para o ambiente construído e natural. Além disso, as atividades desenvolvidas ao longo de um ano visam despertar nos alunos o senso de pertencimento e coletividade, oferecendo um ambiente de aprendizado divertido e acolhedor. A equipe é formada por arquitetos, educadores e estudantes de arquitetura (Figura 7).

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi financiada pela bolsa JASSO Follow-up Research Scholarship Student FY 2023 da Japan Student Services Association (JASSO).

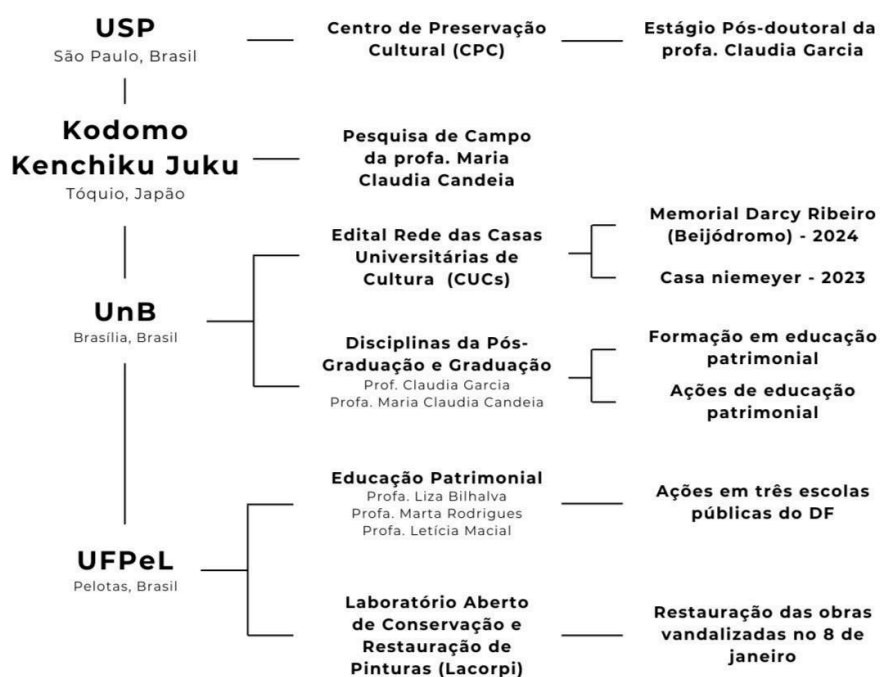


Figura 6: Construindo redes de parceria. Fonte: dos autores.



Figura 7: Estágio pós-doutoral no CPC-USP (2023), pesquisa de campo na Kodomo Kenchiku Juku, Japão (2024) e parceria com a UFPeL e Iphan (2024). Fonte: dos autores.

A partir dessas experiências o projeto abordou o tema da educação patrimonial a fim de propor resultados concretos e pedagógicos que visem sensibilizar crianças e jovens em desenvolvimento, objetivando cultivar uma consciência cívica atrelada ao planejamento da cidade.

## OBJETIVOS

Nosso principal interesse está no desenvolvimento de experiências inclusivas que visam promover o diálogo entre a sociedade e a universidade. Essas experiências podem se concretizar através de diversas atividades culturais e de extensão destinadas a variados

públicos. Assim, o direcionamento das pesquisas e atividades dos últimos anos foi baseado nos seguintes objetivos:

- a) **a) Gestão do Conhecimento:** Refinar os processos de documentação, pesquisa e compartilhamento de informações sobre o patrimônio, preservando a memória coletiva e destacando o papel transformador da universidade na comunidade urbana, garantindo que essa herança seja transmitida às futuras gerações. Aprimorar
- b) **Aprimorar Estratégias de Comunicação:** Aumentar a visibilidade e relevância do patrimônio universitário para a comunidade por meio de abordagens comunicacionais inovadoras e engajadoras, ressaltando sua importância não apenas para a academia, mas também para o tecido social da cidade.
- c) **Experiências em Gestão Compartilhada:** Promover uma administração inclusiva e democrática do patrimônio, integrando mecanismos de participação social. Envolver diversos atores sociais na gestão patrimonial fortalece a conexão comunitária com o patrimônio e sua sustentabilidade.
- d) **Integração e Articulação Institucional:** Estabelecer cooperação efetiva entre instituições responsáveis pelo desenvolvimento urbano e patrimônio cultural. Criar uma matriz de responsabilidades compartilhadas é essencial para otimizar recursos e esforços na gestão dos bens patrimoniais.
- e) **Fomentar Parcerias e Pesquisas:** Estimular a colaboração com centros de investigação em patrimônio cultural, criando vínculos de pesquisa entre a Faculdade de Arquitetura da UnB e outras entidades para integrar conhecimentos e práticas que enriquecem o manejo do patrimônio.
- f) **Procedimentos de Pesquisa:** Promover debates e a transferência de conhecimento técnico e metodológico para docentes e discentes, visando capacitar e envolver a comunidade acadêmica nas tarefas de pesquisa, preservação e valorização do patrimônio.
- g) **Educação Patrimonial:** Desenvolver iniciativas que sensibilizem e engajem o público em relação ao patrimônio, com ênfase na obra e pensamento de Darcy Ribeiro. Espaços e figuras simbólicas funcionam como pilares educativos e culturais, promovendo a reflexão sobre identidade e memória coletiva.

Por meio desses objetivos, busca-se fortalecer a relação entre a universidade e a cidade, reconhecendo e valorizando o patrimônio universitário como alicerce para o

desenvolvimento cultural, social e educativo da comunidade. O comprometimento com essas metas refletirá positivamente não apenas no presente, mas também moldará um legado duradouro para as futuras gerações.

## **METODOLOGIA**

As ações descritas neste artigo são guiadas pelos princípios defendidos por Darcy Ribeiro, que regem a atuação acadêmica na Universidade de Brasília: o equilíbrio entre pesquisa, ensino e extensão. O artigo se divide na descrição de ações iniciadas em um projeto de pesquisa, que se expandiram para atividades de ensino e extensão. Pretende-se desenvolver iniciativas que sensibilizem e engajem o público em relação ao patrimônio, com especial ênfase na história e vivência universitária, aliadas ao seu ambiente construído. Espaços e figuras simbólicas atuam como pilares educativos e culturais, promovendo a reflexão sobre a identidade e a memória coletiva.

## **ANTECEDENTES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

O projeto de pesquisa originalmente intitulado “Brasília, uma cidade educadora: sobre educação patrimonial e o desenho da cidade” teve início em 2016 com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Partiu da premissa de que o Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, apesar de possuir valor excepcional, como um sítio cultural e que deve ser protegido para o benefício da humanidade, deve objetivar questões sobre a importância de se preservar não somente o significado histórico, artístico e cultural implícito no desenho original de Lucio Costa, mas, necessariamente, incluir em seus ideários as histórias das pré-existências da formação do DF, além das culturas que foram trazidas pelos candangos e incorporadas como saberes locais das 33 regiões administrativas do DF. Desta maneira, nossa proposta em educação patrimonial objetivava fomentar as relações socioculturais entre as regiões administrativas do DF, além de promover uma articulação entre a Universidade de Brasília/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o Iphan/DF/Nacional e as Secretariaria da Educação e de Cultura do DF por meio do ensino e da pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios.

A pesquisa buscava contribuir para a abordagem do tema “educação patrimonial” de maneira eficiente, lúdica e esclarecedora, a fim de sensibilizar as crianças nas primeiras

fases de sua formação e, concomitantemente, situar a consciência de cidadania, implícita ao desenho da cidade. Além disso, buscava incentivar que essas crianças, no futuro, pudessem adquirir as competências necessárias para a compreensão dos valores patrimoniais e culturais e, desta maneira, tomarem atitudes, com vistas a estabelecer um compromisso permanente como o exercício da cidadania e que incluir o entendimento da preservação de sua cultura para as gerações presentes e futuras, e assim desempenhar um papel decisivo na salvaguarda de suas cidades.

A cada geração surgem novas contribuições, entretanto a herança cultural deve permanecer como o fio condutor da história, não apenas como memória e lembrança cultural, mas como parte integrante do nosso cotidiano, pois nos ajuda a compreender o mundo que nos rodeia com a amplitude necessária para que as identidades culturais sejam respeitadas e perpetuadas.

Há que se considerar a diversidade cultural que revela as características internacionais, nacionais, regionais e locais de cada sociedade e que permite uma construção histórica a partir de sotaques, costumes, gastronomia e seus modos de vestir etc. Graças a cada uma dessas particularidades podemos identificar e reconhecer a identidade de uma nação, de uma sociedade ou de um grupo.

O Distrito Federal, diferente dos estados brasileiros não possui municípios, sendo composto por 33 regiões administrativas que estão situadas no Planalto Central, no miolo do estado de Goiás e com uma diminuta divisa de 2 km com Minas Gerais. Com aproximadamente 5,78 mil km<sup>2</sup> onde se estima que vivam 2,85 milhões de habitantes, possui características tanto de Estado como de Município e é administrado por um governador e este indica os administradores das regiões administrativas, inclusive a de Brasília. Há aqueles que confundem Brasília como a capital do Distrito Federal, mas ela é a sede do governo do DF e todos que nascem no território do Distrito Federal são reconhecidos como brasilienses ou candangos.

Apesar dos nascidos no território do DF serem chamados de Candangos, o referido termo, originalmente, foi utilizado para definir os pioneiros construtores de Brasília e comumente se referia aos milhares de nordestinos que deixaram sua cidade natal para assumir a responsabilidade de construir a nova capital do Brasil e permaneceram até hoje no território do DF, consolidando um vínculo afetivo e simbólico com a região.

A participação de imigrantes das regiões norte e nordeste do Brasil foi crucial para o surgimento da Capital Federal, entretanto é sabido que muitos brasileiros, de outras regiões do Brasil, migraram para o DF na época da construção de Brasília. Desta

maneira, a fundação da cidade foi marcada por uma importante diversidade cultural e muito determinou a formação da sociedade brasiliense, que nasceu marcada pela miscigenação do povo Brasileiro. Se por um lado se caracterizou por essa riqueza e diversidade cultural, por outro lado foi prejudicada, por parte de seus residentes, pela falta de vínculo de natividade com a cidade.

Segundo os dados sobre a evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal de 1959 a 2010, realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), se identificou que quase 54% da população do DF nasceu em Brasília, ou seja, quase metade da população possui referências nativas de outras regiões do Brasil. Além disso, segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013/2014 desenvolvido, também, pela CODEPLAN apenas 35,14% dos habitantes do Plano Piloto nasceram no Distrito Federal.

Embora, atualmente no DF, já possamos reconhecer uma geração de residentes nascidos no DF com filhos e netos também brasilienses, os dados em geral evidenciam que o Distrito Federal e, principalmente, a área onde se encontra o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) é formada por uma população de imigrantes. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de se construir caminhos que viabilizem a valorização do vínculo de pertencimento dos habitantes com a cidade.

Segundo o levantamento das estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE, no DF a população das crianças na faixa etária entre 0 e 9 anos representam, aproximadamente, 13,62% da população e 15,85%, encontram-se na faixa etária de 10 a 19 anos, ou seja, pouco mais de 25% encontram-se na fase de educação fundamental e média.

Considerando essas estimativas censitárias ponderamos que as iniciativas bem sucessivas de inclusão de temáticas sobre o reconhecimento, a valorização e a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, nos projetos políticos pedagógicos das escolas de ensino fundamental e médio do DF, poderão viabilizar o fortalecimento identitário de Brasília na vida cotidiana dos jovens brasilienses.

Segundo Demarchi (2016) das noventa dissertações defendidas entre 2012 e 2015, no programa de mestrado profissional no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), apenas 5% abordam o tema educação patrimonial. Esse panorama, de baixa produção na área, sinaliza a fragilidade e a necessidade de incentivo de uma agenda afirmativa junto aos órgãos competentes, além da urgente necessidade de incentivarmos essas discussões nas esferas competentes com a participação da

sociedade civil. Entretanto, essa discussão exige por parte da sociedade o sentimento de pertencimento e identidade ao patrimônio brasileiro e este deve ser construído por um processo contínuo e permanente desde a mais tenra idade.

Acreditamos que a temática não deve se limitar a um processo de aprendizagem estanque e limitado a uma única disciplina nas escolas. Sua abordagem pode surgir para as crianças como uma costura, ou um encontro de disciplinas, fortalecendo e mobilizando esses pequeninos a um processo constante de descobertas sobre aspectos culturais locais, regionais e nacionais nas diferentes áreas de conhecimento.

A pesquisa tem buscado um alinhamento com as propostas existentes. Em entrevistas e levantamentos junto ao Iphan e a Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte – Educação - GEAPLA identificamos que as ações já realizadas e as propostas baseiam-se nas oficinas de inventários participativos com o objetivo de descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela.

Entretanto, em nossas pesquisas identificamos que o valor agregado ao Conjunto Urbanístico de Brasília, na sua condição de patrimônio cultural reconhecido pela UNESCO e o pensamento de Lucio Costa para a construção de Brasília, não é parte integrante do imaginário coletivo da sociedade brasiliense como patrimônio de identidade da comunidade.

Essa dificuldade de reconhecimento de pertencimento e identidade com a cidade contribui não apenas para o comprometimento da preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), como também distancia a sociedade do olhar coletivo sobre o que de fato foi pensado e proposto na fundação de Brasília por Lucio Costa.

Resgatar os ideários implícitos ao desenho proposto para o Plano Piloto e para a formação do território do Distrito Federal constitui uma possibilidade de fortalecimento do sentido de cidadania. Paralelamente, o sentimento de pertencimento implica na possibilidade de estímulo e valorização do lugar com vias a incentivar à participação comunitária. Na medida em que a pessoa se sente coautor das ações relacionadas à cidade, tudo o que for sendo construído de forma participativa provocará o sentimento de corresponsabilidade, permitindo a percepção de que os resultados atingidos são uma conquista de todos do grupo, pois representa o esforço individual de cada um e consequentemente se traduz como espírito de cidadania.

Significa viabilizar uma formação cidadã de espírito crítico e que permita que essas



crianças se tornem adultos com a capacidade de interagir de forma ativa e reflexiva na sociedade com participação, contextualização e significação do lugar.

Lucio Costa quando desenhou o Plano Piloto para Brasília agregou ao projeto da cidade esse espírito de cidadania ao explicitar que a cidade não poderia ser pensada apenas como uma *Urbis*, que visa apenas atender as questões práticas do cotidiano de uma cidade. Deveria ser projetada, também, como *Civitas*,

[...] uma cidade possuidora dos atributos inerentes a uma capital. [...] porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir, ao conjunto projetado, o desejável caráter monumental. Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. (Lucio Costa em: Iphan, 2014, p. 29)

Vale, então, lembrar o discurso de André Malraux, o então ministro da cultura da França na época do lançamento da pedra fundamental da Casa da Cultura Francesa (agosto de 1959), que batizou Brasília como “a capital da esperança” quando declarou:

Quase todas as cidades nascem espontaneamente em derredor de um lugar privilegiado. Que a história contemple conosco, neste momento, o primeiro despertar de uma cidade que a vontade humana, sozinha, fez surgir. Se houver renascer, algum dia, a antiga paixão das inscrições nos monumentos gravar-se-á sobre os que aqui irão nascer: audácia, energia, confiança. Não será, provavelmente, a divisa oficial, mas com certeza a que vos dará a posteridade. (MALRAUX, 1959).

Lamentavelmente, Brasília se distanciou dessa ideia de “Capital da esperança”. Comumente a cidade está associada a críticas que a colocam numa condição de uma “ilha” destinada a poucos. A perversa especulação imobiliária elevou o custo do metro quadrado do Plano Piloto, expulsando as pessoas para regiões distantes, elitizando a vida cotidiana da cidade. Além, também, da associação da cidade às dificuldades políticas do Brasil, marcada por corrupção e desrespeito por parte de nossos políticos com os compromissos com a sociedade brasileira. É comum associar a cidade a essa imagem negativa.

Num sentido geral esse projeto de pesquisa visa construir um olhar que desmistifique esses aspectos negativos e, além disso, permita que possamos nos debruçar e revelar a essência implícita ao desenho proposto por Lucio Costa, que consagrou a cidade como patrimônio da humanidade, não apenas por sua beleza, seu significado histórico, seus ideários modernos, mas identificar as qualidades inerentes a proposta original da cidade e que possam ser efetivamente reconhecidas, consagrando novamente Brasília como a “capital da esperança”.

## AÇÕES PREGRESSAS

No ano de 2019, a presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da FAU (PPG/FAU) com a participação de diferentes atores, na disciplina temática acerca da educação patrimonial. Como desdobramento das atividades desenvolvidas no PPG-FAU, a equipe participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2019, que ocorreu entre os dias 21 e 27 de outubro no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília, com apoio do Centro Cultural Três Poderes, com apoio financeiro de edital específico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). A exposição foi dividida em duas partes com uma expografia produzida a partir de um levantamento fotográfico no Arquivo Público do Distrito Federal, esse primeiro momento foi dividido em quatro núcleos. A outra parte corresponde a uma proposta lúdica e interativa, com jogos e oficinas de desenho e pintura voltadas especialmente para as crianças. A exposição Brasília 60&+, planejada em parceria com a FAU–UnB e o Centro Cultural Três Poderes, homenageia a capital do país. Posteriormente, aberta à visitação pública no Centro Cultural Três Poderes.

Em 2020 o grupo de pesquisa publicou o artigo intitulado “A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal”. Desde 2021 o projeto de pesquisa tem sido desenvolvido em parceria com a Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte Educação (GEAPLA) da Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal junto a Coordenação Pedagógica Coletiva para reflexão da Educação Patrimonial em Brasília, por meio de atividades relacionada a cursos e seminários (Figura 8).

<b>2016</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Projeto de Pesquisa “Brasília, uma cidade educadora: sobre educação patrimonial e o desenho da cidade”	Disciplina no PPG-FAU UnB Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2019	Publicação do artigo: “A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal”	Desenvolvimento de atividades em parceria com a Secretaria de Educação	projeto em colaboração com a Casa da Cultura da América Latina (CAL) por meio de uma disciplina de graduação com foco na Casa Niemeyer	Continuação da proposta de 2023 por meio do Pós-Graduação e Graduação da FAU UnB, em conjunto com a educação extensionista com foco na UnB

Figura 8: Linha do tempo das ações de pesquisa e extensão. Fonte: dos autores.

No primeiro semestre de 2023, na FAU/UnB, desenvolvemos um projeto inovador em colaboração com a Casa da Cultura da América Latina (CAL) por meio de uma

disciplina de graduação. Este projeto visou promover uma educação extensionista ancorada na interdisciplinaridade e interprofissionalidade, destacando a atuação proativa dos alunos. Como foco do estudo, escolhemos a Casa Niemeyer (Figura 9), o que permitiu o desenvolvimento de uma relação de cooperação entre a CAL e a FAU. O objetivo principal foi criar um projeto de educação patrimonial para crianças, explorando temas interdisciplinares ligados à figura de Oscar Niemeyer e sua obra. Esse esforço faz parte de uma pesquisa mais abrangente chamada "Brasília, uma cidade educadora: sobre educação patrimonial e o desenho da cidade", iniciada em 2016 e que teve apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Originalmente a pesquisa considerou o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), apesar de seu excepcional valor cultural, deve ser visto sob uma ótica que valoriza não apenas seu significado histórico, artístico e cultural como imaginário por Lucio Costa, mas também deve incorporar a história pregressa do Distrito Federal e a diversidade cultural trazida pelos candangos. Dessa forma, a proposta educacional visava incentivar a conexão sociocultural entre as regiões administrativas do DF e estabelecer parcerias entre a Universidade de Brasília, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o Iphan (tanto no nível distrital quanto nacional) e as Secretarias de Educação e Cultura do DF.



Figura 9: Atividades desenvolvidas na Casa Niemeyer em 2023. Fonte: dos autores.

## AÇÃO CONTINUADA

Com o intuito de integrar a comunidade universitária em suas diversas instâncias, as atividades do ano de 2024 foram desenvolvidas com estudantes matriculados na disciplina Estudos Especiais em Patrimônio e Preservação 2 do Programa de Pós-graduação da FAU/UnB e Prática em Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo, da graduação. Além das disciplinas, o projeto foi contemplado pelo Edital

DEX No 02/2024 – Rede de Casas Universitárias de Cultura – Rede CUC 2024 que fomenta projetos culturais para o Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo) da UnB. A metodologia para o desenvolvimento das ações foi baseada na observação direta e no acompanhamento técnico permanente das experiências educacionais desenvolvidas no âmbito do LACORPI, do CPC/USP e na parceria com as secretarias de educação e/ou cultura do DF, e das articulações entre Universidade e sociedade civil.

Dentro desse contexto, as disciplinas foram elaboradas de forma a garantir a participação dos diversos atores envolvidos nesta parceria (Figura 10). Para tanto, foram divididas em dois módulos: o primeiro, de caráter teórico, teve como objetivo a formação em educação patrimonial e a análise de estudos de caso, por meio de aulas expositivas e leituras dirigidas. Esta fase contou com a contribuição das professoras especialistas em educação patrimonial da UFPel Liza Bilhalva Martins, Marta Bonow Rodrigues, e da educadora Leticia Nörnberg Maciel, além da professora Maria Cláudia Candeia, que apresentou suas pesquisas sobre o ensino de arquitetura na Escola de Arquitetura para Crianças de Toyo Ito no Japão.

**Mod. 01**

**Formação em educação patrimonial**

Apresentação do projeto de **restauração e conservação** pela equipe responsável da UFPel.

**Educação Patrimonial** - abordagem e metodologias

O “eu” e o patrimônio - Patrimônio **material e imaterial**

Praticando a **formação nas escolas** e na comunidade do DF – Educação Patrimonial no âmbito do projeto (LACORPI - UFPel)

**Mod. 02**

**desenvolvimento das ações de educação patrimonial**


Discussão das **possibilidades**

**Decisão dos temas** abordados nas atividades

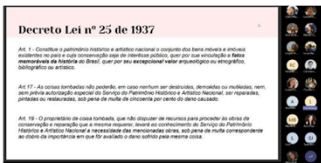
Tema 1: Roda, Rede e Rolê

Tema 2: UnB Descubra


Tema 3: a turma do Darcy.




fonte: Autores




fonte: Autores




fonte: Autores



fonte: Bruno Castro



fonte: Bruno Castro



fonte: Bruno Castro

Figura 10: Estrutura da disciplina ofertada nos cursos de graduação e programa de pós-graduação da FAU-UnB. Fonte: dos autores.

O segundo módulo (Figura 11), de caráter prático, focou na elaboração das ações patrimoniais, com o desenvolvimento de protótipos em ateliê para posterior implementação. As temáticas foram construídas em conjunto e giraram em torno da vivência e do patrimônio universitário da UnB. Para elaborar as propostas e definir o público-alvo, os estudantes basearam-se nas diretrizes da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) e na Cartilha da União Internacional de Arquitetos (UIA) a *Charter for Built Environment Education for Children and Young People: Architecture and Children Work Programme* (2019).



Figura 11: Desenvolvimento de atividades nos ateliês da FAU-UnB. Fotos: Bruno Castro.

Ao final do semestre letivo, foi articulada, em parceria com a Secretaria de Educação e a equipe do Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo), a aplicação dessas ações em turmas de escolas de ensino fundamental e médio. Até o momento desta publicação, as ações ainda estão em fase de implementação (Figura 12).



Figura 12: Atividade desenvolvida com estudantes do Centro de Ensino Médio da Asa Norte - CEAN, Brasília. Fotos: Kairon Alves.

Além das atividades em sala de aula, os estudantes foram convidados a vivenciar e participar das ações de educação patrimonial desenvolvidas por professoras da UFPel, no âmbito do projeto TED com o Iphan, abordando o tema das obras vandalizadas em 8 de janeiro de 2023 (Figura 13). Todo trabalho desenvolvido advindo dessas parcerias foi apresentado no Seminário “Diálogos sobre Conservação-Restauração, Patrimônio e Democracia”, promovido pelo Iphan, em 2024.



Figura 13: Ação de educação patrimonial conduzida pela UFPel com a participação de estudantes da UnB no Centro de Ensino Fundamental do CASEB, Brasília. Fotos: Maria Cláudia Candeia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este artigo destacou um conjunto de ações destinado a fortalecer a relação entre a universidade e a cidade, reconhecendo e valorizando o patrimônio universitário como um alicerce fundamental para o desenvolvimento cultural, social e educativo da comunidade. É essencial promover debates e a transferência de conhecimento técnico e metodológico para docentes e discentes, assegurando que a comunidade acadêmica esteja envolvida nas tarefas de preservação e valorização do patrimônio. Aliar pesquisa e extensão também se mostrou fundamental para a produção e circulação de conhecimento entre os diversos atores da comunidade universitária.

Diante dos recentes cortes na educação, os desafios para a preservação do patrimônio universitário se intensificaram. Portanto, conscientizar a comunidade acadêmica e o público em geral sobre a importância desse patrimônio é mais importante do que nunca. Apesar dos desafios, acredita-se que iniciativas da própria gestão universitária podem mitigar esses problemas, sendo a educação patrimonial um caminho efetivo para isso.

As ações de educação patrimonial ganharam força graças aos editais das Casas Universitárias de Cultura, que apoiam atividades culturais diversas. No entanto, o

engajamento institucional contínuo é crucial para garantir a persistência dessas ações. Embora alguns esforços já ocorram através dos Decanatos de Extensão e de Ensino de Graduação da UnB, é vital que a gestão universitária desenvolva um mapeamento abrangente dessas iniciativas, tanto no âmbito dos editais quanto por meio de projetos com gestão e orçamento próprios. Além disso, é necessário institucionalizar a gestão patrimonial da UnB, com foco na conservação e difusão cultural. O compromisso com essas metas não apenas terá um impacto positivo imediato, mas também moldará um legado duradouro para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial., São Paulo: Revista CPC, n.22, p.267-291, jul./dez 2016.

Pedagógico: Escola: lugar de formação integral dos sujeitos. Brazlândia, 2018.

GARCIA, C. FUENZALIDA, M. OLIVEIRA, I. LIMA, C. A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal. Revista Com Censo #20, volume 7, número 1, março 2020.

GRUNBERG, E. et al. Guia Básico da Educação Patrimonial. MUSEU IMPERIAL / DEPROM - IPHAN - MINC, 2006. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>. IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) (Iphan), Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal; coordenação e organização, Carlos Madson Reis, Claudia Marina Vasques e Sandra Bernardes Ribeiro – Brasília, DF: Iphan – DF, 2014. 140 p.

SEEDF. Currículo em Movimento do Distrito Federal Educação Básica: Ensino Fundamental anos iniciais anos finais. 2a. ed. Brasília: GDF, 2018. 316 p. Disponível em: <[http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental\\_19dez18.pdf](http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf)>.

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SUBEB). Catálogo: Programas e Projetos 2018. Brasília, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; NACHBIN, Leopoldo; RIBEIRO, Darcy; TEIXEIRA, Anísio. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília, 1962.

Figura 3 – Fotografia. Sem título. 1968. Fotografia, Sem título. 1982. AToM UnB. 2024. Disponível em: < <https://atom.unb.br/index.php/00007-05>> e

<<https://atom.unb.br/index.php/00003-22>>. Acesso em: 23 Ago 2024.

Figura 5 – UnB Imagens. 2024. Disponível em: <<http://unbimagens.unb.br/index.php/extensao/category/69-beijdromo>> e <<http://www.unbimagens.unb.br/index.php/extensao/category/66-casa-niemeyer>>. Acesso em: 23 Ago 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Universidade de Brasília e sua rede de Casas Universitárias de Cultura pelo apoio a este projeto e por facilitar o diálogo com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Iphan e o Centro de Preservação Cultural da USP, aos quais também somos gratos. Agradecemos à *Japan Student Services Association* (JASSO) e ao fotógrafo Bruno Castro pelos registros das atividades e, por fim, aos estudantes que participaram ativamente das disciplinas na FAU-UnB.





## **PARTE C: PRÁTICAS DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO**

### **SESSÃO 6 - Referências culturais, inventário de saberes e formas de expressão universitária**

5 de setembro de 2024 // 13H30 às 15H30

*Mediação: Sofia Diogo Braga (CPC-USP)*



## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### IDENTIFICANDO REFERÊNCIAS CULTURAIS COM OS UNIVERSITÁRIOS DA USP SÃO CARLOS: Da universidade à cidade

#### *IDENTIFYING CULTURAL REFERENCES WITH USP SÃO CARLOS UNIVERSITY STUDENTS: From university to city*

André Frota Contreras Faraco<sup>1</sup>  
Simone Helena Tanoue Vizioli<sup>2</sup>

#### RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar experiências de identificação de referências culturais com os universitários do campus USP São Carlos por meio de ações de Educação Patrimonial e de ação participativa ao longo de pesquisas e atividades de cultura e extensão do Núcleo de Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC) desde 2019. A primeira experiência se trata do @INVENTARIO.USP.SC, realizada com os alunos de graduação do campus USP São Carlos, entre 2021 e 2022, que consistiu em um processo educativo desenvolvido em etapas, e cujos resultados foram teorizados pelos participantes em um Inventário Participativo disponibilizado no instagram. A segunda experiência se trata de uma ação participativa de mobilização de vivências realizada no contexto da pesquisa “Patrimônio cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região

<sup>1</sup> Doutorando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Pesquisador do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP. Foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara d’Oeste (2021-2022). Arquiteto e Urbanista. Autor do livro “Educação Patrimonial em São Carlos-SP: identificando referências culturais na universidade e na escola” (2023).

<sup>2</sup> Professora Doutora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) desde 2009. Graduada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Mestre e Doutora pela FAU-USP. Professora visitante na Sapienza Università di Roma (2021-2022). Cofundadora e cocoordenadora do N.ELAC. Presidente da Comissão de Cultura e Extensão do IAU-USP.

central de São Carlos-SP” (2024). A experiência contou com uma ação participativa, com elaboração de desenho e realização de entrevista, que envolveu os alunos da graduação na Praça Coronel Salles, região central da cidade e importante local cívico-cultural. Para além dos resultados das próprias ações – que pode-se elencar, como a própria identificação de referências culturais, a construção coletiva de conhecimento, a teorização e comunicação do Patrimônio Cultural universitário – as ações estão se constituindo em uma prática sistemática que abrange a escala da cidade (afinal, a universidade está situada no determinado contexto urbano) e que se caracteriza como práxis pedagógica, pois são atividades práticas orientadas pela teoria que se remete à ação na realidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Referências Culturais. USP São Carlos.

### ***ABSTRACT***

*The objective of this work is to present experiences of identifying cultural references with university students at the USP São Carlos campus through Heritage Education actions and participatory action throughout research and cultural and extension activities of the Núcleo de Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC) since 2019. The first experience is @INVENTARIO.USP.SC, developed with undergraduate students from the USP São Carlos campus, between 2021 and 2022, which consisted of an educational process developed in stages, and whose results were theorized by the participants in an Inventory Participation available on Instagram. The second experience is a participatory action to mobilize experiences developed in the context of the research “Cultural heritage and representation: identification of cultural references in the squares of the central region of São Carlos-SP” (2024). The experience included a participatory action, with the creation of a drawing and an interview, which involved undergraduate students in Coronel Salles Square, the central region of the city and an important civic-cultural location. In addition to the results of the actions themselves – which can be listed as the identification of cultural references, the collective construction of knowledge, the theorization and communication of university Cultural Heritage – the actions are constituting a systematic practice that covers the scale of the city (after all, the university is located in a given urban context) and which is characterized as pedagogical praxis, as they are practical activities guided by theory that refer to action in reality.*

***Keywords:*** Cultural Heritage. Cultural References. USP São Carlos.

## INTRODUÇÃO

As experiências apresentadas neste trabalho foram desenvolvidas no Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos-SP. O N.ELAC trabalha com temas relacionados à representação e linguagem por meio de experiências focadas nos processos cognitivos presentes na percepção da cidade e da arquitetura.

Desde 2012 o Núcleo desenvolve projetos de cultura e extensão e de pesquisa que envolvem o Patrimônio Cultural, como: o projeto de extensão “Patrimônio Arquitetônico, Design e Educação: Desenvolvimento de Sistemas Interativos Lúdicos” (2012-2018), o qual promoveu a exploração, a representação e a apropriação pelo cidadão – de forma lúdica e criativa – de uma parte do conjunto patrimonial arquitetônico da cidade de São Carlos por meio de sistemas interativos, isto é, blocos tridimensionais, jogos educativos em meio digital e modelos tridimensionais em dobraduras de papel; desde 2018 desenvolve o projeto de pesquisa “Estudo de mapeamento digital 3D (fotogrametria) para educação e documentação patrimonial” (FAPESP nº 2018/18958-0), com o objetivo de estudar e experimentar o mapeamento digital com aplicação na documentação de Patrimônio Cultural e como contribuição para a educação patrimonial; atualmente, desenvolve a pesquisa “Documentação, Representação e Comunicação do Patrimônio Histórico Eclético de São Carlos por meio de tecnologia digital 2D e 3D” (Fapesp nº 2021/14765-5), um projeto conjunto com a Sapienza Università di Roma, que tem como objetivo principal documentar o Patrimônio Cultural, especificamente os exemplares de arquitetura eclética, do município de São Carlos.

Mas o tema Patrimônio Cultural universitário começou a ser abordado no N.ELAC a partir de 2019, com o desenvolvimento da pesquisa de mestrado “Educação Patrimonial: processo participativo de identificação de referências culturais dos universitários do campus USP São Carlos”<sup>3</sup>. É importante enfatizar a relação histórica da universidade com a cidade de São Carlos.

Em 1953 houve a criação da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), unidade da Universidade de São Paulo (USP), que deu origem à USP São Carlos, e atualmente é formada pelas seguintes unidades de ensino: Escola de Engenharia de São Carlos

---

<sup>3</sup> FARACO, 2022.

(EESC), Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), Instituto de Física de São Carlos (IFSC) e o Instituto de Química de São Carlos (IQSC). Em 2022, a USP São Carlos contava com 5.121 alunos de graduação, 4.058 alunos de pós-graduação, 499 docentes, 1.030 funcionários técnicos e administrativos<sup>4</sup>.

Todos os anos chegam mais de 2.800 novos estudantes universitários a São Carlos, provenientes de todas as partes do Brasil e até de outros países. Eles são atraídos justamente pela qualidade das duas universidades públicas do município, a USP e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que estão entre as 10 melhores universidades do país, conferindo ao município o status de polo universitário e o título de capital da tecnologia<sup>5</sup>. A presença desses universitários no município tem também um peso significativo para a economia local. A Associação Comercial e Industrial de São Carlos (ACISC) estima que os estudantes universitários gastam em média 20 milhões de reais por mês no município, principalmente com moradia, alimentação, comércio e prestação de serviços<sup>6</sup>.

Isso permite confirmar que é incontestável não só a importância da universidade no município, mas também a importância dos universitários como um grupo formador da sociedade são-carlense. Grupo heterogêneo e que torna ainda mais complexas as práticas culturais dos estudantes, pois são mantidos os legados que as gerações de universitários construíram ao longo da história da universidade, permitindo que novos estudantes os atualizem.

Por isso, justificou-se o interesse e a necessidade de identificar, interpretar e representar aquilo que é portador de referência à ação, à memória e à identidade dos universitários da USP São Carlos. Para isso, consultou-se previamente as recomendações da Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo para a proposição de iniciativas patrimoniais no interior da universidade, que apresenta diretrizes como a necessidade de participação dos grupos envolvidos diretamente com os bens culturais e a adoção de processos dialógicos e participativos<sup>7</sup>.

Dessa forma, para essa identificação, interpretação e representação, que também estivesse em acordo com as diretrizes da Carta, os autores têm desenvolvido ações participativas e dialógicas com os universitários da USP São Carlos, especialmente com

---

<sup>4</sup> PORTAL USP-SÃO CARLOS, 2022.

<sup>5</sup> PORTAL G1, 2018.

<sup>6</sup> EPTV 1, 2020.

<sup>7</sup> CARTA, 2014.

os alunos de graduação do IAU, que são apresentadas neste trabalho. A primeira delas é a experiência “@INVENTARIO.USP.SC”, que consistiu em um processo de Educação Patrimonial realizado em 2021 e 2022, e teve como resultado final a elaboração de um Inventário Participativo que foi disponibilizado na rede social Instagram. A segunda ação é “Patrimônio Cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região central de São Carlos-SP”, realizada em 2024, que consistiu numa ação participativa com os alunos de graduação do IAU que envolveu a elaboração de desenho e responder um questionário.

Os métodos e resultados de cada ação são melhor detalhados adiante. Mas o desenvolvimento dessas ações busca constituir-se em práxis pedagógica, que é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo. O ser humano é um ser da práxis, porque é capaz de fazer e pensar sobre o que fez – ou seja, de refletir sobre a própria ação – e, por isso, tem condições de transformar o mundo<sup>8</sup>.

Isso significa que é preciso haver dinamicidade e simultaneidade entre o fazer e o pensar sobre o fazer<sup>9</sup>. A práxis pedagógica situa o homem e seu fenômeno educacional às relações sociais e à história da sociedade: “uma concepção de educação envolvida numa relação orgânica com o contexto histórico e social”<sup>10</sup>.

Isso significa que os dualismos entre teoria e prática, ação e reflexão, são superados, no aspecto de que a práxis pedagógica é uma atividade prática orientada pela teoria que se remete à ação na realidade, que esteja a serviço do processo histórico do homem, reconhecendo-o como produto e criação da sua própria atividade<sup>11</sup>.

### **@INVENTARIO.USP.SC**

A experiência @INVENTARIO.USP.SC contempla duas ações desenvolvidas pelos autores que ocorreram entre 2021 e 2022 com os alunos do campus de São Carlos da USP. Em 2021, ainda de forma remota devido às circunstâncias da pandemia de covid-19, envolveu 20 alunos de graduação, de forma voluntária; em 2022, presencialmente, envolveu 32 alunos de graduação também de forma voluntária. A maioria dos alunos eram estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, mas também houve alunos dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Química e Engenharia Elétrica.

---

<sup>8</sup> FREIRE, 2019.

<sup>9</sup> FREIRE, 1996.

<sup>10</sup> CARVALHO e PIO, 2017, p. 435.

<sup>11</sup> CARVALHO e PIO, 2017.

A experiência consistiu em ações de educação patrimonial, cujo objetivo foi oportunizar aos alunos que desnaturalizassem o cotidiano universitários e interpretassem-no sob a perspectiva do Patrimônio Cultural, de forma a identificar, interpretar e representar as referências culturais que se manifestam nele: os lugares, as práticas, as habilidades, os costumes, as crenças e os valores da vida dos universitários, ou seja, aquilo que é portador de referência à ação, à memória, à identidade dos universitários e constitui o seu Patrimônio Cultural<sup>12</sup>.

Para o desencadeamento do processo, privilegiou-se as experiências dos alunos. Na primeira etapa, para a mobilização dos conhecimentos dos alunos, os autores propuseram a eles que refletissem sobre as suas vidas como universitários do campus USP São Carlos: os hábitos, as experiências, as relações, os lugares que frequentam. As reflexões propostas foram: 1) um lugar importante; 2) um elemento da natureza que fosse representativo; 3) uma celebração ou festa a qual participa; 4) uma forma de expressão ou de comunicação que utiliza; 5) uma manifestação social e/ou artística a qual pratica. Para isso, foi desenvolvida uma atividade em que os alunos deveriam elaborar uma representação para cada uma dessas reflexões que utilizasse uma linguagem de representação não-verbal, dentre elas, o desenho (à mão e/ou digital), mas podendo se utilizar colagem e fotografia<sup>13</sup>.

FIGURA 01 – Representação de uma forma de expressão/comunicação de um aluno, que é o desenho. Da esquerda para a direita, em sentido horário: desenho de um dos antigos ateliês do IAU, desenho dos desenhos e escritos nas paredes dos antigos ateliês, desenho da Catedral de São Carlos, desenho de uma das árvores do campus USP.

---

<sup>12</sup> FARACO e VIZIOLI, 2024.

<sup>13</sup> Idem.



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Na segunda etapa, os alunos compreenderem que Patrimônio Cultural é aquilo que é portador de referência à ação, à identidade e à memória. Para isso, foram retomadas as representações que eles haviam elaborado, oportunizando-se que eles reconhecessem que o quê eles trouxeram nelas constitui as referências culturais deles como universitários. Porque as representações não consistem nas práticas e suportes materiais, no Patrimônio Cultural em si, mas na forma que eles conhecem esse patrimônio como fenômeno, a partir de um gesto interpretante que é parcial<sup>14</sup>.

A partir disso, organizou-se as referências culturais identificadas no primeiro momento nas categorias do Inventário Participativo: lugares, celebrações, formas de expressão e saberes (como não houve menção à objetos pelos alunos, esta categoria não foi trabalhada)<sup>15</sup>. Os alunos se organizaram em grupos e escolheram uma referência para inventariar. O processo do Inventário teve início, nessa segunda etapa, com a coleta de informações via pesquisa bibliográfica e com outras pessoas envolvidas. Em paralelo, trabalhou-se com os alunos as possibilidades que outras linguagens de representação, que não apenas as verbais, pudessem ser mobilizadas para a construção de um Inventário Participativo<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> FARACO e VIZIOLI, 2024.

<sup>15</sup> FLORÊNCIO et al, 2016.

<sup>16</sup> FARACO e VIZIOLI, 2024.



Para finalizar o processo educativo, na terceira etapa, foi proposto aos alunos o planejamento da comunicação dos inventários que estavam produzindo nas mídias sociais. A proposta parte do princípio de que

O patrimônio é uma experiência, e como representação social e cultural é algo em que as pessoas se envolvem ativamente. Pode incluir não só representações ativas de lembrança, [...] mas também representações ativas de esquecimento [...]. O patrimônio também é um processo de comunicação, transmissão e atualização de conhecimentos e ideias; consiste em afirmar e expressar a identidade, e recriar valores e significados sociais e culturais que sustentam tudo isso<sup>17</sup>.

Dentre os trabalhos produzidos pelos alunos, destaca-se o do grupo que, em 2021, inventariou o Caderno de Desenho produzido na graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU. O Caderno de Desenho é desenvolvido no primeiro ano do curso. Os próprios alunos confeccionam o caderno: cortam o papel no tamanho correto, dobram, costuram e elaboram a capa. Ele é utilizado nas disciplinas de representação e linguagem, em especial a de Desenho, e nas viagens acadêmicas (o IAU promove viagens acadêmicas para cidades como São Paulo-SP, Ouro Preto-MG, Brasília-DF).

O grupo interpretou que o caderno se torna uma coleção pessoal de cada aluno sobre as percepções, inferências e representações das atividades realizadas e para as quais ele é suporte. Ele é, portanto, uma evidência desse processo de desenvolvimento da linguagem do desenho, observação e percepção da paisagem urbana. O grupo representou, no inventário, os processos de construção e de utilização do caderno, contemplando os gestos, os materiais e as práticas envolvidos no ato de desenhar no caderno. Para isso, utilizou as linguagens escrita, desenho à mão, desenho digital, fotografias, colagens e audiovisual<sup>18</sup> (Figuras 2 e 3).

FIGURA 2 – inventário do Caderno de Desenho diagramado para o Instagram. A imagem foi elaborada a partir de uma composição de desenhos dos caderninhos dos alunos do grupo.

---

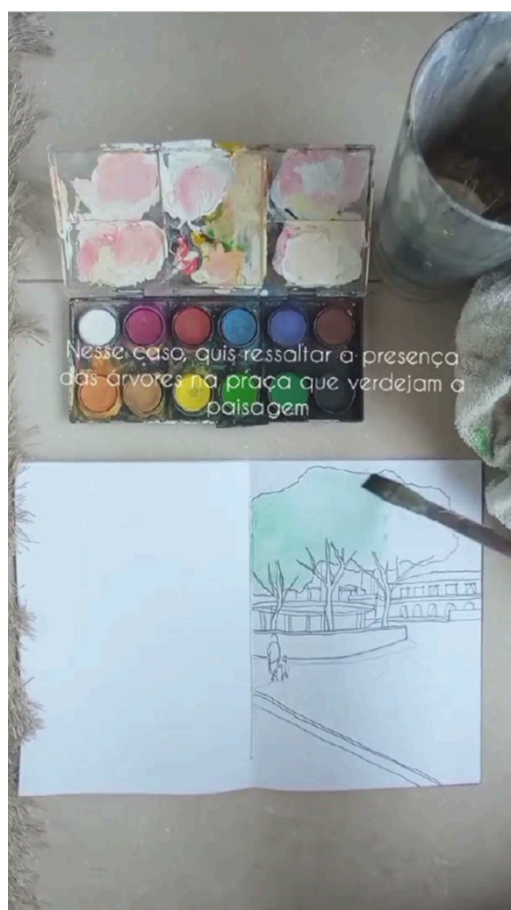
<sup>17</sup> SMITH, 2011, p. 60, tradução nossa.

<sup>18</sup> FARACO e VIZIOLI, 2023.



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

FIGURA 3 – imagem de um dos vídeos do inventário do Caderno de Desenho. O vídeo apresenta o processo de como trabalhar com cores nos desenhos de observação nos caderninhos.



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

### **PATRIMÔNIO CULTURAL E REPRESENTAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS NAS PRAÇAS DA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS-SP**

A experiência, iniciada em 2024 e que ainda está em curso, tem como objetivos reconhecer, de forma participativa, o Patrimônio Cultural presente nas praças da região central de São Carlos e o seu valor cultural, e identificar as referências culturais existentes nos territórios das praças. Parte da hipótese de que os monumentos e os bens reconhecidos oficialmente como Patrimônios presentes nas praças não constituem nas únicas referências culturais desses territórios, bem como os valores que fundamentaram seus processos de patrimonialização não contemplam outras matrizes de valoração baseadas nas relações que as pessoas estabelecem com e nos territórios.

Para uma primeira ação, um grupo de 30 alunos do terceiro ano de graduação do IAU-USP foi levado à Praça Coronel Salles. Na praça, os alunos foram provocados, por meio de problematizações sobre o território, sobre a experiência e vivência na praça, às quais, como reflexão, os alunos deveriam elaborar uma representação por meio do

desenho à mão, apoiado por uma representação textual de gênero livre como resposta, e, por fim, foram submetidos a uma entrevista estruturada.

A escolha por trabalhar com os alunos a Praça Coronel Salles se deu por três motivos. Primeiro, pelo caráter cívico-cultural da Praça. Segundo, pois na ação @INVENTARIO.USP.SC (2021-2022) uma das referências culturais identificadas é o “saber” de manifestar-se em defesa da universidade pública. Nas representações, os alunos trouxeram muitas fotografias de manifestações ao longo da Avenida São Carlos, uma das principais da cidade e que forma o quadrilátero da Praça, tendo a Praça como um dos pontos de concentração. Terceiro, pelo fato da Praça ser um constante objeto de estudo nas disciplinas de graduação do IAU.

### **A Praça Coronel Salles**

O local da Praça Coronel Salles foi concebido, no final do século XIX, com a intencionalidade de formar um “largo municipal”, onde seriam instalados edifícios públicos do município<sup>19</sup>. O primeiro, inaugurado em 1883, sediou, simultaneamente, a Câmara Municipal, Fórum e Cadeia, o qual foi demolido em 1926. Entretanto, em 1900, foi inaugurado o Fórum e Cadeia Pública, em edifício eclético projetado pelo arquiteto Victor Dubugras. Este edifício fez parte de um ambicioso programa de obras públicas promovido pelo governo estadual paulista durante a Primeira República (1889-1930), a fim de modernizar o estado e a administração pública<sup>20</sup>. Desde 1952, esse edifício passou a abrigar a Câmara Municipal.

Fruto do mesmo programa de obras públicas, em 1904 foi inaugurado o Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos, o primeiro do município. A instalação de grupos escolares nos municípios naquele período tinha como objetivo a implementação de um sistema de ensino público democrático, universal e laico. O edifício foi projetado pelo arquiteto belga José van Humbeeck e ainda continua abrigando a escola<sup>21</sup>.

A Praça ainda recebeu equipamentos culturais ao longo do tempo: o Teatro São Carlos, inaugurado em 1882 e demolido na década de 1970 – inclusive, o terreno do antigo Teatro serviu para ampliação da praça –, e a sede do São Carlos Clube, inaugurada em 1944 e ainda em funcionamento. Assim, ao longo do tempo a praça reforçou o seu caráter cívico-cultural, sendo palco das mais diversas manifestações cívico-políticas e

---

<sup>19</sup> BRAGA, 2017.

<sup>20</sup> GORDINHO, 2013.

<sup>21</sup> Idem.

culturais, como a visita do então presidente Juscelino Kubitschek na década de 1960, eventos em alusão ao aniversário do município, desfiles, passeatas, eventos escolares etc.<sup>22</sup>

Por isso, ganhou relevância a reforma implantada na praça por meio de um projeto do arquiteto e urbanista Marcelo Suzuki, em 2008. A fim de aumentar a acessibilidade do local, houve remoção das escadarias e a retirada das “subdivisões”, permitindo uma melhor caminhabilidade dos pedestres. O projeto foi pensando em manter tipologia de “praça seca”, que permite a circulação de pedestres, a realização de eventos cívicos e promovidos pela própria população. Devido ao desnível topográfico, o arquiteto concebeu, no nível mais baixo, parcialmente enterrado, espaço que abriga o Museu de Ciências Mário Tolentino. Fez parte ainda a instalação de monumento em homenagem à campeã olímpica Maurren Maggi, de autoria também de Suzuki<sup>23</sup>.

### **Desenvolvimento da ação**

A maior parte dos alunos, nos desenhos, representou a Câmara Municipal – seja parcialmente ou totalmente, em destaque ou no contexto espacial. Nos desenhos, ao mesmo tempo em que é reforçada a valorização cultural pelos valores arquitetônicos – que está sendo abarcada pelo processo de patrimonialização –, surgiu uma outra valorização cultural, a pragmática na escala da paisagem (esta entendida como algo que se vivencia, como construção social e cultural).

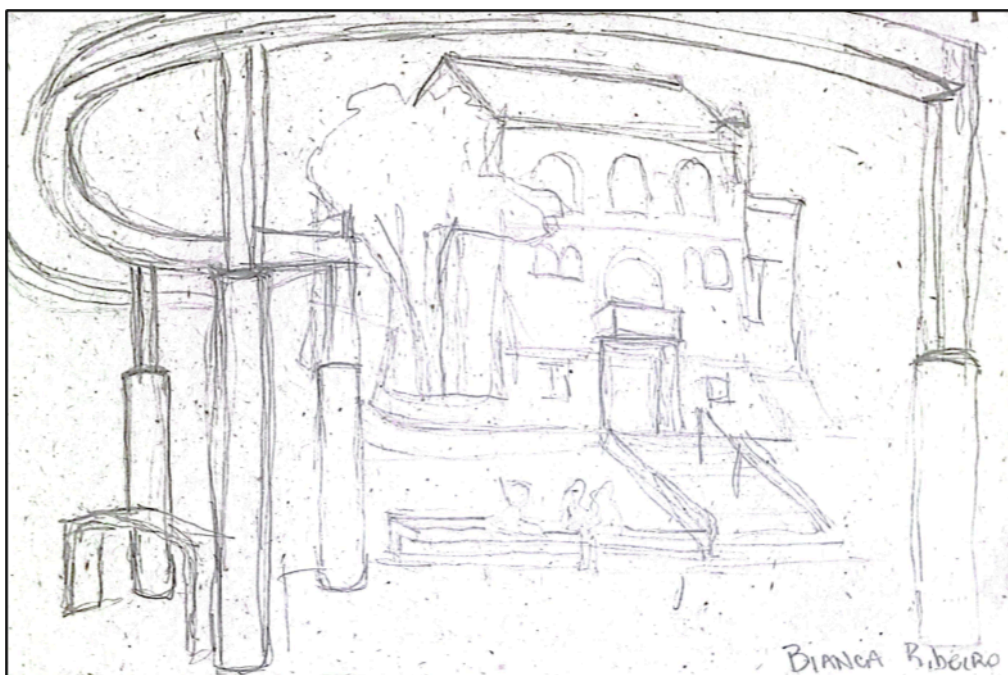
No desenho a seguir (Figura 4), nota-se a Câmara Municipal ao centro, sobre um patamar elevado com acesso por escadaria. Está enquadrada por uma pérgola semicircular com bancos sombreados – aliás, um dos poucos espaços sombreados da praça. O paisagismo da praça, portanto, reforça a própria monumentalidade do edifício, com espaços de estar que valorizam a perspectiva – e isso é entendido como uma forma de valorização.

Figura 4 – Desenho de aluna da Praça Coronel Salles, 2024.

---

<sup>22</sup> BRAGA, 2017.

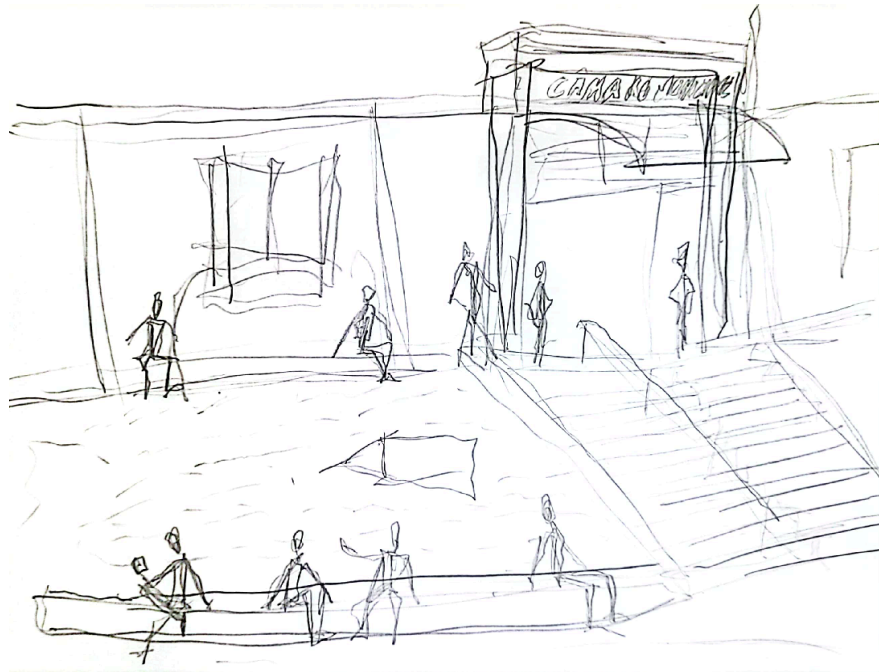
<sup>23</sup> PREFEITURA DE SÃO CARLOS, 2008.



Fonte: Acervo do projeto Patrimônio cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região central de São Carlos-SP, 2024.

Uma outra forma de valoração pode ser entendida sob uma perspectiva pragmática. Nos desenhos a Câmara foi representada como um indutor da apropriação do espaço urbano pelas pessoas (Figura 5). As poucas pessoas que se via utilizando a praça estavam nos arredores imediatos da Câmara, sentadas ou em pé. Os alunos levantaram duas possibilidades: a primeira, é o fato de que por se tratar de um equipamento de relevância para a vida pública, há um movimento de pessoas transitando pelo edifício; a segunda é porque o seu entorno é um dos poucos espaços sombreados da praça.

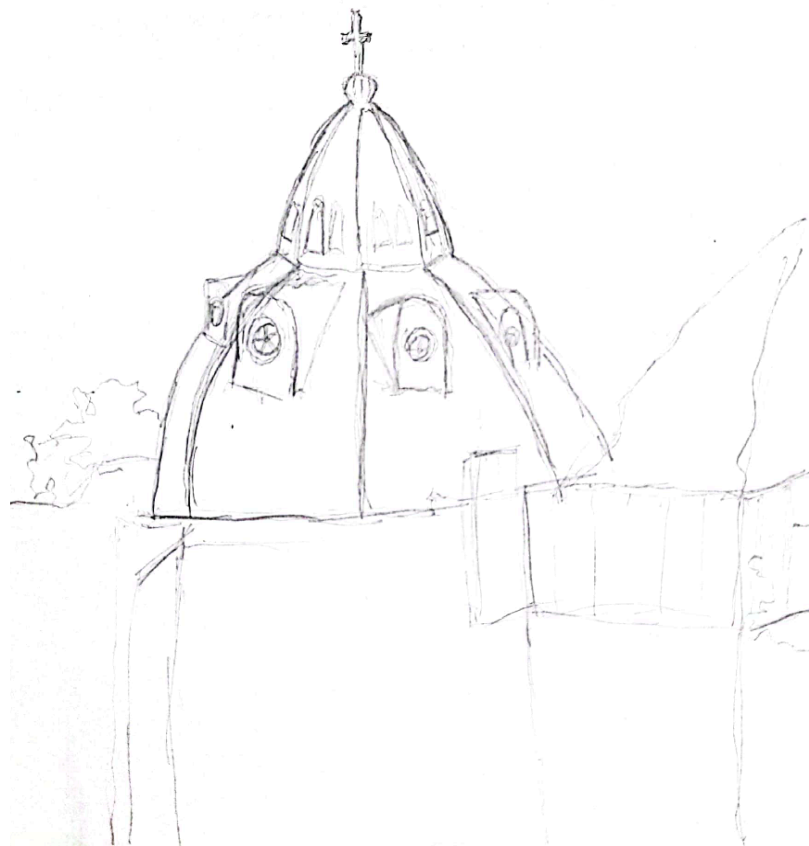
Figura 5 – Desenho de aluno da Praça Coronel Salles, 2024.



Fonte: Acervo do projeto Patrimônio cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região central de São Carlos-SP, 2024.

Chama a atenção também o fato de haver alunos que não elaboraram representações da Praça e/ou do seu quadrilátero de formação propriamente ditos, mas de elementos da paisagem urbana que podem ser vistos a partir da Praça. Um deles é a cúpula da Catedral de São Carlos, que dista de uma a duas quadras da Praça, e possui uma cúpula em escala monumental na cor amarelo ouro e que é facilmente reconhecível a partir de vários pontos da cidade (Figura 6).

Figura 6 – Desenho de aluno da cúpula da Catedral de São Carlos, 2024.

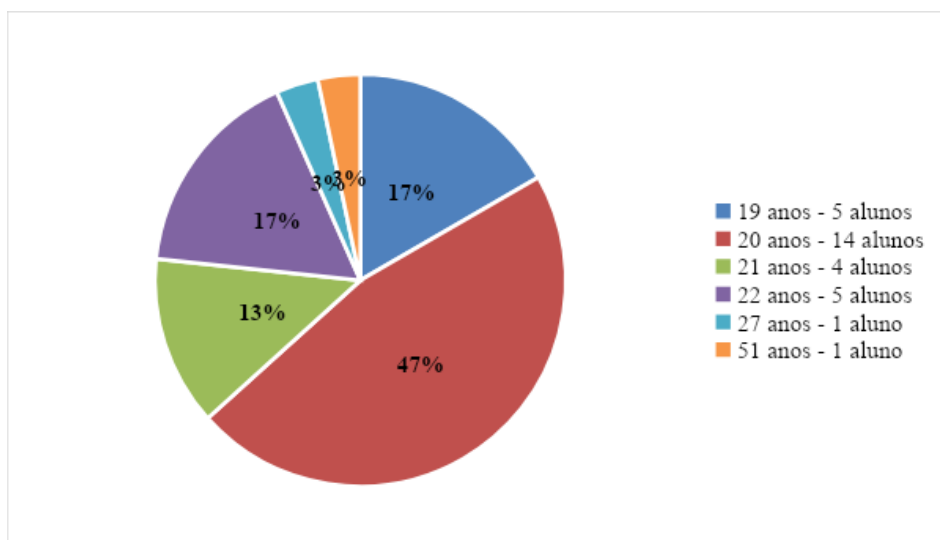


Fonte: Acervo do projeto Patrimônio cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região central de São Carlos-SP, 2024.

Um aspecto importante sobre os participantes é o perfil deles, relacionado à idade, cidade de origem e há quanto tempo reside em São Carlos (Figuras 7 a 9).

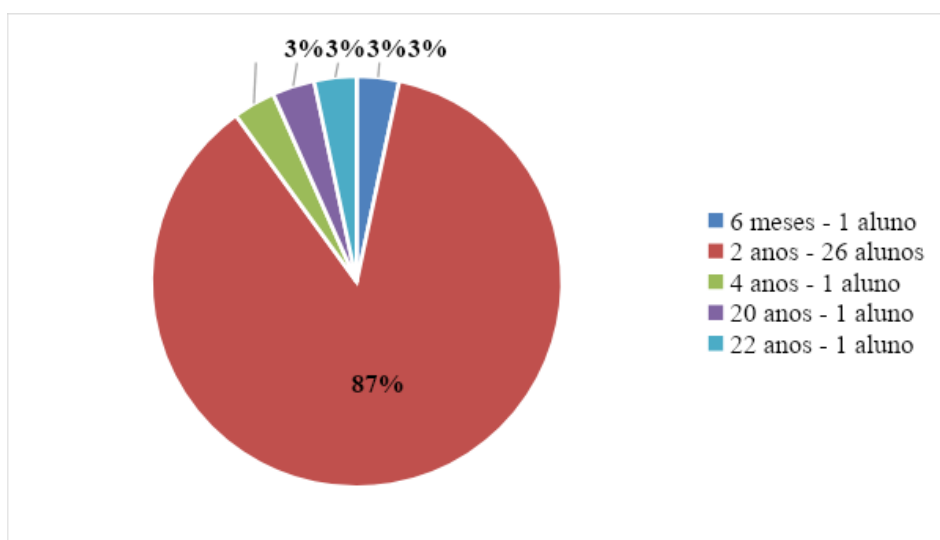
Figura 7 – Faixa etária dos alunos participantes.





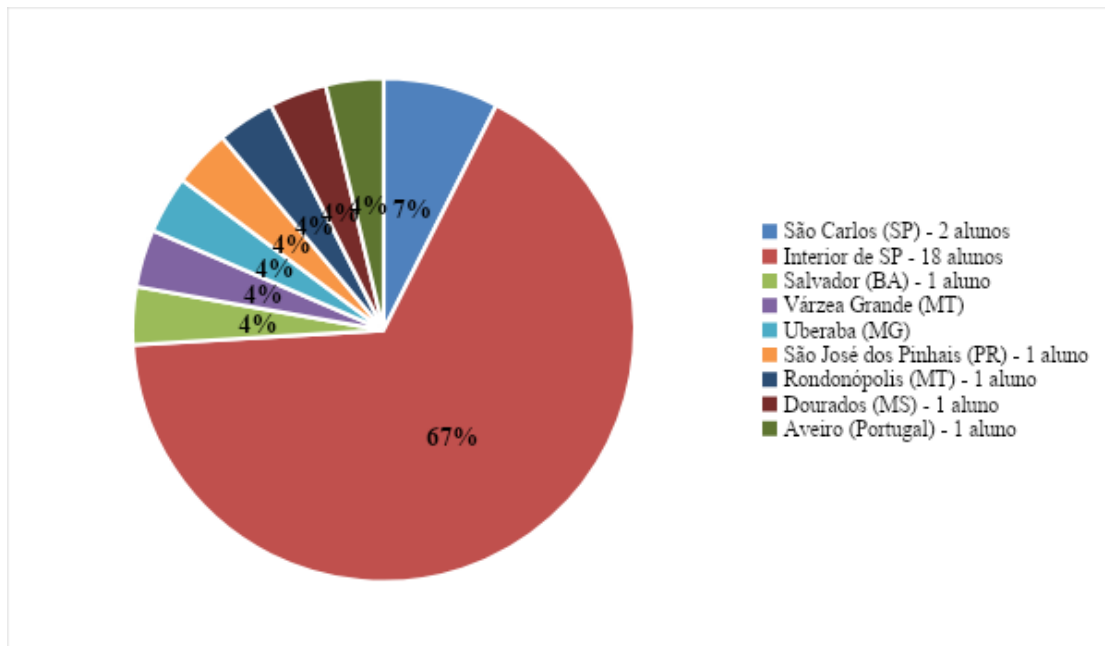
Fonte: Autores, 2024.

Figura 8 – Tempo de residência em São Carlos.



Fonte: Autores, 2024.

Figura 9 – Cidade de origem dos alunos.



Fonte: Autores, 2024.

À pergunta “Quantas vezes passa pela Praça por semana?” a maioria dos alunos respondeu que nunca passa ou que raramente passa pela Praça, e, conseqüentemente, não se obteve respostas mais elaboradas à pergunta “Por que você passa pela Praça?”. Às perguntas “O que mais chama a sua atenção na praça?”, “Com o que você mais se identifica na Praça?”, “Com o que você menos se identifica na Praça?”, todos os alunos remeteram à arquitetura dos edifícios que conformam a Praça, ao paisagismo e à paisagem e à morfologia urbana do entorno.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a experiência “@INVENTARIO.USP.SC”, pode-se ressaltar a importância do processo educativo e do método em três etapas adotado. Na primeira etapa houve a mobilização dos conhecimentos, experiências e vivências dos alunos, a fim de estabelecer a visão do mundo dos educandos, o universo temático dos universitários, constituindo-se no desencadeamento do processo que possibilitou a produção e construção do conhecimento dos educandos. Na segunda etapa houve a construção dialógica e coletiva do conhecimento, quando o universo temático dos educandos foi devolvido a eles como problema, relacionando-o aos conhecimentos já sistematizados pela ciência, a fim de exercer uma reflexão crítica sobre a realidade. E na terceira etapa houve a organização e sistematização do conhecimento construído, quando os

educandos puderam teorizar o seu universo, as suas práticas culturais, comunicando-as por meio do Inventário Participativo disponibilizado no Instagram.

Sobre a experiência “Patrimônio cultural e representação: identificação de referências culturais nas praças da região central de São Carlos-SP” (2024) com os universitários, não foi possível identificar referências culturais que tivessem um vínculo estrito com a Praça Coronel Salles. Talvez seja pelo fato de a grande maioria da turma ter ingressado no IAU em 2022, portanto após o a gestão do presidente Michel Temer (2016-2018) e o momento anterior à pandemia COVID-19 durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) – período em que houve sucessivos cortes orçamentários e ameaças às instituições de ensino superior e pesquisa científica públicas – quando ocorreram muitas manifestações. Caberia outra pesquisa para identificar a causa.

Apesar disso, a experiência evidenciou, na prática, o desenho – que foi trabalhado como referência cultural na experiência @INVENTARIO.USP.SC (2021-2022) – como uma referência cultural de grande importância para os universitários do IAU. O desenho é um processo de observação e percepção da paisagem urbana e de desenvolvimento da linguagem de representação e comunicação imprescindível para a formação do estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU. Os desenhos (Figuras 1 a 6) mostram isso: como os alunos conseguem explicar os fenômenos por meio deles.

Ainda sobre a prática do desenho da cidade como meio de percepção, ao ser entendida como forma de desnaturalização para explicação do fenômeno, ela se torna uma forma de apropriação da própria cidade pelo aluno. Isso reforça essa prática como uma referência cultural, por oportunizar que o aluno do IAU – que, conforme os dados apresentados, é majoritariamente de outras cidades de origem – possam experimentar a vida universitária, da universidade à cidade.

Estas experiências têm consistido e um processo contínuo de identificação de referências culturais, e não em ações isoladas. E elas evidenciam também como é importante o exercício da práxis pedagógica pelos proponentes, estabelecendo um dinamismo entre teoria e prática, ação e reflexão. As ações aqui apresentadas foram subsidiadas por um referencial teórico que foi colocado em prática no processo, o qual foi objeto de reflexão pelos proponentes na forma de pensar a prática, possibilitando a construção de conhecimento sobre a prática. Isso está claro, especialmente, na segunda experiência apresentada, que decorreu de um conhecimento que se teve durante a primeira experiência, e cujo resultado, apesar de não ter sido aquele que se esperava,

somou mais conhecimentos a respeito de uma referência cultural que já havia sido identificada na primeira experiência.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Cirilo. Memória São-Carlense: Coronel Sales, a praça das reformas. **São Carlos agora**, 10 de nov. 2017. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/coluna-sca/memoria-sao-carlense-coronel-salesa-praca-das-reformas/94378/>. Acesso em: 23 de out de 2023.

CARTA do patrimônio cultural da Universidade de São Paulo. **Centro de Preservação Cultural — Casa de Dona Yayá**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://cpc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/patrimonio-da-usp/artigos-da-carta-patrimonial/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 428-445, maio 2017. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812017000200428&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812017000200428&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 jul. 2022.

EPTV 1. Estudantes da USP e da UFSCar movimentam R\$ 20 milhões por mês em São Carlos, diz Acisc. **Portal G1 São Carlos e Araraquara**, São Carlos e Araraquara, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/03/10/estudantes-da-usp-e-da-ufscar-movimentam-r-20-milhoes-por-mes-em-sao-carlos-diz-acisc.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FARACO, André Frota Contreras. **Educação Patrimonial**: processo participativo de identificação de referências culturais dos universitários do campus USP São Carlos. 2022. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. doi:10.11606/D.102.2022.tde-19082022-113813. Acesso em: 18 jun. 2024.

FARACO, André Frota Contreras; VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. **Educação patrimonial em São Carlos-SP**: identificando referências culturais na universidade e na escola. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786586810707> Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1159](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1159). Acesso em: 21 jun. 2024.

FARACO, André Frota Contreras; VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. Patrimônio cultural da USP São Carlos: identificação e interpretação por meio da Educação Patrimonial. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e023023, 2024. DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8670963. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8670963>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 24. ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2019. ed. 71.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília, DF: Iphan, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf). Acesso em: 4 nov. 2020.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Patrimônio escolar: uma saga republicana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

PORTAL G1 São Carlos e Araraquara. Universitários aquecem a economia de São Carlos. **Portal G1 São Carlos e Araraquara**, São Carlos e Araraquara, 16 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/11/16/universitarios-aquecem-a-economia-de-sao-carlos.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PORTAL USP-SÃO CARLOS. **Portal USP-São Carlos**, 2022. História e números. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/creditos/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. Obras revitalizam a praça Coronel Salles. **Prefeitura de São Carlos**, 26 de set de 2008. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/153112-obras-revitalizam-a-praca-coronel-salles.html>. Acesso em: 23 de out de 2023.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antípoda**, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04>. Acesso em: 22 fev. 2022.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPESP – processo nº 2023/04743-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). "As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP".

### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

#### **REDE, RODA E ROLÊ: um percurso afetivo na Universidade de Brasília**

#### ***NETWORK, CIRCLE AND STROLL: an affective journey at the University of Brasília***

Constanza Ceschin Manzochi<sup>1</sup>

Marina Botelho Gardés<sup>2</sup>

Milena de Souza<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

A Universidade de Brasília (UnB) surgiu sob os ideais de renovação do sistema educacional brasileiro, pautados por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Desde seus primeiros anos, a UnB teve uma história de resistência política, abrindo caminho para manifestações socioculturais múltiplas. Para expandir o alcance dessa diversidade cultural, foi desenvolvida uma atividade de Educação Patrimonial com foco em alunos do Ensino Médio. A proposta consiste em um percurso afetivo, denominado “Rede, Roda e Rolê na UnB”. A caminhada guiada pelo Campus com algumas atividades, apresenta as dinâmicas socioculturais, a história da UnB, seu espaço urbano-arquitetônico e o ideários sócio-político de seus fundadores, para recuperar as prerrogativas de integração e diversidade defendidas por Darcy Ribeiro. As atividades ocorrem em três espaços: Memorial Darcy Ribeiro - o Beijódromo; Teatro de Arena Honestino Guimarães - onde ocorrem as batalhas de rap da Batalha da Escada; e o Centro de Convivência Indígena - a Maloca. O percurso foi realizado uma vez, com uma turma do CEAN, Centro de Ensino da Asa Norte. Este trabalho foi desenvolvido no PPGFAU/UnB, e é parte do Projeto “Patrimônio, Universidade e Sociedade: A UnB e suas potencialidades como Patrimônio Cultural no território brasiliense” das Casas Universitárias de Cultura do DDC/DEX/UnB.

Palavras-chave: Patrimônio Universitário. Educação Patrimonial. Difusão cultural.

<sup>1</sup> mestranda PPGFAU/UnB – e-mail: manzochi.arq@gmail.com

<sup>2</sup> aluna especial PPGFAU/UnB – e-mail: mbg.marina@gmail.com

<sup>3</sup> doutoranda PPGSol/UnB – e-mail: milenamuseologia@gmail.com

## **ABSTRACT**

*The University of Brasília (UnB) was founded on the ideals of renewing the Brazilian educational system, advocated by Darcy Ribeiro and Anísio Teixeira. From its early years, UnB has had a history of political resistance, paving the way for multiple sociocultural manifestations. To expand the reach of this cultural diversity, a Heritage Education activity was developed focusing on high school students. The proposal consists of an affective journey, called “Network, Circle and Stroll at UnB.” The guided walk through the Campus, with some activities, presents the sociocultural dynamics, the history of UnB, its urban-architectural space, and the socio-political ideals of its founders, to recover the prerogatives of integration and diversity defended by Darcy Ribeiro. The activities take place in three spaces: Memorial Darcy Ribeiro - the Beijódromo; Honestino Guimarães Arena Theater - where the rap battles of the Batalha da Escada occur; and the Indigenous Community Center - the Maloca. The journey was carried out once, with a class from CEAN, Centro de Ensino da Asa Norte. This work was developed at PPGFAU/UnB and is part of the Project “Heritage, University and Society: UnB and its potential as Cultural Heritage in the Brasília territory” of the University Cultural Houses of DDC/DEX/UnB.*

**Keywords:** *University Heritage. Heritage Education. Cultural diffusion.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do Projeto “Patrimônio, Universidade e Sociedade: A UnB e suas potencialidades como Patrimônio Cultural no território brasileiro” vinculado às Casas Universitárias de Cultura da DDC/DEX/UnB, desenvolvido na Disciplina Estudos Especiais em Patrimônio e Preservação 2 do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, com as professoras Cláudia da Conceição Garcia e Maria Cláudia Candeia. Foi desenvolvido por três alunas da pós-graduação: Constanza Manzochi, Marina Botelho e Milena de Souza, com cinco estudantes da graduação: Bernardo Campos, Cecília Santana, João Gabriel de Souza, Leandro de Souza e Pedro Henrique de Mesquita.

Durante a disciplina as professoras propuseram o desenvolvimento de uma atividade de Educação Patrimonial que envolvesse a UnB e os ideais de Darcy Ribeiro. Como base, elas elaboraram aulas expositivas com iniciativas da UnB, da UFPel e da USP. Os três grupos participantes escolheram o tema, público-alvo e abordagem da atividade. O grupo deste artigo decidiu focar em públicos jovem e adulto, trabalhando prioritariamente com as atividades socioculturais existentes na Universidade.

Assim, foi elaborado o percurso afetivo "Rede, roda e rolê na Universidade de Brasília", que tem como principal objetivo apresentar a UnB como universidade pública, gratuita, e composta por dinâmicas socioculturais diversas, aberta e acolhedora, além de ressaltar como as práticas de integração, convivência e diversidade fortalecem a universidade.

O artigo faz um panorama histórico-espacial da UnB, relacionado ao ideário de Darcy Ribeiro. Nesse contexto são apresentados os três edifícios abordados na atividade de Educação Patrimonial: O Centro de Convivência Indígena - a Maloca, o Teatro de Arena Honestino Guimarães e o Memorial Darcy Ribeiro - o Beijódromo. Nesse momento são apresentados os ideais de criação desses espaços e seu uso. Arquitetonicamente todos apresentam composição radial, com geometria circular, e isso condiz com as intenções de serem espaços de integração, convivência e diversidade.

Por fim, o artigo descreve a idealização e o desenvolvimento da atividade de Educação Patrimonial, da sala de aula até a primeira experiência. O percurso afetivo "Rede, roda e rolê na Universidade de Brasília", foi testado com uma turma do Centro de Ensino da Asa Norte (CEAN), que é próximo ao Campus Darcy Ribeiro.



## **UNB: EDUCAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESPACIAL**

A UnB nasceu no contexto de criação da capital. Os ideais de inovação e integração imbuídos no Plano de Metas de 1956 não se estendiam apenas ao campo político. A renovação do sistema educacional brasileiro, que há muito vinha sendo almejada pelos educadores, encontrou na construção de Brasília uma oportunidade para se estabelecer. Dentre os planos dos demais níveis de escolaridade, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira participaram da criação do Plano Político e Pedagógico da Universidade de Brasília, que trazia em seu âmago uma tentativa de modernização do ensino superior vigente no país.

De acordo com Darcy Ribeiro<sup>4</sup>, a renovação do sistema de educação superior se estabeleceria por meio da integração dos cursos, que consolidaria um rompimento com o sistema catedrático vigente. Isso aconteceria através de nova estrutura departamental e curricular, na qual durante os dois primeiros anos os alunos fariam cursos introdutórios nos Institutos Centrais (matemática, física, química, biologia, geociências, ciências humanas, letras e artes) e após esse período poderiam escolher uma Faculdade para finalizar o bacharelado em três anos, especialização em cinco, ou pós-graduação em sete.

Além de inovar a estrutura do sistema educacional, um dos objetivos da criação da UnB, segundo Darcy Ribeiro<sup>5</sup>, era “dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo”. A intenção de proporcionar uma perspectiva cultural no contexto da nova cidade foi de grande relevância, e deve ser sempre mantida como papel da UnB. No entanto, para compreender esse objetivo hoje, é necessário contextualizá-lo, pois a justificativa e o contexto dessa perspectiva cultural podem ser vistos de forma distinta.

Em primeiro lugar, em 1961, Darcy Ribeiro<sup>6</sup> via o “cenário mais moderno do mundo” na concretização do plano piloto de Lúcio Costa e nas arquiteturas de Oscar Niemeyer.

---

<sup>4</sup> Darcy Ribeiro, *Universidade de Brasília*, 1961, p.161-230.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Hoje, esse cenário já se expandiu, há muito, para além das fronteiras imaginárias do Plano Piloto. Com diversas perspectivas além de não se tornar “mediocre e provinciana”, a UnB se expandiu, não só com a criação dos outros Campi, mas também com o pioneirismo nas políticas de cotas raciais e outras iniciativas que buscam garantir o acesso à educação pública de qualidade. É possível dizer que a UnB atua e tem papel fundamental na criação dessa perspectiva cultural em todo o território do Distrito Federal, e até além das fronteiras nacionais e internacionais.

Em segundo lugar, não é pela imagem de “modernidade” do cenário imediato em que se encontra que a UnB deve ter uma política de inclusão socioeconômica e de produção cultural. Ao contrário, é para a criação e para a constante atualização dessa modernidade que é necessário que a comunidade da UnB participe ativamente de uma construção cultural contínua e diversa. O “grave risco” de Darcy Ribeiro, na atualidade, pode ser invertido: o risco da própria cidade tornar-se um pouco “mediocre e provinciana” no caso da Universidade ser privada de cumprir seu papel como polo cultural, de incentivo e de difusor das práticas locais de sua população.

A partir desse objetivo cultural da universidade, são necessárias iniciativas que fortaleçam a relação entre educação e cultura na UnB. No espaço físico da UnB, diversas atividades culturais surgiram espontaneamente, criadas por alunos, professores, funcionários e visitantes. Compreender o contexto histórico-espacial onde esses eventos ocorrem, incluindo a paisagem, a área urbana e a arquitetura do Campus, é crucial para a elaboração de uma atividade de Educação Patrimonial. Somente assim, é possível apresentar a UnB como uma construção contínua e coletiva, estimulando a colaboração para uma universidade aberta, acessível e acolhedora.

O Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa menciona uma Cidade Universitária para a nova capital. Segundo o Relatório<sup>7</sup>, junto ao último ministério da Esplanada, o da Educação, estaria o setor cultural, com bibliotecas, museus, planetários e outras estruturas, e contíguo a esse setor, a Cidade Universitária. Roberto Salmeron<sup>8</sup> comenta essa primeira possível locação e explica que, por justificativas políticas e intervenção de

---

<sup>7</sup> Lúcio Costa, *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, 1957, em: Carlos Madson Reis; Sandra Bernardes Ribeiro; Claudia Marina Vasques (Orgs.), *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, 2018, p.32.

<sup>8</sup> Roberto Salmeron, *A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965*, 1968.

Israel Pinheiro, a UnB foi implantada em um terreno mais afastado, na Asa Norte entre as vias L3 e L4.

Com a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília, em dezembro de 1961, foi iniciado o seu plano de desenvolvimento urbano. Desde o primeiro plano urbanístico de Lúcio Costa, a UnB teve seu espaço urbano, paisagem e arquitetura planejados de acordo com os ideais político-pedagógicos de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. No zoneamento inicial da UnB (Figura 01), Lúcio Costa propôs núcleos para os Institutos Centrais - círculos preenchidos na cor laranja - e, ao centro - onde foi feita uma marcação pelas autoras -, estaria localizado o Centro de Recreação e Cultura.

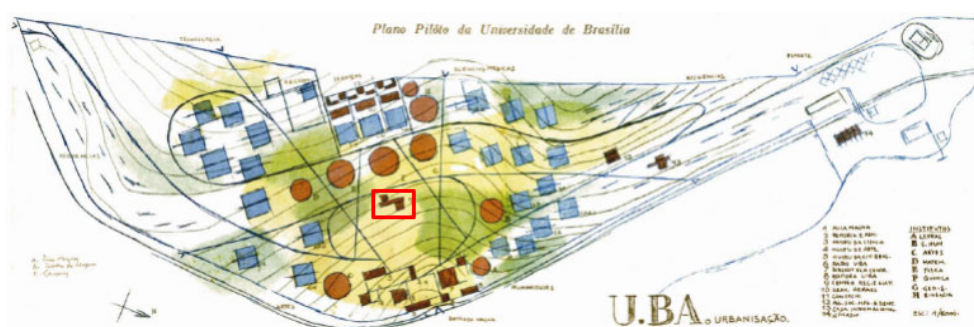


Figura 01: Plano Piloto da UnB, 1962.  
Fonte: Klaus Chaves Alberto, 2008, p.172.

Oscar Niemeyer, ao iniciar as proposições arquitetônicas, integrou cinco Institutos de ciências exatas em um único edifício, a maior edificação do Campus, o Instituto Central de Ciências (ICC). Essa edificação de 720m lineares, tem seu centro em curva. No centro geométrico do ICC, estaria a Praça Maior (Figura 02), uma reformulação proposta por Niemeyer para a distribuição das edificações, diminuindo a área aberta antes destinada ao Centro de Recreação e Cultura, mas em contrapartida propôs um Centro de Vivência integrado à paisagem.

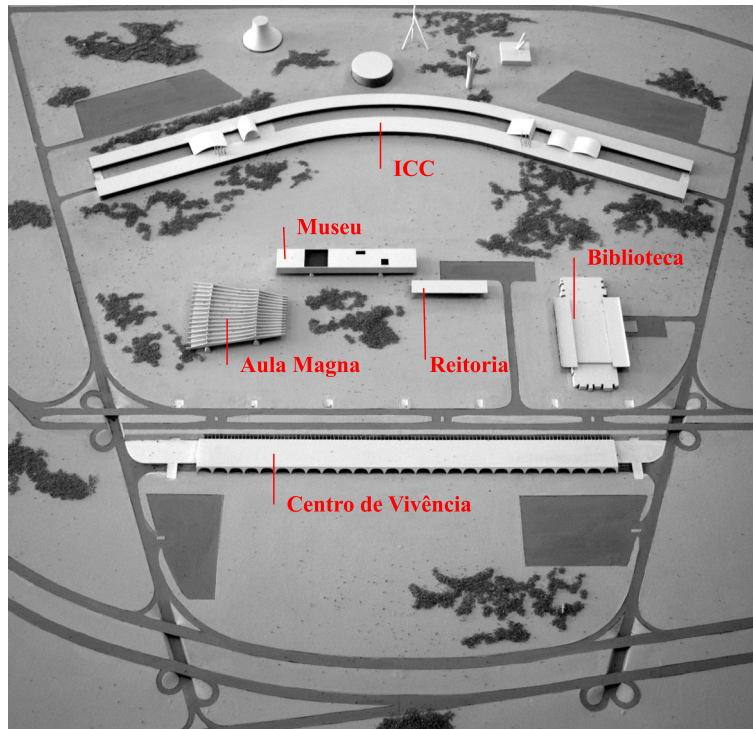


Figura 02: Plano urbanístico 1970, edificações de Niemeyer, com Biblioteca de Galbinski. Marcação das autoras. Fonte: Saboia et al (Org.), 2023, p.97.

A construção do ICC, iniciada em 1963, foi a primeira a ser edificada na área central do Campus. Essa construção sofreu ao menos duas interrupções e a ocupação do seu espaço interno não ocorreu como era planejada em projeto<sup>9</sup>. Essas interrupções simbolizam os empecilhos enfrentados durante a Ditadura Militar, não só com planos arquitetônicos e urbanísticos interrompidos, mas com o próprio Plano Político e Pedagógico praticamente abandonado. As repressões e as demissões durante o regime são símbolos mais conhecidos desses mesmos desafios.

Durante a Ditadura Militar, as principais edificações da área central da UnB foram desenvolvidas. Os projetos da Praça Maior de Niemeyer não foram construídos, e a Biblioteca Central e a Reitoria seguiram projetos distintos. A Biblioteca Central, do arquiteto José Galbinski, foi construída de 1969 a 1973, e a Reitoria, por Paulo Zimbres, de 1972 a 1975. Além do ICC, da Reitoria e da Biblioteca, ainda em meados da década de 70 foi criado o Teatro de Arena (Figura 03), localizado onde seria o Centro de Recreação e Cultura proposto por Lúcio Costa. Esse espaço aberto é relevante para a

<sup>9</sup> Paola Caliarri Ferrari Martins, *O Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília: pedagogia e megaestrutura*, em: Luciana Saboia; Ana Elisabete Medeiros; Paola Ferrari (Org.), *Projeto, ensino e espaço universitário: o Instituto Central de Ciências (ICC - UnB) e outras arquiteturas*, 2023, p.273.

história e para a cultura da UnB, e inspirou a proposta de atividade de Educação Patrimonial. À atividade foram incluídas outras duas edificações, que são mais recentes, mas que também simbolizam os mesmos ideais de integração, resistência e cultura. A partir daqui esses três pontos serão apresentados a seguir.

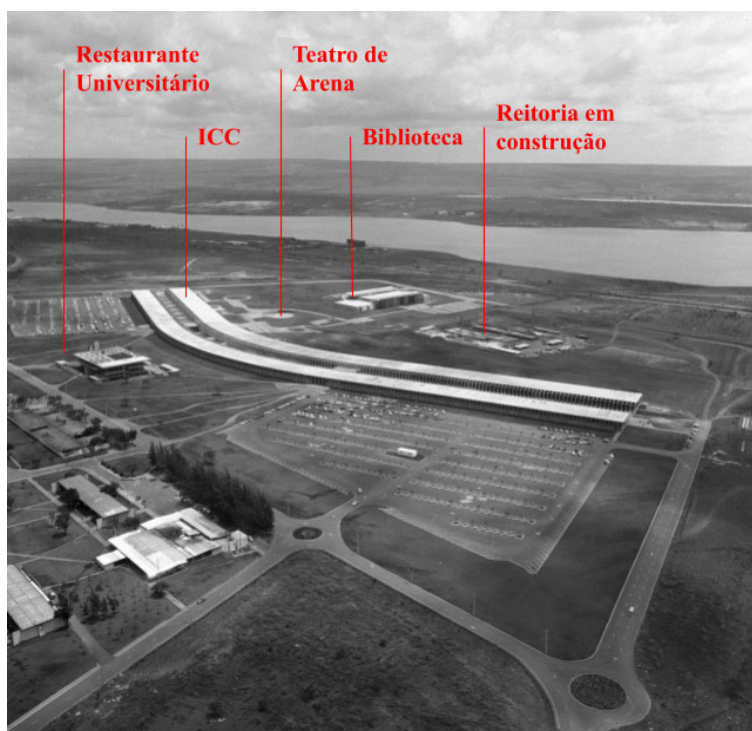


Figura 03: Fotografia do início da década de 70. Marcação das autoras.  
Fonte: Saboia et al (Org.), 2023, p.263.

Desde sua criação existem registros fotográficos do Teatro de Arena Honestino Guimarães - nomeado em 1997 em homenagem ao estudante que desapareceu durante o regime militar. Pelos seus degraus, nesse espaço livre, aberto e central que recebe grande fluxo de pessoas, já passaram os mais diversos eventos e acontecimentos. Há uma coletânea de narrativas distintas e variadas, e é possível aqui citar algumas das dinâmicas que já ocorreram nesse espaço, como apresentações folclóricas, assembléia de estudantes, eventos de titulação, publicação da lista de aprovados nos processos seletivos e batalhas de rap (Figuras 04 a 08).



Figura 04: Apresentação folclórica, década de 70. Fonte: ACE UnB.



Figura 05: Movimento estudantil, Assembleia Geral, 1982.  
Fonte: ACE UnB.



Figura 06: Titulação de Doutor Honoris Causa a Dalai Lama, 1999. Regina Santos. Fonte: ACE UnB.



Figura 07: Resultado do processo seletivo de 2017. Fotografia: Beto Monteiro. Fonte: Secom UnB.



Figura 08: Batalha da Escada, 2017. Fotografia: Felipe Menezes. Fonte: Metr pols.

Além do ICC, da Biblioteca e da Reitoria, o único outro edifício na gleba central do Campus (Figura 09) é o Memorial Darcy Ribeiro, projetado por João Filgueiras Lima em 1996 e inaugurado em 2010 . Darcy Ribeiro desejava criar um local para encontros, onde poderiam “fazer seresta”, beijar e namorar, daí o nome Beijódromo, embora ele o definisse como uma Maloca. O projeto sofreu mudanças de localização e configuração, sendo mais fechado do que o pretendido<sup>10</sup>. Será que a ideia de Darcy Ribeiro de um local para encontros e festas já não existe desde os anos 70, no Teatro de Arena Honestino Guimarães? Atualmente o Memorial Darcy Ribeiro (Figura 10), abriga a Fundação Darcy Ribeiro, e o acervo de pesquisa dele e de sua esposa, Berta Ribeiro. Mesmo que não siga o objetivo original, é um importante espaço de memória e resiliência de seus ideais.

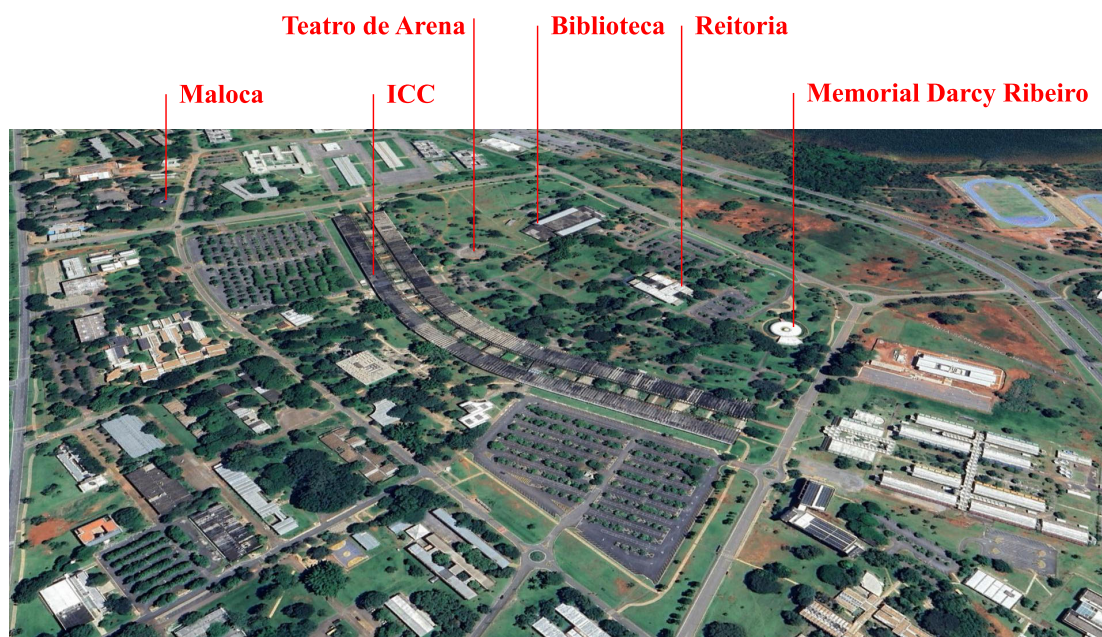


Figura 09: Vista aérea atual do Campus Darcy Ribeiro. Marcação das autoras. Fonte: Google Earth.

<sup>10</sup> Cláudia Estrela Porto, *O Beijódromo de Darcy e Lelé: um presente para Brasília*, 2010, p.13.





Figura 10: Memorial Darcy Ribeiro, o Beijódromo. Fotografia: Raquel Aviani. Fonte: UnB Imagens.

Por último, cabe contextualizar a edificação que realmente foi apelidada de Maloca. O Centro de Convivência dos Povos Indígenas, inaugurado em 2014, nasceu de uma demanda coletiva por parte dos alunos indígenas da Universidade. Além de ser um espaço para encontros e eventos desses grupos, é no espaço da Maloca que os estudantes, hoje provenientes de mais de 50 comunidades tradicionais indígenas, têm o apoio institucional necessário para colaborar com sua permanência nos cursos da universidade. Seu espaço central, em forma de roda, se consolida como um local de troca e de tomada de decisões por parte dos grupos que integram essas comunidades.



Figura 11: Espaço interno da Maloca na Semana Universitária 2019. Fotografia Luis Prado. Fonte: UnB Imagens.

Não é uma coincidência o fato de os três espaços escolhidos para essa dinâmica possuírem formato circular. A criação desses espaços pretendeu a integração, a colaboração e a dinâmica constante de seus habitantes e transeuntes. São locais de interlocução e expressão, de encontro e também de conflitos. Todos simbolizam a UnB e são locais de memória.

## **METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **IDEALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Esse trabalho foi elaborado por três coordenadoras da pós-graduação e cinco alunos de graduação. Todos participaram das discussões em ateliê (Figura 12) e da elaboração textual e gráfica. A realização prévia do percurso pelos oito integrantes (Figura 13) foi essencial, levando à decisão de inverter a ordem que inicialmente iria do Beijódromo até a Maloca, para alinhar os espaços às atividades. A proposta desenvolvida foi apresentada no evento de encerramento da disciplina: “Patrimônio, Universidade e Sociedade”, com a presença de Estefânia Hofmann, da Diretoria de Difusão Cultural do Decanato de Extensão da UnB. Além da apresentação (Figura 14), houve uma partida teste do jogo “Saruê come cobra” e, com isso, ajustes foram feitos para a versão final.



Figura 12: Elaboração das atividades de Educação Patrimonial em aula, FAU-UnB.  
Fotografia: Maria Claudia Candeia. Fonte: as autoras.



Figura 13: Prévia do percurso pelo grupo que criou o Rede, Roda e Rolê na UnB.  
Fotografias: Constanza Manzochi. Fonte: as autoras.



Figura 14: Apresentação final da proposta Rede, Roda e Rolê na UnB.  
Fotografia: Maria Cláudia Candeia. Fonte: as autoras.

## REDE, RODA E ROLÊ: PERCURSO AFETIVO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A atividade de Educação Patrimonial "Rede, Roda e Rolê, percurso afetivo na Universidade de Brasília" apresenta a universidade por uma rota que liga três espaços do Campus Darcy Ribeiro: A Maloca - Centro de Convivência Indígena, o Teatro de Arena Honestino Guimarães e o Memorial Darcy Ribeiro, conforme mapa a seguir (Figura 15).

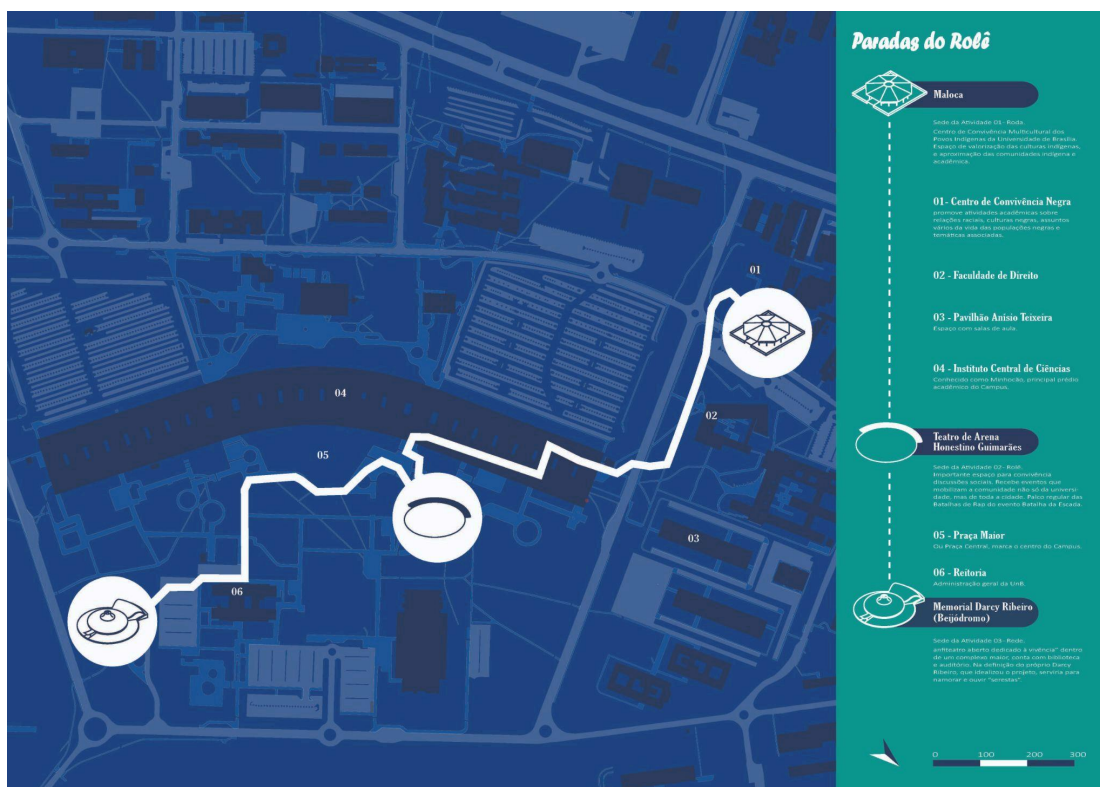


Figura 15: Mapa do percurso, verso da cartilha. Fonte: as autoras.

A proposta é que a caminhada possa ser feita por qualquer pessoa que esteja interessada em saber mais sobre a universidade. As dinâmicas foram elaboradas pensando em secundaristas do Ensino Médio e Ingressantes na UnB como público-alvo principal. Pretendemos demonstrar como a integração e a colaboração entre as pessoas do cenário universitário são fundamentais. A roda de conversa, a rede de apoio e os rolês culturais são propostas para fortalecer e desenvolver este ambiente.

O percurso completo foi estimado para ser realizado em 3 horas, contabilizando: as apresentações dos espaços, as dinâmicas propostas e os deslocamentos necessários dentro do campus, além de pausas para banheiro e água. O ponto de partida é a Maloca - Centro de Convivência Indígena, onde ocorre a recepção dos alunos e o questionamento sobre o que a UnB é para esse grupo. Esta indagação visa mapear e direcionar o grupo para um olhar mais atento às subjetividades do espaço apresentado. As respostas são registradas em um cartaz, utilizamos papel pardo e canetinhas coloridas, e guardadas para uma comparação ao final do percurso.

Em seguida, são propostas **duas dinâmicas** diferentes, ambas explorando a disposição dos corpos no espaço: a das formas geométricas (1) e a da roda embolada (2). Estas foram pensadas para "quebrar o gelo" e conseguir a atenção do grupo, mas seu objetivo principal é apresentar a **roda** como uma forma de organização em que todos podem se expressar e ser ouvidos igualmente. Em roda, todos podem se ver, diferentes de outras formas geométricas. Este recurso espacial vem sendo usado ao longo do tempo em diversas culturas, em espaços sagrados, de conhecimento e de troca. Após as dinâmicas haverá um tempo para que a turma conheça a Maloca e sua exposição permanente. O tempo estimado nesse espaço é de 40 minutos.

- (1) A dinâmica das formas geométricas consiste em pedir aos alunos que se organizem no espaço de modo a formar um quadrado, um triângulo, uma estrela ou pentágono. Em seguida, pedir que se organizem para uma conversa sobre o que acabaram de fazer (provavelmente se organizarão em círculo), descrevam quais foram as dificuldades e questionar o porquê da organização em roda. Pode ser feita com todos os alunos.
- (2) Na dinâmica da roda embolada, pediremos que os alunos formem um círculo e deem as mãos. Gravem quem está do seu lado direito e do seu lado esquerdo. Depois soltam as mãos e o instrutor troca os alunos de lugar, vira alguns de costas e "embola" a todos. Depois eles voltam a dar as mãos, sem sair do lugar, e deverão "desembolar" a roda sem soltar as mãos. Poderá ser mais fácil realizar em grupos de 10 alunos.

O segundo espaço é o Teatro de Arena, no trajeto até lá há pausas na caminhada para apresentação de espaços da UnB para o grupo, como: o Centro de Convivência Negra, o Viveiro de plantas da Prefeitura da UnB, o ICC Norte (onde acontecem aulas da graduação) e o "Ceubinho" (local de encontro nos intervalos das aulas). Possibilitando que entrem em contato com o cotidiano do Campus Darcy Ribeiro. Esse percurso é estimado em aproximadamente 20 minutos.

No Teatro de Arena Honestino Guimarães, a dinâmica de fotos (3), visa que os alunos entendam de modo contextualizado historicamente o espaço da UnB. Esse processo de ensino-aprendizagem também apresenta o termo **rolê**, que pode significar um evento,

uma festa, um encontro ou, por outro lado, um problema, algo complicado. Em diversos espaços da UnB houve e há diversos "rolês". A apropriação simbólica desse termo nos provoca a compartilhar e conhecer as histórias dos espaços universitários, que é essencial para a valorização do patrimônio sociocultural. Após a dinâmica faremos um breve relato sobre a história e a importância do teatro de arena Honestino Guimarães para o Campus. O tempo estimado de permanência no segundo espaço é de 40 minutos.

- (3) Na dinâmica das fotos os alunos deverão organizar em ordem cronológica as fotos da UnB que serão disponibilizadas, separando-as por décadas: 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2020. A partir daí serão corrigidos pelos instrutores e as histórias das fotos serão contadas.

A última parada do percurso afetivo é o Memorial Darcy Ribeiro, também conhecido como Beijódromo. Iremos do Teatro de Arena até lá passando por espaços como a Biblioteca Central e a Reitoria, em uma caminhada com duração de aproximadamente 20 minutos. No Beijódromo haverá apresentação do espaço para a turma, assim como das histórias de Darcy Ribeiro. Em seguida, há novamente o questionamento de "o que é a UnB para eles" e, assim, poderemos comparar com a resposta anterior e verificar os impactos do percurso no processo de significação e identificação com a UnB.

Com isso, traremos o último conceito do percurso afetivo: a **rede**. Na biologia, redes mostram a interação entre elementos que compõem um organismo ou sistema. Pensando a partir de uma análise social, as redes são formadas pelas interações de indivíduos em uma lógica móvel e dialógica de coesão, disputa, dissidência e construção contínua de novas relações. Em uma ideia mais materializada, vários fios entremeados, interseccionados, amarrados, formam redes e esse elementos podem ser utilizados para o descanso, a caça, o transporte de materiais, a decoração, entre outros. Os nós e trançados que nos inspiraram, são as relações simbólicas e materiais entre os espaços que escolhemos analisar no âmbito da UnB, entre as pessoas que frequentam e frequentaram estes espaços ao longo dos anos e pelas novas relações que projetamos a partir da Educação Patrimonial do espaço.

Nos ancoramos na contextualização histórica, na conversa e nas provocações de quem são as pessoas que compõe a UnB, ou seja, quais os possíveis fios dessa rede, e como isso afeta a geometria social do espaço e as possibilidades de uso dos espaços.

Por fim, finalizamos o percurso afetivo com o jogo "Saruê come cobra" (Figura 16), que pretende, de maneira dinâmica e adaptada para o público jovem, promover uma reflexão sobre a ditadura civil-militar e sua relação direta com a UnB. A partir de "Saruê come cobra" mostramos como é fácil o domínio de políticas e ideais fascistas, muitas vezes disfarçados de liberais e progressistas, e como as lógicas de cerceamento dos estudantes, retiradas de direito e impedimento à livre e engajada expressão de ideias foi e é prejudicial para um desenvolvimento qualitativo da ciência a partir das universidades públicas. Inspirado livremente no tradicional jogo "Cidade Dorme", e adaptado do jogo "Secret Hitler", apresentamos essa ferramenta didática contextualizada para suscitar debates, principalmente interligados com as áreas de história, sociologia, geografia e língua portuguesa.



Figura 16: Protótipo "Saruê come cobra". Fonte: as autoras.

## A CARTILHA

Para que o percurso possa ser realizado de forma independente, foi produzida uma cartilha que, de forma didática, de um lado contém o mapa com o percurso e uma breve descrição dos pontos destacados (Figura 15), e no verso apresenta algumas dinâmicas lúdicas e educativas que poderão ser realizadas ao longo desse percurso (Figura 17).



Figura 17: Frente da cartilha. Fonte: as autoras.

## A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO PERCURSO

No dia 16 de agosto de 2024, fizemos o percurso pela primeira vez, em formato teste, com uma turma que seria de 37 alunos, mas tivemos a presença de apenas 18. Esses alunos cursam o terceiro ano do ensino médio no Centro de Ensino da Asa Norte (CEAN), próximo ao Campus Darcy Ribeiro. Encontramos os alunos na sala de aula, nos apresentamos, entregamos a cartilha para que pudessem acompanhar o percurso pelo mapa e fomos juntos até o primeiro ponto, a Maloca, onde fomos recebidos pela Cláudia Renault, Coordenadora da Questão Indígena na UnB, para uma breve apresentação do local (Figura 18).





Figura 18: Visita à Maloca com os alunos. Fotografia: Kairon Alves. Fonte: as autoras.

Nosso principal receio em relação à essa primeira experiência era como prender a atenção dos alunos por quase 3 horas e, nesse ponto, a turma nos surpreendeu imediatamente, se mostrando interessada e curiosa com a atividade e a universidade. Ao longo do percurso foram feitos inúmeros questionamentos pelo grupo (Figura 19) acerca das nossas experiências como alunos da UnB, não só as acadêmicas, mas também as interpessoais e socioculturais (queriam saber dos rolês).



Figura 19: Percurso pelo ICC. Fotografia: Kairon Alves. Fonte: as autoras.

Enquanto íamos apresentando a diversidade de espaços que o Campus Darcy Ribeiro nos oferece, descobrimos que muitos deles já conheciam locais, como o Teatro de Arena, por já terem participado ou ouvido falar de um dos rolês que acontece lá, a Batalha da Escada.



Figura 20: Dinâmica no Teatro de Arena. Fotografias: Constanza Manzochi. Fonte: as autoras.

No que tange às dinâmicas propostas, os alunos instintivamente se organizaram em pequenos grupos (rodas), conforme suas afinidades, tanto para discutir as décadas das fotos (dinâmica 3 - Figura 20) como para escutar as instruções do jogo “Saruê come cobra” (Figura 21), que por sua vez encerrou o percurso afetivo de forma inusitada, com os alunos querendo permanecer no Memorial Darcy Ribeiro para continuar jogando.



Figura 21: Dinâmica no Memorial Darcy Ribeiro. Fotografia: Kairon Alves. Fonte: as autoras.

Com o registro dos alunos no início e final do percurso sobre o questionamento “o que é a Unb para você?” (Figura 22), tivemos algumas mudanças nos depoimentos de antes e depois do percurso. Muitos, ao responder a primeira pergunta, se referiram ao ingresso à universidade como “um sonho” ou uma “oportunidade para um futuro melhor”, e após o segundo questionamento houve o relato de a UnB ser “um lugar para sonhar”, “acolhedor”, “lugar de realizações”, “palco de muitas lutas”, “onde acontece histórias e revoluções”. Para encerrar foi feita uma fotografia com a turma em frente ao Beijódromo (Figura 23) seguido do percurso de volta à escola.



Figura 22: Alunos escrevendo suas respostas. Fotografia: Kairon Alves. Fonte: as autoras.



Figura 23: Com a turma em frente ao Beijódromo. Fotografia: Kairon Alves. Fonte: as autoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho entre as elaborações, conjecturas, propostas e a realização em si do projeto se mostrou sinuoso, em alguns momentos esburacado, mas nos ofereceu belas histórias, paisagens e um ponto de chegada surpreendente. Construir semanticamente o percurso, propor dinâmicas e relações teórico-práticas possibilitou que a nossa própria rede fosse construída e nela se entrelaçaram saberes e sentimentos sobre uma UnB que sendo a mesma, se tornou outra, mais nossa para ser compartilhada.

O afeto compartilhado pelas propostas se mostrou em cada etapa, o que não as isentou de desafios mas colaborou na construção de soluções para superá-los. Pudemos desenvolver um exercício crítico e criativo e ver sair do papel nossos planejamentos, indagações, olhares e objetivos. A materialização do projeto, a partir da visita da turma que tão prontamente se abriu para nossa experiência proposta nos permitiu uma prova de fogo entre o imaginado e o real, da qual saímos com satisfação de um bom projeto executado, mas também com adaptações para a melhoria.

Algumas dificuldades percebidas foram: a não uniformização, que causou uma mistura visual entre as turmas e transeuntes da UnB, o alongamento de falas de pessoas parceiras, o início da atividade posterior ao previsto, o vento e o sol como agentes de dificuldade de uma das dinâmicas, a não previsão do nível de barulho que seria causado pelo “Saruê come cobra” e a não execução de todas as dinâmicas propostas, pela necessidade de respeitar o tempo programado.

## REFERÊNCIAS

PORTO, Cláudia Estrela. **O Beijódromo de Darcy e Lelé: um presente para Brasília.** Apresentado em: I ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro.

REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; VASQUES, Claudia Marina (org.). **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: Iphan, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. **36**, n. 83, p. 161-230, jul./set. 1961.

SABOIA, Luciana; MEDEIROS, Ana Elisabete; FERRARI, Paola (org.). **Projeto, ensino e espaço universitário: o Instituto Central de Ciências (ICC - UnB) e outras arquiteturas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

SALMERON, Roberto. **A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965.** 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

SCHLEE, Andrey Rosenthal; GARCIA, Cláudia da Conceição; SOARES, Eduardo Oliveira; TENORIO, Gabriela de Souza Tenório; NASCIMENTO, Márcio Luiz Couto do; VULCÃO, Maria Goretti Vieira; CHOAS, Mona Lisa Lobo de Souza. **Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.



## **PARTE C: PRÁTICAS DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO**

### **SESSÃO 9 - Patrimônio universitário e extensão**

6 de setembro de 2024 // 9H às 12H

*Mediação: Martha Marandino (FE-USP)*



### III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

**Análise Mineralógica presente no acervo do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central como forma de imersão, acessibilidade e permanência através dos grupos sociais visitantes estudados.**

*Mineralogical Analysis present in the collection of the IFRN Mining Museum Campus Natal-Central as a form of immersion, accessibility and permanence through the visiting social groups studied.*

Yara Feliciano Gomes<sup>1</sup>  
Anny Caroline Freire da Silva<sup>2</sup>  
Narla Sathler Musse de Oliveira<sup>3</sup>

#### RESUMO

O Museu de Minérios do Rio Grande do Norte (IFRN/Campus Natal-Central) tem a pesquisa básica e aplicada na área de bens minerais, geodiversidade (conservação do patrimônio geológico), para difundir a pesquisa e educação de qualidade associada ao desenvolvimento socioeconômico do estado. Este trabalho tem como objetivo destacar, uma das potencialidades, dentre as quatro coleções dos acervos (NMAO, IFRN, Waldemar Meira Trindade e Felipe Fernandes da UFPR) através das análises mineralógicas de técnicas de caracterização de Fluorescência de Raios-X (FRX), Microscopia eletrônica de varredura (MEV) como ciência do patrimônio e sua difusão de conhecimento na área de minérios do RN. Através de uma metodologia em desenvolvimento da análise quali-quantitativa destes acervos apresentar a sociedade as

<sup>1</sup> Possui Graduação em Educação Artística com Licenciatura em Artes Plásticas (UFRN), Mestrado e Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais (UFRN) com pesquisas na área de pigmentos cerâmicos e análises de caracterização de materiais. Atualmente pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com colaboração em pesquisas no Museu de Minérios do Rio Grande do Norte (IFRN/Campus Natal-Central). E-mail: yara.gomes.013@ufrn.br

<sup>2</sup> Possui Bacharelado em Engenharia Química (UFRN), Graduação com Licenciatura Plena em Matemática (IFESP), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (UFRN), Assistente de Laboratório | IFRN Campus Natal-Central. E-mail: anny.freire@ifrn.edu.br

<sup>3</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN, experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia e Mineralogia. Graduada em Geologia pela UFRN. Mestre em Geologia e Doutora em Educação pela UFRN. Coordenadora do Museu de Minérios do Rio Grande do Norte (IFRN/Campus Natal-Central) Email: narla.musse@ifrn.edu.br

ações de universalização por meios das tecnologias de informação para atrair o público para o museu como forma de imersão, acessibilidade e permanência.

Palavras-chave: Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central; Análise quali-quantitativa; Acervo do Museu.

### **ABSTRACT**

*The Rio Grande do Norte Mining Museum conducts fundamental and applied research focused on mineral resources and geodiversity (the conservation of geological heritage), aiming to disseminate high-quality research and education contributing to the socioeconomic development of the state. This study aims to showcase the potential of one of its collections, among four (NMAO, IFRN, Waldemar Meira Trindade, and Felipe Fernandes from UFPR), using mineralogical analysis of X-ray Fluorescence (FRX), Scanning Electron Microscopy (SEM) as a science of heritage and its dissemination of knowledge in minerals of RN. These methods serve to enrich the understanding and dissemination of knowledge in the field of minerals in Rio Grande do Norte. This approach aims to attract the public to the museum and emphasizes the positive impacts these initiatives have on visitor immersion, accessibility, and the longevity of their learning experiences, through mineralogical analyses of characterization techniques present to society the actions of universalization through information technologies to attract the public to the museum as a form of immersion, accessibility and permanence.*

**Keywords:** *IFRN Mining Museum Campus Natal-Central; Quali-quantitative analysis; Museum collection.*



## INTRODUÇÃO

O estudo da análise mineralógica presente na coleção do Museu de Minérios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), situado no Campus Natal-Central, desempenha diversos papéis importantes em termos de imersão, acessibilidade e permanência para os grupos sociais visitantes (comunidade interna e externa) ao qual visitam o museu diariamente. Por este motivo vale ressaltar os projetos de pesquisa e extensão de ações afirmativas do museu em foram realizadas ao longo dos anos, como por exemplo os impactos de imersão educacional, o acesso ao conhecimento, a permanência, a oportunidade de pesquisa e o engajamento comunitário com destaque para a importância do museu para a sociedade. Os museus poderiam ser descritos anteriormente como símbolos de autoritarismos e repressão, e de fato, existem alguns museus que ainda se apegam a essa identidade ultrapassada, mas, muitos outros se distanciaram dessa concepção e se reformularam tanto criativamente quanto as suas identidades, e aderiram a concepções da pós modernidade utilizando o termo pós museu, com uma compreensão mais sofisticada das relações complexas entre cultura, comunicação, aprendizagem, identidade que apoiarão uma nova abordagem ao público do museu (Hooper-Greenhill, 2007)<sup>4</sup>.

A partir desta ideia o Museu de Minérios do IFRN (Campus Natal-Central) trata a imersão educacional através de projetos pedagógicos que trabalham uma experiência educacional imersiva aos visitantes, destacando a diversidade de minerais encontrados em diversas formações geológicas do estado do Rio Grande do Norte. Fundado em 17 de dezembro de 2014 (Tavares; Paiva; Oliveira; Costa, 2019)<sup>5</sup> foi construído através de parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, a Petrobras e o Governo do Estado. O Museu de Minérios do RN possui um acervo de mais de 4.000 peças com quatro coleções entre os acervos (NMAO, IFRN, Waldemar Meira Trindade e Felipe Fernandes da UFPR) as amostras são de diversos materiais, desde argila, passando pelo ferro e pedras preciosas, O espaço ocupa uma área de 670,62 m<sup>2</sup>, divididos em dois pavimentos, com oito ambientes internos, localizado na Av. Salgado Filho, 1559 – Tirol,

---

<sup>4</sup> HOOPER-GREENHILL, Eilean. Museums and Education Purpose, Pedagogy, Performance. **Taylor & Francis e-Library**, 2007. ISBN 0-203-93752-X Master e-book ISBN.

<sup>5</sup> TAVARES, Vânia Maria de Melo; PAIVA, Gabriela Karen da Silva; OLIVEIRA, Narla Sathler Musse de; COSTA, Silas Samuel dos Santos. QUEM SÃO E O QUE ACHAM OS VISITANTES SOBRE O MUSEU DE MINÉRIOS DO RN. **CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334446464>. Acesso em: 12 ago. 2024.

com visitas ao público externo realizadas no turno da manhã reservado às visitas agendadas por grupos, em especial, turmas de escolas com uma equipe de quatro geólogos para acompanhar as visitas, que poderão ser guiadas ou não. Segundo Tavares; Paiva; Oliveira; Costa (2019), um grande desafio para os museus do mundo inteiro, desde os maiores e mais conservadores até os mais simples é conhecer seu público e atender aos seus anseios. Esta é uma problemática comum aos museus, pois a diversidade de público tem sido observada ao longo do tempo de funcionamento do museu, e o desafio de atender com qualidade e traduzir os elementos da exposição do museu em conhecimento aos diferentes níveis de conhecimento, diversas faixas-etárias, perfis socioeconômicos e percepções culturais é um grande desafio para um museu que tem como proposta ser um ambiente para produção de conhecimentos, por isso o museu de minérios tem essa problemática como uma propulsora de seus visitantes e isso vem ser sempre discutido e aplicado no plano museológico do museu em seus projetos de extensão e pesquisa.

O Museu de Minérios do RN (MMRN), tem como objetivo apresentar ao público uma exposição permanente com os principais bens minerais produzidos no Rio Grande do Norte. O MMRN está inserido dentro da temática das Geociências, que engloba as rochas, minerais, fósseis e afins (Oliveira, 2016 citado por Tavares; Paiva; Oliveira; Costa, 2019).

A Geodiversidade com a conservação do patrimônio geológico vem a ser referência na proposta do museu e a partir dela os visitantes podem aprender sobre os diferentes tipos de minerais, suas propriedades, origens e usos em várias indústrias. O termo Geodiversidade passou a ser utilizado a partir de iniciativas como a Conferência das Nações Unidas (1992), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) adotou a Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica e a Carta da Terra, a diversidade da Terra tem sido valorizada globalmente e nesse evento, a comunidade científica sentiu que era necessário um termo equivalente a Biodiversidade para proteger a natureza abiótica (não viva) considerada associada à natureza viva e assim foi consagrado o termo Geodiversidade, que passou a ser utilizado em paralelo ao já consagrado termo Biodiversidade (Santos, 2024)<sup>6</sup>. O acesso ao

---

<sup>6</sup> SANTOS, J. G.; MARTINS, R. A.; SENA, L. K. S.; SILVA, M. C. V.; FERNANDES, L. V.; NASCIMENTO, A. G. P. DESPERTANDO PARA A GEODIVERSIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS DA GRANDE NATAL/RN. Dez Anos do IFRN/SGA: Construindo Ciência, Cultura e Inovação, p. 28. **Anais da V Semana de ciência, tecnologia e cultura: Dez Anos do IFRN/SGA: construindo ciência, cultura e inovação**, 20 a 23 de dezembro de 2022, [recurso eletrônico] / Janaina Tomaz Capistrano... [et al.] (organizadores). – São Gonçalo do Amarante, RN: IFRN, 2024.

conhecimento com oficinas e palestras para os visitantes torna o conhecimento científico acessível ao público, incluindo estudantes, pesquisadores e a comunidade em geral. Esta acessibilidade promove um entendimento mais profundo da geologia e mineralogia entre visitantes de todas as idades e origens. A permanência da Informação com as análises mineralógicas assegura a preservação e permanência de informações geológicas e mineralógicas valiosas. Isso auxilia na documentação dos recursos minerais locais, formações geológicas e práticas históricas de mineração, contribuindo para a preservação do patrimônio geológico regional. Segundo Almeida (2003)<sup>7</sup> a forma com que os museus se apresentam aos seus visitantes foi sendo modificada ao longo de sua história. Desta forma a inserção da temática Geodiversidade, fundamentada em material didático de apoio adequado ao tema, está sendo uma ferramenta de ensino transformadora da percepção das interações dos elementos bióticos e abióticos do planeta Terra, facilitando o entendimento sobre o tema do museu que está em constante desenvolvimento da área (Santos, 2024), faz parte de um planejamento estratégico de iniciativas no sentido do fortalecimento das ações, ideias, práticas e projetos para que multiprofissionais possam auxiliar o fazer e o pensar educativo nos espaços museais (Soares, 2013)<sup>8</sup>.

As oportunidades de pesquisa e extensão para grupos sociais estudando ciências geológicas, mineração e áreas relacionadas, as análises mineralógicas oferecem oportunidades de pesquisa e estudo. Pesquisadores podem acessar a coleção do museu para realizar estudos sobre composição mineral, processos geológicos e impactos ambientais da mineração também a partir das exposições virtuais. O engajamento comunitário que ao envolver grupos sociais através das análises mineralógicas, o museu promove a participação da comunidade no entendimento da geologia local e dos recursos minerais. Esse engajamento pode aumentar a conscientização sobre a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos minerais. Através deste estudo foi realizado uma abordagem a partir das análises mineralógicas de caracterização de Fluorescência de Raios-X (FRX) e Microscopia eletrônica de varredura (MEV) em duas

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, Adriana Mortara; LOPES, Maria Margaret. Modelos de comunicação aplicados aos estudos de públicos de museus. **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté: Unitau, v. 9, n. 2, p. 137-145, jul./dez., 2003.

<sup>8</sup> SOARES, Ozias Jesus. Mediação em museus – museus de artes, ciências e história. Aparecida Marina de Souza Rangel ... [et al.], orgs. **Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Idéias / I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Idéias**; Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu da Chácara do Céu, Museu de Astronomia e Ciências Afins [coord.]; 1. ed. -- Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2013.

amostras que fazem parte do acervo do Museu de Minérios, pertencentes ao acervo do IFRN.

Este estudo desempenha um papel crucial na promoção da alfabetização científica, na preservação do patrimônio geológico e no fomento ao engajamento comunitário através de experiências educacionais imersivas e acessíveis a partir do planejamento estratégico utilizado pelo Museu de Minérios do IFRN, situado no Campus Natal-Central.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As iniciativas no campo museal para a educação vem fortalecer um grupo de profissionais com ações, ideias, práticas e projetos, para isso a existência de uma equipe multidisciplinar vem priorizando a visibilidade dos fazeres e do pensar educativos nesses espaços (Soares, 2013)<sup>9</sup>. Os projetos educativos do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central vem a ser parte integrante deste pensar educativo para a comunidade interna e externa, desde sua fundação no ano de 2014, os projetos de pesquisa e extensão vem ser parte importante da implementação das discursões de educação museal.

O Museu de Minérios do Rio Grande do Norte tem desenvolvido projetos que visam promover a pesquisa básica e aplicada na área de bens minerais, geodiversidade e educação, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e difundindo a pesquisa como elemento propulsor da educação de qualidade associada ao desenvolvimento socioeconômico. Ao longo dos anos foram realizados projetos de pesquisa de acordo com a Tabela 1, destaca-se os projetos de pesquisa nos últimos quatro anos.

**Tabela 1.** Descrição dos Projetos de Pesquisa desenvolvidos nos últimos quatro anos.

Ano	Projeto de Pesquisa
2020	- O ensino das geociências em contexto de pandemia covid-19. - Qual areia que pisas em tempos de isolamento social.
2021	- Geoeducação como ferramenta de conservação e divulgação do patrimônio geológico do Geoparque Seridó. - Geodiversidade e a conservação do patrimônio geológico a partir da Base Nacional Comum Curricular. - A espetacular similaridade entre as cores e desenhos de minerais, rochas e insetos do território potiguar. - Universalização do Museu de Minérios por meio das tecnologias de informação.

<sup>9</sup> SOARES, Ozias de Jesus. Mediação em Museus -museu de artes, ciência e história. **Seminários de mediação do projeto museu de ideias**, 1ed. Rio de Janeiro, 2013.

2022	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de um sistema de informatização para acervo do Museu de Minérios do Rio Grande do Norte.</li> <li>- Trilhas Educativas: Caminhos que levam a novos conhecimentos nos Geopark Araripe/CE e Geoparque Seridó/RN.</li> <li>- A paragénese da mineralização de Scheelita na região de Currais Novos/RN.</li> <li>- A argila sacra: a imaginária barrista no Brasil.</li> </ul>
2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Testando lentes geológicas no Museu do Louvre – Paris.</li> <li>- Aprimoramento do sistema de informatização para acervo do Museu de Minérios do Rio Grande do Norte.</li> </ul>
2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços educativos online nos Geoparques Globais da UNESCO no Brasil.</li> <li>- O Museu de Minérios do RN em contexto virtual: estratégia de ampliação de público.</li> <li>- A geodiversidade na arte vitalina do Alto do Moura – Caruaru/PE.</li> </ul>

Fonte: Museu de Minérios do IFRN (2024).

O Museu de Minérios do Rio Grande do Norte tem desenvolvido projetos e outras ações de extensão, alguns de caráter continuado, multidisciplinar envolvendo a participação de discentes, servidores e comunidade externa ao IFRN com o intuito de aproximar o museu e seus serviços da comunidade externa, os projetos de extensão realizados ao longo dos anos e destacados na Tabela 2, para os projetos de extensão desenvolvidos nos últimos quatro anos.

**Tabela 2.** Descrição dos Projetos de Extensão desenvolvidos nos últimos quatro anos.

Ano	Projetos de Extensão
2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encantando e aprendendo: o teatro vai ao museu.</li> <li>- Inclusão no Museu de Minérios do RN.</li> </ul>
2021	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Museu de minérios em tempos de pandemia: mediação pelo teatro de bonecos.</li> <li>- O Museu de Minérios do Rio Grande do Norte apresenta: O conto e o canto no aprendizado sobre os minerais.</li> </ul>
2022	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hoje tem espetáculo no museu? Tem sim senhor, com minerais que falam e encantam.</li> <li>- O que contam e cantam os minerais do Rio Grande do Norte.</li> <li>- As geociências e a Base Nacional Comum Curricular: Diálogo interdisciplinar na formação do professor.</li> </ul>
2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os bens minerais do Rio Grande do Norte cantados em prosa e verso.</li> <li>- Hoje tem espetáculo no museu? Tem sim senhor, com minerais que falam e encantam.</li> <li>- Aprendendo sobre documentação e gestão de acervo em museus.</li> </ul>
2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A prosa e o canto dos minerais: a ludicidade no Museu de Minérios do RN.</li> <li>- Hoje tem espetáculo no museu? Tem sim senhor, com minerais que falam e encantam.</li> <li>- Descobrendo Minérios: Uma Jornada Interativa com Realidade Aumentada.</li> </ul>

Fonte: Museu de Minérios do IFRN (2024).

Atualmente os museus exercem uma difusão de conhecimento muito significativa para a sociedade e assim os visitantes que frequentam o museu tornam-se produtos dessa preservação cultural, e integrantes dessa conjuntura de pesquisa e produção de conhecimento, para Sofka, “o pré-requisito lógico que permite aos museus desempenhar seu papel nos dias atuais é o amálgama entre as suas três principais funções, isto é, preservar, pesquisar e difundir conhecimento” (2009, p.80)<sup>10</sup>.

Um desafio colocado para o campo museal é a realização de estudos que deem conta de dimensionar o volume da produção acadêmica proveniente dos museus e seus profissionais ou que tem nos museus e suas práticas o objeto de investigação. Esse mapeamento do estado da arte da produção museal é desafiador em função da dispersão dessa mesma produção em diferentes áreas do conhecimento (Soares, 2019)<sup>11</sup>. Por isso é importante destacar os parâmetros das pesquisas estudadas e quais atinge ao público de maneira ampla.

Consoante ao relevante destaque que as pesquisas e o impacto industrial que os minerais Scheelita e Zeólita possuem no estado do Rio Grande do Norte e, não obstante deste cenário, compõem o acervo do Museu de Minérios do IFRN desde que são referências para os visitantes do museu. Com isso foram realizadas as caracterizações de Fluorescência de Raios-X (FRX) e Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) nestas duas amostras.

A Scheelita, aqui em análise química, encontrada na região de Currais Novos-RN, pertencente ao acervo do Museu de Minérios do IFRN, possui uma coloração esbranquiçada, por esse motivo emite luz no espectro do visível quando exposta a outra tipo de radiação (raios-X), assim podendo ser caracterizada qualitativa e quantitativamente pelas técnicas de medições em percentual de óxidos da fluorescência e ilustrada através de imagens ampliadas, com o intuito de representar a morfologia estrutural do mineral.

Como bem descreve Machado (2012, p. 35)<sup>12</sup> essa estrutura mineral da Scheelita possui as seguintes propriedades físicas: composição química  $\text{CaWO}_4$ , sistema cristalino

---

<sup>10</sup> SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. In.: **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**-vol.II no 1 -jan/jun de 2009. Tradução de T. Scheiner.

<sup>11</sup> SOARES, Ozias Jesus; GRUZMAN, Carla. O LUGAR DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO MUSEAL: DESAFIOS, PANORAMAS E PERSPECTIVAS. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 115–139, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.39809. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/39809>. Acesso em: 13 ago. 2024.

<sup>12</sup> MACHADO, Tercio Graciano. **Estudo da adição de resíduo de Scheelita em matriz cerâmica: formulação, propriedades físicas e microestrutura**. 2012, Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12813>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Tetragonal com plano de clivagem {011}, densidade relativa variando entre 5,9-6,1, e dureza (MOHS) 4½-5.

Dando sequência, o segundo mineral utilizado para representar a caracterização quali-quantitativa neste estudo foi um tipo de Zeólita natural, também pertencente ao acervo do Museu de Minérios do IFRN, que, conforme descreve Shinzato; Montanheiro; Janasi; Andrade; Yamamoto (2009, p. 1989-1994)<sup>13</sup>, são aluminossilicatos hidratados formados por estruturas cristalinas tridimensionais de tetraedros de (Si,Al)O<sub>4</sub> ligados entre si pelos quatro vértices de oxigênio.

Nas propriedades das Zeólitas naturais descritas por Luz (1994, p. 12)<sup>14</sup> a estrutura desse mineral apresenta canais e cavidades interconectadas de dimensões moleculares, conferindo às Zeólitas um elevado grau de hidratação. Com isso, sendo possível caracterizá-las com as mesmas técnicas de análise química que a Scheelita, FRX e MEV. Para o FRX foi possível fazer a determinação quantitativa da Zeólita em percentual de massa em óxidos, e com o MEV observar o estudo da morfologia da Zeólita natural, dessa maneira destacar as faces desenvolvidas dos cristais obtidos.

Diante de tais argumentos, o presente trabalho sustenta que a análise mineralógica evidenciada, através das técnicas de FRX e MEV, nas amostras de Scheelita e de Zeólita pertencentes ao acervo do Museu de Minérios do IFRN, vinculadas aos Projetos de Pesquisa e Extensão da atividade museal, busca fomentar os eventos diários e reais que, por ventura, tenham a ciência, a tecnologia e a sociedade como base, afim de que dentro de suas possibilidades de conhecimento possam exercitar a reflexão, a análise, além do compartilhamento e confronto de ideias.

## **METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi através da escolha de rochas mineralógicas presentes em um dos acervos do Museu de Minérios do Rio Grande do Norte (IFRN Campus Natal-Central). As amostras coletadas, Scheelita e Zeólita, foram encaminhadas ao Laboratório de Tecnologia Mineral e Materiais do Instituto Federal do Rio Grande do Norte Campus Natal-Central com a finalidade de passarem pelas etapas do processo de quartejamento e submetidas a cominuição em

---

<sup>13</sup> SHINZATO, Mirian Chieko; MONTANHEIRO, Tarcísio José; JANASI, Valdecir de Assis; ANDRADE, Sandra; YAMAMOTO, Jorge Kazuo. Remoção de Pb<sup>2+</sup> e Cr<sup>3+</sup> em solução por zeólitas naturais associadas a rochas eruptivas da formação serra geral, bacia sedimentar do Paraná. **Química Nova**, v. 32, p. 1989-1994, 2009.

<sup>14</sup> LUZ, Adão Benvido da. **Zeólitas: propriedades e usos industriais**. 1994.

almofariz de ágata. Logo após, ainda no mesmo Laboratório, passaram pela etapa do peneiramento, o qual corresponde ao processo de granulometria, a 200 mesh.

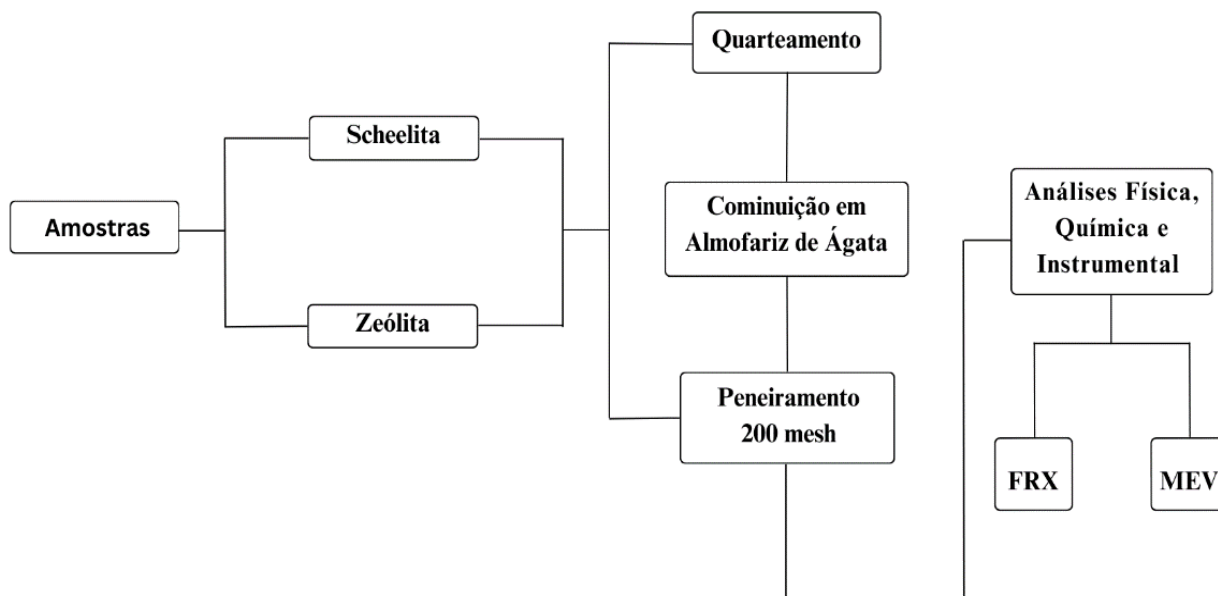
Em sequência, as duas amostras de Scheelita e Zeólita seguiram para a etapa de uso das técnicas de caracterização mineralógica no Laboratório de Caracterização de Minerais/Materiais do IFRN, e assim seguiu-se nas análises de fluorescência de Raios-X (FRX) em um espectrômetro de Energia Dispersiva de Raios-X (Modelo EDX-720/ marca Shimadzu) e Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) em um Microscópio Eletrônico de Varredura (Modelo VEGA3LMU/marca Tescan).

O Espectrômetro de Fluorescência de Raios-X (FRX) é o tipo de análise realizada de determinação qualitativa e semiquantitativa dos teores dos elementos químicos nas faixas sódio escândio (Na-Sc) e titânio-urânio (Ti-U), técnica analítica não destrutiva e capaz de determinar os elementos totais contidos na amostra.

O Microscópio Eletrônico de Varredura ou MEV, tem importância em diversos campos de pesquisas, já que é capaz de demonstrar com riqueza significativa de detalhes mudanças morfológicas nos diversos materiais.

Na Figura 1 estão descritas no esquema, as etapas realizadas para este estudo.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 1.** Esquema das etapas de preparação e caracterização das amostras de Scheelita e Zeólita para este estudo.

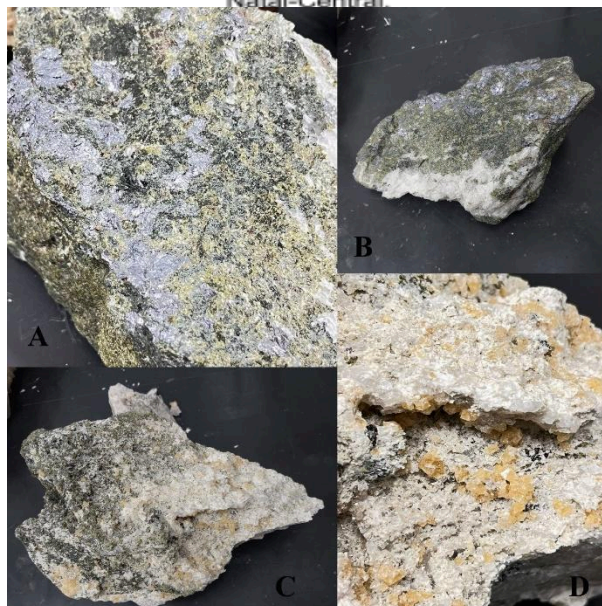


Fonte: autores (2024).

O Museu de Minérios possui quatro coleções em seus acervos: (NMAO, IFRN, Waldemar Meira Trindade e Felipe Fernandes da UFPR). As amostras escolhidas foram a scheelita e a zeólita presentes na coleção IFRN, com destaque para a Figura 2 (ABCD).



**Figura SEQ Figura 1ª ARABIC 2.** Em AB, temos a Scheelita e em CD temos a Zeólita presentes no acervo do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central.



Na Tabela 3 é mostrada a análise química por espectrometria de fluorescência de raios X (FRX) da amostra de Scheelita natural em formato de compostos óxidos e em elementos químicos respectivamente em porcentagem (%) de massa.

**Tabela SEQ Tabela 1ª ARABIC 3.** Caracterização química (% peso) de Fluorescência de Raios-X da Scheelita.

Compostos	% em massa	Elementos	% em massa	A
SiO <sub>2</sub>	42,63%	Si	19,97%	
CaO	24,78%	Ca	17,67%	
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	16,93%	Fe	6,58%	
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	11,30%	Al	2,99%	
P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	1,48%	P	0,32%	
SO <sub>3</sub>	0,91%	S	0,91%	
TiO <sub>2</sub>	0,76%	Ti	0,76%	
MnO	0,52%	Mn	0,40%	
BaO	0,35%	Ba	0,31%	
K <sub>2</sub> O	0,21%	K	0,09%	
SrO	0,14%	Sr	0,12%	

amostra estudada mostra que SiO<sub>2</sub>, CaO são componentes principais em sua estrutura, porém, os óxidos como, Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub>, Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub>, P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, SO<sub>3</sub>, TiO<sub>2</sub>, MnO, BaO, K<sub>2</sub>O e SrO

apresentam menores valores percentuais da amostra neste estudo. Como pode-se observar aproximadamente 42,63% do material é composto por óxido de silício ( $\text{SiO}_2$ ) e 24,78 % de óxido de cálcio ( $\text{CaO}$ ), o que corresponde aproximadamente mais de 65% do total dos compostos apresentados. Os resultados estão acordados com os estudos de Sá Leitão; Souza; Azevedo; Azevedo; Oliveira; Matamoros; Souza (2013)<sup>15</sup> que indicam que os minerais mais importantes em quantidade devem ser a cal ( $\text{CaO}$ ) e o quartzo ( $\text{SiO}_2$ ). Observa-se que possui pouco elemento ferro (6,58%) e alumínio (2,99%), e a sua maior porcentagem em elemento silício (19,97 %) e de cálcio (17,67 %). Isso advém do fato que as mineralizações se encontram associadas aos calcários cristalinos (mármore), razão pela qual os rejeitos são ricos em carbonatos. As demais concentrações dos elementos químicos presentes em concentrações muito reduzidas estão relacionadas com a proveniência dos minerais (Da Silva Godeiro; Júnior; Fernandes; Leite, 2010)<sup>16</sup>.

Na Tabela 4 é mostrada a análise química por espectrometria de fluorescência de raios X (FRX) da amostra de Zeólita natural, em formato de compostos óxidos e em elementos químicos respectivamente em porcentagem (%) de massa.

**Tabela SEQ Tabela 1\* ARABIC 4. Caracterização química (% peso) de Fluorescência de Raios-X da Zeólita.**

Compostos	% em massa	Elementos	% em massa
$\text{SiO}_2$	91,52%	Si	42,86%
$\text{Al}_2\text{O}_3$	3,31%	Al	0,88%
$\text{CaO}$	1,92%	Ca	1,37%
$\text{SO}_3$	1,90%	S	0,76%
$\text{P}_2\text{O}_5$	0,55%	P	0,12%
$\text{K}_2\text{O}$	0,36%	K	0,15%
$\text{Fe}_2\text{O}_3$	0,31%	Fe	0,12%
$\text{SrO}$	0,06%	Sr	0,05%
$\text{Sm}_2\text{O}_3$	0,06%	Sm	0,03%

A amostra estudada mostra que  $\text{SiO}_2$ ,  $\text{Al}_2\text{O}_3$  são componentes principais em sua estrutura, porém, os óxidos como  $\text{CaO}$ ,  $\text{SO}_3$ ,  $\text{P}_2\text{O}_5$ ,  $\text{Fe}_2\text{O}_3$ ,  $\text{SrO}$  e  $\text{K}_2\text{O}$  apresentaram menor valor da amostra deste estudo. Como pode-se observar, aproximadamente

<sup>15</sup> SÁ LEITÃO, N. C. M. C.; SOUZA, J. R.; AZEVEDO, M. S. P.; AZEVEDO, L. S. P.; OLIVEIRA, P. M.; MATAMOROS, E. P., ...; SOUZA, C. P. **Caracterização Tribológica de Rejeito de Scheelita**. 2013. Disponível em: [https://abceram.org.br/wp-content/uploads/area\\_associado/57/PDF/19-025.pdf](https://abceram.org.br/wp-content/uploads/area_associado/57/PDF/19-025.pdf). Acesso em: 13 ago. 224.

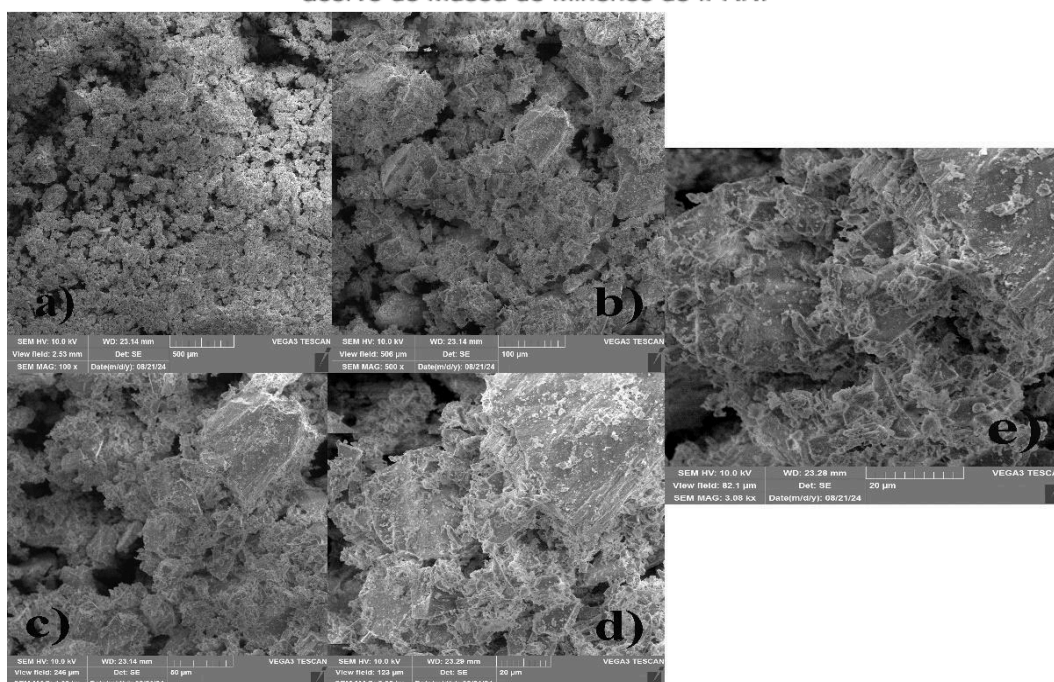
<sup>16</sup> DA SILVA GODEIRO, Maria Luiza; JÚNIOR, Jadilson Pinheiro Borges; FERNANDES, Bruno Rodrigo Borges; LEITE, José Yvan Pereira. Caracterização de pré-concentrado do rejeito de scheelita da mina brejuí em concentrador centrífugo. **Holos**, v. 5, p. 81-90, 2010.

91,52% do material é composto por óxido de silício ( $\text{SiO}_2$ ) e 3,31 % de óxido de alumínio ( $\text{Al}_2\text{O}_3$ ). Observa-se que possui pouco elemento ferro (0,12%), sendo ideal para evidenciar o mineral Zeólita (Melo; Riella, 2010)<sup>17</sup> e a sua maior porcentagem em elemento silício (42,86 %).

Dando sequência as análises mineralógicas para as duas amostras de Scheelita e Zeólita do acervo do Museu de Minérios do IFRN, destaca-se a técnica de caracterização por MEV, como maneira de ilustrar em imagens a morfologia dos minerais, em que é possível apresentar as características estruturais do cristalino formado pelos minerais.

A Figura 3 apresenta o aspecto morfológico da amostra de Scheelita pertencente ao acervo do Museu de Minérios do IFRN, nas seguintes ampliações: **a) 100x**, **b) 500x**, **c) 1000x**, **d) 2000x**, e **e) 3000x**. Em conformidade ao que afirma Guimarães (219, p. 66)<sup>18</sup> é notória que a morfologia das imagens ampliadas se apresenta não uniforme, em decorrência das distintas formas e tamanhos das partículas.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 3.** Microscopia eletrônica de varredura da Scheelita do acervo do Museu de Minérios do IFRN.



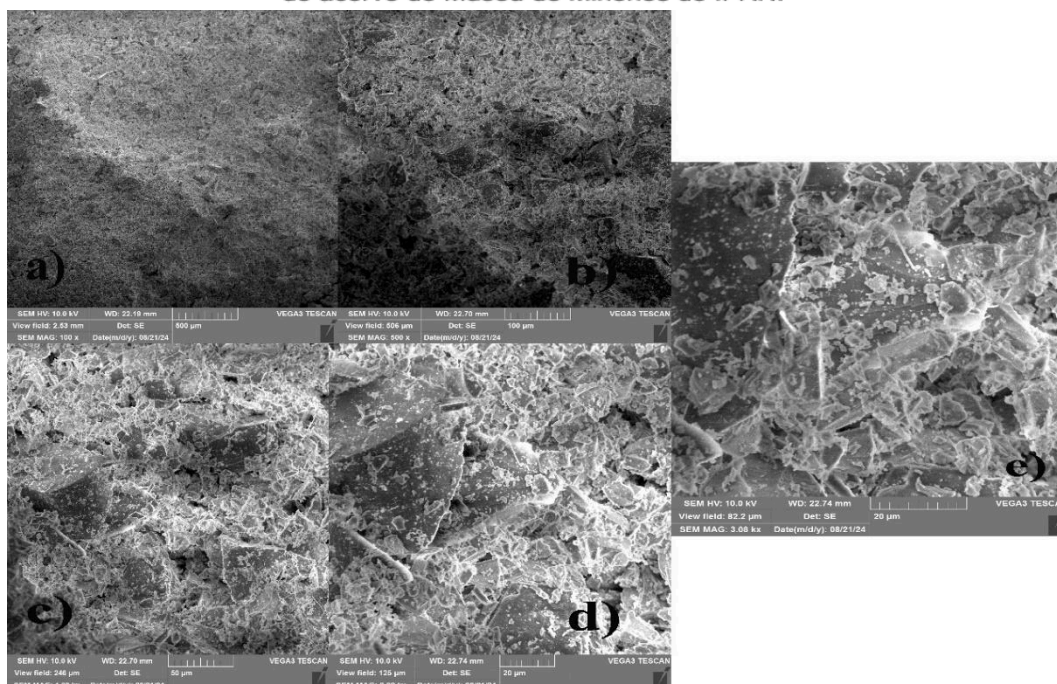
Fonte: autores (2024).

<sup>17</sup> MELO, Carolina Resmini; RIELLA, Humberto Gracher. Síntese de zeólita tipo NaA a partir de caulim para obtenção de zeólita 5A através de troca iônica. *Cerâmica*, v. 56, p. 340-346, 2010.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, Clarissa Danielle Mendonça de Oliveira. **Desenvolvimento e caracterização de compósitos de resina epóxi carregados com rejeito de scheelita**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3133/tde-24092019-075445/en.php>. Acesso em: 21 ago. 2024.

As imagens do ensaio de caracterização mineralógica por MEV para a amostra de Zeólita natural do acervo do Museu de Minérios do IFRN, representado na Figura 4 com as seguintes ampliações: **a) 100x**, **b) 500x**, **c) 1000x**, **d) 2000x**, e **e) 3000x**. Conforme já mencionado neste estudo, o MEV da Zeólita natural permite visualizar a avaliação do estado cristalino em diferentes ampliações, com presença de partículas irregulares e de tamanhos distintos, sejam aglomerados e policristalinos (Silva, 2016)<sup>19</sup>. Isto é, essas propriedades estão associadas ao alto valor de área superficial da Zeólita natural e a presença de outros minerais em sua composição química.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 4.** Microscopia eletrônica de varredura da Zeólita natural do acervo do Museu de Minérios do IFRN.



Fonte: autores (2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados dos ensaios apresentados neste estudo, a partir das técnicas de caracterização mineralógica química por análises de FRX e MEV aplicadas as duas amostras de Scheelita e Zeólita pertencentes ao acervo do Museu de Minérios do IFRN, vinculadas as atividades de pesquisa e extensão, é possível evidenciar de forma qualitativa e quantitativa as estruturas dos cristalinos formados dos minerais estudados. Assim para os grupos que visitam o museu entenderão através da aplicação e exposição das caracterizações de análises química mineralógica (FRX e MEV) das amostras Scheelita e Zeólita que tendem a complementar as visitas técnicas e as ações

<sup>19</sup> SILVA, Amanda Meira da. **Caracterização química e mineralógica de zeólitas naturais com potencial para aplicação em tratamentos de efluentes**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

desenvolvidas no processo didático de acessibilidade e permanência. Contudo, os projetos educativos do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central vem a ser parte integrante deste pensar educativo para a comunidade interna e externa, desde sua fundação no ano de 2014, os projetos de pesquisa e extensão vem ser parte importante da implementação das discursões de educação museal.

Demonstrando, dessarte, a relevância de possibilitar novos estudos em outros tipos de minerais integrantes do acervo museal, com outras técnicas já conhecidas e predefinidas na caracterização mineralógica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara; LOPES, Maria Margaret. Modelos de comunicação aplicados aos estudos de públicos de museus. **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté: Unitau, v. 9, n. 2, p. 137-145, jul./dez.,2003.

DA SILVA GODEIRO, Maria Luiza; JÚNIOR, Jadilson Pinheiro Borges; FERNANDES, Bruno Rodrigo Borges; LEITE, José Yvan Pereira. Caracterização de pré-concentrado do rejeito de scheelita da mina brejuí em concentrador centrífugo. **Holos**, v. 5, p. 81-90, 2010.

GUIMARÃES, Clarissa Danielle Mendonça de Oliveira. **Desenvolvimento e caracterização de compósitos de resina epóxi carregados com rejeito de scheelita**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3133/tde-24092019-075445/en.php>. Acesso em: 21 ago. 2024.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Museums and Education Purpose, Pedagogy, Performance. **Taylor & Francis e-Library**, 2007. ISBN 0-203-93752-X Master e-book ISBN.

MACHADO, Tercio Graciano. **Estudo da adição de resíduo de Scheelita em matriz cerâmica**: formulação, propriedades físicas e microestrutura. 2012, Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12813>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MELO, Carolina Resmini; RIELLA, Humberto Gracher. Síntese de zeólita tipo NaA a partir de caulim para obtenção de zeólita 5A através de troca iônica. **Cerâmica**, v. 56, p. 340-346, 2010.

SÁ LEITÃO, N. C. M. C.; SOUZA, J. R.; AZEVEDO, M. S. P.; AZEVEDO, L. S. P.; OLIVEIRA, P. M.; MATAMOROS, E. P., ...; SOUZA, C. P. **Caracterização Tribológica de Rejeito de Scheelita**. 2013. Disponível em: [https://abceram.org.br/wp-content/uploads/area\\_associado/57/PDF/19-025.pdf](https://abceram.org.br/wp-content/uploads/area_associado/57/PDF/19-025.pdf). Acesso em: 13 ago. 224.

SANTOS, J. G.; MARTINS, R. A.; SENA, L. K. S.; SILVA, M. C. V.; FERNANDES, L. V.; NASCIMENTO, A. G. P. DESPERTANDO PARA A GEODIVERSIDADE EM

ESCOLAS PÚBLICAS DA GRANDE NATAL/RN. Dez Anos do IFRN/SGA: Construindo Ciência, Cultura e Inovação, p. 28. **Anais da V Semana de ciência, tecnologia e cultura: Dez Anos do IFRN/SGA: construindo ciência, cultura e inovação**, 20 a 23 de dezembro de 2022, [recurso eletrônico] / Janaina Tomaz Capistrano... [et al.] (organizadores). – São Gonçalo do Amarante, RN: IFRN, 2024.

SHINZATO, Mirian Chieko; MONTANHEIRO, Tarcísio José; JANASI, Valdecir de Assis; ANDRADE, Sandra; YAMAMOTO, Jorge Kazuo. Remoção de Pb<sup>2+</sup> e Cr<sup>3+</sup> em solução por zeólitas naturais associadas a rochas eruptivas da formação serra geral, bacia sedimentar do Paraná. **Química Nova**, v. 32, p. 1989-1994, 2009.

SILVA, Amanda Meira da. **Caracterização química e mineralógica de zeólitas naturais com potencial para aplicação em tratamentos de efluentes**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SOARES, Ozias Jesus. Mediação em museus – museus de artes, ciências e história. Aparecida Marina de Souza Rangel ... [et al.], orgs. **Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Idéias / I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Idéias**; Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu da Chácara do Céu, Museu de Astronomia e Ciências Afins [coord.]; 1. ed. -- Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2013.

SOARES, Ozias Jesus; GRUZMAN, Carla. O LUGAR DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO MUSEAL: DESAFIOS, PANORAMAS E PERSPECTIVAS. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 115–139, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.39809. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/39809>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. In.: **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**-vol.II no 1 -jan/jun de 2009. Tradução de T. Scheiner.

TAVARES, Vânia Maria de Melo; PAIVA, Gabriela Karen da Silva; OLIVEIRA, Narla Sathler Musse de; COSTA, Silas Samuel dos Santos. QUEM SÃO E O QUE ACHAM OS VISITANTES SOBRE O MUSEU DE MINÉRIOS DO RN. **CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334446464>. Acesso em: 12 ago. 2024.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal Campus Natal-Central, ao Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central, ao Laboratório de Tecnologia Mineral e Materiais do Instituto Federal do Rio Grande do Norte Campus Natal-Central em que foram preparadas as amostras e ao laboratório de Caracterização de Minerais/Materiais do IFRN em que foram realizadas as caracterizações de fluorescência de raios-X e microscopia eletrônica de varredura (MEV). Este trabalho integra o projeto de pesquisa sob o título: “O Museu de Minérios do RN em contexto virtual: estratégia de ampliação de público”, vinculado ao Edital nº 02/2024 - DIPEQ/CNAT/IFRN - Desenvolvimento de Produtos técnicos ou tecnológicos. Em consonância com o projeto de pesquisa acadêmico-científica intitulado de “Prospecção e Pesquisa do Acervo do Museu de Minérios do IFRN Campus Natal-Central, com ênfase na Ciência do Patrimônio”,

desenvolvido pela pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PostDoc Yara Feliciano Gomes em colaboração com o IFRN.

## 1III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### Mulheres na ciência: Cientistas e Professoras do Instituto de Química de Araraquara

Maria Eduarda de Jesus Castro<sup>1</sup>  
Douglas Ricardo de Assis<sup>2</sup>  
Juliana Ferreira de Britto<sup>3</sup>

#### RESUMO

O patrimônio cultural, tem como objetivo reconhecer, estabelecer e preservar os bens materiais e imateriais, que determinam a identidade e conservam a cultura de uma comunidade, de instituições e de um país. Os museus apresentam um papel importante de garantir a proteção dos bens já patrimonializados e a disseminação das informações referentes a estes bens. O Centro de Ciências de Araraquara, museu de ciências universitário, vinculado ao Instituto de Química de Araraquara – UNESP (IQ – UNESP), assumiu a responsabilidade pelo inventário, instrução do processo de registro e planejamento de ações de salvaguarda dos saberes científicos produzidos por algumas mulheres cientistas. O projeto de extensão “Mulheres na ciência: A representatividade importa”, tem como objetivo dar visibilidade e incentivar mulheres e meninas na ciência, focando em preservar e reconhecer o legado que docentes e cientistas deixaram para a instituição. Foram escolhidas quatro mulheres para iniciar esta pesquisa: Profa. Dra. Maria Valnice Boldrin, docente com mais de 290 artigos publicados; Profa. Dra. Denise Bevilaqua, vice-diretora do IQ – UNESP; Profa. Cecília Laluce, primeira docente mulher do instituto; Profa. Dra. Vanderlan Bolzani, a primeira mulher a presidir

---

<sup>1</sup> Cursando licenciatura em química no Instituto de Química da Unesp, Araraquara  
Email: maria-eduarda.castro@unesp.br



a Sociedade Brasileira de Química (SBQ) e a Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP). Portanto, este projeto, não somente manifesta o patrimônio cultural imaterial das docentes que contribuíram para o IQ - UNESP, mas também, manifesta um legado para a história da ciência e para futuros profissionais na área da ciência.

Palavras-chave: Mulheres cientistas. Museu de ciências universitário. Patrimônio imaterial.

### **ABSTRACT**

*Cultural heritage aims to recognize, establish and preserve the tangible and intangible assets that determine the identity and preserve the culture of a community, institution and country. Museums play an important role in ensuring the protection of already recognized heritage assets and in the dissemination of information regarding these assets. The Science Center of Araraquara (SCA), a university science museum linked to the Institute of Chemistry of Araraquara – UNESP (IQ - UNESP), has assumed responsibility for the inventory, instruction in the registration process and planning of actions to safeguard the scientific knowledge produced by some female scientists. The extension project “Women in Science: Representation Matters” aims to give visibility and encourage women and girls in science, focusing on preserving and recognizing the legacy that some of the professors and researchers left for the institution. Four women were chosen to begin this research: Prof. Dr. Maria Valnice Boldrin, a professor with more than 290 published articles, Prof. Dr. Denise Bevilaqua, vice-director of IQ - UNESP, Prof. Cecilia Laluce, the institute's first female professor, and Professor Vanderlan Bolzani, who was the first woman to serve as president of the Brazilian Chemical Society (SBQ) and the São Paulo State Academy of Sciences (Aciesp). Therefore, this project not only demonstrates the intangible cultural heritage of the professors who contributed to the IQ - UNESP, but also demonstrates a legacy for the history of science and for future professionals in the field of science.*

**Keywords:** *Women scientists. University science museum. Intangible heritage.*

## INTRODUÇÃO

A presença das mulheres como estudantes, pesquisadoras e profissionais nas áreas de ciências da natureza, tem se mostrado cada vez maior. Segundo o relatório de Gênero no Cenário Global de Pesquisa de 2017, promovido pela editora Elsevier, houve um crescimento no número de mulheres cientistas nos países em que a pesquisa foi realizada, incluindo o Brasil. Já no ano seguinte (2018), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou que as mulheres possuem um grau de instrução maior que o dos homens, tanto em nível de Ensino Médio, quanto para o nível de Ensino Superior. Segundo a pesquisa realizada por Ferreira et al. (2024) de 2013 a 2021, dos 194 projetos que foram submetidos a fim de conseguir uma bolsa em divulgação científica 110 foram de autoria de pesquisadoras mulheres (Ferreira *et al.*, 2024).

Porém, apesar do engajamento das mulheres na ciência e sua representatividade com formação universitária ter se tornado maior em relação ao último século, a ascensão e notoriedade em suas carreiras ainda são pouco destacadas em comparação com a dos homens (Naidek *et al.*, 2020). O mesmo relatório de Gênero no cenário Global de Pesquisa, mostrou que entre os anos 2011-2015, o grupo de pesquisadores científicos era constituído por 49% de mulheres. No entanto, o número de pesquisadores registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) revelou que em 2018, as áreas de química, física e matemática eram compostas por apenas 32% das mulheres e os outros 68% em sua maioria, pelos homens.

Também é possível notar a disparidade de gênero, quando é analisado a quantidade de mulheres que atingem reconhecimento a nível mundial. Por exemplo o Prêmio Nobel, que dos 904 cientistas premiados entre 1901-2018, apenas 51 eram mulheres. Nesse mesmo período, dos 181 premiados na área de química, apenas 5 mulheres receberam a honraria (Santos; Valli; Bolzani, 2019). Ao tratar de níveis nacionais, um dos maiores prestígios para a carreira de um cientista no Brasil, é fazer parte da Academia Brasileira de Ciências, mas dados de 2019 mostram que apenas 18% dos membros eram constituídos por mulheres (Naidek *et al.*, 2020).

É inegável as dificuldades que as mulheres encontram e enfrentam durante sua trajetória acadêmica e profissional no meio científico, responsabilidades como tarefas domésticas, cuidados maternos, do lar, do marido e dos idosos da família são atribuídas como obrigações exclusivamente das mulheres, o que pode acarretar a sua desistência pela carreira profissional (Velho, 2006; Silva; Ribeiro, 2014). Apesar da luta feminina,

as mulheres ainda enfrentam muitas afirmações misóginas de que elas não possuem as mesmas capacidades de aprendizagem que os homens (Joel *et al.*, 2015)

Além disso, as ciências exatas são naturalizadas como masculinas, como aponta Ferrand (1994, p. 363) e isso é constantemente exacerbado pelo caráter patriarcal da sociedade (Tabak, 2002). Outro fator que intensifica as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, é que se tratando de grandes feitos, elas são sempre invisibilizadas, fazendo com que meninas não se sintam representadas no meio científico, reforçando novamente a ideia de que a ciência é unicamente destinada aos homens (Silveira; Ferreira; Souza, 2019). Sendo assim, um conceito muito utilizado para compreender o conjunto de obstáculos enfrentados pelas mulheres, é o teto de vidro. Segundo Lima (2008, p. 8), o teto de vidro é uma terminologia utilizada para se referir a exclusão de mulheres em áreas de maiores prestígios, assim como, uma metáfora para se referir a invisibilidade das barreiras que dificultam e impossibilitam a ascensão dessas mulheres na carreira.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo coletar informações e destacar a carreira de quatro mulheres, pesquisadoras e professoras do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista (IQ - UNESP) de Araraquara, a fim de preservar e viabilizar os seus grandes feitos. Essa pesquisa faz parte do projeto de extensão “Mulheres na ciência: a representatividade importa”, desenvolvido no Centro de Ciências de Araraquara (CCA), museu de ciências pertencente ao IQ - UNESP.

O projeto, investiga e pesquisa sobre a carreira profissional e trajetória acadêmica das cientistas, com o objetivo de homenageá-las, conservar o seu legado e suas contribuições para a ciência e incentivar meninas e mulheres a se engajarem na produção do conhecimento científico. Ou seja, neste contexto, é buscado preservar o patrimônio cultural imaterial da UNESP. O patrimônio cultural imaterial se destaca por resgatar e preservar a arte, a história, os valores e conhecimento que são herança da humanidade, neste caso, preservar a história das mulheres cientistas da UNESP, é resgatar a herança da instituição.

O CCA atua como um espaço de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa e do projeto, pois como é mencionado por Silveira e Maruyama (2022), os museus universitários além de serem espaços que guardam as características de ensino, pesquisa e extensão, também atuam na produção do conhecimento científico, na formação de recursos humanos e protegem o patrimônio cultural-científico-histórico.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma das formas de organizar coletivamente as memórias de uma instituição é através do patrimônio cultural, que até meados do século XX, foi associado somente a bens materiais. Ao longo do século XX, no Brasil, o conceito de palavras como cultura e patrimônio mudaram o sentido. No Brasil a noção de patrimônio, influenciado pelo ambiente pós revolucionária da França no século XVIII, passou a ser pensado enquanto bem comum, e buscou-se a socialização das coleções. Neste contexto, no século XIX, nos países europeus o Estado assumiu a responsabilidade de preservar e dar a conhecer os vestígios materiais, em favor dos indivíduos que compõem a nação (Poulot, 2009).

Nos anos de 1920, com o intuito de elaborar um discurso sobre o passado nacional, debates em torno da construção de uma política pública patrimonial para o Brasil ganharam. Em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que regulamentou a proteção dos bens culturais no país, surge a primeira concepção de patrimônio:

“Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).”

Nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, seus esforços foram direcionados principalmente no tombamento de prédios, construções e monumentos como o instrumento legal para a preservação e salvaguarda do patrimônio arquitetônico de herança luso-brasileira. Desta forma a definição de patrimônio ainda no século XXI está carregada deste sentido de “pedra e cal”. No entanto, a Constituição Federal de 1988 traz uma nova definição para patrimônio cultural no Artigo 216:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
I. as formas de expressão;  
II. os modos de criar, fazer e viver;  
III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;  
IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;  
V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).”

Oficialmente a definição de patrimônio não se restringe apenas a vestígios materiais, mas também a bens culturais imateriais que carecem de medidas protetivas do Estado. No entanto, somente nos anos 2000 essa visão de salvaguarda do patrimônio imaterial entra em ação com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

(PNPI) por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Esse Programa, que segue vigente, buscou estabelecer critérios, parâmetros, objetivos e limites para viabilizar as ações de identificação, reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial (Arantes, 2010).

No caso de bens imateriais o procedimento de salvaguarda não ocorre através do tombamento, mas através de seu registro. O PNPI agrupa os bens de natureza imaterial em quatro categorias: Saberes, Formas de Expressão, Celebração e Lugares. No caso do patrimônio imaterial, não se espera que o bem seja “conservado”, mesmo porque seu estado se altera ao longo do tempo (Mendonça, 2020).

Esse registro precisa ocorrer de modo sistemático, a partir de critérios pré-estabelecidos e em conjunto com os detentores e praticantes daquele determinado bem, quais são as suas recorrências, quais saberes estão implicados, quais são os agentes envolvidos, aspectos particulares da manifestação em questão etc. Desta forma, a elaboração do inventário depende do trabalho conjunto dos técnicos e das pessoas que detêm os conhecimentos sobre o bem imaterial (IPHAN, 2000).

Os museus apresentam um papel importante de garantir a proteção e a disseminação dos bens já patrimonializados e as informações referentes a estes bens. Além disso, a musealização serve como instrumento de patrimonialização que visa potencializar a salvaguarda do bem imaterial. Neste processo, não basta apenas o reconhecimento da importância que esse bem possui dentro da sociedade, mas também é necessária uma ação conjunta entre registro, salvaguarda e disseminação da informação (Mendonça, 2020).

Neste contexto, o Centro de Ciências de Araraquara desempenhando seu papel de museu de ciências universitário, assumiu a responsabilidade pelo inventário, instrução do processo de registro e planejamento de ações de salvaguarda dos saberes científicos produzidos por diversas mulheres cientistas através dos projetos de extensão desenvolvidos no museu.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma Pesquisa Social Qualitativa, feita por meio de Análise Documental. O estudo, faz parte do projeto de extensão “Mulheres na ciência: a representatividade importa”, coordenado pela Profa. Dra. Juliana Ferreira de Britto. O objetivo geral do projeto é divulgar a história de mulheres cientistas e incentivar meninas e mulheres a seguirem profissionalmente no campo científico, principalmente nas áreas de ciências

exatas. Nesse contexto, surgiu como primeiro interesse, pesquisar e divulgar o trabalho de professoras e pesquisadoras do próprio Instituto de Química, que se destacam por sua ascensão na carreira e por suas atividades significativas para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

A escolha de estudar e investigar a história de mulheres da própria universidade, se deve ao fato de que quando fosse divulgada a pesquisa, as estudantes do Instituto de Química teriam referências femininas próximas de sua realidade, uma vez que, como relata Naidek *et al.* (2019), a falta de um modelo feminino, se torna um desencorajamento para as mulheres que desejam obter cargos cada vez mais relevantes. Por isso, além de ser uma forma de conhecer e preservar o patrimônio cultural imaterial da universidade, também é uma forma de encorajar e inspirar as mulheres que escolheram para o seu futuro, a carreira profissional de cientistas e professoras.

Foram escolhidas quatro mulheres cientistas de destaque vinculadas ao Instituto de Química de Araraquara para o início da coleta de dados para o registro do patrimônio científico imaterial produzidos por essas pesquisadoras. A Profa. Dra. Cecília Laluce, formada na primeira turma do curso de bacharelado em Química do IQ-UNESP, onde cursou o doutorado em Química e foi a primeira mulher a se tornar docente. A Profa. Denise Bevilaqua, graduada no curso de bacharelado em Química do IQ-UNESP, mestre e doutora em Biotecnologia pelo IQ-UNESP, onde atualmente é vice-diretora (2020-2024). A Profa. Dra. Maria Valnice Boldrin Zanoni, bacharela e licenciada em Química pela FFCL – USP – Ribeirão Preto, mestre e doutora em Química pelo IFQSC – USP – São Carlos é professora titular do IQ-UNESP e atualmente Pró - reitora de pós-graduação da UNESP, coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia -INCT- Datrem, membro da ABC e da ACIESP. Por fim, a Profa. Dra. Vanderlan da Silva Bolzani, graduada em Farmácia pela UFPB, mestre e doutora em Química Orgânica pelo IQ – USP – São Paulo, atualmente é coordenadora Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia -INCT- BioNat, membro da ABC e da ACIESP.

Assim como o projeto de extensão é desenvolvido no CCA, a pesquisa também foi realizada no mesmo espaço, através dos computadores e notebooks que são disponibilizados pelo local. Identificamos as cientistas selecionadas por meio de seus Currículos Lattes, analisamos seus perfis observando a formação acadêmica, a atuação profissional, o recebimento de bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a membresia da Academia Brasileira de Ciências (ABC), premiações recebidas, citações e um

levantamento de todo o patrimônio científico produzido. As informações foram coletadas através dos sites e documentos institucionais, sites de agências de fomento e associações da área e pelo currículo lattes. Foram coletadas as informações que mais destacassem o trabalho dessas mulheres e que apresentasse a importância e relevância de suas carreiras. Com o resultado da pesquisa foi feita uma apresentação que foi exibida no evento “IQ-Unesp de Portas Abertas”, realizado no próprio Instituto de Química, reunindo os diversos projetos de extensão para serem apresentados a comunidade do próprio Instituto e para a região local. Além disso, as informações coletadas foram expostas no site do CCA.

### **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Após a coleta de dados sobre o percurso acadêmico das quatro professoras/pesquisadoras selecionadas, os dados foram compilados e organizados para elaboração do registro do patrimônio científico imaterial produzido por elas. De forma geral, é perceptível a dedicação de todas elas diante de suas pesquisas e no trabalho de formação, além de suas contribuições, tanto para o Instituto de Química, quanto para a sociedade e a ciência, em especial, a química.

A Professora Doutora Cecília Laluce, ingressou em 1961 no curso de Química e se graduou em 1965 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, instituto isolado que mais tarde viria ser o IQ – UNESP. Iniciou a sua carreira acadêmica como auxiliar de ensino e foi a primeira mulher a exercer o cargo de docente no IQ - UNESP, se tornando líder do grupo de pesquisas em bioprocessos. Se tornou Livre-docente do Departamento de Bioquímica em 1992 e professora titular em 1999, assumindo e desempenhando tal posição até a sua aposentadoria em 2010, mantendo a posição de colaborador docente até meados de 2020.

Concluiu seu doutorado em 1974. Frequentou diversas instituições, realizando pesquisas tanto no Brasil, quanto no exterior, como na Facultad de Medicina da Universidad de Buenos Aires (Argentina) e a University of Colorado (EUA), entre outros países, como a Inglaterra, Itália e Holanda. A professora possui 369 citações na Web of Science, 296 citações na Scopus e em outras plataformas possui 14 citações. No google acadêmico possui mais de 1000 citações, com um índice H igual a 20. Em 1996, recebeu a menção honrosa Prêmio Governador do Estado de São Paulo.

Ampliou seus conhecimentos em Microbiologia Aplicada, com ênfase em Biologia e Fisiologia de Microrganismos, o que a levou desenvolver pesquisas em

isolamento de leveduras, caracterização taxonômica, otimização da capacidade de fermentar amido e matérias primas da cana-de-açúcar, fermentação de massas de pães, entre diversos outros processos. Mesmo após a sua aposentadoria, continuou como docente voluntária no Instituto de Química e dando aulas na pós-graduação.

A Professora Doutora Denise Bevilaqua, graduou-se em Química pelo Instituto de Química de Araraquara – UNESP em 1989, concluiu em 1999 seu mestrado em Biotecnologia e seu doutorado, também em biotecnologia, foi concluído em 2003, ambos concluídos na mesma faculdade de graduação. É professora e vice-diretora do Instituto de Química de Araraquara, lotada no departamento de Bioquímica e Química Orgânica. Seus estudos são voltados para a área de bioprocessos aplicados à mineração e ao meio ambiente, com ênfase na recuperação do ouro, cobre e níquel em rejeitos minerais e descontaminação de gases industriais.

No google acadêmico, a docente possui mais de 1000 citações, com um índice H igual a 18. Na Web of Science possui 557 citações, sendo seu índice H igual a 14. Possui 111 citações na Scielo, 696 citações na Scopus e 973 citações em outras plataformas.

No início de 2023, a convite do Centro de Estudos Avançados em Zonas Áridas (CEAZA) do Chile, se juntou a equipe de 5 pesquisadores em uma missão científica na antártica para pesquisar e buscar bactérias que podem contribuir para o desenvolvimento da biomineração. A docente foi convidada a participar devido a sua experiência em pesquisas em calcopirita, minério de cobre mais abundante do mundo e de extrema abundância na antártica. Foi a única brasileira escolhida para fazer parte da equipe.

A professora Doutora Maria Valnice Boldrin Zanoni é professora titular do Instituto de Química de Araraquara, lotada pelo departamento de Química Analítica e Pró-reitora de pós-graduação da UNESP. Coursou bacharel e licenciatura em química pela Universidade de São Paulo - FFCL – Ribeirão Preto, graduando-se em 1980. Em 1985, concluiu seu mestrado em físico-química e seu doutorado em ciências químicas foi concluído em 1989, ambos na Universidade de São Paulo, em São Carlos. Fez dois estágios de pós-doutorado em química analítica, na University of Loughborough, Inglaterra e na University of Wisconsin, Estados Unidos. Em 2017, se tornou membro titular da Academia Brasileira do Estado de São Paulo (ACIESP) e no final de 2020 foi eleita membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC).



A professora contém mais de 16 mil citações no google acadêmico e em outras plataformas, com um índice H igual a 63. Na Web of Science e na Scopus possui mais de 9 mil citações, 26 citações na Scielo. Foi agraciada com diversas honrarias. Em 2014 ganhou o prêmio Elsevier/Capes, que contemplou 10 pesquisadoras brasileiras das quais as pesquisas causaram um grande impacto na comunidade científica. Em 2019, foi homenageada pela Sociedade Brasileira de Eletroquímica e Eletroanalítica (SBEE), pelo seu trabalho para o desenvolvimento e consolidação da eletroanalítica no Brasil, no mesmo ano, foi homenageada pelo Instituto de Química de Araraquara pelo trabalho científico desenvolvido na instituição e captação de recursos. Em 2022, foi homenageada pelo Encontro Nacional de Química Analítica pelas contribuições na área, por fim, em 2023 foi homenageada pela Sociedade Brasileira de Química com a medalha Simões Mathias. A professora continua desenvolvendo o seu trabalho na química analítica, atuando principalmente no desenvolvimento e aplicação de métodos eletroanalíticos para tratamentos de efluentes e geração de energia.

A Professora Doutora Vanderlan da Silva Bolzani, graduou-se em Farmácia na Universidade Federal da Paraíba em 1973. Realizou seu mestrado em Química Orgânica, concluído em 1977 e o doutorado em ciências, que foi concluído em 1982, ambos pelo Instituto de Química de Araraquara. Seu pós-doutorado foi realizado na Universidade Estadual da Virgínia, Estados Unidos. Foi professora visitante na Université Pierre et Marie Curie, em Paris, França. Se tornou professora titular do Instituto de Química de Araraquara em 2005. Foi chefe do departamento de Química Orgânica.

No google acadêmico possui mais de 17 mil citações, tendo um índice H igual a 68. Na Web of Science possui mais de 16 mil citações, com um índice H igual a 66. Na Scopus possui mais de 7 mil citações, índice H igual a 44 e em outras plataformas tem mais de 12 mil citações, seu índice H igual a 58.

Sua pesquisa é voltada principalmente em química de produtos naturais, com ênfase em substâncias bioativas, peptídeos e metabólitos secundários. Foi contemplada com diversas premiações, entre elas, as que mais se destacaram foi o prêmio recebido em seu próprio nome (2017), criado pela Sociedade Brasileira da Química (SBQ), com o objetivo de reconhecer e prestigiar o trabalho de químicas e engenheiras químicas. Foi agraciada com o prêmio Jovem Cientista (1984), do CNPq e da Fundação Roberto Marinho, o Prêmio de Inovação Tecnológica Natura Campus (2008), da Natura S/A, o Prêmio Mulheres Notáveis na Ciência e Engenharia Química (2011), da Sociedade

Química Americana e da União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC), nessa premiação em específico, a professora foi a única representante da América Latina em uma premiação mundial para químicas e engenheiras. Em 2011, recebeu a Medalha Simão Mathias, da Sociedade Brasileira de Química, em 2014 o Prêmio Capes-Elsevier, o Prêmio Kurt Politzer de Inovação Tecnológica em 2015, da Associação Brasileira de Indústrias Químicas.

É membro associada da Academia Brasileira de Ciências, da União Internacional de Química Pura e Aplicada, da Sociedade de Química Americana, da Sociedade Americana de Farmacognosis, da Sociedade Real de Química do Reino Unido, da Sociedade Brasileira de Química, da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência, da Academia Mundial de Ciências e da Academia de Ciências do Estado de São Paulo. Foi a primeira mulher a se tornar presidente da Sociedade Brasileira de Química, ocupou o cargo por dois anos. Atualmente, a professora é aposentada, mas continua realizando pesquisas no Instituto de Química de Araraquara.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada, não somente destacou a importância do trabalho executado pelas professoras do Instituto de Química de Araraquara, mas também evidenciou a importância de viabilizar suas contribuições científicas, a fim de inspirar e encorajar outras mulheres e trouxe à tona modelos femininos para a comunidade científica. Além disso, contemplar e pesquisar sobre suas trajetórias acadêmicas e carreiras, é de extrema importância para resgatar e preservar também, o patrimônio-científico-cultural do próprio Instituto de Química.

O projeto “Mulheres na Ciência: A representatividade importa” continuará fomentando a pesquisa, não somente pesquisando sobre as mulheres do Instituto de Química, mas também pesquisando sobre as mulheres dos outros cursos e instituições da Unesp de Araraquara.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: Barrio, A. E.; Motta, A.; Gomes, M. H. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, v. 1, p. 52-63., 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 426p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 21 ago. 2024.
- FERREIRA, G.; REIS, R.; JOUCOSKI, E.; SILVEIRA, C. Perfil das Mulheres bolsistas Produtividade em Pesquisa em Divulgação científica no Brasil. **Jcom América Latina**, v. 7, n. 2, p. 1-22, 2024.
- FERREIRA, G.; DE SOUZA, A. A.; SILVEIRA, C. A Representação Feminina nas Ciências Exatas de uma Universidade Federal. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/32371>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000. 156 p.
- JOEL, D. et al. Sex Beyond the genitalia: The human brain mosaic. **Pnas**, v. 112, n. 50, p. 15468-15473, 2015.
- LIMA, B. S. Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Universidade de Brasília (Unb), Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/3714>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- FERRAND, Michèle. Exclusão das Mulheres da Prática das Ciências: Uma manifestação sutil da dominação masculina. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], p. 358, 1994.
- MENDONÇA, E. C. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 18, n. 9, p. 177–208., 2020.
- NAIDEK, N. et al. Mulheres Cientistas na Química Brasileira. *Química Nova*, v. 43, n. 6, p. 823-836, 2020.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- Silva, Fabiane Ferreira da e Ribeiro, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". *Ciência & Educação (Bauru)* [online]. 2014, v. 20, n. 2
- Santos, N. C. F.; Valli, M.; Bolzani, V. d. S.; A brief overview on Brazilian women in chemistry. **Pure and Applied Chemistry**, v. 91, n. 4, p. 743-749, 2019.
- TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador:

Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 39-49.  
VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres.  
**Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 10, p. 309–344, 2012.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Instituto de Química de Araraquara e ao Edital PROEC N° 01/2023 Projetos de Extensão Universitária Vamos Transformar o Mundo pela colaboração e apoio.

## III seminário patrimônio cultural universitário

Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá

### RE-UNIR CIÊNCIA E HISTÓRIA PARA AMPLIAR O INTERESSE E OS USOS DAS COLEÇÕES CIENTÍFICAS GEOLÓGICAS NA USP

#### *RE-UNITING SCIENCE AND HISTORY TO EXPAND INTEREST AND USES OF GEOLOGICAL SCIENTIFIC COLLECTIONS AT USP*

Camila Hoshino Sborja <sup>1</sup>  
Jéssica Tarine Moitinho de Lima <sup>2</sup>

#### RESUMO

A preservação integrativa da ciência e de sua história no âmbito das coleções geológicas enriquece a compreensão e expande as possibilidades de utilização do acervo, fomentando, além do interesse acadêmico, seu valor educacional e cultural. Apresentaremos aqui o estudo de caso do Laboratório de Preservação de Acervo Litológico (LitoLab) do Museu de Geociências do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (IGc/USP). As coleções geológicas do LitoLab são geridas visando a vinculação entre ciência e história. Os objetivos do LitoLab ficam evidentes em seus três fundamentos: preservar os frutos das pesquisas científicas de seu corpo técnico; disponibilizar digitalmente seu acervo; e contextualizar social e culturalmente as coleções. Estas ações visam conservar a integridade dos bens científicos, ampliar as possibilidades de acesso e divulgação das informações vinculadas às coleções geológicas, e aprofundar o alcance das informações técnico científicas disponibilizadas, atingindo novos públicos e novos usos. Para alcançar estes objetivos utilizam-se métodos de comunicação e documentação museológicas, como a digitalização e

---

<sup>1</sup> Técnica administrativa do Museu de Geociências USP e responsável pela Litoteca desde sua criação, em 2015. Chefe técnica substituta, colabora em atividades administrativas e museológicas no Museu de Geociências do Instituto de Geociências USP. Bacharel e licenciada em Geografia pela FFLCH USP e FE USP, respectivamente. [hoborja@usp.br](mailto:hoborja@usp.br)

<sup>2</sup> Profa. Doutora no Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará. Desenvolve pesquisas sobre Museus, Acervos e Patrimônios, com foco na gestão, documentação e comunicação museológica. [jessicatarine@ufpa.br](mailto:jessicatarine@ufpa.br)

disponibilização das informações e imagens por meio de um repositório digital, permitindo a integração entre os metadados da coleção de geologia e da coleção de história da ciência. Os resultados destas ações popularizam o acervo, estendendo seu alcance além da comunidade científica. A integração das coleções científicas com seus contextos sociais e culturais não só cativa um público mais amplo, mas também valoriza e amplia a acessibilidade do legado geológico.

Palavras-chave: Patrimônio geológico. Patrimônio científico. Patrimônio universitário.

### **ABSTRACT**

*The integrative preservation of science and its history within geological collections enriches understanding and expands the possibilities for using these collections, fostering not only academic interest but also their educational and cultural value. In this article, we present a case study of the Lithological Collection Preservation Laboratory (LitoLab) at the Geosciences Museum of the Geosciences Institute, University of São Paulo (IGc/USP). The geological collections at LitoLab are managed with the goal of linking science and history. LitoLab's objectives are clear in its three core principles: preserving the results of scientific research by its technical staff, making the collection digitally accessible, and providing social and cultural context to the collections. These actions aim to preserve the integrity of scientific assets, expand access and dissemination possibilities, and deepen the scope of the technical and scientific information, reaching new audiences and applications. To achieve these goals, the laboratory employs museum communication and documentation methods, such as digitizing and making information and images available through a digital repository, which enables the integration of metadata from both the geology and history of science collections. The outcomes of these efforts popularize the collection, extending its reach beyond the scientific community. The integration of scientific collections with their social and cultural contexts not only attracts a broader audience but also enhances the value and accessibility of the geological legacy.*

**Keywords:** Geological heritage. Scientific heritage. University heritage.

### **INTRODUÇÃO**

A relação entre ciência e história é fundamental para a preservação e valorização de coleções científicas, especialmente em áreas como a geologia. As coleções geológicas não apenas representam o patrimônio natural, mas também carregam consigo narrativas históricas e culturais que refletem a evolução do conhecimento científico ao longo do tempo<sup>3</sup>. No contexto dos museus em instituições acadêmicas, a integração dessas dimensões se torna ainda mais crucial.

A preservação das conquistas científicas é essencial para o avanço da humanidade, abrangendo tanto conhecimentos tangíveis quanto intangíveis que vão

---

<sup>3</sup> Jéssica Tarine Moitinho de Lima; Ismar de Souza Carvalho. Geological or Cultural Heritage? The Ex Situ Scientific Collections as a Remnant of Nature and Culture. 2020, pp.1-10.

desde a natureza até o espaço, referidos como patrimônio científico ou como patrimônio cultural da ciência e tecnologia. Este patrimônio inclui artefatos, espécimes, documentos, livros, museus, observatórios, jardins, paisagens e exposições que mantêm nossa compreensão da ciência e tecnologia ao longo do tempo<sup>4,5</sup>. Compreender o valor do patrimônio científico e cultural da ciência é essencial para a preservação de coleções geológicas.

Neste artigo, o foco está no estudo de caso das práticas preservativas das coleções do Laboratório de Preservação de Acervo Litológico (LitoLab) do Museu de Geociências do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (IGc/USP). Mas antes de reconhecer as práticas e realizar uma análise qualitativa das informações apresentadas, é necessário apresentar a instituição que sedia hoje o LitoLab.

Em 2013, dá-se início ao desenvolvimento do projeto da Litoteca do IGc/USP, por meio de uma iniciativa institucional da diretoria do IGc/USP. Este tinha como objetivo “garantir a preservação do inestimável acervo científico de rochas, minerais e minérios gerado desde a criação do instituto, fruto de pesquisas de referência para a geologia brasileira realizadas por seus docentes, alunos e servidores”<sup>6</sup>. Esta iniciativa reflete o compromisso do IGc/USP com a conservação e o acesso ao seu patrimônio científico, reconhecendo a importância histórica e científica de suas coleções. No entanto, foi apenas em 2015, após reforma predial, aquisição de equipamentos e a transferência da funcionária responsável, com recursos da FAPESP e da USP, que a Litoteca IGc/USP iniciou suas atividades<sup>7</sup>.

A Coleção Poços de Caldas, pertencente ao Prof. Horstpeter Ulbrich, foi a primeira a integrar o acervo. A relevância científica da região, destacada por Moniz<sup>8</sup>, deve-se à sua geologia única, marcada por rochas alcalinas e depósitos minerais de valor econômico, sendo a maior ocorrência desse tipo no Brasil. O interesse tecnológico se deve à presença de depósitos de zircônio, urânio, terras raras, tório, bauxita e argilas

---

<sup>4</sup> Jéssica T. M. Lima. Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia: uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil, 2021, pp.73-75.

<sup>5</sup> Marcus Granato; Emanuela. S. Ribeiro; Bruno M. Araújo. Carta do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: produção e desdobramentos, 2017, pp. 12-19.

<sup>6</sup> Valdecir de Assis Janasi. Relatório Científico da Reserva Técnica para infraestrutura institucional de Pesquisa, 2013, p.2.

<sup>7</sup> Miriam Della Posta Azevedo. Acervos que escrevem a história: a trajetória do Museu de Geociências do IGc-USP contada pelas suas coleções, 2018, p.19.

<sup>8</sup> Antonio Carlos Moniz. Estudo mineralógico de argilas do maciço alcalino de Poços de Caldas. 1964, p.58

refratárias. Assim, iniciou-se um programa de aquisição e salvaguarda, justificado tanto pela valoração dos bens quanto pelo registro da memória científica na USP.

Devido à variedade de bens em seu acervo, a Litoteca desenvolveu processos dinâmicos que foram aprimorados ao longo de 10 anos. Um marco importante foi a mudança de nome para LitoLab, refletindo a evolução em suas práticas e objetivos. Inicialmente focada na gestão de rochas, a Litoteca expandiu-se para uma abordagem museológica mais ampla, incorporando curadoria, digitalização e disseminação de informações. Essa transição foi motivada pela necessidade de adaptar-se às demandas contemporâneas de acesso e divulgação científica, buscando alcançar um público mais amplo. O LitoLab, assim, representa a evolução natural da Litoteca, ampliando seu escopo e impacto<sup>9,10</sup>.

O acervo do LitoLab inclui cerca de 3 mil amostras de rochas e minerais, já publicadas no repositório digital<sup>11</sup>, divididas em 38 coleções, além de outras ainda em processo de aquisição e incorporação. Com a gestão integrada, foi necessário adotar práticas para a preservação e divulgação desses documentos associados. Em 2020, o LitoLab IGc/USP lançou o Programa Memória IGc/USP, focado na aquisição, preservação, digitalização e divulgação das memórias acumuladas em 90 anos de pesquisas geocientífica. Desde então, o LitoLab vincula ciência e história para contextualizar suas coleções científicas em seus cenários sociais. O acervo Memória IGc/USP já conta com cerca de 10 mil itens, dos quais 1040 estão disponíveis em seu site e banco de dados.

Reunindo ciência e história, o acervo do LitoLab IGc/USP conecta 90 anos de pesquisas geológicas a nove décadas de história das geociências, através da preservação, documentação, digitalização e divulgação de suas coleções. O acervo inclui registros únicos, como rochas de afloramentos esgotados e documentos e objetos provenientes de diversas fontes, incluindo famílias, funcionários, instituições e alunos, abrangendo todos os aspectos das pesquisas científicas, como laboratórios, escritórios, residências, registros administrativos e fotográficos, publicações, mapas, trabalhos de campo e equipamentos.

---

<sup>9</sup>Jéssica Tarine Moitinho Lima; Camila Hoshino Sborja. A distinct geological collection: the Litoteca IGc/USP and its museological processes, 2022, pp.491-508.

<sup>10</sup>Camila Hoshino Sborja; Jéssica Tarine Moitinho de Lima. De pedras a rochas: o processo de valoração do patrimônio universitário na Litoteca IGc-USP. 2022, p.16-19.

<sup>11</sup> Coleção disponível em: <https://litolab.igc.usp.br/colecoes/>



O objetivo deste artigo é mostrar como a gestão integrada das coleções geológicas, unindo aspectos científicos e históricos, pode enriquecer a compreensão do acervo e ampliar seu uso educacional e cultural. Utilizando o estudo de caso do LitoLab, ligado ao Museu de Geociências do IGc/USP, ilustramos como a preservação e digitalização do acervo, associadas à contextualização social e cultural, podem ampliar o acesso e disseminar o conhecimento geológico para públicos diversos. O artigo alinha-se aos três fundamentos do LitoLab: preservar os resultados das pesquisas científicas, disponibilizar digitalmente o acervo e contextualizar social e culturalmente as coleções, visando conservar a integridade dos bens científicos, ampliar o acesso e divulgação das informações e alcançar novos públicos e usos.

## MÉTODOS

Para alcançar os objetivos deste artigo, utilizamos uma metodologia em duas etapas: revisão bibliográfica e estudo de caso. Primeiramente, realizamos uma revisão da literatura para mapear práticas, desafios e sucessos de coleções semelhantes ao LitoLab, estabelecendo uma base teórica<sup>12</sup>. Em seguida, investigamos detalhadamente um estudo de caso para explorar suas particularidades e contribuições, conectando-o ao contexto acadêmico mais amplo e identificando lacunas para o desenvolvimento futuro do campo<sup>13</sup>.

Na segunda etapa, enfocamos a análise qualitativa das práticas do LitoLab, examinando documentos internos, relatórios de atividades e realizando entrevistas com gestores. O estudo de caso permitiu explorar detalhadamente a estrutura organizacional, inovações na gestão e o impacto dessas práticas no fortalecimento do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia<sup>14</sup>. Incluímos observações diretas durante o desenvolvimento do programa Memória, com análise de conteúdo para identificar padrões e temas relevantes<sup>15</sup>. Também incorporamos uma análise qualitativa baseada na pesquisa-ação, promovendo colaboração entre pesquisadores e participantes.

Por fim, descrevemos os métodos de comunicação e documentação museológicas, como a digitalização e disponibilização de informações e imagens em um

---

<sup>12</sup> Elias Garcia. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária, 2016, pp. 291-294.

<sup>13</sup> Liane Carly Hermes Zanella, Metodologia de Pesquisa, 2011, pp. 36-39.

<sup>14</sup> Liane Carly Hermes Zanella, 2011, *op. cit.*, p. 38.

<sup>15</sup> Laurence Bardin, Análise de Conteúdo, 1977, pp.213--220.

repositório digital, integrando os metadados das coleções de geologia e história da ciência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É crucial contextualizar as coleções que motivaram a criação do Programa Memória. Elas representam um patrimônio significativo, tanto pela riqueza geológica quanto pelo valor histórico e cultural. A diversidade de itens reflete a trajetória de pesquisa do IGc/USP, e esse contexto é essencial para entender a importância e os objetivos do Programa, que visa preservar e divulgar esse legado, assegurando sua acessibilidade para futuras gerações.

As amostras da coleção "Poços de Caldas" despertam interesse em todas as áreas de pesquisa do IGc/USP, sendo continuamente estudadas desde 1958, sob orientação de professores renomados. É uma das coleções mais consultadas do LitoLab, atraindo discentes e docentes de graduação e pós-graduação. Essas amostras também destacam a ligação entre ciência e história no acervo. Cinquenta anos de estudos resultaram em três coleções e diversas inserções no Memória IGc/USP, associadas aos professores Coutinho, Mabel Ulbrich e Schorscher. Embora o material derivado da pesquisa acompanhe as amostras no processo de aquisição, a incorporação dos arquivos dos pesquisadores revelou documentos e materiais previamente desconhecidos, mas essenciais para a contextualização e interpretação das coleções.

Durante a triagem do material retirado da sala do Prof. Schorscher, encontramos itens vinculados às pesquisas sobre Poços de Caldas, como slides de fotos de campo e análises. Nos materiais da residência do Prof. Coutinho, descobrimos lâminas e uma caderneta de campo sobre uma viagem ao platô da região. No escritório da Profa. Mabel Ulbrich, encontramos fotografias e cadernetas de campo usadas por ela e seu marido, Prof. Horstpeter Ulbrich, nas pesquisas de Poços de Caldas. Esses itens esquecidos em coleções pessoais<sup>16</sup> complementam de forma única o acervo geocientífico, fornecendo informações valiosas para um melhor entendimento das pesquisas. As amostras de rochas do LitoLab contam a história geológica, enquanto a documentação do Memória IGc/USP a ilustra.

---

<sup>16</sup> Neste artigo, entende-se como coleção pessoal uma coleção vinculada a uma personalidade científica, e não uma coleção restrita ao âmbito pessoal de sua vida. Compreendemos que os professores da USP são funcionários públicos e que os materiais produzidos em suas pesquisas são, portanto, bens públicos.

Contextos históricos, econômicos, políticos, pessoais, institucionais e acadêmicos oferecem interpretações mais complexas das decisões que orientam as pesquisas científicas. Conhecer a origem dos orientadores de determinada geração pode explicar a adoção de certas vertentes de pesquisa, a escolha de equipamentos de laboratório ou o envio de amostras para universidades estrangeiras. Na catalogação do acervo do Memória IGc/USP, vemos que decisões de pesquisa são esclarecidas por documentos que revelam dificuldades financeiras, desafios na coleta de amostras e restrições de deslocamento, muitas vezes impostas por guerras ou ditaduras no Brasil e em outros países envolvidos nas pesquisas.

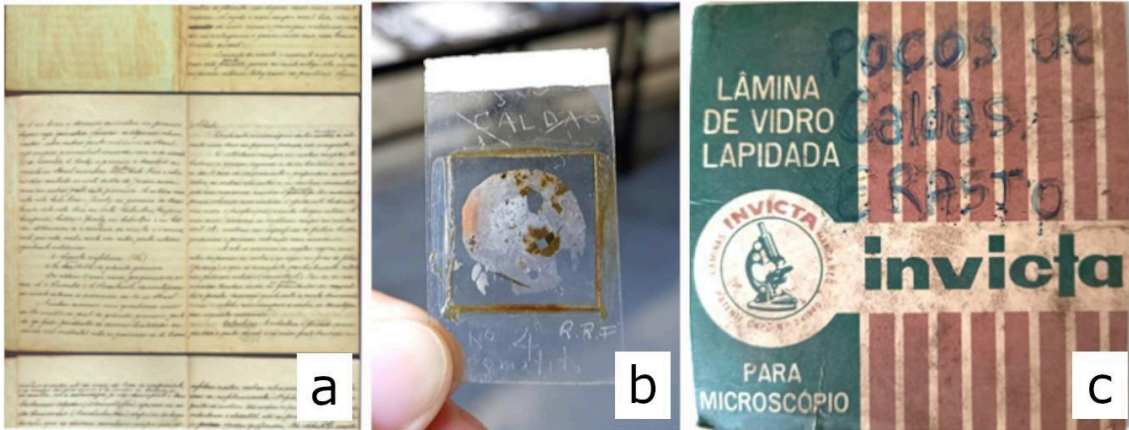
O desenvolvimento científico no Brasil está profundamente ligado às políticas públicas, dado o caráter majoritariamente público do financiamento. Documentos e fotografias que mostram o contexto político e social das pesquisas ajudam a entender decisões sobre locais de coleta, evolução da qualidade das pesquisas, uso de financiamento privado e duração dos projetos. As trajetórias das pesquisas científicas e as histórias de vida dos pesquisadores se entrelaçam. Nos estudos sobre Poços de Caldas, nota-se que pesquisadores compartilharam amostras, formando uma linha do tempo (figura 1) que começa em 1958 e continua até hoje.



**Figura 1** - Linha do tempo de orientadores de pesquisa Coleção Poços de Caldas. Iniciando-se em 1958, a linha do tempo acompanha todos os orientadores de pesquisas da região de Poços de Caldas no IGc/USP. **Fonte:** as autoras, 2024.

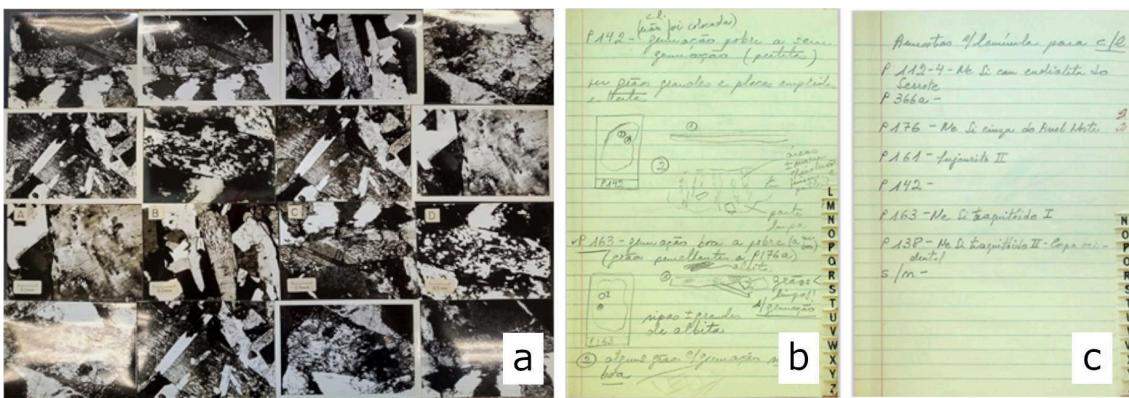
A documentação histórica revela fatos inéditos sobre as pesquisas. Nas coleções coletadas de residências, escritórios e laboratórios dos pesquisadores, descobrimos conexões antes desconhecidas, especialmente porque muitos dos pesquisadores já faleceram ou não podem mais compartilhar suas histórias. Por exemplo, na coleção de lâminas do Prof. Coutinho, encontramos raros exemplares de lâminas petrográficas de Poços de Caldas com as iniciais do Prof. Rui Ribeiro Franco, antes consideradas perdidas. Também identificamos lâminas das pesquisas de Erasto Boretti de Almeida, realizadas na Universidade de Stanford, sem registros anteriores no IGc.

Na coleção histórica do Museu de Geociências, cujos documentos singulares (figura 2) dos primeiros professores das cátedras originais do curso de geologia na FFCL encontram-se preservadas, encontramos um conjunto de martelos do Prof. Viktor Leinz, muito provavelmente usado em muitos de seus trabalhos de campo na região de Poços de Caldas.



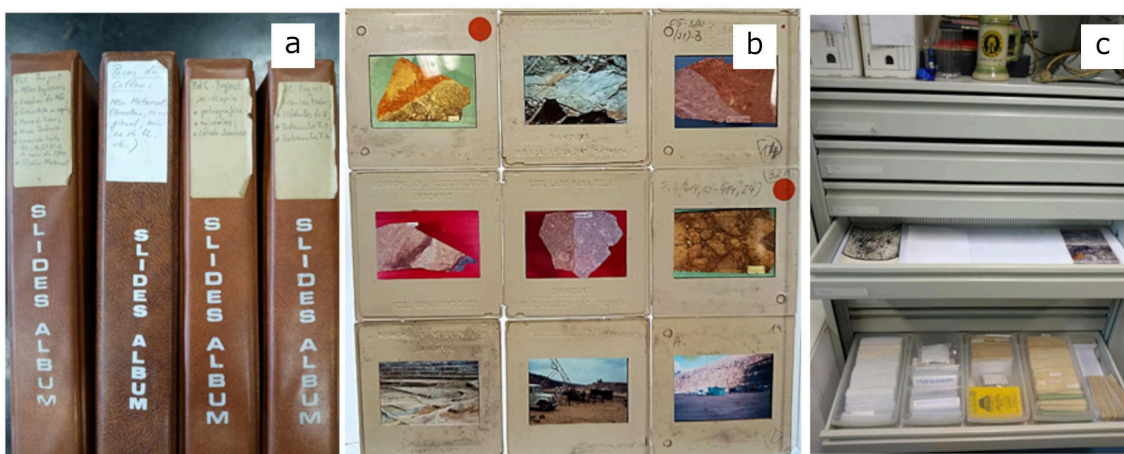
**Figura 2** - Bens da coleção histórica do Museu de Geociências. **a)** Caderneta de campo, sem data, do Prof. Coutinho analisando o Platô de Poços de Caldas já digitalizada pelo Memória; **b)** Coleção de lâminas do Prof. Coutinho, onde encontram-se exemplares com iniciais do Prof. Rui Ribeiro Franco e de Erasto Boretti de Almeida; e **c)** Lâmina de vidro utilizada no projeto. **Fonte:** as autoras, 2024.

Na coleção da Profa. Mabel Ulbrich, esposa do Prof. Horstpeter Ulbrich, encontramos fotografias (figura 3a) de análises de rochas de Poços de Caldas usadas nas publicações de seu doutoramento, bem como uma caderneta de campo com anotações e desenhos de amostras e lâminas petrográficas que hoje constam na coleção de seu marido. As informações encontradas na caderneta complementam a classificação de várias amostras da coleção científica de seu esposo (figura 3b e 3c), informações estas que não foram encontradas anteriormente e que são fundamentais para utilização do material arquivado. O Prof. Ulbrich obteve título de livre docente com pesquisas na região de Poços de Caldas.



**Figura 3** - Bens da coleção da Profa. Mabel Ulbrich. **a)** Fotos doutorado Profa. Mabel Ulbrich; **b e c)** Caderneta de campo com anotações e desenhos de amostras de Poços hoje presentes na coleção de seu marido, Prof. Horstpeter Ulbrich. **Fonte:** as autoras, 2024.

Na coleção do Prof. Schorscher, encontramos pastas de slides (figuras 4a e 4b) organizadas, com dezenas de fotos de amostras e minas de Poços de Caldas, tiradas durante um trabalho de campo com alunos em maio de 1999. Bilhetes (figura 4c) identificam a turma e descrevem afloramentos, amostras de mão, microscopia, minérios e minas. A coleção de Poços de Caldas do aluno Metanol já havia sido adquirida pelo LitoLab IGc/USP, mas sem material ilustrativo. Assim, a riqueza de informações no Memória IGc/USP complementa e contextualiza pesquisas e publicações de outros pesquisadores, cujos registros muitas vezes se perderam.



**Figura 4** - Arquivo Memória IGc/USP com documentos do Prof. Schorscher. **a e b)** Coleção de slides de Poços de Caldas do Prof. Schorscher, com fotografias tiradas durante trabalhos de campos que o professor realizou com seus alunos em maio de 1999; **c)** Bilhetes identificam a turma, Xapa, Xiwawa, Metanol, Sabrina e Fernando, identificando afloramentos, amostras de mão, microscopia, minérios, cátodo-luminescente, nódulos, testemunhos, brechas, minas *etc.* **Fonte:** as autoras, 2024.

Os processos de aquisição de coleções temáticas ocorreram separadamente, mas, ao iniciar a triagem, descobrimos uma variedade inesperada de materiais e conexões entre amostras, pesquisas e pesquisadores antes ocultas e agora reconstituídas. Assim, o hábito dos pesquisadores do IGc/USP de compartilhar amostras e temas de estudo na região de Poços de Caldas foi desvendado.

Após contextualizar a importância das coleções na integração entre ciência e história, destacamos práticas fundamentais do projeto Memória, que garantem a integridade das coleções, ampliam seu alcance e acessibilidade, e promovem o engajamento e o reconhecimento de seu valor histórico e científico. O Litolab gerencia seu acervo conforme seu Estatuto e Regimento, que definem as funções, competências e procedimentos de aquisição, doação e empréstimos. A equipe técnica inclui uma

administradora especializada, estagiários, um curador e uma comissão de quatro docentes, vinculada ao Museu de Geociências da USP<sup>17</sup>.

A universidade tem um papel crucial na preservação e disseminação do conhecimento<sup>18, 19</sup>, compartilhado com coleções científicas e culturais. As coleções de geociências são essenciais para a formação profissional e novas pesquisas, além de serem parte dos resultados dessas investigações<sup>20, 21</sup>.

A Carta do Rio de Janeiro (2017) destaca a importância de envolver a sociedade na preservação do PCC&T por meio de processos participativos e dialogados, reconhecendo seu potencial para divulgar a ciência e promover a cultura científica<sup>22</sup>. A Recomendação da Unesco (2015) também enfatiza que as coleções devem usar todos os meios de comunicação para desempenhar um papel ativo na sociedade, incluindo interação com o público, eventos públicos e participação em atividades culturais e científicas<sup>23</sup>. Nesse contexto, a digitalização dos documentos pode ser uma estratégia eficaz para garantir a preservação a longo prazo, permitindo o acesso aos materiais sem a necessidade de manuseio frequente dos originais. A digitalização de coleções é uma ferramenta valiosa para a preservação, mas não deve ser vista como um substituto para a conservação física das coleções<sup>24, 25</sup>. A descrição e indexação adequadas dos arquivos também são cruciais para facilitar a recuperação de informações relevantes. Isso pode envolver a criação de catálogos, bancos de dados e sistemas de classificação que permitam a busca e seleção eficiente dos materiais pelos pesquisadores.

O Memória IGc/USP utiliza o software WordPress, um sistema livre de gestão de conteúdo, e o Tainacan, um plugin de código aberto para gerenciamento de coleções

---

<sup>17</sup> Camila Hoshino Sborja; Jéssica Tarine Moitinho Lima, 2022, *op. cit*, p.13.

<sup>18</sup> Steven W. G Clercq; Marta Catarino Lourenço. A globe is just another tool. Understanding the role of objects in university collection, 2003.

<sup>19</sup> Miriam Della Posta Azevedo; Camila Hoshino Sborja; Jéssica Tarine Moitinho de Lima. O museu de Geociências da universidade de São Paulo: esforços para divulgação da ciência para além do ambiente acadêmico, 2020, p.98.

<sup>20</sup> Jéssica Tarine Moitinho de Lima; Ismar de Souza Carvalho, Geological or Cultural Heritage? The Ex Situ Scientific Collections as a Remnant of Nature and Culture, 2020, p.2.

<sup>21</sup> Miriam Della Posta Azevedo; Camila Hoshino Sborja; Jéssica Tarine Moitinho de Lima, *op. cit*, 2020, , p. 98.

<sup>22</sup> Museu de Astronomia e Ciências Afins. Carta do Rio de Janeiro, 2017.

<sup>23</sup> Jéssica Tarine Moitinho Lima; Camila Hoshino Sborja, Dossiê Litoteca - Museu de Geociências do Instituto de Geociências da USP: De arquivo litológico a Laboratório de Preservação de Acervo Litológico, 2020, p.98.

<sup>24</sup> UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, 2015.

<sup>25</sup> Jéssica Tarine Moitinho Lima, *op. cit*, 2021, p. 44-45.

como repositório digital. Atualmente, 1.095 bens de 19 coleções estão disponíveis gratuitamente no repositório digital (<https://memoria.igc.usp.br>), com mais de 10 mil itens aguardando incorporação. Os bens são protegidos contra umidade, calor e luz direta em uma reserva técnica destinada a arquivos fixos, higienização e digitalização. A preservação cuidadosa dos acervos é o primeiro passo para garantir a longevidade e integridade dos documentos sob a custódia do Programa Memória IGc/USP.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A coleção Poços de Caldas orienta as relações entre ciência e história no acervo do LitoLab IGc/USP, abrangendo 90 anos de pesquisas. Inicialmente referência metodológica, essas coleções continuam influenciando o LitoLab na construção de relações entre ciência, história e pesquisa. Uma década de trabalho resultou na institucionalização de regimento, estatuto, curadoria e comissão técnica, além de parcerias e treinamentos. O LitoLab revisa e atualiza metodologias, produz publicações e participa de eventos, priorizando a divulgação e acessibilidade do acervo. Com isso, conquistou credibilidade e passou a ser procurado por doadores interessados na preservação e valorização de seus materiais.

O foco na divulgação e acessibilidade ampliou o público-alvo, que agora inclui discentes e docentes desde o ensino escolar até a pós-graduação. O sistema de documentação digital e o site atrativo permitiram que o acervo fosse utilizado em publicações didáticas, pesquisas acadêmicas e como referência na gestão de acervos geocientíficos por empresas e profissionais em busca de orientação sobre equipamentos, infraestrutura, bancos de dados e metodologias.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, Miriam Della Posta. Acervos que escrevem a história: a trajetória do Museu de Geociências do IGc-USP contada pelas suas coleções. Dissertação de Mestrado. Orientadora Profa. Dra. Maria Margaret Lopes. Universidade de São Paulo, PPGMus, 2018.

AZEVEDO, Miriam Della Posta; SBORJA, Camila Hoshino; LIMA, Jéssica Tarine Moitinho. O museu de Geociências da universidade de São Paulo: esforços para divulgação da ciência para além do ambiente acadêmico. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 90-110, nov. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 230p.

CLERCQ, Steven W. G.; LOURENÇO, Marta Catarino. A globe is just another tool. Understanding the role of objects in university collections. ICOM Study Series, 2003

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. Revista línguas & letras, 17(35), 291-294. 2016.

GRANATO, Marcus.; RIBEIRO, Emanuela. S.; ARAÚJO, Bruno M. Carta do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: produção e desdobramentos. In M. Granato, E. S. Ribeiro & B. M. Araújo (Orgs.), Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: Instituições, trajetórias e valores. Editora do Museu de Astronomia e Ciências Afins. 2017, 12-19.

JANASI, Valdecir de Assis. Relatório Científico da Reserva Técnica para infraestrutura institucional de Pesquisa. Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo. Gabinete do Diretor do Instituto de Geociências. 2013

KUNZLER, Josiane; NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro; MACHADO, Deusana Machado da Costa; PONCIANO, Luiza Coral Martins de Oliveira. Coleções paleontológicas como proteção do patrimônio científico brasileiro. III Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. p.385 - 407.

LIMA. Jéssica Tarine Moitinho. Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia: uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil (Dissertação de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

LIMA. Jéssica Tarine Moitinho; CARVALHO, Ismar de Souza. Geological or Cultural Heritage? The Ex Situ Scientific Collections as a Remnant of Nature and Culture. Geoheritage, Springer, 12:3, 2020, 1-10.

LIMA. Jéssica Tarine Moitinho; SBORJA, Camila Hoshino. A distinct geological collection: the Litoteca IGc/USP and its museological processes. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat., Belém, v. 17, n. 2, p. 491-508, maio-ago. 2022.

MONIZ, Antonio Carlos. Estudo mineralógico de argilas do maciço alcalino de Poços de Caldas. 1964. Tese (Doutorado em Mineralogia e Petrologia) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST. Carta do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_cadernos\\_do\\_patrimonio\\_da\\_ciencia\\_e\\_tecnologia/pdf/GRA\\_NATO\\_RIBEIRO\\_ARAUJO\\_caderno\\_02\\_WEB\\_2017.pdf](http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/pdf/GRA_NATO_RIBEIRO_ARAUJO_caderno_02_WEB_2017.pdf) . Acesso em: 10 agosto 2024.

SBORJA, Camila Hoshino; LIMA, Jéssica Tarine Moitinho. De pedras a rochas: o processo de valoração do patrimônio universitário na Litoteca IGC-USP. In: NASCIMENTO, Ana Luísa de Mello; PORTELA, Bruna Marina; VIEIRA, Maria Josiane; Muratore, Eliane (Org.). Anais VI Fórum de Museus Universitários: Patrimônio Museológico universitário: Experiências e olhares diversos. Editora UFPR. Volume 1. 2022, p.8-22.



SBORJA, Camila Hoshino; LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de Lima. Dossiê Litoteca - Museu de Geociências do Instituto de Geociências da USP: De arquivo litológico a Laboratório de Preservação de Acervo Litológico. São Paulo, v. 15, ed. 30 especial, p. 137-164, ago./dez. 2020.

UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. Conferência Geral da UNESCO em sua 38ª sessão. Paris, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de Pesquisa. 2ª edição revisada e atualizada. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. 2011. 134pp.

### **AGRADECIMENTOS**

As autoras agradecem aos especialistas que contribuíram para esta pesquisa. O projeto aqui apresentado não poderia acontecer sem o apoio do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará.

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Carlos Gilberto Carlotti Junior, reitor

Maria Arminda do Nascimento Arruda, vice-reitora

## **PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO**

Marli Quadros Leite, pró-reitora

Hussam El Dine Zaher, pró-reitor adjunto

## **CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL**

Flávia Brito do Nascimento, diretora

Joana Mello de Carvalho e Silva, vice-diretora

## **CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

Bruna Gabriela Elias, assistente de direção

Eduardo Kishimoto, analista de comunicação

Antonio Francisco de Azevedo, analista de sistemas

Maria Del Carmen Ruiz, educadora

Ana Célia de Moura, especialista em laboratório

Gabriel Fernandes, especialista em laboratório

Raul Macedo, estagiário em gestão de políticas públicas

Dayane de Oliveira, técnica administrativa

José Marcos Gonçalves, técnico de manutenção/obras



# III SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

REALIZAÇÃO



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
PRÓ-REITORIA DE CULTURA  
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



APOIO



**PRiP** Pró-Reitoria de Inclusão  
e Pertencimento

2024